PABLO BIONDI

**Capitalismo e direitos humanos de solidariedade:
elementos para uma crítica**

Tese de doutorado

Orientador: Professor Associado Dr. Marcus Orione Gonçalves Correia

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2015**

PABLO BIONDI

**Capitalismo e direitos humanos de solidariedade:
elementos para uma crítica**

Tese apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração de Direitos Humanos, sob a orientação do Prof. Associado Dr. Marcus Orione Gonçalves Correia.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2015**

Autorizo a reprodução e divulgação total e parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Digitalização
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Biondi, Pablo

Capitalismo e direitos humanos de solidariedade : elementos para uma crítica / Pablo Biondi; orientador Marcus Orione Gonçalves Correia -- São Paulo, 2015.
359 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2015.

1. Direito e capitalismo. 2. Direitos Humanos. 3. Direitos de solidariedade. 4. Direito e Marxismo. I. Correia, Marcus Orione Gonçalves, orient. II. Título

Nome: BIONDI, Pablo

Título: Capitalismo e direitos humanos de solidariedade: elementos para uma crítica

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico estas páginas a Daniele,
minha companheira para a vida inteira.

AGRADECIMENTOS

À minha família – Leonor, Joyce, Leyla e Nelson (*in memoriam*) –, por me propiciar as condições objetivas e subjetivas indispensáveis para que eu seguisse os rumos que segui. Sem seus esforços amorosos, abnegados e incansáveis em meu favor, eu nada seria, e jamais serei capaz de lhes retribuir ou agradecer o bastante.

À minha noiva, Daniele, por me compreender, suportar, perdoar, apoiar e estimular durante todo o processo. Sua ternura me fez mais forte para debelar o cansaço e as incertezas, e seu companheirismo me infundiu o ânimo e a esperança para superar as dificuldades de minha travessia teórica. A felicidade de ter um futuro ao lado dela também me fortaleceu sobremaneira.

Ao meu orientador, Marcus Orione, não só pelo acompanhamento preciso e generoso no doutorado, mas também pela acolhida desde os tempos da graduação. Tive a felicidade e o privilégio de conviver com ele desde 2009, amalhando um aprendizado inestimável com sua erudição e sua beleza de caráter. Sua confiança e amparo foram fundamentais na minha trajetória, alimentando o que havia de bom em mim.

Aos docentes Alysson Mascaro e Thiago Barison, membros da banca de qualificação, por seus aportes preciosos e por me instigarem, seja com conselhos sábios, seja com polêmicas desafiadoras, à persecução de andares superiores de elaboração.

Aos colegas do coletivo de estudos “Direitos humanos, centralidade do trabalho e marxismo”, que tanto me instruíram nos nossos proveitosos debates pelas quintas-feiras de manhã. Agradeço a todos(as) na pessoa do professor Flávio Roberto Batista, com quem tanto aprendi, e enfatizo, ainda, a importância especial dos debates com meus amigos William Castanho, Thiago Arcanjo e Carlos Miranda.

Aos amigos do período da graduação que fizeram parte, decisivamente, da minha formação política e intelectual: Renan Quinalha, Vinícius Mota, Gabriel Muniz, Luiz Mendonça e Paulo Yamamoto.

Aos camaradas e às camaradas da minha organização, com quem compartilho a luta pela libertação da classe trabalhadora, e nos(as) quais encontro uma fonte inspiradora permanente. Na impossibilidade de nomear cada um, cito apenas aqueles(as) cujo contato mais me marcou: Aleksei Neves, Gabriela Hipólito, Ticiane Natale, Tairo Esperança,

Thiago Clemente, Israel Luz, Ana Lucia Marchiori, Américo Gomes, Bruno Alves, Alberto Albiero, Adrieli Porto, Júlia Eid, Luis Cláudio Silva, Iraci Borges, Luis Fernando Silva, Jorge Breogan, Suely Corvacho, Gisele Costa, Marcos Minari, Thiago Leal, Thiago Dias, Márcio Bottini, Filipe Augusto, Raquel Gaino, Alexandre Leme, João Simões, Renata Conde, Samanta Wenckstern, Betty Bellavia, Talita Kumy, Henrique Canary, Ellen Ruiz, João Gabriel Tury, Carlos Alberto Souza, Pedro Pinto, Sabrina Marcelino, Marina Peres. A estas pessoas, agradeço profundamente e ofereço uma pequena homenagem com a poesia de resistência palestina:

Aqui
Sobre vossos peitos
Persistimos
Como uma muralha
[...]
Provocadores
Declamando poemas
Somos os guardiões da sombra
Das laranjeiras e das oliveiras
Semeamos as ideias como o fermento na massa
Nossos nervos são de gelo
Mas nossos corações vomitam fogo
Quando tivermos sede
Espremeremos as pedras
E comeremos terra
Quando estivermos famintos
Mas não iremos embora
E não seremos avarentos com o nosso sangue
Aqui
Temos um passado
E um presente
Aqui
Está nosso futuro
Tawfic Zayyad

A despeito das adversidades, nós, os(as) trotskistas, “não iremos embora”. Não desertaremos, e nem retrocederemos em nossas convicções. Não abandonaremos o nosso posto. Persistiremos, em atitude de desafio, semeando nossas ideias e oferecendo à classe proletária uma bandeira: a bandeira da IV Internacional.

A crítica da jurisprudência burguesa, do ponto de vista do socialismo científico, deve tomar como paradigma a crítica da economia política burguesa tal como Marx no-la oferece. Para tal, esta crítica deve, antes de tudo, bater-se no terreno do inimigo, ou seja, não deve descartar as generalizações e abstrações que foram elaboradas pelos juristas burgueses, partindo das necessidades do seu tempo e da sua classe, mas analisar estas categorias abstratas e pôr em evidência a sua verdadeira significação, em outros termos, descobrir o condicionamento histórico da forma jurídica.

E. Pachukanis

RESUMO

Nosso estudo busca identificar a conexão material entre o capitalismo e os direitos humanos de solidariedade. Esses direitos, segundo a teoria jurídica e as declarações internacionais, ao contemplarem toda a humanidade, ao conceberem o gênero humano como sujeito de direito, são a mais elevada expressão do progresso da consciência humana no que concerne a dignidade do homem e as ameaças contra a vida coletiva na Terra. Nós propomos, ao contrário, que os direitos humanos de terceira geração expressem as formas mais abstratas do capitalismo depois da Segunda Guerra Mundial, especialmente aquelas que correspondem à finança e à mundialização do capital. A sociedade burguesa internacionalizada tornou-se ela mesma, em suas categorias fundamentais, mais abstrata, e as categorias jurídicas seguiram este mesmo movimento. E de modo similar ao que sucede com os direitos humanos de primeira geração e de segunda geração, as palavras charmosas apresentadas pelo humanismo jurídico portam, discretamente, a exploração capitalista. Os direitos ao patrimônio comum da humanidade, ao meio ambiente sadio, ao desenvolvimento e mesmo o direito à paz, cada um deles reproduz os meios de apropriação e organização capitalista do imperialismo – os mesmos meios que dão suporte aos lucros privados sobre os bens coletivos, que mantêm a dominação imperialista e que preparam as guerras no interior do sistema de Estados. O idealismo e a visão romântica sobre os direitos humanos escondem esta contradição, e é preciso expô-la, é preciso superar a ideologia jurídica. Nossa crítica marxista, realizada pela crítica do capital e de sua forma jurídica em escala internacional, é um esforço nesta direção.

Palavras-chave: Capitalismo. Forma jurídica. Direitos humanos. Direitos de solidariedade. Marxismo

ABSTRACT

Our study seeks to identify the material connection between capitalism and human rights of solidarity. These rights, according to legal theory and international declarations, by contemplating the whole mankind, by conceiving human gender as a law subject, are the highest expression of the progress of human conscience concerning human dignity and the threats against collective life on Earth. We propose, on the contrary, that human rights of third generation express the most abstract forms of capitalism after the Second World War, specially those who correspond to finance and to capital globalization. The internationalized bourgeoisie society has become itself more abstract in its fundamental categories, and legal categories have followed the same movement. And in a similar way to what happens to human rights of first generation and second generation, the charming words presented by legal humanism discreetly bear capitalist exploitation. The rights to the common heritage of mankind, to a clean environment, to development and even the right to peace, each one of them reproduce the means of capitalist appropriation and organization of imperialism – the same means which support private profits and collective goods, which maintain imperialist domination and which prepare wars inside the system of states. The idealism and the romantic view about human rights hide this contradiction, and it is necessary to expose it, it is necessary to overcome legal ideology. Our marxist criticism, performed by the critique of capital and its legal form on international scale, is an effort towards this direction.

Keywords: Capitalism. Legal form. Human rights. Rights of solidarity. Marxism

RÉSUMÉ

Notre étude cherche à identifier la connexion matérielle entre le capitalisme et les droits de l'homme de solidarité. Ces droits, selon la théorie juridique et les déclarations internationales, en contemplant l'humanité toute entière, en concevant le genre humain comme sujet du droit, sont la plus élevée expression du progrès de la conscience humaine en ce qui concerne la dignité de l'homme et les menaces contre la vie collective sur Terre. Nous proposons, au contraire, que les droits de l'homme de la troisième génération expriment les formes plus abstraites du capitalisme après la Deuxième Guerre Mondiale, spécialement celles qui correspondent à la finance et à la mondialisation du capital. La société bourgeoise internationalisée est devenue elle-même, dans ses catégories fondamentales, plus abstraite, et les catégories juridiques ont suivi ce même mouvement. Et de façon similaire à ce qui succède avec les droits de l'homme de première génération et de deuxième génération, les paroles charmantes présentées par l'humanisme juridique portent, discrètement, l'exploitation capitaliste. Les droits au patrimoine commun de l'humanité, au environnement sain, au développement et même le droit à la paix, chacun d'eux reproduit les moyens de l'appropriation et de l'organisation capitaliste du impérialisme – les mêmes moyens qui supportent les profits privés sur les biens collectives, qui conservent la domination impérialiste et qui préparent les guerres dans l'intérieur du système d'états. L'idéalisme et la vision romantique sur les droits de l'homme cachent cette contradiction, et il faut la exposer, il faut surmonter l'idéologie juridique. Notre critique marxiste, réalisé par la critique du capital et de sa forme juridique à l'échelle internationale, est un effort à cette direction.

Mots-clés: Capitalisme. Forme juridique. Droits de l'homme. Droits de solidarité. Marxisme

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO.....	13
II. O CAPITALISMO INTERNACIONAL.....	28
1. O capitalismo como modo de produção.....	28
2. A dinâmica da produção capitalista.....	40
3. Mercado mundial e divisão internacional do trabalho.....	52
4. Imperialismo.....	67
4.1. Imperialismo, capital financeiro e monopolismo.....	70
4.2. Partilha do mundo.....	82
4.3. Estado e sistema de Estados.....	96
III. DIREITO E CAPITALISMO NA SOCIEDADE INTERNACIONAL.....	118
1. A forma jurídica.....	118
2. O direito internacional.....	151
IV. AS DIMENSÕES DOS DIREITOS HUMANOS E O CAPITALISMO.....	189
1. Direitos humanos e dignidade da pessoa humana.....	190
2. Direitos humanos de primeira dimensão.....	202
3. Direitos humanos de segunda dimensão.....	212
4. Direitos humanos de terceira dimensão.....	222
4.1. Direito ao patrimônio comum da humanidade.....	255
4.2. Direito ao meio ambiente.....	267
4.3. Direito ao desenvolvimento e ao progresso social.....	278
V. UM CASO EXEMPLAR: O DIREITO À PAZ.....	292
1. Prelúdio e afirmação do direito à paz.....	292
2. Capitalismo, paz e guerra.....	304
3. Forma jurídica, paz e guerra.....	313
VI. À GUIA DE CONCLUSÃO.....	335
VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	343

I. INTRODUÇÃO

O que dizer dos direitos humanos? Eles se apresentam, desprovidos de qualquer falsa modéstia, como o horizonte decisivo da civilização e das realizações da humanidade. Na falta deles, não haveria nada além de embrutecimento e tragédia. Não à toa, a célebre Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 considerava que “a ignorância, o descuido ou o desprezo dos direitos humanos são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção dos governos”.

Tal interpretação se mostra muito convidativa quando se nota que diversas das enormes mazelas que se abatem sobre os(as) oprimidos(as) do mundo configuram violações de direitos humanos. Se nos ativermos aos dramas da realidade nacional nos dias de hoje, apenas a título exemplificativo, identificaremos prontamente que problemas como os despejos de famílias sem-teto, o desalojamento de comunidades indígenas e quilombolas, as medidas de terror e *apartheid* contra a juventude negra e um longo etc., de fato, remetem aos direitos humanos.

Um quadro como este imediatamente coloca a defesa dos direitos humanos como o único remédio, sugerindo que o grande desafio da humanidade seria zelar pelo seu cumprimento. Respeitadas as Convenções da OIT, as normas firmadas nos tratados de direitos fundamentais, os dispositivos constitucionais etc., teríamos um éden a usufruir, como se fosse uma questão de meio adequado: faltaria apenas descobrir a fórmula que conduzisse os homens e as mulheres do seu ser degradado até o sublime dever-ser das normas consagradoras de direitos. Afinal, não faltam documentos elegantes louvando a dignidade do homem. Norberto Bobbio, ilustrativamente, cita a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e anuncia que ela inaugura uma terceira fase na história da afirmação dos direitos do homem. Depois de sua elaboração filosófica e de sua concretização em declarações e normas de Estado, caberia agora, nos marcos da universalização formal destes direitos, exigir a sua efetividade:

Com a Declaração de 1948, tem início uma terceira e última fase, *na qual a afirmação dos direitos é, ao mesmo tempo, universal e positiva*: universal no sentido de que os destinatários dos princípios nela contidos não são mais apenas os cidadãos deste ou daquele Estado, mas todos os homens; positiva no sentido de que põe em movimento um processo em cujo final os direitos do

homem deverão ser não mais apenas proclamados ou apenas idealmente reconhecidos, porém efetivamente protegidos até mesmo contra o próprio Estado que os tenha violado. No final desse processo, os direitos do cidadão terão se transformado, realmente, positivamente, em direitos do homem (BOBBIO, 2004, p. 29-30).

Mas e se as coisas não forem tão simples assim? E se aquilo que se oferece como solução não for mais do que o corolário jurídico de uma sociabilidade que engendra os males que se quer enfrentar? Em nossa dissertação de mestrado – um estudo das relações entre o capitalismo e os direitos humanos e sociais (BIONDI, 2012) –, principiamos com estas indagações. Trata-se agora de avançar com elas, numa tentativa de estender a crítica marxista dos direitos humanos aos seus últimos domínios, confrontando as posições da dogmática jurídica e rompendo com seus limites cognitivos. Passemos, assim, à apresentação do problema.

A grande maioria dos estudos sobre direitos humanos, em especial aqueles que se ocupam das chamadas dimensões ou gerações desses direitos, inicia-se citando a aula inaugural de Karel Vasak, jurista de origem tcheca, em dois de julho de 1979, na abertura dos cursos do Instituto Internacional dos Direitos Humanos em Estrasburgo (França). Menciona-se esta aula como o marco de uma divisão dos direitos humanos em diferentes momentos de uma progressão, cada uma deles remetendo aos ideais da revolução francesa: liberdade, igualdade e fraternidade.

Em verdade, caberiam duas correções. De início, constata-se que a classificação doutrinária que concebe os direitos humanos como direitos de liberdade, igualdade e fraternidade, e segundo uma sucessão geracional, é anterior a 1979. Num texto de novembro de 1977 (“*A 30-year struggle: the sustained efforts to give force of law to the Universal Declaration of Human Rights*”), veiculado no *The Unesco Courier*, Vasak já colocava a clássica divisão. E, em acréscimo, o jurista tcheco registra que a cunhagem da fórmula “terceira geração de direitos humanos” não se deve a ele, e sim ao Diretor Geral da Unesco à época¹:

Os direitos proclamados na Declaração Universal constituem duas categorias: de um lado, direitos civis e políticos, e de outro, direitos econômicos, sociais e culturais. Por causa dos padrões variáveis da sociedade nos anos recentes, tornou-

¹ O cargo era ocupado pelo professor senegalês Amadou-Mahtar M’Bow, cujo mandato se estendeu de 1974 a 1987.

se imperativo formular o que o Diretor Geral da Unesco definiu “a terceira geração dos direitos humanos²” (VASAK, 1977, p. 29).

Contudo, foi Vasak quem trabalhou melhor o conceito, indo além de sua vaga formulação nominal e identificando um conteúdo determinado e uma lógica ímpar. Verifiquemos agora os termos da divisão geracional indicada pelo autor.

Na primeira geração dos direitos humanos, estariam contemplados os direitos políticos e civis, isto é, o conjunto das liberdades democráticas essenciais ao Estado de Direito, tais como a integridade corporal e patrimonial dos cidadãos, a representação pelo sufrágio como expressão da soberania popular, o direito de se locomover livremente, a liberdade de expressão e de associação, o direito a um julgamento justo nos marcos do devido processo legal e tantos outros. Seriam os direitos humanos iniciais, por assim dizer, aqueles que irromperam já nas primeiras declarações de direitos: o *Bill of Rights* de 1689, na Inglaterra, a Declaração de Direitos de Virgínia de 1776, na América do Norte, e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, na França.

Já a segunda geração dos direitos humanos, mais complexa, abarcaria os direitos econômicos e sociais, aqui entendidos como um rol de exigências mínimas de bem-estar material, é dizer, de necessidades humanas mais elementares, tais como saúde, educação, habitação, condições de trabalho consideradas decentes, previdência e proteção à infância e à maternidade, além de outros que a estes se associam pelo conteúdo, como o direito ao trabalho e as liberdades sindicais. A positivação destes direitos como direitos fundamentais começa a se dar com o constitucionalismo social, com destaque para a Constituição mexicana de 1917 e para a Constituição de Weimar de 1919. Mas estes foram apenas ensaios, já que a experiência mais efetiva com esses direitos ocorreu sob o *welfare state* na Europa ocidental do pós-guerra, e com uma figura similar nos Estados Unidos, apresentada em 1944 por Franklin D. Roosevelt, num famoso discurso que aludia a um “segundo *Bill of Rights*”, e com feições econômico-sociais.

Finalmente, Karel Vasak citou “direitos de fraternidade” ou de “solidariedade”, inovando na discussão acerca dos direitos humanos. Com o prestígio de sua autoridade

² No texto original: “The rights proclaimed in the Universal Declaration fall into two categories: on the one hand, civil and political rights and, on the other hand, economic, social and cultural rights. Because of the changing patterns of society in recent years, it has become imperative to formulate what the Director General of Unesco has termed ‘the third generation of human rights’”. Aproveitamos para esclarecer que todas as citações de obras em língua estrangeira serão traduzidas por nós livremente.

enquanto diretor da Divisão de Direitos do Homem e da Paz da Unesco, o conhecido jurista deu um passo além na seara da doutrina jurídica tradicional, abrindo um novo campo teórico. Isto se deu pela propositura da existência de direitos relacionados ao desenvolvimento, a um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, à paz e ao patrimônio comum da humanidade:

A comunidade internacional está embarcando agora numa terceira geração de direitos humanos que pode ser chamada “direitos de solidariedade”. Tais direitos incluem o direito ao desenvolvimento, o direito a um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, o direito à paz e o direito à propriedade do patrimônio comum da humanidade³ (VASAK, 1977, p. 29).

São direitos que transcendem questões como cidadania e bem-estar, envolvendo pretensões que interessam ao gênero humano enquanto tal. Na compreensão de Vasak (1977, p. 29), “dado que estes direitos refletem certa concepção de vida em comunidade, eles só podem ser implementados pelos esforços combinados de todos: indivíduos, Estados e outros organismos, bem como instituições públicas e privadas⁴”. Todas as formas de personalidade jurídica precisariam se compor para a consecução de um objetivo de cunho comunitário.

Estaríamos diante, assim, dos direitos mais universais já imaginados, dignos efetivamente do termo fraternidade – ou ainda, solidariedade. Atualmente, a segunda designação é hegemônica, mas segue a ideia de irmanar os homens ao redor de seus interesses comuns. A expressão “direitos de solidariedade” é atribuída a Étienne-Richard Mbaya, jusfilósofo originário do Zaire (atual República Democrática do Congo). O que ela exprime é a titularidade coletiva desses direitos, que não se limita a indivíduos determinados ou mesmo determináveis. O sujeito dos novos direitos é uma dada coletividade, assim considerada, ou a humanidade como um todo, a espécie humana em si. Não haveria como se individualizar o titular dos direitos (que seria em si um ente coletivo), o que lhes implica uma compleição difusa.

³ No original: “The international community is now embarking upon a third generation of human rights which may be called ‘rights of solidarity’.

Such rights include the right to development, the right to a healthy and ecologically balanced environment, the right to peace, and the right to ownership of the common heritage of mankind”.

⁴ Na língua vernácula: “Since these rights reflect a certain conception of community life, they can only be implemented by the combined efforts of everyone: individuals, states and other bodies, as well as public and private institutions”.

Não obstante o considerável prestígio, a separação dos direitos humanos em distintas gerações foi questionada, e houve oposição até mesmo ao caráter jurídico dos direitos de solidariedade. Convém tratar em apartado essas duas linhas de crítica.

Contra a separação em gerações, alega-se que esta terminologia sugere que determinados direitos se esgotariam num certo período, incidindo-se no erro de circunscrevê-los em épocas específicas. Seria notoriamente equivocado imaginar que do século XVIII ao XIX tivemos a época dos direitos civis e políticos e que, encerrada aquela etapa, seus sucessores teriam tomado-lhes o lugar – e ainda, que a geração dos direitos de solidariedade fizesse o mesmo com a dos direitos sociais. Os direitos humanos, destaca esta crítica doutrinária, não se superam uns aos outros. Eles se acumulariam e se aperfeiçoariam, indicando uma interdependência, de modo que os novos direitos suprem a “incompletude” dos anteriores, e assim se avança na tutela jurídica da dignidade humana. Isto explica a preferência pela palavra “dimensão” ao invés de geração, e aqui se mostra imprescindível apontar Cançado Trindade (1997, p. 390) como expoente desta tradição de rechaço ao recorte geracional:

[...] a fantasia nefasta das chamadas ‘gerações de direitos’, histórica e juridicamente infundada, na medida em que alimentou uma visão fragmentada ou atomizada dos direitos humanos, já se encontra devidamente desmistificada. O fenômeno que hoje testemunhamos não é o de sucessão, mas antes, de uma expansão, cumulação e fortalecimento dos direitos humanos consagrados, consoante uma visão necessariamente integrada de todos os direitos humanos⁵.

Entretanto, seja a escolha do termo por dimensão ou geração, o conteúdo da ideia permanece semelhante na doutrina nacional (sendo que essas disputas em torno da adequação do termo são menos recorrentes no estrangeiro). Ingo Sarlet (2003, p. 50) ressalta que “a discordância reside essencialmente na esfera terminológica, havendo, em princípio, consenso no que diz com o conteúdo das respectivas dimensões e ‘gerações’ de direitos”. O que importa é que surgiram novos direitos do homem, e que eles desabrocharam em épocas históricas diferenciadas, dando ensejo às classificações doutrinárias.

⁵ Paulo Bonavides (2004, pp. 571-572) é caudatário deste raciocínio: “Força é dirimir, a esta altura, um eventual equívoco de linguagem: o vocábulo ‘dimensão’ substitui, com vantagem lógica e qualitativa, o termo ‘geração’, caso este último venha a induzir apenas sucessão cronológica e, portanto, suposta caducidade dos direitos das gerações antecedentes, o que não é verdade”.

Quanto às críticas com relação à existência efetiva de direitos humanos de solidariedade, encontramos-las mais na doutrina estrangeira do que na nacional. Bobbio (2004, p. 5) desconfia abertamente de tais direitos, afirmando que eles “constituem uma categoria, para dizer a verdade, ainda excessivamente heterogênea e vaga, o que nos impede de compreender do que efetivamente se trata”. O jurista belga Guy Haarscher (1993, p. 43) vai além, desconsiderando seu estatuto jurídico e os reputando como reivindicações de cunho tão somente moral, sugerindo que elas, inclusive, enfraqueceriam o conjunto dos direitos humanos, banalizando-os.

Enfrentaremos esta polêmica no devido momento, expondo melhor os argumentos dos negadores da terceira dimensão. Não temos condições de entrar neste debate antes de formular a concepção de direito que norteará o estudo em tela. Trabalharemos, por ora, com a ideia de que os direitos humanos de solidariedade gozam de um real estatuto jurídico, seguindo a doutrina majoritária no âmbito dos direitos humanos.

Vale acrescentar que também é objeto de controvérsia o rol dos direitos humanos de terceira dimensão. Existe um núcleo duro que se acha em toda a doutrina, como os direitos à paz, ao desenvolvimento e ao meio ambiente equilibrado. A depender do autor, no entanto, esta lista se expande com diferenças. Paulo Bonavides, acompanhado por doutrinadores progressistas como Ingo Sarlet, acrescenta novos direitos ao rol, como o direito à autodeterminação dos povos e à comunicação, fazendo-o sob o pretexto de que “a relação de Vasak, em verdade, é apenas indicativa daqueles que se delinearam em contornos mais nítidos contemporaneamente”, de tal sorte que, sob esta óptica, “é possível que haja outros em fase de gestação, podendo o círculo alargar-se à medida que o processo universalista se for desenvolvendo” (BONAVIDES, 2004, p. 569).

Para Bonavides (2004, p. 570-571), inclusive, caberia cogitar ainda uma quarta dimensão dos direitos humanos, compreendendo direitos à democracia, à informação e ao pluralismo. É a mesma leitura adotada por Étienne-Richard Mbaya, que também atribui à quarta dimensão um caráter coletivo⁶. E os novos direitos que emergiram nos anos 1990 e 2000, para alguns doutrinadores, formariam outras dimensões de direitos humanos,

⁶ “É preciso desde logo anunciar, com vigor, a necessidade de uma pesquisa em profundidade com vistas à promoção de uma nova geração – a quarta – que seria, no nosso entender, a dos direitos à democracia, às comunicações e aos pluralismos cujos beneficiários serão os indivíduos, as comunidades e os povos” (MBAYA, 1997, p. 33).

associadas à bioética e ao domínio virtual⁷. Está implícito que, quanto mais eclodem novos desafios para a humanidade, mais se estende a tutela da dignidade humana, numa incessante reinvenção dos direitos humanos.

Quanto às elaborações feitas nos EUA e na Europa, no que toca o debate dos direitos de terceira dimensão, verifica-se uma notável heterogeneidade. Um rápido exemplo: Christian Tomuschat (2003, p. 48) alude apenas ao que chamamos de núcleo duro, enquanto que Philip Alston (2001, p. 269-270) apresenta uma distinta relação de “direitos dos povos”, excluindo o direito ao patrimônio comum da humanidade, de um lado, e incluindo direitos de minorias e de povos aborígenes, de outro.

Em todos os casos, o titular dos direitos é um ente que transcende a figura do indivíduo, seja um agrupamento, uma nação, ou a humanidade assim considerada. Daí a imagem de novos direitos, marcados pela indeterminação individual, ou melhor, pela forçosa tutela de causas coletivas. Neste universo, a dogmática apresenta uma nuance entre direitos difusos e coletivos:

Aspecto nuclear dos direitos metaindividuais, a distinção entre direitos difusos e coletivos nem sempre fica muito clara, podendo-se dizer que o critério subjetivo diferencia-os (maior ou menor indeterminação dos titulares do Direito). Os direitos difusos centram-se em realidades fáticas, “genéricas e contingentes, acidentais e mutáveis” que engendram satisfação comum a todos (pessoas anônimas envolvidas, mas que gastam produtos similares, moram na mesma localidade, etc.), enquanto os direitos coletivos envolvem interesses comuns no interior de organizações sociais, de sindicatos, de associações profissionais etc. (WOLKMER, 2010, p. 18).

Importa-nos mais a lógica que organiza a proposta dos direitos humanos de solidariedade do que as divergências em torno do seu inventário, de sorte que não nos interessa, neste trabalho, alargar ou encurtar a lista. De qualquer maneira, é de se pontuar que a polémica doutrinária quanto à extensão desse rol de direitos deve-se à pouca quantidade de instrumentos normativos que os sistematizem – excetuando-se, até certo ponto, a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos. Com efeito, não há um pacto internacional específico de direitos de solidariedade, diferentemente do que se dá com os direitos humanos das duas primeiras dimensões. Entretanto, sejam quais forem as causas, cumpre delimitar, desde já, os direitos que iremos anatomizar em nossa tese. Optaremos

⁷ Um útil compêndio destas discussões encontra-se em WOLKMER, 2010, p. 19-23.

pela lista “original” que encontramos em Karel Vasak, até como forma de nos desvencilharmos de eventuais (e infrutíferas) querelas dogmáticas. Contemplaremos, então, o direito à paz (sobre o qual meditaremos com mais vagar), o direito ao desenvolvimento, o direito ao meio ambiente equilibrado e o direito ao patrimônio comum da humanidade.

Proceder desta forma nos faz arcar com o custo de abrir mão de discussões extremamente interessantes e relevantes, como as que envolvem o direito à comunicação e, sobretudo, o direito à autodeterminação dos povos – mormente num mundo com a configuração atual, em que frequentemente há convulsões sociais impulsionadas por reivindicações de cunho nacionalista por parte das populações oprimidas e subjugadas. Estamos perfeitamente cientes desta perda, e é justamente pelas proporções do assunto que optamos por deixá-lo de lado, vez que ele consumiria nossas atenções de tal modo que inviabilizaria nosso objeto de análise. A autodeterminação dos povos enquanto um direito humano é um tema que, mais do que os outros envolvidos, demandaria e mereceria uma tese à parte (é o direito de terceira dimensão que comporta mais debates), e não seria sensato abordá-lo superficialmente apenas para, como se diz popularmente, “cumprir tabela”.

Para definir as fronteiras de nossa investigação, tomaremos como critério os direitos reivindicados com mais frequência pela doutrina jurídica e os direitos que trazem em si, de modo mais exacerbado, o componente da transcendência do indivíduo, a aura de interesse da humanidade toda, mais do que dos povos como entes coletivos. Autores como Fábio Comparato revelam uma sutil gradação entre os direitos dos povos e os direitos da espécie humana – não uma gradação axiológica, mas um patamar diferenciado de reconhecimento da dignidade do homem, um instante mais elaborado, um passo adiante na defesa do gênero humano. É o que se deduz das avaliações feitas pelos juristas sobre documentos que tocam os direitos de solidariedade:

Em 1981, na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, reconheceu-se que todos os povos devem ser tratados com igual respeito, tendo direito à autodeterminação, à livre disposição de sua riqueza e de seus recursos naturais, ao desenvolvimento econômico, social e cultural, bem como à paz e à segurança. Chegou-se enfim ao reconhecimento de que à própria humanidade, como um todo solidário, devem ser reconhecidos vários direitos: à preservação de sítios e monumentos, considerados parte integrante do patrimônio mundial, à comunhão nas riquezas minerais do subsolo marinho, à preservação do equilíbrio ecológico do planeta (COMPARATO, 2010, p. 69-70).

Julgamos inexato alocar o direito humano à paz num subconjunto de direitos dos povos, dado que a paz é propagandeada como um bem jurídico do interesse da espécie humana, como um requisito para a sua sobrevivência. De qualquer modo, esta subclassificação (direitos dos povos x direitos da espécie) nos é secundária. Muito mais frutífero será revolver o alicerce histórico que atribui certos direitos (ou que assim anuncia) “à própria humanidade como um todo solidário”, uma vez que, para o entendimento da terceira dimensão dos direitos humanos, eles são tendencialmente mais reveladores que os direitos dos povos, menos abrangentes. Mais um motivo para abdicarmos da perquirição sobre os direitos à autodeterminação dos povos e à comunicação e escolhermos, em seu lugar, aqueles que se colocam num degrau acima na escala de transcendência do homem individual rumo ao gênero humano.

Nosso intuito central no trabalho em tela é discutir a terceira dimensão dos direitos humanos enquanto um ramo relativamente autônomo nos direitos humanos, ou seja, enquanto um conjunto com uma lógica interna própria, como sucede com os direitos de liberdade (civis e políticos) e os direitos de igualdade (econômicos e sociais). Voltaremos à dimensão que se mostra menos explorada pelos estudos jurídicos. Importa discutir como surgem os direitos humanos de solidariedade e se é devida a eles a alcunha jurídica, quer dizer, se é admissível concebê-los a justo título como direitos. No entanto, não tencionamos fazê-lo à maneira tradicional, e é aí que entra o desafio desta tese de doutorado.

Os juristas do pensamento dominante, ressalvadas algumas nuances de cada um, convergem em sua abordagem sobre os direitos humanos, atribuindo como causa da ascensão de novos direitos uma compreensão ética do mundo. Esta concepção exprime-se em sua plenitude na categórica reflexão de Comparato (2010, p. 72), a quem recorremos novamente para justificar nossas preocupações:

É irrecusável, por conseguinte, encontrar um fundamento para a vigência dos direitos humanos além da organização estatal. Esse fundamento, em última instância, só pode ser a consciência ética coletiva, a convicção, longa e largamente estabelecida na comunidade, de que a dignidade da condição humana exige o respeito a certos bens ou valores em qualquer circunstância, ainda que não reconhecidos no ordenamento estatal, ou em documentos normativos internacionais.

O apelo ético de Comparato é tamanho que o conduz quase que a uma retomada tácita do direito natural, em contraste com o “juspositivismo ético”⁸ hegemônico na doutrina majoritária dos direitos humanos. Estes direitos, para o famoso jurista, independem de normas estatais na sua fundamentação, e a consciência humana se bastaria para tal. Algo não muito distante, justiça seja feita, do “alargamento do círculo” ao longo do “processo universalista” proposto por Bonavides, conforme já citamos.

A maioria dos autores não vai tão longe. O mais comum, em matéria de direitos humanos, é atribuir-se importância cabal à positivação dos direitos – uma positivação destinada ao atendimento de necessidades humanas ou coletivas, de tal maneira que, a cada nova rogativa, novos direitos estariam por emergir, ampliando a proteção da dignidade humana. Não obstante, isso em nada afasta o idealismo ético, apenas o refina com um ar sociológico. Afinal, se as necessidades impõem direitos de imediato, furtando-se a experimentar qualquer mediação histórica e social, então se está a supor, no fundo, que a consciência coletiva assimila de modo automático as necessidades de sua época e que plasmando direitos para lidar com elas.

Este esquema que criticamos é uma constante em diversos autores. André de Carvalho Ramos (2005, p. 85) é um deles, associando os direitos de solidariedade à “descoberta do homem vinculado ao planeta Terra, com recursos finitos, divisão absolutamente desigual de riquezas em verdadeiros círculos viciosos de miséria e ameaças cada vez mais concretas à sobrevivência da espécie humana”. Ingo Sarlet (2003, p. 54) segue o mesmo caminho:

Cuida-se, na verdade, do resultado de novas reivindicações fundamentais do ser humano, geradas, dentre outros fatores, pelo impacto tecnológico, pelo estado crônico de beligerância, bem como pelo processo de descolonização do segundo pós-guerra e suas contundentes conseqüências, acarretando profundos reflexos na esfera dos direitos fundamentais.

A última coisa que queremos é desabonar ou desmerecer as honestas intenções dos autores em questão – muito embora, é bom dizer, não faltam teóricos dos direitos humanos que não correspondem exatamente ao perfil progressista da maioria dos seus pares. O que

⁸ Uma explicação sobre o juspositivismo ético, esta “espécie de reintrodução da moral no fenômeno jurídico”, encontra-se em MASCARO, 2012, p. 356.

move uma pesquisa como a presente, orientada pelos ditames do materialismo histórico-dialético, é apenas a perspectiva crítica em face de concepções que julgamos idealistas e, portanto, equivocadas. Não podemos concordar com a ideia de que os direitos humanos marcham continuamente para os pórticos da emancipação e do progresso, atualizando ou aperfeiçoando seus postulados pelo percurso. Eis aí uma compreensão idealista na acepção rigorosa do conceito, impregnada de teleologia, e é com ela que iremos polemizar.

Há que se combater a visão enganosa pela qual os direitos humanos seriam a resposta aos dilemas que a consciência ética “percebe”, “descobre”, “constata”, “reconhece” etc., e este léxico corriqueiro no meio doutrinário não é inocente. Se a história dos direitos humanos é narrada, em regra, com termos de cunho cognitivo, ligados à ideia, e não à realidade material, isto não resulta do acaso.

O vício em que incorrem autores como Comparato, Sarlet, Ramos e Bonavides, para nos atermos a alguns nomes, é de natureza metodológica, e independe de seu alinhamento progressista em diversos assuntos. Eis o cerne da questão. Tanto é assim que, no tocante ao fundamento dos direitos humanos de terceira dimensão, suas elaborações em quase nada discrepam daquela oferecida por um jurista conservador como Manoel Gonçalves Ferreira Filho (2008, p. 57), que diz que “a consciência de novos desafios, não mais à vida e à liberdade, mas especialmente à *qualidade* de vida e à *solidariedade* entre os seres humanos de todas as raças ou nações” teria redundado no surgimento de uma nova geração – a terceira – de direitos fundamentais. Dos mais progressistas aos mais conservadores, a cantilena é sempre a mesma.

Seria necessariamente errôneo – indagar-se-ia – propor uma explicação idealista para a aparição dos direitos humanos, e em particular para os direitos humanos de solidariedade, que nos interessam centralmente? Façamos algumas perquirições e convidemos o(a) leitor(a) a seguir nosso raciocínio.

Os teóricos dos direitos humanos nos dizem que a terceira dimensão desses direitos seria, se nos autorizam a sinopse, uma reação da consciência da humanidade a eventos como, para usar o trecho extraído de Ingo Sarlet, o “impacto tecnológico”, “o estado crônico de beligerância” e o “processo de descolonização do segundo pós-guerra”. Muito bem. Primeira pergunta: o desenvolvimento tecnológico gera direitos?

A história da humanidade é repleta de avanços tecnológicos que impactaram sobremaneira o seu desenvolvimento. Do domínio do fogo à recente nanotecnologia, os anais da ciência registram jubilosas maravilhas, mas nem por isso, nesta passagem por inventos e descobertas mil, eclodiram direitos humanos antes, muito menos de solidariedade, e nem mesmo no esplendor de civilizações do passado. A roda, surgida na antiquíssima Suméria, revolucionou o trabalho humano, e sem originar um direito sequer. O mesmo se aplica à bússola, ao telescópio, à máquina a vapor etc.

Pergunta seguinte: guerras crônicas fomentam novos direitos? Fosse assim, a Idade Média europeia, atolada em sangue pelas intermináveis disputas militares entre senhores feudais (cuja ocupação primordial era guerrear), seria uma abundante fonte de direitos, e sabemos não ser este o caso.

Última pergunta: processos de descolonização podem ensejar direitos humanos? Considerados em si mesmos, de modo algum, ainda mais em se tratando de direitos de solidariedade. A independência das ex-colônias da América espanhola e da América portuguesa no século XIX não introduziu nenhuma dimensão ou geração de direitos.

As indagações que fizemos, por óbvio, tinham um objetivo provocador. Serviram bem ao propósito de escancarar a insuficiência da abordagem idealista, e já podemos deixá-las de lado. Resta claro que, se os direitos humanos se originassem da consciência humana mediante problemas dados, já teriam se constituído em oportunidades anteriores – a não ser que, por algum motivo misterioso, esta consciência estivesse adormecida, apenas aguardando o momento adequado para o despertar. A questão essencial a se colocar, pois, e que define nosso centro de preocupações, é esta: por que os direitos humanos de solidariedade surgiram na época exata em que surgiram, isto é, na segunda metade do século XX, com as suas importantes concretudes históricas⁹?

Como abordagem alternativa à teoria tradicional, portanto, propomos a análise dos direitos humanos de terceira dimensão segundo a história material em que eles se inserem, e que corresponde, numa visão de totalidade, ao modo capitalista de produção,

⁹ Nosso questionamento é análogo ao de Márcio Bilharinho Naves no que diz respeito às categorias jurídicas de liberdade e igualdade, tão caras aos direitos humanos: “É somente em um momento muito preciso da história, sob uma estrita determinação social, exatamente quando as relações de produção capitalistas vão se constituindo, que a liberdade e a igualdade aparecem como se fossem inerentes à própria natureza do homem. Por que essas categorias, por tanto tempo ignoradas, por tanto tempo negadas, agora se tornam tão imprescindíveis para a própria identificação da humanidade do homem?” (NAVES, 2005, p. 26).

concretamente concebido no momento histórico que assinalamos. Somente esse método é capaz de identificar na análise as mediações históricas e sociais que, desmontando as improfícuas leituras éticas/idealistas, afastam os arbítrios da consciência coletiva – seja lá o que for isto – e devolvem a ciência ao terreno firme da vida material.

Um longo itinerário nos aguarda para o cumprimento do objetivo proposto. De início, haveremos de examinar o capitalismo em sua configuração internacional, começando por suas formas sociais elementares, avançando para o estudo de suas relações características em nível mundial e chegando ao conceito de imperialismo, que reputamos de extrema importância para nosso tema.

Pensar o capitalismo em nível internacional é imperativo para a apreciação dos direitos humanos de solidariedade, já que esta é a mais internacional de todas as dimensões dos mencionados direitos. Decerto que não vasculharemos em demasia um universo tão abrangente como o capitalismo internacional; por outro lado, seria igualmente temerário e contraproducente se nos detivéssemos em obviedades ou se incorrêssemos em simplificações. De fato, ficaremos numa posição delicada, e estamos conscientes do risco de pecarmos pela exiguidade ou pelo excesso. Perseguiremos o equilíbrio pelo foco em nosso objetivo com este debate, que é apenas coletar com qualidade os conceitos necessários para instruir uma análise do direito enraizada no materialismo histórico-dialético. O que importa, aqui, é o cuidado de se tomar em consideração que, no nosso caso, não seria suficiente dissecar as formas e estruturas capitalistas sob uma óptica nacional; não poderíamos quedar silentes em face das circunstâncias colocadas pela organização mundial do capital.

Em virtude dos mesmos motivos, nossa apreciação sobre o direito se encaminhará para a arena internacional, mas antes apresentaremos suas categorias basilares. Iniciaremos com o exame da forma jurídica abstrata e rumaremos no sentido do direito internacional enquanto forma concreta. Assim como é mister ao menos esboçar uma crítica do capitalismo mundialmente organizado, somos simetricamente compelidos à crítica da forma jurídica mundialmente estruturada – até mesmo por força do indissolúvel elo entre o modo capitalista de produção e o direito enquanto forma social única. Cumpre conhecer a fundo os arranjos da estrutura econômica que arquitetam as categorias jurídicas em sua lógica peculiar.

Advertimos desde logo que não nos será dado passar pelo direito em geral, tampouco pelo direito internacional, sem colecionar polêmicas, e é mais do que certo que a concepção que defenderemos se chocará com as tradições juspositivistas e jusnaturalistas. Tomaremos o cuidado, assim sendo, de não extrapolar nossas metas dentro de nossas perscrutações, cujo norte não haveremos de perder. Subordinaremos sempre nossas incursões e diligências teóricas às exigências metodológicas que nos são caras e ao horizonte daquilo que elegemos como tema de pesquisa.

No momento sucedâneo, caberá adentrarmos propriamente no domínio dos direitos humanos. Começaremos com uma discussão mais abstrata sobre eles, remetendo ao conceito de dignidade humana. Logo em seguida, analisaremos os direitos humanos das duas primeiras dimensões, permitindo-nos uma explanação sucinta sobre o assunto, dado que fizemos um estudo exclusivo sobre ele em nossa dissertação de mestrado. Destarte, retomaremos aquelas categorias jurídicas com espírito de brevidade, adotando um enfoque no desenvolvimento do raciocínio para o nosso tema atual – o que não quer dizer que nossas considerações serão superficiais; apenas nos ateremos a proposições cujo aprofundamento se deu alhures, em espaço apropriado.

Ainda nesta etapa da pesquisa, e que corresponde ao capítulo quatro, avançaremos, finalmente, sobre os direitos humanos de solidariedade. Será a ocasião de refletirmos a fundo sobre estes direitos e sobre o seu significado enquanto uma nova dimensão dos direitos humanos, além, é claro, de esquadrihar as suas características intrínsecas (relacionadas à titularidade, ao objeto, à tutela etc.), e que causam certas inquietações doutrinárias, como no caso do debate sobre a sua natureza jurídica. Feita esta discussão, já nos endereçaremos a cada um dos direitos, e nesta ordem: o direito ao patrimônio comum da humanidade, o direito ao meio ambiente equilibrado e o direito ao desenvolvimento. Tudo em cotejo permanente com o capitalismo enquanto modo de produção e com o imperialismo enquanto sua organização mundial.

Reservamos um capítulo à parte – o derradeiro – ao direito à paz. A ele dedicaremos atenção especial, e em razão do fato de concentrar em si, nos estudos em geral, a maior carga de idealismo. Tanto que, certamente, alguém haveria de questionar como uma nobilíssima aspiração como a paz estaria associada a determinadas maquinações de ordem capitalista. Não convém antecipar a polêmica, mas adiantamos desde logo que a chave do

problema do direito à paz está no direito, e não na paz. Para demonstrá-lo, faremos apreciações acerca da Carta das Nações Unidas e de outros documentos pertinentes. Encerrada esta parte, poderemos nos encaminhar para as conclusões finais.

Esperamos que, ao longo do trabalho, consigamos reunir o material necessário para formular uma leitura materialista e dialética dos direitos humanos de solidariedade e de suas relações com o capitalismo. Este é o caminho radical, que desagrade os reacionários, os conservadores e os progressistas – estes bondosos conciliadores. Submeter os direitos humanos, tema caro ao reformismo, a uma crítica marxista, método odiado pelos contrarrevolucionários, significa expor-se em duas frentes de combate. Porém, é próprio da crítica marxista não recuar ante as dificuldades deste jaez, ou seja, não fazer concessões teóricas. Estaremos em constante atrito com o pensamento dominante, o que dará a esta obra um incontornável tom polemista. Assim sendo, nossa obrigação de refinar os argumentos e zelar pelo rigor metodológico acaba sendo redobrada, e decerto que envidaremos os esforços exigidos para superar nossas insuficiências e estar à altura do debate.

II. O CAPITALISMO INTERNACIONAL

Entender o capitalismo internacional exige, primeiramente, clareza com relação ao conceito de modo de produção. Num primeiro instante da análise, dedicar-nos-emos a pensar o capitalismo nesses marcos, identificando suas categorias essenciais e captando o mecanismo inimitável de sua sociabilidade. Isto nos levará a refletir sobre a dinâmica da produção capitalista, dinâmica esta que, como ficará nítido mais à frente, extravasa as fronteiras nacionais e consagra uma afluência em escala mundial. Dentro deste capítulo, portanto, precisaremos de dois tópicos preparatórios antes de chegarmos à esfera efetivamente internacional.

1. O capitalismo como modo de produção

A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição. Entretanto, esse Universal, ou o comum isolado por comparação, é ele próprio algo multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações. Algumas determinações pertencem a todas as épocas; outras são comuns apenas a algumas. [...] As determinações que valem para a produção em geral têm de ser corretamente isoladas de maneira que, além da unidade – decorrente do fato de que o sujeito, a humanidade, e o objeto, a natureza, são os mesmos –, não seja esquecida a diferença essencial. Em tal esquecimento repousa, por exemplo, toda a sabedoria dos economistas modernos que demonstram a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes (MARX, 2011, p. 41).

Num estudo comprometido com uma análise marxista de um fenômeno, é dizer, com uma leitura histórico-materialista, há que se trabalhar inescapavelmente com o conceito de modo de produção, uma categoria-chave para a metodologia proposta. Lançaremos agora, por oportuno, as balizas teóricas que adotaremos como referências.

O materialismo histórico, em seu processo de desenvolvimento teórico nas elaborações de Marx e Engels, toma como ponte de partida a primazia das condições materiais de existência sobre a consciência, daquilo que se é e se faz na vida material sobre aquilo que se pensa. E a partir desta singela afirmação, embora de dimensões tremendas,

desencadeou-se uma revolução teórica que demoliu os alicerces idealistas de toda uma tradição filosófica:

Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais (MARX; ENGELS, 2007a, p. 94).

Em *A ideologia alemã*, texto que não logrou publicação e que acabou entregue à “crítica roedora dos ratos”, para usarmos a expressão de Marx, estava em ênfase o “processo da vida material”. E para compreender tal processo, os pensadores germânicos lançaram mão do conceito de produção, que daria maior concretude à maneira como os homens promovem sua existência.

Marx atribui centralidade à produção por estar ciente de que a existência humana, materialmente considerada, nada mais é do que o constante intercâmbio entre o homem e a natureza. Para coletar do ambiente natural os itens necessários à sua sobrevivência, a humanidade trabalha, e deste trabalho ela colhe os produtos de que precisa. Entretanto, isto se dá invariavelmente sob alguma mediação social. Daí se dizer que “toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de e mediada por uma determinada forma de sociedade” (MARX, 2011, p. 43), sendo por isso o ponto de partida da análise, e de onde se extraem as particularidades históricas.

Trabalhando em torno da ideia de produção, dando-lhe as devidas precisões históricas, Marx forjou categorias como modo de produção, relações de produção e forças produtivas, as quais já se fazem presentes em textos como *A ideologia alemã* e *Miséria da filosofia*. Porém, só se pode compreendê-las mais claramente em sua profundidade nos *Grundrisse*, um manuscrito redigido entre 1857 e 1858, e no prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*, de 1859. Aparecendo inicialmente de modo pouco desenvolvido e subaproveitado, as aludidas categorias, ao longo da maturação do pensamento marxiano, passariam a ocupar uma proeminência crescente.

O modo de produção significa, em resumo, uma determinada maneira de se ganhar a vida, de se produzir a vida material, o que se dá, prioritariamente, no interior da unidade entre as forças produtivas e as relações de produção. Há de se considerar como forças produtivas os objetos de trabalho (a matéria sobre a qual se trabalha), os instrumentos de produção (as ferramentas de trabalho) e os agentes da produção (ou força de trabalho). Os objetos de trabalho e os instrumentos de produção, apanhados em conjunto, formam os meios de produção, os quais devem ser acionados pela força de trabalho. São estas as condições essenciais para que exista produção, isto é, para que se efetue o processo de trabalho, sem o qual não pode haver existência humana¹⁰.

Ocorre, no entanto, que se a presença de um processo de trabalho é uma constante, o mesmo não se pode dizer quanto à maneira como ele se perfaz. As diferentes maneiras de se realizar este processo são expressas em diferentes relações de produção, isto é, distintas combinações entre meios de produção e força de trabalho enquanto fatores da produção. A partir daí, surgem distintas épocas das estruturas sociais historicamente conhecidas:

Quaisquer que sejam as formas sociais da produção, os trabalhadores e os meios de produção são sempre os seus fatores. Entretanto, quando separados uns dos outros, só o são potencialmente. Para haver produção é mister que eles se combinem. O modo em que se efetua essa combinação distingue as diversas épocas econômicas da estrutura social (C. II, III, p. 50).

Quando falamos na combinação dos fatores de produção, adentramos no domínio da sociabilidade histórica, daquilo que é próprio de cada época das contínuas sucessões de modos de produção. Por relações de produção entendem-se as conexões históricas e estruturais entre os agentes da produção, seja como produtores reais, seja como não-produtores.

Se os agentes são os produtores diretos e os não-produtores, os quais se apropriam do produto excedente, então se pode concluir que as relações de produção cuidam, em última análise, do açambarcamento do sobreproduto social. E é das variadas maneiras pelas

¹⁰ “O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais” (C. I, I, p. 218). Informamos que, por uma questão de comodidade, nossas referências à obra *O capital*, de Karl Marx, observarão um padrão particular: abreviação “C.”, seguida pelos números do livro e do volume em algarismos romanos, com os números das páginas citadas em algarismos indo-arábicos ao final.

quais produtores e não-produtores interagem na apropriação deste excedente que derivam as especificidades da produção e da sociabilidade como um todo. Assim se formam as relações de produção que dirigem as forças produtivas.

A consequência lógica desta formulação está contida na advertência de Louis Althusser sobre o fato de que não se pode conceber as forças produtivas sem as relações de produção sob as quais elas funcionam, e que isto estabelece a proeminência das mencionadas relações sobre o mundo da técnica: “sobre a base e nos limites das forças produtivas existentes, são as relações de produção que jogam o papel determinante”¹¹ (ALTHUSSER, 1995, p. 44). Ao fim e ao cabo, o fator social e histórico sobrepuja o fator tecnológico, e é nestes termos que se deve entender a concepção materialista-dialética da história¹².

A tese de Althusser prova-se nas empresas, onde as relações de produção determinam radicalmente todas as relações aparentemente técnicas da organização do trabalho e da produção. Não é a organização industrial do trabalho (ou a maquinaria) como força produtiva que promove o capital, e sim o capital que, ao orientar a produção, conforma-a segundo seus imperativos.

Por conseguinte, não cabe falar em produção em geral, tampouco em trabalho em geral. A grandiosa e original contribuição do percurso marxiano está no desvendar dos caracteres ímpares destas categorias sob as variadas formas de sociabilidade (exemplo: o ato de trabalhar no capitalismo assume as conformações sociais de trabalho abstrato ou de trabalho concreto, o que não ocorre em nenhum outro modo de produção). É o primado do histórico sobre o natural, do contingente sobre o permanente, do devir sobre a estática: o materialismo de Marx é, antes de tudo, dialético.

¹¹ No idioma do autor: “sur la base et dans les limites des Forces Productives existantes, ce sont les Rapports de Production qui jouent le rôle déterminant”.

¹² Marx e Engels tendiam a sugerir, no começo, uma predominância das forças produtivas sobre as relações de produção, dando ensejo a uma espécie de determinismo tecnológico. Em 1847, Marx (1896, p. 151) entendia que “em adquirindo novas forças produtivas, os homens mudam seu modo de produção, e em mudando seu modo de produção, a maneira de ganhar a vida, eles mudam todas as suas relações sociais. O moinho manual vos dará a sociedade com o suserano; o moinho à vapor, a sociedade com o capitalista industrial”. No original: “En acquérant des nouvelles forces productives, les hommes changent leur mode de production, et en changeant le mode de production, la manière de gagner leur vie, ils changent tous leurs rapports sociaux. Le moulin à bras vous donnera la société avec le suzerain; le moulin à vapeur, la société avec le capitaliste industriel”. Algumas décadas depois, em sua obra máxima, Marx diria o exato oposto. Um estudo sistemático sobre os rumos teóricos do filósofo alemão pode ser conferido na obra *Marx: ciência e revolução* (NAVES, 2008).

Uma vez estabelecida a produção (em suas aparições históricas concretas) como estaca zero – e uma vez formados os conceitos que a tornam inteligível –, Marx apossou-se das condições teóricas necessárias para contemplar as sociedades ou, melhor dizendo, as formações sociais como um todo, organizando esta totalidade complexa num sistema de determinações entre níveis de uma estrutura unitária:

Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de "sociedade civil". Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política. Eu havia começado o estudo desta última em Paris, e o continuara em Bruxelas, onde eu me havia estabelecido em consequência de uma sentença de expulsão ditada pelo sr. Guizot contra mim. O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (MARX, 2008, p. 47).

Temos, então, que as formações sociais¹³ organizam-se segundo relações de produção que lhes são estruturantes, relações estas que, correspondendo às forças produtivas estabelecidas, dão o tom da sociabilidade na esfera política, jurídica e ideológica – e é nestes termos que Marx sumariza a totalidade social, o que nos leva a um novo momento do conceito de modo de produção, agora mais abrangente e mais complexo.

Na descrição marxiana, são apresentados diferentes níveis ou instâncias sociais: uma “infraestrutura”, composta pelas relações de produção que comandam as forças produtivas, e uma “superestrutura”, formada pelas instituições jurídicas e políticas e pelas chamadas formas de consciência. No entanto, avançaríamos pouco ou quase nada se nos

¹³ Althusser (1995, p. 42) afirma que o marxismo tem por objeto não a sociedade abstratamente considerada, mas sim o que se chama de formação social, uma categoria que se refere a uma sociedade concreta, historicamente existente e individualizada. Esta formação social é composta não por um, mas por diferentes modos de produção combinados (e concebidos em sentido estrito como unidade entre as relações de produção e as forças produtivas). Nesta combinação, há um modo de produção dominante, e que preside a formação social, sendo que os modos de produção dominados figuram ou como resquícios do passado ou como ensaios para o futuro.

detivéssemos na metáfora¹⁴ tópica de Marx acerca da estrutura social, e por isso é preciso compreender como se relacionam as mencionadas instâncias.

A teoria marxista estipula que a relação entre os níveis de um modo de produção funciona à maneira de uma determinação em última instância pela infraestrutura. Significa dizer que, respeitada a autonomia (relativa) das figuras “superestruturais” como o direito, o Estado e as formas de consciência, todas elas têm nas relações de produção a sua base material. São carentes de uma história independente da infraestrutura e não podem ser corretamente averiguadas fora do modo de produção em que se inserem.

Não se quer insinuar com isto que as instituições jurídicas, políticas e ideológicas não cumpram nenhum papel na economia. Tais instituições incidem sobre a armação econômica, de fato, mas o fazem em conformidade com um índice de eficácia já dirigido por ela, de tal sorte que as grandes transformações sociais, se checarmos bem, decorrem de mudanças na infraestrutura econômica que, por sua vez, impactam a superestrutura. Não há registro histórico de transição de um modo de produção dominante a outro por meio de reviravoltas exclusivamente no campo da política, do direito ou da ideologia. Uma guinada de profundidade infraestrutural só se mostra concebível a partir de uma contradição interna, qual seja, a oposição resoluta, num dado momento histórico, entre as relações de produção existentes e o desenvolvimento das forças produtivas:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura (MARX, 2008, p. 47-78).

Feitas todas estas considerações sobre a ideia de modo de produção e suas instâncias, devém cristalino o motivo que conduziu ao primeiro item deste primeiro capítulo. Sem decodificar a realidade do modo de produção dominante atual, que não é

¹⁴ Ludovico Silva adverte que é um erro comum tomar certas metáforas de Marx (meras alegorias, figuras de linguagem) por teorias científicas acabadas. Não se deve confundir a expressão linguística de um conceito com o próprio conceito: “Façamos justiça ao estilo literário de Marx: respeitemos suas metáforas como metáforas. E façamos justiça às suas teorias científicas: não as confundamos com os seus apoios metafóricos. Boa parte do ‘determinismo’ e do ‘esquematismo’ que os teóricos burgueses costumam reprovar em Marx provêm dessas confusões, difundidas lamentavelmente por marxistas” (SILVA, 2012, p. 55).

senão o capitalismo, não há como enquadrar o direito e suas formas numa perspectiva de materialismo histórico. É sob o prisma da anatomia econômica das formações contemporâneas que se deve buscar a verdade acerca das instituições jurídicas em geral. Mas antes de falarmos do modo de produção capitalista propriamente, cabe tecer outras explicações, também de cunho metodológico, que serão decisivas.

A expressão “formas sociais” ou “formas de sociedade” já apareceu nas citações que fizemos em várias ocasiões, e não por acaso. Vimo-la no próprio Marx, e ela se encontra difundida em *O capital*, ainda que o autor não lhe tenha dado uma definição expressa em formato de verbete. Apesar disto, filiamo-nos ao entendimento de que pensar a materialidade histórica pelo eixo das formas sociais representa um momento superior da elaboração marxista. Trata-se de priorizar um conceito celular que marca o ápice da maturidade marxiana, superando-se a efígie metafórica do edifício (infraestrutura-superestrutura), passível de dificuldades e polêmicas, sem prejuízo da noção de determinação estrutural, que é o que realmente importa.

Estas formas sociais são estruturas oriundas das relações de produção que se prestam a reproduzir um padrão único de sociabilidade, concedendo singularidades históricas à existência material. É no interior delas que os indivíduos atuam na história, portando-se como suporte de relações determinadas e se sujeitando aos padrões socialmente postos. Para Alysso Mascaro (2013, p. 21), “formas sociais são modos relacionais constituintes das interações sociais”, e que compõem um “processo de mútua imbricação: as formas sociais advêm das relações sociais, mas acabam por ser suas balizas necessárias”.

A insubstituível vantagem de se ler a realidade em termos de formas sociais é afastar a ideia de que a estrutura social realmente funcionaria em andares apartados, espacialmente separados uns dos outros, como na metáfora tópica. Ludovico Silva, um destacado marxista venezuelano, aponta com precisão a insuficiência desta imagem a partir do exemplo da ideologia:

Quando, por exemplo, o Estado aplica a ideologia jurídica da propriedade privada para justificar a acumulação de riqueza em poucas mãos e a distribuição desigual, não se trata de uma ideologia operando na e a partir da estrutura social? O fato de que a ideologia seja um produto da situação material não implica, de modo algum, a sua constituição em um mundo colocado “sobre” a situação material: a ideologia permanece colada à ossatura social ou, para dizê-lo com a metáfora de Althusser, opera à maneira de um “cimento” social (SILVA, 2012, p. 57).

Nem a ideologia, nem o direito e nem o Estado estão localizados “acima” das relações econômicas estruturantes. As variadas formas sociais, sejam elas da consciência ou da política, permeiam a ossatura econômica, situando-se em toda parte. Mesmo porque, a economia também tem as suas formas, como evidenciaremos mais adiante. O que diferencia as formas econômicas das demais é o sentido da determinação (sempre em última instância), e não o seu “lugar” no interior da formação social.

Aliás, queremos realçar que o presente estudo será norteado pela perspectiva das formas sociais, no sentido de se entender, metodologicamente, que a feitura da vida material em suas diversas esferas se dá em termos de formas de existência das relações que a fundamentam – e que este olhar é vital, por conseguinte, para a compreensão do direito e do Estado. Confere-se em Althusser (1978, p. 67) uma posição certa sobre a existência material em termos de forma:

Que os indivíduos humanos, ou seja, sociais, são *ativos* na história – como *agentes* das diferentes práticas sociais do processo histórico de produção e de reprodução - é um fato. Mas, considerados como *agentes*, os indivíduos humanos não são sujeitos “livres” e “constituintes” no sentido filosófico desses termos. Eles atuam em e sob as determinações das *formas de existência* histórica das relações sociais de produção e de reprodução (processo de trabalho, divisão e organização do trabalho, processo de produção e de reprodução, luta de classes, etc.).

As formas sociais figuram como engrenagens de reprodução do modo de produção, e aqui nos deparamos com outra categoria indispensável ao marxismo. Assim como uma formação social forçosamente produz para existir, ela deve também reproduzir-se. Produção e reprodução social formam, pois, um par que jamais pode ser ignorado:

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, tem este de ser contínuo ou de percorrer, periódica e ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir nem de produzir. Por isso, todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é, ao mesmo tempo, processo de reprodução (C. I, II, p. 661).

Importa, pois, considerar o processo de produção no seu exercício global de reprodução, no dinamismo pelo qual ele se perpetua. Esta reprodução ocorre em dois

planos: no interior da unidade entre as relações de produção e as forças produtivas (“econômico”), de um lado, e no entorno delas, de outro (no recinto “superestrutural”).

Dentro do plano econômico, a reprodução dá-se tanto concretamente, pela reposição dos fatores materiais da produção (meios de produção e força de trabalho), quanto abstratamente, pela reposição das relações que conformam a produção. Um modo de produção, assim, mais do que produzir bens, produz continuamente, outrossim, as relações que o estruturam. Étienne Balibar (1969, p. 173) atentou-se a esta sutileza, concluindo que “sob o plano que institui a análise da reprodução, a produção não é produção de coisas, ela é produção e conservação de relações sociais¹⁵”.

Colateralmente à reprodução dos fatores de produção e das relações que os organizam, há uma intervenção constante que é “externa” à unidade entre as relações de produção e as forças produtivas, e que consiste na fiança das condições da produção nos seus engenhos de sociabilidade. Na compreensão de Althusser (1995, p. 169), tem-se aí uma reprodução pelo agir de forças situadas, ainda na metáfora tópica, na superestrutura jurídico-política e na superestrutura ideológica – é dizer, no quadro dos aparelhos de Estado; ou então, colocando com mais precisão, seria uma reprodução no âmbito das formas jurídicas, políticas e ideológicas atreladas às relações de produção.

Por último, queremos chamar a atenção para o fato de que uma investigação embasada em estruturas e formas sociais não exclui a luta de classes. A luta de classes, compreendida como o impulso motor da história, como a contradição medular das civilizações até os dias de hoje, repousa sobre as relações estruturais em torno das quais as formações sociais se organizam. Isto, por si só, já torna este embate um pressuposto de qualquer análise imersa no materialismo histórico.

De acordo com a interpretação que acolhemos, oriunda de Althusser, a luta de classes coincide com a própria existência das classes sociais¹⁶, o que significa que esta contradição é imanente às relações de produção alicerçadas na coleta de sobretrabalho, é dizer, na exploração de uma parcela da sociedade sobre os produtores.

¹⁵ Em vernáculo: “Sur le plan qu’institue l’analyse de la reproduction, la production n’est pas production de choses, elle est production et conservation de rapports sociaux”.

¹⁶ “A luta de classes e a existência das classes são uma só e mesma coisa. Para que haja classes numa ‘sociedade’, é preciso que a sociedade seja *dividida* em classes; essa divisão não se faz *post festum*; é a exploração de uma classe por outra e, portanto, a luta de classes que constitui a *divisão* em classes. Pois a exploração já é luta de classes” (ALTHUSSER, 1978, p. 27).

Neste sentido, conceber a sociabilidade nos marcos de estruturas e formas sociais de modo algum afasta a incidência da luta de classes. Trata-se, na verdade, de se entender como esta luta se desenrola e se perfaz. Em condições de normalidade, ela se acomoda aos mecanismos de reprodução social: o conteúdo cede à forma. Todavia, é possível que o nível de enfrentamento atinja um “ponto de ebulição”, um paroxismo no qual a forma não resiste ao conteúdo e perece: o conflito rompe as amarras que o contêm e os pilares da estrutura social desmoronam. É o que se tem nas revoluções.

Nosso(a) leitor(a) deparou-se com uma longa exposição sobre temas de materialismo histórico, e até agora não chegamos às peculiaridades do capitalismo. Este, enfim, será nosso próximo passo. Se nos demoramos tanto na discussão metodológica, foi para assentar premissas que farão toda a diferença no curso da obra.

O capitalismo, enquanto modo de produção, tem as suas próprias relações de produção, e delas se extraem as formas sociais capitalistas, as quais asseguram uma lógica de reprodução específica deste modelo de sociedade. A peculiaridade das relações burguesas de produção está na separação absoluta entre o produtor direto e os meios de produção, possuídos pelo não produtor, sendo que a interação entre um e outro se opera na rede mercantil. Marx expõe esta característica essencial com o rigor que o tema merece:

Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de confrontar-se e entrar em contato: de um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia; e, do outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho. Trabalhadores livres em dois sentidos, porque não são parte direta dos meios de produção, como os escravos e servos, e porque não são donos dos meios de produção, como o camponês autônomo, estando assim livres e desembaraçados deles. Estabelecidos esses dois pólos do mercado, ficam dadas as condições básicas da produção capitalista. O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedades dos meios pelos quais realizam o trabalho (C. I, II, p. 828).

Longe de ser natural ou espontânea, a cisão entre possuidores de força de trabalho e possuidores de meios de produção carrega em seu histórico a despossessão coercitiva do campesinato europeu (tendo à frente o campesinato inglês), um suplício de tremendas dimensões que condenou um grande contingente populacional a alienar sua capacidade laboral – o único bem que não lhe foi tirado. A este evento Marx denominou “acumulação primitiva”, predicando-o como o “pecado original da economia”. A troca reputada como

livre entre os participantes do mercado, cimentada mediante um contrato, mediante um civilizado acordo de vontade entre as partes, pressupõe em suas origens, quem diria, uma história de aviltamento e brutalidade que em nada condiz com os parâmetros civilizatórios liberais do capitalismo. Por causa deste pecado original, omitido pelo mito do esforço individual, a grande massa é pobre e, “apesar de se esfalfar, só tem para vender a força de trabalho, enquanto cresce continuamente a riqueza de poucos, embora tenham esses poucos parado de trabalhar há muito tempo” (C. I, II, p. 827).

Tendo-se em mente que, para produzir ao modo capitalista, é preciso adquirir mão de obra no mercado (agora também um mercado de trabalho), tem-se uma produção que é formulada em termos de circulação. No capitalismo, a produção concretiza-se mediante a circulação da mercadoria força de trabalho, objetivando-se, enfim, no consumo desta mercadoria. E assim como o capitalista precisa comprar força de trabalho, deve adquirir também, pelo mercado, os meios de produção. Logo, tem-se a troca como um ato assimilado à produção e a ela subordinado. Há uma unidade dialética entre a produção e os movimentos de comutação das mercadorias. A conclusão marxiana é cristalina: “[...] não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade” (MARX, 2011, p. 53).

A apropriação do produto social sobrelevante, nesses padrões capitalistas, assume a forma de mais-valia. O sobretrabalho é colhido na produção e emplacado na circulação, sendo apropriado como valor que sobeja no processo de trabalho, como produto que excede a quantidade de labor socialmente necessária para repor a força de trabalho. Graças à compleição mercantil da sociedade capitalista, o sobreproduto figura como um mais-valor.

Um dos mais notáveis apanágios do modo de produção capitalista, assim, é o caráter puramente econômico da exploração. Em límpido contraste com o feudalismo e o escravismo, nos quais o sobreproduto é extorquido pela coação diretamente exercida pelas classes possuidoras, o capitalismo efetiva o embolso do trabalho excedente no interior de uma operação econômica, a saber, a compra e venda da força de trabalho, que nele figura como mercadoria, tal como sucede, ao menos como tendência, com os demais itens da vida social. Política e economia se divorciam, adquirindo contornos assaz discerníveis. A mercadoria pede um espaço exclusivo para si, desgarrado de toda a violência oficial (a qual

é relegada à função de terceiro garante), pois é pela comutação mercantil, e não pela mão de ferro das autoridades, que o valor é consumado, inclusive o valor excedente.

Evidencia-se, nos termos colocados, o peso da forma mercantil no bojo do modo burguês de produção. “A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista”, sustenta Karl Marx, “configura-se em ‘imensa acumulação de mercadorias’, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma mais elementar dessa riqueza” (C. I, I, p. 57). O capitalismo é atravessado de ponta a ponta pela forma mercadoria, que cinde os produtos do trabalho humano em utilidades concretas (valores-de-uso) e em quantidades abstratas de tempo de trabalho (valores-de-troca, ou simplesmente valores). Todavia, o que distingue o modo de produção capitalista dos demais é a fabricação de valor, e não de coisas úteis, e é isto que dá a tônica de toda a dinâmica do capital – que será tema de nosso próximo item. A própria mercadoria é definida prioritariamente pelo valor.

Pois bem. Se é pelas características inconfundíveis do modo de produção capitalista que podemos chegar à especificidade de suas formas históricas, é homologamente por elas que conseguimos desvendar a mecânica de determinação material que engendra as chamadas instâncias sociais. Recorremos a Balibar (1969, p. 110-111), autor que teve o mérito de perceber que “em estruturas diferentes, a economia é determinante na medida em que determina qual das instâncias da estrutura social ocupa o lugar determinante”, e que “no modo de produção capitalista, verifica-se que esse lugar é ocupado pela própria economia¹⁷”.

Percebe-se assim que a economia domina a vida social no capitalismo, de maneira mais pronunciada do que em outros modos de produção, mesmo que a maneira como se ganha a vida seja sempre determinante em derradeira análise¹⁸. A estrutura econômica capitalista coloca relações e formas sociais determinadas que adquirem proeminência, criando categorias à sua imagem e semelhança. No capítulo sucedâneo, demonstraremos que o direito é uma delas.

¹⁷ Em francês: “Dans des structures différentes, l'économie est déterminante en ce qu'elle détermine celle des instances de la structure sociale qui occupe la place déterminante. [...] Dans le mode de production capitaliste, il se trouve que celle place est occupée par l'économie elle-même”.

¹⁸ “O que está claro é que nem a Idade Média podia viver do catolicismo, nem o mundo antigo, da política. Ao contrário, é a maneira como ganhavam a vida que explica por que, numa época, desempenhava o papel principal a política, e, na outra, o catolicismo. De resto, basta um pouco de conhecimento da história da República Romana para saber que sua história secreta é a história da propriedade territorial. Já Dom Quixote pagou pelo erro de presumir que a cavalaria andante era compatível com qualquer estrutura econômica da sociedade” (C. I, I, p. 104, nota de rodapé).

2. A dinâmica da produção capitalista

Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor-de-troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor-de-uso que tenha um valor-de-troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor-de-uso, quer produzir mercadoria; além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia). (C. I, I, p. 220)

O modo de produção capitalista orienta-se por uma obstinada caça por trabalho excedente ou, colocando em termos capitalistas, por valor excedente. Quando os frutos do trabalho humano são convertidos em mercadoria, é dizer, em utilidades destinadas à troca, todo o trabalho converte-se, num mecanismo de abstração real, em quantidade de trabalho socialmente necessária e qualitativamente indiferenciada.

Impera sob o capitalismo uma divisão do trabalho que impõe a forma mercantil sobre o conjunto do produto social. Quem produz, produz para o mercado. O intercâmbio material entre os indivíduos efetiva-se mediante atos de troca, de tal modo que, para prover sua própria existência, cada indivíduo deve vender o produto de seu trabalho (ou do trabalho de outrem, no caso dos capitalistas). No tráfego mercantil, cada agente da troca transporta valores-de-uso que não lhe interessam, e que só interessam àqueles com quem se defronta no mercado. Assim, esses sujeitos interagem entre si para satisfazer suas próprias necessidades: encontram nos outros os bens de que necessitam e os compradores das mercadorias que têm a oferecer.

A produção capitalista, portanto, opera sob uma divisão específica do trabalho, historicamente determinada, e que converte todas as pessoas em guardiãs de mercadorias – mesmo que a maioria delas detenha apenas sua força de trabalho como mercadoria vendável. O nexos social entre os indivíduos é dado pelo mercado, que contraditoriamente isola os indivíduos como produtores privados e, em paralelo, os une pelo nexos da permuta e pela dependência de um em relação às utilidades possuídas pelos outros:

A troca, quando mediada pelo valor de troca e pelo dinheiro, pressupõe certamente a dependência multilateral dos produtores entre si, mas ao mesmo tempo o completo isolamento dos seus interesses privados e uma divisão do trabalho social cuja unidade e mútua complementaridade existem como uma relação natural externa aos indivíduos, independente deles (MARX, 2011, p. 106).

Com as trocas em primeiro plano, o dinheiro adquire enorme relevância. Materializando o valor-de-troca, o dinheiro, mais do que medida dos valores, meio de circulação e meio de pagamento, aparece como a encarnação do poder social, entendido no capitalismo como poder de adquirir mercadorias, e do próprio nexos social. Daí Marx (2011, p. 105) propor que “o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais existe nele como o proprietário de *valores de troca*, de *dinheiro*”, sendo que “seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso”. O intercâmbio crucial das relações entre os produtores isolados, cada qual portador da sua mercadoria, é feito pela troca e expresso no dinheiro, um autêntico objeto de idolatria na sociedade burguesa.

Nem toda divisão social do trabalho é assim. Sob o feudalismo e o escravismo, por exemplo, o produto do trabalho social não se reveste da forma mercantil, e a circulação de mercadorias restringe-se a uma função marginal. É somente na sociedade capitalista, produtora de mercadorias por excelência, que os produtores opõem-se uns aos outros como agentes privados e autônomos, que os trabalhos desempenhados são privados e autônomos, o que eleva a troca mercantil a um nível superior no metabolismo social – sobretudo quando a força de trabalho é constituída como item permutável.

Esta divisão capitalista do trabalho manifesta-se no duplo caráter social do trabalho dos produtores, como observamos em *O capital* (C. I, I, p. 95):

Esta cisão do produto do trabalho em coisa útil e em valor só atua, na prática, depois de ter a troca atingido tal expansão e importância que se produzam as coisas úteis para serem permutadas, considerando-se o valor das coisas já por ocasião de serem produzidas. Desde esse momento, manifestam, efetivamente, os trabalhos dos produtores duplo caráter social. De um lado, definidos de acordo com a sua utilidade, têm de satisfazer determinadas necessidades sociais e de firmar-se, assim, como parte componente do trabalho total, do sistema da divisão social do trabalho que espontaneamente se desenvolve. Por outro lado, só satisfazem as múltiplas necessidades de seus próprios produtores na medida em que cada espécie particular de trabalho privado útil pode ser trocada por qualquer outra espécie de trabalho privado com que se equipara.

Produzindo para o mercado, o capitalista mira fundamentalmente a efetivação do valor (ou valor-de-troca) contido nas mercadorias que possui. O uso da mercadoria que vende é apenas o veículo material do valor que se quer ver emplacado. E como não teria sentido, para quem vive do valor-de-troca, permutar uma dada quantia de valor por outra idêntica, tem-se que a mercadoria deve habilitar seu depositário a sair mais rico da circulação do que quando nela entrou, o que nos conduz à produção do valor excedente.

Defrontando-se no mercado de trabalho, capitalista e trabalhador trocam valores equivalentes: o ordenado salarial equivale ao valor da força de trabalho, isto é, à quantidade de trabalho socialmente exigida para a reposição da capacidade laboral dos trabalhadores. O segredo da exploração capitalista está na prodigiosa propriedade desta mercadoria comprada pelo patrão. A força de trabalho gera mais valor do que ela mesma vale, e é deste sobrelevante que se nutre o capital para se caracterizar enquanto tal. Uma das imagens sugeridas por Marx para descrever o capital é a de um vampiro que vive do parasitismo sobre aquilo que a classe trabalhadora produz.

No plano aparente, o capital cria o trabalho. Os produtos e serviços da produção capitalista parecem ser rebentos naturais do capital, cujo pertencimento lhe cabe plenamente segundo o direito burguês. Se, com efeito, a força de trabalho fica ociosa caso o capital não a mobilize, e se os fatores da produção pertencem ao empresário, que adquiriu juridicamente o direito de explorar a força de trabalho alheia, soa muito natural que ele se aproprie dos resultados da atividade econômica.

Ao transpormos este plano e perscrutarmos a essência das relações sociais capitalistas, todavia, notamos que é o trabalho quem cria o capital, mesmo que esteja submetido à sua organização. A casca fictícia encoberta a exploração, tal como se dá na relação direta entre o trabalhador e o capitalista. Sem o valor adicional (mais-valia ou mais-valor) gerado pela força de trabalho no processo de produção, não haveria acumulação de capital, e a reprodução econômica seria simples, encerrada nela mesma, incapaz de se expandir a degraus superiores. O capital nada mais é do que valor excedente extorquido do trabalho vivo (em contraposição do trabalho morto, já objetivado nos meios de produção) e que se acumula continuamente.

E sendo o capital, apesar das aparências, o resultado do labor da classe trabalhadora, mesmo no caso do capital financeiro (que nada mais é do que uma forma mediada de se

usar o dinheiro como meio de extração de trabalho de terceiros), tem-se que o capital inescapavelmente requer trabalho, por mais que o avilte e por mais que cada empresário procure encurtar o número de pessoas que emprega.

Ao penetrar na produção, deixando de ser uma grandeza restrita ao plano da circulação, como sucedia no período de declínio do feudalismo e da acumulação primitiva capitalista¹⁹, o capital tomou o controle sobre o processo de trabalho, moldando-o de forma a maximizar a coleta de valor excedente. Galgando da manufatura à grande indústria, o capital introduziu inovações técnicas e gerenciais no aparato produtivo para otimizar a exploração. Uma vez que a pura e ordinária extensão da jornada de trabalho, geradora de mais-valia absoluta, é um método que esbarra em limites físicos (desgaste antecipado da força muscular) e sociais (resistência operária a condições de trabalho extenuantes), surge a demanda de se sofisticar os expedientes de apropriação de sobretrabalho. Graças a técnicas de elevação da produtividade, os capitalistas logram ampliar, no interior da mesma jornada de trabalho, o tempo que o trabalhador labora para o capital, tornando seus serviços mais aproveitáveis por meio do que Marx chamou de mais-valia relativa.

Assim, a produção capitalista é escorada na mais-valia e nas formas absoluta e relativa de sua coleta, não obstante seja de rigor reconhecer que é a segunda quem melhor define a época histórica do modo capitalista de produção:

A produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais.

A produção da mais-valia relativa pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela sujeição real do trabalho ao capital (C. I, II, p. 578-579).

Para revolucionar a produção capitalista e incrementar a mais-valia relativa, o capital procura decrescer o contingente de mão de obra. Trata-se de se produzir mais mercadorias com menos trabalhadores, o que se dá por meio de técnicas de administração mais produtivas, que diminuem os tempos mortos da produção (instantes em que o

¹⁹ A transição do feudalismo para o capitalismo, na inteligência marxista, é centrada no desmoronamento da estrutura feudal em virtude da luta de classes (expulsão e fuga de camponeses para as cidades) e na migração do capital comercial para a produção, dando origem ao capital produtivo industrial e ao modo de produção propriamente capitalista. Um estudo sobre o tema pode ser conferido em MARIUTTI, 2004.

trabalhador está à disposição do capitalista e não produz de fato), e de melhoramentos na maquinaria que potencializam a força de trabalho. Quanto mais maquinaria (que funciona como capital constante), menor é a coletividade de trabalhadores que se requer para produzir (cujos salários correspondem ao capital variável), ainda que o trabalho humano seja a fonte viva do valor. Eis uma profunda contradição do sistema capitalista: ele se move no sentido de expandir a extração de mais-valor e, nos seus esforços, lança mão de medidas que escasseiam a fonte de onde emana aquilo que tanto persegue. Na síntese de Jorge Grespan (2012, p. 124):

O capital depende desta fonte para se valorizar, desde que a inclua como momento, mas também a exclui como totalidade potencial, nega-a enquanto fonte de valor que possa ter a pretensão de se elevar, por si, de substância a sujeito. Por isso, “vampirescamente”, o capital vive por roubar a vida do trabalho, precisa desta para reviver e, no entanto, a suprime: o morto só volta à vida ao matar o vivo. Em outras palavras, o aspecto positivo do trabalho como atividade criadora de valor é necessário como momento do capital, mas deve ser negado por este enquanto possibilidade de constituição de um todo no qual ele mesmo fosse mero momento.

Em parte, esta contradição se resolve na estruturação de um exército industrial de reserva, de um contingente populacional que, para o capital, é supérfluo, fica à margem do processo produtivo, mas que permanece à disposição para emprego futuro em caso de necessidade. O incremento do capital constante expulsa inúmeros trabalhadores do mercado de trabalho, o que elucida o caráter estrutural do fenômeno do desemprego na sociedade burguesa.

Deste modo, a parcela da população obreira posta como supérflua pelo capital acha-se compelida a aceitar trabalhos em situações inferiores, tanto de segurança quanto de remuneração. Neste embate entre capital e trabalho, o primeiro usa de seu poder econômico para pressionar para baixo o valor da mercadoria força de trabalho, impondo uma reprodução menos custosa (é dizer, um modo de vida mais miserável) e reforçando a extração de mais-valia, com o que se tem uma alavancagem da acumulação. Marx aponta que o segmento excedente da classe trabalhadora “proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população” (C. I, II, p. 735).

Entre a afirmação e a negação do trabalho vivo, prevalece, ao fim e ao cabo, a necessidade de extorsão de sobretrabalho. O capital depende do trabalho para se acumular e se reproduzir, e toda a produção capitalista pode ser resumida numa somatória articulada de engrenagens cuja finalidade última é sempre a coleta de mais-valia e a sua realização nos lances ininterruptos da acumulação de capital.

Desvendando os métodos de extorsão da mais-valia, Marx também comprova que o valor excedente é parido na produção e embolsado na circulação, constituindo neste itinerário um circuito mercantil de tipo $D - M - D'$. A venda das mercadorias autoriza que o capitalista se aproprie realmente do mais-trabalho cedido na produção e que o empregue produtivamente, dando continuidade à dinâmica econômica. Não é a detenção de estoques que mantém o capital, e sim a contínua conversão do valor açambarcado em meios de expansão deste mesmo valor. A acumulação de capital é este processo que se pretende infinito, no qual a autovalorização do capital é um movimento autorreferenciado:

No curso do capital, o ponto de partida é posto como ponto de retorno e o ponto de retorno, como ponto de partida. O próprio capitalista é o ponto de partida e de retorno. Ele troca dinheiro pelas condições de produção, produz, valoriza o produto, *i.e.*, transforma-o em dinheiro, e depois começa o processo de novo. A circulação de dinheiro, considerada em si mesma, necessariamente se extingue no dinheiro como uma coisa imóvel. A circulação de capital se reacende em si mesma incessantemente, separa-se em seus diferentes momentos e é um *perpetuum mobile* (MARX, 2011, p. 425).

Encontramos em Immanuel Wallerstein (2007, p. 37) uma interessante alegoria sobre esta mecânica capitalista: “acumula-se capital para que se possa acumular mais capital. Os capitalistas são como ratos brancos em uma roda de gaiola, correndo cada vez mais rápido para poder correr cada vez mais rápido”.

Encerrado numa movimentação cíclica, o capital padece de uma insaciabilidade que lhe é inerente. O que explica a avidez dos capitalistas por valor ou trabalho excedente não é, pois, sua ganância individual, e sim sua condição de suporte de relações sociais que consagram uma lógica desmedida de acumulação:

O primeiro significado de *desmedida*, específica do movimento de acumulação do capital portanto, vem da infinitude deste movimento, ou seja, de que seu início e seu fim são qualitativamente idênticos e de que sua diferença quantitativa é constantemente suprimida e repostada. Não há, por princípio, uma referência externa ao capital para determinar a magnitude de sua acumulação. Ele tem

essencialmente em si a sua medida – na grandeza de valor que ele atinge ao final de cada circuito e da qual pode partir, adquirindo um certo volume de força de trabalho e meios de produção para o circuito seguinte (GRESPLAN, 2012, p. 114).

No seu processo de produção e reprodução ampliada, o capital circula, repondo persistentemente os elementos da fórmula $D - M - D'$. Para que o dinheiro possa obrar como capital, fazendo-se mercadoria valorizada na produção e convertendo-se em soma superior de dinheiro ao final, preparando uma nova rodada de valorização, deve haver uma integração entre os setores da economia que permita o abastecimento constante dos meios de produção e da força de trabalho.

Nesta integração, o capital experimenta determinadas metamorfoses que correspondem aos ciclos ou fases pelas quais ele se reproduz. As formas do circuito do capital (capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria) constituem etapas obrigatórias ao trâmite de valorização e acumulação, sendo que cada uma pressupõe as demais.

Estas fases, pressupondo-se reciprocamente, são simultâneas na unidade do processo, elas se justapõem. “O capital que, no decurso de todo o seu ciclo, ora assume, ora abandona essas formas, executando através de cada uma delas a função correspondente”, explica Marx, “é o capital-industrial, industrial aqui no sentido de abranger todo ramo de produção explorado segundo o modo capitalista” (C. II, III, p. 62).

Com efeito, o capitalista individual não poderia aguardar a conversão completa da mais-valia de que se apropriou para reiniciar seu ciclo de acumulação. Para guardar a fluidez de suas rotações, o capital deve cindir-se em formas distintas, localizando-se ubiquamente na produção (como capital produtivo) e na circulação (como capital-dinheiro e capital-mercadoria), e nisto ele interage com os outros capitais, que também experimentam os seus ciclos. Obviamente, o capitalista não está sozinho no mercado. Ele sempre se depara com seus pares, seja para se abastecer dos itens de que precisa para produzir, seja para concorrer.

Contemplando o processo global da produção capitalista (quer dizer, sobrepondo os processos de produção e circulação do capital), Marx percebe as relações que os capitais individuais travam entre si, e que estas relações se inserem num todo, num capital social total:

Mas cada capital separadamente não é mais do que fração autônoma, dotada por assim dizer de vida individual, mas componente do conjunto do capital social, do mesmo modo que cada capitalista isolado é apenas elemento individual da classe capitalista. O movimento do capital social consiste na totalidade dos movimentos de suas frações dotadas de autonomia, na totalidade das rotações dos capitais individuais (C. II, III, p. 399).

Desta maneira, constata-se que o modo de produção capitalista funciona à base da ação dos capitais individuais, num jogo cego em que cada um, ao perseguir seus objetivos particulares de capitalização, compõe um todo complexo de interações que dá corpo ao sistema.

Se, sob o restritivo enfoque da circulação do capital, prevalece um elo cooperativo de fornecimento de bens de produção entre os capitais, no processo global prevalece a concorrência, a guerra de todos contra todos. E é importante compreender que a concorrência capitalista não se resume a uma disputa por mercados. Trata-se, antes, de uma disputa pelas oportunidades de valorização objetivamente colocadas.

Há que se ter claro que, enquanto uma relação social, o capital transcende suas espécies individuais e se configura como um liame de classes, não de pessoas. A exploração capitalista é superior à junção que une o empregador e seus empregados, pois “o capital é uma relação entre duas classes, os capitalistas e a classe trabalhadora, que, em última instância, determina como os bens e serviços são produzidos e distribuídos na sociedade” (SAAD FILHO, 2011, p. 68). Por consequência, a mais-valia é extraída do proletariado, de conjunto, em favor da classe capitalista, também de conjunto, e os empresários que a compõem digladiam por nacos maiores do saque.

É pela concorrência que se concretiza a distribuição da mais-valia coletivamente extorquida, e a apropriação deste excedente em nível social, mediada pelo mercado, reveste-se da forma de lucro. Diferentemente da mais-valia, que leva em conta apenas a exploração do trabalho pelo capital, o lucro contempla também a composição interna do capital e sua posição perante a acumulação capitalista em geral.

O lucro capitalista é determinado pela magnitude de capital investido e pela composição orgânica do capital. Esta última consiste na proporção entre o capital constante e o capital variável. Quanto mais se aplica capital constante e quanto menos se aplica capital variável na produção, maior será a composição orgânica do capital. Isto varia conforme o ramo industrial e conforme a luta de classes, pois a resistência operária à

extensão da jornada de trabalho induz os capitalistas a perseguir métodos de mais-valia relativa, fazendo com que os capitais fruam desigualmente do açambarcamento coletivo do sobreproduto social.

Isto ocorre porque, na concorrência, a distribuição da mais-valia aos capitais individuais é feita em proporção à sua quota total de capital empregado (constante e variável), e não apenas em proporção à força de trabalho empregada. Consequentemente, a participação de capitais em situação de desigualdade interna acarreta um rateio desigual do valor excedente, dando origem a uma transferência de valor dos capitais com baixa composição orgânica para os de composição mais elevada. Aqueles que, gozando de maior produtividade, conseguem produzir um maior volume de mais-valia usando uma proporção diminuta de força de trabalho, a real fonte do valor, gozam de vantajosa posição na divisão interburguesa do valor excedente.

É verdade que existe uma tendência de nivelação da taxa de lucro entre os capitais por conta das migrações de investimentos dos setores menos lucrativos aos mais lucrativos. Um determinado ramo da economia que é mais rentável hoje, em função de sua composição orgânica de capital média, deixa de sê-lo amanhã (pois o subsequente aumento da oferta dos produtos derruba os preços e, em seguida, a lucratividade), levando os capitais à procura de oportunidades melhores. Deste trânsito de capitais entre os setores da economia forma-se uma inclinação para o equilíbrio expressa numa taxa média de lucro. O capitalismo funciona em torno deste índice.

No lado reverso, com a fixação desta média, o volume do lucro vai depender do montante de cada capital aplicado. De qualquer maneira, então, a desigualdade intercapitalista se faz presente. A dinâmica da produção capitalista favorece o grande capital, o que demonstra que, mesmo no tocante às empresas, este jogo é feito para poucos. A apropriação capitalista mostra-se proporcional à concentração de capital:

Os capitalistas dos diferentes ramos, ao venderem as mercadorias, recobram os valores de capital consumidos para produzi-las, mas a mais-valia (ou lucro) que colhem não é a gerada no próprio ramo com a respectiva produção de mercadorias, e sim a que cabe a cada parte alíquota do capital global, numa repartição uniforme da mais-valia (ou lucro) global produzida, em dado espaço de tempo, pelo capital global da sociedade em todos os ramos. [...] Aqui, do ponto de vista do lucro, os capitalistas são vistos como simples acionistas de uma sociedade anônima em que os dividendos se repartem segundo percentagem uniforme, só se distinguindo os dividendos correspondentes a cada capitalista

pela magnitude do capital que cada um colocou no empreendimento comum, pela participação percentual que tem na empresa, pelo número de ações que possui (C. III, IV, p. 211-212).

Na concorrência, os capitais singulares exercem uns sobre os outros uma ação recíproca que, na totalidade, delimita o espaço de cada um no mercado e põe em marcha o conflito interminável pela redistribuição deste espaço. A taxa média de lucro do capital social total, resultante deste processo, impõe-se como uma lei para cada capitalista. Aqueles que lucram abaixo dos níveis médios de valorização tendem a ser excluídos do jogo, ao passo que aqueles que superam esta taxa tendem a abocanhar novos espaços no mercado. Isto explica a fenomenologia do monopolismo, que é tributária precisamente da concorrência, por mais paradoxal que possa parecer.

Ocorre, porém – e para a desgraça dos capitalistas –, que a taxa de lucro capitalista pende ao declínio. Como fizemos constar antes, o incremento da produtividade pela maquinaria contrai o número de trabalhadores, diminuindo a fatia do capital variável na composição orgânica do capital, sendo que a concorrência estimula os empresários a reiterar este comportamento. Diminuindo-se o emprego da força de trabalho, cai, no longo prazo, a porcentagem de mais-valia a ser apropriada. A proeminência do trabalho morto sobre o trabalho vivo acentua de imediato a extração de excedente, mas corrói a taxa média de lucro como resultado geral. Dizendo de outro modo, o crescimento da taxa de mais-valia não consegue compensar a queda de valor que o capital total sofre e que decorre do crescimento do trabalho objetivado em detrimento do vivo, donde flui o valor que sobeja. “A queda da taxa de lucro expressa, portanto, a proporção decrescente da própria mais-valia com o capital global adiantado” (C. III, IV, p. 284)²⁰.

Nesta ordem de considerações, tem-se que a tendência de queda da taxa de lucro é um desdobramento da insolúvel contradição entre capital e trabalho, na qual o primeiro tenta rebaixar e absorver para si, e por completo, o segundo – com o que amarga o ônus daquele que, tomado por sede incontrolável, seca o manancial que o mantém. Mas estamos falando apenas de uma propensão, ou seja, não de um evento que se impõe

²⁰ Esta tendência de queda da taxa geral de lucro é alimentada pelos gastos improdutivos dos capitalistas no setor de serviços (comércio, publicidade, seguros, administração da empresa etc.), ressaltando-se os casos em que há trabalho verdadeiramente produtivo (gerador de mais-valor). Não nos é dado aqui avançar em tais pormenores, até porque o assunto comporta profundas discussões, como se nota em obras voltadas para as querelas em torno do trabalho produtivo (conferir COTRIM, 2012 e SANTOS, 2013).

inapelavelmente, e sim de algo sujeito a fatores contra-atuantes, quer dizer, a contratendências. As determinações do capitalismo são históricas, de modo algum naturais, de sorte que há um hiato descomunal entre a lei da queda tendencial da taxa de lucro e, por exemplo, a lei da gravidade. Tendência significa, em Marx, uma lei geral cuja execução absoluta é detida, retardada e atenuada por condições determinadas²¹.

As contratendências à lei da queda da taxa de lucro que Marx apontou em *O capital* são as seguintes: aumento do grau de exploração do trabalho, redução dos salários, baixa de preço dos elementos do capital constante, superpopulação relativa, comércio exterior e elevação do capital em ações. Algumas delas, aliás, decorrem do mesmo processo que fomenta o declínio da taxa de lucro (o aumento da composição orgânica do capital em nível global).

Além disso, cabe citar a depreciação periódica do capital, um “meio imanente ao modo capitalista de produção”, como método de “deter a queda da taxa de lucro e de acelerar a acumulação do valor-capital pela formação de capital novo” (C. III, IV, p. 328). Isto gera perturbações no processo de circulação e reprodução capitalista, o que, apesar de trazer interrupções súbitas e crises, ajuda a renovar e revigorar o ciclo de acumulação.

Cada contratendência, à sua maneira, impede que o capitalismo sucumba de morte natural. A fantasiosa imagem catastrofista de uma taxa de lucros em queda livre, rumo ao fundo do abismo, não se sustenta de fato, e pela simples razão de que a classe burguesa, utilizando-se de sua gestão empresarial e das ferramentas coercitivas do Estado, toma medidas para cuidar dos seus capitais, mesmo que incorra em erros de avaliação. Até porque, intuitivamente, o capitalista responde a uma tormenta econômica com as ações que estão mais imediatamente ao seu alcance, a começar pelo agravamento do grau de exploração do trabalho.

Independentemente, contudo, da prevalência das contratendências num dado momento, fato é que a queda tendencial da taxa de lucro é fator de palpitações para o empresariado:

²¹ Jorge Grespan (2012, p. 198) traz a justa ressalva de que “não se pode dizer, portanto, que a queda da taxa de lucro seja mais necessária que a de suas *causas contra-atuantes*, pelo menos no que diz respeito à realização das duas tendências”.

Com a queda da taxa de lucro, aumenta o mínimo de capital que tem de estar nas mãos de cada capitalista para o emprego produtivo de trabalho; o mínimo exigido para se explorar o trabalho em geral e ainda para que o tempo de trabalho aplicado seja o necessário para a produção das mercadorias, não ultrapassando a média do tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las. Ao mesmo tempo, aumenta a concentração, pois, além de certos limites, capital grande com pequena taxa de lucro acumula-se mais rapidamente que capital pequeno com taxa elevada. A certo nível, essa concentração crescente do capital, por sua vez, acarreta nova queda da taxa de lucro. A massa dos pequenos capitais dispersos é assim empurrada para as peripécias da especulação, das manobras fraudulentas com créditos e ações, das crises. A chamada plethora de capital é sempre e essencialmente a de capitais cujo montante não compensa a queda da taxa de lucro – e assim vão constantemente se formando os novos viveiros de capital – ou a plethora que, sob a forma de crédito, põe esses capitais, incapazes de ação autônoma, à disposição dos condutores dos grandes negócios (C. III, IV, p. 329-330).

Se os novos investimentos fornecem uma taxa de lucro menor, chega um momento em que os lucros não compensam os custos de aplicação. Os capitalistas não se dispõem a aplicar muito capital se o retorno for pequeno, e é assim que as economias retraem nos contextos de menor lucratividade (diminuem as aplicações produtivas e as atividades econômicas em geral). Massas de capitais ficam adormecidas, desocupadas, inativas – não encontram um desaguadouro lucrativo o suficiente (sempre tomando como medida a taxa mediana de lucro). São capitais em excesso, e que revelam uma sobreacumulação de capital.

Os capitais em excesso semeiam as crises. Estas abalam o sistema, malgrado funcionem como um componente saneador, e isto na medida em que os capitais mais fracos são sumariamente eliminados, sendo engolidos pelos graúdos, gerando centralização e monopólio – fora a chance de se empurrar o peso do insatisfatório desempenho econômico para as costas da classe trabalhadora. É assim que a lucratividade começa a se recompor²².

A sobreacumulação de capital, que se apresenta como “riqueza em excesso”, na verdade não passa da demonstração de que, sob o capitalismo, o que determina a expansão

²² “O capitalismo precisa das crises. As crises são o processo de seleção dos capitais mais rentáveis, de eliminação das companhias obsoletas, de resolução temporária da competição entre os Estados no sistema internacional e, sobretudo, de medição de forças com o proletariado. A hora da crise é a hora em que o capital e trabalho são convocados frente a frente para um ajuste de contas. Em cada crise, se a classe trabalhadora não impuser resistência, o capital descarregará sobre suas costas o preço do ajuste. Apesar do imenso sofrimento humano sob o capitalismo, as crises têm um efeito regenerador do sistema e regulador das relações entre as classes e entre os Estados: é preciso que a concorrência entre as empresas e entre as nações alcance o paroxismo da ruína dos menos rentáveis e dos mais débeis para que aconteça a concentração de capitais; é preciso que o desemprego em massa pressione o salário médio para baixo, para que os lucros se recuperem” (ARCARY, 2006, p. 52-53).

da produção é a capacidade lucrativa, e não as necessidades humanas. Tanto é assim que, na agonia da crise, o sistema capitalista clama por uma eliminação violenta de capital, num nível tal em que ele retorne ao ponto em que a aplicação seus poderes produtivos seja novamente rentável. E assim a acumulação se recompõe, completando um movimento cíclico, embora não se possa prever a periodicidade exata das fases de expansão, estagnação, declínio e recuperação²³.

A acumulação capitalista, em suma, nunca é suficiente, sempre urge mobilizar o capital para que ele engrandeça – mesmo quando esta lógica delirante arrasta a economia até a bancarrota –, e é este ímpeto que estimula o capital a expandir-se pelo mundo inteiro, conquistando novos domínios. Resta saber como isto se dá.

Mas antes, um esclarecimento. Tratamos apenas dos conceitos mais importantes para a compreensão elementar do modo de produção capitalista, dando mais realce àqueles que mais se comunicam com a forma jurídica e com os direitos humanos. Jamais nos propusemos a compendiar o pensamento econômico de Marx, pois isto excederia em muito nossas pretensões. No correr do estudo, quando avançarmos sobre o terreno jurídico, faremos os aprofundamentos indispensáveis para aclarar o vínculo entre capitalismo e direitos humanos. Nossa preparação será um pouco devagar, mas cautelosa, lastreando-se numa prudente “paciência do conceito”.

3. Mercado mundial e divisão internacional do trabalho

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das mais regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do mundo. [...] No lugar do antigo isolamento de regiões e nações auto-suficientes,

²³ A teoria dos ciclos Kondratieff visualiza ondas longas com duração aproximada de cinquenta anos, tendo se chegado ao mencionado número a partir de estudos empíricos. Contra esta leitura, que se afigura um tanto mecanicista, há que se opor o fato de que cada ciclo guarda uma história particular, em que pese a cíclica repetição das etapas de expansão, estagnação, declínio e recuperação. Nunca um ciclo é igual ao outro: a história não se repete, e não se repete porque a dialética entre forças tendenciais e forças contratendenciasais sempre se faz em concreto, nunca à priori.

desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. (MARX; ENGELS, 2007b, p. 43)

É cediço que Marx tinha como planos estudar o mercado mundial, e que sua análise caminhava nesta direção, lançando-se das categorias mais abstratas rumo à totalidade concreta. Faltando-lhe a oportunidade de finalizar sua obra máxima em vida (*O capital*), devemos nos contentar com algumas passagens esparsas e delas extrair conclusões.

Uma primeira ideia para se decifrar o lugar do conceito de mercado mundial em Marx reside no postulado de que as formas econômicas do capitalismo (mercadoria, dinheiro, capital etc.) aspiram à universalidade. Se a riqueza nas formações sociais capitalistas apresenta-se como uma imensa coleção de mercadorias, é em razão de que, nessas sociedades, tudo aquilo que se produz está submetido à forma mercantil, ou então se sujeita à convertibilidade em bem permutável, como no caso dos bens da natureza, que podem ser apropriados como mercadoria, monetizados e, desta maneira, incorporados ao código de funcionamento capitalista.

Também na metamorfose da mercadoria, na qual o valor circula pelas mãos dos agentes de mercado, comparece o elemento da universalidade. Marx toma como exemplo de circulação mercantil uma cadeia de trocas envolvendo linho, bíblia e aguardente, e diríamos que esta escolha não foi aleatória. Por detrás do costumeiro humor refinado do pensador alemão, está colocada a ideia de que a troca mercantil, ao abstrair as qualidades físicas dos produtos, põe em contato coisas que são as mais desconexas entre si. Se são sagradas ou profanas, isto é indiferente para a forma mercadoria²⁴, sendo que tal atributo, no que concerne ao trânsito mercantil pelo mundo, dá ensejo à erosão dos localismos, dos regionalismos e mesmo dos nacionalismos. Numa pertinente formulação, Tony Smith (2006, p. 191) registra que “a forma valor inclui um impulso imanente de romper com todas estas restrições arbitrárias e de transgredir *qualquer* limite geográfico para a troca de mercadorias²⁵”. Não há muralha da China que resista ao seu assédio.

²⁴ “Por um lado, vê-se como a troca de mercadorias rompe com as limitações individuais e locais da troca imediata dos produtos e desenvolve a circulação dos produtos do trabalho humano. Por outro, desenvolve-se todo um ciclo de espontâneas conexões sociais, incontroláveis pelos que intervêm nas operações. O tecelão de linho pode vender seu linho, porque o camponês vendeu o trigo; o apologista do copo, sua Bíblia, porque o tecelão vendeu seu linho; o destilador, sua aguardente, porque outro vendeu a água da vida eterna e assim por diante” (C. I, I, p. 139).

²⁵ Em inglês: “The value-form includes an immanent drive to break through all such arbitrary restrictions and to transgress *any* given geographical limit to the exchange of commodities”.

Este fator universal contido na forma mercadoria se expressa noutra forma que dela deriva, o dinheiro. E o dinheiro, enquanto representação autônoma do valor e enquanto permutabilidade condensada, figura da maneira mais quintessenciada no comércio mundial, onde a troca atinge a instância mais universal, elevando o valor à condição de universalidade real. “Só no mercado mundial”, percebe Marx, “adquire plenamente o dinheiro o caráter de mercadoria cujo corpo é simultaneamente a encarnação social imediata do trabalho humano abstrato”, motivo pelo qual “sua maneira de existir torna-se adequada a seu conceito” (C. I, I, p. 169).

Aplicada internacionalmente, a lei do valor atinge a culminância de sua lógica, sobretudo sob o ângulo do trabalho demandado socialmente, malgrado caiba pontuar que, enquanto o desempenho do trabalho com mais produtividade em dimensão nacional tende a se alçar como referência geral, no âmbito internacional há uma mudança, dado que o labor universal se afirma numa média dos labores nacionais:

Num determinado país, a medida do valor pela mera duração do tempo de trabalho só é modificada por um grau de intensidade acima da média nacional. Mas assim não ocorre no mercado mundial, onde cada país é um elemento integrante. A intensidade média do trabalho varia de país para país; menor neste, maior naquele. Essas médias nacionais formam, portanto, uma gradação, cuja unidade de medida é a intensidade média do trabalho universal (C. I, II, p. 650).

Com efeito, a dimensão internacional do valor chega a ser uma consequência lógica do seu alcance de operação. Caudatária do circuito de trocas, esta forma social está fadada a acompanhar as mercadorias no nível em que elas executam as suas regulares metamorfoses. “Se a escala relativa à troca de mercadoria é o mercado mundial, e a escala relativa à divisão social do trabalho é também o mercado mundial, então se segue logo que a medida socialmente objetiva do valor deve operar nessa mesma escala²⁶” (SMITH, 2006, p. 192).

E do mesmo modo que os mercados internos organizam-se por meio de uma divisão social do trabalho, o mercado mundial também tem a sua divisão. Eleva-se a escala de operações, mas o raciocínio é o mesmo: mundialmente, os agentes de mercado carregam consigo valores-de-uso que não lhes interessam, a não ser como meio de dar vazão ao valor neles contido e de obter outros valores-de-uso. Internacionalmente, os trabalhos são

²⁶ No texto original: “If the relevant scale of commodity exchange is the world market, and the relevant scale of the social division of labour is the world market as well, then it follows at once that the socially objective measure of value must operate on this same scale”.

abstraídos como labor genérico e indiferenciado, observando-se uma dependência recíproca entre os países produtores, como bem indicou Nikolai Bukharin (1929, p. 22):

O trabalho social do mundo como um todo está dividido entre os vários países; o trabalho de cada país individual torna-se parte de um trabalho social mundial pelo intercâmbio que ocorre numa escala internacional. Esta interdependência dos países pelo processo de troca é de modo algum um acidente; ela é a condição necessária ao contínuo crescimento social²⁷.

Na época de Bukharin (a obra foi escrita em 1915), a divisão internacional do trabalho era menos complexa do que a de hoje. Era possível, até certo ponto, associar esta divisão à oposição entre campo e cidade, havendo uma clivagem entre os países industrializados, produtores de manufaturas, e os países agrários, produtores de bens primários.

Assim era já no século XIX, quando Marx explicava o mecanismo de colonização. O autor notava que a indústria capitalista, em franca expansão, tornava supérflua uma camada do proletariado, enviando-a para as colônias ou para outros países onde a produção estava dirigida ao fornecimento de matéria-prima ao centro industrial. Estruturava-se, deste modo, uma divisão internacional do trabalho integralmente “adequada aos principais centros da indústria moderna, transformando uma parte do planeta em áreas de produção predominantemente agrícola, destinada à outra parte primordialmente industrial” (C. I, I, p. 514). A troca de produtos diferentes é o método pelo qual a metrópole se abastece dos insumos de que tem necessidade, além de reservar destinações para seus produtos e seus capitais.

Não se trata, pois, de uma divisão técnica ou natural do trabalho, e sim de um arranjo social baseado na dominação, e que opõe as nações em áreas metropolitanas, de um lado, e áreas de tipo colonial, de outro. A produção de determinadas mercadorias responde não a uma falaz propensão econômica inata dos países, e sim à organização do capital pelos distintos territórios. A divisão internacional do trabalho, orientada pelo seu comando capitalista, é uma divisão desigual no tocante aos ganhos econômicos, configurando uma estrutura imperialista de poder.

²⁷ No original: “The social labour of the world as a whole is divided among the various countries; the labour of every individual country becomes part of that world social labour through the exchange that takes place on an international scale. This interdependence of countries brought about by the process of exchange is by no means an accident; it is a necessary condition for continued social growth”.

E apesar das transformações ocorridas no âmbito da produção nos países periféricos, nem por isso se perde o caráter de dominação da divisão internacional do trabalho. Se um país deixa de ser uma “colônia”, no sentido formal, e se torna uma “nação subdesenvolvida” (ou “emergente”, o eufemismo da moda), a atividade econômica que ele sedia, seja ela agrária, industrial, ou mesmo de serviços, subordina-se ao arcabouço geral do capitalismo internacional, voltando-se, em maior ou menor medida, para as disposições daqueles que se localizam no topo da cadeia da acumulação.

Sob esta focalização, a ordenação mundial do capitalismo, ainda que renovada pela industrialização relativa da periferia do sistema a partir da segunda metade do século XX, continua reproduzindo uma hierarquia econômica entre os países, submetendo-os ao escalonamento das etapas e ramos do processo produtivo:

Observa-se assim o surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho, que transfere – desigualmente, vale lembrar – etapas da produção industrial aos países dependentes, enquanto os países avançados se especializam nas etapas superiores; simultaneamente, aperfeiçoam-se os mecanismos de controle financeiro e tecnológico dos países avançados sobre o conjunto do sistema (MARINI, 2012b, p. 40).

De um jeito ou de outro, prevalece aquilo que o marxismo chama de desenvolvimento desigual do capitalismo (ou “desenvolvimento desigual e combinado”, como propunha Leon Trotsky), quer dizer, a articulação entre setores econômicos mais dinâmicos, tidos como “avançados” em termos de acumulação, e os setores menos dinâmicos, tidos como “atrasados” – às vezes a ponto de sediar formas pré-capitalistas de organização do trabalho. A experiência histórica ensina que o capital, de fato, assume a regência das formações sociais em que se faz presente, estando propenso a dissolver as formas de produção arcaicas, embora casualmente as incorpore, se isto for lucrativo e se assim for possível conforme a correlação de forças com as antigas classes possuidoras, perfazendo-se uma movimentação dúbia de dissolução e conservação²⁸: o moderno quer destruir o arcaico, mas se apoia nele até certo ponto.

²⁸ “This dominance of the CMP has complex effects of *dissolution/conservation* (since it is a matter of a class struggle) on the other modes and the forms of production which it dominates” (POULANTZAS, 2008, p. 223). Traduzindo: “Esta dominância do MPC [modo de produção capitalista, P. B.] tem efeitos complexos de *dissolução/conservação* (já que é uma questão de luta de classes) sobre os outros modos e sobre as formas de produção que ele domina”.

Tal dubiedade exprime as contradições que estão postas dialeticamente na realidade. No tocante ao mercado mundial e à divisão internacional do trabalho, em especial na perspectiva da caminhada histórica do capitalismo, é correta a conclusão de Trotsky (2010, p. 101) de que “o capitalismo encontra várias partes da humanidade em diferentes estágios de desenvolvimento”, cabendo a ponderação de que “a extrema diversidade de níveis atingidos e a extraordinária desigualdade no ritmo de desenvolvimento das diferentes partes da humanidade durante várias épocas são o ponto de partida do *capitalismo*”.

A concatenação entre os polos capitalistas avançados e os atrasados (ou com traços pré-capitalistas eventualmente) é orgânica e funcional, constituindo complexas relações de dependência no processo global de capitalização e gerando um entrelaçamento virtuoso (para o capital) entre o moderno e o arcaico. As desigualdades entre centro e periferia, que podem ou não coincidir com as disparidades nos métodos produtivos, fazem parte da construção do capitalismo mundial, e os níveis de contraste, conforme haveremos de conferir com mais vagar em capítulos ulteriores, dependem do curso da luta de classes. O modo de produção capitalista, desde os seus albores na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII, foi exportado para o resto do mundo não de maneira contínua e linear, e sim pela transposição dos obstáculos de classe que ofereceram níveis distintos de resistência nos diferentes países, onde predominavam outros modos de produção. Não se olvide que os confrontos entre as burguesias incipientes (ainda pré-industriais) da Europa continental e as aristocracias feudais no poder foram cruciais, pois os quocientes de cada embate culminaram em rumos opostos para a maturação do capitalismo. Houve aceleração na França revolucionária e retardamento na Europa central, onde a reação da nobreza triunfou temporariamente.

Tornemos ao olhar mais estritamente econômico. Pensando no plano global, temos percebido que o intercâmbio de mercadorias ultrapassa as fronteiras nacionais, unificando o mundo numa trama mercantil. Mas quando se fala em mercado mundial, não é meramente a circulação de mercadorias que conta. Não se trata apenas da consumação dos valores das mercadorias para além da territorialidade nacional. Antes de ser um mercado de mercadorias, o mercado mundial é um mercado de capitais, em que a concorrência orbita em torno da fruição de lucros maiores com base na taxa geral de lucro – cujo capital social total a que corresponde se erige justamente nas interações entre os capitais em nível global.

Há que se reparar que a própria organização do capital é mundial, constituindo-se em sucessivas etapas de medrança.

Marx aponta que, “quando o modo de produção capitalista já está desenvolvido e se torna predominante, [...] grande parte das mercadorias que constituem Mp, os meios de produção, é capital-mercadoria estrangeiro em funcionamento” (C. II, III, p. 123). Ou seja: a circulação do capital sob o capitalismo desenvolvido depende de uma magnitude mundial para se perpetuar. Sem envolver os diversos mercados numa teia mundial, a produção capitalista seria incapaz de existir, pois a sua existência suplica os recursos indispensáveis à sua expansão, é dizer, à sua reprodução ampliada. Se o capital não se move para conquistar novos domínios, simplesmente não pode seguir existindo como capital.

Como prova disto, inspecione-se a evolução do capitalismo a partir das formas em que se apresentam o circuito do capital (recapitulando: capital-mercadoria, capital produtivo e capital-dinheiro). A sequência deste circuito, reforçemos também, é integrante da lógica expositiva de Marx, que deixa claro que todas estas formas ocorrem ao mesmo tempo, uma desembocando na outra continuamente. Pois bem: os anais da história nos contam que todas estas fases do ciclo do capital industrial foram internacionalizadas, e não poderia ser diferente. Considerando que estamos falando também de um mercado mundial de capitais, é imprescindível sopesar que as fases do circuito do capital passam a se desenrolar no mesmo nível de abrangência. Em decorrência, vislumbra-se que a formação do mercado mundial oferece ao menos três facetas distintas e ao mesmo tempo conexas: um mercado de mercadorias (bens de produção e consumo, serviços etc.), um mercado de capitais (dinheiro e ativos financeiros) e um mercado de trabalho.

O primeiro passo dessa internacionalização foi dado, historicamente, com a fase do capital-mercadoria, quando a produção capitalista, ainda muito jovem (e centrada na Inglaterra), rivalizava e interagia com formações econômicas pré-capitalistas:

Não importa que a mercadoria seja produto da produção baseada na escravatura, ou de camponeses (chineses, indianos), ou de comunas (Índias Orientais Holandesas), ou do Estado (como antigamente na Rússia, no tempo da servidão), ou de povos caçadores semi-selvagens etc.; [...] É indiferente o caráter do processo de produção donde provêm; funcionam no mercado como mercadorias e como tais entram no ciclo do capital industrial e na circulação da mais-valia por ele trazida. É a universalidade da origem das mercadorias, a existência do mercado como mercado mundial, que distingue o processo de circulação do capital industrial (C. II, III, p. 124).

O capital industrial, ainda nos seus primórdios (Inglaterra do século XVIII), assimilava para dentro de seu ciclo determinadas mercadorias cuja produção podia ou não ser nos moldes capitalistas. Graças à forma mercadoria, isto não fazia diferença, pois itens produzidos à maneira pré-capitalista, ao serem comprados por um capital inserido no ciclo industrial, tornam-se capital-mercadoria. Prevalece a dinâmica do ciclo, e foi desta forma que ela forcejou seu caminho pelo mundo no século XIX.

Não que a produção pré-capitalista nas regiões assediadas pelo capital tenha se mantido intacta. Foi inicialmente destruída pela força dos mercados capitalistas, incompatível com o trabalho artesanal das comunidades tradicionais. A indústria inglesa, como se sabe, utilizou de seus baixos preços para arruinar a produção arcaica na Índia, gerando agudos flagelos sociais.

Identifica-se na forma mercadoria um potencial desagregador sobre as relações não mercantis, de sorte que, mesmo em seu momento ainda estritamente comercial, o capital mostra-se capaz de interferir nas formas de propriedade pré-capitalistas. Foi sintomático o impulso que o comércio exterior significou na expropriação do campesinato inglês e no processo de acumulação primitiva:

Na Inglaterra, p. ex., no século XVI e início do século XVII, a importação de mercadorias holandesas tornou basicamente decisivo o excedente de lã que o país tinha de dar em troca. Para produzir mais lã, a terra cultivável foi transformada em pastagem para ovelhas, o sistema de pequenos arrendamentos foi desmantelado etc., teve o *clearing of estates* etc. Por conseguinte, a agricultura perdeu o caráter de trabalho visando a produção de valor de uso, e a troca de seu excedente perdeu o caráter indiferente em relação à sua estrutura interna. [...] Com isso, não só o modo de produção foi modificado, mas foram dissolvidas todas as antigas relações de população e de produção e as relações econômicas a ele correspondentes (MARX, 2011, p. 198).

Indubitável, pois, a importância da circulação mercantil internacional na própria formação do capitalismo, e que ganha vulto ainda maior na época da industrialização capitalista. Por mais que a produção capitalista esteja focada na valorização do valor, ou seja, na reprodução ampliada do capital, ela só pode procedê-lo pela circulação de mercadorias em amplitude crescente.

Uma vez internacionalizada a etapa industrial do capital-mercadoria, seguiu-se a ela a etapa do capital-dinheiro. O aprimoramento da finança e do crédito foi imprescindível

para tornar sustentável o crescimento do sistema e para alimentar a rotação dos capitais, dos quais se exigia muito mais recursos para se atuar num mercado que deveria ser mundial. A intensa circulação das mercadorias e o alastramento dos empreendimentos capitalistas pelo mundo trouxeram como desdobramento a formação de um mercado mundial de capital-dinheiro, sem o qual a acumulação não teria fôlego suficiente.

Pela internacionalização do capital-dinheiro, o capital adquiriu maiores facilidades para transitar pelos setores da economia. As chamadas exportações de capital consistem em formas de movimentação financeira do capital pelos diversos países, e assumiram um papel eminente no capitalismo do final do século XIX²⁹. Bukharin (1929, p. 40-41) cita como exemplos os empréstimos de capital aos Estados, participação em cotas e financiamento de empresas estrangeiras, créditos entre bancos de diferentes nacionalidades e compra de ações estrangeiras. Em todos esses casos, há transfusão de valor de uma nação para outra, embora de uma maneira indireta. As formas financeiras do capital constituem meios de se coletar indiretamente uma fração do trabalho excedente social, seja como juro, dividendo ou outra figura semelhante que remunere o capital-dinheiro investido.

Não à toa, a etapa do circuito capitalista em comento teve sua internacionalização conjuntamente com a formação do capital financeiro, quer dizer, com a união entre o capital industrial e do capital bancário objetivada em poderosos oligopólios, carteis e trustes. Este entrelaçamento entre a indústria e a finança, em que pese estar fortemente amparado no Estado nacional, traz no seu bojo uma composição internacional de capitais. As sociedades por ações e as bolsas de valores das potências capitalistas integraram-se sobremaneira, em consonância com seu desiderato de facilitar a circulação do capital – tornando o sistema, a um só tempo, mais rentável e mais explosivo, o que foi certificado pela avassaladora crise de 1929.

Com o capital-dinheiro operando mundialmente, tem-se que o veículo de circulação do capital se internacionaliza. Mas é somente com a internacionalização do capital produtivo que o capitalismo logra organizar a produção completamente em nível mundial e

²⁹ “O movimento do capital, que do ponto de vista do país exportador de capital é usualmente chamado de exportação de capital, adquiriu uma importância sem rival na moderna vida econômica” (BUKHARIN, 1929, p. 40). Em vernáculo: “The movement of capital, which from the point of view of the capital exporting country is usually called capital export, has acquired an unrivalled importance in modern economic life”.

segundo seus ditames. Apenas a partir deste instante é que a acumulação capitalista é alçada ao patamar de um processo universal.

Opinamos que este instante coincide com o fim da Segunda Guerra Mundial, quando emergiu uma nova ordem econômica e política no planeta. Nesta ordem, o colonialismo clássico foi atualizado com uma interface requintada, na qual as nações coloniais são submetidas por expedientes de exploração que são muito mais econômicos do que políticos (como os monopólios comerciais e os regimes de preço estabelecidos pelas metrópoles). Como expedientes de perfil econômico predominante, mencionamos as atividades das principais empresas multinacionais, as quais levaram uma parcela da produção de serviços e bens à periferia do sistema. Fizeram-no, certamente, no afã de apresar um quinhão maior de mais-valia dos trabalhadores do “Terceiro Mundo”, o que exige mais do que mera exportação de capital. Passou-se prioritariamente aos investimentos estrangeiros diretos.

Há que se enfatizar que de modo algum os investimentos indiretos, remunerados como juros e dividendos, foram deixados de lado. Ao contrário, rebentaram novas modalidades financeiras de captação de riqueza, como os royalties e os derivativos. Inclusive, desde o último quartel do século XX, grandes massas de capitais retomaram esta via financeira de valorização como alternativa à queda da taxa de lucro nos ramos industriais. Colateralmente, o liame orgânico entre finança e indústria intensificou-se, como teremos a oportunidade de constatar ulteriormente.

A internacionalização do capital produtivo completa a internacionalização mais geral do ciclo do capital industrial, constituindo o último e irrevogável passo. O capitalismo, então, mundializa-se no sentido mais enérgico que se extrair da palavra, pois seu núcleo produtivo adquire proporções autenticamente planetárias: as relações capitalistas de produção operam não somente nas nações, mas para além delas. Por conseguinte, a divisão internacional do trabalho deixa de se reduzir à oposição entre países industrializados e países agrários; embora tal relação ainda seja cabível em alguns casos, fato é que – e isto já citamos de passagem – uma fração importante da indústria capitalista internacional começou a ser instalada na periferia do sistema desde meados do século XX, e este expediente só se fez recrudescer nos anos recentes.

Alguns países periféricos, ao se industrializarem (em parte recebendo o capital produtivo exterior e em parte instigando uma indústria nacional bastante limitada), especializaram-se numa nova divisão internacional do trabalho, encarregando-se do fornecimento de mão de obra mais barata, o que é o mesmo que dizer que sua função é produzir quantias mais altas de mais-valia (retiradas de modo absoluto, em regra). Permanece atual o diagnóstico de Ernest Mandel (1976, p. 59) de que “o baixo preço da mercadoria força de trabalho, as gigantes proporções do exército industrial de reserva e o relativo desamparo do proletariado nessas condições”, no que tange a periferia capitalista, “mudou o centro de gravidade do capital da produção de mais-valia *relativa*, já predominante no Ocidente, para a produção de mais-valia *absoluta*³⁰”.

Os capitais estrangeiros instalados na produção se apropriam do produto excedente, compensam a baixa proporção de capital variável no centro do sistema e remetem os lucros para a matriz, dinamizando vigorosamente as transferências de valor pelo orbe e concentrando riqueza e poder numa dimensão muito maior. É o melhor dos mundos possíveis para o grande capital dos países “desenvolvidos”: maximizam a coleta de mais-valia à maneira relativa com o maquinário concentrado em sua terra natal e, simultaneamente, extraem enormes fatias do valor gerado na produção pela mais-valia absoluta apropriada no mundo “subdesenvolvido” – o que se contrapõe, como foi visto, ao declínio tendencial da taxa de lucro.

Deve-se entender a difusão das empresas multinacionais como a forma principal de expressão da nova configuração do capitalismo e de sua divisão internacional do trabalho. O comando das matrizes sobre as filiais, além de concentrar os fluxos de capital, instrumentaliza o controle global da produção por uma escassa parcela de empresários, os quais encontram-se capacitados para mobilizar meios de produção e força de trabalho nos mais longínquos recantos do planeta. A pauta de produção dos países periféricos é inteiramente ditada por políticas dos capitais do centro do sistema.

Estamos lidando agora com fenômenos que não foram testemunhados por Marx, e que, por isso, carecem de uma dissecção marxiana. Resta-nos, pois, o socorro nas

³⁰ Na língua inglesa: “the low price of the commodity of labour-power, the gigantic proportions of the industrial reserve army and the relative helplessness of the proletariat in these conditions, shifted the centre of gravity of capital from the production of *relative* surplus value, already predominant in the West, to the production of *absolute* surplus value”.

elaborações que se reportam ao exercício mais geral da produção capitalista em amplitude mundial, a elas acrescentando as contribuições de outros autores que se mostrarem mais pertinentes.

Marx declarou expressamente a relevância histórica do mercado mundial para a produção capitalista em diversas passagens. Uma delas, dentre tantas, comporta um poder de síntese extraordinário: “a expansão do comércio exterior, base do modo capitalista de produção em seus albores, torna-se, com o desenvolvimento do capitalismo, o próprio produto desse modo de produção” (C. III, IV, p. 313).

Podemos concluir deste raciocínio que, no começo, o mercado induz as relações capitalistas pelo mundo, cercando e invadindo territórios com suas torrentes de mercadorias; posteriormente, as referidas relações, ao se estabelecerem e se patentearem na produção social das nações, invertem o fluxo e passam a criar mercados como escoadouro dos capitais que se sobreacumulam.

E não nos enganemos com o vocábulo “comércio”, já que Marx tem em mente o mercado como um todo, e particularmente como resultado da expansão da indústria capitalista:

Logo que a manufatura atinge certo nível de desenvolvimento – o que é mais válido ainda para a indústria moderna – cria ela para si o mercado, conquista-o com suas mercadorias. O comércio se torna então servidor da produção industrial, para a qual é condição de vida a expansão contínua do mercado. Produção em massa cada vez maior inunda o mercado existente e por isso se empenha sempre em expandi-lo, em romper seus limites. O que limita a produção em massa não é o comércio (enquanto exerce apenas a função de expressar procura existente), mas a magnitude do capital em funcionamento e a produtividade atingida pelo trabalho. O capitalista industrial tem de estar sempre atento ao mercado mundial, compara e tem continuamente de comparar os próprios preços de custo com os preços de mercado de seu país e do mercado mundial. (C. III, V, p. 448).

E ainda que se entendesse o comércio exterior com um significado restritivo, o que seria equivocado, nem por isso estariam excluídas as implicações para a indústria capitalista, pois este comércio, “ao baratear elementos do capital constante e meios de subsistência necessários em que se converte o capital variável, contribui para elevar a taxa de lucro, aumentando a taxa de mais-valia e reduzindo o valor do capital constante” (C. III, IV, p. 313).

Karl Marx observava o fenômeno da internacionalização do capitalismo ainda em fase primeva, e mesmo assim foi capaz de identificar o sentido de seu desenvolvimento. Dado que o mercado mundial existe para a indústria, ou melhor, para o capital industrial em seus ciclos, infere-se que tal espaço tende a sediar não meramente as trocas em nível internacional, e sim a organização do capital como um todo. As etapas consecutivas da história do capitalismo mundial confirmaram os pendores internacionais do capital, mostrando-se coerentes com sua pulsão interna de expansionismo. Não deve passar despercebido por nós que “a tendência de criar o *mercado mundial* está imediatamente dada no próprio conceito do capital” (MARX, 2011, p. 332).

Como forma de ilustrar esta organização mundial do capitalismo, a qual, segundo nos parece, instaura-se em sua plenitude apenas depois de 1945, convém citar a estratégia do “carro mundial” adotada pela indústria automotiva. A produção contemporânea do automóvel, por exemplo, não é mundial apenas porque esta mercadoria é exportada para o mundo inteiro, ou porque as empresas se abastecem de capitais estrangeiros para produzi-la, e sim porque ela é efetivamente gerada em alcance mundial, já que cada parte do processo de trabalho (da engenharia industrial à fabricação dos componentes) é desempenhada em postos distintos do globo – e sempre em concordância com um escalonamento entre centro e periferia, de modo a diminuir ao máximo os custos de investimento e, com isso, racionalizar a lucratividade. Inclusive, a formação mesma do valor assume uma dimensão internacional: já não se trata apenas de fazer circular o valor pelos países, e sim de se gerá-lo por cadeias produtivas espalhadas pelo globo.

Tendo a lucratividade como horizonte último, a elevação do processo de trabalho ao nível mundial “é, portanto, devida principalmente não a fatores de ordem ‘técnica’ – a ‘revolução tecnológica’ –, mas opera sob o signo de importantes modificações nas relações mundiais de produção”, de maneira que “ela pode ser vista na completa extensão da divisão social imperialista do trabalho apenas através das formas existentes de *internacionalização do capital*³¹” (POULANTZAS, 2008, p. 234).

³¹ Em inglês: “This socialization of labour on the international scale is therefore not principally due to factors of the 'technical' order - the 'technological revolution' - but operates under the sign of important modifications in world relations of production. Consequently, it can be seen in the full extent of the imperialist social division of labour only through the existing forms of *internationalization of capital*”).

Deste processo de mundialização da produção capitalista, resulta uma correlata mundialização da luta de classes. Sendo dado aos capitais distribuir e transferir seus meios de produção para as mais diversificadas regiões, explorando, desta maneira, diversas forças de trabalho nacionais, mais do que nunca a exploração de classe tornou-se um expediente internacional.

Também formação do exército industrial de reserva, que gera uma superpopulação relativa no seio do proletariado e que empurra os salários para baixo pela competição entre os trabalhadores no mercado de trabalho, adquiriu também um perfil internacionalizado. Quem não aceita a piora do seu padrão de consumo e existência pode perder o posto de trabalho para outrem, e esta ameaça passa a imperar em nível internacional, dado que a criação de uma população excedente para o capital ultrapassa as esferas nacionais. A partir da exportação de capitais, sobretudo no que diz respeito à indústria capitalista, a mão de obra convertida em supérflua para a acumulação de um país exportador de capital acaba sendo gerada também em terras estrangeiras.

O antagonismo estrutural da sociedade capitalista (o conflito capital-trabalho), tal como os seus desdobramentos, assim, transbordam as raiais territoriais das nações, e do mesmo modo que a burguesia explora o proletariado como classe, no nível do capital social total, a burguesia mundial esteia-se na espoliação do proletariado mundial.

E não há dúvida de que, para operar em escala global, os capitais devem ser de enorme magnitude, ou ainda, devem estar concentrados. Quanto mais ele se internacionaliza, mais ele se concentra, acentuando-se o caráter monopolista do capitalismo. Tony Smith (2006, p. 198) traduz adequadamente esta correlação entre internacionalização e concentração:

Firmas locais bem-sucedidas tendem a se expandir regionalmente; firmas regionais bem-sucedidas tendem a tentar operar nacionalmente; firmas nacionais bem-sucedidas tendem a buscar mercados estrangeiros e oportunidades de investimento; e unidades de capital que já operam cruzando fronteiras tendem a estender seu “alcance global” ao crescerem. Enquanto a concentração e a centralização de capital prosseguem, por exemplo, há uma necessária tendência de que as fusões que cruzam fronteiras e as aquisições aumentem com o tempo. Quase todas as firmas em quase todos os setores estão eventualmente amarradas a circuitos de capital que ultrapassam as fronteiras nacionais³².

³² No idioma do autor: “Successful local firms tend to expand regionally; successful regional firms tend to attempt to operate nationally; successful national firms tend to seek foreign markets and investment opportunities; and units of capital that already operate across borders tend to extend their ‘global reach’ as

Esperamos ter demonstrado com nossa exposição que o mercado mundial e a divisão internacional do trabalho que o sustenta funcionam no e para o capitalismo. Esta percepção é decisiva, já que situa as relações econômicas internacionais (tanto como seus efeitos políticos) nos termos da sociabilidade do capital, ou seja, da exploração crescente e desmedida, de modo que o sistema econômico mundial se configura como um ambiente de desigualdade e tirania. Tal ambiente, por certo, exprime uma clivagem presente no mercado mundial, uma estrutura de poder econômico e político que está ancorada definitivamente na transferência e na apropriação de valor entre as nações. Isto se dá na competição entre os capitais e nas suas múltiplas formas de interação no mercado, num processo que desemboca na transfiguração da mais-valia em lucro (a face social e total da exploração), e que permite que os capitais de alta composição orgânica abocanhem uma quantidade de mais-valia social muito superior ao que conseguem seus competidores de baixa composição orgânica. Disto já se vislumbra, de plano, uma consequência fulcral: os países onde a proporção de capital constante é muito maior em relação ao capital variável encontram-se, apesar das oscilações dos fluxos internacionais, vantajosamente posicionados na esfera da concorrência.

E sob a angulação da luta de classes (à qual não devemos jamais renunciar), a situação é também mais confortável, pois as margens de concessão econômica de suas elites capitalistas, na hipótese de enfrentamento mais agudo com a classe obreira, são maiores – pelo menos em princípio. Sem falar que, com meios mais eficazes de coletar mais-valia relativa, os choques com os trabalhadores tendem a ser menos recorrentes (o “ataque” é menos evidente). Sabe-se que a elevação das taxas de exploração por meio de aperfeiçoamento do maquinário é uma opção que, em sendo mais cara, é muito mais acessível aos capitais nucleados no centro imperialista.

Também se visualiza pela óptica apresentada que a migração de indústrias para a periferia não dissolve a disparidade com o centro, considerando-se a remessa de lucros para exterior e o fato de que, em verdade, o que se tem é uma acumulação ultranacional por parte dos capitais sediados no centro. De um jeito ou de outro, “temos um sistema mundial

they grow. As the concentration and centralisation of capital proceeds, for example, there is a necessary tendency for cross-border mergers and acquisitions to increase over time. Almost all firms in almost all sectors are eventually tied to circuits of capital crossing national borders”.

que opera com núcleos de acumulação de valor em contraste com amplos territórios que sofrem de desacumulação” (OSÓRIO, 2012, p. 76). Teremos a oportunidade de conferir mais adiante este procedimento espoliativo.

Seria um erro, contudo, imaginar que o sentido do trânsito do valor entre as nações, aqui consideradas como polos ou como referências territoriais de acumulação de capital, designe apenas uma desigualdade de riquezas, como se o problema estivesse na “distribuição de renda”. Esta típica ilusão reformista, tão comum no recinto interno das formações sociais capitalistas, e que aposta na circulação para resolver problemas enraizados na produção, ignora a existência de uma ordem estruturada de dominação econômica e política que pauta a acumulação de capital no mundo.

A seguir, teremos a chance de ir mais a fundo em alguns temas que comentamos apenas de maneira introdutória, explorando as assimetrias de uma economia mundial organizada na forma de imperialismo. Estudando a ordem imperialista, encerraremos nossa investigação sobre a estrutura econômica internacional do capitalismo, armando-nos, enfim, para apreciar seus contornos e repercussões jurídicas.

4. Imperialismo

Ao final do Séc. 19, as potências coloniais europeias se reuniram, em Berlim, para repartir a África. Foi longa e dura a luta pelo botim colonial, as selvas, os rios, as montanhas, os solos, os subsolos, até que as novas fronteiras fossem desenhadas e, no dia de hoje, em 1885, foi assinada, ‘Em Nome de Deus Todo-Poderoso’, a Ata Geral.

Os amos europeus tiveram o bom-gosto de não mencionar o ouro, os diamantes, o marfim, o petróleo, a borracha, o estanho, o cacau, o café e o óleo de palmeira. Proibiram que a escravidão fosse chamada pelo próprio nome. Chamaram de ‘sociedades filantrópicas’ às empresas que proporcionavam carne humana ao mercado mundial. Avisaram que atuavam movidos pelo desejo de ‘favorecer o desenvolvimento do Comércio e da Civilização’ e, caso restasse alguma dúvida, explicava-se que atuavam preocupados ‘em aumentar o bem-estar moral e material das populações indígenas’.

Assim a Europa inventou o novo mapa da África. Nenhum africano compareceu – nem como enfeite – a essa reunião de cúpula (GALEANO, 2012, p. 74).

Incontáveis páginas da literatura marxista foram dedicadas à palpitante temática do imperialismo, o que é sinal de sua riqueza de conteúdo e a quantidade de polêmicas que

gravitam no seu entorno. Existem abordagens que se aproximam em alguns aspectos e se afastam em outros, o que nos obriga a dialogar com vários autores e colher as contribuições de cada um naquilo que for compatível com o eixo a que aderimos. Não teremos condições de cotejar as referências e pontuar as eventuais discordâncias com outros aspectos da obra, salvo ocasionalmente, quando for útil para enfatizar alguma ideia que nos for cara.

Nosso eixo será a teoria clássica do imperialismo, iniciada por Bukharin e levada a um momento eminente de elaboração por Lênin, a quem recorreremos como “cicerone” ao longo do percurso. Haveremos de fazer o esforço de atualizar a teoria leninista sobre a denominada fase imperialista do capitalismo, tendo em conta a realidade do período em que se iniciou o debate sobre os direitos humanos de terceira dimensão (anos 1970) e mesmo depois, dado que nos interessa uma discussão atual, com implicações para o hoje.

O cerne do imperialismo está na chamada partilha do mundo pelo capital monopolista, a qual pressupõe o reinado das determinações da produção capitalista sobre o globo, ainda que indiretamente. Há que se entender o imperialismo propriamente capitalista como a continuidade ou externalização da mecânica imanente do capital, e que deve ser lida, por isso mesmo, em diálogo com a teoria marxista do valor – o que nem sempre ocorre nas averiguações marxistas. Privilegiaremos, pois, as referências teóricas que mais se aproximam da perspectiva do valor, tais como Rudolf Hilferding (com o qual Lênin teve uma interlocução com certas reservas para formular suas ideias sobre o imperialismo), Ruy Mauro Marini e François Chesnais, cabendo insistir que não estaremos de acordo com tais autores em todos os pontos, e que esmiuçar cada uma de nossas discordâncias com eles fugiria do nosso escopo.

Mas antes de avançarmos sobre as citadas referências, convém fazer uma advertência. A primeira coisa a se ressaltar sobre o imperialismo, ao menos em sua acepção desde o século XIX, é o seu caráter capitalista. Quem mais chamou a atenção para este fato foi Ellen Wood, que teve a sagacidade de salientar que, assim como o modo de produção capitalista se diferencia do feudalismo e do escravismo pela extração do excedente no domínio econômico exclusivo, também o imperialismo capitalista se notabiliza pelo mencionado critério:

Há uma diferença análoga entre os imperialismos não-capitalistas e capitalistas. Os antigos impérios coloniais dominaram territórios e subjugavam povos por

meios de coerção “extra-econômica”, pela conquista militar e frequentemente pelo domínio político direto. O imperialismo capitalista pode exercer seu domínio por meios econômicos, manipulando as forças do mercado, inclusive a arma da dívida (WOOD, 2005, p. 12)³³.

Não se infira, porém, que inexistia violência ou coerção no imperialismo capitalista. Tanto como nas formações sociais nacionais, o capitalismo internacional, em sua organização imperialista, traz em si uma carga enorme de violência e opressão política, e que se explicita nas guerras, nos bombardeios e nas ocupações militares. A diferença é que o uso da força adquire um papel garantidor, atuando em caráter subsidiário, e não como opção preferencial. Da mesma forma que, em condições de normalidade, a burguesia nacional implementa a dominação sobre o proletariado de seu país apenas pelo poderio econômico, a burguesia imperialista domina os povos pelo mesmo método – o que contrasta, a título ilustrativo, com os métodos da Roma Antiga, pelos quais os conquistadores simplesmente se impunham pelas armas sobre suas presas e apanhavam o butim na forma de tributos e escravos. Mesmo o colonialismo do período mercantilista, correspondente à acumulação primitiva de capital na Europa, foi caracterizado pela coerção extra-econômica no processo de apropriação de riquezas. O tipo de mando exercido pela Espanha sobre a América Latina, como comprova a autora citada, não era muito diferente do domínio romano sobre suas províncias na Antiguidade, e o mesmo se poderia dizer sobre a Holanda em relação às suas possessões coloniais ultramarinas.

Isto posto, devemos conhecer o imperialismo capitalista, ou simplesmente imperialismo, pelo prisma de sua compleição econômica, em primeiro lugar (ou seja, por seus engenhos econômicos de supremacia imperial), e de sua forma política, num instante seguinte (deixaremos o aspecto jurídico para um momento vindouro). Para tanto, precisaremos de três sub-itens: um voltado à função do capital monopolista financeiro na cadeia imperialista de dominação mundial; outro dedicado às formas históricas de partilha imperialista; e um terceiro, por fim, orientado para as funções e a localização dos Estados em tal cenário.

³³ Na lingual vernacular: “There is an analogous difference between non-capitalist and capitalist imperialisms. Old colonial empires dominated territory and subject peoples by means of ‘extra-economic’ coercion, by military conquest and often direct political rule. Capitalist imperialism can exercise its rule by economic means, by manipulating the forces of the market, including the weapon of debt”.

4.1. Imperialismo, monopólios e capital financeiro

Quando se inicia, afinal, o imperialismo? De acordo com Vladimir Lênin, aquilo que hoje se entende por imperialismo, num sentido peculiar à época histórica capitalista – e mesmo como uma fase determinada do progresso deste sistema –, inicia nas derradeiras décadas do século XIX, o que se verifica a partir da história da formação dos monopólios:

Assim, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1. Décadas de 1860 e 1870, o grau superior culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis; 2. Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro; 3. Ascenso do final do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo (LENIN, 2010a, p. 23).

Da intensa concorrência entre os capitais, eis que surge a figura do monopólio, que nega a forma clássica e liberal da concorrência e eleva a disputa entre os capitais a um nível mais acentuado. Numa autêntica dialética dos contrários, Lênin (2010a, p. 87) aponta que “o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio”, concentrando a produção e o capital; ao mesmo tempo, “os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições e conflitos de interesses particularmente agudos e intensos”.

Na seleção nada natural proporcionada pelo mercado, os capitais que reiteradamente lucram abaixo da média estabelecida são conduzidos à amargura da falência, e o espaço que ocupavam passa para os vencedores, que se fortalecem ainda mais. Diminuem, nesta dinâmica, o número de competidores, e as adversidades para os que se candidatam a novos agentes do capital só fazem crescer. Traceja-se um pendor de concentração dos capitalistas, e já se acha aí o germe do monopólio.

Os primeiros passos de uma teoria marxista sobre o monopolismo foram dados pelo próprio Karl Marx, o qual, percebendo as inclinações da acumulação capitalista, identificou as leis sociais que fomentam os monopólios – por mais que, em sua época, não se utilizasse tal nomenclatura, até porque o fenômeno ainda estava em gestação. Poder-se-ia dizer que o teórico alemão fez uma elaboração *avant la lettre*, e que se mostrará deveras esclarecedora.

Todo capital individual é uma concentração de meios de produção, e esta concentração aumenta a cada vez que o capital se reproduz nos seus ciclos de acumulação. E assim o capital social também se acumula, amparando-se no crescimento da pluralidade dos capitais individuais. Cada capital é independente e luta por sua própria sobrevivência. De modo combinado, novos capitais surgem no mercado como fragmentos daqueles que já existiam. Tudo isto conspira para um caráter de pluralidade da forma capital.

Contra esta lei capitalista, atua outra lei da mesma procedência, cuja disposição é diametralmente oposta. Marx observa que, em sincronia com a repulsão mútua dos capitais na concorrência, opera entre eles uma “força de atração”:

Essa dispersão do capital social em muitos capitais individuais ou a repulsão entre seus fragmentos é contrariada pela força de atração existente entre eles. Não se trata mais da concentração simples dos meios de produção e de comando sobre o trabalho, a qual significa acumulação. O que temos agora é a concentração dos capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes. Este processo se distingue do anterior porque pressupõe apenas alteração na repartição dos capitais que já existem e estão funcionando; seu campo de ação não está, portanto, limitado pelo acréscimo absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Esta é a centralização propriamente dita, que não se confunde com a acumulação e a concentração (C. I. II, p. 729).

Duas facetas se apresentam nas leis gerais da acumulação capitalista: a concentração e a centralização de capital, sendo que Marx demarcou a diferença entre elas. Escorramos em Étienne Balibar para explicitar ainda mais como uma coisa se diferencia da outra. Concentração de capital significa “acumulação de novos meios de produção pela capitalização da mais-valia”, enquanto que centralização de capital quer dizer “reunião jurídica sob uma mesma propriedade de capitais individuais distintos³⁴” (BALIBAR, 1974, p. 158). Ambas são forças atuantes, e que levam ao que conhecemos como monopólios.

Podemos compreender os monopólios como a máxima expressão da concentração e da centralização capitalistas, como o rumo para o qual o capital tende em sua orientação para a acumulação sem fim. Mais ainda: como formas tendenciais de relações

³⁴ Confirma-se o trecho original na íntegra: “Dans l’histoire de la concentration, il faut tenir compte à la fois, comme le fait Marx, de la concentration proprement dite – accumulation de nouveaux moyens de production par capitalisation de plus-value – et de la simple ‘centralisation’ – réunion juridique sous une même propriété de capitaux individuels distincts (absorptions de firmes, fusions, etc.)”.

intercapitalistas, e que se lastreiam numa contraditória unidade entre cooperação e competição: coopera-se para competir.

Os capitais estabelecem, dentro desta lógica, múltiplas modalidades de associação ou combinação entre si, justificando a ideia de “força de atração” que impele os grandes a comporem entre si e a expropriar ou absorver os pequenos. E o que os move nesta direção é a perseguição de uma lucratividade acima daquela que se tem como média no mercado – um objetivo que, aliás, é comum a todo capitalista, como lembra Hilferding (1981, p. 183):

A meta da produção capitalista é o lucro. A conquista do maior lucro possível é a motivação de cada capitalista individual, e se torna o princípio guia de sua ação econômica como uma consequência necessária da luta competitiva capitalista. Pois o capitalista individual só pode sobreviver se ele se empenhar continuamente a não apenas manter o compasso com seus competidores, mas a ultrapassá-los; e ele só pode fazer isto se tiver sucesso em elevar seu lucro acima da média, atingindo assim um lucro extraordinário³⁵.

Todos capitalistas querem e precisam amealhar lucros acima da taxa média, mas nem todos o conseguem na prática – pelo menos não em ritmo contínuo. Estudamos anteriormente que os ramos econômicos caracterizados por distintas composições orgânicas de capital tornam-se mais ou menos lucrativos, no quadro do movimento geral, à medida que os capitais transitam entre eles e influem no aumento ou na queda dos preços das mercadorias. Há uma constante oscilação na rentabilidade de mercado, e são os maiores capitais que, para além de fruírem de uma quota maior do capital social total, possuem melhores chances de enveredar para os ramos que temporariamente se apresentam como os mais promissores.

Vale aditar que existem taxas médias de lucro, assim como desigualdade em torno delas, tanto nos diversos setores econômicos como no âmbito mais geral do capital total. A grandeza dos capitais maiores lhes facilita a mobilidade e o domínio sobre os setores da economia, suprimindo o desnível da taxa de lucros num dado ramo, ou eventualmente entre ramos distintos, principalmente quando estão ligados numa mesma cadeia produtiva. Com isto, os ganhos são concentrados, e a variação entre as lucratividades diferentes cede lugar a

³⁵ Em inglês: “The aim of capitalist production is profit. The achievement of the largest possible profit is the motive of every individual capitalist, and becomes the guiding principle of his economic action as a necessary consequence of the capitalist competitive struggle. For the individual capitalist can only survive if he strives continually not simply to keep pace with his competitors, but to outstrip them; and he can do this only if he succeeds in raising his profit above the average, thus achieving an extra profit”.

uma única lucratividade a partir de um capital unificado, que se torna maior e mais forte em face dos seus adversários. Ampliam-se, com isto, os seus horizontes e a sua escala de operações, e foi assim que o amadurecimento da produção capitalista em sua fase monopolista deu ensejo à segunda revolução industrial, evento marcante nos albores do imperialismo.

É comum o equívoco de se atribuir aos progressos tecnológicos da segunda revolução industrial (tais como a forja do aço, a geração de energia elétrica, a evolução da química etc.) a causa do monopolismo, como se ele tivesse surgido para dar conta de uma produção que clamava por novos patamares técnicos. Esta análise é errônea na medida em que coloca as forças produtivas como carro-chefe da história e amesquinha as relações de produção a um papel secundário e dependente.

Não há que se negar que, de fato, o novo tipo de indústria que entrava em cena exigia grandes somas de capital, seja para custear meios de trabalho mais modernos e caros, seja para obter matérias-primas em pontos distantes do globo, arcando-se com os gastos de transporte e comunicação. O que se deve pontuar é que, justamente por tais avanços serem onerosos, o capital só os levou a cabo por visualizar perspectivas de lucro que lhe eram interessantes – particularmente no tocante ao controle, sob um mesmo capital, das etapas da produção industrial capitalista ou da produção de itens que sequer se relacionam numa cadeia produtiva, propiciando a coleta de um lucro extraordinário, que se sobressai no universo dos valores disponíveis para os capitalistas em concorrência.

Evidentemente, uma concentração prévia de recursos econômicos é indispensável para que os capitalistas se lancem a inovações na produção, mas ela é dada pela competição intercapitalista, é dizer, por relações próprias do capitalismo, e não pelas descobertas científicas. O poder econômico precede a ciência e a tecnologia, as quais se sujeitam à condição de forças produtivas empregáveis (ou não) pelo capital conforme seus interesses.

Monopolismo, então, remete contiguamente ao poder capitalista de mercado e à capacidade de lucrar mais, seja pelos próprios recursos, seja pela captura de uma fatia mais generosa da mais-valia social. Étienne Balibar (1974, p. 160) fornece uma explicação muito instrutiva a este respeito:

O caráter “monopolista” de uma empresa não se mede pela ultrapassagem de um limite predeterminado na parte do mercado nacional ou internacional que ela se

atribui, ou no montante de capitais próprios (ou no conjunto dos seus negócios), ainda que estas cifras sejam índices preciosos: ele se mede mais pela possibilidade prática de se dominar um setor do mercado e da produção, e mesmo muitos de uma vez, subordinando-se as empresas dos ramos que fornecem seus meios de produção ou utilizam seus produtos (e em se apropriando assim de modo relativamente *permanente* de uma parcela da mais-valia que produzem as empresas subordinadas)³⁶.

Os monopólios, como já dissemos, concedem novas formas às relações intercapitalistas, as quais expressam as possíveis combinações entre os capitais no mercado – onde prevalece o aspecto da centralização. Como formas básicas de combinação ou associação, Hilferding menciona o consórcio, em que as empresas se vinculam por acordos e mantêm a sua autonomia, e a fusão, em que as empresas unificam seu patrimônio e sua direção, gerando uma nova. Não que haja uma separação absoluta entre estas duas espécies: “quanto mais um acordo limita a independência das empresas que tomam parte em um consórcio, mais as consequências econômicas as levam em direção a uma fusão” (HILFERDING, 1981, p. 204).

Dentre as variantes de consórcio, notamos muitas práticas monopolistas, voltadas para a dominação em conjunto – uma partilha – de um dado mercado, como é o caso dos cartéis e dos trustes. Os cartéis asseguram mais autonomia às empresas envolvidas, tendo eixo na fixação de preços monopolistas. Já os trustes são mais restritivos (e ao mesmo tempo mais poderosos), consistindo em organizações empresariais que, apesar de resguardarem a independência formal das empresas associadas, unificam as diretivas econômicas e intensificam o controle sobre os ramos e as etapas da produção.

Quanto à fusão, há diferentes maneiras de se agregar os capitais, e a principal delas, hodiernamente, é o conglomerado empresarial. Nele, várias empresas são dirigidas por uma empresa líder (holding) que detém a maior parte do capital em ações ou cotas dos membros. Graças ao conglomerado, ramos distintos da produção se combinam pela unidade do capital, evidenciando sua definição de valor que se valoriza, pouco importando o valor-de-uso específico a ser utilizado para se atingir tal finalidade. Ao se agruparem organicamente

³⁶ No idioma original: “Le caractère ‘monopoliste’ d’une entreprise ne se mesure pas au dépassement d’un seuil prédéterminé dans la part du marché national ou international qu’elle s’attribue, ou dans le montant des capitaux propres (ou du chiffre d’affaires), bien que ces chiffres en soient des indices précieux: il se mesure plutôt à la possibilité pratique de dominer un secteur du marché et de la production, voire plusieurs à la fois, en se subordonnant les entreprises des branches qui fournissent ses moyens de production ou utilisent ses produits (et en s’appropriant ainsi de façon relativement *permanente* une partie de la plus-value que produisent les entreprises subordonnées)”.

nos empreendimentos capitalistas, as empresas potencializam seu quinhão na redistribuição da mais-valia total e reforçam sua posição no jogo da concorrência.

Vislumbra-se com o monopolismo um processo de integração do capital em grandes blocos que dominam os capitais menores (arruinando-os, expropriando-os, impondo as regras do jogo, absorvendo parte de sua mais-valia etc.) e que dividem o mundo, numa intensa competição entre gigantes, em zonas de controle econômico. Concentração e centralização de capital, portanto, são fenômenos inerentes à época imperialista do capitalismo, consistindo nos expedientes pelos quais os monopólios implementam o seu reinado.

Forçoso é reconhecer, ainda, que estes eventos se desenrolam em âmbito mundial. Forjam-se blocos imperialistas de monopólios que acirram as inimizades entre os países, sobretudo entre aqueles bem posicionados no mercado global. Os capitais agarram-se nos seus Estados de origem, mas não somente neles. Cada vez mais eles cruzam os espaços nacionais, de sorte que sua associação transcende os territórios estatais. Coerentemente com o expansionismo capitalista, as formas de controle e direção das empresas, condicionadas à propriedade do capital, ganham contornos internacionais.

Deve-se ponderar, no entanto, que esta internacionalização dos monopólios capitalistas, ao reunir capitais originários de diferentes países, desenrola-se mediante relações de poder determinadas, e não de modo igualitário ou equilibrado. Regional e mundialmente, a dominância de um ou outro capital aparece: o monopolismo europeu é dirigido por capitais alemães, seguidos de perto por seus rivais franceses e britânicos, enquanto que, na arena planetária, prevalece o capital estadunidense. A associação entre ativos de origem diversa procede-se a partir da dominância de quem os fornece em maior quantidade. Seja como for, é patente o caráter internacional do monopolismo, tanto na concentração quanto na centralização capitalista: ambas assumem feições internacionais, talhando os contornos das enlaçaduras econômicas e políticas entre os países, as classes e as frações de classe.

Isto é assim desde os anos inaugurais do imperialismo, e Bukharin (1929, 9. 120) já dimensionava as proporções colossais do poder monopolista, aduzindo que “a absorção de pequenas unidades de capital pelas grandes, a absorção de trustes frágeis, a absorção mesmo de grandes trustes pelos maiores é relegada para trás”, chegando a parecer

“brincadeira de criança comparada com a absorção de países inteiros que estão sendo removidos pela força de seus centros econômicos e incluídos no sistema econômico da ‘nação vitoriosa’”³⁷.

Até agora, o meio mais eficaz de concentração e centralização do capital encontrado pelos capitalistas foi a forma financeira do capital em suas múltiplas nuances, e é nela que o monopolismo finca o seu arrimo mais consolidado³⁸. Assim é porque o capital requisita liberdade para se mover constantemente em direção aos nichos econômicos mais lucrativos e para se apossar dos recursos impreteríveis para os seus empreendimentos mais ousados – e é neste deslocamento que ele se avoluma e se coloca como uma potestade econômica. Quem lhe oferece as condições mais favoráveis para tanto é a finança, senão vejamos.

A finança é uma forma econômica tão necessária ao capitalismo quanto a mercadoria e a mais-valia, decorrendo da forma dinheiro e de sua transmutação em capital. Sua raiz de funcionamento está na venda de capital como uma mercadoria cujo valor-de-uso é a obtenção de mais-valor, ou, colocando de outra maneira, no uso propriamente capitalista do dinheiro:

O dono do dinheiro, para valorizar seu dinheiro como capital, cede-o a terceiro, lança-o na circulação, faz dele a mercadoria *capital*; capital não só para si, mas também para os outros; é capital para quem o cede e *a priori* para o cessionário, é valor que possui o valor-de-uso de obter mais-valia, lucro; valor que se conserva no processo e volta, concluído seu papel, para quem o desembolsou primeiro, no caso, o proprietário do dinheiro. O dinheiro, portanto, se afasta do dono por algum tempo, passando de suas mãos para as do capitalista ativo; não é dado em pagamento nem vendido, mas apenas emprestado; só cedido sob a condição de voltar, após determinado prazo, ao ponto de partida, e ainda de retornar como capital realizado, positivando seu valor-de-uso de produzir mais-valia (C. III, V, p. 459).

A primeira forma de conversão de dinheiro em capital é o capital bancário, e que é concebido por Marx como capital produtor de juros. Pelos empréstimos bancários, as

³⁷ Na língua inglesa: “The absorption of small capital units by large ones, the absorption of weak trusts, the absorption even of large trusts by larger ones is relegated to the rear, and looks like child's play compared with the absorption of whole countries that are being forcibly torn away from their economic centres and included in the economic system of the victorious ‘nation’”.

³⁸ Marx já havia notado como a importância do crédito para a centralização capitalista, propondo que “este, de início, insinua-se furtivamente, como auxiliar modesto da acumulação, e, por meio de fios invisíveis, leva para as mãos de capitalistas isolados ou associados os meios financeiros dispersos, em proporções maiores ou menores, pela sociedade, para logo se tornar uma arma nova e terrível na luta da concorrência e transformar-se, por fim, num imenso mecanismo social de centralização dos capitais” (C. I, II, p. 729).

empresas capitalistas são capazes de operar mais além do que o seu próprio capital permite; elas se libertam da trava representada pela continuidade da produção a partir da pura e simples realização de sua mais-valia, que pode lhe figurar como um horizonte muito estreito. Num olhar mais global, a reprodução capitalista no seu ciclo industrial, em especial no que tange o suprimento de capital-dinheiro, ultrapassa as limitações postas pelas metamorfoses de um único capital e dinamiza a acumulação, ampliando suas possibilidades com a catálise de sua rotação.

Acumulado em sua forma financeira, como capital-dinheiro, o capital apresenta grande versatilidade, obtendo com mais fluidez do que em suas formas de capital produtivo e de capital-mercadoria. Cabe ao sistema bancário, nestas condições, irrigar os investimentos capitalistas com ferramentas de crédito, municiando as empresas em suas empreitadas. Obviamente, o fornecimento da mercadoria capital não é gratuito, e os bancos são remunerados com os juros, que provêm de deduções na mais-valia recolhida pelos capitalistas industriais. A parte da mais-valia que eles retêm é embolsada como lucro empresarial, enquanto que o retorno aos banqueiros assume a forma de juro.

Na evolução da economia capitalista, o capital bancário integrou-se profundamente ao ciclo do capital industrial, gerando a chamada fusão entre a finança e a indústria capitalista – uma fusão que corresponde à unidade do capital social total em instância extrema. Pois se o capital está frequentemente transitando de uma forma a outra no seu ciclo industrial, há que se considerar que o capital bancário é apenas uma etapa do processo geral de acumulação.

Lênin (2010a, p. 44) teceu valiosas considerações sobre a união entre os bancos e a indústria, descortinando o viés estrutural deste liame:

Como resultado do exame das relações industriais no seu conjunto surge o caráter universal dos estabelecimentos financeiros que trabalham para a indústria. Contrariamente a outras formas de bancos, contrariamente às exigências formuladas por vezes na literatura, de que os bancos devem especializar-se numa esfera determinada de negócios ou num ramo industrial determinado a fim de pisarem terreno firme, os grandes bancos tendem para que as suas relações com os estabelecimentos industriais sejam o mais variadas possível, tanto do ponto de vista do lugar como do ponto de vista do gênero de produção: procuram eliminar a distribuição desigual do capital entre as diferentes zonas ou ramos da indústria, desigualdade que encontra a sua explicação na história de diferentes estabelecimentos. Uma tendência consiste em converter as relações com a indústria num fenómeno de ordem geral; outra em torná-las sólidas e intensivas [...].

Com Lênin, vemos que o sistema bancário desenvolvido é imprescindível para a circulação do capital pelas ramificações da indústria – uma função que é compartilhada com as bolsas de valores (numa competição interna ao mundo das finanças), e que alcança maior liberdade nas negociações dos títulos financeiros e do preço do capital em ações, compondo-se toda a trama do sistema financeiro capitalista.

Cumprindo com um papel semelhante ao dos bancos, as sociedades anônimas facilitam a conversão de capital-dinheiro em capital produtivo. A venda de suas ações tonifica a capitalização da empresa e acelera a acumulação, além de transformar o capitalista funcionante em mero administrador do montante de capitais aglutinados. A propriedade capitalista divide-se em numerosos títulos, dando ao capital a forma de ações, pelas quais os proprietários são remunerados. Esta remuneração é análoga àquela que beneficia o prestamista no capital portador de juros: o acionista investe seu capital-dinheiro, a empresa faz um uso produtivo dele, colhe mais-valia na produção e retorna uma parte dela ao investidor, desta vez a título de dividendo. Caso o lucro não lhe seja rentável o suficiente, o acionista aliena seu capital no mercado e sai à caça de outra empresa para aplicar seu dinheiro.

Na esfera financeira, a propriedade capitalista reduz-se a um instrumento para requerer renda, e a ligação entre o trabalho e a riqueza acaba sendo obnubilada pelo fetiche do capital em seu grau extremo. É oportuna a contribuição de Hilferding (1981, p. 149) sobre as bolsas de valores, e que, como a atualidade demonstra, se estende a todas as facetas da finança:

Na bolsa de valores, a propriedade capitalista aparece em sua forma pura, como um título de renda, e a relação de exploração, a apropriação de trabalho excedente sobre a qual repousa, torna-se conceitualmente perdida. A propriedade cessa de expressar qualquer relação específica de produção e se torna um direito à renda, aparentemente desconectada de qualquer atividade particular. A propriedade é divorciada de qualquer conexão com a produção, com o valor-de-uso. O valor de qualquer propriedade parece ser determinado por sua renda, uma relação puramente quantitativa. O número é tudo; a coisa em si não é nada! O número por si mesmo é real, e já que o que é real não é um número, a relação é mais mística que a doutrina dos pitagóricos. Toda propriedade é capital – e não simplesmente propriedade. Dívidas também são capital, como cada empréstimo de Estado

demonstra. Todo capital é igual, e é incorporado naqueles certificados impressos que sobem e caem em valor na bolsa de valores³⁹.

O capital, quando materializado em títulos e ações, vivencia a forma mais adequada ao seu conteúdo, condensando-se num *quantum* genérico de valor (um número expresso em títulos com alguma expressão monetária), e que possui a propriedade de se valorizar no mercado – e de sacar uma parcela do trabalho de outrem. Não à toa, a própria produção capitalista incorporou a lógica da finança quando fez medrar a sociedade anônima, que consiste no formato mais bem acabado da moderna empresa capitalista – um poderoso aparelho de captação e conversão imediata do capital financeiro em capital produtivo –, cintilando como o instrumento mais apto para a finalidade de se acumular capital na seara da produção.

No mais, quando a produção oferta ganhos pouco atraentes para o capital, uma parte dele migra para a esfera financeira, tal como se deu em enormes proporções a partir dos anos 1970. “A reconstituição de uma massa de capitais procurando se valorizar fora da produção, como capital de empréstimo e de aplicação financeira”, assevera François Chesnais (2005, p. 38), “tem por origem o esgotamento progressivo das normas de consumo e a baixa rentabilidade dos investimentos industriais”. Tal esgotamento aparece na sobreacumulação de capital resultante da Era de Ouro do capitalismo (1945-1973), quando este modo de produção conheceu suas maiores taxas de crescimento.

Todavia, é prudente relativizar a “externalidade” da finança em relação à produção, pois, como aprendemos, o lucro financeiro, seja como juro ou dividendo, advém de uma dedução na mais-valia extorquida dos trabalhadores, conquanto possa ocorrer uma acumulação de capital que seja puramente especulativa e, deste modo, sem um lastro produtivo real – revelando-se jorro abundante de capital fictício. Quando a finança despontou como forma privilegiada do capital, abriu-se mais espaço para uma acumulação

³⁹ No idioma britânico: “On the stock exchange capitalist property appears in its pure form, as a title to the yield, and the relation of exploitation, the appropriation of surplus labour, upon which it rests, becomes conceptually lost. Property ceases to express any specific relation of production and becomes a claim to the yield, apparently unconnected with any particular activity. Property is divorced from any connection with production, with use value. The value of any property seems to be determined by its yield, a purely quantitative relationship. Number is everything; the thing itself is nothing! The number alone is real, and since what is real is not a number, the relationship is more mystical than the doctrine of the Pythagoreans. All property is capital – and not simple property. Debts are also capital, as every state loan demonstrates. All capital is equal, and is embodied in those printed certificates which rise and fall in value on the stock exchange”.

que se pode chamar de financeira, no sentido de uma “centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas”, e que, como formula Chesnais (2005, p. 37), “têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-os fora da produção de bens e serviços”.

Do imperialismo da época de Lênin e Hilferding para o imperialismo contemporâneo, percebe-se que o capital financeiro em parte preservou sua forma clássica e em parte se revestiu de uma nova roupagem. Isto porque os bancos e as bolsas de valores deixaram de ser os únicos agentes da finança, e em certos casos tornaram-se até mesmo secundários. Num contexto de hipertrofia financeira, no qual os mercados de ações e títulos adquirem uma autonomia relativa e se tornam mais dinâmicos que a própria indústria capitalista (sem falar na conversão das empresas e grupos industriais em ativos financeiros), foi possível uma desintermediação da finança, entendida como a circulação do capital financeiro por fora das instituições tradicionais. Novos prepostos da finança entraram em tela, como as seguradoras nos mercados de títulos e os fundos de pensão, que transformam em capital um segmento da renda dos trabalhadores. Formaram-se investidores institucionais que municiam o grande capital e estimulam a sua monopolização.

Importa constatar, pois, que houve uma sofisticação do papel da finança no bojo do capitalismo, o que reclama uma atualização quanto aos estudos clássicos sobre o capital financeiro e, em decorrência, sobre o imperialismo, conquanto se deva manter o cerne da elaboração. Houve um recrudescimento do peso do capital em sua forma financeira, de sorte que o jugo monopolista sobre a sociedade não pode ser resumido à aliança entre bancos e indústrias. Este liame tornou-se mais complexo, tanto no tocante aos sujeitos deste processo quanto no modo como ele se entabula na economia contemporânea.

Com a hipertrofia da finança no capitalismo hodierno, encetou-se uma submissão da produção capitalista real, centrada na geração da mais-valia (e limitada pelas possibilidades de lucro dadas pelo mercado), à ânsia imediatista de valorização das ações – neste aspecto, uma valorização tão somente financeira, e que não reflete a vida dos empreendimentos produtivos, mas passa a influenciá-los em intensidade crescente. “A ascensão de um capital muito concentrado, que conserva a forma monetária, [...], acentuou os aspectos financeiros

dos grupos industriais e imprimiu uma lógica financeira ao capital investido no setor de manufaturas e serviços” (CHESNAIS, 1996, p. 33). Indo na mesma toada, Robert Kurz nos traz um retrato de como a lógica financeira começa a assumir o controle da produção, muito mais do que nas primeiras sociedades anônimas, o que se dá, dentre outras formas, pela “filosofia” do “*shareholder value*”:

Como o nome já diz, o “*shareholder value*” trata do valor (“*value*”) de que podem dispor os acionistas (“*shareholder*”) de forma imediata e a curto prazo, isto é, o valor de curso das ações, não os dividendos. Uma política empresarial que segue a maximização do “*shareholder value*” está, portanto, menos voltada para os ganhos reais, e a longo prazo do que para uma maximização do valor de curso de suas ações, não importa a que preço. [...] Se, no passado, as carteiras de ações muitas vezes permaneciam décadas sob a posse do mesmo indivíduo e ainda eram legadas à geração seguinte; hoje, boa parte dos investidores privados e institucionais não detém mais portfólios de longo prazo, mas apenas faz suas apostas ao sabor das variações diárias do mercado (KURZ, 1998, p. 220).

A fim de evitar qualquer equívoco de leitura, convém frisar que, muito longe de afastar o trabalho da cena capitalista, a financeirização acentua o seu papel, pois dele exige uma carga de produto excedente muito maior. Exige-se da classe trabalhadora um sobretrabalho que possa abastecer tanto o lucro industrial quanto garantir a remuneração do capital financeiro, sem falar no fato de que ela é chamada a repartir com os capitalistas os riscos dos negócios. O fardo sobre o proletariado foi agravado, e não poderia ser diferente porque a seara financeira não cria valor, não sendo mais do que uma “arena onde se joga um jogo de soma zero: o que alguém ganha dentro do circuito fechado do sistema financeiro, outro perde” (CHESNAIS, 1996, p. 241).

Prossigamos. Tal como o capital em geral e os monopólios, a finança se internacionalizou, reforçando a centralização e a concentração do capital em amplitude planetária. E mais: o capital financeiro está na linha de frente da mundialização capitalista, seja diretamente na sua forma pura, seja indiretamente na sua imbricação com o capital produtivo. As operações dos gigantescos grupos capitalistas em nível mundial dependem, em grande parte, do instrumental disponível nas obrigações, ações, derivativos e outros títulos de igual quilate.

Por tudo que foi contemplado até aqui, tem-se que a finança, seja como capital bancário, seja como capital em ações ou na forma de ativos diversos, colabora enormemente para a monopolização capitalista, impulsionando tanto a concentração como

a centralização dos capitais. Vultosas somas de capital são alocadas mais facilmente – inclusive em transações internacionais – pelos instrumentos financeiros, trasladando a acumulação capitalista a patamares mais ambiciosos e estimulando a monopolização, num processo que cruza impiedosamente as demarcações nacionais e geográficas. Eis os pilares do comando capitalista sobre o mundo em sua forma social de partilha imperialista.

4.2. Partilha do mundo

O aspecto cardeal no imperialismo é a partilha do mundo pelos monopólios com apoio no sistema de Estados. Do colonialismo do final do século XIX às corporações multinacionais do pós-guerra, e destas à livre circulação do capital financeiro pelos territórios nacionais, o capitalismo monopolista conheceu diferentes maneiras (e que se combinam, nem sempre são substituídas ao longo da história) de dividir o planeta em zonas ou polos de acumulação centrados no seleto clube dos imperialistas.

A conquista imperialista parte da exportação de capital, sobre a qual Rudolf Hilferding (1981, p. 314) derramou muitas luzes:

Por “exportação de capital” eu quero dizer a exportação de valor que é visada para criar mais-valia no exterior. É essencial, sob este ponto de vista, que a mais-valia deva permanecer à disposição do capital doméstico. Se, por exemplo, um capitalista alemão fosse emigrar para o Canadá com o seu capital, se tornasse um produtor lá e jamais retornasse a seu país, isto constituiria uma perda para o capital alemão, uma desnacionalização de capital. Não seria uma exportação de capital, mas uma transferência de capital, constituindo uma dedução do capital doméstico e uma adição ao capital estrangeiro. Apenas se o capital usado no exterior permanecer à disposição do capital doméstico, e a mais-valia produzida por este capital puder ser utilizada pelos capitalistas domésticos, podemos falar de exportação de capital⁴⁰.

Não é para fazer turismo que o capital se move de um país a outro. Em suas incursões internacionais, ele é movido, sempre, pelo impulso da valorização crescente,

⁴⁰ Em inglês: “By ‘export of capital’ I mean the export of value which is intended to breed surplus value abroad. It is essential from this point of view that the surplus value should remain at the disposal of the domestic capital. If, for example, a German capitalist were to Canada with his capital, become a producer there and never return home, that would constitute a loss for German capital, a denationalization of the capital. It would not be an export of capital but a transfer of capital, constituting a deduction from the domestic capital and an addition to the foreign capital. Only if the capital used abroad remains at the disposal of domestic capital, and the surplus value produced by this capital can be utilized by the domestic capitalists, can we speak of capital export.

pelas oportunidades de lucro maior. Tais oportunidades, na análise clássica, surgem nos países atrasados por conta do baixo preço da força de trabalho local e das matérias-primas disponíveis, fatores estes que se mostram singularmente alvissareiros em face da saturação de determinados capitais no centro do sistema:

Enquanto o capitalismo for capitalismo o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o exterior, para os países atrasados. A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados já terem sido incorporados na circulação do capitalismo mundial, terem sido construídas as principais vias férreas ou iniciada a sua construção, terem sido asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria etc. A necessidade da exportação de capitais obedece ao fato de que em alguns países o capitalismo amadureceu excessivamente e o capital [...] carece de campo para a sua colocação lucrativa (LENIN, 2010a, p. 62).

Cabe ponderar que as perspectivas mais lucrativas não necessariamente estarão nos países periféricos. Basta verificar o fluxo do capital após a Segunda Guerra Mundial e logo se verá que ele se deu, majoritariamente, entre os países do centro – por mais que se deva ter em conta o contexto geopolítico, que confiou aos Estados Unidos a incumbência de erguer bastiões capitalistas para barrar o avanço soviético. Sem embargo, a exploração do trabalho vivo na periferia é seguramente maior, em virtude da composição orgânica típica das nações ditas atrasadas. Em acréscimo, o poder do capital estrangeiro num país colonial ou semicolonial é proporcionalmente maior do que seria num país imperialista. De qualquer maneira, há que se considerar o ramo da atividade econômica e a divisão internacional do trabalho para se saber onde os lucros podem ser maiores ou menores.

Em suas andanças pelo globo, o capital estabelece elos de dominação econômica e política. Sua passagem nunca é indiferente para os povos que se deparam com o ilustre visitante, o qual logo se transmuta em força despótica de ocupação. E como muitos capitais desempenham este mesmo movimento em paralelo, acaba ocorrendo que os grandes grupos tendem a se compor minimamente, separando o que é devido a cada um de acordo com a correlação de forças. Os territórios econômicos – considerados aqui como os mercados e suas potencialidades – tornam-se objeto de uma divisão, de uma partilha do mundo, e aqui está o cerne da teoria do imperialismo.

Numa genial formulação, Lênin (2010a, p. 74) ilumina o âmago da relação entre os monopólios capitalistas que dá o tom à época imperialista:

Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no segundo o capital, segundo a força; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e no capitalismo.

Em polêmica direta com Kautsky, Lênin explicita que o imperialismo não é produto da pura e simples avidez dos capitais monopolistas, tampouco da política das grandes potências, e sim de todo um novo perfil do capitalismo, que encontra na dominação monopolista a pedra de toque para a sua reprodução ampliada e que, por isto mesmo, divide o planeta em áreas de controle e influência – não por conta de determinadas orientações políticas dos governos, mas pela organização estrutural do capital em âmbito mundial. O combate ao imperialismo, pois, só pode ser um combate ao capitalismo, restando inconcebível uma linha reformista de se querer amainar a ganância individual dos grandes grupos e das potências.

Realçando o aspecto estrutural do imperialismo, talhando-o como um novo estágio na história do modo de produção capitalista, Lênin nos traz elementos para se pensar a partilha do mundo como uma forma social determinada, como a cristalização da estrutura internacional do capitalismo monopolista – e com o significado de relações que escapam à vontade dos sujeitos envolvidos. Não por acaso, o revolucionário russo fez questão de pontuar que “qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e no capitalismo”.

No seu núcleo duro, a teoria leninista do imperialismo é de extrema atualidade, até porque ela mesma permite entrever os pontos passíveis de atualização. Primeiramente, porque colônias e protetorados são estatutos jurídicos transitórios e concernentes à realidade econômica de um país. A descolonização formal do mundo não significa que, na materialidade capitalista internacional, tenham sido abolidas as relações econômicas de tipo colonial – e é exatamente o aspecto econômico e estrutural que interessa a Lênin, que desponta como a essência de sua construção teórica. E, em adendo, pelo fato de que a existência de uma partilha do planeta não afasta a hipótese de repartilhas, isto é, de

reconfigurações nas correlações de força entre as nações, o que diz respeito à posição da periferia em face do centro e à posição dos países do centro no interior do seu bloco de poder.

Isto posto, propomos a compreensão do imperialismo com base na ideia de partilha capitalista e monopolista, sendo que tal divisão, em si mesma uma forma social do capitalismo internacional, pode comportar formas ou modalidades derivadas, nas quais a dominação imperialista se manifesta e se concretiza ao sabor da conjuntura histórica.

A modalidade inaugural de partilha imperialista capitalista foi diretamente colonial – efetivando-se numa indisfarçável coincidência entre a expansão do colonialismo nos anos finais do século XIX e a formação dos monopólios. A divisão do mundo era literal, tendo na Conferência de Berlim (1884-1885) a sua manifestação mais significativa. Instituído regras de ratificação sobre possessões na África, a mencionada conferência promoveu o início de um rateio do continente em favor das potências europeias, que agiam como comensais repartindo entre si a abundância do banquete conforme regras pretensamente “civilizadas”⁴¹ – até que a resistência dos povos colonizados à implantação coercitiva do capitalismo fez cair a máscara de boas maneiras dos países imperialistas. Estes logo substituíram a pena da diplomacia pelo chicote, pelos rifles modernos e pelas metralhadoras.

O mando político coercitivo inerente aos regimes coloniais era o meio principal de assegurar a migração dos capitais metropolitanos para as colônias, protetorados e possessões diversas. Mesmo a contratação da força de trabalho africana, na maioria das ocasiões, estava um tanto aquém daquilo que se reputa por “trabalho livre” ou regime normal de assalariamento⁴², ainda que não chegasse a ser um regime de escravidão. Era ainda um imperialismo capitalista imaturo, visto que repousava, em grande medida, em

⁴¹ “Antes da conferência de Berlim, as potências europeias já tinham suas esferas de influência na África por várias formas: mediante a instalação de colônias, a exploração, a criação de entrepostos comerciais, de estabelecimentos missionários, a ocupação de zonas estratégicas e os tratados com dirigentes africanos. Após a conferência, os tratados tornaram-se os instrumentos essenciais da partilha da África no papel. Eram de dois tipos esses tratados: os celebrados entre africanos e europeus, e os bilaterais, celebrados entre os próprios europeus” (UZOIGWE, 2010, p. 35).

⁴² Walter Rodney (2010, p. 385) informa que os trabalhadores africanos poderiam ser condenados a penas de açoite, e que as faltas contratuais por eles cometidos “quase sempre inscreviam-se no domínio do código penal e não no do civil; praticada por operários africanos, a ‘falta ao contrato’ unilateral continuava a ser considerada ‘deserção’, no sentido militar da palavra”. Foi assim até o fim do colonialismo clássico nos anos 1940.

aparatos de subjugação política e militar – as atrocidades do imperialismo no antigo Congo belga, talvez o exemplo mais dramático, não deixam dúvidas; ainda assim, orientava-se para a acumulação de capital, para a extração de mais-valia (e não para a mera formação de superávits comerciais, como no mercantilismo), merecendo a qualificação de capitalista. No mais, elas serviam bem ao propósito de escoamento dos capitais sobreacumulados nos metrópoles.

Tinha-se nos domínios coloniais, então, a forma precípua de partilha do mundo, restando às potências de industrialização tardia, como Alemanha, Japão e Estados Unidos, apelar à via militar para abocanhar seus quinhões no interior do jogo imperialista. Havia uma desproporção entre o poderio industrial das novas nações capitalistas, em ascensão exponencial (A Alemanha logrou suplantear a Inglaterra na produção industrial, e os EUA se encaminhavam para o mesmo destino), e a quantidade exígua de posses coloniais, limitando drasticamente as suas opções de exportação de capital – sobretudo num mundo já dividido em zonas de exclusividade para os imperialismos já consolidados.

Em virtude desse impasse, o imperialismo conduziu a humanidade a duas guerras mundiais (a segunda como continuação da primeira), e este doloroso parto concebeu um rearranjo no bojo da partilha do globo. Os EUA foram os grandes vencedores, firmando uma verdadeira hegemonia no capitalismo internacional. Até hoje, nenhuma burguesia de outro país é capaz de rivalizar com a burguesia estadunidense e clamar para si a posição de liderança.

Com o triunfo dos Estados Unidos, o imperialismo assumiu uma nova feição. A marca da dominação imperialista não mais seria a posse de colônias no exterior, e a ruína dos vastos impérios coloniais da Grã-Bretanha e da França assim o atestou. O capital renovou e sofisticou seus métodos de expansão, e o principal deles tornou-se a empresa multinacional, o que, como vimos antes, completa a internacionalização do modo de produção capitalista:

No passado, havia apenas uma internacionalização marginal da produção de mais-valia na efetiva indústria manufatureira, fora o domínio das matérias-primas. Hoje ela constitui o aspecto realmente novo e específico da internacionalização do capital na época capitalista tardia. A maioria das grandes empresas agora gasta capital constante e variável em muitos países da Terra, seja em ramos sob seu controle direto ou em joint ventures com outras empresas, seja em empresas fundadas por companhias estrangeiras em países estrangeiros e

subsequentemente compradas por inteiro, ou em grandes companhias multinacionais nas quais os interesses estrangeiros estão entrelaçados. Este desenvolvimento começou imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, especialmente nas indústrias estadunidenses de petróleo, automóveis e aparelhos elétricos, e se tornaram hoje um fenômeno mundial que pela primeira vez provê de fato uma estrutura imediatamente internacional para a competição do capital⁴³ (MANDEL, 1976, p. 324).

Vendo seus antigos impérios coloniais desmoronarem mediante poderosas ondas revolucionárias na África e na Ásia, num enfrentamento que durou décadas a fio, as potências tradicionais se espelharam no modelo estadunidense e priorizaram a estratégia da empresa multinacional – no que receberam farto apoio por parte dos Estados Unidos, inclusive financeiro, como ficou patente com o Plano Marshall.

Por certo, o apoio estadunidense era parte de um projeto maior de defesa de um capitalismo liderado pelos EUA. Colocava-se para a potência hegemônica a tarefa de conciliar de algum modo a voracidade de sua própria burguesia, sedenta de novos mercados, e a necessidade de se reerguer o bloco imperialista mundial, fragilizado pela guerra, mas desta vez sob uma direção política e econômica incontestável. Foi assim que os Estados Unidos assumiram o papel de garante do capitalismo mundial, e toda a sua pujança logo se postou como uma referência para os imperialismos rivais – que naquele momento foram rebaixados a aliados táticos em face da ameaça representada pela URSS e, principalmente, pelas ondas revolucionárias que assombravam a Europa.

Forjou-se, então, um capitalismo caracterizado pelas multinacionais, estes colossos que concentram e centralizam o capital mundialmente, até mesmo em sua forma de capital produtivo. Operou-se uma transformação sistêmica singular, e que basicamente “aprofundou a divisão internacional do trabalho, modificou a inserção mundial dos países imperialistas, e seu alcance nos demais alterou profundamente a relação entre o campo e a

⁴³ Na língua inglesa: “In the past there was only marginal internationalization of the production of surplus-value in actual manufacturing industry, outside the domain of raw materials. Today it constitutes the really new and specific aspect of the internationalization of capital in the late capitalist epoch. A majority of large companies now spend constant and variable capital in many countries of the earth, whether it be in branches under their direct control or in joint ventures with other companies, whether in enterprises founded by foreign companies in foreign countries and subsequently bought up, or in big multinational companies in which foreign concerns are interwoven. This development started immediately after the Second World War, especially in the US oil, automobile and electrical apparatus industries, and has today become a world-wide phenomenon which for the first time actually provides an *immediately* international framework for the competition of capital”.

cidade em todo o mundo sob seu raio de ação”, além de ter induzido diversas “inovações comportamentais e culturais” (FONTES, 2010, p. 164).

Entendemos que a partilha do mundo, desde os episódios do pós-guerra, apresenta-se como uma redivisão do território econômico mundial – aqui compreendido como o espaço de acumulação – entre os grandes grupos capitalistas, desta vez com a primazia dos capitais nucleados nos EUA; postulamos também que a exploração deste território é levada a cabo pelo fluxo direto do capital pelos países (sobretudo do capital das multinacionais), perfazendo uma segunda modalidade ou forma de partilha imperialista que dispensa os aparatos coercitivos tradicionais dos antigos impérios coloniais, e que prioriza cabalmente a dominação econômica sobre a dominação política e militar.

Em outras palavras, revestiu-se um mesmo conteúdo (o sistema imperialista) de uma nova forma; a relação entre centro e periferia do capitalismo continua, mas com ferramentas mais aperfeiçoadas, mais adequadas ao seu conteúdo capitalista. Reproduz-se a lógica colonial, embora sem o ônus das administrações coloniais e sem o inconveniente discurso, para o atual contexto, do “fardo do homem branco”. Temos um imperialismo mais “igualitário” na aparência, e que, sob a igualdade formal de uma somatória de Estados pretensamente soberanos, põe em marcha o instrumental de coleta de valor excedente de um país para o outro. “O novo imperialismo que eventualmente emergiria dos escombros do antigo”, na postulação de Ellen Wood (2005, p. 129), “não mais seria uma relação entre senhores imperiais e súditos coloniais, mas uma complexa interação entre Estados mais ou menos soberanos⁴⁴”.

Quando tratarmos do direito internacional, exploraremos esta ideia com mais afinco. Resta agora decodificar como se põe o despotismo econômico imperialista, e é preciso, para tanto, esmiuçar coisas que olhamos de relance anteriormente, a começar pela captura de mais-valia pelo capital estrangeiro no país em que ele atua. Ruy Mauro Marini (2012a, p. 26) nos disponibiliza um compêndio da questão:

A partir do momento em que, cumprido o ciclo da produção, o capital estrangeiro contribuiu para a produção de mais-valia, ele tem direito a uma parte dela sob a forma de lucro ou juros, conforme se trate de investimento direto ou indireto. Isso

⁴⁴ Em vernáculo: “The new imperialism that would eventually emerge from the wreckage of the old would no longer be a relationship between imperial masters and colonial subjects but a complex interaction between more-or-less sovereign states”.

dá lugar a transferências de mais-valia ao exterior. E mais: nos casos em que essa transferência não opera e em que a mais-valia ou parte dela é reinvestida no próprio país em que foi gerada, o capital produtivo dali resultante é contabilizado como capital estrangeiro, embora tenha sido gerado com base na mais-valia criada no próprio país.

Marini demonstra em sua análise que o capital investido no exterior permite a coleta de mais-valia em desfavor da acumulação nacional do país em que se investiu. Neste sentido, o capital estrangeiro penetra na nação e se internaliza no seu processo endógeno de acumulação, isto é, devém parte integrante da produção e da reprodução do capital local – o que o faz sem perder de vista o seu objetivo prioritário de remessa de valor para a matriz.

Na articulação entre a acumulação interna e o capital estrangeiro, a regra geral é a seguinte: a força de trabalho é fornecida pelo país dependente, assim como uma parte dos meios de produção, como a terra, os materiais de construção e os equipamentos mais elementares. Os demais meios de produção, pronunciadamente os que se caracterizam por componentes de maior refinamento científico e tecnológico, vêm do exterior, assim como, eventualmente, a mão de obra mais qualificada.

Por este e por outros condicionantes, o autor aponta que, sob o ângulo do ciclo do capital, os países atrasados encontram-se em franca dependência dos países avançados no processo da reprodução capitalista. A carência da periferia em relação ao centro refere-se à insuficiência do capital-dinheiro para se iniciar determinados empreendimentos econômicos, à escassez de capital produtivo na forma de maquinário mais moderno e, por fim, às dificuldades de realização, no plano interno, do capital-mercadoria, sendo que tudo isto conspira em desfavor dos capitalismo periféricos. No que tange as duas primeiras variantes de exiguidade do capital, deduz-se delas a abertura para o capital estrangeiro e o direito deste de taxar a acumulação com a sua parcela de mais-valia. Da última variante, deduz-se a dependência aguda do mercado externo, porquanto o apertado nível de renda da população e a transferência de lucro para o exterior não permite que as mercadorias sejam suficientemente consumidas no próprio país em que são produzidas – o que ajuda a explicar porque as burguesias periféricas tendem a se especializar como exportadoras de *commodities* na divisão internacional do trabalho.

E mesmo quando um dado setor da economia periférica arrisca-se a alçar voos autônomos, ele terá de enfrentar a concorrência das empresas dos países imperialistas, as

quais desfrutam de vantagens competitivas consideráveis, a começar pela superioridade tecnológica, que permite que os monopólios abocanhem fatias adicionais da mais-valia total. Para se igualar às empresas maiores, as empresas menores teriam que elevar sua composição orgânica, seu patamar tecnológico e a produtividade do trabalho que empregam, nivelando o custo de produção. Se não o fazem, é precisamente pela situação de submissão. Novamente, recorremos a Ruy Mauro Marini (2012a, p. 27-28):

Na verdade, a indústria manufatureira dos países dependentes se apoia em boa parte no setor de bens de capital dos países capitalistas avançados, por meio do mercado mundial. Por consequência, essa indústria manufatureira é dependente não só em termos materiais, no que se refere aos equipamentos e maquinaria enquanto meios materiais de produção, mas tecnologicamente, ou seja, na medida em que deve importar também o conhecimento para operar esses meios de produção e, eventualmente, fabricá-los. Isso índice, por sua vez, na relação financeira com o exterior, dando lugar aos pagamentos na modalidade de *royalties* ou assistência técnica, que constituem outros fatores de transferência de mais-valia, de descapitalização.

Deve-se qualificar esta dependência da periferia no ciclo do capital, sobretudo no aspecto do capital produtivo, como face reversa da presença econômica imperialista na periferia e como manifestação do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo internacional, que explora desigualmente os territórios nacionais. E se esta proposição soar exagerada para alguns, basta conferir quais são os grandes grupos proprietários por trás das empresas dos países atrasados. Se seguirmos a trilha da propriedade do capital, ela nos revelará o caminho percorrido pela mais-valia e indicará os principais centros de aglutinação do valor excedente, os quais se localizam num punhado de países dominantes. Pelo olhar da propriedade do capital e do correlato sentido do fluxo do valor, não há dúvidas de que as economias periféricas são majoritariamente desnacionalizadas.

Tendo isto em vista, juntamente com os efeitos da divisão internacional do trabalho que já apresentamos, nota-se que o ciclo do capital em âmbito mundial subordina a produção capitalista dos países periféricos à acumulação de capital nos países centrais, que são a sede dos monopólios mais poderosos e que compõem o oligopólio mundial – o espaço econômico do imperialismo por excelência. Para tal oligopólio, que dá corpo à partilha imperialista contemporânea, valem as proposições de Chesnais (1996, p. 36-37):

Mas o termo “oligopólio mundial” refere-se igualmente ao atual modo principal de organização das relações entre as maiores firmas mundiais. Preferimos defini-lo, não tanto como uma “forma de mercado” ou uma “estrutura de oferta”, e sim como um espaço de “rivalidade” industrial. Esse espaço forma-se sobre a base da expansão mundial dos grandes grupos, de seus investimentos cruzados intratriádicos e da concentração internacional resultante das aquisições e fusões que se efetuam para esse fim. É delimitado por um tipo peculiar de relações de interdependência, que ligam o pequeno número de grandes grupos que chegam a adquirir e manter uma posição de concorrente efetivo a nível mundial, em determinada indústria (ou complexo de indústrias de tecnologia genérica comum). Esse espaço é um lugar de concorrência encarniçada, mas também de colaboração entre os grupos. A ele pertencem, essencialmente, grupos originários de um dos três polos da Triade, pois as relações constitutivas do oligopólio são por si mesmas, de modo intrínseco, um importante fator de barreira de entrada, ao qual podem agregar-se, depois, outros elementos.

Logo se verifica, então, que a ordem imperialista é caracterizada pela áspera competição e por formas determinadas de colaboração entre os blocos burgueses líderes, e que o oligopólio mundial preside, à sua maneira, o capitalismo internacional em sua unidade contraditória de burguesias ávidas pelo próprio lucro e atreladas a uma cadeia de poder econômico com uma direção estabelecida. Nesta cadeia, os membros mais rebaixados são de todo secundários no quadro geral, carecendo de autonomia em distintos níveis – do que se extrai a variação entre países coloniais e países semicoloniais –, por mais que seu estatuto jurídico invoque a sua soberania.

Colocando de outra maneira: a produção capitalista internacionalizada é um todo orgânico e funcional, distribuindo geograficamente os processos de controle e as etapas industriais conforme a conveniência do lucro, e sempre obedecendo, em última instância, aos imperativos do oligopólio mundial. Nesta geografia hierarquizante, ressaltamos, uma grande parte das indústrias migrou para as nações com mão de obra abundante e barata, enquanto que o núcleo imperialista especializou-se na administração global das empresas e em serviços conectados mediatamente à produção e imediatamente à finança – tendo se “desindustrializado” relativamente. O imperialismo figura, pois, tanto como um polo oligopolista de captação da mais-valia mundial quanto de direção dos empreendimentos capitalistas que a fabricam, e é por estes meios que ele ordena o capitalismo global, separando, com as cabíveis matizes, as nações que são os sujeitos da partilha do mundo daquelas que são o objeto desta partilha.

Um elemento que se agrega à relação hierárquica entre os países imperialistas e os países que deles dependem na sua acumulação de capital é a desigualdade nos termos de

troca. Isto merece ser citado porque a divisão internacional do trabalho entre países exportadores de produtos primários e países exportadores de produtos industrializados não foi de todo abolida, apesar de ter sido reduzida a um papel complementar a partir da industrialização da periferia.

Ao levarmos em conta que os produtos industrializados, especialmente aqueles que requerem mais tecnologia para a sua fabricação, comportam um trabalho complexo, impõe-se a conclusão de que tais produtos carregam somas de valores que são superiores àquelas contidas nos bens produzidos com trabalho simples. Marx (C. I, I, p. 66) afirmou que “trabalho complexo ou qualificado vale como trabalho simples *potenciado* ou, antes, *multiplicado*, de modo que uma quantidade dada de trabalho qualificado é igual a uma quantidade maior de trabalho simples”. Consequentemente, o valor agregado pela indústria moderna, em particular pelos setores de tecnologia de ponta, é maior do que aquele agregado, por exemplo, pela indústria extrativista.

Em paralelo, vê-se por este ângulo da teoria do valor que um país que exporta matérias-primas e importa bens industrializados padece de uma desvantagem na balança das trocas. No intercâmbio entre o fornecedor da matéria em estado bruto (desprovida de todo o trabalho que não seja o da extração) e o fornecedor da manufatura, que incorpora o valor agregado ao longo da cadeia produtiva, é o segundo que realiza, nas trocas, uma quantidade maior da mais-valia gerada ao longo das etapas da produção. Sendo assim, é bastante pertinente a observação de Jaime Osório (2012, p. 77) de que a divisão internacional do trabalho, concebida em sua dimensão imperialista, “não é somente uma distribuição de funções diferenciadas no nível do sistema mundial, em matéria de valores de uso, mas tem também implicações no campo do valor enquanto tal”, de sorte que “manter prerrogativas monopolistas sobre determinados bens ou conhecimentos tem implicações na capacidade de apropriação do valor”. Também por esta via, assim, a ordem imperialista é robustecida e reproduzida.

Outro fator a ser contemplado é o peso da finança contemporânea no imperialismo. A tão aclamada globalização (ou mundialização), na realidade, significou a retirada das barreiras à circulação do capital pelo mundo, atribuindo-se ao capital financeiro, cumpre lembrar, uma posição de vanguarda. “Sob o ângulo da integração dos mercados nacionais dentro de mercados mundiais, que dominam os primeiros, quando não os substituem

completamente” – assevera Chesnais (1996, p. 241) –, “em parte alguma o processo de mundialização é mais acentuado do que na esfera financeira”. A feição imperialista do capitalismo internacional tem na finança uma arma vigorosa para o seu expansionismo e para o exercício da dominação econômica:

Na configuração da mundialização financeira, o capital portador de juros norte-americano tem posição à parte, tanto em razão do lugar do dólar quanto da dimensão e da segurança dos mercados financeiros norte-americanos. Ao mesmo tempo, eles são uma base a partir da qual o capital norte-americano opera nos outros mercados financeiros e o lugar ao qual convergem os capitais ociosos, a poupança dos fundos de pensão não norte-americanos e os patrimônios das classes ricas do mundo inteiro. Nem por isso, a participação dos outros grandes países no processo mundializado de valorização financeira pode ser negligenciado. Os bancos europeus logo ocuparam um lugar central nos consórcios de credores com os quais se confrontaram os países devedores do Terceiro Mundo. Mais tarde, fortalecidos pelo apoio das sociedades de seguros prontas a cobrir os riscos, emprestaram maciçamente aos bancos asiáticos, antes de se negarem a refinanciá-los no momento da crise, que eles agravaram. Em seguida, participaram ativamente da privatização e da desnacionalização dos sistemas bancários da América Latina e, mais recentemente, do Leste Europeu. Forneceram um trampolim para a participação em primeiro plano das empresas européias, entre as quais empresas ainda públicas, na privatização dos grandes serviços públicos na América Latina (CHESNAIS, 2005, p. 45-46)

Graças à integração financeira mundial, caracterizada pelo câmbio flexível do dólar (após o fim do padrão de paridade com o ouro⁴⁵), pelo rápido crescimento dos mercados de obrigações públicas conectados internacionalmente e pela difusão internacional do financiamento dos déficits via emissão de títulos, houve uma retomada do crédito e do controle sobre os endividamentos como ferramentas do imperialismo. Falamos em “retomada” porque, já no imperialismo “clássico” do fim do século XIX e do início do século XX, o débito dos países avalizava intervenções de cunho imperialista – embora isto se desse por métodos políticos e coercitivos (e não puramente econômicos). Foi assim com

⁴⁵ O desfazimento do padrão dólar-ouro de Bretton Woods fez do dólar uma moeda autorreferenciada, sem lastro real – quer dizer, puramente fiduciária. Mas longe de representar um puro artifício da política monetária norte-americana, esta viragem no câmbio internacional estava respaldada no próprio desenvolvimento mundial do modo de produção capitalista, que levou até o fim o caráter do dinheiro como representante do trabalho abstrato nas trocas generalizadas: “O ouro desaparecia de fato como referência de valor das moedas nacionais e o dólar reforçava o mesmo papel de moeda de reserva internacional que exercia no antigo sistema de Bretton Woods. Quer dizer, o sistema monetário mundial se libertava finalmente das suas últimas reminiscências metálicas, daquela ‘reliquia bárbara’ de que falava Keynes. Desfazia-se de seus últimos resíduos de um padrão concreto de medida do valor e assumia a sua própria natureza abstrata, a de simples medida de uma determinada quantidade de tempo de trabalho abstrato (valor) contido nas mercadorias” (MARTINS, 2005, p. 14-15).

o Egito, que teve sua modernização capitalista induzida por capitais ingleses e franceses entre 1867 e 1883, sob o governo do quediwa Ismael Paxá. Em 1880, o Egito não suportou o endividamento e declarou moratória. Dois anos depois, tropas inglesas invadiram o país e o reduziram a uma colônia – posteriormente um protetorado militar que se estenderia até 1952⁴⁶. A diferença é que, no imperialismo de tipo contemporâneo (“pós-clássico”, se quisermos), a simples fuga massiva de capitais – um método econômico de extorsão – pode ser suficiente para fazer um país se curvar perante os desígnios da ordem imperialista, como na crise sul-coreana entre 1997 e 1998 e numa infinidade de outras situações em que o peso econômico do capital dispensou a mão de ferro do Estado, ainda que ela jamais esteja descartada de antemão – o Iraque que o diga.

Esse procedimento singular de dominação por meio estritamente econômicos, que subordina diversas nações pela presença do capital e pela ameaça de sua retirada – e que é possível tanto pelo capital produtivo das multinacionais quanto pelo capital em sua forma financeira (na qual este trâmite se efetiva com maior desenvoltura) –, consiste na modalidade mais avançada do imperialismo enquanto forma capitalista de organização econômica internacional, tendo sido introduzido pelos Estados Unidos como alternativa superior ao colonialismo tradicional britânico. Ellen Wood descreve com muita precisão o modo como os EUA exercem seu poder imperial, e que viria a ser uma receita a ser seguida, em menores proporções, pelos demais imperialismos:

É suficiente dizer que o tipo de controle da economia global desfrutado pelos EUA, enquanto não conseguem resolver as contradições da ‘economia de mercado’, pode ser usado, e está sendo usado, para compelir outras economias a servir aos interesses do hegemon imperial em resposta às necessidades flutuantes do seu próprio capital doméstico – manipulando a dívida, as regras do comércio, a ajuda externa e todo o sistema financeiro. [...] Eles podem temporariamente sustentar a produção industrial em países emergentes pelos meios da especulação financeira; e então, subitamente, desamparar estas economias ao cobrar ganhos especulativos ou cortar perdas e mover adiante seu capital⁴⁷ (WOOD, 2005, p. 134).

⁴⁶ Sobre o emprego da guerra como meio de cobrança de dívidas nacionais na época clássica do imperialismo, conferir FIORI, 2007.

⁴⁷ Na obra original: “It suffices to say that the kind of control of the global economy enjoyed by the US, while it cannot resolve the contradictions of the ‘market economy’, can be used, and is being used, to compel other economies to serve the interests of the imperial hegemon in response to the fluctuating needs of its own domestic capital – by manipulating debt, the rules of trade, foreign aid and the whole financial system. (...) It can temporarily support industrial production in emerging economies by means of financial speculation; and then suddenly pull the rug out from under those economies by cashing in the speculative profits, or cutting losses and moving on”.

No auge de seu requinte, a dominação imperialista torna-se menos o descerramento de mercados para o capital por meios militares e mais a coação econômica exercida pela potestade do capital em si, ainda que esta repouse, em última análise, nos Estados que a guarnecem. Tal como a classe capitalista submete a classe trabalhadora apenas indiretamente pelo poder das armas, os países imperialistas governam o mundo e o partilham, nos dias de hoje, priorizando as armas oferecidas pela própria economia capitalista.

Chega a ser transparente o recrudescimento da dependência das economias menores face à acentuada mobilidade do capital, tornando-as ainda mais vulneráveis e submissas ao capital internacional, que participa dos processos nacionais de acumulação capitalista com influência exuberante. A era da globalização do capital, e que não se restringe à ascensão internacional da finança⁴⁸, não obstante esta seja o seu destacamento mais avançado, culmina com o fortalecimento do imperialismo no seu sentido capitalista mais exato, contrariando as teses pós-modernas que celebram uma integração mundial tida por igualitária.

Vale aqui o aporte de Atílio Boron, que desmonta a aura democrática que envolve a apologética da economia globalizada, corroborando o elemento teórico da supremacia imperialista na reprodução internacional do capital em suas muitas facetas:

A aceleração do processo de mundialização acontecida no ultimo quarto de século, longe de atenuar ou dissolver as estruturas imperialistas da economia mundial, não fez mais que potencializar extraordinariamente as assimetrias estruturais que definem a inserção dos distintos países nela. Enquanto um punhado de nações do capitalismo desenvolvido reforçou sua capacidade para controlar, ao menos parcialmente, os processos produtivos em escala mundial, a financiarização da economia internacional e a crescente circulação de mercadorias e serviços, a enorme maioria dos países viu aprofundar sua dependência externa e alargar até níveis escandalosos o abismo que os separava

⁴⁸ Há que se ter em conta um processo do capital muito mais abrangente, e que, como não poderia deixar de ser, tocou diretamente a produção capitalista com a reorganização e a realocação produtivas: “Na mundialização, por sua vez, apresenta-se um período de trânsito no qual o capital, com base em novos avanços tecnológicos, busca as condições para a conformação de novas modalidades de reprodução e de recuperação da taxa média de lucro, propiciando reestruturações que liquidam ou readequam as formas organizativas da reprodução do capital, tanto nas esferas da circulação como na produção, exigindo novas formas de realocação produtiva, de mobilidade do capital, de exploração da força de trabalho e de reorganização do mercado mundial, aproveitando a expansão deste com a desintegração da ex-União Soviética e a incorporação ativa da China, assim como os significativos avanços em matéria de transporte e comunicações (OSÓRIO, 2012, p. 84-85).

das metrópoles. A globalização, em suma, consolidou a dominação imperialista e aprofundou a submissão dos capitalismos periféricos, cada vez mais incapazes de exercer um mínimo de controle sobre seus processos econômicos domésticos (BORON, 2007, p. 514-515)⁴⁹.

Findas estas observações, esperamos ter evidenciado o *modus operandi* econômico do imperialismo em suas relações internas e com a periferia capitalista, e que correspondem ao modo pelo qual a partilha imperialista do mundo se perpetua e se enraíza no terreno do capitalismo mundial. O próximo passo, como prometido, é o exame do aspecto político do imperialismo, o que nos remete prontamente ao sistema de Estados.

4.3. Estado e sistema de Estados

A época imperialista do capitalismo não pode ser corretamente compreendida sem o reconhecimento das funções do Estado nacional. Inicialmente situado como um guardião externo das relações capitalistas de produção, como um sentinela, o Estado tornou-se partícipe da acumulação de capital, e isto por conta do desenvolvimento do monopolismo e das formas financeiras do capital. Mas é conveniente, como preâmbulo, abordar o Estado nas suas primeiras determinações.

Por Estado se deve entender, numa abordagem marxista de formas sociais, o poder constituído e organizado em conformidade a um arranjo ímpar e engendrado pelas relações sociais capitalistas – o que nos obriga a separar o fenômeno do poder e da autoridade, existente desde a formação das classes sociais, do fenômeno da forma política estatal. Apenas quando o poder político aparta-se do poder econômico, ou seja, quando os agentes da exploração não mais coincidem com os agentes da repressão – estes últimos sendo empregados por um aparato repressivo exterior às classes proprietárias –, apenas em tal momento se pode falar em Estado. A forma política estatal pressupõe, assim, uma cisão estrutural, e que foi captada pelas lentes acuradas de Joachim Hirsch: “o aparelho de domínio político é formalmente separado das classes economicamente dominantes; dominação política e dominação econômica não são mais imediatamente idênticas”. Neste

⁴⁹ O grande combate de Boron contra as ideias pós-modernas que diluem o imperialismo e, com ele, a ordem opressiva do sistema internacional, é feito na obra *Imperio & Imperialismo* (2004), em que polemiza com Michael Hardt e Antonio Negri. Aproveitando o ensejo, agradecemos ao professor Alysson Mascaro pela recomendação do estudo do autor.

sentido, prossegue o teórico alemão, “o ‘Estado’ e a ‘sociedade’, o ‘público’ e o ‘privado’ separam-se em esferas particulares” (HIRSCH, 2010, p. 23).

Extraí-se deste raciocínio o caráter exclusivamente capitalista do Estado enquanto o arranjo social específico adotado pelo modo de produção capitalista na sua forma de exercer o mando político. Somente sob as relações burguesas de produção se encontra o perfil daquilo que se pode chamar de Estado no âmbito da autoridade e do poder, uma vez que, no feudalismo e no escravismo, ilustrativamente, a coerção de classe era exercida pelas próprias classes proprietárias. Faltavam os elementos materiais que desembocariam num aparato institucional que se pretende neutro e que arroga para si uma aura de impessoalidade e de disposição ao bem comum – elementos estes que são dados pelo capitalismo e, particularmente, pela forma mercadoria. Partindo do modo de socialização essencialmente mercantil do capitalismo, Joachim Hirsch (2010, p. 28) lança luz sobre a origem do fenômeno estatal:

Ele [o modo de socialização capitalista, P. B.] implica a separação dos produtores diretos (dos trabalhadores) dos meios de produção, na produção particular, no trabalho assalariado e na troca de mercadorias, o que faz com que a apropriação do sobreproduto seja realizada pela classe dominante não através do uso da violência direta, mas por meio da aparente troca de mercadorias equivalentes, inclusive a força de trabalho. [...] Livre troca de mercadorias no mercado, concorrência e liberdade formal dos assalariados para vender a sua força de trabalho só podem ser garantidas caso a classe economicamente dominante deva renunciar à aplicação direta dos meios de força, tanto frente aos assalariados como no seu próprio interior.

Já havíamos tangenciado anteriormente este afastamento formal entre o político e o econômico no capitalismo. Optamos por esquadrihar esta questão somente agora para dar mais realce às suas implicações sobre o Estado, sendo certo que haveremos de retomá-la em nossas expedições teóricas pela seara jurídica. Por ora, o que importa salientar é a localização do Estado como um avalista da relação entre detentores de mercadorias – que é uma relação entre iguais, não admitindo que um utilize de violência privada contra o outro, pois isto seria ferir a igualdade formal do mercado. A coerção fica a cargo de um terceiro personagem, o Estado, que é projetado como um árbitro, um agente equidistante e desinteressado, capaz de resolver os conflitos entre os particulares com justiça e imparcialidade. É precisamente assim que a forma política estatal se mostra ao mundo.

Para a luta de classes, esta configuração do poder político é muito peculiar. Os atos repressivos contra a classe trabalhadora, ao serem desferidos por uma autoridade centralizada que atua em nome de toda a sociedade, se apresentam como se fossem praticados em proveito geral, como meio de se preservar a ordem e a coesão social. Seu conteúdo de classe, ou seja, sua parcialidade no contexto do antagonismo que divide estruturalmente o corpo social, permanece encoberto pela compleição da forma política estatal. Quando da dispersão violenta de uma passeata que tomou uma grande avenida ou de um piquete que obstruía a entrada numa fábrica, o que se tem não é a vontade direta de uma classe dominante que mobiliza um exército privado, e sim a ação de uma força pública que supostamente presta um serviço ao conjunto da comunidade.

Vale lembrar ainda que o Estado também não se reduz à violência concentrada, ou, de modo mais exato, ao seu aparato repressor, que contempla tanto os aparelhos mais diretamente coercitivos, como o exército, a polícia, as prisões e os tribunais, como aqueles de cunho mais regulatório, como a administração, os governos e as agências. A ele se soma uma aparelhagem que opera à base da ideologia, que se volta para a produção de consentimento ativo e passivo, dividindo com a repressão organizada a tarefa de manter a ordem – leia-se: perpetuar a reprodução da sociabilidade capitalista. Referimo-nos aos denominados aparelhos ideológicos de Estado. Louis Althusser (1995, p. 109) traz uma definição que, apesar de provisória, é de muita pertinência:

Um aparelho ideológico de Estado é um sistema de instituições, de organizações e de práticas correspondentes, definidas. Nas instituições, organizações e práticas deste sistema, é realizada no todo ou em parte (em geral, uma combinação típica de certos elementos) a ideologia de Estado. A ideologia realizada num AIE assegura sua unidade de sistema sobre a base de uma ‘ancoragem’ em funções materiais, próprias a cada AIE, que não são redutíveis àquela ideologia, mas lhe servem de “suporte”⁵⁰.

Retornemos ao cerne de nossas preocupações sobre o fenômeno estatal. É imperioso nos focarmos no entendimento de que o Estado, enquanto forma política determinada, é um

⁵⁰ Na língua francesa: “Un Appareil idéologique d'État est un système d'institutions, d'organisations, et de pratiques correspondantes, définies. Dans les institutions, organisations et pratiques de ce système est réalisée tout ou partie (en général une combinaison typique de certains éléments) de l'Idéologie d'État. L'idéologie réalisée dans un AIE assure son unité de système, sur la base d'un ‘ancrage’ dans des fonctions matérielles, propres à chaque AIE, qui ne sont pas réductibles à cette idéologie, mais lui servent de ‘support’”. Compreendendo aparelhos ditos “privados”, chega-se, com os aparelhos ideológicos de Estado, à noção marxista de “Estado ampliado”.

corolário dos fenômenos do valor e da mercadoria nas proporções que assumem sob o capitalismo, um desdobramento da igualdade mercantil. Sua existência não é opcional ou acidental, mas sim uma derivação inevitável das relações sociais burguesas. No arremate de Alysson Mascaro (2013, p. 19), o Estado é “um derivado necessário da própria reprodução capitalista”, e que, caracterizando-se por ser “estranho a cada burguês e a cada trabalhador explorado, individualmente tomados, é, ao mesmo tempo, elemento necessário de sua constituição e da reprodução de suas relações sociais”. Daí a sua autonomia relativa: o seu compromisso não é com os membros de uma classe ou com uma de suas frações, e sim com a reprodução geral das condições de produção do sistema, de tal sorte que – e para o pesar dos reformistas – pouco importam os seus gestores. A forma política estatal impõe os seus procedimentos de reprodução do capital à revelia da vontade dos indivíduos que venham a ocupar os seus postos.

Repousando na conflitividade das relações capitalistas, notadamente nas relações intercapitalistas – caracterizadas pela competição –, a forma política estatal coloca-se como uma arena de disputa e de negociação entre capitais rivais, e para tanto, deve se autonomizar perante as partes envolvidas. As classes dominantes nunca são um bloco monolítico, muito embora tendam a sê-lo no enfrentamento com as classes dominadas. No capitalismo, as rivalidades internas no bloco de poder de uma formação social são potencialmente mais agudas por conta da concorrência; e sendo esta uma luta desigual, alguns burgueses levam vantagens sobre os demais nas suas interações com o Estado na contenda por poder e influência⁵¹.

Mas isto não é tudo. Em suas atribuições políticas, o Estado é muito mais do que um árbitro entre agentes privados. Para afiançar a reprodução capitalista, com efeito, ele adota uma postura bastante pró-ativa na constância da acumulação de capital. Mesmo sob a égide

⁵¹ Merece atenção, nesses termos, a ponderação de Hal Draper (2011, p. 258-259): “Particularmente sob o capitalismo (...) uma das tarefas do Estado é mediar, reconciliar, de algum modo compor disputas intestinas e conflitos no interior da classe dominante. Isto não implica que as instituições de Estado ajam como Salomões imparciais mesmo em termos intracapitalistas: pois há uma hierarquia de poder econômico, bem como de influência política. Mas deve haver algum tipo de composição de disputas intraclasses, de modo a evitar que se destrua todo o tecido social num combate desregulado”. Em inglês: “Particularly under capitalism (...) one of the tasks of the state is to mediate, reconcile, in some way settle the internecine disputes and conflicts *within* the ruling class. This does not imply that the state institutions act as impartial Solomons even in intracapitalist terms: for there is a hierarchy of economic power as well as political influence. But some kind of settlement of intraclass disputes there must be, in order to avoid tearing the whole social fabric apart in an unregulated melee”.

do neoliberalismo, observa-se que o aparato estatal ainda é muito atuante na vida econômica dos países, ainda que com métodos diferentes daqueles preconizados pelo keynesianismo.

Desde a regulação legislativa ou administrativa sobre uma série de atividades econômicas até a participação direta como empresa capitalista, o Estado assume uma posição estratégica na própria reprodução econômica do capitalismo, ocupando-se de zelar pela perpetuação do sistema. Enquanto cada empresa individual está orientada para a persecução do seu lucro particular, o Estado cuida do todo, por vezes contrariando pretensões imediatas de alguns empresários ou até mesmo de algumas frações da burguesia – não obstante a burguesia como um todo, enquanto classe dominante no capitalismo, seja sempre uma beneficiária da forma política estatal.

Cabe ao Estado, assim, tomar medidas que são desdenhadas ou mesmo indesejadas pelos capitalistas individuais, sobretudo no que diz respeito aos encargos trabalhistas, que são uma exigência para o próprio capital em seus horizontes de reprodução ampliada, os quais pressupõem a manutenção regular da oferta de força de trabalho apta para trabalhar. Isto também vale para os demais direitos sociais – e deles falaremos no item apropriado. De qualquer maneira, fica claro que o Estado constantemente intervém na economia para assegurar o seu funcionamento, o que exige uma atenção especial para algumas mercadorias de peso estratégico, como é o caso da força de trabalho.

Pelas múltiplas formas de intervenção estatal no domínio econômico, a exemplo dos investimentos em infraestrutura, do crédito público, dos métodos de subvenção aos capitais privados, da política tributária, da incidência regulatória sobre preços, juros, câmbio etc., encontramos no Estado uma relevância econômica muito grande. Todos estes meios de incidência sobre o mercado acarretam consequências na repartição do valor excedente coletado pelos capitais operantes, o que explica porque as frações da classe dominante disputam com tanto empenho o controle de um aparato que, de um modo ou de outro, está configurado para repor os itens vitais ao modo de produção capitalista. Para o empresariado, gerenciar a máquina do Estado – preferencialmente por representantes profissionais – não determina a sua natureza capitalista (que é dada pelas relações de produção), mas influi nas políticas que implicam variadas maneiras de se concentrar e

distribuir uma parte da mais-valia total. Ruy Mauro Marini (2012, p. 24) nos dá um ótimo aporte sobre isto:

Como se pode ver, a importância do papel do Estado no ciclo do capital propriamente dito (e não em termos gerais da criação de condições para a valorização, caso em que esse papel é ainda mais amplo) é considerável, dada a capacidade que possui de transferir para si parte da mais-valia gerada pelo capital privado, a de produzir ele próprio mais-valia e, finalmente, a de captar parte do capital variável dos salários pagos à força de trabalho. Isso explica, de certo modo, o peso que o investimento público tem na economia dependente.

Certifica-se, então, que a circulação da mais-valia não ocorre apenas pelos mecanismos espontâneos do mercado, pelo livre jogo de forças entre os capitais concorrentes, mas também sob indução estatal, sob níveis maiores ou menores de dirigismo de Estado sobre a acumulação e a reprodução capitalistas. David Harvey iluminou a questão do Estado em sua relação com o capitalismo e o imperialismo ao avultar sua capacidade de controle sobre o espaço, ou melhor, sua habilidade de incidir sobre os processos econômicos que de algum modo tangenciam seu território, alcançando como resultado “a redistribuição da riqueza e o redirecionamento dos fluxos de capital para o benefício da potencia hegemônica ou imperialista a custa de todos os outros” (HARVEY, 2011, p. 168).

Em países subalternos, aliás, a regra no século XX foi que o Estado fizesse as vezes de capitalista em certas repartições da economia, e isto em função da escassez de capital privado e da subsequente debilidade da burguesia nativa. Se nos reportarmos ao desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos de industrialização tardia e subordinada, ou naqueles que experimentaram portentosas revoluções anticoloniais na onda de descolonização que se sucedeu à Segunda Grande Guerra, veremos que, tendencialmente, a máquina estatal foi o carro-chefe da acumulação de capital. Aliás, é interessante lembrar que, no imediato pós-guerra, as empresas públicas – ou as sociedades de economia mista, uma versão mitigada – tiveram uma importância decisiva para reerguer os imperialismos europeus e para proteger aquelas burguesias de um controle demasiado por parte dos capitais provenientes dos Estados Unidos, os quais fluíam em massa para o velho continente.

A conversão do Estado em agente capitalista, uma força organizadora de um capital público, marcou todo um período histórico do capitalismo, e ainda hoje nos deparamos com inúmeras empresas estatais ou, em maior número, sociedades de economia mista, em que os capitais privados e públicos convivem. Tracejou-se uma nova forma de propriedade capitalista: o capital de Estado. Mas se ao poder público é dado captar parcelas de mais-valia por seus empreendimentos empresariais (fora os outros métodos), seria errado imaginar que isto alija a burguesia de uma parte do processo de valorização. Muito ao contrário, a apropriação capitalista da mais-valia só pode ser uma apropriação de classe, e o capital sob propriedade estatal é apenas mais um dentre uma plêiade de capitais que exploram o proletariado em conjunto, exploração esta que é constitutiva da classe burguesa⁵².

Muito bem. Agora que avançamos nas relações econômicas do Estado com o capital, aguçando nosso olhar sobre a incidência desta forma política no modo capitalista de produção, convém que nos foquemos num aspecto que é indispensável para uma leitura mais completa sobre o imperialismo, qual seja: o caráter internacional da forma política, ou, o que dá no mesmo, a sua pluralidade inerente.

Hirsch estima que o fato de existirem diversos Estados, e não um único Estado que englobe o planeta, não é nada circunstancial, remontando antes ao âmago do capitalismo em suas contradições internas:

O motivo para a multiplicidade de Estados representar um traço *constitutivo* do capitalismo, e não uma manifestação histórica casual, consiste em que as contradições e as oposições sociais presentes no modo de socialização capitalista, isto é, os antagonismos de classe e a concorrência, não apenas manifestam-se na “separação” do Estado frente à sociedade, como também são simultaneamente produzidos pela concorrência entre os Estados. O sistema de Estados é uma expressão estrutural das relações capitalistas de classe e de concorrência. Elas reproduzem-se nele e determinam seus conflitos e dinâmicas de desenvolvimento. [...] A dinâmica das lutas de classes e da concorrência faz com que o aparelho

⁵² Étienne Balibar aponta o equívoco ideológico de se pensar que o capital público não seria objeto de uma apropriação privada capitalista, porquanto ele também integra o capital social total e o processo geral de reprodução: “Não há, pois, contradição entre a reprodução de capitais ‘privados’ e a reprodução de capitais ‘públicos’ pelo único fato de seu estatuto jurídico diferente. Esta é, na época do imperialismo, uma das formas de apropriação privada, de apropriação dos meios de produção por uma classe, a burguesia, que se constitui nesta apropriação mesma” (BALIBAR, 1974, p. 162). No idioma do autor: “Il n’y a donc pas de contradiction entre la reproduction des capitaux ‘privés’ et la reproduction des capitaux ‘publics’, du seul fait de leur statut juridique différent. Celle-ci est, à l’époque de l’impérialisme, l’une des formes de l’appropriation privée, de l’appropriation des moyens de production par une classe, la bourgeoisie, qui se constitue dans cette appropriation même”.

político de dominação em escala global assuma uma configuração fragmentada (HIRSCH, 2010, p. 70-71).

Sabe-se que o sistema capitalista conheceu Estados que se estenderam sobre o território de várias nações (culturalmente falando), como a França napoleônica, o Império Austro-Húngaro, a Rússia czarista, a Alemanha do III *Reich* etc. Nunca houve, no entanto, nada próximo de um Estado mundial, nem sequer na fase imperialista do capitalismo. Mesmo nas experiências de cunho não militar, em que a integração dos territórios realizou-se por meio de atos soberanos dos países, e não pela simples anexação, não se logrou constituir um poder soberano unificado. A União Europeia, possivelmente o empreendimento interestatal mais avançado de integração, está longe de ser um Estado, por mais que possua, dentre outras coisas, um parlamento próprio e uma moeda comum. Ao revés, consiste ela numa associação de entes estatais em que os mais possantes exercem uma hegemonia econômica e política sobre os mais frágeis, sendo que nenhuma das burguesias nacionais abre mão de um poder soberano circunscrito ao seu país. Não obstante todo o discurso “comunitarista” de integração e cooperação regional, a Europa não é um Estado, mas antes uma cadeia de Estados que subordina os mais fracos aos mais fortes no jogo da concorrência entre os monopólios sediados no velho mundo. As forças centrífugas da competição entre os capitais prevalecem sobre as ingênuas aspirações cosmopolitas.

No que concerne a multiplicidade da forma política estatal, há que se identificar a sua variedade ao longo da história do capitalismo. Não é o caso de entrarmos em minúcias agora, pois isto nos faria antecipar as discussões de direito internacional. O que importa, por ora, é perceber como se coloca politicamente a referida pluralidade sob o imperialismo.

Para a época clássica do imperialismo, Lênin alinhavou as linhas gerais das relações entre os países e da correlata hierarquia entre eles:

Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas *transitórias* de dependência estatal. Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países – os que possuem colônias e as colônias –, mas também as formas variadas de países dependentes que, de um ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que, na realidade, se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática. Uma destas formas, a semicolônia, já indicamos anteriormente (LENIN, 2010a, p. 83-84).

De acordo com Vladimir Lênin, pois, haveria três ordens essenciais de países: imperialistas, coloniais e semicoloniais, todos interligados pela trama do capital financeiro internacionalizado numa estrutura de dominação. “Este gênero de relações entre grandes e pequenos Estados sempre existiu”, sublinha o célebre dirigente do partido bolchevique, “mas na época do imperialismo capitalista tornam-se sistema geral, entram, como um elemento entre tantos outros, na formação do conjunto de relações que regem a partilha do mundo, passam a ser elos da cadeia de operações do capital financeiro mundial” (LENIN, 2010a, p. 84). Esta classificação, a nosso ver, permanece adequada para os dias que correm.

Na seara internacional, o Estado desponta como legítimo “representante” da burguesia nacional, espelhando as características desta classe e o nível de acumulação de capital no país correspondente. Estados fracos internacionalmente confessam uma acumulação capitalista em proporções diminutas e, como consequência, uma classe capitalista mais frágil em face de suas adversárias no mercado mundial. Pelo mesmo raciocínio, é fácil conceber porque os países imperialistas gozam de aparatos estatais solidamente organizados e bem posicionados no panorama global. Dado que o ciclo do capital dos imperialismos é ultranacional, açambarcando mais-valia de pontos diversificados do planeta, a organização estatal correspondente equipa-se de meios para operar continental e globalmente. Se a política externa de Washington, a título de exemplo, possui dimensões planetárias, não se trata de uma megalomania tresloucada dos presidentes e congressistas, mas apenas da vastidão de interesses por parte do capital estadunidense, que exige uma tutela com semelhante alcance. Correlativamente, o desempenho capitalista das nações é decisivo para as possibilidades econômicas e políticas dos Estados, já que os recursos de um Estado só podem prover dos negócios que ele chancela ou dos quais participa.

O Estado nacional, em vista disso, corresponde a uma acumulação nacionalmente localizada no contexto de relações capitalistas internacionalmente estabelecidas, e que perfazem uma acumulação mundial. Tal Estado, deparando-se com os demais no sistema internacional, responde pelo “seu” capitalismo, é dizer, pelas relações capitalistas que se reproduzem no seu território. Cada território politicamente circunscrito congrega requisitos locais para a reprodução do capital, tanto o nativo quanto o mundial; esses requisitos clamam por um poder estatal a ser exercido no plano da nação, e nisto se funda o

compromisso da forma política estatal com a burguesia doméstica. A forma política do capitalismo internacionalizado, para além de ser estatal, é também nacional:

O Estado nacional é uma “forma” que assumem as relações capitalistas globais, um tipo de momento reduzido da sociedade global sobre um espaço territorial delimitado. Uma das características do capitalismo é a fratura da sociedade global em uma multiplicidade de Estados. [...] Por isto, um traço central do capitalismo é precisamente a necessidade de se expressar em Estados nacionais, que são os que asseguram em cada território as condições de reprodução global⁵³ (THWAITES REY; CASTILLO, 2005, p. 221).

Exatamente por ser uma forma, o vínculo entre os Estados nacionais e as burguesias domésticas não depende das condutas das classes dominantes, tampouco de sua “vontade” coletiva. Cada Estado nacional “representa” a sua classe burguesa na arena mundial (ou, se quisermos, o capital nativo perante os capitais estrangeiros) porque no sistema de Estados, a exemplo do que se dá com os capitais nacionais no mercado internacional, cada Estado está voltado para si próprio, sendo que os seus interesses são conexos com aqueles reinantes na acumulação de capital no seu território, e que são os da burguesia nacional.

Testifica-se facilmente o que propomos pela contínua feição das relações internacionais na era capitalista, cujo grande protagonista, tanto no passado como no presente, é o Estado. Da mesma maneira que o Estado não se ausentou da reprodução capitalista nacional na época neoliberal – saibamos que o neoliberalismo “não é uma retirada do Estado da economia, mas um específico modo de *presença* do Estado na economia” (MASCARO, 2013, p. 118) –, a sua intervenção na esfera internacional segue preponderante.

Em que pese o gigantismo de algumas multinacionais, as quais lidam com receitas que ultrapassam os orçamentos e produto interno de muitos países subdesenvolvidos, nem por isso o Estado foi deixado de lado. Algumas de suas funções foram redesenhadas, mas o abandono da forma política estatal é incogitável. O Estado segue sendo o principal garante das relações capitalistas, e nem poderia ser de outro modo, já que a compleição mercantil do capitalismo não admite outra fórmula que não seja a da monopolização dos meios de

⁵³ Em espanhol: “El Estado nacional es una “forma” que asumen las relaciones capitalistas globales, una suerte de momento acotado de la sociedad global sobre un espacio territorial delimitado. Una de las características del capitalismo es la fractura de la sociedad global en una multiplicidad de Estados. [...] Por eso, un rasgo central del capitalismo es precisamente la necesidad de expresarse en Estados nacionales, que son los que aseguran en cada territorio las condiciones de reproducción global.

coerção física por um terceiro distanciado das partes. Mesmo os entes “alternativos” de resolução de conflitos que surgiram no século XX (das cortes arbitrais às organizações internacionais) precisam, ao fim e ao cabo, recorrer ao Estado nacional como instância de poder.

De fato, há uma desproporção entre o poderio de certas empresas privadas e o de certos Estados nacionais, o que leva a interpretações no sentido do declínio do Estado e do afastamento do esquema do terceiro garante, que seria incapaz de se sobrepor aos agentes capitalistas. O equívoco desta conclusão está em se olhar a árvore, e não o arvoredo. Uma vez que forma política estatal só se verifica na sua pluralidade, tem-se que as empresas, no campo internacional, deparam-se não com um Estado isolado, e sim com um sistema de Estados – e este é inquestionavelmente mais forte que os monopólios capitalistas.

E é no encadeamento das relações entre os distintos Estados que o capitalismo internacional se firma, aproveitando-se das disparidades das condições nacionais de produção, e que são mantidas por cada ente estatal em seu território, para entabular uma capitalização internacionalmente organizada, cujo eixo está nos núcleos imperialistas. Joachim Hirsch (2010, p.216) é certo ao afirmar que “a existência do sistema de Estados singulares é uma base para o *desenvolvimento desigual*, espacial e temporal, do capitalismo”.

Debalde, portanto, os analistas pós-modernos proclamam o ocaso da forma estatal na cena internacional: se as empresas multinacionais e o capital financeiro marcham soberbamente pelo mundo, é porque se apoiam em vigorosos Estados imperialistas, além de contarem com a colaboração dos Estados dos países periféricos – ou, visualizando-se o mesmo fato por outro ângulo, com a resignação das burguesias periféricas com sua própria subalternidade.

Qual seria a razão desta aquiescência, por parte dos capitalistas dos países coloniais e semicoloniais, com uma posição rebaixada? Não são eles movidos pela mesma ânsia de valorização infinita que seus pares nos países imperialistas? Decerto que o são. O que os tolhe, na verdade, é a arquitetura do capitalismo internacional: eles esbarram nos obstáculos da partilha do mundo. Para subir posições, teriam que se enfrentar com predadores maiores num território econômico já saturado e dividido.

Estas exíguas raias de ação das burguesias atrasadas, ao contrário do que possa parecer, não são um problema puramente econômico. Neste terreno, a política das classes coloca-se como uma determinação de primeira grandeza, e coube a Leon Trotsky o mérito de identificar a tendência geral dessa política. Travando uma dura polêmica com o bloco Stalin-Bukharin, e logo depois de ter sido expulso do Partido Comunista da União Soviética, bem como do território russo, Trotsky atacou com muita veemência a orientação do Comitê Executivo da Internacional Comunista para o processo revolucionário na China dos anos 1920, apresentando reflexões cuja pertinência se estende para além do caso concreto debatido.

Naquele instante histórico, a China era uma colônia retalhada pelos imperialismos japonês, inglês e estadunidense. A maior força política do país era o Guomindang, um partido nacionalista burguês encabeçado pelo general Jiang Jieshi, e que se digladiava com o imperialismo do Japão, o qual ocupava militarmente alguns pontos estratégicos do país. Frente a tal conjuntura, a burocracia dirigente do Comintern, adotando a linha de Stalin e de Bukharin, orientou o Partido Comunista Chinês a se instalar no interior do Guomindang, tendo como fundamento a posição de que a burguesia chinesa cumpriria um papel revolucionário na luta contra o jugo imperialista, comportando-se, portanto, como uma aliada temporária dos trabalhadores. Imaginava a direção stalinista que a burguesia da China, organizada no partido de Jieshi, mobilizaria as massas proletárias e camponesas para derrotar as tropas japonesas e estabelecer a independência nacional.

Contrariamente a esta expectativa, o Guomindang atacou violentamente as greves operárias e os levantes camponeses. Em seguida, expulsou os comunistas do partido e promoveu terríveis massacres contra eles e contra a classe trabalhadora chinesa. Isto demonstrava que a burguesia da China não tinha o menor interesse em colocar as massas do país em movimento, e que a repulsa em face deste quadro era tamanha que a sua reação foi uma implacável ofensiva militar contra o povo. Ora, esta reação não é nada surpreendente, e só prova a miopia conciliadora do stalinismo. Era bastante lógico que as classes dominantes chinesas se horrorizassem com o ascenso popular e temessem por sua própria sobrevivência, deixando em segundo plano qualquer pretensão de independência ou de um lugar melhor no mercado mundial. Se combatiam a invasão japonesa, de um lado, de outro negociavam outros pactos com os EUA. O balanço feito por Trotsky (2010, p. 222) sobre a

linha política desastrosa do Comintern é clarificador, partindo de uma correta localização do partido da burguesia no jogo político:

A atitude do Guomindang em relação ao imperialismo foi desde o primeiro momento não revolucionária, mas sim inteiramente oportunista. Ele tentava esmagar e isolar os agentes de certas potências imperialistas para fazer um acordo com as mesmas ou com outras potências imperialistas em termos mais favoráveis. Isto é tudo.

Feita esta colocação, o fundador da IV Internacional situa a burguesia chinesa em sua posição colonial perante o imperialismo e perante o proletariado de seu próprio país, denunciando a capitulação stalinista a uma linha que foi originariamente defendida pelos mencheviques russos e repudiada pelos bolcheviques, segundo a qual a burguesia de um país atrasado penderia a ser revolucionária com relação a alguns pontos políticos (considerados como tarefas democráticas e nacionalistas).

Advertindo que “não devemos medir a atitude de qualquer burguesia nacional em relação ao imperialismo ‘em geral’, mas sua atitude em relação às tarefas históricas revolucionárias de seu próprio país”, Trotsky (2010, p. 222) reconhece que a derrubada do jugo imperialista é uma tarefa histórica progressiva na China, e que, em tese, corresponde à ambição burguesa local de se criar um mercado nacional. Contudo, esta premissa não autoriza supor que a classe burguesa do país esteja disposta a se engajar numa luta revolucionária por tal reivindicação. Comparando a luta de classes na China com a experiência russa, o dirigente exilado é categórico ao dizer, resgatando a linha bolchevique, que “a conduta da burguesia chinesa em relação ao imperialismo, ao proletariado e aos camponeses não era mais revolucionária do que a atitude da burguesia russa em relação ao czarismo e às classes revolucionárias na Rússia” (TROTSKY, 2010, p. 222-223). Com o que arremata:

A burguesia chinesa é realista o suficiente e informada o suficiente sobre a natureza do imperialismo mundial para entender que uma luta realmente séria contra este requer tal levante das massas revolucionárias que se tornaria desde o início uma ameaça à própria burguesia. Se a luta contra a dinastia Manchu foi uma tarefa de menor proporção histórica do que derrubar o czar, então a luta contra o imperialismo mundial é uma tarefa em uma escala muito maior; e se nós ensinamos aos operários da Rússia, desde o primeiro momento, a não acreditar na disposição do liberalismo e na habilidade da democracia pequeno-burguesa em derrubar o czarismo e destruir o feudalismo, devemos não menos energeticamente imbuir os trabalhadores chineses desde o início com o mesmo sentimento de

desconfiança. A teoria nova e absolutamente falsa promulgada por Stalin-Bukharin sobre o espírito revolucionário “inerente” da burguesia colonial é, em essência, a tradução do menchevismo para a língua da política chinesa. Serve apenas para converter a posição da China de oprimida em um prêmio político interno para a burguesia chinesa e joga peso adicional na balança da burguesia contra a balança dos triplamente oprimidos proletários chineses (TROTSKY, 2010, p. 223).

A intenção de Leon Trotsky era conclamar os marxistas e os trabalhadores a não nutrirem nenhuma confiança nas burguesias periféricas, mesmo quando elas entrassem em rota de colisão com alguma potência imperialista. Isto porque sua saída só poderia ser buscar apoio em outro imperialismo e manobrar as massas até certo ponto, para logo em seguida traí-las e esmagá-las com a disciplina férrea do capital – e em associação com o poder estrangeiro que a sustentar. Temos acordo com tal juízo político, embora não seja este o âmago de nossas preocupações no estudo em tela. Importa-nos mais, aqui, extrair conclusões concernentes aos laços intercapitalistas e à forma política estatal mediante este quadro.

Pensemos em outras situações que envolvam os interesses das burguesias coloniais e semicoloniais. Tudo nos indica que o raciocínio de Trotsky é válido como regra geral das contradições internas entre as classes nacionais e das contradições entre as burguesias periféricas e o imperialismo. É preferível, para as classes dominantes da periferia, recolher-se à condição de sócias minoritárias do imperialismo, admitindo-se como uma sombra das potências, a se arriscarem a mover forças que podem fugir ao seu controle, e que tendem a se voltar contra elas. Parece-lhes mais cômodo e seguro contentarem-se com uma participação menor na mais-valia extorquida do proletariado nacional, e é assim que o arranjo político ratifica e reitera a dependência econômica. Tal percepção coloca as classes proprietárias das nações atrasadas no campo político contrarrevolucionário – no mesmo campo do imperialismo, aliás –, de sorte que se faz imprescindível tomá-las como partícipes e coadjuvantes da partilha do mundo⁵⁴.

⁵⁴ Esta conclusão também provém do diagnóstico trotskista no sentido de que a burguesia, desde que se deparou com um movimento de trabalhadores mais ou menos organizado, ainda que inexperiente (como nas revoluções de 1848), abriu mão de revolucionar a ordem existente e passou a se contentar com o compartilhamento do poder com as classes dominantes oriundas dos modos de produção pré-capitalistas, pois se tornara perigoso demais mobilizar o povo. A fórmula da Revolução Francesa já não poderia ser aplicada, prevalecendo, assim, o conservadorismo e o horror ante as insurreições. Na Primavera dos Povos (e a partir dela), a burguesia “não era suficientemente disposta nem audaz para assumir a responsabilidade pela eliminação revolucionária da ordem social que se opunha à sua dominação. Sabemos agora *porque* foi assim.

Moldando-se a esta teia de ambições capitalistas – imperialistas e subalternos –, a forma política estatal traduz esta realidade no sistema internacional, de sorte que tanto os Estados imperialistas quanto os coloniais e semicoloniais, cada qual à sua maneira, reproduzem a ordem imperialista do capital em suas esferas de poder. O jugo do imperialismo não opõe burgueses “verdugos” na metrópole a burgueses “vítimas” nas regiões coloniais, pois há muito mais uma colaboração interessada do que uma subjugação absoluta neste elo entre poderes desiguais – uma aliança intercapitalista contra o proletariado periférico que mantém e repõe o capitalismo internacional.

Neste diapasão, Ellen Wood constata que as aparelhagens estatais criam, conservam e impulsionam os requisitos sociais indispensáveis para a perpetuação do capital (como a disponibilização de trabalhadores despossuídos), e que, “no plano imperial, tanto os Estados metropolitanos quanto os locais têm desempenhado um papel análogo na implantação das compulsões do mercado⁵⁵” (WOOD, 2005, p. 20). E como o mercado capitalista é um só em suas dimensões mundiais, comportando espaços delimitados, mas sempre encadeados, de acumulação regional, a forma política estatal afirma sobre ele a sua unidade contraditória: existem as contradições entre os entes soberanos do sistema internacional, o que não impede que cada um deles concorra, em última instância, para uma mesma finalidade maior. Tal sucede à mesma maneira pela qual a concorrência entre os capitais individuais vem estabelecer – ao invés de infirmar – a unidade contraditória do capital social total.

Estamos longe de esgotar o tema do Estado e sua organização numa rede de entes semelhantes. Novamente, só nos resta recorrer à paciência do conceito: haveremos de voltar, em ocasiões mais propícias, a alguns pontos que tocam a forma política estatal. Antes de avançar para o próximo capítulo, porém, permitiremo-nos algumas brevíssimas ilações relacionadas ao cenário internacional contemporâneo (segundo o seu lastro econômico e político), e que se prestam a comprovar a atualidade da teoria que estamos

Seu objetivo era – e disso estava perfeitamente consciente – incluir no velho sistema garantias necessárias, não para sua dominação política, mas simplesmente para uma repartição do poder com as forças do passado. Havia tirado algumas lições da experiência da burguesia francesa: estava corrompida por sua traição e amedrontada por seus fracassos. Não apenas se abstinha de empurrar as massas ao assalto contra a velha ordem, mas buscava um apoio nessa velha ordem, para rechaçar as massas que a empurravam para frente” (TROTSKY, 2011, p. 63).

⁵⁵ Em inglês: “On the imperial plane, both metropolitan and local states have played an analogous role in implanting the compulsions of the market”.

abraçando. Julgamos oportuno comentar a hodierna compleição da partilha do mundo, isto é, sua maneira de se manifestar na atual conjuntura.

O mundo atual é marcado pela liderança dos EUA, que encabeçam o bloco imperialista. Desde o Plano Marshall e o Plano Colombo, o imperialismo estadunidense afirmou sua superioridade sobre os imperialismos europeu e japonês, não havendo nenhuma potência que possa desbancar sua posição de destaque. Pelos critérios da economia, da política e do militarismo, os Estados Unidos postam-se como a principal fortaleza do capital, como um endossante do sistema – e que vivencia a contradição de carregar o fardo de ser o carro-chefe do capitalismo mundial, de um lado, e de priorizar seu próprio capital, de outro.

É verdade que os Estados Unidos amargaram certos apuros ao longo de sua hegemonia, como a dura competição com a indústria automobilística japonesa e alemã no século XX e os abalos financeiros do século XXI. Nenhum destes eventos, contudo, solapou os sustentáculos da supremacia estadunidense sobre o mundo, quais sejam: a concentração das maiores empresas multinacionais, e que absorvem maiores fatias da mais-valia global; a produção da moeda que baliza o câmbio mundial; a detenção da maior praça financeira do planeta, que também enseja uma maior participação no valor excedente mundialmente produzido. Gérard Duménil e Dominique Lévy (2004, p. 98) sintetizam a singularidade da supremacia estadunidense e os seus efeitos:

Os Estados Unidos ocupam uma posição privilegiada na finança mundial. As instituições financeiras (bancos, fundos mútuos e assim por diante), grandes multinacionais (largamente financeirizadas) e os ricos proprietários de títulos dos Estados Unidos dominam. Esta dominação é assumida por seu estado, o qual tende a se liberar dos velhos compromissos políticos, a desregular e a regulamentar novamente de acordo com seus interesses financeiros, e para favorecer as posições americanas no mundo, seja em questão de finança, comércio ou pesquisa⁵⁶.

No período do capitalismo financeirizado, sediar o principal sistema financeiro do mundo (e realmente se trata do centro da finança mundial) é uma vantagem que de modo

⁵⁶ Na versão original: “The United States occupies a privileged position in world finance. The financial institutions (banks, mutual funds, and so on), big multinationals (largely financialized), and rich holders of securities of the United States dominate. This domination is relayed by their state, the one that tends to free itself from the old political compromises, to deregulate and to re-regulate according to their financial interests, and to favor American positions in the world, be it a question of finance, trade, or research”.

algum pode ser desprezada. Graças a ela, os Estados Unidos não só folgam com maiores facilidades para por em circulação os seus capitais, como também atraem investimentos para o seu interior, remunerando-os a uma taxa inferior àquela com que são remunerados, em geral, os capitais estadunidenses aplicados nos outros países. A pujança de Wall Street nada mais é do que a pujança de um centro mundial de coleta e redistribuição de lucros capitalistas – o núcleo do capital social total em sua amplitude planetária e em sua conformação financeira.

Os EUA cacifaram-se como o centro da acumulação capitalista mundial, ocupando o posto de hegemon com uma distância sobre os adversários jamais verificada na história. Mas por maior que seja o poderio estadunidense, seria descabido ignorar a existência de outros imperialismos, ou então subestimar a sua área de influência. Na Europa, a União Europeia consagra uma importante coalizão imperialista liderada pela Alemanha, que conta com uma sólida indústria capitalista guiada para a exportação e com uma estrutura financeira que oprime as nações mais endividadas, como ocorre gritantemente com a Grécia.

A França e o Reino Unido são também nações imperialistas de relevo, consideravelmente superiores aos imperialismos europeus de segunda grandeza (Itália, Espanha, Holanda, Bélgica etc.), os quais, como regra, se associam aos maiores pelos métodos de concentração capitalista. Em bloco, promove-se então a espoliação da periferia da União Europeia e dos países que carregam consigo a herança colonial, sobretudo na África. A diferença é que, no atual panorama, já não se consegue monopolizar para si, como antes, o território econômico das nações coloniais. Seja como for, é inapelável o diagnóstico de que as potências da Europa ocidental, apesar de eclipsadas pela hegemonia estadunidense, ainda usufruem da partilha do mundo – inclusive no plano financeiro, como atesta a City londrina e o mercado de eurodivisas –, mesmo que sem condições de aspirar à dominação planetária⁵⁷.

Na Ásia, o Japão desponta como um portentoso exportador de capitais, guardando alguma semelhança com o perfil da Alemanha na Europa. Relegar o imperialismo japonês ao esquecimento também seria incidir em erro, dada a sua função de condutor do

⁵⁷ “Depois dos Estados Unidos, a União Européia – por meio das principais potências que a compõem – desempenha bem o seu papel de segundo pilar da finança mundial” (JEFFERS, 2005, p. 155).

capitalismo asiático – uma função que é compartilhada com os EUA, vide os investimentos japoneses e estadunidenses nas economias de países como Coreia do Sul, Cingapura, Taiwan etc. Em adendo, vale lembrar que os capitais japoneses não se limitam às suas vizinhanças; a indústria do Japão (ou melhor, seu capital produtivo no ciclo industrial) estende-se para a América Latina e penetra na Europa e até mesmo nos Estados Unidos, conferindo ao capital nipônico uma acumulação que supera a acumulação dos imperialismos europeus individualmente considerados.

Em que pese a localização japonesa, a grande vedete da Ásia hoje é a China, com suas taxas colossais de crescimento, sua industrialização em marcha acelerada e suas obras ciclópicas de infraestrutura. Daí não se infere, entretanto, que estejamos diante de um novo país imperialista. Em que pese a massiva exportação de capitais para o continente africano e, mais recentemente, para a América Latina (sem falar na participação financeira em empreendimentos estadunidenses e europeus), a China é, antes de tudo, uma plataforma de valorização do capital industrial das potências imperialistas. No bojo da divisão internacional do trabalho, o mencionado país cumpre o papel de abastecer boa parte da indústria moderna com mão de obra barata e disciplinada com mão de ferro. Sendo assim, o capitalismo chinês é, prioritariamente, um polo de remessa de mais-valia, e não de recebimento.

É claro que, de todas as semicolônias do sistema internacional, a China é a que está mais bem localizada, e é talvez a única com alguma possibilidade de subir na escala da ordem imperialista mundial, vindo a integrar o restrito clube dos países imperialistas. Esta é, no entanto, apenas uma possibilidade, e arriscaríamos propor que não é a mais provável. Para deixar de ser uma semicolônia, a China teria de, como primeiro passo, se apropriar das empresas que nela se instalaram para coletar mais-valia em alta dosagem, e nada indica que a burguesia chinesa cultive tais pretensões de enfrentamento. Ao contrário, ela está perfeitamente confortável em sua situação, e somente um evento catastrófico de nível mundial (uma nova guerra interimperialista, uma crise econômica superior à de 1929, uma nova onda revolucionária nos países do centro capitalista etc.) poderia abalar as rígidas estruturas da ordem internacional e dar origem a um rearranjo das relações entre as nações.

Lembremos que Lênin já indicava formas variadas de dependência, ou seja, matizes nos vínculos de dominação. Na China, a dominação imperialista é mais frágil do que em

países materialmente coloniais (como o Haiti, a Costa Rica, a Costa do Marfim, as Filipinas etc.), mas ela ainda se verifica, por maior que seja a distância entre a China atual e a colônia administrada pelo Guomindang nos anos 1920 e 1930. Sem se considerar as matizes da realidade, os conceitos se transformam em cadeias e geram mais confusão do que compreensão, e o capitalismo chinês, em especial, exige um esforço neste sentido.

Outro país que surpreendentemente rouba a cena nos dias de hoje é a Rússia, havendo leituras que já a situam como um novo país imperialista, em especial depois de suas intervenções na Ucrânia. Temos desacordo com tal visão, e insistimos no critério econômico como decisivo. Não há dúvidas de que a Rússia seja uma nação capitalista; porém, o poder objetivo de que desfruta não advém da internacionalização dos capitais que sedia (algo que se dá em dimensão muito exígua), e sim da sua imensa robustez militar (vasto contingente de soldados e tanques, aviões de caça sofisticados e, claro, o segundo maior arsenal nuclear da Terra). Segundamente, vale citar o controle de recursos minerais estratégicos, cabendo a ressalva de que a economia russa vive mais da exportação de gás natural, petróleo e minérios enquanto mercadorias, e não como exportação de capital. Isto posto, entendemos que o expansionismo russo não pode ser qualificado de imperialista no sentido capitalista do termo; o que se tem é um Estado capitalista atrasado que conta com um poder bélico absolutamente desproporcional ao tamanho de sua economia (um legado da era soviética), e que, justamente por isto, confia mais no seu armamento do que nos seus capitais para se afirmar como referência política regional.

O caso da Rússia, e que acaba sendo também o da China (outra potência militar de grande envergadura), remete a um quadro peculiar em que algumas nações semicoloniais são militarmente mais poderosas que muitas nações imperialistas. A China é infinitamente mais intimidadora, no quesito militar, do que o Japão, e o mesmo vale para a Rússia em relação à Alemanha. Neste aspecto, seria pertinente outra atualização da teoria leninista do imperialismo. O fenômeno do militarismo e da corrida armamentista, tão característico das rivalidades interimperialistas que desencadearam as duas guerras mundiais, concentrou-se na grande potência, os Estados Unidos, que se converteram nos fiadores militares do capitalismo global. A proteção militar do Japão e da Alemanha ainda hoje é garantida pelos EUA e, em menor medida, por organizações internacionais – o que faz parte de uma

estratégia norte-americana de contenção dos seus competidores. Ser imperialista não mais equivale a ser uma potência bélica, e a recíproca é também verdadeira.

Malgrado a correlação militar de forças entre as nações, que de modo algum é desprezível, seguimos aderindo à posição de Lênin de que a ordem capitalista internacional só admite três classes de países: imperialistas, semicoloniais e coloniais – reforçando que a inserção numa ou noutra categoria é definida pelas relações capitalistas de alocação da mais-valia mundial e pelo grau de dependência que elas acarretam na perspectiva da acumulação de capital.

No campo imperialista, o número de países é pequeno, e caminha para ser menor. É mais provável que uma potência decadente venha a ser desbancada de sua posição, sendo semicolonizada por um predador maior, do que a ascensão de um país periférico. Se olharmos para a União Europeia e para a crise de alguns de seus membros, não seria desarrazoado imaginar que, a depender do rumo dos acontecimentos, países como a Espanha e a Itália fossem rebaixados à condição econômica de semicolônia, aproximando-se da Irlanda, da Grécia, dos Estados do Leste Europeu e do mar báltico.

Já no campo colonial e semicolonial, a quantidade de países é imensa. Por colônias, é bom esclarecer, referimo-nos às nações cuja economia é um verdadeiro apêndice das economias imperialistas, ou, de um modo mais exato, consiste numa extensão, um prolongamento de determinados ramos da produção controlados por multinacionais. Tamanha é a dependência que praticamente não sobra espaço para uma acumulação de capital nativa, tornando a burguesia nacional nula ou simplesmente inexistente. Não raro, o aparelho de Estado é demasiado frágil, dando ensejo a intervenções por forças estrangeiras ou por tropas de organizações internacionais.

Diferentemente, as nações semicoloniais apresentam uma acumulação de capital própria – logo, sua própria burguesia nacional –, mas se submetem à ordem imperialista. Os capitalistas locais ora estão à frente dos próprios negócios e ora agem como gerentes dos negócios imperialistas, como intermediários na exploração pelo capital internacional. Sua acumulação de capital não chega a ser mera extensão da acumulação dos países imperialistas, conquanto se coloque como um instrumento auxiliar ou complementar. Alguns países semicoloniais podem adquirir um status privilegiado pelos serviços prestados, operando como prepostos da ordem imperialista em suas regiões. O Brasil, na

América Latina, funciona como um arrimo de estabilidade política; a Arábia Saudita é, depois de Israel (um enclave militar), o maior bastião dos anseios estadunidenses no Oriente Médio; a Coreia do Sul é manobrada pelos EUA e pelo Japão nas disputas de influência com a Coreia do Norte, e assim por diante⁵⁸.

Convém ressaltar que, como a condição de semicolônia é dada pela estrutura econômica internacional, pouco importa, sob este ângulo, se há atrito entre governos semicoloniais e governos imperialistas. Um país semicolonial dotado de uma política de não alinhamento com certas diretivas do imperialismo (como ocorre com a Coreia do Norte, com o Irã e, em menor grau, com a Rússia e a China) não deixa de ser uma nação periférica por conta de sua orientação para fins de relações exteriores. A submissão política vem na esteira da submissão econômica, mas há entre elas um hiato, uma margem de autonomia relativa, e que varia conforme o nível de dependência econômica e conforme fatores políticos propriamente, ligados à luta de classes e às disputas entre as frações internas da classe dominante. Pode ocorrer que uma capitulação incondicional ao imperialismo numa questão relevante seja mais favorável a uma dada fração, enquanto que aproveite a uma segunda, em contraste, uma capitulação apenas parcial. Se a segunda prevalecer, haverá rusgas entre uma potência e o Estado do país atrasado, e nem por isso se poderá conceber qualquer tipo de ruptura emancipatória com o sistema internacional.

Encerremos por aqui o exame sobre o sistema de Estados e o imperialismo. Depois de termos submetido a averiguação temas como o mercado mundial, a divisão internacional do trabalho e o imperialismo em seus aspectos concretos, esperamos ter angariado os elementos mandatórios para a melhor inteligência do que vem a ser o capitalismo enquanto um sistema econômico internacional.

Despendemos muita energia e muita tinta no tratamento do capitalismo internacional, o que poderia parecer um desvio de rota; afinal, nossa tese propõe uma crítica

⁵⁸ Ruy Mauro Marini (2012b, p. 40) julgaria tais casos à luz da categoria de sub-imperialismo, tomando alguns países periféricos como imperialismos coadjuvantes por conta de sua composição orgânica intermediária. Contra esta leitura, vimos que a industrialização de uma nação não implica uma elevação hierárquica nas relações intercapitalistas, pois o que importa é conhecer o destino da mais-valia no itinerário da sua produção – apoiando-nos, inclusive, no próprio Marini. Em adendo, opomos à tese do sub-imperialismo a percepção de que a partilha do mundo é uma só, e é por ela que se define o lugar de cada país; não há uma “subpartilha”, assim como não existem “subclasses dominantes”. Ou se faz parte do polo dominante, ou se faz parte do polo dominado, ainda que, neste último grupo, possa haver uma categoria privilegiada; esta, em sua conjunção de privilégio, não perde o caráter subserviente, da mesma maneira que a “aristocracia operária” e os funcionários da gerência empresarial não deixam de ser empregados do capital.

do direito, e não da economia. Mas se assim procedemos, foi porque o capitalismo faz parte diretamente do nosso objeto de sondagem, que se volta para a relação do citado modo de produção com os direitos humanos de terceira dimensão. Não poderíamos, assim, ter nos limitado a apontamentos perfunctórios, como se estivéssemos a lidar com um aspecto sem relevância para nossas perquirições.

Há que se considerar ainda que a investigação sobre o direito internacional que prometemos na introdução não seria possível sem se levar a cabo uma apuração prévia e cuidadosa sobre o capitalismo em sua dimensão internacional e em sua organização imperialista. E como haveremos de comprovar, o direito dimana de formas capitalistas que, em extensão mundial, dão origem à forma jurídica em seu momento internacional – sem a qual não se consegue apreender o significado figadal dos direitos humanos de solidariedade.

Por último, é justo registrar que nos empenhamos para destrinchar a noção do imperialismo não da simples concentração de poder econômico e político em poucos países, e sim das entranhas mais íntimas do capital como uma categoria historicamente determinada e dotada de peculiaridades. Amparamo-nos em clássicos como Lênin, mas nos esforçamos para traçar uma ligação categorial entre o conceito de imperialismo examinado pelo marxista russo e a crítica marxiana da economia política, embasada na teoria do valor. Tal trajeto, por mais trabalhoso que tenha sido, trouxe-nos um ganho significativo: a clareza de que o imperialismo, longe de ser um acidente de percurso ou um desvio no roteiro, consiste justamente no perfazimento do capitalismo em sua imanência, em suas determinações mais sensíveis. O alicerce imperialista nada mais é do que o aperfeiçoamento último das inclinações capitalistas contidas no valor, na mercadoria, no capital etc., o que implica a relação entre as formas capitalistas e as formas imperialistas como uma relação de necessidade: assim como o imperialismo sobre o qual discorreremos, conforme já explicado, só pode ser capitalista, o capitalismo, reciprocamente, só pode ser imperialista. Logo, ninguém poderia, ao menos não de maneira séria e consequente, contestar o imperialismo e tolerar a sua índole capitalista.

Encaminhem-nos agora à crítica da forma jurídica propriamente dita. À medida que nela nos aprofundarmos, nossa longa passagem pelas veredas da economia provará a sua utilidade e a sua necessidade.

III. DIREITO E CAPITALISMO NA SOCIEDADE INTERNACIONAL

Para desvendar o fenômeno jurídico em sua malha internacional, é imperativo começar a sondagem pelas suas categorias mais elementares. Os delineamentos da forma jurídica geral nos fornecerão os meios cognitivos indispensáveis à captura teórica do direito internacional em sua historicidade, sua especificidade social e suas íntimas relações com o capitalismo maduro. À crítica do direito internacional, deve preceder a crítica do direito e o cotejo deste com o modo capitalista de produção. Aliás, o mesmo vale para os direitos humanos, sendo que as considerações metodológicas – e diretamente sobre o universo jurídico – a serem oportunizadas neste capítulo servirão como orientações para os capítulos ulteriores.

1. A forma jurídica

Não devemos nos esquecer que a evolução dialética dos conceitos corresponde à evolução dialética do próprio processo histórico. A evolução histórica não implica apenas uma mudança no conteúdo das normas jurídicas e uma modificação das instituições jurídicas, mas também um desenvolvimento da forma jurídica como tal. Esta, depois de haver surgido num estágio determinado da civilização, permanece, durante longo tempo, num estado embrionário com uma leve diferenciação interna e sem delimitação no que concerne às esferas próximas (costumes, religião). Foi apenas desenvolvendo-se progressivamente que ela atingiu o seu supremo apogeu, a sua máxima diferenciação e precisão. Este estágio de desenvolvimento superior corresponde a relações econômicas e sociais determinadas. Ao mesmo tempo este estágio caracteriza-se pelo aparecimento de um sistema de conceitos gerais que refletem teoricamente o sistema jurídico como totalidade orgânica (PACHUKANIS, 1988, p. 35-36).

Engels e Kautsky, certa feita, colocaram muito acertadamente que o direito “ocupa posição muito secundária nas pesquisas teóricas de Marx”, aparecendo em primeiro plano “a legitimidade histórica, as situações específicas, os modos de apropriação, as classes sociais de determinadas épocas” (ENGELS; KAUTSKY, 2012, p. 34). Ainda assim, foi Marx quem deixou as indicações necessárias para uma compreensão científica e materialista do direito. Partindo dela, Evgeny Bronislavovich Pachukanis elaborou a mais

contundente e acurada crítica ao fenômeno jurídico – e esta será a nossa referência fundamental.

Pachukanis não foi o único a se debruçar sobre o fenômeno jurídico sob uma óptica marxista. Outros teóricos também o fizeram, sobretudo na URSS, onde o problema do direito na transição socialista foi objetivamente colocado. A teoria pachukaniana, inclusive, foi forjada no contexto de uma tertúlia em torno do lugar e da natureza do direito na Rússia revolucionária. Naquela ocasião, muitas teorias surgiram para oferecer explicações sobre o assunto, e todas elas arrogaram-se como marxistas. Nenhuma delas, entretanto, foi capaz de se equiparar ao viço teórico de Pachukanis no âmbito estrito da ciência⁵⁹.

O grande adversário de Pachukanis no debate sobre o direito foi Petr Stucka (ou Piotr Stutchka, a depender da grafia). Para Stucka (1988, p. 16), o direito seria um “sistema (ou ordenamento) de relações sociais correspondente aos interesses da classe dominante e tutelado pela força organizada desta classe”. Esta era a definição “oficial” redigida pelo Comissariado do Povo para a Justiça na União Soviética, e que foi defendida como uma concepção marxista de ordem jurídica.

Stucka considerava esta conceituação suficiente porque ela demarcava o elemento classista, ou seja, ela proclamava a divisão da comunidade em classes sociais com interesses opostos e inconciliáveis – e nisto se contrapunha diretamente à doutrina jurídica, que não faz senão escamotear tanto a existência desta contraposição de interesses quanto a exploração que a inaugura. Traçando um paralelo com as classes sociais, o jurista soviético entendia que cada classe possui o seu direito próprio e correlato à sua localização na luta política. Contra o direito feudal, então, a burguesia teria afirmado o seu direito, e o mesmo ocorria, na visão do autor, na Rússia revolucionária: o proletariado opunha o seu direito de classe, socialista, ao direito burguês.

Confiante em seu raciocínio, e comparando sua tese com os crivos positivistas, Stucka tomava sua concepção de direito como “uma primeira tentativa de dar uma

⁵⁹ O triunfo da contrarrevolução burocrática na URSS nos últimos anos da década de 1920 abortou a transição socialista iniciada com a revolução russa e levou a um retrocesso de inúmeras conquistas da revolução em múltiplos aspectos. Sobre os retrocessos no regime de trabalho, nas liberdades democráticas, na cultura, na luta contra o machismo e na política externa, é indispensável a obra “A revolução traída” (TROTSKY, 1980). Com relação ao revés no campo científico, tem-se como testemunho, dentre incontáveis episódios, o próprio assassinato de Pachukanis, cujas ideias eram incompatíveis com os interesses contrarrevolucionários da camarilha stalinista. A teoria pachukaniana do direito não alcançou a merecida projeção porque o stalinismo precisava de carrascos, não de intelectuais. Daí o prestígio de um jurista positivista e pseudomarxista como Andrei Vichinsky (ou Vyshinsky), que esteve à frente dos famigerados processos de Moscou em 1938.

definição científica deste conceito, isto é, uma definição capaz de abarcar todo o direito, quer seja o direito ‘geral’ ou burguês, quer o direito feudal, quer o direito soviético etc.” (STUCKA, 1988, p. 7). Mas esta qualidade que ele ostentava com tanto júbilo, ao contrário do que acreditava, era o maior defeito de sua teoria.

Demonstrando a insuficiência desta construção, Pachukanis contra-argumentou que, para além de eternizar o direito, quer dizer, de tomá-lo como um elemento dado sob distintas relações sociais, este conceito ignora que a própria noção de ordem jurídica, qualquer que venha a ser o seu conteúdo, já pressupõe uma forma socialmente determinada:

O conceito de direito é aqui considerado exclusivamente do ponto de vista de seu conteúdo; a questão da forma jurídica como tal de nenhum modo é exposta. Porém, não resta dúvida de que a teoria marxista não deve apenas examinar o conteúdo material da regulamentação jurídica nas diferentes épocas históricas, mas dar também uma explicação materialista sobre a regulamentação jurídica como forma histórica determinada (PACHUKANIS, 1988, p. 21).

O que Pachukanis problematizou foi que não é apropriado conceber direitos diferentes para classes diferentes pelo singelo fato de que o direito não é uma forma necessária em todas as épocas. Se é correto falar que cada classe tem os seus interesses particulares, isto não autoriza dizer que tais interesses sejam forçosamente tutelados ou organizados por aquilo que, na era moderna e capitalista, conhece-se como “direito”. Em outras palavras, o direito é histórico não na acepção de acompanhar diferentes regimes de exploração na história, adequando-se a novos conteúdos, e sim na acepção de ser um conjunto de categorias que só se fazem presentes sob condições historicamente precisas.

Deste modo, vê-se a diferença entre um autor e outro, assim como a superioridade de Pachukanis⁶⁰. E se este enxergou mais longe, não se contentando com o simples realce do “elemento classista” no direito, foi porque primou pelo rigor metodológico, reconstituindo a dialética da crítica marxiana à economia política e pavimentando o caminho para o conhecimento do direito em sua especificidade histórica. Observemos em Marx como isto se processa:

⁶⁰ “O momento mais alto do pensamento jurídico marxista se dá com Evgeny Pachukanis. Num notável aprofundamento das teses de Marx, Pachukanis se põe a identificar a específica relação social que dá base à manifestação jurídica. Para além de Stutchka – que, se identificava o direito à luta de classes, não lhe apontava os mecanismos íntimos –, Pachukanis se põe a identificar a especificidade do direito” (MASCARO, 2009, p. 48).

Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. O capital, p. ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu comesse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [*Abstrakta*] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações. A primeira via foi a que tomou historicamente a Economia em sua gênese. Os economistas do século XVII, p. ex., começam sempre com o todo vivente, a população, a nação, o Estado, muitos Estados etc.; mas sempre terminam com algumas relações determinantes, abstratas e gerais, tais como divisão do trabalho, dinheiro, valor etc., que descobrem por meio da análise. Tão logo esses momentos singulares foram mais ou menos fixados e abstraídos, começaram os sistemas econômicos, que se elevaram do simples, como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último é manifestamente o método cientificamente correto. [...] Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento (MARX, 2011, p. 54).

Marx descobriu que o método de análise mais correto é aquele que ascende do abstrato ao concreto, das determinações mais simples, abstratamente dadas, para as determinações mais complexas, concretamente articuladas. Afinal de contas, o concreto “é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (MARX, 2011, p. 54).

Foi por esta metodologia, e não por arbitrariedade, que Marx iniciou sua crítica à economia política. Diagnosticando que “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em ‘imensa acumulação de mercadorias’”, e que “a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma mais elementar dessa riqueza” (C. I, I, p. 57), o fundador do materialismo histórico-dialético percebeu por onde sua empreitada deveria principiar.

Atento ao critério metodológico, Pachukanis (1988, p. 31) o endossou ao postular que “toda ciência possui o seu próprio plano de acordo com o qual visa a reproduzir a

realidade; construindo, assim, a realidade concreta, com toda a sua riqueza de formas, de relações e de conexões, como resultado da combinação de abstrações mais simples”. E da mesma maneira que Marx chegou à mercadoria como a forma celular da sociedade capitalista, Pachukanis descobriu que, no direito, o que há de mais irreduzível é o chamado princípio da subjetividade jurídica, entendido como “o princípio formal da liberdade e da igualdade; da autonomia da personalidade etc.” (1988, p. 10). Chega-se, deste modo, às determinações imanentes à forma jurídica e se percebe que o direito, muito antes de ser uma ordem normativa estabelecida e caracterizada pelo seu teor, consubstancia-se como uma forma social orientada pela referida subjetividade jurídica, o que traz implicações de primeira grandeza.

Nosso objetivo é desenvolver tais inferências ao longo desta tese. A primeira delas, e que podemos anunciar desde já, é a imperatividade da forma jurídica enquanto reduto de uma sociabilidade estrutural. Já que o direito é forma, ele se caracteriza por ser a petrificação das relações sociais que desenham as insígnias da subjetividade jurídica – e essas relações, como elucidou o teórico russo em sua obra, são as mesmas que estabelecem a mercadoria como unidade fundamental da riqueza no capitalismo e como modalidade de intercâmbio no modo de produção.

Reverberando a objetividade das relações sociais, que independem do querer dos indivíduos, as formas sociais se impõem aos indivíduos, e o direito não é uma exceção. Elas criam uma espécie de moldura (ou uma “fôrma”) em que as condutas dos agentes se inserem, se ajustam e se vinculam a finalidades e métodos estabelecidos. Isaak Rubin identificou esta orientação no funcionamento do modo de produção capitalista. Segundo o economista russo, “todo tipo de relação de produção que é característico para a economia mercantil-capitalista infunde uma forma social específica às coisas pelas quais e através das quais as pessoas mantêm essa dada relação” (RUBIN, 1987, p. 38). Com isto, as relações de produção acabam produzindo “coisas”, formas determinadas que se autonomizam em face da contiguidade das relações originárias e que atuam por si mesmas, portando consigo as características intrínsecas do capital – seu “DNA”, se nos for permitida esta analogia.

Eis a causa pela qual a intenção ou o caráter dos agentes sociais não conta na reprodução da estrutura social⁶¹. São as formas que, carregando em si a lógica das relações de produção, apresentam-se como coisas separadas dos indivíduos, e que atuam condicionando e demarcando o seu comportamento:

Dado que as coisas se apresentam com uma forma social determinada, fixada, começam, por sua vez, a influenciar as pessoas, moldando sua motivação e induzindo-as a estabelecer relações de produção concretas umas com as outras. Ao possuir a forma social de capital, as coisas fazem de seu proprietário um “capitalista” e determinam de antemão as relações de produção concretas que serão estabelecidas entre ele e outros membros da sociedade. É como se o caráter social das coisas determinasse o caráter social de seus proprietários. [...] *Como resultado, indivíduos particulares são subsumidos ao tipo dominante de relações de produção.* A forma social das coisas só condiciona os vínculos de produção *individuais* entre pessoas específicas, porque a própria forma social é expressão de vínculos de produção *sociais* (RUBIN, 1987, p. 38).

No caso do direito, a “coisa” a ser considerada é a subjetividade jurídica, e ela, como forma que é, se agarra ao indivíduo humano, interpelando-o como sujeito de direito, no sentido de submetê-lo inapelavelmente às categorias jurídicas. Não pode a pessoa despir-se da indumentária jurídica: todo homem está obrigado a ser livre e parelho aos demais, não lhe é dado escapar ao enquadramento pelo direito. Márcio Naves (2014, p. 48), acerca da liberdade jurídica do sujeito, aduz que “*a pessoa não tem a escolha de não ser livre, o capital obriga o trabalhador a ser livre*”.

A subjetividade que anima e institui o direito como forma lança o sujeito jurídico como a chave para a leitura marxista daquilo que vem a ser a juridicidade. Evgeny Pachukanis (1988, p. 68) predica o sujeito de direito como “o átomo da teoria jurídica, o seu elemento mais simples, que não se pode decompor”, justificando sua indicação como o abstrato a ser concretizado na perquirição dialética.

O que é (ou quem é) o sujeito de direito? É o ser que se acha submetido, ou seja, sujeitado, às generalidades da forma jurídica. Para a doutrina jurídica, este aspecto foi desprezado e, de certa forma, invertido: toma-se a condição de sujeito de direito como algo

⁶¹ “Uma palavra para evitar possíveis equívocos. Não foi róseo o colorido que dei às figuras do capitalista e do proprietário de terras. Mas, aqui, as pessoas só interessam na medida em que representam categorias econômicas, em que simbolizam relações de classe e interesses de classe. Minha concepção do desenvolvimento da formação econômico-social como um processo histórico natural exclui, mais do que qualquer outra, a responsabilidade do indivíduo por relações, das quais ele continua sendo, socialmente, criatura, por mais que, subjetivamente, se julgue acima delas” (C. I, I, p. 18).

sublime: inicialmente, como a emanção da humanidade do homem e a realização de sua dignidade, já que as qualidades jurídicas essenciais (recordando Pachukanis: liberdade, igualdade, autonomia da pessoa etc.) seriam ínsitas ao ser humano. Num instante posterior do pensamento burguês, desponta um discurso alternativo, entendendo-se que a subjetividade jurídica seria concedida aos súditos de um Estado pela graça do legislador. De uma maneira ou de outra, a conotação é positiva, e a ideia de submissão desaparece, abrindo lugar para uma interpretação oposta. Dimitri Dimoulis (2011, p. 219) informa que, na área jurídica, o sujeito assumiu a significação da filosofia ocidental, indicando “o ser humano que pode raciocinar e agir livremente, tendo a capacidade de dominar as coisas do mundo”.

O que faz do homem, afinal, um ser autônomo, livre e igual aos seus pares? Note-se que a resposta jusnaturalista, que apela para a natureza humana, não é de todo excludente em face da resposta positivista, que atribui ao Estado o poder de qualificar os indivíduos como sujeitos de direito. Isto porque a concessão estatal da subjetividade jurídica seria, no seu conteúdo, o reconhecimento legal da humanidade dos seres humanos. A concepção idealista do direito é a mesma em ambos os casos, apenas adquirindo uma aura pretensamente científica na narrativa positivista.

Hans Kelsen nos fornece um testemunho involuntário desta concepção. Diz o jurista austríaco que o homem, enquanto ente fisiológico e biológico, distingue-se do conceito de pessoa, que pertence à alçada do direito (KELSEN, 2000, p. 137). Logo, se o homem, em algum momento histórico, é caracterizado como um depositário universal de direitos e obrigações, como ente hábil para envolver-se em relações jurídicas, tal se deve às disposições normativas vigentes. Se o ser humano é um sujeito ou, *a contrario sensu*, um objeto, uma coisa, tudo depende, nesta visão, do arbítrio da lei. “Que um escravo não seja juridicamente uma pessoa, que não tenha personalidade jurídica alguma”, assevera Kelsen (2000, p. 138), “significa que não existem quaisquer normas qualificando qualquer conduta desse indivíduo como um dever ou um direito”. E complementa o autor na mesma página: “que um homem A seja uma pessoa jurídica ou que tenha uma personalidade jurídica significa, ao contrário, que existem tais normas”, concluindo que a subjetividade jurídica seria apenas a unidade das normas que a aplicam. E tanto se supõe que esta qualificação seja feita ao talante do legislador que, mesmo na doutrina moderna, a ordem normativa é

imaginada como uma espécie de divindade onipotente, capaz de submeter o real aos seus caprichos⁶².

Aparentemente, esta chave de entendimento seria ligeiramente crítica ao questionar a naturalização do sujeito de direito, ensejando uma óptica histórica. Ledo engano: na disjuntiva entre o homem biológico e a pessoa na acepção jurídica, perde-se por completo a mediação social. Jamais ocorreu a Kelsen que entre o ser fisiológico e o ser jurídico, existem relações sociais estruturantes que dão o tom a tudo aquilo que se entende por direito. Ao abstrair este fato, o célebre porta-voz da corrente juspositivista é levado a confundir direito e normatividade, reproduzindo a banalidade doutrinária número um: “*ubi societas, ibi ius*” (“onde há sociedade, há direito”). Pachukanis (1988, p. 70) foi certo ao apontar que a dogmática jurídica “sequer levanta a questão das razões em virtude das quais o homem se transformou de indivíduo zoológico em sujeito jurídico”, partindo da relação jurídica como “uma forma acabada, determinada *a priori*” – seja pela natureza, seja pelas normas postas.

A doutrina tradicional, fartamente satisfeita com sua noção de direito que acompanha qualquer grupamento social, nunca reparou numa circunstância histórica curiosíssima: o homem, compreendido como um ente autônomo e abstrato – ou seja, apenas como um indivíduo, como um ser reduzido à abstração mais indivisível –, é uma figura historicamente datada, e é somente ele que se insinua como um sujeito jurídico.

É verdade que, na filosofia e na literatura, encontramos, ainda que muito esparsamente, a imagem de um homem universal desde a Antiguidade clássica. Em contraste, nunca se viu este ente nas normas que vigoravam. O que se tinha era o oposto: a constante clivagem entre homens livres e escravos e entre privilegiados e desprivilegiados pelo nascimento. A normatividade dominante no Ocidente até a queda do Antigo Regime, forçoso se faz reconhecer, era dotada de um delineamento estamental e anti-igualitário.

Temos aqui uma situação deveras interessante. Como a noção genérica de homem seria datada se o seu atributo filosófico é justamente a transcendência, a atemporalidade, a captura do homem em sua exata e irredutível qualificação humana? Um pouco de dialética

⁶² Soam altamente místicas e supersticiosas as colocações doutrinárias como esta: “o direito pode conferir a qualidade de sujeito de direito a seres inanimados ou imaginários, como acontece com as pessoas jurídicas” (DIMOULIS, 2011, p. 219-220). É como se a ordem jurídica tocasse as coisas com uma varinha de condão e lhes imbuísse de uma vida jurídica. Muito ao contrário, é a materialidade histórica que, atendendo a requisitos circunstanciais, produz a forma jurídica.

nos ajudará: essa transcendência, ao invocar um homem quintessenciado, isento de determinações e concretudes, revela o seu contrário, quer dizer, a sua precisa historicidade. Isto porque o ser puro, para existir categorialmente, depende do ser determinado, e é assim que a ausência de qualidades torna-se, em face do seu oposto, uma qualidade distintiva. Em seu raciocínio envolvente sobre o ser virtualmente puro, Hegel (2011, p. 67) ilumina a contradição que o atravessa: “Porque é indeterminado, ele é ser destituído de qualidade; mas *em si* cabe-lhe o caráter da indeterminidade apenas em oposição ao *determinado* ou o qualitativo”. E arremata o filósofo germânico: “Diante do ser em geral, porém, surge o ser *determinado* como tal; com isso, sua indeterminidade constitui ela mesma sua qualidade”.

Para o direito (e para a sociedade em geral), depreendemos que o homem abstrato, despido de qualificações, inevitavelmente se qualifica em face dos homens concretos, provando-se um ser determinado. Logo, não é inocente pensar o homem enquanto homem, como abstração de uma essência, pois já existe aí uma determinação. O materialismo histórico logrou descobrir que esta determinação deita raízes no modo de produção capitalista.

Marx identificou o nascimento do indivíduo moderno, e que corresponde ao “homem” reconhecido pelo pensamento moderno. O ser humano é “não apenas um animal social, mas também um animal que somente pode isolar-se em sociedade” (MARX, 2011, p. 40). É dizer: o homem só se torna um indivíduo sob uma certa configuração social; não é sempre que o ser humano aparece desprendido de laços comunitários que, na linguagem marxiana, fazem dele “um acessório de um conglomerado humano determinado e limitado”. A ultrapassagem deste quadro só teve lugar na sociedade burguesa, “que se preparou desde o século XVI e que, no século XVIII, deu largos passos para a sua maturidade” (2011, p. 39).

Posta esta premissa, cumpre reconhecer que, se a sociedade burguesa, organizada pelo modo de produção capitalista, faz da mercadoria a sua unidade mais primeva e abstrata, então é na forma mercantil que está a resposta para a origem do indivíduo moderno nessa sociedade – e, por extensão, para o sujeito de direito, sua expressão jurídica. As considerações de Marx sobre a mercadoria (e sobre seus possuidores), como observaremos agora, respaldam amplamente este enfoque que usamos para a inteligência do direito:

Não é com seus pés que as mercadorias vão ao mercado, nem se trocam por decisão própria. Temos, portanto, de procurar seus responsáveis, seus donos. As mercadorias são coisas; portanto, inermes diante do homem. Se não é dócil, pode o homem empregar força, em outras palavras, apoderar-se dela. Para relacionar essas coisas, umas com as outras, como mercadorias, têm seus responsáveis de comportar-se, reciprocamente, como pessoas cuja vontade reside nessas coisas, de modo que um só se aposse da mercadoria do outro, alienando a sua, mediante o consentimento do outro, através, portanto, de um ato voluntário comum. É mister, por isso, que reconheçam, um no outro, a qualidade de proprietário privado. Essa relação de direito, que tem o contrato por forma, legalmente desenvolvida ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. O conteúdo da relação jurídica ou de vontade é dado pela própria relação econômica. As pessoas, aqui, só existem, reciprocamente, na função de representantes de mercadorias e, portanto, de donos de mercadorias. No curso de nossa investigação, veremos, em geral, que os papéis econômicos desempenhados pelas pessoas constituem apenas personificação das relações econômicas que elas representam, ao se confrontarem (C. I, I, p. 109-110).

Em um único parágrafo de *O capital*, colhemos uma contribuição para o estudo do elemento jurídico qualitativamente superior à de qualquer manual de introdução ou de filosofia do direito – até mesmo porque a dogmática jurídica ocupa-se da técnica do direito, e não de seu entendimento científico, por mais que se arrogue o estatuto de ciência.

Do raciocínio de Marx relacionado à forma mercantil, extrai-se que o direito, concebido como uma relação entre guardiões de mercadorias, organiza-se como uma forma que alberga um conteúdo econômico dado, conteúdo este que clama por um revestimento próprio. A relação econômica que institui a forma jurídica é a mesma que opõe os indivíduos como portadores de bens permutáveis no mercado e que os constitui como sujeitos entrelaçados por atos celebrados com a moldura – e não mais que uma moldura – da vontade.

Há, aqui, uma oposição entre “pessoa” e “coisa” que se opera no campo das aparências. A coisa, por ser inerte, pode ser submetida pela força; o homem, movido pelo interesse, sujeita os objetos ao seu comando, apropriando-se deles, e nisto se faz “sujeito” – com a conotação pretendida pelo cânone jurídico e pela epistemologia idealista que a sustenta com uma imagem correlata: o conhecimento nada mais seria do que o ato de apropriação de um objeto cognoscível por um sujeito cognoscente separado e oposto a ele. Contudo, o que escapa à doutrina é que o indivíduo age sob a constrição de relações econômicas que o sujeitam, que o obrigam a se curvar perante a divisão do trabalho e que, inclusive, determinam a voluntariedade como estampa aparente.

O sujeito autodeterminado da filosofia jurídica burguesa, ao ser devassado em sua intimidade, revela sua essência recôndita, e que não é senão o contrário daquilo que aparenta ser. Parecendo ser autodeterminado, o sujeito é submisso às relações que o criam e o produzem constantemente. De um lado, a vontade como demiurgo do existente, como o coração do mundo dos homens, projetado em oposição ao mundo das coisas – assim procede o idealismo; de outro, a necessidade socialmente delimitada e objetivamente operante sobre e por meio dos indivíduos – assim contradita o materialismo histórico.

A vontade do indivíduo como fundamento do sujeito de direito pertence ao plano da aparência porque, na essência, as relações econômicas preenchem o conteúdo das relações jurídicas, pouco importando o querer dos agentes. Os indivíduos celebram contratos de troca, comportando-se como sujeitos jurídicos, não porque desejam, e sim porque uma organização social historicamente erigida distribui os valores-de-uso em mãos diferentes, fabricando a necessidade material da circulação mercantil e os seus desdobramentos.

Mas esta distribuição dos valores-de-uso, no capitalismo, é definida pelos seus valores-de-troca. Os sujeitos guarnecem mercadorias, que são repositórios de quantias determinadas de trabalho abstrato, de valor. A abstração do valor enquanto labor indiferenciado sujeita (submete) o guardião da mercadoria, o qual comparece ao mercado como representante dela, como uma personificação da forma mercantil. Foi o trabalho abstrato que criou o indivíduo abstrato, traduzindo-o na linguagem jurídica como sujeito de direito, como homem dotado de uma vontade impositiva sobre os objetos de que se apropria:

Do mesmo modo que a diversidade natural das propriedades úteis de um produto não aparece na mercadoria senão sob a forma de simples embalagem do valor e assim como as variedades concretas do trabalho humano se diluem no trabalho humano abstrato, como criador de valor, assim também a diversidade concreta da relação do homem com a coisa surge como vontade abstrata do proprietário e todas as particularidades concretas, que diferenciam um representante da espécie *Homo sapiens* de um outro, se diluem na abstração do homem em geral, do homem como sujeito jurídico (PACHUKANIS, 1988, p. 72).

Num quadro social como este, resta ao homem economicamente subjugado pela mercadoria o “consolo” de “reinar juridicamente sobre a coisa”, para usarmos a expressão pachukaniana (1988, p. 72), porque “ele mesmo, na qualidade de possuidor e de proprietário, não é senão uma simples encarnação do sujeito jurídico abstrato, impessoal,

um puro produto das relações sociais”. Vê-se, então, que a mercadoria forja o sujeito de direito tanto em sua epiderme de homem contrastante com coisas, de indivíduo que move o mundo com atos de vontade, quanto em sua essência de personificação da forma mercantil, de corporificação dos atributos do valor. Com o florescimento das relações burguesas, “cada homem torna-se homem em geral, cada trabalho torna-se um trabalho social útil em geral e cada sujeito torna-se um sujeito jurídico abstrato” (PACHUKANIS, 1988, p. 78).

Por tudo isto, está claro porque o sujeito de direito não é uma figura independente que paira sobre a história. A sua materialidade advém das relações capitalistas de produção, e isto se dá, primeiramente, no instante da compra da força de trabalho pelo capital, instante este que coloca, objetivamente, as características inextirpáveis do sujeito jurídico. Novamente, foi Marx quem deu os primeiros passos nesta seara:

A esfera que estamos abandonando, da circulação ou da troca de mercadorias, dentro da qual se operam a compra e a venda da força de trabalho, é realmente um verdadeiro paraíso dos direitos inatos do homem. Só reinam aí liberdade, igualdade, propriedade e Bentham. Liberdade, pois o comprador e o vendedor de uma mercadoria – a força de trabalho, por exemplo – são determinados apenas pela sua vontade livre. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, a expressão jurídica comum de suas vontades. Igualdade, pois estabelecem relações mútuas apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um só dispõe do que é seu. Bentham, pois cada um dos dois só cuida de si mesmo. A única força que os junta e os relaciona é a do proveito próprio, da vantagem individual, dos interesses privados (C. I, I, p. 206)

O sujeito de direito, mesmo correspondendo ao homem abstrato, tem um rosto. Ele é constituído pelas categorias jurídicas de liberdade, igualdade e propriedade, às quais Marx acrescenta “Bentham”, isto é, o utilitarismo. Todos estes caracteres compõem a pessoa autônoma que, para Pachukanis, define a forma jurídica. Cuidaremos delas uma a uma para aclarar melhor a consistência do sujeito jurídico.

A liberdade jurídica é a capacidade que emana da troca mercantil, dado que “é justamente no ato de troca que o sujeito se manifesta pela primeira vez em toda a plenitude das suas determinações” (PACHUKANIS, 1988, p. 75). Ser livre, em direito, é ser capaz de entabular relações jurídicas, é desfrutar de autonomia para tanto. Autodeterminar-se, juridicamente, é exercer a liberdade para se confrontar com os demais sujeitos jurídicos e para dispor sobre a apropriação individual dos objetos de direito.

Entende-se agora porque os grandes filósofos do iluminismo, representando a concepção burguesa de mundo, ampararam-se em elementos jurídicos nas suas reflexões, embutindo suas noções de liberdade com feições jurídicas e, reciprocamente, formulando teses sobre o direito com fulcro na liberdade. Rousseau (1999, p. 29) assumiu que “nenhum homem tem autoridade sobre seus semelhantes, e desde que a força não produz direito, ficam as convenções como base de toda autoridade legítima entre os homens”; ao fazê-lo, projetou o contrato como referencial maior para a liberdade humana. Kant (2003, p. 83) postulou que “a liberdade [...], na medida em que pode coexistir com a liberdade de todos os outros de acordo com uma lei universal, é o único direito original pertencente a todos os homens em virtude da humanidade destes”; raciocinando deste modo, fez da liberdade o único direito inato, tornando-a um atributo essencial à noção de direito; Hegel (1997, p. 2) afirmou que “nenhuma definição do homem seria possível no direito romano porque ela não poderia se estender ao escravo, cuja existência era uma ofensa ao conceito daquela definição”; assim procedendo, condicionou a ideia de direito à figura da liberdade.

Jamais poderíamos esmiuçar o pensamento desses gigantes da filosofia ocidental num trabalho como o nosso, dedicado aos direitos humanos. Restringimo-nos a algumas citações que ilustram a maneira jurídica de se conceber a liberdade, tal como o conteúdo de liberdade atrelado à definição do direito.

Como dizíamos há pouco, a autodeterminação do sujeito desenrola-se nas suas relações com outros sujeitos, cujo conteúdo é a apropriação privada dos objetos, conforme a determinação material da troca. O requisito para que o sujeito jurídico aja como tal é a autonomia, compreendida como propriedade sobre si. Para se apossar de uma coisa, é preciso distinguir-se dela, opor-se a ela, o que não ocorre com o escravo, a quem falta o atributo de ser dono de sua própria pessoa. Estamos de inteiro acordo com Bernard Edelman (2001, p. 22) quando este declara que “a liberdade é a capacidade jurídica de se pertencer, *i. e.*, de ser proprietário de si (por essência)”, e que “a liberdade de adquirir é a consequência jurídica da livre propriedade de si mesmo⁶³”.

Esta livre apropriação privada, um corolário da produção e da circulação de mercadorias, traduz-se juridicamente no instituto do contrato. Não causa espanto, pois, que

⁶³ Citando o trecho integral em francês: “la liberté est la capacité juridique à s’appartenir, *i. e.* à être propriétaire de soi (par essence). Je peux préciser: la liberté d’acquérir est la conséquence juridique de la libre propriété de soi-même”.

o contrato seja enaltecido como a marca da civilização capitalista, como o princípio das sociedades. A ideologia contratualista, um tanto obnubilada no correr do século XIX e no século XX, evidencia a ascensão revolucionária do capitalismo nos séculos XVII e XVIII: não ainda o modo de produção “especificamente capitalista”, com a subsunção real do trabalho ao capital, mas ao menos a subsunção formal do trabalho ao capital, o que já consolidava a transformação da força de trabalho humana em mercadoria.

O contrato tem na compra e venda a sua manifestação mais trivial e, ao mesmo tempo, mais decisiva. É no bojo da permuta mercantil que o acordo de vontades entre os proprietários de mercadorias sacramenta as operações econômicas, o que cria a ilusão de que o mundo seria movido por vontades, e não por necessidades materiais. A relação entre os agentes da troca aparece juridicamente como contrato, o que o torna “um conceito central do direito, pois ele representa um elemento constitutivo da idéia de direito”, de tal sorte que, “independentemente do contrato, os conceitos de sujeito e de vontade em sentido jurídico existem apenas como abstrações mortas”, e “é unicamente no contrato que tais conceitos se movem autenticamente” (PACHUKANIS, 1988, p. 78-79).

Ao se opor a escravidão e a servidão ao trabalho assalariado, também chamado de trabalho “livre”, testifica-se como a intermediação contratual mascara e “redime” a exploração. “O escravo está totalmente subordinado ao seu senhor e é justamente por isso que esta relação de exploração não necessita de nenhuma elaboração jurídica particular”, diz Pachukanis (1988, p. 69), que faz uma comparação com o proletário: “o trabalhador assalariado, ao contrário, surge no mercado como livre vendedor da sua força de trabalho e, por esta razão, a relação de exploração se empreende sob a forma jurídica do contrato”. O trabalho, no capitalismo, é livre no sentido jurídico de que o trabalhador labora por sua livre e espontânea iniciativa, quer dizer, sem qualquer coerção física. É a liberdade do mercado, onde circula a mercadoria força de trabalho e onde o “homem”, concebido como sujeito de direito, se faz “livre”: “o homem não é verdadeiramente livre senão em sua atividade de vendedor: sua liberdade é se vender, e se vender realiza sua liberdade⁶⁴” (EDELMAN, 2001, p. 79).

⁶⁴ No original: “l’homme n’est véritablement libre que dans son activité de vendeur: sa liberté, c’est se vendre, et se vendre réalise sa liberté”. Naves (2014, p. 50) reitera: “o momento mais elevado de realização da liberdade é o momento em que o homem manifesta a sua vontade de dispor de si mesmo por determinado tempo através de uma *troca de equivalentes*”.

No contrato, outrossim, afirma-se a igualdade jurídica, que decorre da forma mercantil. Os indivíduos são nivelados em sua qualidade de guardiões de mercadorias, atuando como suportes delas na troca dos valores equivalentes. Confrontando-se como contratantes, trabalhador e capitalista são juridicamente igualados: ambos são sujeitos de direito, e nisto se abstrai o seu pertencimento a classes antagônicas. A igualdade jurídica ratifica e implementa a desigualdade de classe.

Cumprir notar que a compra e venda de força de trabalho, expediente pelo qual se coleta a mais-valia na produção capitalista, esconde-se sob uma aparência de troca simples, uma troca de tipo “M – D – M”, em que os contratantes visam ao valor-de-uso alheio: o trabalhador almejando o salário e o capitalista ansiando a prestação dos serviços produtivos, como se a paga salarial equivalesse ao serviço prestado. Esta é a aparência que recobre a essência da relação capital-trabalho, cuja fórmula é “D – M – D’”: o capital remunera o trabalho apenas pelo valor da força de trabalho e embolsa gratuitamente o excedente produzido por ela, concluindo-se um ciclo em que os recursos investidos como capital rendem, ao final, uma soma superior à inicial, diferentemente da troca simples. Interessa ao empresariado não a habilidade concreta da capacidade laboral ou o seu produto, e sim o excedente nele inserido. No capitalismo, nunca é demais insistir, a produção guia-se pela obsessão por mais-valia, e não por qualquer utilidade concreta.

Existe, de fato, uma troca equivalente de força de trabalho por salário, e é exatamente esta equivalência que impede a classe trabalhadora de fruir a riqueza integral que gerou. O equivalente, aqui, é uma clivagem, ele demarca a linha limítrofe entre o trabalho necessário e o trabalho que sobeja, funcionando como medida da exploração. E o direito, por sua forma igualitária e contratual, reflete a equivalência mercantil e atribui materialidade ao plano epidérmico do capitalismo, contribuindo para a ilusão de que, na interação capital-trabalho, todas as partes saem ganhando à sua maneira.

Tal como a liberdade jurídica, a igualdade do direito incorpora no sujeito as determinações da mercadoria, cujo substrato é o trabalho indiferenciado abstraído na produção e na circulação mercantil. “A trocabilidade universal das coisas”, na assertiva de Celso Kashiura Jr. (2009a, p. 210), “não é realizável sem que também os guardiões de tais coisas sejam reduzidos a uma forma qualitativamente idêntica”, sendo esta “a forma sujeito de direito, a partir da qual nasce a igualdade jurídica”. O homem, personificando as

qualificações da forma mercadoria, a começar pelo valor (em sua manifestação como valor-de-troca), é sujeitado pela forma jurídica, e desta maneira se tem a igualdade jurídica como a outra face da equivalência mercantil do valor. Como bem argumenta Edelman (2001, p. 111), “já que o processo do valor-de-troca é o processo mesmo da liberdade e da igualdade, já que os indivíduos não são senão ‘equivalentes vivos’, o processo do valor-de-troca torna-se o processo do sujeito, e o processo do sujeito, o processo do valor-de-troca⁶⁵”.

Todavia, tanto a igualdade quanto a liberdade jurídicas só atingem o seu apogeu quando o capital domina por completo o processo de trabalho, nele infundindo a ditadura do valor e o modo propriamente capitalista de produzir coisas. Esta é a tese advogada por Márcio Bilharinho Naves (2014, p. 55-56) em sua obra mais recente:

Ao revestir-se da forma de um sujeito – nas condições de um modo de produção especificamente capitalista, isto é, sob as condições da subsunção real do trabalho ao capital –, o indivíduo se transmuta em vontade pura, abstraída de qualquer determinação. [...] Assim, a constituição do sujeito de direito está vinculada ao processo de abstração próprio da sociedade do capital, de tal modo que podemos dizer que ao trabalho abstrato vai corresponder à abstração do sujeito, ou seja, o processo de equivalência mercantil derivado do caráter abstrato que toma o trabalho em certas condições sociais determina o processo de equivalência entre os sujeitos, que só é possível se as pessoas perderem qualquer qualidade social que possa diferenciá-las.

De fato, a sujeição real do trabalho ao capital, consistente no sistema fabril moderno, apaga os resquícios artesanais que subsistiam sob a manufatura, destruindo o *savoir-faire* do operário sobre o seu ofício e reduzindo-o, enfim, a apêndice da máquina. O maquinário da indústria capitalista não só degrada o valor da força de trabalho ao transformar ao simplificar as tarefas do operário, como também elimina o elemento subjetivo: o talento e a criatividade do trabalhador.

Enquanto que, na manufatura, “a organização do processo de trabalho social é puramente subjetiva, uma combinação de trabalhos parciais”, o sistema de máquinas da grande indústria ostenta um “organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material da produção” (C. I, I, p. 442), e que institui uma divisão do trabalho na fábrica que anula sua individualidade de

⁶⁵ Na língua francesa: “Dès lors que le procès de la valeur d’échange est le procès même de la liberté et de l’égalité, dès lors que les individus ne sont que des ‘équivalents vivants’, le procès de la valeur d’échange devient le procès du sujet, et le procès du sujet, le procès de la valeur d’échange”.

produtor, subordinando-o ao maquinário de modo a suprimir suas qualidades pessoais na atividade que executa. Seu trabalho no interior do organismo industrial é simplificado ao extremo, desdobrando sua dependência econômica diante do capital em dependência técnica no processo produtivo.

Como resultado, o trabalhador torna-se completamente fungível na produção industrial avançada, e é desta forma degradada que a sua igualdade se apresenta no chão de fábrica⁶⁶. Seus conhecimentos individuais, ligados ao trabalho concreto, já quase não importam, suas qualificações técnicas são sensivelmente restritas, e é por isso que ele se converte em trabalhador abstrato puro, em simples fonte de valor. Vera Cotrim (2012, p. 246) assinala que “ao prescindir de qualquer qualificação do trabalhador, a força produtiva característica da indústria faz do trabalho à máquina o mais adequado à determinação quantitativa que caracteriza o valor”.

Curiosa contradição: aniquilando a subjetividade do operariado na produção industrial, o capital consolida e reforça a subjetividade jurídica, que se alimenta da abstração real típica do capitalismo; substituindo-se o trabalhador individualizado pelo trabalhador coletivizado da indústria moderna, o indivíduo jurídico pode desenvolver-se ao máximo enquanto depositário abstrato de valor, ou, o que dá no mesmo, de tempo de trabalho. A lapidar construção de Marx (1896, p. 69) diz tudo:

Esta redução de jornadas de trabalho complexo a jornadas de trabalho simples não supõe que se tome o próprio trabalho simples por medida do valor? Apenas a quantidade de trabalho servindo de medida para o valor sem respeito à qualidade supõe, a seu turno, que o trabalho simples se tornou o pivô da indústria. Ela supõe que os trabalhos se igualem pela subordinação do homem sob a máquina ou pela divisão extrema do trabalho; que os homens ficam em segundo plano diante do trabalho, que o pêndulo do relógio tornou-se a medida exata da atividade relativa de dois operários, como o é para a velocidade de duas locomotivas. Então, não é preciso dizer que uma hora de um homem vale uma hora de outro homem, mas sim que um homem de uma hora vale outro homem de uma hora. O tempo é tudo, o homem não é mais nada; ele é no máximo a carcaça do tempo⁶⁷.

⁶⁶ Ao se adentrar os pórticos da produção no chão de fábrica, não só a igualdade, como também a liberdade formal se degenera, pois “é bem verdadeiro que do ponto de vista dos direitos humanos, a empresa capitalista é um mundo do avesso; que ela é o lugar ‘antidemocrático’ por excelência; que ela produz um sistema de poder que ridiculariza abertamente o sistema representativo burguês” (EDELMAN, 1978, p. 96). Em vernáculo: “il est bien vrai que du point de vue des droits de l’homme l’entreprise capitaliste est un monde à l’envers; qu’elle est le lieu ‘anti-démocratique’ par excellence; qu’elle produit un système du pouvoir qui bafoue ouvertement le système représentatif bourgeois”.

⁶⁷ No idioma francês: “Cette réduction de journées de travail compliqué à des journées de travail simple, ne suppose-t-elle pas qu’on prend le travail simple lui-même pour mesure de la valeur? La seule quantité de travail servant de mesure à la valeur sans égard à la qualité, suppose à son tour que le travail simple est

Outro traço indispensável do sujeito de direito é a propriedade, ou ainda, a sua consubstanciação como “um proprietário de mercadorias abstrato e transposto para as nuvens”, para usarmos a expressão pachukaniana (1988, p. 78). É na propriedade que as categorias jurídicas de liberdade e igualdade se referenciam. Uma vez que a liberdade e a igualdade emergem da esfera mercantil do valor, envolvendo os agentes da troca, elas se colocam em função dos proprietários de mercadorias, coroando a passagem da propriedade de um para outro no movimento mútuo inerente ao contrato. Edelman (2001, p. 110) sentencia que “a movimentação da propriedade privada cria, de fato, uma liberdade e uma igualdade, mas esta liberdade e esta igualdade são aquelas mesmas da propriedade privada⁶⁸”.

Propriedade implica capacidade de apropriar: ou se é proprietário e, portanto, sujeito hábil à apropriação de coisas, ou se é propriedade, o que significa ser objeto passível de apropriação, como ocorria com os escravos. A mercantilização da força de trabalho humana erodiu a escravidão e instituiu o regime capitalista do assalariamento, que converteu os produtores em sujeitos, em indivíduos proprietários de si próprios, donos de sua aptidão para produzir: quando o proletário aliena sua capacidade laboral – e só pode alienar o que lhe pertence –, ele se torna soberano de si, dispondo livre e autonomamente sobre seu corpo; ele troca um bem que lhe pertence por uma quantia de dinheiro pertencente a outrem, e assim se qualifica como “pessoa”, como co-autor de relações jurídicas, em oposição às coisas, aos objetos de direito. É por esta excelsa transformação do indivíduo em pessoa que o capital procede com a espoliação cotidiana.

A forma sujeito se universalizou com o assalariamento, amadureceu e se difundiu, quase sempre na esteira do rastro de destruição da acumulação primitiva capitalista. Multiplicou-se o número de proprietários, isto é, de “pessoas” (na acepção jurídica), e a propriedade, como instituto jurídico, evoluiu. A propriedade disseminou-se como forma e

devenu le pivot de l'industrie. Elle suppose que les travaux se sont égalisés par la subordination de l'homme sous la machine ou par la division extrême du travail; que les hommes s'effacent devant le travail, que le balancier de la pendule est devenu la mesure exacte de l'activité relative de deux ouvriers, comme il l'est de la célérité de deux locomotives. Alors, il ne faut pas dire qu'une heure d'un homme vaut une heure d'un autre homme, mais plutôt qu'un homme d'une heure vaut un autre homme d'une heure. Le temps est tout, l'homme n'est plus rien; il est tout au plus la carcasse du temps”.

⁶⁸ Originalmente: “La mise en mouvement de la propriété privée crée bien une liberté une égalité, mais cette liberté et cette égalité sont celles-là mêmes de la propriété privée”.

se apartou da posse, uma contingência fática e instável, transmutando-se resolutamente “num direito absoluto, estável, que segue a coisa por todo o lado e que, desde que a civilização burguesa espalhou seu domínio a todo globo, é protegida em todo mundo pelas leis, pela polícia e pelos tribunais” (PACHUKANIS, 1988, p. 73).

Esmiuçaremos mais a noção jurídica de propriedade quando iniciarmos a discussão sobre a dignidade humana. Agora falaremos do utilitarismo (“Bentham”), o corolário ideológico do sujeito de direito, e que é indicado por Marx como a quarta característica emanada do tráfego mercantil.

O individualismo utilitarista corresponde ao caráter da sociedade capitalista, cujo talhe mercantil opõe os indivíduos como agentes do valor, como personagens definidos pelo roteiro de uma divisão do trabalho que institui a circulação mercantil como nexos sociais entre proprietários; delineia-se, com ela, uma sociabilidade egoística, na qual cada proprietário encara o outro como um meio para a obtenção de uma utilidade por ele disponibilizada no mercado e para a venda da mercadoria que, para ele próprio, carece de serventia como valor-de-uso.

Cada jogador do mercado, desta maneira, tem no outro nada mais do que um comprador ou um vendedor, alguém que, agindo no seu próprio proveito individual (ou seja, buscando alguma vantagem pessoal), consome com ele o ato de permuta, ensejando a alienação da mercadoria oferecida. A reciprocidade mercantil é o mote da sociedade capitalista, cuja formulação é “dê-me aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer”, para citarmos Adam Smith (1996, p. 74) – e que completa: “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse”.

Eis a razão que faz do egoísmo utilitário a grande virtude burguesa, e o direito, como não poderia deixar de ser, assimila em sua forma este código moral, complementando-se. “O sujeito egoísta, o sujeito jurídico e a pessoa moral são as três máscaras fundamentais utilizadas pelo homem da sociedade de produção mercantil” (PACHUKANIS, 1988, p. 105). A moral do “homem”, na civilização capitalista, enaltece o cada um por si e o conflito de todos contra todos, tal como na concorrência. Aquilo que é do seu interesse entra em choque com o que interessa à coletividade, abre-se uma cisão que lança o “eu” contra o “nós”, o “meu” contra o “nosso”.

Por sua origem e papel social, o sujeito de direito é formatado para o comportamento calculista e utilitarista que é próprio dos agentes da troca: é isto o que se espera dele, que aja como um indivíduo voltado para a maximização de suas vantagens pessoais. A comunidade só o interessa naquilo que pode satisfazer seus interesses e necessidades individuais, pelo que se denuncia o individualismo possessivo do proprietário abstrato. John Locke resume com nitidez esta concepção de mundo que anima a forma do sujeito jurídico: “o objetivo capital e principal da união dos homens em comunidades sociais e de sua submissão a governos é a preservação de sua propriedade” (LOCKE, 2001, p. 156). Esta é exatamente a perspectiva da dogmática jurídica: o indivíduo proprietário e utilitário como critério e medida de tudo o que existe.

Todos os caracteres do sujeito de direito (recapitulando: liberdade, igualdade, propriedade e utilitarismo) são materiais, isto é, estão inscritos nas instituições jurídicas operantes na sociedade e subordinadas à reprodução da sociabilidade: o contrato, o processo, o crime, o poder de polícia etc. Não são redutíveis à ideologia, embora sejam também figuras ideológicas, na medida em que divulgam relações aparentes que escondem uma essência⁶⁹. A liberdade e a igualdade formais, burguesas, escamoteiam a opressão e a desigualdade de classe, o despotismo do capital inerente às relações burguesas de propriedade. Edelman (2001, p. 104) equaciona as funções concretas e ideológicas do direito, postulando que ele “fixa as formas de funcionamento do conjunto das relações sociais, torna eficaz, no mesmo momento, a ideologia jurídica, que é a relação imaginária dos indivíduos com as relações sociais em geral”, assumindo a “dupla função de fixar concretamente e ‘imaginariamente’ – e seria melhor dizer que a fixação concreta jurídica é ao mesmo tempo ideológica – o conjunto das relações sociais⁷⁰”.

Para proceder com esta dupla função, o direito experimenta uma evolução: a subjetividade jurídica abstrata concretiza-se paulatinamente na chamada “superestrutura

⁶⁹ Saliente-se que a aparência é um aspecto fenomênico da realidade, e não uma miragem: “Para ser, a essência deve aparecer; e a aparência, a manifestação, é em realidade o ‘meio’ através do qual a essência se realiza. Assim, conheço as palavras e os gestos de alguém; mas essas palavras, esses gestos, são atos mediante os quais não apenas esse alguém se manifesta exteriormente, mas também vive e age. É por isso que se pode dizer que *o fenômeno não apenas faz parte da coisa, mas também a revela*” (LEFEBVRE, 1991, p. 219).

⁷⁰ Confirma-se o trecho no original: “le Droit, qui fixe les formes de fonctionnement de l’ensemble des rapports sociaux, rend efficace, dans le même moment, l’Ideologie juridique, qui est le rapport imaginaire des individus aux rapports sociaux em general. [...] C’est ainsi que le Droit assume cette double fonction de fixer concrètement et ‘imaginaiement’ – et il vaudrait mieux dire que la fixation concrète juridique est en même temps idéologique – l’ensemble des rapports sociaux”.

jurídica”: o sujeito antecede e condiciona os aparatos jurídicos e a legalidade formal. “Desde que as relações humanas têm como base as relações entre sujeitos”, declara Pachukanis (1988, p. 10), “surgem as condições para o desenvolvimento de uma superestrutura jurídica, com suas leis formais, seus tribunais, seus processos, seus advogados etc.”.

Em decorrência da centralidade do sujeito de direito, Pachukanis conceitua a ordem jurídica não como um sistema normativo, e sim como um entrelaçamento de relações entre sujeitos. A sociedade capitalista configura-se, no que tange o direito, como uma “cadeia ininterrupta de relações jurídicas”, sendo que a relação jurídica eleva-se ao posto de “célula central do tecido jurídico”, e “é unicamente nela que o direito realiza o seu movimento real” (PACHUKANIS, 1988, p. 47).

Ao se firmar a relação jurídica, e não a norma, como o eixo da juridicidade, tem-se toda uma ruptura metodológica com o cânone jurídico. O jurista tradicional vê na normatividade a fonte de todo o direito, e a ordem jurídica é idealizada como um mundo à parte, distinto dos fatos: de um lado, o imaculado e divino “dever-ser”; de outro, o degradado e profano “ser”. Mediante esta dualidade, a doutrina não hesita em escolher o mundo inebriante da deontologia, um universo intocado pela realidade e onde as normas só respondem a elas mesmas. Ignora-se que a normatividade jurídica, em sua forma tal como a conhecemos hoje, é um produto deduzido da relação jurídica concretamente posta, ao invés de ser, como querem os idealistas, a origem do direito:

O direito, enquanto fenômeno social objetivo, não pode esgotar-se na norma ou na regra, seja ela da escrita ou não. A norma como tal, isto é, o seu conteúdo lógico, ou é deduzida diretamente das relações já existentes ou, então, representa quando é promulgada como lei estadual apenas um sintoma que permite prever com certa probabilidade o futuro nascimento das relações correspondentes. Para afirmar a existência objetiva do direito não é suficiente conhecer apenas o seu conteúdo normativo, mas é necessário igualmente saber se este conteúdo normativo é realizado na vida, ou seja, através de relações sociais (PACHUKANIS, 1988, p. 48-49).

Ao invés de ser geratriz do direito e das relações jurídicas, a norma jurídica é a sua maneira de se manifestar e de se consolidar. Isto é cristalino nos contratos: a relação jurídica entre credor e devedor é definida pelo teor econômico, e o direito de crédito é consequência do laço mercantil que os une. Se o direito proclama o dever de pagar o débito,

apenas consagra uma exigência objetiva e material do mercado. Existe a obrigação legal de pagamento porque o mercado capitalista pressupõe a equivalência na circulação, mas o idealismo jurídico inverte o real, cogitando que as normas de proteção ao crédito fundaram o circuito de trocas. Há de se convir que o raciocínio é absurdo: o “Legislador”, em seus caprichos legais, seria também arquiteto e engenheiro da sociedade.

Muito mais convincente é a contribuição de Michel Mialle, que localiza a norma como medida da relação jurídica, como o critério que afere em concreto os direitos e obrigações correspondentes aos sujeitos em suas interações, mensurando o valor jurídico de suas condutas, atribuições, posições etc.:

O termo grego *norma* significa primeiramente medida, o que a linguagem exprime muito bem no adjetivo normal, o que significa conforme à norma, quer dizer, à medida habitual. Um sistema normativo, como o direito, é pois antes de tudo um sistema de relações. De entre todos os comportamentos sociais possíveis, apenas alguns serão considerados como normais, quer dizer, conforme ou compatíveis, segundo os casos, com a norma, com a medida que dita a utilidade, o valor dos comportamentos sociais. Por outras palavras, antes de ser obrigação, a norma jurídica é instrumento de medida (MIALLE, 2005, p. 91).

Enquanto critério de mensuração, a norma mede a adequação das práticas ao conteúdo e à forma mesma da subjetividade jurídica. Ao estabelecer a clivagem entre o que é lícito e o que é ilícito para os sujeitos de direito, a norma não protege apenas um conteúdo determinado (a propriedade privada, a divisão dos poderes, o poder diretivo do empregador etc.); ela reproduz a forma jurídica ao incorporar em definitivo, e como atributos inextirpáveis, as determinações formais da subjetividade jurídica, sobretudo a igualdade: toda regra jurídica traz em si o senso de igualdade, o que se constata pelo fato de que ela só será executável por uma autoridade separada dos indivíduos, e que acata a equiparação formal entre eles, já que um não poderia, sob esta óptica, submeter o outro pela compulsão, a não ser excepcionalmente e respeitando alguma proporcionalidade (equivalência).

Com efeito, a norma merecerá a alcunha de “jurídica” somente ao se reportar aos sujeitos de direito. Reconhece-se a historicidade da ordem jurídica e sua distinção em face de qualquer outra ordem social normativa em função enquadramento dos indivíduos na forma jurídica. “A norma jurídica deve a sua especificidade, que a diferencia da totalidade das demais regras morais, estéticas, utilitárias etc., justamente ao fato de pressupor uma pessoa munida de direitos fazendo valer, através deles, suas pretensões” (PACHUKANIS,

1988, p. 61). Uma norma ou regra em si nada garantem em termos de direito, é preciso olhar para os seus destinatários em suas relações materiais.

Carregando as linhas fisionômicas do capitalismo e da mercadoria, as relações jurídicas atingem o cume de seu desenvolvimento na lide, esta figura tão cara ao direito. Assim é porque “no processo”, como afere Pachukanis (1988, p. 54), “os sujeitos econômicos privados aparecem já como partes, isto é, como os protagonistas da superestrutura jurídica”, e é nele que “o momento jurídico separa-se do momento econômico e surge como momento autônomo”. O litígio judicial, opondo indivíduos isentos de qualidades como polos processuais com interesses egoísticos na contenda, revela a essência da forma jurídica e exacerba o paralelismo entre direito e mercado capitalista.

Obviamente, este paralelismo é observável em diversos aspectos da fisionomia jurídica. Tal como o mercado, o direito pode ser predicado pela individuação dos agentes, pela equivalência entre as condutas, pela patrimonialidade (conversão de elementos extra-econômicos em elementos econômicos) e pelo anseio por segurança (seu apelo por uma ordem). Falaremos mais destas linhas-mestras da relação jurídica quando mergulharmos no exame do direito internacional e dos direitos humanos, contemplando-as em ação. Por enquanto, concentraremos-nos no antagonismo de aspirações entre os sujeitos de direito que dá o tom à relação jurídica.

Firmando uma límpida comparação entre direito e técnica, o teórico russo que nos tem servido de guia acentua a relação jurídica como uma relação entre agentes com interesses contrapostos:

Uma das premissas fundamentais da regulamentação jurídica é, assim, o antagonismo dos interesses particulares ou privados. Este antagonismo é tanto uma condição lógica da forma jurídica quanto causa real de evolução da superestrutura jurídica. A conduta dos homens pode determinar-se pelas regras mais complexas, mas o momento jurídico desta regulamentação inicia-se onde começam as diferenças e as oposições de interesses. Gumpłowicz diz: “o litígio é o elemento fundamental de todo o fato jurídico. A unidade de fim, ao contrário, representa a condição da regulamentação técnica. Por essa razão é que as normas jurídicas relativas à responsabilidade das estradas de ferro pressupõem direitos privados, interesses privados diferenciados, enquanto que as normas técnicas do tráfego ferroviário pressupõem um fim unitário, por exemplo, o da capacidade de rendimento máximo (PACHUKANIS, 1988, p. 44).

Sem conflito de pretensões, não há direito. O sujeito jurídico, para além de ser um ente individualizado, é um ente em constante atrito com seus pares na busca por aquilo que

é de sua alçada particular e que dialoga com a sua esfera subjetiva. A esta esfera correspondem os direitos que ele angaria em suas relações com os demais, especialmente no mercado, onde ele cuida dos seus negócios privados e onde a permuta contínua o coloca como destinatário de obrigações e de prerrogativas constantemente, alternando-se como credor e devedor desta ou daquela prestação, experimentando posições jurídicas as mais diversificadas, gerando-se “a possibilidade de abstrair das diversidades concretas entre os sujeitos jurídicos e de os reunir sob um único conceito genérico” (PACHUKANIS, 1988, p. 76). O circuito mercantil é o sustentáculo material daquilo que a filosofia moderna e a ideologia jurídica chamam de “sociedade civil”, o reino dos interesses particulares em que cada sujeito se ocupa dos seus direitos – e aqui falamos do direito subjetivo, imediatamente atrelado ao sujeito, expressão jurídica do interesse individual mesquinho.

E se na sociedade civil predominam os direitos subjetivos que envolvem as aspirações do indivíduo isolado, há uma esfera em que, como contrapartida, predominam os interesses coletivos, representada no Estado: nele aparece o corpo social, o bem geral, a totalidade. “O conjunto dos indivíduos numa condição jurídica, em relação aos seus próprios membros, é chamado de Estado (civitas)”, anuncia Kant (2003, p. 153), e “devido à sua forma, pela qual todos estão unidos através de seu interesse comum de estar numa condição jurídica, chama-se o Estado de *a coisa pública*”.

Sociedade civil e Estado: a forma jurídica revestirá este par com as categorias de direito subjetivo e do direito objetivo. De um lado, o individualismo, a competição do mercado, o campo da iniciativa e da autonomia privadas, a composição utilitária entre os sujeitos; de outro, a unidade dos cidadãos, o campo da causa comum, a razão desinteressada e imparcial – enfim, o momento da “objetividade” do direito, o momento do objetivo universal, da reta e neutra justiça, da legalidade. É com esta indumentária jurídica⁷¹ que a sociedade burguesa se exhibe aos olhos do vulgo: um equilíbrio imaginário entre a vontade dos indivíduos e a vontade geral; uma oposição inconciliável entre o interesse individual do cidadão e a coisa pública.

⁷¹ Filósofos liberais como Rousseau e Kant, ao comentarem os traços jurídicos da sociabilidade em formação na época em que escreviam, comprovaram, sem o saber, que “as categorias jurídicas dizem sem dizer a realidade das relações de que são expressão” (EDELMAN, 2001, p. 13). Na língua do autor: “les catégories juridiques disent sans dire la réalité des rapports dont elles sont l’expression”. Uma vez mais, o direito compõe um jogo dialético de aparência e essência, atuando como um mecanismo de “ilusão/alusão” (vide ALTHUSSER, 1995, p. 216).

Outra maneira de se exprimir esta mesma configuração da sociedade burguesa é a clássica divisão entre direito público e direito privado. Novamente o contraste: numa ponta, o direito privado celebra a autonomia individual e as relações privadas, as quais encontram no contrato seu instrumento primordial e seu protótipo; na outra, o direito público destina-se aos negócios públicos, à condução da atividade estatal, tanto no trato de assuntos internos como na interação com os agentes privados. E isto resulta não do acaso, do acidente, e sim de uma necessidade da forma. “A separação do direito em direito público e direito privado caracteriza esta forma jurídica, tanto do ponto de vista lógico como do ponto de vista histórico” (PACHUKANIS, 1988, p. 65).

Não que estes opostos sejam incomunicáveis; muito ao contrário, situam-se em unidade dialética. A chave da relação entre o direito dos cidadãos e o direito do Estado está na preservação do primeiro domínio pelo segundo e na realização de um por intermédio do outro, ainda que estejam em polos contrários. Pachukanis (1988, p. 65) escreve que o conceito do direito público é “continuamente repellido do direito privado, enquanto tende a determinar-se como o seu oposto e através do qual regressa a ele como o seu centro de gravidade”. Nesta dialética dos contrários entre homens atomizados em oposição à comunidade, cada extremidade da relação determina negativamente o seu reverso⁷². A sociedade civil pressupõe o Estado, e a recíproca se aplica em plenitude. Sintomaticamente, um filósofo do capitalismo nascente como Rousseau (1999, p. 35) sugeriu um Contrato Social que pudesse casar estes planos díspares, e que resolveria um dramático dilema, o de “encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associação de qualquer força comum, e pela qual, cada um, unindo-se a todos, não obedeça, portanto, senão a si mesmo, ficando assim tão livre como dantes”.

Esta não é senão a maneira jurídica de se reiterar a estrutura do mercado capitalista, e que soa tão trivial: a ideologia obscurece o fato de que apenas uma sociedade governada pela forma mercadoria é capaz de instituir os indivíduos como sujeitos com aspirações econômicas utilitárias, como suportes da circulação mercantil e portadores de interesses

⁷² Filosoficamente, temos uma contradição determinada, uma contradição que se coloca como rígida oposição, e não como mera diferença. Na oposição, firma-se a unidade, cada polo é um momento de uma única relação: “a *diferença* em geral contém seus dois lados como *momentos*; na *diversidade* eles se separam *indiferentes*; na *oposição* como tal eles são lados da diferença, um determinado pelo outro, e assim são apenas momentos; mas são da mesma maneira determinados neles mesmos, indiferentes um diante do outro e se excluindo reciprocamente: as *determinações de reflexão autônomas*” (HEGEL, 2011, p. 156).

cuja disciplina reclama uma autoridade destacada dos cidadãos, avessa a qualquer subjetividade e orientada ao bem comum. Isto seria impensável no feudalismo, em que havia a confusão entre o poder político de coerção e o poder econômico de apropriação. “A distinção-oposição entre direito público e direito privado não é, pois, ‘natural’: não é lógica em si, traduz uma certa racionalidade, a do Estado burguês” (MIAILLE, 2005, p. 159), a única forma política de dominação que se pretende imparcial; nunca antes a autoridade política disfarçou-se sob o manto da neutralidade.

A existência de um direito público indica que a forma jurídica se apossou da autoridade constituída, investindo-a de caracteres jurídicos e, acima de tudo, convertendo-a em instância protetora e mesmo caudatária da esfera do direito privado. Tanto que, para ser exercida juridicamente, a autoridade constituída é constrangida a observar a subjetividade dos súditos – agora cidadãos portadores de direitos contra o próprio Estado. Uma normatividade extrema e sufocante não condiz com um círculo privado de direitos:

É fácil provar que a idéia de submissão incondicional a uma autoridade normativa externa não tem a mínima relação com a forma jurídica. Basta, para isso, pegar como exemplos casos limites que por esse fato são mais claros. Tomemos o exemplo de uma formação militar na qual numerosos homens se encontram subordinados a uma ordem comum, e onde o único princípio ativo e autônomo que prevalece é a vontade do comandante. Ou ainda o exemplo da ordem dos Jesuítas onde todos os irmãos da comunidade religiosa obedecem cegamente e sem discussão a vontade do superior. Estes exemplos são suficientes para se concluir que quanto mais e de maneira coerente se aplica o princípio da regulamentação autoritária, que exclui toda referência a uma vontade particular autônoma, mais restrito se torna o campo de aplicação da categoria do direito (PACHUKANIS, 1988, p. 61-62).

No que diz respeito às características da forma jurídica, esta foi apenas uma primeira aproximação. Pouco a pouco, destrincharemos as determinações que expusemos. Por enquanto, cabe somente indicar a conclusão fundamental da crítica marxista do direito, a saber: o direito, como forma, é concebível apenas no capitalismo. O momento jurídico da história é exclusivo ao modo capitalista de produção. Contra a ideológica e, por isso mesmo, “intuitiva” eternidade da forma jurídica, Pachukanis comprovou que esta é uma instância social condicionada à mercantilização da sociedade.

Ao propor o elo orgânico entre o direito e a mercadoria, estas duas formas históricas, Pachukanis acabou sendo acusado de “circulacionismo” por alguns de seus

opositores, como se a sua elaboração hipertrofiasse a circulação e preterisse a produção⁷³. Não merece prosperar, contudo, semelhante alegação. Se a circulação ocupa posição privilegiada, isto é conferido pelo próprio capitalismo, e não pela mente pachukaniana. Logo no primeiro capítulo, discorremos sobre a produção capitalista e apuramos que ela, orientando-se para a captação de mais-valia, só pode consumá-la de fato no mercado, e que o próprio ato de produção se inicia com a permuta de duas mercadorias: força de trabalho por salário. Portanto, o domínio mercantil é indispensável às relações capitalistas, a ponto de, inclusive, compor a sua identidade histórica, pois é no capitalismo, e em nenhum outro modo de produção, que a força de trabalho humana converte-se em objeto de troca.

Para que não haja incertezas ou dubiedades, entreguemos a palavra a quem resolveu o embaraço antes mesmo que ele fosse colocado:

Na realidade, a produção capitalista é a produção de mercadorias como forma geral da produção, o que ela é cada vez mais à medida que se desenvolve. Mas isto só acontece porque o trabalho aparece como mercadoria, porque o trabalhador vende o trabalho, o funcionamento de sua força de trabalho, e, conforme admitimos, pelo valor determinado pelo custo de reprodução dessa força. [...] Na relação entre capitalista e assalariado, a relação monetária passa a ser a relação entre comprador e vendedor, relação imanente à própria produção. Esta relação repousa fundamentalmente sobre o caráter social da produção e não sobre o modo de troca; este decorre daquele (C. II, III, p. 130).

Marx elucida, deste modo, que a troca mercantil é, em última análise, uma extensão da produção capitalista, ainda que conte com suas leis próprias (não pode haver criação de mais-valia na circulação, por exemplo). Não há nenhum “prejuízo” à prevalência conceitual da produção quando ela própria gera, como resultado, artigos de comércio. E diríamos mais: aqueles que recriminaram Pachukanis pelo critério do “circulacionismo” deveriam, por coerência, endereçar a Marx a mesma reprimenda, dado que o criador da metodologia ora empregada partiu da mercadoria (e não do capital) em sua incursão pela economia política.

⁷³ Nicos Poulantzas (2000, p. 84) foi um desses opositores: “Também um certo marxismo fundamentou essa especificidade do sistema jurídico capitalista na esfera de circulação do capital e das trocas mercantis: sujeitos jurídicos ‘abstratos’ quando livre trocadores de mercadorias, indivíduos ‘formalmente’ livres e iguais, troca equivalente e valor de troca ‘abstrato’ etc. Ora, não é no interior dessa esfera que se pode apreender a especificidade da lei e do direito capitalistas. A especificidade (abstração, universalidade, formalidade), que aliás encobre a monopolização da violência legítima pelo Estado, que se opõe ao particularismo jurídico que dissimula a difusão dessa violência entre vários portadores, deve ser procurada na divisão do trabalho e nas relações de produção”.

Outra coisa muito diferente é presumir que há direito onde quer que haja mercadoria. O texto marxiano cita a “produção de mercadorias como forma geral da produção”. Ou seja: a forma mercadoria logrará progredir apenas quando a produção capitalista amadurecer o suficiente, solidificando a subordinação formal do trabalho ao capital e avançando para a subordinação real. Do contrário, o intercâmbio mercantil e a forma valor não progridem. Em formações sociais anteriores às relações capitalistas de produção, a mercadoria comparece marginal e ocasionalmente, padecendo de uma existência entravada. Podemos declarar como irrefutável, para ilustrar, a incompatibilidade entre a produção escravista e a generalização da mercadoria impulsionada pelo capitalismo. Negá-lo esvaziaria o motivo de um evento como a guerra de secessão norte-americana.

Ora, se a produção de gêneros mercantis antes do capitalismo (quer dizer, antes da mercantilização da força de trabalho em larga escala) só pode ser acanhada e diminuta, o mesmo vale para o direito em sua subjetividade. Sem a difusão massiva das trocas mercantis, sobra ao direito uma vida indigente, um espaço tão exíguo que ele não só não supera o estágio embrionário como se vê aprisionado junto a outros departamentos da sociabilidade.

Rememoremos a Roma Antiga, festejada como o berço do direito ocidental. Naquela época e lugar, a produção escravista mostrou-se incompatível com a forma jurídica. Jamais a subjetividade jurídica conseguiria evoluir num cenário em que a mercadoria era uma figura absolutamente residual. Em não havendo uma produção capitalista capaz de espraizar as relações mercantis, disseminando os imperativos da lei do valor, os institutos constitutivos do sujeito de direito não prosperam – no máximo, seria o caso de admitir uma existência precária, deformada, restrita e dependente. A liberdade e a igualdade romanas eram adstritas a círculos muito fechados das camadas sociais, nunca poderiam se universalizar; a propriedade ainda dependia da posse e o utilitarismo individualista não faria sentido algum naquele contexto. E mesmo para os cidadãos romanos há dificuldades de enquadramento em termos de direito, vez que sua aptidão “jurídica” era fixada não pela espontaneidade do mercado, e sim por uma demarcação de cunho político e estamental. “A atribuição de capacidade para a prática de atos de comércio a alguns homens e não a todos, e o bloqueio da autonomia da vontade do cidadão romano são, assim”, como sumariza Márcio Naves (2014, p. 73), “uma determinação política, de

modo que a liberdade e a igualdade dos homens *não decorrem do processo do valor de troca*, como na sociedade do capital, mas do seu *status*”. Não surpreende, deste modo, que a forma jurídica jamais tenha ostentado uma identidade própria antes do capitalismo, confundindo-se ora com os costumes, ora com a religião⁷⁴.

Acreditamos ter elaborado suficientemente nossa argumentação para a decodificação do direito. Mas antes de nos movermos para a próxima parte, é imprescindível pontuar como a forma jurídica incide sobre o motor da história até os nossos dias, é dizer, a luta de classes. Nós o faremos agora, mas com alguma brevidade, já que também minudenciaremos este liame entre forma e conflito de classe ao longo da pesquisa. Atenhamo-nos ao primordial.

A subjetividade jurídica traz implicações da maior importância para a luta de classes, sendo a forma que tenta ajeitar este desagradável conteúdo no seu interior. Como primeira implicação, podemos elencar a conversão do conflito classista em processo judicial. O litígio é a forma pela qual o direito sedimenta a separação formal entre o Estado, que se posta como juiz, e os particulares, igualados como partes do processo.

O embate entre a classe capitalista e a classe proletária pode ocorrer a pretexto de disputas jurídicas diversas, a exemplo da luta por moradia, que é assimilada juridicamente como conflito possessório entre empresários imobiliários e ativistas sem-teto, ou das exigências populares direcionadas a empresas prestadoras de serviços públicos de energia e saneamento. Comumente, o Estado se interpõe entre os contendores, e o agir do proletariado por melhorias existenciais manifesta-se como enfrentamento com o regime ou com o governo de plantão. Reivindicações sociais dirigidas contra governantes não deixam de ser luta de classes, porquanto as políticas do Estado influem no nível de exploração das camadas subalternas ao lidarem com a redistribuição parcial do mais-trabalho total.

De todas as facetas do conflito de classe, existe uma de maior relevo em função de sua localização no cerne da relação capital-trabalho. A luta entre capital e trabalho no terreno sindical é a forma “clássica” e imediata deste antagonismo, e que põe os adversários diretamente em confronto. E ainda que o referido confronto não aflore manifestamente em

⁷⁴ “O romano que pronunciava palavras sagradas para selar um pacto profano, o vassalo que se ligava por laços de dependência pessoal ao suserano, o sistema de provas conhecido como ordália e o direito oriundo das monarquias absolutas, para ficar apenas com os exemplos mais patentes, atestam a indiferenciação da forma jurídica em relação a outros domínios da vida social” (KASHIURA JUNIOR, 2009b, p. 61).

fortes campanhas salariais, ainda que reine a paz e a concórdia nos locais de trabalho, a luta de classe está presente na própria exploração do proletariado e nas armas que a patronal utiliza contra ele: a cooptação de dirigentes, o isolamento das lideranças mais combativas, o terrorismo das dispensas coletivas, a propaganda eficiente da empresa para ganhar ideologicamente os trabalhadores e um longo etc.

O conflito econômico-sindical oscila em sua intensidade, mas ele está lá, no chão de fábrica, nos canteiros de obra e nos escritórios. O direito intervém tal como nas lutas por reformas e melhorias sociais, constituindo os antagonistas como sujeitos de direito numa lide. No melhor dos mundos para os capitalistas, este conflito ocorrerá apenas nas relações de trabalho individuais com os empregados, afastando-se até mesmo a atuação sindical: cada trabalhador, isoladamente, perseguindo seus direitos contra a empresa que o contratou e discutindo não mais que cláusulas contratuais ou termos legais para a disciplina jurídica da espoliação do homem pelo homem. Na lide trabalhista individual, a classe desaparece. Quando muito, os regramentos específicos de uma categoria profissional intercedem no desfecho processual. A oposição entre capital e trabalho comprime-se num desentendimento entre contratantes.

Seria o conflito coletivo mais promissor? Politicamente, isto é indubitável. Entretanto, a ação sindical esbarra em obstáculos intransponíveis ao sindicalismo, e a forma jurídica concorre sensivelmente para esse remate, começando por interditar a política nas empresas. Bernard Edelman, muito espirituosamente, afirma que “a ideologia jurídica define-se por suas fronteiras, por seus ‘tabus’. Ela se cerca de um cordão sanitário. Ela teme a poluição da política⁷⁵”.

A luta de classes desenrola-se em três frentes: economia, política e teoria, conforme frisava Lênin⁷⁶ em remissão a Engels. No confronto econômico, prevalece a consciência sindicalista, “trade-unionista”, “uma convicção de que é preciso reunir-se em sindicatos, lutar contra os patrões, cobrar do governo a promulgação de umas e outras leis necessárias

⁷⁵ Em vernáculo: “L’idéologie juridique se définit par ses frontières, par ses ‘tabous’. Elle s’entoure d’un cordon sanitaire. Elle craint la pollution du politique”.

⁷⁶ “Engels reconhece na grande luta da social-democracia *não duas formas* (a política e a econômica) – como se dá entre nós – *mas três, colocando a seu lado a luta teórica*” (LÊNIN, 2010b, p. 82). A “social-democracia” de então correspondia ao marxismo revolucionário do final do século XIX e início do século XX, organizado sob a bandeira da II Internacional – antes, claro, de sua degeneração reformista, que adveio com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e com o triunfo das tendências oportunistas e social-chauvinistas no movimento operário, contra as quais se opuseram Vladimir Lênin, Leon Trotsky, Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Franz Mehring e outros personagens de mesma envergadura.

aos operários etc.” (LÊNIN, 2010b, p. 89). Por ela, os salários se reajustam, as condições de saúde e segurança na produção avançam, os serviços públicos se expandem; em contraste, as relações de produção continuam as mesmas, restando intocadas. Como consequência, a tarefa dos revolucionários é levar as massas à ultrapassagem da consciência sindicalista e à formação de organizações revolucionárias de base (conselhos capazes de exercer o duplo poder e dar corpo à ditadura do proletariado) e de direção (um partido socialista e revolucionário), com o que se tem uma consciência eminentemente política na luta pelo poder. O revolucionário russo (2010b, p. 120) apregoou que “a social-democracia dirige a luta da classe operária não só para obter condições vantajosas de venda da força de trabalho”, sem por em causa a relação de exploração, “mas para que seja destruído o regime social que obriga aos não proprietários a venderem sua força de trabalho aos ricos”.

Ora, incumbe ao direito e ao Estado evitar que as relações capitalistas de produção sejam destruídas. Sob a óptica jurídica, há todo o interesse em se evitar uma politização dentro das empresas que pudesse cativar os empregados e envolvê-los com ideias revolucionárias. Outrossim, causa horror à burguesia o discurso leninista, que exorta os militantes a transformar os sindicatos em “escolas de comunistas”, isto é, em centros de atividade dirigidos por revolucionários. Convém politicamente às classes dominantes que a política se detenha à porta das empresas, que o econômico, entendido como o conjunto dos temas salariais e de condições de trabalho, não se misture com as propostas que extravasem este campo seguro. Mas o que estamos estudando está muito além da conveniência. A estrutura da sociedade capitalista, recordemos, já estabelece uma linha divisória entre o político e o econômico ao estremar Estado e sociedade civil e ao opor os assuntos da coletividade aos assuntos da alçada privada, “profissional”: na esfera das relações particulares, contrapostas ao mundo político do Estado, o proletariado enreda-se em reivindicações setoriais, concernentes às suas categorias econômicas múltiplas, e nas quais a unidade da classe se perde. Na medida em que o enfrentamento sindical com os capitalistas resume-se a uma barganha dentro do comércio da força de trabalho, disto dimana que essa luta “é, necessariamente, uma luta profissional, porque as condições de trabalho são extremamente variadas nas diferentes profissões e, portanto, a luta pela *melhoria* dessas condições deve, forçosamente, ser travada por profissões” (LÊNIN, 2010b, p. 125).

Edelman explica como o trabalho no capitalismo, sendo “profissional” (puramente econômico e distante do político), atende às características formais da sociedade burguesa e das suas formas jurídica e política:

Os juristas forjaram uma arma extremamente eficaz: o trabalho, dizem eles, é *profissional*. À primeira vista, este qualificativo parece bem anódino, e antes uma questão de tautologia. Não se deixem enganar: ele exprime, de fato e apesar das aparências, a própria estrutura do poder político burguês.

Com efeito, quando se diz que o trabalho é profissional, enuncia-se a ideia bem simples de que ele se manifesta numa relação estritamente privada. E se enuncia também esta outra ideia de que ele nada tem a ver, assim, com a política. Aqui, profissional se opõe a político.

Resulta daí que a noção de trabalho está ela própria sujeita a uma distinção tão velha quanto a burguesia, a uma distinção constitutiva do poder político burguês, a saber, a distinção sociedade civil/Estado⁷⁷ (EDELMAN, 1978, p. 53).

É por esta razão estrutural que não se admite a política no chão de fábrica e nem em qualquer outro local de trabalho dirigido pelo capital: eventualmente, uma militância política demasiadamente colaboracionista e reformista por parte dos empregados de uma empresa até poderia ser admitida dentro de alguma margem de tolerância. O que é certo é que os revolucionários jamais serão acolhidos de bom grado nas empresas, e que os sindicatos em que intervierem serão alvos de ataques mais ou menos duros pelo regime.

Também por esta compleição da sociedade capitalista se entende a proibição das greves políticas e das greves de solidariedade. Qualquer movimento paredista que se atreva a ultrapassar o horizonte das reivindicações econômicas com relação ao patronato de sua categoria será prontamente declarado abusivo pelo Poder Judiciário, cujo papel é garantir que o sindicalismo seja sempre “sindicalista”, isto é, adstrito à negociação em torno do valor da força de trabalho, e nada mais.

Não que haja grandes margens de manobra para o movimento paredista puramente econômico. Longe disto, o que se atesta é que até as greves ordinárias, orientadas por campanhas salariais, são submetidas a um rigoroso controle judicial, e que se dá a partir da

⁷⁷ Em francês: “Les juristes ont forgé une arme extrêmement efficace: le travail, disent-ils, est *professionnel*. A première vue, ce qualificatif semble bien anodin, et relève plutôt de la tautologie. Ne vous y fiez pas; il exprime en fait et malgré les apparences la structure même du pouvoir politique bourgeois. En effet, lorsqu’on dit que le travail est professionnel, on énonce l’idée toute simple qu’il se manifeste dans un rapport strictement privé. Et on énonce aussi cette autre idée qu’il n’a rien à voir, de ce fait, avec la politique. Ici, professionnel s’oppose à politique. Il en résulte que la notion de travail est elle-même soumise à une distinction aussi vieille que la bourgeoisie, à une distinction constitutive du pouvoir politique, à savoir la distinction société civile/État”.

organização da sociedade num conjunto de sujeitos de direito. Quando as relações sociais conformam-se como relações jurídicas caracterizadas pela igualdade formal dos sujeitos, decorre instantaneamente que uma instância normativa superior, o Judiciário, intervirá para assegurar esta igualdade, impedindo que os contendores sociais exerçam as vias de fato e clamando para si o monopólio da violência oficial. Assim, do mesmo modo que não se admite (ao menos não legalmente) que a patronal utilize capangas para perpetrar uma coerção privada contra os empregados, é defeso a estes recorrerem à sua força de classe para sobrepujar o inimigo.

A greve econômica, então, é permitida, desde que não afronte os direitos da patronal, e que derivam da relação contratual entre capital e trabalho: “a greve é lícita *na medida* do contrato de trabalho; lá onde há abuso contratual, há greve abusiva⁷⁸” (EDELMAN, 1978, p. 38). Segundo este balizamento jurídico, o direito de greve, como qualquer direito, está sujeito ao “abuso”, e o abuso é juridicamente intolerável. Pode-se dizer que o proletariado “abusa” de seu direito de greve quando fere os direitos de outrem: no caso, da burguesia. E ele fere tais direitos quando pratica greves com ocupação de fábrica, quando faz piquetes eficientes o bastante para dissuadir ou constranger os fura-greves, quando descumpre as regras de prévio aviso ao empregador sobre a deflagração do movimento paredista etc., enfim, quando age autenticamente como classe explorada em rebelião, desafiando a propriedade privada dos meios de produção e o poder diretivo da empresa (que emana do direito de propriedade). O requisito jurídico para a prática grevista aceitável é o respeito reverencial aos direitos do capital, ou, o que dá no mesmo, às prerrogativas da classe dominante enquanto tal.

Juridicamente, portanto, a greve não deve se agarrar em suas raízes de classe, não pode e não deve ser radical. Atentando-se a este fato, Bernard Edelman diferencia a greve do direito de greve, apontando este como o limite jurídico (e não como a “redenção” jurídica) daquela, por mais que a descriminalização da prática grevista e sua tipificação como um direito tenha sido historicamente progressiva:

O direito de greve é um direito burguês. Entendamos: não digo que a greve é burguesa, o que seria um absurdo, mas que o *direito* de greve é um direito

⁷⁸ No original: “la grève est licite dans la mesure du contrat de travail; là où il y a abus contractuel, il y a grève abusive”.

burguês. O que quer dizer bem precisamente que a greve só atinge a legalidade em certas condições, e que essas condições são as mesmas que permitem a reprodução do Capital⁷⁹ (EDELMAN, 1978, p. 52-53).

Pararemos por aqui, contando que satisfizemos nosso desiderato de tão somente esquadrinhar, por enquanto, a relação geral entre forma jurídica e luta de classes, assinalando a segunda como o conteúdo a ser apreendido, moldado e disciplinado pela primeira. A luta de classes é inevitável nos regimes de apropriação privada do excedente, ela é posta pela extração do sobreproduto social; para os capitalistas (e, acima de tudo, para as relações de produção que eles personificam), este antagonismo vai bem quando a aparelhagem das formas sociais funciona, inclusive a forma jurídica; ao contrário, vai mal para eles quando as formas não conseguem constranger um conteúdo excessivamente rebelde e explosivo, quando as classes dominadas rompem os seus grilhões e partem de peito aberto para o confronto. É por isso que uma greve que conquista aumentos salariais dentro da legalidade causa muito menos temor à burguesia do que uma greve que, derrotada na pauta econômica, mobiliza o proletariado para além do cárcere jurídico em que se quer confiná-lo.

A próxima etapa do desenvolvimento do conceito da forma jurídica em sua relação com a luta de classes terá lugar no item seguinte, em que estenderemos estas determinações jurídicas ao cenário internacional e ao sistema de Estados. Testemunharemos uma interessante circunstância: os Estados, internacionalmente, comportando-se como mandatários das classes dominantes nacionais e entabulando relações jurídicas com métodos singulares.

2. O direito internacional

Os exemplos históricos aduzidos em qualquer livro didático de direito internacional proclamam clamorosamente que *o moderno direito internacional é a forma jurídica da luta entre os Estados capitalistas entre si pela dominação sobre o resto do mundo*. Contudo, os juristas burgueses tentam o quanto possível silenciar este fato básico da luta competitiva intensificada, e afirmar que a

⁷⁹ No idioma francês: “Le droit de grève est un droit bourgeois. Entendons-nous: je ne dis pas la grève est bourgeoise, ce qui serait un non-sens, mais le droit de grève est un droit bourgeois. Ce qui veut dire très précisément que la grève n’accède à la légalité qu’à certaines conditions, et que ces conditions sont celles-là mêmes qui permettent la reproduction du Capital”.

tarefa do direito internacional é “fazer possível para cada Estado o que nenhum poderia fazer em isolamento, por meios de cooperação entre muitos Estados”⁸⁰ (PACHUKANIS⁸¹, 1980, p. 169).

A definição de Pachukanis para o direito internacional destoa fortemente da tradição jurídica dogmática, que trabalha apenas com idealizações carregadas de “robinsonadas”, eivadas de individualismo metodológico. De fato, o jurista comum enxerga o direito internacional com as mesmas lentes que enxerga a ordem jurídica nacionalmente posta, chegando a resultados igualmente falhos.

O que pensa a consciência jurídica mais difundida sobre o direito em geral? Anteriormente, mencionamos que o mote usual dos juristas é “*ubi societas, ibi ius*”, por meio do qual eles eternizam e naturalizam a forma jurídica. E eles assim agem com toda a naturalidade. Maria Helena Diniz representa perfeitamente a dogmática jurídica quando extrai o direito da mera convivência entre pessoas:

Como o ser humano encontra-se em estado convивencial, é levado a interagir; assim sendo, acha-se sob a influência de alguns homens e está sempre influenciando outros. E como toda interação perturba os indivíduos em comunicação recíproca, para que a sociedade possa conservar-se é preciso delimitar a atividade das pessoas que a compõem, mediante normas jurídicas (DINIZ, 2009, p. 243).

Os homens, sendo seres gregários, devem aprender a viverem em bando, o que os obriga a gerarem normas de coexistência, sem as quais a vida comunitária degeneraria para o caos. Eis a substância de todas as doutrinas jurídicas tradicionais, e sempre chegaremos a ela, cedo ou tarde, se as revirmos bem. Elas não nos dizem nada além disto, e há de se convir que este raciocínio se mostra singelo demais para aclarar o fenômeno jurídico.

E não contentes com o simplismo em que incorrem para explicar as ordens jurídicas nacionais, os juristas estenderão as suas premissas, e sem qualquer receio, à seara internacional:

⁸⁰ Na versão em inglês: “The historical examples adduced in any textbook of international law loudly proclaim that *modern international law is the legal form of the struggle of the capitalist states among themselves for domination over the rest of the world*. However, bourgeois jurists try, as much as possible, to silence this basic fact of intensified competitive struggle, and to affirm that the task of international law is ‘to make possible for each state what none could do in isolation, by means of co-operation between many states’”.

⁸¹ Aproveitamos para informar que, não obstante o vocábulo “Pachukanis” ter sido recepcionado pela língua inglesa com “sh” (“Pashukanis”), manteremos a escrita com “ch”, tal como consta na edição brasileira que utilizamos, para fins de uniformização do texto.

O agrupamento de seres humanos pelas várias regiões do planeta fomentou a criação de *blocos* de indivíduos com características (sociais, culturais, religiosas, políticas etc.) em quase tudo comuns. Desse agrupamento humano (cuja origem primitiva é a *família*) nasce sempre uma *comunidade* ligada por um laço espontâneo e subjetivo de identidade. Na medida em que essa dada comunidade humana (assim como tudo o que caracterizava a vida na *polis*, no sentido aristotélico) passa a ultrapassar os impedimentos físicos que o planeta lhe impõe (montanhas, florestas, desertos, mares etc.) e a descobrir que existem outras comunidades espalhadas pelos quatro cantos da Terra, surge a necessidade de *coexistência* entre elas. [...]

O Direito, entretanto, em decorrência de sua evolução, passa a não mais se contentar em reger situações limitadas às fronteiras territoriais da sociedade que, modernamente, é representada pela figura do Estado. Assim como as comunidades de indivíduos não são iguais, o mesmo acontece com os Estados, cujas características variam segundo vários fatores (econômicos, sociais, políticos, culturais, comerciais, religiosos, geográficos etc.). À medida que estes se multiplicam e na medida em que crescem os intercâmbios internacionais, nos mais variados setores da vida humana, o Direito transcende os limites territoriais da soberania estatal rumo à criação de um sistema de normas jurídicas capaz de coordenar vários interesses estatais simultâneos, de forma a poderem os Estados, em seu conjunto, alcançar suas finalidades e interesses recíprocos (MAZZUOLI, 2011, p. 43-44).

Rigorosamente falando, é inegável que os juristas concebem uma homogeneidade nas relações humanas, como se as diferenças decorressem das “proporções”: na obra cujo excerto foi trazido a lume, os agrupamentos humanos distinguem-se somente por suas dimensões; entre a família e a constelação de Estados, não haveria senão diferenças de grau sob um único eixo: a vocação gregária do *homo sapiens*. Tampouco há, nesta óptica, qualquer qualificativo histórico, imperando a linearidade de um crescimento constante, em volume, do intercâmbio entre as comunidades, que rumariam invariavelmente para um estágio mais elevado de complexidade – o Estado moderno.

Atente-se que, ao esticarem acriticamente uma concepção já equivocada sobre o direito nacionalmente organizado, os doutrinadores do ramo internacional reproduzirão o engano em proporções colossais. Eles querem levar a crer, resumidamente, que da mesma forma que os indivíduos, em suas comunidades locais, precisariam de um direito para se suportar uns aos outros, os Estados demandariam o mesmo remédio para os males de sua convivência – Mazzuoli (2011, p. 43) chega a mencionar uma “relação de *suportabilidade*” entre os povos. É como se entre as regras costumeiras que disciplinavam as obrigações comuns no seio de uma associação gentílica (ou mesmo “um passo adiante”, como *polis*) e

os tratados entre os Estados nacionais houvesse não só uma correlação, mas uma continuidade espontânea e bastante natural.

É indiferente ao dogmatismo jurídico a distinção qualitativa entre o liame que une membros de uma comunidade primitiva e o elo que põe em contato as organizações estatais na era capitalista. A história real desaparece na vagueza de uma tolerância com o diferente, esta vala comum e banal desprovida de cientificidade, incapaz de revolver as minudências de cada formação social. Os agentes situados na extremidade das relações ditas internacionais (na abusiva amplitude empregada por autores como Mazzuoli) são secundários para a doutrina, ignorando-se que entre o sistema gentílico e o sistema estatal (ou interestatal) há não um hiato, mas um verdadeiro abismo histórico: não só como distanciamento cronológico, mas principalmente como uma separação categorial que responde a realidades materiais incomunicáveis. É de todo inviável colacionar o Estado capitalista, fruto de um arcabouço mercantil-capitalista, de uma cisão de classes determinada, de uma divisão do trabalho determinada, com a estrutura rudimentar da polis grega e conjecturar um prolongamento do “direito” de uma formação social a outra.

Entretanto, é certo que a pena dos juristas tradicionais nem sempre incorre em erro, dado que ela não deixa de aludir a elementos da realidade, ainda que os capte de modo isolado e distorcido – insistamos que quem percorre o plano da aparência não se situa fora do mundo real, apenas se detém na superfície. Fosse de outra maneira, Marx jamais teria partido dos conceitos da economia clássica de Adam Smith e David Ricardo. Analogamente, Pachukanis alertou para o perigo de se desprezar as elaborações dos juristas burgueses, destacando o caráter imanente da crítica marxista no seu proceder dialético, e é este o roteiro que desejamos cumprir⁸².

“Escovando a contrapelo”, como diria Walter Benjamin, a narrativa jurídica tradicional⁸³, Pachukanis postula que o direito internacional se faz na luta entre os Estados capitalistas pela dominação mundial, consistindo no revestimento jurídico que cabe a este antagonismo – tal como citamos na epígrafe deste item. Tanto quanto o direito em geral, o

⁸² “Pode-se concordar com Karner (isto é, Renner) quando ele diz que onde acaba a jurisprudência aí começa a ciência do direito. Mas isso não implica que a ciência do direito deva simplesmente lançar fora as abstrações fundamentais que exprimem a essência teórica da forma jurídica” (PACHUKANIS, 1988, p. 17).

⁸³ Assinalamos um autor contemporâneo, Valerio de Oliveira Mazzuoli, como representante da tradição dogmática. Contudo, sua teoria remonta a autores clássicos dos séculos XVII e XVIII, e que foram considerados nos estudos pachukanianos.

direito internacional é originário do capitalismo – de uma etapa particular do capitalismo, diríamos. É necessário identificar como se forjou a subjetividade jurídica em nível mundial e como a forma do direito, enredando o mundo todo, se articula com os conteúdos do modo de produção burguês.

A existência de regras de “convivência” nunca foi critério suficiente, numa perspectiva pachukaniana, para se aferir a presença do direito nas sociedades. O que decide a juridicidade das normas, lembremos, é o sujeito de direito a que ela se reporta. Logo, antes de caracterizar como jurídica toda e qualquer interação entre povos (ou entre os poderes que os organizam), é fundamental verificar a ocorrência ou não de uma subjetividade jurídica internacional.

Pachukanis nos traz, de chofre, um corte histórico e metodológico: o sujeito de direito internacional é o Estado capitalista. Tal postulado comporta consequências de grande magnitude, e daremos enfoque a duas delas. Primeiramente, conclui-se que as formas políticas anteriores ao capitalismo não estavam aptas para gerar direito internacional, fazendo deste um atributo exclusivo das relações burguesas de produção. Segundamente, infere-se que a forma jurídica internacional depende da formação de Estados burgueses que travem relações jurídicas entre si generalizadamente, sendo que um punhado de países sob a égide do modo capitalista de produção não bastaria para o perfazimento de um direito internacionalizado. Deixaremos mais para o final desta parte este aspecto mais histórico, focando-nos, previamente, nas linhas gerais da forma jurídica mundialmente dimensionada.

Tal como sucede nacionalmente, o direito internacional é marcado pela oposição de sujeitos movidos por seu próprio proveito, por agentes privados e egoísticos que primam pelo utilitarismo nas relações internacionais. Divergindo do revisionista Karl Renner, para quem o direito internacional celebraria a causa comum dos Estados, Pachukanis (1980, p. 170) elucida o sentido factual das interações jurídicas entre os entes estatais:

Ao contrário, podemos ver que mesmo aqueles acordos entre Estados capitalistas que parecem ser direcionados ao interesse geral são, de fato, para cada participante um meio para protegerem zelosamente seus interesses particulares, evitando a expansão da influência de seus rivais, frustrarem a conquista

unilateral, i.e., continuando noutra forma a mesma luta que existirá enquanto existir a competição capitalista⁸⁴.

Reproduzindo a lógica interna da forma jurídica geral, o direito internacional esteia os Estados com a consistência de sujeitos proprietários, voltados para si, analogamente ao proprietário de mercadorias no mercado, adquirindo este perfil pela dinâmica das relações individualistas no sistema internacional. “Estados soberanos coexistem e são contrapostos uns aos outros exatamente da mesma maneira em que o são os proprietários individuais com direitos iguais”, arrazoa Pachukanis (1980, p. 176), adicionando que “cada Estado pode dispor ‘livremente’ de sua própria propriedade, mas pode ganhar acesso à propriedade de outro Estado apenas por meio de um contrato sobre a base de compensação: *do ut des*⁸⁵”.

Esta “base de compensação” inscrita no *do ut des* (“dou para que dê”) revela a presença dos princípios mercantis da equivalência e do utilitarismo – os mesmos princípios que animam a subjetividade jurídica – no Estado situado internacionalmente. “Dou para que dê” (ou ainda, “dou na medida em que dê”) é uma fórmula consagrada pela doutrina jurídica, inclusive pelos estudiosos do direito privado, e que traduz as noções de onerosidade, bilateralidade e reciprocidade, as quais são tributárias da prática celular da compra e venda no mercado: nas relações mercantis, nada se faz a título gratuito, nenhum movimento se opera sem uma contrapartida equivalente. O direito é um jogo de prestações e contraprestações, sendo este um dos selos identificadores do fenômeno jurídico.

Para que se jogue o mencionado jogo de prestações e contraprestações, os Estados devem confrontar-se na arena internacional como “proprietários” que reinam nos seus domínios, mas que, com relação aos domínios alheios, mostram algum respeito aos seus pares, reconhecendo-os também como proprietários. No caso do Estado com vistas ao espaço internacional, a “propriedade” de que ele é investido é, na verdade, a moderna soberania.

⁸⁴ No idioma britânico: “Conversely, we can see that even those agreements between capitalist states which appear to be directed to the general interest are, in fact, for each of the participants a means for jealously protecting their particular interests, preventing the expansion of their rivals' influence, thwarting unilateral conquest, i.e. in another form continuing the same struggle which will exist for as long as capitalist competition exists.

⁸⁵ No original: “Sovereign states co-exist and are counterposed to one another in exactly the same way as are individual property owners with equal rights. Each state may “freely” dispose of its own property, but it can gain access to another state's property only by means of a contract on the basis of compensation: *do ut des*”.

A similaridade é translúcida: para ser sujeito de direito, o indivíduo deve ser proprietário de si mesmo, não pode ser escravo (que é objeto de propriedade de outrem); por igual juízo, o Estado é soberano ao ser “proprietário” de si mesmo, ou seja, é formalmente independente, não responde a nenhum poder que lhe seja juridicamente superior. Se o indivíduo proprietário é rei dentro de seu domínio privado, cabendo aos demais respeitá-lo como tal, o Estado é a potestade máxima no seu território e perante a sua população, e nenhum outro ente estatal pode afrontar legitimamente a sua soberania. Uma formação política colonial, assim, não goza do estatuto jurídico estatal, ela é um objeto de direito nas relações jurídicas internacionais sobre o qual incidirão pretensões soberanas.

Como poderes soberanos organizados, os Estados exercem sua soberania dispondo sobre o poder de que são portadores sob a crosta do consentimento, do acordo de vontades, espelhando-se nos contratos privados. Os pactos ou tratados celebrados não diferem substancialmente dos contratos entre particulares, nos quais a desigualdade material dos contratantes é encoberta por sua igualdade jurídica. A maioria dos tratados formaliza correlações de força econômica e política favoráveis a certos signatários e desfavoráveis a outros, mas jamais ocorreria aos doutrinadores do direito cogitar aí qualquer malícia, qualquer indício de subjugação – e pelo mesmo motivo que o elo contratual entre capital e trabalho não lhes causa qualquer incômodo, antes os convida a festejarem a “livre vontade” e a igualdade. José Francisco Rezek (2011, p. 27), a título ilustrativo, simboliza uma legião de juristas ao advogar que “o direito internacional público – ou *direito das gentes*, no sentido de direito das nações ou dos povos – repousa sobre o consentimento”. Leia-se: o “consentimento” entre vencedor (a burguesia imperialista e suas sócias menores) e vencido (o proletariado mundial), no qual o prostrado formaliza e ratifica, representado pela burguesia localmente instalada, as correntes que o aprisionam por meio de pactos muito civilizados.

Até aqui, tudo corre muito bem na construção teórica, pois os Estados, nas relações jurídicas cotidianas, comportam-se como sujeitos privados. A dificuldade vem agora: sendo eles entidades que funcionam, internacionalmente, como entidades privadas, qual seria o poder coercitivo externo a eles que cumpriria o papel de juiz, tal como ocorre no interior das jurisdições nacionais? Sabemos a resposta: esta figura não existe, jamais existiu e nada

indica que ela venha a ter lugar no mundo. A forma política estatal é marcada pela pluralidade competitiva, a qual exclui uma unidade política e jurisdicional para todo o orbe.

Na ausência de um poder supraestatal, superior aos Estados soberanos, a colisão de pretensões entre eles carece de um terceiro supostamente desinteressado, de um árbitro equidistante às partes. Cada um luta por seus interesses com suas próprias forças e recursos, realizando uma autotutela de suas aspirações; cada um é juiz e executor das próprias causas – o que, de imediato, provoca estranheza quando se medita sobre a igualdade entre os sujeitos jurídicos. Estaríamos, então, diante de uma limitação para a teoria de Pachukanis sobre o direito, que seria inaplicável ao âmbito internacional? Ou, diversamente, acolhendo-se a validade das teses do jurista russo: o conceito de direito internacional seria, então, uma impossibilidade teórica?

Nem uma coisa, nem outra. A prudência aconselha que observemos o pensamento de Pachukanis com mais esmero, e por isso traremos alguns excertos à baila, acareando ponderações sobre a forma jurídica em abstrato e sobre a forma jurídica internacional. Em sua teoria geral, o marxista soviético pronunciou-se do seguinte modo:

Na medida em que a sociedade representa um mercado, a máquina do Estado estabelece-se, com efeito, como a vontade geral, impessoal, como a autoridade do direito etc. No mercado, como já foi visto, cada consumidor e cada vendedor é um sujeito jurídico por excelência. Nesse momento, quando entram em cena as categorias do valor, e do valor de troca, a vontade autônoma dos que trocam impõe-se como condição indispensável. O valor de troca deixa de ser valor de troca, a mercadoria deixa de ser mercadoria quando as proporções da troca são determinadas por uma autoridade situada fora das leis inerentes ao mercado. A coação, enquanto imposição fundamentada na violência colocando um indivíduo contra o outro, contradiz as premissas fundamentais das relações entre os proprietários de mercadorias. É por isso que numa sociedade de proprietários de mercadorias e dentro dos limites do ato de troca, a função de coação não pode aparecer como uma função social, visto que ela não é abstrata e impessoal. A subordinação a um homem como tal, enquanto indivíduo concreto, significa na sociedade de produção mercantil a subordinação a um arbítrio, uma vez que equivale à subordinação de um proprietário de mercadorias perante outro (PACHUKANIS, 1988, p. 97-98).

Na primeira impressão, é de se crer que a posição de Pachukanis sobre a forma jurídica internacional não se sustenta, contrariando os fundamentos da forma jurídica geral. Invocando a passagem destacada, China Miéville (2005, p. 126), autor marxista, acusa o

jurista soviético de um “formalismo excessivo” que o teria levado a “negligenciar a ‘suculência’ das contradições dialéticas inerentes a categorias aparentemente estáveis⁸⁶”.

Miéville procura, em sua principal obra, fazer uma “correção” em Pachukanis; apresentando suas objeções ao marxista russo nos marcos de uma concordância com o cerne da proposta pachukaniana, o marxista inglês desloca a coerção “para dentro” da forma mercadoria, opondo-se ao modelo da violência externa como tutora:

Eu tenho argumentado que, ao contrário de algumas posições de Pachukanis, disputa e contestação são intrínsecas à mercadoria, no fato de que sua propriedade privada implica a exclusão de outros. Similarmente, a violência – coerção – está no coração da forma mercadoria e, portanto, do contrato. Para que uma mercadoria seja significativamente ‘minha-não-sua’ – o que é, em último grau, central para o fato de que é uma mercadoria para ser trocada – algumas capacidades enérgicas estão subentendidas. Se não houvesse nada para defender o seu ‘pertencimento a mim’, não haveria nada para detê-la de se tornar ‘sua’, e então ela não seria mais uma mercadoria, como eu não a estaria trocando. A coerção está implícita⁸⁷ (MIÉVILLE, 2005, p. 126).

As implicações deste posicionamento não são pequenas. O que China Miéville nos sugere é que a forma jurídica, ao atingir a cena internacional, ganha contornos muito distintos, os quais se estabelecem sobre a violência direta entre os sujeitos de direito, e que corresponderia a uma autotutela dos sujeitos, na qual haveria uma função simultaneamente política e econômica – o que sucede em paralelo ao papel garantidor do Estado nas relações capitalistas nacionais, em que prevalece a separação das funções. “Esta é, então”, na opinião do jurista invocado sobre o direito internacional, “uma manifestação do *colapso da distinção entre política e economia inerente na própria dinâmica que as havia separado*⁸⁸” (MIÉVILLE, 2005, p. 140).

Esta poderia ser uma reviravolta na leitura da forma jurídica internacionalizada, consistindo numa explicação plausível para o aparente paradoxo de um direito, na

⁸⁶ Na língua inglesa: “sometimes Pashukanis’s excessive formalism lead him to neglect the ‘succulence’ of dialectical contradictions inherent in seemingly stable categories”.

⁸⁷ Em vernáculo: “I have argued that contrary to some of Pashukanis’s claims, disputation and contestation is intrinsic to the commodity, in the fact that its private ownership implies the exclusion of others. Similarly, violence – coercion – is at the heart of the commodity form, and thus the contract. For a commodity meaningfully to be ‘mine-not-yours’ – which is, after all, central to the fact that it is a commodity to be exchanged – some forceful capabilities are implied. If there were nothing to defend its ‘mine-ness’, there would be nothing to stop it becoming ‘yours’, and then it would no longer be a commodity, as I would not be exchanging it. Coercion is implicit”.

⁸⁸ Originalmente: “This is, then, a manifestation of the collapse of the distinction between politics and economics inherent in the very dynamic which had separated them”.

conotação pachukaniana, em que os sujeitos prescindem de um governo exterior e recorrem a formas privadas de coerção. Acreditamos, porém, que a argumentação de China Miéville procede apenas em parte, e que um olhar mais acurado sobre a proposta de Evgeny Pachukanis comprovará que ela não carece de nenhum reparo, eis que isenta da incongruência que lhe foi imputada.

O primeiro ponto a se colocar em defesa do jurista soviético é o fato de ele ter vislumbrado uma correlação estrutural entre o direito e a mercadoria em sua forma plena capitalista, o que é diferente de uma identidade. Com isto queremos dizer que o direito existe para além da mercadoria, e que pode estar presente até mesmo em práticas de coação, pois ele emerge, sob o capitalismo, como a subjetividade singular dos indivíduos e como o elo que os interliga na vida social, sedimentando as categorias jurídicas. Quando Pachukanis anuncia que os meios coercitivos privados contradizem as “premissas fundamentais das relações entre os proprietários de mercadorias”, ele se refere estritamente ao instante da permuta – daí pontuar a função da coerção “dentro dos limites do ato de troca” (1988, p. 97-98). O que se diz, simplesmente, é que o comércio difere da extorsão, que a circulação mercantil não se confunde com métodos políticos de exação patrimonial.

Posto isto, deparamo-nos com a regra geral da forma jurídica, pela qual se aparta o poder repressivo dos agentes privados, designando-se uma esfera pública que exerce a coação em nome de todos os proprietários. Deste esquema, surge o momento jurídico em seu ápice, o processo judicial, em que os litigantes se submetem ao poder decisório de um juiz ou tribunal. Ora, é aí que se encontra a “sukulência” dialética de que Miéville sentiu falta em Pachukanis: se há um instante máximo de florescimento da forma jurídica, é porque há ocasiões ou circunstâncias em que ela se desenvolve de maneira contida, isto é, aquém de sua inteira potencialidade. O direito não é uma moldura inflexível e indiferente ao seu conteúdo, como se lograsse uma eficácia uniforme sobre todas as repartições da existência social. Na verdade, nós o veremos mais “à vontade” no ambiente privado, no universo dos proprietários privados, e com menos conforto no bojo do Estado (o direito público em suas diversas ramificações); e a sua expressão será ainda mais imperfeita no campo internacional, onde a autotutela dos interesses é muito comum e onde não há uma jurisdição irresistível: em sua soberania, os entes estatais só se sujeitam a tribunais internacionais se assim consentirem, muito diferente do que sucede em nível nacional, onde

jamais é dado ao jurisdicionado aquiescer ou não com a tutela judicial. “A jurisdição internacional só se exerce, equacionando conflitos entre soberanias, quando estas previamente deliberam submeter-se à autoridade das cortes” (REZEK, 2011, p. 401).

Façamos uma busca na fonte. Pachukanis (1988, p. 63) aclara, em seu maior escrito, que “na esfera da organização política, o direito público não pode existir a não ser como reflexo da forma jurídica privada ou então deixará, de maneira geral, de ser um direito”. A matriz da forma jurídica, seu núcleo mais íntimo, portanto, é o direito privado. “Todo o direito está baseado na relação que estabelecem entre si os proprietários de mercadorias”, reforça Silvia Alapanian (2009, p. 40), “de maneira que o direito é essencialmente privado, e as demais formas do direito [...] estão baseadas na lógica das relações mercantis e, portanto, privadas, ou, pelo menos, contaminadas por elas”. Como direito privado, a forma jurídica está no seu ambiente mais propício, mais acolhedor; em outros ramos, ela se aplica com certas dificuldades, mas sempre se referenciando no seu “código genético” privado. Seja como for, afere-se uma escala de graduações maiores ou menores de perfeição no funcionamento do direito enquanto forma – e este é o segundo ponto de nossa defesa de Pachukanis.

Tendo em conta estas ponderações, estamos em melhor situação para compreender o marxista soviético no trecho abaixo, e que toca diretamente o direito internacional:

Visto que a relação jurídica pode constituir-se de maneira puramente teórica como o inverso da relação de troca, a sua realização prática exige então a presença de modelos gerais, mais ou menos fixos, uma elaborada casuística e, por fim, uma organização particular que aplique estes modelos aos casos particulares e que garanta a execução coativa das decisões. Tais necessidades são satisfeitas, da melhor forma, pelo poder do Estado, se bem que, freqüentemente, a relação jurídica se realize igualmente sem a sua intervenção graças ao direito consuetudinário, à arbitragem voluntária, à justiça pessoal.

Aí, onde a função da coação não está organizada e não dispõe de um aparelho particular situado acima das partes, ela surge sob a forma da chamada “reciprocidade”; tal princípio de reciprocidade representa, nas condições de equilíbrio de forças até hoje existentes, o único e, é bom dizê-lo, muito precário fundamento do direito internacional (PACHUKANIS, 1988, p. 113)

As necessidades de caução das relações jurídicas são asseguradas “da melhor forma” pelo Estado, mas há outras que, mesmo sendo menos eficazes, cumprem o papel. No direito internacional, a reciprocidade entre os Estados, que consiste em métodos de justiça privada e, portanto, de autotutela, substitui o juiz equidistante e obrigatório.

Pachukanis admite que este seja um fundamento “muito precário” para a forma jurídica internacional (haveria mais estabilidade e segurança se fosse de outro modo), mas nem por isso deixa de sê-lo, nem por isso a forma jurídica está excluída das relações entre os entes estatais. Não há, então, nenhum paradoxo na construção intelectual pachukaniana.

Assim sendo, podemos depreender que, em Pachukanis, contrariamente ao que pensa Miéville, a coerção de um agente sobre outro não descaracteriza o direito, e esta percepção é cabível sem que se faça necessário corrigir o autor russo ou censurá-lo por um alegado “formalismo excessivo”. “O direito e o arbítrio, estes dois conceitos aparentemente opostos, estão na realidade estreitamente ligados”, e é por isso que “o direito internacional moderno abrange uma parte muito importante de arbítrio (retorsões, represálias, guerras etc.)”, o que não deve causar nenhuma espécie, “uma vez que o direito, assim como a troca, é um meio de comunicação entre elementos sociais dissociados” (PACHUKANIS, 1988, p. 90).

Miéville não está de todo enganado quando pleiteia que a coerção é ínsita à mercadoria por conta da propriedade privada, que é um dos seus pilares. As ordens jurídicas aceitam residualmente algumas práticas de coerção particular, ou seja, de autotutela⁸⁹. A própria greve não deixa de ser uma ação de autotutela por parte dos empregados. No entanto, o direito só pode recepcionar excepcionalmente a agressão privada e com uma série de ressalvas, principalmente no caso da greve, na qual que se acha escondido um periclitante conteúdo de classe. Em princípio, a coação é praticada por uma potência externa aos polos do conflito, e este é o contexto ideal para o direito, bem como a sua mais madura estruturação – o que, repisemos, não pode ser visto como uma *conditio sine qua non*.

De qualquer forma, há uma concordância entre Pachukanis e Miéville quanto ao descabimento da oposição entre direito e violência, por mais que o arbítrio não seja a metodologia preferencial das ordens jurídicas. O direito é, antes, a medida jurídica da

⁸⁹ Os doutrinadores do direito frisam a excepcionalidade desta via na legislação brasileira: “Apesar da enérgica repulsa à autotutela como meio ordinário para a satisfação de pretensões em benefício do mais forte ou astuto, para certos casos excepcionalíssimos a própria lei abre exceções à proibição. Constituem exemplos o direito de retenção (CC, arts. 578, 644, 1.219, 1.433, inc. II, 1.434 etc.), o *desforço imediato* (CC, art. 1.210, § 1º), o direito de cortar raízes e ramos de árvores limítrofes que ultrapassem a extrema do prédio (CC, art. 1.283), a auto-executoriedade das decisões administrativas; sob certo aspecto, podem-se incluir entre essas exceções o poder estatal de efetuar prisões em flagrante (CPP, art. 301) e os atos que, embora tipificados como crime, sejam realizados em legítima defesa ou estado de necessidade (CP, arts. 24-25; CC, arts. 188, 929 e 930)” (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2006, p. 35).

violência, não a sua negação. A coerção só descaracterizaria a forma jurídica se ela desfigurasse a lei do valor, e não é o que ocorre: nas práticas de autotutela acolhidas pelo direito internacional, vigora a noção de equivalência. As hipóteses de vias de fato são lícitas internacionalmente se houver o devido cálculo de proporção nas ações de desforra, e com isto a forma jurídica prevalece, continua operante. Na retorsão, tem-se essencialmente o “processo pelo qual um Estado retribui a outro, com os mesmos meios, na mesma medida e na mesma proporção, os atos pouco amistosos por este praticados em seu detrimento e que lhe acarretaram prejuízos” (MAZZUOLI, 2011 p. 1073); na represália, ocorre o “contra-ataque de um Estado em relação a outro, em virtude de eventual *injustiça* que este tenha cometido contra aquele ou contra os seus nacionais”, constituindo-se, segundo o mesmo jurista (2011, p. 1074), como um revide “relacionado aos casos de violação de direitos, perpetrado ou não por meio do uso da força”. Em ambas as hipóteses, verifica-se um critério de proporcionalidade, uma certa equivalência a ser observada nas condutas estatais, mesmo que seja para ir à desforra.

E vale registrar que quem executa a revanche no direito internacional, em resposta a agressões perpetradas por outrem, é o Estado, nunca o particular. Mesmo as ações repressivas mais duras, e que envolvem a iniciativa privada, como os boicotes e os embargos, constituem castigos que dependem de medidas estatais. E se é assim, então se conserva uma nítida distinção entre o poder político, concentrado nos Estados, e a exploração econômica, que é promovida pelo capital por meio das empresas multinacionais e por meio da finança mundializada. Apesar da enorme influência que exercem sobre as nações, os grandes capitais não arrogam para si os meios de coerção, respeitando a formalidade do monopólio estatal da violência. Os trustes, cartéis e oligopólios capitalistas, quando têm interesse no uso da coação física contra os trabalhadores que empregam ou contra uma população colonial insubmissa aos seus desmandos, socorrem-se no aparato estatal do país em que operam ou, em último caso, no poder político imperialista organizado em sua terra natal. O “colapso” da apartação entre política e economia pleiteada por Miéville, nesta ordem de considerações, patenteia-se como falso ou inexato.

Não é por acaso, aliás, que a subjetividade jurídica internacional está inserida em sua integralidade nos Estados, e não nas empresas, que são reconhecidas doutrinariamente, e de modo precário, como “sujeitos não formais” (MAZZUOLI, 2011, p. 426), ou ainda,

como “sujeitos fragmentários” (SEITENFUS; VENTURA, 2006, p. 138). A dogmática é uníssona ao proclamar o Estado como o sujeito jurídico internacional por excelência, e esta posição mostra-se acertada.

Entre os juristas, há variações sobre o status de outros personagens. Em princípio, apenas as organizações são comparadas à forma política estatal no quesito da personalidade jurídica, atribuindo-se às ONGs e aos indivíduos uma subjetivação de segunda classe, ou nem isso. E há ainda os autores que reconhecem uma gradação de faculdades jurídicas, mas que resistem a admitir algum tipo de escalonamento para os sujeitos. A doutrina é vária: enquanto autores como Mazzuoli (2011, p. 401-402) contentam-se com uma capacidade de agir limitada para classificar os indivíduos como sujeitos de direito internacional, Rezek (2011, p. 182-183) e outros se recusam a alargar o alcance da categoria em tela. A visão mais correta, segundo nosso entendimento, é a de José Francisco Rezek, porquanto se centra no papel do Estado como verdadeiro protagonista das relações internacionais. As organizações internacionais, por sua vez, só participam da subjetivação jurídica na medida em que consistem em associações de Estados. A pessoa humana, em sua individualidade, não tem lugar em meio a tais poderes, ela só pode constar entre eles de maneira subordinada e condicionada, o que foi captado de alguma forma pelo positivismo mais lúcido e realista⁹⁰.

É interessantíssimo atinar que o pensamento jurídico mais dadivoso, no afã de otimizar a proteção internacional dos direitos humanos, imputa à subjetividade jurídica internacional a maior elasticidade possível, e esta postura corrobora o fetiche ínsito à igualdade jurídica, e sobre o qual dissertaremos brevemente no capítulo sobre direitos humanos. Encaremos a verdade nua e crua, afastemos os pudores das ilusões jurídicas: as preleções sobre a igualação entre o homem e o Estado no bojo de uma “humanização do direito internacional” são tão encantadoras quanto absurdas: não bastasse equiparar o indivíduo trabalhador, proprietário de força de trabalho e nada mais, ao capital todo-poderoso, o direito ensaia uma equiparação semelhante da pessoa isolada com o poder

⁹⁰ “Para que uma ideia científica – e não simplesmente declamatória – da personalidade jurídica do indivíduo em direito das gentes pudesse fazer algum sentido, seria necessário pelo menos que ele dispusesse da prerrogativa ampla de reclamar, nos foros internacionais, a garantia de seus direitos, e que tal qualidade resultasse de norma geral. Isso não acontece. Os foros internacionais acessíveis a indivíduos — tais como aqueles, ainda mais antigos e numerosos, acessíveis a empresas — são-no em virtude de um compromisso estatal tópico, e esse quadro pressupõe a existência, entre o particular e o Estado copatrocinador do foro, de um vínculo jurídico de sujeição, em regra o vínculo de nacionalidade” (REZEK, 2011, p. 183).

coercitivo organizado da sociedade capitalista. O progressismo, por estas e outras razões, flerta perigosamente com o fetichismo até se tornar cativo de suas próprias fantasias.

Quanto às organizações internacionais, elas dependem material e politicamente dos Estados. Sua importância será maior ou menor conforme a política interestatal utilizar-se mais ou menos delas. Diríamos que a sua relevância dilatou-se nos últimos anos, cabendo a reserva de que os Estados estão prontos para desdenhá-las assim que lhes parecer conveniente. Ainda assim, vemos um fenômeno digno de nota: a formação de um corpo normativo produzido por estas organizações em que os entes estatais se associam, e que, curiosamente, recebeu a alcunha de “*soft law*”. Na falta de uma entidade supraestatal apta para subjugar unidades soberanas, o único recurso que resta às entidades não estatais é endereçar corretivos que só terão efeitos se os demais Estados se comportarem em consonância com eles, como se dá com as punições comerciais. Sendo deste modo, quanto maior a pujança econômica do infrator, mais difícil é que a sociedade internacional aquiesça com estas sanções. Basta imaginar o custo, para o capitalismo mundial, de um embargo contra os Estados Unidos por suas ações criminosas. Não admira, assim, que tais sanções sejam aplicadas apenas contra países economicamente menores, como Cuba e Irã.

No que concerne o direito internacional, pois, o eixo deve ser o Estado, que se projeta de forma mais acabada como titular de direitos e deveres, como ser responsável juridicamente e dotado de faculdades jurídicas. O sistema de Estados é uma constelação de poderes internacionalmente atomizados que, monopolizando soberanamente a violência nos seus respectivos territórios, contendem entre si na esfera internacional ao choque de suas igualdades soberanas.

Avistamos em parágrafos passados que a soberania seria simétrica à propriedade que os homens livres desfrutam sobre eles mesmos no mercado, igualando-se aos que partilham da mesma condição. No interior de uma formação nacional, o Estado concentra o uso legítimo da força bruta, e este seu poder recebe a designação jurídica de soberania, denotando o império do domínio público sobre o universo dos particulares. Externamente, isto é, perante outras formações nacionais, o Estado é soberano sobre o seu território e a sua população, ao mesmo tempo em que lhe é vedado intrometer-se nos assuntos de outros poderes soberanos, os quais, tanto quanto ele, são monopolizadores de violência legal nos seus recintos internos.

O substrato jurídico da soberania, assim, não é senão a força, a violência de Estado, e quanto a isto podemos aderir a Miéville (2005, p. 286), irretocável neste ponto: “Internacionalmente, os próprios Estados, como sujeitos jurídicos, são os portadores da violência que opera para forçar decisões jurídicas”, sendo devida a ressalva de que “a violência pode não ser usada sempre, mas está sempre implícita. [...] A violência do Estado é um elemento constitutivo de sua existência jurídica⁹¹”.

No intercâmbio entre os Estados, não há circulação de mercadorias propriamente, ou da propriedade sobre elas, mas há uma conexão análoga e niveladora, na qual determinadas entidades, movidas por proveitos utilitários (para elas mesmas e para os capitais que se reproduzem com o seu auxílio), fixam compromissos variados sobre a utilização da violência monopolizada em seus domínios ou perante as possessões alheias. Tais compromissos podem ser “conscientemente” firmados pelas autoridades de cada Estado nacional ou deduzidos das relações internacionais em vigência sem o apoio de regras taxativas, contando apenas com normatizações genéricas em torno de costumes e com a incorporação jurisprudencial de certas teses doutrinárias – foi assim que se chegou ao conceito de *ius cogens*, pelo qual haveria certas obrigações jurídicas para o conjunto das figuras estatais que, por sua própria natureza, dispensariam o consenso expresso, sendo inerentes ao pertencimento a uma sociedade internacional. É o mesmo princípio que anima as obrigações extracontratuais no direito civil: não é preciso que um cidadão vincule-se contratualmente com cada um de seus semelhantes para que lhe seja proibido causar dano a outrem. Ele responderá juridicamente pelos prejuízos que causar, e tão logo se consume o dano, rebentará um dever indenizatório que prescinde de oficialização contratual.

Existem, entre os sujeitos de direito, laços “invisíveis”, tácitos, alheios a convenções por escrito. A obrigação jurídica, mesmo por definição dogmática, provém antes de uma situação do que tão somente da manifestação de vontades. Orlando Gomes (1980, p. 164) sustenta que “a palavra *obrigação* designa *situação jurídica conjunta*, vale dizer a *relação jurídica* de natureza pessoal em que se estabelece um vínculo entre credor e devedor”, e pelo qual “uma das partes adquire direito a exigir determinada prestação e a outra assume a

⁹¹ Em inglês: “Internationally, the states themselves, as juridical subjects, are the wielders of the violence that operates to enforce legal decisions. Violence may not always be used, but it is always implicit. (...) The violence of the state is a constitutive element of its juridical existence”. Advertimos que nos opusemos a Miéville não para contestar seus valiosos aportes teóricos, e sim para discordar de uma reprimenda feita a Pachukanis que reputamos injusta.

obrigação de cumpri-la”. O contrato é o protótipo do elo obrigacional entre os indivíduos, é o padrão da vida civil, mas as obrigações, em direito, são de muitas ordens: tributárias, penais, trabalhistas, administrativas e tantas outras. E mesmo no direito civil, o núcleo do direito privado, as obrigações ultrapassam em muito a circunscrição dos contratos, bastando, para a sua incidência, o confronto entre prestações e contraprestações.

É daí que o dever jurídico de não causar dano a outrem se posta como um objeto obrigatório para as relações jurídicas, sempre nos moldes de uma sociedade de proprietários isolados. A propriedade do sujeito de direito sobre seus bens, mais do que uma relação com a coisa, é um liame entre os sujeitos que convivem, e na qual se estipula a obrigação de se conservar o bem nas mãos do dono. Cada indivíduo deve ao outro a anuência com o *status* de proprietário da coisa que se ostenta, fazendo do direito de propriedade uma relação obrigacional. Não ferir a propriedade alheia, não turbar ou esbulhar a posse do outro, não ofender a honra de que as pessoas são possuidoras, enfim, não interferir no gozo privado sobre coisas privadas, tais são os deveres primários do cidadão, que jamais entabulou um único acordo de vontades, um contrato, para se comprometer a tanto.

O dever genérico de não lesar o semelhante – e aqui nos referimos ao “semelhante” entranhado no capitalismo (proprietário, voltado para si, oposto à coletividade etc.) – está automaticamente inserido em qualquer convenção, e é suficiente para invalidar um negócio jurídico que disponha de modo contrário. O objeto dos contratos, em direito, deve ser lícito, há conteúdos que são exigidos ou reprovados por antecipação. Exemplificativamente, seria inválido um contrato no qual uma das partes concede à outra o direito de matá-la, já que o objeto do negócio (assassinato) é vedado por lei. Pelo mesmo fundamento, jamais o executor do assassinio poderia ser absolvido pelo consentimento de sua vítima. E se o direito não aceita que uma pessoa coloque sua vida à disposição da outra, é porque, caso isto fosse permitido, a subjetividade jurídica seria facultativa, ou seja, a qualidade de ser um sujeito de direito seria transigível e, portanto, contingente, fugaz. Não seria uma forma necessária, como deve ser segundo as imposições do mercado. O exemplo é pitoresco, bem o sabemos, mas ele reforça o elemento formal e social: a sujeição do indivíduo ao direito é inelutável. Dizendo de outro modo: na autonomia privada contratual, os particulares podem produzir regras sobre tudo, podem regular seus interesses como bem lhes aprouver, desde

que não contrariem os pressupostos da própria autonomia privada (como a personalidade jurídica) e que, evidentemente, não neguem a forma jurídica geral.

Tome-se o Código Civil brasileiro. Em seu artigo 104, o diploma legal declara que a validade dos negócios jurídicos requer a capacidade jurídica dos agentes, a licitude, possibilidade e determinabilidade do objeto e, por último, forma prescrita ou não defesa em lei. Estas regras de validade advêm da forma jurídica em si, do formato das relações pelas quais os sujeitos se vinculam. O contrato de compra e venda, o casamento, a sucessão hereditária, apenas para nos atermos a alguns institutos do direito civil, só são cogitáveis pela aptidão dos partícipes, pelas determinações próprias do objeto e pelas formalidades da celebração – assim dispõe o Estado. Na opinião dos juristas tradicionais, é assim puramente porque o diploma legal prescreve deste modo. Na realidade, o código legal não faz mais que sedimentar os requisitos formais para a concretização dos institutos lembrados, e que conformam as determinações de uma vida social bipartida em autonomia privada e ordem pública – em que a segunda polícia e tolhe os “excessos” da primeira, coibindo suas inclinações mais autodestrutivas, acomodando seus vetores mais centrífugos. Sua função é traduzir como lei estatal e regulamentar em detalhes as categorias que já estão inscritas na sociedade, e isto vale tanto para os requisitos jurídicos contratuais como para a propriedade, a posse e outros direitos afins.

E o que o direito internacional tem que ver com isto? Rigorosamente tudo, dado que a sua tessitura está nas relações obrigacionais entre os Estados como agentes individualizados, armando-se uma trama de sujeitos que interagem num contexto de autonomia privada entre eles. Neste contexto, nem todas as obrigações são expressas como tratados, da mesma maneira que nem todos os deveres civis se manifestam como contratos. Alguns alcançam a posição de *ius cogens*, deixando entrever uma qualificação jurídica que se encontra para além do que os Estados convencionam como pactuantes particulares – uma espécie de ordem pública mundial que oferece obstáculos à esfera privada que lhe é correlata⁹². Também aqui se nota como a forma jurídica internacional está enraizada na

⁹² “Portanto, o que veio fazer a teoria do *jus cogens* foi limitar a autonomia da vontade dos entes soberanos (*jus dispositivum*) na esfera internacional, assim o fazendo com vistas a assegurar a ordem pública (*ordre public*) no cenário mundial. A ordem pública, conhecida, enfim, como sinônimo de *jus cogens*, configura então o limite mais complexo ao livre consentimento dos Estados, conforme se constata nos arts. 53 e 64 da Convenção de Viena de 1969” (MAZZUOLI, 2004, p. 154).

forma jurídica nacional. De toda sorte, mesmo faltando ao *ius cogens* o poder da violência centralizada, ele é operante como função, sendo parte da vivência normal dos entes estatais.

Assim como a obrigação civil extracontratual, o *ius cogens* internacional emana da estruturação individualista do capitalismo, com a reserva de que se trata, agora, de um capitalismo mundializado e organizado num sistema de Estados concorrentes. Não é nada estarrecedor que os juristas sequer suspeitem deste fato, preferindo creditá-lo a fatores transcendentais. A imperatividade de determinadas normas sobre as vontades isoladas manifestadas pelos Estados foi anunciada por doutrinadores como Antônio Augusto Cançado Trindade, segundo o qual haveria de se detectar que o direito internacional teria evoluído para algo mais do que o mero querer de cada potestade estatal:

Movida pela consciência humana, a própria dinâmica da vida internacional contemporânea tem cuidado de desautorizar o entendimento tradicional de que as relações internacionais se regem por regras derivadas inteiramente da livre vontade dos próprios Estados. O positivismo voluntarista se mostrou incapaz de explicar o processo de formação das normas do Direito internacional geral, e se tornou evidente que só se poderia encontrar uma resposta ao problema dos fundamentos e da validade deste último na *consciência jurídica universal*, a partir da afirmação da idéia de uma justiça objetiva. Neste início do século XXI, temos o privilégio de testemunhar e o dever de impulsionar o processo de *humanização* do Direito Internacional, que, de conformidade com o novo *ethos* de nossos tempos, passa a se ocupar mais diretamente da identificação e realização de valores e metas comuns superiores (CANÇADO TRINDADE, 2006, p. 96).

Distraídos pela fachada humanista, embevecidos na verborragia sobre o progresso e o esplendor da civilização, os ideólogos do direito desconhecem que os mandamentos cogentes no direito internacional não denotam um refinamento moral da humanidade, e sim o tipo de sociabilidade forjado por uma rede de Estados capitalistas. É de rigor avaliar que estão acima da autonomia privada apenas os preceitos cuja retirada acarretaria uma desnaturação da forma jurídica internacional, convertendo as ligações entre os Estados em elos puramente políticos, desprovidos da “matéria” chamada direito.

Quais seriam essas normas que, de tão cruciais, fariam parte da ossatura jurídica internacional, uma derivação imediata da forma jurídica sobre os Estados na liça mundial? A Convenção de Viena de 1969, que regulamenta o direito dos tratados, não se atreveu a nomeá-las, indicando apenas a sua existência, como que confessando a fragilidade de uma ordem que lida não com indivíduos jurisdicionados, e sim com potências soberanas. O artigo 53 é decepcionante em sua descrição:

Artigo 53. Tratados conflitando com uma norma imperativa de direito internacional geral (“*jus cogens*”). Um tratado é nulo se, no momento de sua conclusão, conflita com uma norma imperativa de direito internacional geral. Para os fins da presente Convenção, uma norma imperativa de direito internacional geral é uma norma aceita e reconhecida pela comunidade internacional de Estados como um todo, como norma da qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por uma norma ulterior de direito internacional geral que tenha o mesmo caráter⁹³ (UNITED NATIONS, 1969).

Em nenhum instante a Convenção discrimina exatamente as normas de *ius cogens*. Se uma norma é ou não impositiva aos Estados, mesmo contra as suas disposições convencionais, eis aí um intrigante mistério. Os juristas empenharam-se para decifrar o enigma, propondo algumas regras ilustrativas. Cançado Trindade (2006, p. 94-95) agarrou-se à “cláusula Martens”, uma norma inauguradora do “direito internacional humanitário”. Tal dispositivo, invocando “os princípios do direito das gentes”, “os usos estabelecidos”, “as leis de humanidade” e “as exigências da consciência pública”, prevê proteções jurídicas básicas aos combatentes que resistem nos territórios ocupados por uma potência vitoriosa, bem como à população civil. Em outras palavras, preconiza-se o não extermínio do povo local, e esta seria uma obrigação indeclinável por parte dos Estados, a despeito mesmo de sua soberania. Apoiando-se na norma de Martens, Trindade propõe que o âmago do *ius cogens* está nos direitos humanos, nos valores elevados da humanidade, e esta sua tese será respaldada por vários juristas. Flávia Piovesan (2012, p. 43), no mesmo diapasão, pleiteia um “consenso internacional acerca de temas centrais aos direitos humanos”, uma unidade em torno do “mínimo ético irreduzível”.

Detecta-se um exacerbado idealismo. A comunidade internacional teria chegado a um denominador comum no seu senso de humanidade, e esta seria a fonte de onde jorraria abundantemente o *ius cogens*. Muito bem. Poderíamos, sem grandes dificuldades, trazer a lume massas inumeráveis de casos em que os direitos humanos, simbolizando a ética da “comunidade internacional”, foram solenemente ignorados pelos seus membros. Não queremos ser enfadonhos, e por isso seremos breves e taxativos com um único exemplo: a

⁹³ Na versão de onde extraímos: “A treaty is void if, at the time of its conclusion, it conflicts with a peremptory norm of general international law. For the purposes of the present Convention, a peremptory norm of general international law is a norm accepted and recognized by the international community of States as a whole as a norm from which no derogation is permitted and which can be modified only by a subsequent norm of general international law having the same character”.

pura e simples preservação da prisão de Guantánamo pelos Estados Unidos, com os seus horrores conhecidos, faz cair por terra a tese de uma ética que unificaria juridicamente as unidades políticas estatais. Este fato singelo e isolado é o bastante para infirmar a cândida fantasia sobre um “mínimo ético irreduzível” que daria corpo à imperatividade dos mandamentos extraconvencionais do direito internacional. Não há nenhum consenso sobre valores universais, nem mesmo no “esclarecido” Ocidente, e se chega a esta inferência por meio de uma trivialidade: o aviltamento a direitos básicos, e nos quais os juristas depositam tanta esperança, é perpetrado ou chancelado despidoradamente não apenas nos ditos *rogue states* orientais (segundo a designação reacionária do imperialismo), mas pelo Estado que encabeça o “mundo livre” e “civilizado”, e que sedia a Organização das Nações Unidas.

E malgrado as Nações Unidas se oponham à conservação da prisão de Guantánamo, os EUA, como integrantes da sociedade internacional, não se sentem nada obrigados a fechá-la. O “ethos” dos nossos tempos, as “metas comuns superiores” da nossa civilização parecem não inspirar uma “consciência jurídica universal” na Casa Branca, e arriscaríamos agregar que nem nos outros palácios de governo. Tem-se hoje um movimento na contramão daquilo que entusiasma os juristas, e que, se eles estiverem certos, rebaixará o “mínimo ético” a dimensões infinitesimais, praticamente desprezíveis. O próprio presidente Barack Obama, que havia anunciado o fechamento do famigerado centro de detenção, não cumpriu com sua palavra, e o que se viu depois foi uma expansão daquele modelo prisional e o julgamento dos detentos por juízes militares.

Não poderemos, então, contar com as boas intenções da doutrina jurídica para encontrarmos uma solução satisfatória, uma explicação convincente sobre o direito internacional. Retornaremos a Pachukanis para desvelar o *ius cogens*, o que implica desvelar com mais afinco a forma jurídica estendida ao mundo.

Sempre haverá uma contradição no direito internacional em torno da soberania dos Estados. Evgeny Pachukanis (1980, p. 178-179) estava ciente disto, e por isto não esbarrou nas dificuldades doutrinárias mais comuns:

Ademais, no direito internacional, os sujeitos das relações jurídicas são os próprios Estados como portadores de autoridade soberana. Uma série de contradições lógicas se segue daí. Para a existência do direito internacional, é necessário que os Estados sejam soberanos (pois a soberania, em qualquer caso dado, equipara-se à capacidade jurídica). Se não há Estados soberanos, então não há sujeitos do intercuro jurídico internacional, e não há direito internacional.

Mas, por outro lado, se há Estados soberanos, então isto significa que as normas do direito internacional não são normas jurídicas? Pois caso contrário, elas devem possuir um poder externo que constranja o Estado, i.e., limite sua soberania. Conclusão: para que o direito internacional exista, é necessário que os Estados não sejam soberanos. A doutrina jurídica burguesa devotou uma grande quantidade de infrutíferos esforços para solucionar esta contradição. Por exemplo, Pruess – o autor da atual constituição alemã (a de Weimar) – tendeu à posição de sacrificar o conceito de soberania pelo bem do direito internacional. Em sentido contrário, escritores como Zorn e, mais recentemente, Wendel, estão mais dispostos a abandonar um direito internacional supraestatal. No entanto, estas discussões dogmáticas não alteram em nada a realidade. Não importa quão eloquentemente a existência do direito internacional seja provada, o fato da ausência de uma força organizacional que poderia coagir o Estado com a mesma facilidade que o Estado coage uma pessoa individual, permanece um fato⁹⁴.

A contradição do direito internacional está dada nele mesmo (não nas cabeças dos doutrinadores que não se entendem entre si), e ela aparece no contraste entre o direito dos tratados (autonomia privada) e o *ius cogens* (ordem pública), entre a ação livre do Estado nas suas medidas de autotutela e as margens objetivas para esta ação que se extraem da sociabilidade interestatal, pois o caos e a aleatoriedade não podem perfazer uma ordem jurídica.

O *ius cogens* é a face ordenadora e mais objetivada do direito internacional, e que vive jungida à sua contraface mais subjetivada, onde, “por exemplo, cada Estado é formalmente livre para selecionar os meios que considera necessários aplicar em caso de lesão a seu direito⁹⁵” (PACHUKANIS, 1980, p. 178). E graças a certas normas impreteríveis, ele não é absolutamente livre. De acordo com o marxista russo, estas normas derivam da imanência das relações entre os Estados capitalistas no sistema internacional, e é por isso que, ao mesmo tempo em que existem objetivamente, estando colocadas

⁹⁴ Na versão para o inglês: “Moreover, in international law the subjects of legal relationships are the states themselves as the bearers of sovereign authority. A series of logical contradictions follows from this. For the existence of international law it is necessary that states be sovereign (for sovereignty in any given case is equated with legal capacity). If there are no sovereign states then there are no subjects of the international law relationship, and there is no international law. But, on the other hand, if there are sovereign states, then does this mean that the norms of international law are not legal norms? For in the opposite case, they must possess an external power which constrains the state, i.e. limits its sovereignty. Conclusion: for international law to exist it is necessary that states not be sovereign. Bourgeois jurisprudence has devoted a great amount of fruitless effort in solving this contradiction. For instance, Pruess – the author of the present German (Weimar) Constitution – tended to the position of sacrificing the concept of sovereignty for the sake of international law. Conversely, writers such as Zorn and, most recently, Wendel, are more ready to abandon supra-state international law. However, these dogmatic arguments change nothing in reality. No matter how eloquently the existence of international law is proved, the fact of the absence of an organizational force, which could coerce a state with the same ease as a state coerces an individual person, remains a fact”.

⁹⁵ Na língua britânica: “For instance, each state is formally free to select the means which it deems necessary to apply in the case of infringements of its right”.

quaisquer que sejam os desígnios de cada agente estatal, elas são irremediavelmente mais frágeis, reféns das vicissitudes da política e do jogo de poder entre os entes soberanos, e muito mais do que os indivíduos (ou mesmo os capitais individuais) em face da autoridade pública. Pachukanis (1980, p. 179) expõe a delicadeza congênita do *ius cogens*:

A única garantia real de que as relações entre Estados burgueses [...] continuará sobre a base da troca de equivalentes, i.e., sobre uma base jurídica (sobre a base do mútuo reconhecimento de sujeitos), é o equilíbrio de forças real. Dentro dos limites estabelecidos por um dado equilíbrio de poderes dado, questões à parte podem ser decididas por compromissos e pela troca, isto é, sobre a base do direito. Mesmo aí há a restrição de que cada governo clama pelo direito quando seus interesses o demandam, e de todo modo tentará evitar o cumprimento de alguma norma se isto lhe for vantajoso. Em períodos críticos, quando o equilíbrio de forças oscilou seriamente, quando os “interesses vitais” ou mesmo a própria existência de um Estado estão na agenda, o destino das normas de direito internacional se torna extremamente problemático⁹⁶.

“Equilíbrio” (“*balance*”) não quer dizer aqui igualdade concreta – esta interpretação seria absurda, hostil à evidência dos fatos internacionais –, mas sim uma correlação de forças determinada, uma fixação momentânea de vetores díspares de pujança e que sinalizará proporções, grandezas relativas de poder no arranjo político interestatal. Há “equilíbrio” na medida em que um Estado não engole o outro, não suprime o vizinho, tendo de lidar com ele ao invés de simplesmente esmagá-lo a seu bel-prazer; relaciona-se juridicamente com ele ao tomá-lo como um semelhante em soberania, e nisto pode experimentar vantagens ou desvantagens, caso seja superior ou inferior em força aos adversários. Eis aqui a intersecção entre direito e política na ordem internacional, e que, nacionalmente, consubstancia-se no direito constitucional. A diferença é que, neste, é mais dificultoso aos sujeitos escapar da aplicação de algumas regras.

Haverá direito internacional, para Pachukanis, se a disparidade de poder no sistema internacional não for colossal o suficiente para oportunizar uma ruptura com o quadro geral da equivalência, o qual se coloca na igualdade soberana. Caso os Estados hegemônicos

⁹⁶ No idioma inglês: “The only real guarantee that the relationships between bourgeois states (...) will remain on the basis of equivalent exchange, i.e. on a legal basis (on the basis of the mutual recognition of subjects), is the real balance of forces. Within the limits set by a given balance of forces, separate questions may be decided by compromises and by exchange, i.e. on the basis of law. Even then there is the qualification that each government calls upon law when its interests demand it, and in every way will try to avoid fulfilling some norm if it is profitable for it. In critical periods, when the balance of forces has fluctuated seriously, when “vital interests” or even the very existence of a state are on the agenda, the fate of the norms of international law becomes extremely problematic”.

estivessem habilitados para trucidar os mais fracos a qualquer momento, de fato, não haveria comutação internacional – nem de mercadorias, nem de capital. O intercâmbio capitalista seria substituído pela pura e simples pilhagem, pela acumulação pré-capitalista, externa ao mercado, num expediente de apropriação política do excedente alheio. Não que o capitalismo seja avesso aos saques nas guerras, de modo algum, mas estas condutas só fazem sentido, economicamente falando, se subordinadas à maquinaria da acumulação capitalista, que é o que ocorre no imperialismo. Na época imperialista, como conferimos com Lênin, o orbe é dividido em zonas de influência encabeçadas por diferentes impérios, e o limite de ação para cada Estado é dado pela partilha do mundo: cada potestade imperialista poderia ocupar e pilhar uma colônia alheia, mas isto implicaria desafiar outra metrópole, ou seja, um rival do mesmo quilate, desencadeando conflitos de proporções monumentais. E somente numa situação dramática uma burguesia metropolitana arriscaria digladiar militarmente com suas irmãs, vez que o desenlace de tal confronto seguramente redesenharia o mapa político e econômico do planeta. As duas guerras mundiais foram exemplares disto, eclodindo quando não havia opção para os capitais monopolistas a não ser lançarem-se ao tudo ou nada. A divisão interimperialista do globo, lembremos, é devida não à maldade dos capitalistas, e sim a uma acomodação entre monopólios que aventa uma tolerância mútua e relativa entre os grandes blocos.

Em havendo uma coexistência que obriga os Estados a um intercâmbio alicerçado numa igualdade formal, o sistema interestatal reproduz o jogo que se joga no mercado mundial, reafirmando, no plano político, o antagonismo e o utilitarismo capitalistas. E são estes ingredientes, demarcadores da contrariedade intrínseca às relações interestatais, que fomentam a internacionalização da forma jurídica, a urdidura de uma malha na qual os Estados capitalistas, à imagem e semelhança dos capitais de que são mandatários, cuidam egoisticamente dos seus assuntos e tentam se superar uns aos outros, ora de modo mais aberto, ora de modo mais sutil; ora individualmente, ora em coalizões que, temporariamente e até certo ponto, suspendem algumas disputas em nome de um enfrentamento maior com algum inimigo comum. Fosse a comunidade internacional caracterizada pela concórdia, pela convergência de pretensões, pela cooperação mútua e desinteressada, não haveria direito internacional. As relações entre as unidades políticas

seriam de uma natureza não jurídica, revestindo-se de formas opostas àquelas que são projetadas pelo mercado.

Para além da equivalência entre os Estados soberanos, e que está embutida em toda a forma jurídica internacionalizada (primacialmente no princípio da reciprocidade e no direito dos tratados), é notório que o direito internacional, em seu sistema de tratados, costumes e princípios gerais, prima pelas outras características do direito. A responsabilidade jurídica internacional do Estado, sem a qual não se poderia encará-lo como sujeito de direito, viabiliza a sua patrimonialidade e a sua individuação: o elo obrigacional do ente estatal com seus pares individualiza seus direitos ou deveres de reparação por dano e mensura patrimonialmente a obrigação jurídica, tornando-a conversível em dinheiro – como nas condenações a multas e indenizações. O mesmo se dá na sucessão obrigacional entre Estados, quando se tem a transferência de certas posições de direito em nome da continuidade dos compromissos fixados internacionalmente. E em todas as hipóteses elencadas, a segurança jurídica conforta o mercado mundial, embalando-o com critérios decisórios objetivos que conferem previsibilidade e maior confiança aos negócios capitalistas e aos próprios poderes soberanos.

Se visualizarmos atentamente o direito internacional com um viés pachukaniano, descobriremos que tudo aquilo que se comunica com os contornos da subjetividade jurídica é uma constante nas relações entre os Estados, exceto na concretude das guerras. À bem da verdade, a forma jurídica até tenta enquadrar juridicamente a guerra, dar-lhe ares de proporção e equivalência e compensá-la com aspirações de certeza jurídica, mas os esforços são vãos.

No confronto bélico, o direito experimenta graves dificuldades. A guerra é a continuação da política por outros meios⁹⁷, e a política dos Estados é balizada pelo conflito de classes, que é um conflito intercapitalista e, simultaneamente, entre a burguesia e o

⁹⁷ “We see, therefore, that war is not merely an act of policy but a true political instrument, a continuation of political intercourse, carried on with other means. What remains peculiar to war is simply the peculiar nature of its means. (...) The political object is the goal, war is the means of reaching it, and means can never be considered in isolation from their purpose” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 28-29). Em português: “Vemos, portanto, que a guerra não é meramente um ato de política, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação do intercâmbio político engajada por outros meios. O que permanece peculiar à guerra é simplesmente a natureza peculiar de seus meios. [...] O objeto político é o objetivo, a guerra é o meio para alcançá-lo, e os meios nunca podem ser consideradas separadamente do seu propósito”. Carl Clausewitz, renomado general prussiano, foi pioneiro na assimilação do nexo entre guerra e política, o que despertou interesse em Marx, Engels e Lênin, notoriamente neste último – conferir PASSOS, 2012.

proletariado dos países envolvidos. Consistindo em luta de classes concentrada, feroz, em altíssima vivacidade, a guerra tende a afastar as constrações da forma jurídica, tanto quanto as revoluções. Pachukanis (1988, p. 93) alerta que “o Estado, enquanto organização de domínio de classe e enquanto organização destinada a travar guerras externas, não necessita de interpretação jurídica e muito menos a permite”, e é assim por ser “um setor onde reina a cognominada razão de Estado que nada mais é do que o princípio da oportunidade pura e simples”. O utilitarismo é elevado ao extremo, a lei da selva se intensifica sob as estratégias militares de destruição física do inimigo – a quem não se reconhece as “dádivas” jurídicas da liberdade, igualdade e propriedade durante os combates. No instante apoteótico da barbárie beligerante, arrebentam-se as amarras da juridicidade internacional entre os oponentes.

Indeclinável ressaltar que a guerra não inaugura o antagonismo entre os Estados, tampouco a razão de Estado, que é intrínseca à forma política estatal. A luta armada entre dois ou mais entes estatais é apenas a exasperação ao extremo da luta política constante na ordem internacional, e que maximiza as pulsões de antagonismo já existentes e operantes na normalidade – e é nisto que ela dá continuidade ao curso da política entre os poderes soberanos. Pela guerra, a política dos Estados avança além do que o direito os permite cotidianamente.

Pela razão de Estado recrudescida, fortalecida como cálculo do poder no contexto do enfrentamento militar, a forma política estatal defende, mais do que nunca e custe o que custar, a sua sobrevivência e a salvaguarda dos seus interesses mais mesquinhos, optando por obedecer ou desobedecer ao regramento jurídico (ou, o que é mais comum, distorcer sua interpretação) sob o crivo daquilo que lhe for ou não proveitoso. A universalidade do direito é preterida pela contingência da política, o tecnicismo da forma jurídica é abandonado ou manipulado pelo cálculo de conveniência. Não obstante, incumbe ao direito trabalhar para que as hostilidades bélicas deterioreem o menos possível os direitos das classes proprietárias:

O desenvolvimento do pretense direito de guerra nada mais é senão uma consolidação progressiva do princípio da inviolabilidade da propriedade burguesa. Até o momento da Revolução Francesa a população civil era saqueada sem limites nem escrúpulos, tanto pelos seus próprios soldados como pelos soldados inimigos. [...] A legislação da Convenção punia muito severamente a pilhagem feita pelos soldados, tanto no seu próprio país como nos países

estrangeiros. Foi apenas em 1899 em Haia que os princípios da Revolução Francesa foram erigidos em direito internacional. A equidade obriga-nos, porém, a mencionar que Napoleão teve certos escrúpulos ao decretar o Bloqueio Continental e achou necessário justificar, na sua mensagem ao Senado, esta medida: “que a causa das hostilidades entre os soberanos lesa os interesses das pessoas privadas” e “lembra a barbárie dos séculos passados”; quando da última guerra mundial, os governantes lesaram abertamente, sem qualquer espécie de escrúpulo, os direitos de propriedade dos cidadãos das duas partes em conflito (PACHUKANIS, 1988, p. 73-74, nota de rodapé).

Ou seja: o direito envia esforços para preservar a propriedade empresarial durante as guerras, conspirando contra ele, como contrapeso, a política dos beligerantes em estado bruto, despida dos “pudores” da forma jurídica como laço entre iguais, e isto é ainda mais perceptível nas contendas entre os imperialismos, nas quais está em jogo o destino da história mundial. Em tais ocasiões, a cláusula Martens é corriqueiramente desdenhada, pois a pilhagem converte-se em procedimento militar atrelado a objetivos políticos, quer dizer, em tática para forçar o inimigo à rendição (exaurindo seus recursos econômicos) ou para subjugar a população dos domínios pelo terror. Esta cláusula, no fundo, corresponde ao código militar do capitalismo avançado, tal como a nobreza feudal tinha o seu na época medieval, e pelo qual os cavaleiros deveriam ter respeitados os seus privilégios de casta, não se admitindo que se praticasse contra eles, enquanto prisioneiros, as mesmas “descortesias” dirigidas contra os prisioneiros comuns, membros de classes subalternas⁹⁸.

A razão de ser do dispositivo de Martens é a manutenção da produção e da circulação capitalistas o quanto for possível em meio aos combates. As inquietações tidas como humanitárias acobertam a defesa do patrimônio do capital: os meios de produção que emprega e a força de trabalho que adquiriu no mercado, e é somente por isso que se anuncia alguma proteção jurídica à população civil – e, repita-se, as burguesias não hesitam em desprezar esses limites conforme a necessidade e a oportunidade. Caso houvesse reais preocupações, da parte do direito, com “leis de humanidade” e “exigências de consciência pública”, a forma jurídica conspiraria contra a beligerância, e não é o que ocorre. Aliás, o direito internacional está ancorado em Estados soberanamente armados (guardiões da

⁹⁸ Pachukanis (1980, p. 172) informa que “no período feudal, os cavaleiros de qualquer país europeu tinham seus códigos de honra militar e, por conseguinte, sua lei de classe, que eles aplicavam nas guerras entre si; mas eles não os aplicavam em guerras interclasses, por exemplo, na supressão dos habitantes dos burgos e do campesinato”. No original: “in the feudal period the knights of every European country had their codes of military honour and, accordingly, their class law, which they applied in wars with one another; but they did not apply them in inter-class wars, for example in the suppression of burghers and the peasantry”.

capacidade centralizada de exercitar a violência, ainda que uns muito mais do que outros) e nacionalmente organizados, um em oposição ao outro, tudo conforme uma ordenação imperialista hierárquica. Repousando sobre os pressupostos das guerras, a forma jurídica internacional não faz senão nutri-los, repô-los, reiterando as condições que instituem e fomentam o belicismo e o militarismo no mundo.

Já nos devotamos bastante à averiguação da forma jurídica internacional, mas ainda há mais por fazer. Não teremos uma visão completa sem localizá-la historicamente, sem acompanhar o seu processo de desenvolvimento. Esta preocupação nos conduz, de pronto, à história do sistema de Estados, é dizer, ao momento em que a relação entre os povos começou a escorar-se na forma política estatal, o que fez do Estado um sujeito jurídico autônomo.

A grande referência para o surgimento do moderno sistema de Estados, como é cediço, é a Paz vestfaliana. Muitos autores do direito e das relações internacionais tomam o evento de Vestfália como a “certidão de nascimento” do direito internacional⁹⁹. Numa interpretação pachukaniana, contrariamente, há que se negar o estatuto jurídico ao arranjo político de 1648, postergando-se, na cronologia, a emergência da forma jurídica internacional. O rigor metodológico o exige, eis que o sujeito principal do direito internacional, o Estado (como forma política capitalista), ainda não estava presente.

Esta afirmação é polêmica e contraintuitiva, demandando maior detalhamento – inclusive porque o marxismo não é consensual quanto a este diagnóstico, assim como não é consensual sobre uma infinidade de temas, a começar pela transição do feudalismo ao capitalismo. O próprio China Miéville reputa suficientes as formas transicionais da era mercantilista para atestar a existência do direito internacional:

Deveria ser lembrado, não obstante, que mesmo se a Europa no século dezessete e mesmo no século dezoito *for* considerada transicional, é inegável que esta era mercantilista viu a expansão massiva do comércio internacional, central para a

⁹⁹ “The ‘prevailing view’ is that international law ‘emerged in Europe in the period after the Peace of Westphalia (1648)’. The iconic date of IR and international law are unsurprisingly shared, 1648 being seen as the death of a premodern feudal order and its replacement with ‘the modern system of international law and international relations, which takes as its starting point the principle of territorial sovereignty’” (MIÉVILLE, 2005, p. 156). Traduzindo: “A ‘visão prevalecente’ é a de que o direito internacional ‘emergiu na Europa no período posterior à Paz de Vestfália (1648)’. A data icônica das RI e do direito internacional é sem surpresa compartilhada, 1648 sendo visto como a morte de uma ordem feudal pré-moderna e sua substituição pelo ‘moderno sistema de direito internacional e relações internacionais, que toma como ponto inicial o princípio da soberania territorial’”.

estrutura dos Estados europeus mais poderosos. É durante este período que as categorias concomitantes àquele comércio – as formas jurídicas – começam a se universalizar. Este foi o nascimento do verdadeiro direito internacional. Como o comércio tornou-se global, e definidor dos Estados soberanos, a ordem internacional não poderia senão tornar-se uma ordem jurídica internacional (MIÉVILLE, 2005, p. 200)¹⁰⁰.

Diferentemente de Pachukanis, o marxista inglês incorre em circulacionismo ao se satisfazer com o comércio “internacional” para designar a forma jurídica, contrastando também com as teses sobre a forma política estatal defendidas pelos teóricos que nos embasaram no capítulo anterior (HIRSCH, 2010; MASCARO, 2013). No fundo, Miéville alarga a forma jurídica internacional (e com ela, a subjetividade jurídica internacional) até um período pré-capitalista, no qual a força de trabalho ainda estava predominantemente excluída do mercado, e no qual, por isto mesmo, não caberia falar em valor, mais-valia, capital etc. – afastando-se, logo, a incidência do direito e do Estado naquela realidade histórica.

Não se duvida que, na época mercantilista da acumulação primitiva, desenrolaram-se eventos históricos significativos que minaram a antiga ordem feudal e auxiliaram a formação vindoura do direito internacional e do Estado capitalista. O enfraquecimento da Igreja Católica com a Reforma Protestante, na qual diversos principados se apoiaram para resistir à influência do papado, bem como as aventuras intercontinentais do capital mercantil, foram relevantes para o definhamento do feudalismo, mas daí não se tem imediatamente a construção do capitalismo e das suas formas sociais. Aliás, precisamente por ser originária, “primitiva” (ou “prévia”), a acumulação pré-capitalista não poderia, ainda, desaguar no “verdadeiro direito internacional” – só lhe seria dado cuidar de alguns preparativos. Apesar do crescimento do comércio naquele contexto, as mercadorias estavam impossibilitadas de dominar a vida material em virtude da estreiteza do seu circuito, então restrito aos comerciantes e ao consumo pela nobreza. Convém lembrar, em reforço, que a sociedade europeia de então era majoritariamente agrária, e o campo ainda era caracterizado por formas de produção pré-capitalistas, como a produção camponesa

¹⁰⁰ Em vernáculo: “It should be borne in mind, though, that whether or not Europe in the seventeenth century and even eighteenth century *is* deemed so transitional, it is undeniable that this mercantilist era saw the massive expansion of international trade, central to the structure of the most powerful European states. It is during this period that the categories concomitant on that trade – the legal forms – begin to universalise. This was the birth of true international law. As trade became global, and definitional to sovereign states, the international order could not but become an international legal order”.

autônoma, sob propriedade parcelar, e as reminiscências da servidão. E mesmo na Europa ocidental, onde as instituições servis haviam sido superadas de fato, o feudalismo resistia como forma dominante da produção agrícola¹⁰¹. Apenas o assalariamento em massa na zona rural e na zona urbana mudaria esta configuração social, inaugurando um novo modo de produção e destravando a forma jurídica.

Atendo-nos à circunspecção pachukaniana, descobriremos que o direito internacional, em sua datação, eclode na história com a feitura dos Estados capitalistas e com a dissolução dos últimos resquícios da feudalidade:

As revoluções dos séculos dezessete e dezoito caminharam mais longe na mesma estrada. Elas completaram o processo de separar o domínio estatal do domínio privado e transformaram o poder política numa força especial e o Estado num sujeito especial. As relações jurídicas do Estado fluíram independentemente, e elas não mais se confundiriam com aquelas pessoas que, num dado momento, eram portadoras da autoridade estatal. Tendo se subordinado à máquina estatal, a burguesia trouxe o princípio da natureza pública da autoridade à sua expressão mais clara. Poderia ser dito que o Estado só se torna completamente o sujeito do direito internacional como Estado burguês. A vitória da perspectiva burguesa sobre a perspectiva feudal-patrimonial foi expressa, dentre outras coisas, na negativa da força vinculante dos tratados dinásticos para o Estado. Deste modo, em 1790, a Assembleia Nacional da França rejeitou as obrigações que emanavam do tratado de família da casa de Bourbon (1761), sob os fundamentos de que Luís XV havia agido como representante da dinastia e não como representante da França (PACHUKANIS, 1980, p. 174)¹⁰².

¹⁰¹ Perry Anderson (2004, p. 17) recorda que “o fim da servidão não significou aí o desaparecimento das relações feudais no campo. A identificação de um com o outro é um erro comum. Contudo, é evidente que a coerção extra-econômica privada, a dependência pessoal e a associação do produtor direto com os instrumentos de produção não se desvanecem necessariamente quando o sobreproduto rural deixou de ser extraído na forma de trabalho ou prestações em espécie, e se tornou renda em dinheiro: enquanto a propriedade agrária aristocrática impedia um mercado livre na terra e a mobilidade efetiva do elemento humano [...], as relações de produção rurais permaneciam feudais”. Ou seja: a monetização da corveia na época da acumulação primitiva (antes do século XVIII), sua conversão de renda em espécie a renda em dinheiro, não era suficiente para dissolver o feudalismo no campo, eis que mantinha intocada a relação dos produtores com os meios de produção.

¹⁰² Em inglês: “The revolutions of the seventeenth and eighteenth centuries made further strides along the same road. They completed the process of separating state rule from private rule, and transformed political power into a special force and the state into a special subject. The legal relations of the state flowed independently, and they were not to be confused with those persons who at any given moment were the bearers of state authority. Having subordinated itself to the state machine, the bourgeoisie brought the principle of the public nature of authority to its clearest expression. It may be said that the state only fully becomes the subject of international law as the bourgeois state. The victory of the bourgeois perspective over the feudal-patrimonial perspective was expressed, among other things, in the denial of the binding force of dynastic treaties for the state. Thus, in 1790 the National Assembly of France rejected the obligations which flowed from the family treaty of the house of Bourbon (1761), on the grounds that Louis XV had acted as a representative of the dynasty and not as a representative of France”.

Nosso autor ainda não restringia o uso da palavra “Estado” ao capitalismo, mas o conteúdo da ideia trazida por ele em nada infirma a leitura da forma política estatal, antes a corrobora. A conclusão é que se chega é que os “Estados” absolutistas, em sua condição pré-capitalista, seriam incapazes de constituir a malha do direito internacional, sendo necessária a sua destruição pelas revoluções burguesas para que a forma jurídica pudesse se internacionalizar. Não é qualquer unidade política que é capaz de ser sujeito jurídico internacional, mas apenas aquela que, organizada à maneira capitalista, edifica-se como uma forma política estatal: moderna, soberana, desvinculada de constrangimentos feudais ou pré-capitalistas. E como o arranjo vestfaliano foi urdido por monarquias absolutistas ainda embebidas no medievalismo do Antigo Regime, ele estava aquém do direito e do Estado enquanto formas.

Pachukanis deixou uma pista ao citar a revolução francesa: há uma diferença de qualidade entre tratados celebrados entre dinastias e tratados celebrados entre Estados, e a diferença está no soberano. No absolutismo, a soberania da coroa estava enraizada na pessoa do príncipe, ela era indissociável do monarca, esculpindo-se em título nobiliárquico da aristocracia. A própria coroa, muito imperfeitamente chamada de “Estado”, era transmissível hereditariamente e objeto de disputa e composição entre as dinastias feudais, tanto dentro de um mesmo território como entre territórios distintos. Se houvesse Estados na época absolutista, eles seriam objetos das relações interdinásticas, e não sujeitos de relações internacionais – e também pelo fato de que o conceito mesmo de nação era, a rigor, insustentável naquele contexto anterior ao capitalismo. Perry Anderson (2004, p. 38-39) o ilustra:

A auréola nacional do absolutismo no Ocidente, freqüentemente muito acentuada na aparência (Elizabete I, Luís XIV), era, na realidade, contingente e emprestada. As normas dominantes da época situavam-se em outro lugar. A instância última de legitimidade era a *dinastia*, não o território. O Estado era concebido como o patrimônio do monarca e, portanto, os títulos de propriedade dele poderiam ser obtidos por uma união de pessoas: *felix Austria*. O supremo estratagema da diplomacia era, assim, o casamento – espelho pacífico da guerra, que tantas vezes a provocou. Menos dispendiosa como acesso para a expansão territorial que a agressão armada, a manobra matrimonial patrocinava resultados imediatos menores (em geral, apenas após uma geração) e estava sujeita, por conseguinte, aos acasos imprevisíveis da mortalidade, no intervalo entre a consumação de um pacto nupcial e a sua fruição política. Em vista disso, a longa variante do casamento muitas vezes levava diretamente ao curto atalho da guerra. A história do absolutismo está repleta de tais conflitos, cujos nomes o testificam: Guerras da

Sucessão da Espanha, Áustria ou da Baviera. O seu resultado, na verdade, podia acentuar a “flutuação” de dinastias sobre os territórios que as ocasionara.

Já no moderno sistema interestatal capitalista, a soberania corresponde à nação e é corporificada no Estado, que de modo algum se confunde com os ocupantes dos seus cargos. O patrimônio do governante e o patrimônio coletivo (enfim público) se dissociam formalmente. Foi apenas com as revoluções burguesas e com a difusão do capitalismo que a soberania nacional, atada à forma política dos Estados, conseguiu se afirmar contra a lógica feudal embutida no sistema das coroas absolutistas ou contra as demais formas pré-capitalistas de autoridade política. O Estado nacional moderno, sendo soberano, consagra-se como sujeito ativo no cenário mundial, como autor e condutor de negócios políticos, jamais como objeto de transações e sucessões. A conquista do planeta pelo capital assentou a forma política do Estado-nação¹⁰³.

E para além do caráter dinástico do “Estado” absolutista, ou melhor, da aparelhagem política de dominação do absolutismo (um tipo de “feudalismo tardio”, decrépito etc.), há muitas outras características que depõem contra a alegada “modernidade” de seu estatuto político, confirmando o seu perfil pré-jurídico ou protojurídico. Cumpre mencionar algumas: a venalidade dos cargos da coroa, que eram cedidos como privilégios aristocráticos ou, em algumas ocasiões, alienados por dinheiro ao talante do rei; o exercício da guerra não como estratégia nacional de poder, mas como meio de enriquecimento pessoal da dinastia do monarca e da aristocracia no seu entorno; o emprego de exércitos mercenários, de modo algum atrelados a Estados nacionais específicos, mas apenas às bolsas que os contratavam; a carência do monopólio estatal da violência, que se dava pela conservação dos privilégios aristocráticos – a nobreza ainda mantinha suas forças militares privadas, podendo usá-las contra as classes exploradas.

¹⁰³ Heide Gerstenberger (2007, p. 679) lembra que “as primeiras revoluções burguesas colocaram em movimento uma história mundial de soberania nacional. Em 1791, os escravos de São Domingo demandaram os direitos do homem e lançaram uma luta por sua liberdade e sua independência política da França. Em 1804, eles fundaram o Estado do Haiti, reivindicando, assim, soberania e o reconhecimento de todos os outros Estados soberanos. Por meio de lutas por independência e autonomia, a forma política da ‘soberania nacional’ tem desde então se espalhado pelo mundo inteiro”. Na língua britânica: “The first bourgeois revolutions set in motion a world history of national sovereignty. In 1791, the slaves of Santo Domingo demanded the rights of man, and launched a struggle for their freedom and political independence from France. In 1804, they founded the state of Haiti, thereby claiming sovereignty and the recognition of all other sovereign states. Through struggles for independence and autonomy, the political form of ‘national sovereignty’ has since spread across the whole world”.

Aliás, até mesmo alguns comerciantes, eventualmente agraciados pelo rei com benefícios especiais, exerciam o uso direto da força. As companhias de comércio mercantilistas usavam e abusavam da violência privada, alternando entre o comércio regular (comumente com trocas desiguais, alheias à lei do valor) e a pilhagem.

Estas considerações são da maior importância, compelindo-nos a concluir que, em virtude da natureza feudal do absolutismo, o direito internacional, em sua especificidade de forma histórica capitalista, pressupõe o desmantelamento das monarquias absolutistas e a arquitetura do autêntico sistema de Estados. Na linha cronológica do tempo, isto implica negar o nascimento do direito internacional sob os tratados de Vestfália em 1648 e deslocá-lo para as últimas décadas do século XIX, quando as revoluções burguesas enfim completaram a sua obra – ainda que atuando como “revoluções pelo alto”, instaurando o capitalismo e o Estado burguês mediante acordos entre a burguesia emergente e a aristocracia no poder.

No século XVIII, seria cabível conceber a forma jurídica desenvolvida nacionalmente nos países europeus onde a produção capitalista avançou primeiro, mas o direito internacional, este liame jurídico entre Estados burgueses nacionais, não poderia despontar antes da multiplicação da forma política estatal. Ainda na Paz de Utrecht (1713), que adveio depois de Vestfália, a ordem europeia era dinástica¹⁰⁴, e ela continuou sendo-o mesmo no exórdio do século XIX, com o Congresso de Viena (1815), que fez registrar a derrota de Napoleão e o triunfo temporário da aristocrática Santa Aliança – um último suspiro da nobreza que lhe rendeu uma sobrevida de quase um século, até que ela se transmutasse, finalmente, em burguesia agrária¹⁰⁵.

Feitas estas ponderações, propomos que o direito internacional começa não em Vestfália (1648), e sim em Berlim, no contexto da conferência sediada na capital alemã entre 1884 e 1885. E quando dizemos “começa”, queremos apenas indicar um marco

¹⁰⁴ Exames meticolosos sobre as ordens dinásticas de Vestfália e Utrecht, e que alumiam a essência pré-capitalista do absolutismo, estão disponíveis nas obras de Justin Rosenberg (2001) e Benno Teschke (2003), obras estas que, conjuntamente com Perry Anderson (2004), orientaram nossa posição sobre o assunto.

¹⁰⁵ As guerras revolucionárias conduzidas por Napoleão semearam, por assim dizer, a forma política estatal para além da Inglaterra e da França. A Europa dinástica foi duramente fustigada, e a derrota do exército francês em Waterloo apenas retardou em algumas décadas a formação dos modernos (capitalistas) Estados nacionais, os quais compuseram a base da Europa burguesa e do direito internacional como forma jurídica, ou ainda, como manifestação jurídica da pluralidade de Estados que se desenhava.

histórico capaz de sintetizar de forma qualificada as características do processo que culminou numa juridicidade internacional. De modo algum ignoramos a processualidade dialética da história, que jamais poderia ser apresentada como uma sucessão de datas e eventos chamativos. Elegemos o mencionado congresso como referência em razão do seu simbolismo diante de tudo o que temos exposto sobre o imperialismo e o direito: a partilha imperialista da África, chancelada pelas potências europeias e por outros participantes, como os EUA e o Império Otomano, representou um monumento jurídico composto por múltiplas subjetividades jurídicas internacionais (os Estados nacionais signatários) e com efeitos jurídicos obrigacionais sobre toda uma imensidão do território mundial. Todos os envolvidos eram Estados capitalistas, a despeito do “atraso” institucional de uns em relação a outros, como no caso dos países da Europa central: as Casas dos Hohenzollern e dos Habsburgo, respectivamente da Alemanha e da Áustria-Hungria, persistiram no poder até 1918, mas como ocupantes da chefia de Estados burgueses modernizados, e não mais como possuidoras de coroas feudais. Nada que gere estupefação, vez que a Inglaterra, pioneira do capitalismo, até hoje mantém a monarquia, sendo acompanhada pela Espanha, pela Holanda, pelas nações nórdicas etc.

Na famosa conferência de Berlim, tínhamos apenas o desabrochar do direito internacional, na esteira da consolidação dos Estados europeus desde as guerras napoleônicas. A subjetividade jurídica internacional era vária, mas ainda limitada, visto que uma enormidade territorial e populacional – as colônias – ainda amargava o estatuto de objeto de direito internacional. Soma-se a isto o fato de que muitas nacionalidades estavam subordinadas a um mesmo Estado imperial, tolhendo a frutificação da forma estatal. Tal obstáculo caiu parcialmente após a Primeira Guerra Mundial, quando o Tratado de Versalhes, dentre outras tantas resoluções, dissolveu os impérios otomano e austro-húngaro, dando vazão a novos Estados – sendo que ainda há muitos outros por criar, dado o candente problema das nacionalidades nos dias de hoje.

O passo decisivo do direito internacional, nos parece, deu-se com a Carta das Nações Unidas, em 1945, e que selou a nova forma do imperialismo capitalista, substituindo a desigualdade formal dos domínios coloniais pela igualdade, de pleno direito, entre todos os países. Introduzindo o conceito da “autodeterminação dos povos”, a ONU declarava solenemente que as relações internacionais seriam inspiradas no igualitarismo da

forma jurídica – calando-se, naturalmente, sobre as iniquidades que a isonomia do direito toma como pressuposto e que, internacionalmente, condizem com a ordem imperialista renovada e hegemônica pelos EUA.

Da Carta da ONU em diante, o direito internacional requintou e espalhou, no seu âmbito de intervenção, a igualdade jurídica. Não há direito entre aqueles que são reconhecidamente desiguais. A arena mundial, para ser o reino da subjetividade jurídica, precisava de mais sujeitos, e a descolonização da África e da Ásia os forneceu em seguida. Guerras e revoluções anticoloniais as mais heroicas produziram, nos seus desfechos, novos Estados capitalistas que viriam a travar relações de direito em pé de igualdade com suas antigas metrópoles e com outros Estados. A forma jurídica internacional evoluiu o suficiente para que as Nações Unidas proclamem a comunidade internacional como uma comunidade de iguais, festejando a igualdade soberana de seus membros com a mesma hipocrisia com que os apologistas do capital celebram a igualdade dos cidadãos em cada país capitalista. Encerrando-se o colonialismo declarado, desapareceram do globo os últimos vestígios “estamentais”, e o direito pôde dar cumprimento àquilo a que se destina: legitimar a opressão entre os Estados por meio da equivalência de suas soberanias.

Com o amadurecimento da subjetividade jurídica internacional, o direito internacional passou a abranger conteúdos inteiramente novos, participando ativamente da pulsação do capitalismo mundializado. Uma forma determinada impulsiona um conteúdo em desenvolvimento, e este nexos é testificado no cotejo entre a produção capitalista efetivamente internacionalizada e o direito internacionalizado. Correlativamente, o fluxo avivado do conteúdo jurídico internacional aprimorou a forma, estimulando a criação de novos e variados instrumentos normativos, como a já citada Convenção de Viena sobre os tratados.

Em concomitância, pois, com a maturação da forma jurídica, o conteúdo do direito internacional foi enriquecido, o que ocorreu sobremaneira após a Segunda Guerra Mundial (CHIMNI, 1999, p. 337), quando importantes aspectos da vida econômica, social e cultural foram assimilados como objeto das relações jurídicas internacionais – o direito internacional deixava de se resumir aos assuntos estritos do Estado na política internacional (guerra, diplomacia, fronteiras territoriais etc.) e iniciava uma assimilação de pautas diversificadas e mais imediatamente ligadas à reprodução do capitalismo, como as formas

capitalistas de propriedade e a exploração de áreas antes inalcançadas (o fundo oceânico, o espaço aéreo, a lua etc.) por conta do insuficiente crescimento das forças produtivas até então. Itens já constantes no direito internacional, como a circulação de mercadorias e seu entorno (licenciamentos, tarifas, procedimentos e outros), foram normatizados mais minuciosamente. Não à toa, logo em 1947 foi entabulado o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (em inglês, “GATT”: *General Agreement on Tariffs and Trade*), sendo substituído pela Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1994.

Bhupinder Chimni destacou três características cumulativas do direito internacional contemporâneo quanto ao seu conteúdo:

Genericamente falando, três características cumulativas podem ser citadas para marcar o crescimento do direito internacional nas últimas duas décadas. Primeiro, ele é o principal instrumento pelo qual o domínio da propriedade privada está sendo estendido na economia mundial. Segundo, ele é o meio pelo qual os direitos do capital transnacional estão sendo salvaguardados, dentre outras coisas, pela prescrição de padrões globais uniformes – não fazendo caso do fenômeno do desenvolvimento desigual – em áreas-chave como tecnologia e investimento estrangeiro. Terceiro, ele garante a observância destes padrões dotando instituições internacionais com os meios para aplicá-los¹⁰⁶ (CHIMNI, 1999, p. 337).

Em resposta aos clamores do capitalismo mundial da segunda metade do século XX, o direito internacional articulou as condições jurídicas apropriadas para as novas formas econômicas de propriedade, como o capital das multinacionais, o capital financeiro em sua variabilidade de formas, as figuras do rentismo etc. Uma das mais marcantes contribuições do direito internacional (agora como conteúdo) para o capitalismo, nas décadas recentes, foi talvez o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (em inglês, “TRIPS”: *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*). Criado na Rodada Uruguai em 1994, este tratado acrisolou a proteção do direito de propriedade intelectual, cimentando, pelo regime de patentes, a drenagem de excedente dos países periféricos em prol dos países imperialistas – e com o requinte de

¹⁰⁶ No texto original: “Generally speaking, three overlapping features can be said to mark the growth of international law in the last two decades. First, it is the principal instrument through which the rule of private property is being extended in the world economy. Second, it is the means through which the rights of transnational capital are being safe-guarded, among other things, by prescribing uniform global standards – ignoring the phenomenon of uneven development – in key areas such as technology and foreign investment. Third, it guarantees the observance of these standards through endowing international institutions with the means to enforce them”.

instituir o mesmo padrão de patentes, como argutamente cientificou Chimni (1999, p. 340), para EUA e Ruanda, para Reino Unido e Nepal. Como sempre, a igualdade jurídica a serviço da iniquidade e da espoliação.

Conciliando a reposição constante do cenário jurídico propício ao capitalismo mundializado (em especial pelo favorecimento das formas internacionais de apropriação capitalista) com a luta competitiva entre os Estados, o direito internacional promete a igualdade e dissimula a partilha imperialista do mundo. Não lhe é dado negar o óbvio, isto é, a assimetria do sistema internacional, mas esta assimetria é apresentada como mera desigualdade de riqueza e poder entre os países. Dissipa-se a substância econômico-estrutural do encadeamento metrópole-colônia, tal como, nacionalmente, o encadeamento de classe (burguesia-proletariado) desaparece no éden da cidadania, dando lugar a uma divisão entre “ricos” e “pobres” – como se a desigualdade residisse apenas na relatividade da renda, na circulação, como se não estivesse enraizada no modo de produção.

E ao omitir a divisão imperialista, omite-se, por tabela, a luta de classes que a perpassa, e que não deve jamais ser esquecida. O direito internacional, como qualquer ramificação do direito, não se esgota na forma, embora tenha nela a sua distinção social. Há que se ter em conta a forma jurídica como generalidade determinante, abstrata, e a luta de classes como particularidade contingente, concreta – sendo obrigatório agregar, para o direito internacional, a questão do imperialismo, que define a política geral no planeta¹⁰⁷.

Como conferimos anteriormente, cada Estado nacional representa os anseios de uma burguesia nacionalmente alojada, e que podem, dependendo da pujança de sua acumulação, ultrapassar as fronteiras de seu território. O trunfo do imperialismo capitalista, não olvidemos, é uma acumulação de capital centrada nos maiores monopólios e que alcança regiões, continentes e mesmo o planeta inteiro, arrastando consigo as burguesias dependentes e cúmplices na exploração do proletariado. Temos, então, uma ordem imperialista cujas relações internacionais são dirigidas pela luta de classes, pelo conflito capital-trabalho em proporções mundiais, e com a mediação pelos Estados – não mais como árbitros desinteressados, mas como procuradores das classes capitalistas, como causídicos dos muitos capitalismos territorialmente organizados que, em sua articulação totalizante,

¹⁰⁷ Agradecemos a Thiago Barison de Oliveira por nos ajudar a equacionar a relação entre a “forma jurídica em geral” e “a luta de classes e o imperialismo em particular”.

fundam o capitalismo mundial. Incumbirá ao direito internacional, em sua funcionalidade ideológica, ocultar o conteúdo real do sistema interestatal, sugerindo a convivência entre os povos como sua razão de ser e retirando de cena as classes sociais.

Levantado, dentro de nossas limitações, o véu da ideologia que mistifica a forma jurídica internacional, já é tempo de nos encaminharmos para a cortina seguinte. Desloquemo-nos agora ao nosso capítulo principal, onde cuidaremos, enfim, dos direitos humanos em suas dimensões e dos direitos de solidariedade. Estamos agora, depois de nossas andanças pelo mundo jurídico e suas formas, verdadeiramente aptos para a tarefa a que nos propusemos.

IV. AS DIMENSÕES DOS DIREITOS HUMANOS E O CAPITALISMO

Depois de tanto nos delongarmos nas entranhas do capitalismo e da forma jurídica, já se vislumbra que um estudo marxista sobre direitos humanos, desde que atento ao método, não pode chegar às mesmas conclusões a que chegaram os juristas comuns, mesmo que progressistas. Nosso(a) leitor(a) teria motivos de sobra para se desapontar caso, feitas tantas imersões nas profundezas do direito, enveredássemos para um enaltecimento sem reservas dos direitos humanos, em nada nos diferenciando da dogmática jurídica e da oficialidade diplomática burguesa. Ao revés, o que se deve esperar são posições de crítica radical, contundente, impiedosa. O marxismo tem vocação para ser “anti-intuitivo”, estando inclinado a nadar contra a corrente, inclusive no espectro político da esquerda.

Submeter os direitos humanos a um olhar crítico pode parecer monstruoso. Soa como desdenhar o “homem”, menosprezar sua condição, sua “humanidade”, nutrir menosprezo pela vida humana. A negação conhecida do “humano” não é senão o “desumano”, e este é imediatamente associado à crueldade e à perversão. Tudo o que conspira contra o homem enquanto “ser digno”, deste modo, é merecedor de anátema.

No entanto, a figura do “homem”, assim como a do “indivíduo”, é histórica, está enraizada num tipo determinado de sociabilidade. Aliás, o “homem” dos direitos humanos coincide com o “indivíduo” da economia política. É o mesmo ente, apenas transposto para a seara jurídica e adornado segundo a ideologia embutida no direito. Nosso intento é promover a crítica neste sentido: não fazendo coro ao que se chamaria de “desumano” (as violações de direitos humanos em si), e sim absorvendo o real significado do que vem a ser este humanismo.

Assim procedendo, conceberemos uma investida materialista e histórico-dialética nos direitos humanos que de modo algum apregoa o desprezo pela vida dos indivíduos, tampouco o descaso para com as pautas políticas agrupadas sob o “guarda-chuva” dos referidos direitos. Trata-se, diversamente, de desmistificar a figura de homem maquinada como abstração real (e não simplesmente idealizada pelos doutrinadores) pela forma jurídica em seu matrimônio indissolúvel com o mercado capitalista, clarificando-se como o apontado “personagem” configura, nas suas matizes, as dimensões dos direitos humanos.

Necessário se faz, diante dessa preocupação, procurar os direitos humanos na intimidade da sua forma jurídica, no seu nascedouro: o processo capitalista de produção e circulação. Retomemos Bernard Edelman (2001, p. 107):

O que me proponho a demonstrar ao deixar voluntariamente de lado o que se passa “alhures”, no “laboratório secreto da produção”, é que o direito toma a esfera da circulação como dado natural; que esta esfera, tomada em si como absoluta, não é nenhuma outra senão a noção ideológica que porta o nome hobbesiano, rousseauiano, kantiano ou hegeliano, de sociedade civil; e que o direito, ao fixar a circulação, não faz senão promulgar os decretos dos direitos do homem e do cidadão; que ele escreve sobre a fronte do valor-de-troca os signos da propriedade, da liberdade e da igualdade, mas que estes signos, no secreto “alhures”, lêem-se como exploração, escravidão, desigualdade, egoísmo sagrado¹⁰⁸.

Porquanto as dimensões dos direitos humanos são o concreto resultante que perseguimos, um desaguadouro da sua “afirmação histórica”, partiremos não delas, mas da categoria mais abstrata que as antecede logicamente: a “dignidade humana” ou “dignidade da pessoa humana”.

1. Direitos humanos e dignidade da pessoa humana

Alguns ficarão indignados porque ouse falar do fetichismo do “homem”. Certamente aqueles que retiram, do capítulo de Marx sobre “o fetichismo da mercadoria”, duas conclusões idealistas necessariamente complementares: a condenação da “reificação” e a exaltação da *pessoa* (mas o par *pessoa/coisa* está na base de toda a ideologia burguesa! Mas as relações *sociais* não são, exceto para o direito e a ideologia *jurídica* burguesa, “relações entre pessoas”!). Todavia, é o próprio mecanismo da ilusão social que está em jogo, quando se considera que uma relação social é a qualidade natural, o atributo natural de uma *substância* ou de um *sujeito*. É o caso do valor: essa relação social “aparece”, na ideologia burguesa, como a qualidade natural, o atributo natural da mercadoria ou da moeda. E o caso da luta de classes: essa relação social “aparece”, na ideologia burguesa, como a qualidade natural, o atributo natural do “homem” (liberdade, transcendência). Nos dois casos, a relação social é “escamoteada”: a mercadoria ou o ouro passam a ter valor

¹⁰⁸ Em francês: “Ce que je me propose de démontrer en laissant volontairement de côté ce qui se passe ‘ailleurs’, dans le ‘laboratoire secret de la production’, c’est que le Droit prend la sphère de la circulation comme donné naturel; que cette sphère, prise en soi comme absolu, n’est rien d’autre que la notion idéologique qui porte le nom hobbesien, rousseauiste, kantien ou hégélien, de société civile; et que le Droit, en fixant la circulation, ne fait que promulguer les décrets des droits de l’homme et du citoyen; qu’il écrit sur le front de la valeur d’échange les signes de propriété, de la liberté et de l’égalité, mais que ces signes, dans le secret ‘ailleurs’, se lisent en exploitation, esclavage, inégalité, égoïsme sacré”.

por natureza; o "homem" é livre e faz a história por natureza
(ALTHUSSER, 1978, p. 29).

Em sua dialética impiedosa, o marxismo atreveu-se a questionar o inquestionável: o “homem”. É realmente uma ousadia – ou uma temeridade para os mais liberais. Quem haveria de se opor à valoração do homem enquanto tal? Não seria demasiado mesquinho, ou mesmo imprudente, criticar o humanismo jurídico e liberal apenas por seu caráter transcendente, metafísico – ainda mais num mundo maculado por ocorrências “desumanas”? Opinamos que não, e dizemos sem medo de errar: é debaixo da tez metafísica deste “homem” que se oculta a ligação entre o capitalismo e a fórmula jurídica da “dignidade humana”.

Como tivemos a oportunidade de conferir no capítulo passado, o sujeito de direito é uma entidade destituída de caracteres. Mas esta nudez, este vazio, esta falta de traços concretos, conforme expusemos, o tornam alguma coisa distinta, fazendo dele o ser indeterminado – e que dialeticamente contrasta com os seres determinados. Com o “homem” da modernidade capitalista, passa-se o mesmo. Este homem-abstração, depurado de características que o profanem, que o conectem ao mundano, existe apenas e tão somente sob as relações burguesas de produção.

O homem em si, isento de predicados estamentais, diáfano em sua substancialidade, não é uma divagação em torno da condição humana no correr dos milênios da história da espécie, e sim uma abstração daquilo que se pratica diuturnamente nos mercados capitalistas. É uma forma social, nem mais, nem menos, e que se assenta sobre a redução dos diferentes trabalhos na sociedade a “trabalho não diferenciado, uniforme, simples”, uma redução que “apresenta a aparência de uma abstração; mas é uma abstração que ocorre todos os dias no processo de produção social” (MARX, 2008, p. 55-56).

Seguidora das relações mercantis, a figura do homem abstrato é derivada do trabalho abstrato, que é a forma homogeneizada do labor no capitalismo. Esta homogeneização só pode ocorrer integralmente na esfera mercantil, pois “o valor não pode se manifestar diretamente como uma quantidade de horas de trabalho; ele aparece apenas como preço”, o que ocorre porque “a produtividade de valor de trabalhos executados em diferentes firmas ou setores é avaliada apenas através do valor (monetário) adicionado por hora” (SAAD FILHO, 2011, p. 110).

Coerentemente com este impulso de homogeneidade, o capital esforça-se para tornar a força de trabalho o mais desqualificada possível, para que esta mercadoria possa circular mais facilmente (e também para barateá-la). O operário industrial desejável pela indústria capitalista é menos o especialista, em sua subsunção ainda formal ao capital, e mais o operador de máquinas, condenado a ser mero fragmento do trabalhador coletivo, mera peça de um engenho maior. “A apropriação pelo capital dos talentos e capacidades dos trabalhadores aumenta a *versatilidade* da classe”, pontua Alfredo Saad Filho (2011, p. 103), isto é, incrementa-se a “capacidade de os trabalhadores individuais obterem emprego nos diferentes ramos da economia (uma vez cumprido um treinamento padronizado), segundo as demandas do capital”.

A abstração do trabalho homogêneo ensaia-se, então, na própria produção capitalista avançada, conquanto não seja um requisito incontornável para a aplicabilidade da forma valor. Que não se esqueça que é na própria indiferença pelo produto concreto (e pela sua produção concreta) que se acha a sociabilidade capitalista, na qual reina o trabalho abstrato e a valorização do valor. Marx (1978, p. 70), no “capítulo inédito” d’O capital, introduz um raciocínio revelador: “como o fim imediato e [o] *produto por excelência* da produção capitalista é a *mais-valia*, temos que só é *produtivo aquele trabalho* [...] que emprega a força de trabalho – que diretamente *produza mais-valia*”. Daí se extrai que:

O produto específico do processo capitalista de produção – a mais-valia – é gerado somente pela troca com o *trabalho produtivo*.

O que constitui o *valor de uso específico* [do trabalho produtivo] para o capital não é seu caráter útil determinado, como tampouco as qualidades úteis peculiares ao produto no qual se objetiva, mas seu caráter de elemento criador de valor de troca (mais-valia).

O processo capitalista de produção não é simplesmente produção de mercadorias. É processo que absorve trabalho não pago, que transforma os meios de produção em meios de sucção de trabalho não pago.

Do que precede resulta que *trabalho produtivo* é uma determinação daquele trabalho que em si mesmo nada tem a ver com o *conteúdo determinado* do trabalho, com sua utilidade particular ou valor de uso peculiar no qual se manifesta. (MARX, 1978, p. 75).

E em quê tudo isto se comunica com o “homem” abstraído de suas relações? O ponto de contato está no “desprezo” pelo conteúdo, na sublimação que dele se faz no processo produtivo capitalista, e que é completada na seara mercantil. O trabalho abstrato, inerente à fabricação do valor e à sua realização no circuito das trocas, é o pedestal onde

descansa a vida material capitalista: o trabalho, no capitalismo, reproduz a sociedade burguesa pela sua abstração, não por sua concretude. As mercadorias são antes definidas pelo valor no mercado do que pela sua utilidade. Anselm Jappe detectou como o primado do abstrato nas relações burguesas denota o governo da forma mercadoria:

Na forma valor, uma mercadoria serve para exprimir de modo sensível o “valor” de uma outra mercadoria. Isto significa que a forma concreta de uma mercadoria, o seu valor de uso, o seu corpo sensível, incarnam a qualidade supra-sensível de uma outra mercadoria. Contudo, os sujeitos atribuem à mercadoria como se fosse uma qualidade natural o facto de ela ter um certo “valor” ou um outro “valor”. Os sujeitos não executam conscientemente um tal processo: é por trás das costas dos sujeitos que se passa a inversão na qual o objecto concreto e sensível não conta senão como incarnação do valor abstracto e supra-sensível. *Na inversão que caracteriza logo a mercadoria singular, o concreto torna-se um simples portador do abstracto.* O concreto só tem existência social na medida em que serve ao abstracto para que este dê a si mesmo uma expressão sensível¹⁰⁹ (JAPPE, 2006, p. 36-37).

Na medida em que o elemento abstrato do valor comanda os elementos concretos da vida material, e que é desta que se desentranham as ideias majoritárias, a concepção oficial de mundo e de humanidade acusa a sua proveniência. Conclui-se então que o homem verdadeiramente abstrato, que transcende todas as vicissitudes, é o homem das comunidades que vivem do trabalho abstrato. Não poderia ser de outro jeito: a abstração nos processos pelos quais as comunidades produzem e distribuem suas riquezas redonda na abstração de indivíduos genéricos. No direito, este humanismo liberal impregna toda a subjetividade jurídica, condenando a forma a lidar não com os homens existentes, materiais, mas com as imagens burguesas dos homens.

Nesta concepção, o próprio qualificativo de “humano” – da maneira como se o compreende hoje – é uma forma social, uma generalização impensável em formações pré-capitalistas. Não é de assustar que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão tenha causado tanto incômodo nas mentalidades ainda encerradas no Antigo Regime. Os opositores do iluminismo, sejamos justos, não eram de todo obtusos; apenas não conseguiam assimilar uma noção de humanidade estranha ao universo feudal. Ao resistirem ao humanismo liberal, resistiam, ainda que inconscientemente, ao capitalismo. Suas

¹⁰⁹ Reproduzimos o trecho tal como consta na tradução portuguesa de 2006, anterior à uniformização da língua portuguesa e com a grafia usada em Portugal até então – daí as palavras “incarnação” ao invés de “encarnação”, “abstracto” ao invés de “abstrato” etc.

lamúrias reacionárias não eram mais do que os estertores de uma ordem social que se recusava a morrer; eram os apelos indignados vindos das cabeças moldadas no contexto do feudalismo decadente e atreladas à classe nobiliárquica – e que, como tal, jamais admitiriam um homem fora de seus vínculos de nascimento, de sua ligação com a terra, de seu pertencimento a uma cultura e a uma região. Coube à vanguarda intelectual do capitalismo emergente expressar a nova consciência no calor das revoluções liberais, contrariando toda a tradição filosófica.

As revoluções burguesas impulsionaram o desabrochar das relações capitalistas de produção, delineando a ideologia moderna como fruto deste processo. É por isto que, quando abstraímos um homem em geral na atualidade – e o fazemos com serena naturalidade –, esta não é uma conquista do pensamento, e sim a reprodução, no nível da consciência, dos fenômenos rotineiros de uma economia capitalista de mercado, e que foi edificada sob as bandeiras de insurreição antiabsolutista na Europa (e antimetropolitana na América do Norte). Mas que não haja enganos: não estamos sugerindo que seja descabido falar em homens ou em humanidade. O marxismo não exclui tais figuras, desde que elas sejam devidamente inseridas na história e na materialidade social. Os homens (e mulheres), para o materialismo histórico-dialético, são “algo inteiramente diverso dos exemplares – multiplicados a bel-prazer – da imagem burguesa originária do ‘homem’, sujeito livre por natureza” (ALTHUSSER, 1978, p. 29).

Mas se o “homem” dos direitos humanos é originário do capitalismo, ele não pode gozar de uma pureza absoluta: o processo social que o produz dota-o de suas características intrínsecas, ainda que elas sejam extremamente sutis, estando a tal ponto incorporadas no imaginário coletivo que são tidas como inerentes à humanidade em si – isto quando não passam despercebidas aos olhos desatentos. A ideologia trabalha no inconsciente dos sujeitos, construindo uma matriz que sintetiza as relações sociais e suas representações. Concordamos com Francisco Sampedro (2010, p. 44-45) na sua defesa de que a ideologia apresenta uma estrutura “matricial”, no sentido de ser um “sistema de representações que asseguram a relação dos indivíduos com as tarefas fixadas pela estrutura da totalidade social”. Ela instaura a unidade das representações sociais, e esta unidade, no capitalismo, é condensada na figura do homem universal, do indivíduo instituído como contraface da universalidade mercantil do valor.

Vê-se, então, que o homem universal dos direitos humanos não está tão nu assim, mostrando-se “neutro” apenas em comparação com as formas econômicas e políticas pré-capitalistas. Ao negar os modelos em que a noção de indivíduo esbarra na organização social (polis grega, feudos, estruturas familiares hierarquizadas por privilégios de nascimento etc.), a sociedade burguesa introduziu um “homem” já dotado de forma, moldando-o em consonância com seus critérios. Pelos parâmetros da civilização capitalista, a referência do “humano” está integralmente contaminada pelo padrão de indivíduo existente no mercado: livre, igual aos outros, proprietário, utilitário. Não é um indivíduo qualquer, não está acima da história, embora assim se anuncie. Tão logo foram retirados os entraves feudais (ou pré-capitalistas) às relações capitalistas e os privilégios de casta, o homem abstrato “estreou” no convívio social e cravou seus pés, em definitivo, na teoria econômica e na filosofia, notabilizando-se ainda por ser uma criatura possuidora. Edelman (2001, p. 87) é categórico, postulando que “em última instância, não é mais o homem que significa a propriedade, mas a propriedade que significa o homem¹¹⁰”, e com isto se fecha a sua “natureza trinitária¹¹¹”.

Como qualquer estampa ideológica, nosso homem liberal-capitalista reputa-se eterno, estendendo esta pretensão pouco comedida à sua companheira inseparável: a subjetividade jurídica. “A ideologia jurídica se denuncia ao fazer o seu registro de nascimento”, declara Edelman (2001, p. 19), “e o seu registro de nascimento é a postulação de que o homem é naturalmente um sujeito de direito, *i.e.*, um proprietário em potência, já que é de sua essência apropriar-se da natureza¹¹²”.

O arquétipo deste homem liberal proprietário estava desenhado já em Locke, representante da nação onde o modo capitalista de produção deu seus primeiros passos:

Ainda que a terra e todas as criaturas inferiores pertençam em comum a todos os homens, cada um guarda a propriedade de sua própria pessoa; sobre esta ninguém tem qualquer direito, exceto ela. Podemos dizer que o trabalho de seu corpo e a

¹¹⁰ Em vernáculo: “[...] en dernière instance, ce n’est plus l’homme qui signifie la propriété, mais la propriété qui signifie l’homme”.

¹¹¹ O mercado “é o lugar onde o homem realiza sua natureza trinitária; ele se afirma proprietário, portanto livre, portanto igual a qualquer outro proprietário” (EDELMAN, 2001, p. 106). No idioma do autor: “[...] c’est le lieu où l’homme réalise sa nature trinitaire; il s’affirme propriétaire, donc libre, donc égal à tout autre propriétaire”. Caberia agregar o utilitarismo como quarto componente da natureza deste “homem”.

¹¹² Na língua francesa: “L’idéologie juridique se dénonce en dressant son acte de naissance. Et son acte de naissance, c’est la postulation que l’homme est naturellement un sujet de droit, *i.e.* un propriétaire en puissance, puisqu’il est de son essence de s’approprier la nature”.

obra produzida por suas mãos são propriedade sua. Sempre que ele tira um objeto do estado em que a natureza o colocou e deixou, mistura nisso o seu trabalho e a isso acrescenta algo que lhe pertence, por isso o tornando sua propriedade. Ao remover este objeto do estado comum em que a natureza o colocou, através do seu trabalho adiciona-lhe algo que excluiu o direito comum dos outros homens. Sendo este trabalho uma propriedade inquestionável do trabalhador, nenhum homem, exceto ele, pode ter o direito ao que o trabalho lhe acrescentou, pelo menos quando o que resta é suficiente aos outros, em quantidade e em qualidade (LOCKE, 2001, p. 98).

Nosso(a) leitor(a) deve estar se deparando com uma sensação de *déjà vu*, e isto não é casual, haja vista a junção estreitíssima entre a subjetividade jurídica e a humanidade universal da era moderna. Já o tínhamos avistado quando da análise do sujeito de direito: o homem só é homem na qualidade de proprietário da própria pessoa, o que o habilita para se apropriar das coisas da natureza e do mundo – e isto o consagra como sujeito. Mas o liberalismo de John Locke e de seus afins intelectuais, constantemente reafirmado nas categorias jurídicas, está fadado a operar na superfície. Seu esquema está organizado em torno de uma suposta (e idílica) relação direta entre trabalho e propriedade, entre geração e fruição da riqueza. Foi Marx quem percebeu que propriedade privada implica a apropriação do produto precisamente pela camada social antagônica aos que trabalham de fato:

Originalmente, o direito de propriedade aparecia fundamentado sobre o próprio trabalho. Essa suposição era pelo menos necessária, uma vez que se confrontavam possuidores de mercadorias com iguais direitos, e o único meio de que uma pessoa dispõe para apropriar-se de mercadoria alheia é alienar a própria, e estas só podem ser produzidas com trabalho. Agora, do lado capitalista, a propriedade revela-se o direito de apropriar-se de trabalho alheio não-pago ou do seu produto e, do lado do trabalhador, a impossibilidade de apropriar-se do produto do seu trabalho. A dissociação entre a propriedade e o trabalho se torna consequência necessária de uma lei que, claramente, derivava da identidade existente entre ambos (C. I, II, p. 681-682).

Marx desnuda a inversão manobrada pela ideologia liberal: trabalho e propriedade estão opostos; quem trabalha, trabalha porque carece de propriedade sobre os bens de produção. E quem é proprietário está desobrigado de trabalhar, e desfruta desta “comodidade” porque coleta o que sobeja do labor alheio. Mas a ninguém se nega a condição de proprietário, pois o capital não impede ninguém de alienar sua capacidade laboral. Aí está o motivo pelo qual homem do capitalismo só pode ser um ente etéreo e proprietário (ou melhor, etereamente proprietário!), e pelo qual o humanismo liberal e a ideologia jurídica estão irmanados. Locke, em sua elaboração, apenas antecipava o século

XVIII, apenas rascunhava o tipo de homem que seria o membro da sociedade civil moderna, e que embasou as obras de Adam Smith, Jean-Jacques Rousseau, Jeremy Bentham... E Immanuel Kant.

O século do iluminismo (e da aurora do capitalismo) teve em Kant um de seus maiores expoentes. O notório pensador deixou “todo o embasamento filosófico para o pensamento jurídico burguês de seu tempo”, e mesmo para além, dado que “até os dias atuais, as retomadas de muitas posturas jusfilosóficas liberais e de legitimação da ordem jurídica do capitalismo continuam a passar por ele” (MASCARO, 2012, p. 236).

No que concerne os direitos humanos, vem de Kant a noção de dignidade da pessoa, e que condensa o atributo “humanidade” como substrato filosófico e jurídico. O filósofo de Königsberg vislumbrava o sujeito humano como ser ente racional e, por conseguinte, autônomo, capaz de legislar sobre seu próprio destino e de participar da legislação universal. Agraciado pela livre vontade, o homem adquire a capacidade de ser legislador no reino dos fins e de se colocar como fim em si mesmo, nunca como meio. “*Autonomia* é pois o fundamento da dignidade da natureza e de toda a natureza racional” (KANT, 2005, p. 79).

Quem é o ser autônomo, independente? É o “homem”, seguramente, mas o homem que emergia no século XVIII, e que se despia dos laços comunitários tradicionais para figurar como abstração do mercado, como produto do capital. O mesmo indivíduo humano que, doravante, define-se em contraposição aos objetos inanimados. Já que a autonomia se estabelece pela razão de cada pessoa, esta qualidade torna cada indivíduo um ser único, infungível e acima de qualquer avaliação em dinheiro, e esta é outra maneira de se exprimir o que é digno. Admitindo que “no reino dos fins tudo tem ou um preço ou uma dignidade”, Kant (2005, p. 77) faz uma importante distinção: “Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e portanto não permite equivalente, então tem ela dignidade”.

Os juristas enxergam nesta passagem a suprema glorificação do gênero humano. Fábio Comparato (2010, p. 38) sustenta, sob inspiração kantiana, que “a pessoa humana é, ao mesmo tempo, o legislador universal, em função dos valores éticos que aprecia, e o sujeito que se submete voluntariamente a essas normas valorativas”. Os direitos humanos seriam a transposição ao direito desta visão ética da dignidade kantiana:

A compreensão da realidade axiológica transformou, como não poderia deixar de ser, toda a teoria jurídica. Os direitos humanos foram identificados com os valores mais importantes da convivência humana, aqueles sem os quais as sociedades acabam perecendo, fatalmente, por um processo irreversível de desagregação.

Por outro lado, o conjunto dos direitos humanos forma um sistema correspondente à hierarquia de valores prevalecente no meio social; mas essa hierarquia axiológica bem sempre coincide com a consagrada no ordenamento positivo. Há sempre uma tensão dialética entre a consciência jurídica da coletividade e as normas editadas pelo Estado (COMPARATO, 2010, p. 38-39).

Ilustre representante do idealismo dos juristas – e mesmo dos mais avançados –, Comparato crê que os direitos humanos, ao afirmarem a dignidade do homem, são o que há de mais cândido e belo no mundo. E quando este mundo não dá o devido trato ao homem, a “culpa” seria do Estado (ou seja, dos governantes e legisladores), que não soube ou não quis fazer respeitar os direitos humanos em suas competências normativas. De antemão, a forma jurídica é eximida de qualquer responsabilidade sobre as aflições e iniquidades existentes: a maldade está na “política”, o bem redentor está no direito, ou melhor, na “consciência jurídica da coletividade”, também conhecida como “o conjunto dos direitos humanos”.

Os marxistas, sem nenhum deslumbramento, devem seguir um rumo muito diferente ao inspecionarem os direitos humanos. Para começar, foi Kant que traduziu ética e ideologicamente aquilo que sucedia na estrutura social, e não o contrário. Deste modo, cumpre pensar a dignidade relativa aos direitos humanos como uma das feições da sociedade burguesa, ainda que expressa numa exuberante roupagem filosófica. Além disso, a forma jurídica não é menos produto do mundo existente do que as suas mazelas, e nem pode ser dissociada do Estado como forma política. O jurista que isenta as instituições jurídicas daquilo que se opera na vida social, no fundo, está sendo seletivamente indulgente para com seu ramo de atuação, furtando-se a um olhar mais devassador.

Seria este um diagnóstico muito duro e amargo? Ora, ele não é exatamente saboroso, mas não cabe à ciência adocicar a realidade. Indaguemos: por que Kant aparta coisas e pessoas? Porque o capitalismo assim procede: quando a sociabilidade é demarcada pela divisão mercantil do trabalho, os indivíduos são reduzidos a condutores de mercadorias no mercado, o que exige uma límpida distinção entre a mercadoria (coisa) oferecida e o seu proprietário (pessoa). O homem tem sua dignidade acatada quando é

tratado não como coisa, mas como pessoa, e isto se dá quando ele se coloca como sujeito de relações jurídicas, como autor de composições jurídicas, em franco contraste com os objetos transacionados. O que isto quer dizer? Apenas que o direito, tanto quanto o capitalismo, repudia a escravidão, enjeita a submissão absoluta de um homem a outrem, recusa a sua diminuição ao estatuto de coisa. Em contrapartida, uma submissão “relativa”, mediada pela forma contratual, será não só acolhida como mesmo ovacionada, louvada como a realização da mais alta liberdade. O assalariamento capitalista, como já estudamos, soleniza o “trabalho livre”, faz do trabalhador um indivíduo que não é mais parte direta dos meios de produção (como na escravatura), e que está desembaraçado de qualquer ligação com a terra ou com outros meios de produção (como no medievo).

E é esta liberdade formal, eminentemente jurídica, que irá, junto com a igualdade e a propriedade, dissimular o apresamento da mais-valia na produção capitalista; é este conjunto que investe o trabalhador com a subjetividade do direito, convertendo-o em ser “digno”, agente contratual, cocriador de relações jurídicas, adornando o bolso do valor excedente pelo capital, a acumulação ininterrupta à custa do proletariado que se esfalfa e a subsunção deste proletariado pela grande indústria – trazendo com ela o consumo da força de trabalho pendente à desmedida e o crescimento de um exército de desempregados na reserva. Porque para o patronato, no estrito âmbito do processo produtivo, o obreiro não é muito diferente de uma coisa, de um objeto. Apesar de ser “homem”, o trabalhador só interessa ao empregador pela força de trabalho que vende, e esta, a seu turno, é inseparável de seu vendedor. No processo produtivo, o proletário difere do escravo pela delimitação de sua jornada de trabalho, sem a qual ele integraria os bens de produção. Mas mesmo assim, o capital se defronta com sua mão de obra como uma mercadoria qualquer dentre suas posses, adquirida a justo título:

Ao penetrar o trabalhador na oficina do capitalista, pertence a este o valor-de-uso de sua força de trabalho, sua utilização, o trabalho. O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista, comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega (C. I, I, p. 219).

Uma viva contradição: o trabalhador deve ser “livre”, deve ser reconhecido como sujeito, sendo contratado sob a égide de uma vontade formal para fermentar o valor na adega capitalista. Mas nesta “fermentação”, ele não é mais do que um insumo produtivo, um objeto econômico à disposição do capital, e frequentemente entregue em holocausto para aplacar a ira do Deus-mercado – uma divindade de humor altamente instável, como sugerem as crises econômicas. Dizendo de outro modo: o capitalismo repudia (com Kant e os juristas) que o homem seja uma coisa qualquer, portadora de um preço, mas isto não o impede de precificar sua capacidade laboral, de transformar em mercadoria sua força de trabalho (seu cérebro, seus músculos e seus nervos) e de dispor desta mercadoria segundo seu arbítrio. A “coisificação” do trabalhador na fabricação capitalista de valor e mais-valor, longe de contrariar o “homem”, tonifica a sua imagem. O proletário precisa ser “pessoa” na circulação de sua mercadoria, e só assim ele será devidamente recepcionado na produção capitalista, onde seu artigo de venda (sua aptidão física e intelectual) será vorazmente consumido, como uma “coisa”.

Em mais uma de suas dualidades, o capitalismo preenche o proletariado com uma dupla natureza, incumbindo ao direito elevar a “pessoalidade” contra a “coisalidade”, enaltecer a face de pessoa do obreiro e se calar sobre a sua contraface de coisa – dir-se-ia que a dinâmica econômica que ultrapassa as leis e o contrato de trabalho não são da alçada do direito! É desta forma que, no mercado capitalista (que abarca, por certo, o mercado de trabalho), o fetichismo da mercadoria é completado pelo fetichismo jurídico:

A esfera de domínio, que envolve a forma do direito subjetivo, é um fenômeno social que é atribuído ao indivíduo do mesmo modo que o valor, outro fenômeno social, é atribuído à coisa, enquanto produto do trabalho. O fetichismo da mercadoria se completa com o fetichismo jurídico.

As relações dos homens no processo de produção envolvem assim, num certo estágio de desenvolvimento, uma forma duplamente enigmática. Elas surgem, por um lado, como relações entre coisas (mercadorias) e, por outro, como relações de vontade entre unidades independentes umas das outras, porém, iguais entre si: tal como as relações entre sujeitos jurídicos. Ao lado da propriedade mística do valor aparece um fenômeno não menos enigmático: o direito. Simultaneamente a relação unitária e total reveste dois aspectos abstratos e fundamentais: um aspecto econômico e outro jurídico (PACHUKANIS, 1988, p. 75).

A conjecturada inerência do valor à mercadoria física é, portanto, arrematada com a ideia de inerência da subjetividade de direito aos guardiões das mercadorias e com a construção filosófica (e também jusfilosófica) de um tipo de homem que retrata estas

prescrições da ordem do capital. A dignidade do homem é o seu “valor jurídico”, cópia adaptada do valor capitalista que é produzido e que circula sem cessar na economia. E como o original, a cópia traz em si toda a carga de fetiche que satura a sociedade burguesa.

Como estamos fazendo uma aproximação entre o conceito de dignidade e o modo de produção capitalista, devemos limpar o terreno e evitar quaisquer confusões com o passado. O termo “dignidade” antecede Kant e a modernidade, não o ignoramos. Todavia, sucede a mesma coisa com o vocábulo “direito” (*ius*), que assumiu diferentes acepções ao longo dos tempos – e que somente correspondeu à forma jurídica madura sob o capitalismo. Os antigos conheciam a palavra *dignitas*, com efeito, o que não quer dizer que estivesse presente entre eles o conceito de dignidade humana como uma qualificação própria de cada homem. Aliás, é imperioso consignar que o termo estava muito mais ligado a valores estamentais do que a qualquer tipo de universalidade humana¹¹³.

Colocada esta ponderação, podemos progredir na inquirição sobre os direitos humanos, particularmente em suas dimensões ou gerações. Deve-se entendê-las como variações da forma dignidade humana, a qual, em sua generalidade, instrui o sujeito de direito e a forma jurídica geral (representando sua objetivação mais sublimada e mais fetichista). Na doutrina dos direitos humanos, estas variações foram de alguma maneira intuídas, ainda que a dogmática esteja muito longe dos debates sobre as formas sociais. Os doutrinadores perceberam que a dignidade humana aparece em três modalidades: tutela do homem enquanto indivíduo perante o Estado, tutela do homem nas contingências econômicas e tutela do homem enquanto grupo ou espécie. A subjetividade jurídica comporta certa flexibilidade: nós a encontraremos em estado primário nos direitos civis e políticos, sofisticada nos direitos sociais e abstraída ao extremo nos direitos de solidariedade.

¹¹³ Jean-Frédéric Poisson despendeu vigorosos esforços para eternizar a noção de dignidade humana, preconizando que ela jamais esteve de todo ausente nas sociedades humanas, carecendo apenas de uma universalização. Contudo, seus estudos etimológicos sobre o termo *dignitas* são reveladores nos seus quatro principais significados: “o fato de merecer ou ser digno de alguma coisa [...]; a consequência dessas qualidades: consideração, estima, prestígio, dignidade; o sentimento de dignidade e honorabilidade; a beleza majestosa e a nobreza” (POISSON, 2004, p. 45). Originalmente: “le fait de mériter ou être digne de quelque chose [...]; la conséquence de ces qualités: considération, estime, prestige, dignité; le sentiment de dignité et d’honorabilité; la beauté majestueuse et la noblesse”. Tais significados iluminam nosso argumento: na Antiguidade e na Idade Média, a dignidade não mantinha nenhuma relação com a ideia até então inconcebível de um portador universal de direitos. Foi necessário o advento da modernidade capitalista para que esta concepção jusfilosófica tivesse lugar na história – por mais que, ao lado dela, subsista secundariamente nos dicionários hodiernos a denotação “aristocrática” sobre o é “digno”.

Lançaremos agora uma rápida mirada sobre as duas primeiras dimensões dos direitos humanos, muito mais a título comparativo com a terceira dimensão, que é a que verdadeiramente nos concerne e que será apurada logo em seguida.

2. Direitos humanos de primeira dimensão

Quem quer que aceite a luta de classes, tem de reconhecer que, numa república burguesa – mesmo a “mais livre e democrática” de todas – a liberdade e igualdade só pode ser, e sempre foi, a expressão da igualdade e liberdade dos proprietários de mercadorias, no sentido definido por Marx no “Capital”. Marx explicou isto milhares de vezes em todas as suas obras e particularmente no “Capital” (...), e riu-se das explicações abstratas de “liberdade e igualdade”, riu-se de vulgarizadores como Bentham, que não via isto e dissimulava as raízes materiais destas abstrações (LÊNIN, 1980, p. 8).

Lênin retirou conclusões políticas das apreciações econômicas contidas n’O capital: os conceitos de liberdade e igualdade que instruem o palavreado político da modernidade, que embasam a cidadania e a democracia liberal, reportam-se à estrutura mercantil da sociedade capitalista, remetendo a um modo de produção determinado – de tal sorte que a liberdade e a igualdade, assim entendidas, não servem à superação do capitalismo, antes o instituem. Atrás das abstrações em torno do “homem”, atrás dos seus garbosos direitos cívicos, escondem-se maquinações de dominação que operam mesmo nos países democráticos mais “livres”.

O “homem” do capitalismo, imerso na subjetividade jurídica, posta-se politicamente como um cidadão, pelo menos em princípio: esta cidadania aprimora-se ou regride a depender do regime político estabelecido. E quando dizemos regime, referimo-nos à configuração dos aparelhos repressivos e ideológicos de Estado num dado contexto da luta de classes.

Salientemos que a forma jurídica não é de modo algum indiferente ao conflito entre as classes sociais: a compleição das categorias elementares independe desse conflito, tanto como das incertezas da política, eis que repousa nas relações de produção – as quais se petrificam nas chamadas formas sociais. Porém, o desenvolvimento destas categorias pode ser impelido ou obstado pelos processos políticos, e é por isso que a organização e a disposição dos aparelhos estatais é um fator a ser sopesado.

O regime político em que se concretiza um Estado é decisivo para o alcance das formas sociais, em especial no âmbito das relações entre os indivíduos e a autoridade estabelecida. Nas relações estritamente privadas, a cidadania é quase que invariável, e isto porque se encontra mais diretamente conectada às trocas mercantis. Entretanto, para que isto ocorra, exige-se um arranjo político e institucional que caucione a universalidade da forma jurídica. Nos regimes de *apartheid* (África do Sul antes dos anos 1990, Israel até os dias de hoje) ou de “semi-*apartheid*” (Estados Unidos antes dos anos 1960), a cidadania experimenta uma clivagem racial, não logrando se universalizar; ela se detém em costumes segregacionistas que são nutridos por uma política oficial. Já nas ditaduras militares, não há nenhuma clivagem para os particulares, mas os direitos de cidadania são escassos, a sua fruição é deveras “parcimoniosa”. Na interação com o poder público, o indivíduo é destituído de abrigo jurídico.

Devido ao modo cambiante como o Estado atua na vida civil – e que tem como variante central as oscilações da luta de classes –, a forma jurídica pode ser estimulada ou desestimulada. O igualitarismo do capital, inevitável na troca mercantil, não consegue espalhar-se de modo consequente pelas instituições jurídicas e políticas nos casos em que o regime é mais claramente agressivo e parcial. Em algum grau, as determinações do valor não de ter êxito. Nunca um dado regime poderia afastar por completo o direito e a forma estatal, nem o Estado poderia desintegrar toda a forma jurídica, sob pena de comprometer a produção e a circulação de mercadorias:

O Estado pode até restringir drasticamente a quantidade dos direitos subjetivos, mas não afasta a qualidade de subjetividade jurídica geral. Em casos tão extremos quanto os das ditaduras militares na América Latina, ou dos governos despóticos em alguns países árabes, africanos ou asiáticos, ou mesmo nos casos de fascismo e nazismo na Europa, a subjetividade jurídica é comprimida, reconfigurada e retalhada, mas sempre mantida em seu mínimo que dá fundamento à dinâmica de reprodução do capital. O sujeito de direito pode perder, por intervenção extrema do Estado, o direito ao voto, o direito à dignidade da identidade cultural, religiosa, de sexo ou raça, mas não perde o núcleo da subjetividade jurídica, que é dispor-se contratualmente ao trabalho assalariado, bem como o capital privado quase nunca é expropriado em sua total extensão (MASCARO, 2013, p. 42-43).

Acresce ainda que, mesmo nas ditaduras, no *apartheid*, no fascismo etc., a coerção é ainda aplicada por um aparato separado das classes dominantes, e muitas vezes é timbrada pelo Judiciário. De qualquer modo, a intervenção da política crua, como repressão ditatorial

ou como segregação radical, é um coeficiente de abalo na quietude do direito, um arrastamento que pressiona pela desigualdade de tratamento e pela supressão das margens de ação do inimigo, comprimindo a subjetividade jurídica em face do poder público. As engrenagens liberais que assentam a canga capitalista em condições de normalidade são distorcidas ou parcialmente destruídas por uma razão de Estado que, fora do regime democrático liberal, é de todo indômita, já não se deixa acanhar pelo direito público.

A regra, no capitalismo, é a fluência do jogo político “por dentro” do direito, observando os ditames da subjetividade jurídica na conexão dos indivíduos entre si e com a autoridade. A democracia liberal, por isso, é a configuração “preferencial” do aparato de Estado capitalista – é o meio mais conveniente de se tutelar as prerrogativas dos portadores de mercadorias –, e não é por acidente que ela está sempre inscrita nas declarações de direitos desfraldadas nas revoluções burguesas.

Tomemos a *Bill of Rights* inglesa, a Declaração de Direitos de Virgínia e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão na França. Nelas há não apenas as características da moderna (capitalista) forma política em construção, como também as definições do regime democrático liberal: a divisão dos poderes, o sufrágio e a representação, as liberdades civis e políticas contra o Estado¹¹⁴. Nas cartas políticas do século XVIII, inclusive, o “homem” aparece com mais clareza, demonstrando que a forma “democracia” exhibe em seu corpo as linhas burguesas do liberalismo.

Apesar deste elo histórico entre o liberalismo e os direitos humanos de primeira dimensão, os juristas tradicionais já os enxergam muito antes da era capitalista, como se bastasse qualquer tipo de limitação ao poder político para a configuração de direitos civis e políticos. Fábio Comparato (2010, p. 83) e Norberto Bobbio (2000, p. 13) chegam mesmo a indicar a Magna Carta inglesa de 1215, um compromisso feudal intersenhorial, como o início das liberdades democráticas – e isto numa época e lugar em que jamais ocorreria a alguém falar num homem indeterminado ou num cidadão. Com efeito, incorre-se em tais imprecisões quando se tenta definir o jurídico pela normatividade e não pela subjetividade. É como se o ser humano estivesse sempre à caça dos mesmos institutos liberais, implementando-os paulatinamente.

¹¹⁴ Fizemos uma investigação mais detalhada sobre as declarações liberais em nossa dissertação de mestrado (BIONDI, 2012), na qual tecemos uma crítica imanente dos direitos humanos de primeira dimensão (e também dos de segunda dimensão).

Arrimando-nos na teoria marxista, não corremos o risco de nos desgarrarmos da história. Não sendo cabido retomar tudo o que estudamos em outro trabalho, cumpre ir direto ao ponto: os direitos humanos referentes à primeira geração de direitos, e que cuidam da liberdade dos cidadãos em face de uma coletividade representada no Estado, advêm do mercado capitalista, florescendo com mais desenvoltura quando os conflitos de classe não extravasam a sua normalidade, ou seja, quando as classes proprietárias dominam pacificamente, sem a necessidade de romper com o liberalismo político e de escancarar as suas garras.

O que significa ser portador de direitos civis e políticos? Os liberais dirão, sem hesitar, que tal condição corresponde ao reconhecimento da humanidade do homem, ao apreço pela sua máxima liberdade e ao amor pela mais justa isonomia, contrariamente aos odiosos privilégios absolutistas. Dirão que possuir os direitos humanos de primeira dimensão consiste em desfrutar de uma proteção contra o arbítrio, contra agressões injustificadas¹¹⁵. Pois bem: coloquemos de lado agora os adornos e a apologia ideológica às formas políticas do capital. O núcleo que resta é o fato de que, no regime democrático liberal, os indivíduos são interpelados pela autoridade instituída como cidadãos, como sujeitos de direito – pessoas “dignas” da juridicidade –, e não como simples súditos.

Lembremos de Pachukanis, quando ele nos ensinava que, em direito, o poder autoritário extremo oprime a subjetividade jurídica, e que o requisito para um direito público, pelo qual o Estado observa a forma jurídica nas suas ações, é a sua harmonização com a rede privada dos indivíduos autônomos. Os direitos civis e políticos expressam apenas um nexo de direito entre o Estado e o membro da comunidade, um nexo que é jurídico e não meramente político, constituindo uma interpelação do indivíduo como sujeito-cidadão, um ser que traz em si a “natureza trinitária” mencionada por Edelman, aludindo à imagem do proprietário de mercadorias.

O cidadão, titular dos direitos civis e políticos, sujeita-se ao poder do Estado pelo direito, não pelo poder nu – eis a síntese da democracia liberal. Concomitantemente, o Estado pauta-se pelo direito, atua nos moldes jurídicos, transformando-se em “Estado de Direito”. Isto é algo “bom”, “progressista”? Em comparação com o absolutismo, as

¹¹⁵ Um resumo (e uma defesa) dos ideais liberais encontra-se em Norberto Bobbio (2000) – não por acaso, um jurista dos mais tradicionais.

ditaduras e o fascismo, certamente, mas seria muito cômodo enaltecer a civilização capitalista pelo atraso feudal que ela soterrou, assim como seria muito complacente anistiar o regime liberal apenas por ele se diferenciar das facetas mais apodrecidas do capitalismo. É preciso ir além, compreendendo-se as inferências da moldura jurídica, isto é, da sujeição ao Estado nos termos do direito público.

Submeter-se pelo direito traz como primeira consequência a captura do indivíduo pela forma jurídica e a sua conversão em “mônada isolada”, em ente voltado para si próprio, e que usufrui seus direitos e liberdades contra os demais. Marx (2009, p. 64) atinou que daí se coleta um direito humano à liberdade que “não se baseia na vinculação do homem com o homem, mas, antes, no isolamento do homem relativamente ao homem”, de sorte que “cada homem encontre no outro homem, não a *realização*, mas antes a *barreira* da sua liberdade”. Este é, com exatidão, o “esqueleto” da sociedade burguesa, é a própria ossatura utilitarista e competitiva da arena mercantil do capitalismo, onde o direito de um acaba onde começa o direito do outro, onde o interesse de um só existe em oposição ao interesse do outro.

Esta oposição acarreta o choque entre as liberdades, nunca a convergência. À liberdade de manifestação, opõe-se a liberdade de ir e vir; ao direito à honra, antepõe-se a liberdade de imprensa; ao direito de realizar greves, contrapõe-se o direito aos serviços essenciais. Diante destas contradições, a dogmática jurídica disponibiliza a técnica do “cotejo de princípios”, difundindo a ideia de que os princípios contidos nos direitos fundamentais têm de ser confrontados em cada ocorrência, e segundo critérios de razoabilidade e proporcionalidade. Consciente ou inconscientemente, os doutrinadores que assim arrazoam conspiram contra a luta dos trabalhadores, que se vê mutilada pela forma jurídica. Em nossa dissertação de mestrado, comentamos como isto se dá:

Pode-se fazer passeata, com a condição de que seja uma “meia passeata”, uma mobilização que não obstrua por completo o tráfego. Os trabalhadores podem cruzar os braços, desde que avisem o empregador com antecedência, que não ocupem o local de trabalho etc. Os servidores públicos podem entrar em greve, mas apenas se for uma “greve pela metade”, garantindo um mínimo de serviço. Em todos estes cenários, o cotejo de princípios, a pretexto de não suprimir inteiramente nenhum direito fundamental, corrobora a mutilação da política de classe, a sua submissão à previsibilidade e às rédeas curtas do Estado, que atua em nome da democracia e do bem comum. Ousar ir além desta política recortada significa abusar de um direito, o que configura uma ilicitude (BIONDI, 2012, p. 83-84).

A insustentabilidade deste cotejo de princípios e direitos aparece de modo exacerbado até mesmo no direito individual do trabalho, no qual germinou a aberrante figura da revista íntima do empregado por seu empregador no local de trabalho. Tal humilhação ao obreiro foi judicialmente permitida a pretexto de uma “ponderação de princípios”: o poder diretivo do empregador (direito de propriedade) contra a intimidade do empregado. Judicialmente, chegou-se a uma solução “justa”, “equilibrada”: a revista é lícita desde que não seja “vexatória”, como se a infâmia não estivesse contida no ato mesmo de se presumir o furto.

Muitos juristas progressistas, partilhando da indignação contra a jurisprudência da corte superior trabalhista, diriam: “ora, o problema não está nos direitos humanos, ou no cotejo dos princípios, mas no mau uso da ponderação jurídica”. Falta-lhes divisar que a ponderação deriva da forma jurídica, do antagonismo entre os indivíduos e seus direitos, e que, como tal, ela não pode conduzir a um resultado contrário aos imperativos do capital. Há que se vislumbrar que “toda ponderação de princípios, na realidade, esconde um único conflito existente no sistema (tanto capitalista, quanto jurídico): uma colisão de liberdades e de igualdades” (CORREIA, 2011, p. 51).

Mas aos juristas, em sua posição ideológica, não é dado almejar uma solução que não seja jurídica. A sua “zona de conforto” (e que “coincide” com a sua área profissional) é o processo judicial. Qualquer controvérsia no tocante ao direito há de ser dirimida numa lide “civilizada”, sob o acolhimento “racional” do Judiciário, ou seja, da “Justiça” – o que também se comunica com a lógica jurídica dos direitos civis e políticos, albergando os pressupostos da cidadania.

Reflitamos a este respeito. Formado como mônada, o indivíduo solto dos direitos humanos, juridicamente interpelado, é credor de um “julgamento justo”, ou seja, do chamado devido processo legal: um julgamento que prima pela “paridade de armas” entre os contendores, pela igualdade em abstrato. As partes processuais devem equivaler-se, e o cidadão carregado ao banco dos réus, para não deixar de ser um sujeito de direito, equaliza-se ao órgão estatal perseguidor – eis a regra primeira do Estado de Direito. É um acontecimento curioso: o poder público bifurca-se em jurisdição, de um lado (como Judiciário), e em órgão acusador, de outro (como Ministério Público, preposto da

comunidade). No curso do processo, o cidadão encontra no juiz um terceiro distanciado, ao passo que o seu “adversário”, que não é menos Estado que o órgão julgador, acaba projetado como um igual em prerrogativas processuais. Em havendo este modelo de lide, os direitos humanos individuais prevalecem, pouco importando o conteúdo e o desfecho do julgamento.

Bipartindo-se em julgador e em parte processual, o Estado de Direito rompe com o modelo inquisitorial de julgamentos que se tinha nas monarquias absolutas e confere um cunho contratual ao processo. Pachukanis (1988, p. 127) destaca que “o processo penal, como forma jurídica, é inseparável da figura da vítima que exige ‘reparação’ e, por conseguinte, da forma mais geral do contrato”, o que explica, inclusive, as margens de negociação existentes na lide: “O procurador público reclama, como convém a uma ‘parte’, um preço ‘elevado’, ou seja, uma pena severa. O acusado solicita indulgência, ‘uma redução’, e o tribunal se pronuncia ‘em toda a equidade’”. De fato, o indivíduo de feitiço contratualista jamais abandona o direito em suas variadas manifestações.

É evidente que, mesmo no âmbito da forma, a equiparação entre Estado e indivíduo não poderia atingir a perfeição – já cuidamos das dificuldades do direito público e do melhor desempenho do direito privado. Ainda assim, ela revela que a forma política estatal adota certos cuidados ao interferir na esfera privada, eis que ela não pode ignorar a subjetividade jurídica dos indivíduos. Redunda disto que, quando o Estado cerceia condutas ou exerce seu poder de polícia, ele diminui a fruição dos direitos de liberdade (no uso de força contra “tumultos”, controle de fronteiras, fiscalizações etc.) e propriedade (na cobrança de tributos, tombamento, desapropriação etc.)¹¹⁶.

Sendo este um terreno delicado, que lida com o talhe do sujeito de direito, o Estado de Direito só efetiva as restrições mais drásticas à liberdade e à propriedade dentro da “metodologia” da forma jurídica. E no caso de excesso, de uso abusivo e desmedido da violência, ao cidadão é facultado acionar a jurisdição estatal para se defender judicialmente e até mesmo para processar o próprio Estado. Em sua organização “democrática”, a forma política estatal comporta ferramentas de responsabilização jurídica contra ela mesma. Não

¹¹⁶ A coerção contra a pessoa só se distingue como limitação a “direitos” no capitalismo, não antes. Um servo atacado por seu senhor ou um escravo maltratado por seu dono não reclamariam contra o que hoje chamaríamos, anacronicamente, de lesão a seus direitos individuais. Por certo, apelariam para noções de costume e de religião para fundamentar seu sentimento de indignação.

basta que, para tolher os direitos do indivíduo, o poder público acate os procedimentos oficiais. É preciso que ele próprio seja, em parte (e apenas em parte), um sujeito de direito, um ente juridicamente apto para reparar as suas faltas – o que não quer dizer que o fará de bom grado. Como qualquer litigante interessado, terá os seus advogados para defender a sua causa.

Outra decorrência da forma jurídica aplicada à relação Estado-indivíduo é, nesta contextura individualista, a inexistência de espaço reconhecido para a ação como classe, nem mesmo nos instantes propriamente políticos. Na democracia liberal, o máximo que se consegue é a representação por categorias profissionais e por associações de bairro, e desde que juridicamente personificadas. Ao invés da unidade e da solidariedade de classe na política, exalta-se a conduta individual, o sufrágio. Os explorados, oprimidos e dominados se dissolvem nas votações, nivelam-se como eleitores e se despem de seu pertencimento de classe para participarem da democracia como cidadãos – o que não acontece, por exemplo, nas eleições sindicais, em que todos os eleitores são trabalhadores, não havendo nenhum tipo de dissimulação ou mistificação. Nas eleições burguesas, as vontades de indivíduos materialmente desiguais circulam como vontades que se objetivam nos mandatários eleitos e que acabam equacionadas a despeito da cisão de classe, propiciando a refrescante sensação de justiça, isenção e isonomia. Não se prefigura como equânime um sistema político que adota por princípio a não discriminação dos seus cidadãos, dando ao voto do indigente e do bilionário um peso parelho? Não se denunciaria como iníqua uma votação em que a vontade dos desgraçados não valesse o mesmo do que a dos afortunados? E o que pensar, então, do sistema soviético na Rússia revolucionária, que chegava ao cúmulo de negar a capacidade de votar e ser votado aos que vivessem da exploração do labor alheio? A arte da retidão e da imparcialidade, para os liberais, está em se devotar o mesmo tratamento aos desiguais, tal como reza o direito.

Mas é mister ter em mente que a igualação cívica de hoje, como sói acontecer com a forma jurídica, não é fruto de uma evolução linear e espontânea. A maturação da forma jurídica democrática que desaguou no sufrágio universal – este monumento de que tanto se orgulham os liberais – é indissociável da luta de classes e, mais concretamente, da história do movimento operário e de seus triunfos mínimos, como o amargo direito de escolher o próprio carrasco. Nossos liberais de hoje deveriam, por estima à memória e à verdade,

evocar os tempos em que a extensão do voto ao operariado arrepiava a espinha de seus antepassados, compelindo os “pais” da democracia à “chocante” e embaraçosa exigência do sufrágio censitário¹¹⁷. Seria mais honesto se reconhecessem que foram derrotados, que mesmo a igualdade cidadã para todos foi arrancada a muito custo pela classe operária e impelida contra muitos daqueles que nos são apresentados na atualidade como campeões da liberdade.

Sigamos em frente. Como terceira consequência da submissão de tipo jurídico oferecida pelos direitos de primeira dimensão, tem-se o uso calculado e metrificado da violência, e em adesão ao critério eminentemente jurídico da equivalência. Contrariamente aos autoritarismos e às monarquias absolutistas, a violência de Estado, na democracia liberal, é um expediente mensurável e carregado de procedimentos. É direito dos cidadãos sofrer reprimendas do Estado de acordo com as regras aplicáveis e com os trâmites exigíveis. O funcionamento da máquina estatal não deve ser obscuro, os agentes de mercado devem ter certeza e segurança sobre até onde o domínio da autoridade deve se intrometer na hierática zona privada – e é de se esperar que o faça o mínimo possível, ao menor custo e com o maior proveito. Dir-se-ia, com alguma malícia, que o indivíduo faz jus a meios que o habilitem à aferição do risco de ser punido em caso de infração, e que a contabilidade capitalista de custo-benefício está por trás disto¹¹⁸. Afinal, quem faz negócios precisa estar a par do que pode ocorrer à sua pessoa e aos seus bens, e é invariavelmente guiado pela bússola do utilitarismo. Negá-lo seria o “arbítrio”, e contra ele se brada a “liberdade”. A repressão “democrática”, fiel ao Estado de Direito, é um ato essencialmente burocrático, objetivo, oficializado, algo incogitável em arranjos políticos diversos, em que

¹¹⁷ As incongruências do liberalismo em torno do sufrágio e as oscilações deste até a sua forma contemporânea universal foram muito bem debatidas por Domenico Losurdo (2004). E se quisermos manter os liberais em apuros, convém que lhes indaguemos sobre a convivência pacata do Estado de Direito norte-americano com a escravidão oficial nos estados sulistas durante quase um século.

¹¹⁸ O homem individualista e utilitarista, o cidadão pactuante do contrato social, inconfundível por sua alma burguesa, está pressuposto no direito penal e nas suas garantias fundamentais humanistas. Edelman (2007, p. 18) o demonstra: “Já que o homem do contrato social, de um lado, tem por si próprio um amor sem paralelo, e, de outro, é constrangido a viver em sociedade, é preciso manipular o prazer e a dor, punir e recompensar. Se se pune um crime com demasiado rigor, excede-se o preço a se pagar para viver em sociedade, o preço do contrato social; se se o pune muito fracamente, deixa-se margem ao narcisismo; a pena deve, então, ser estritamente calculada em consideração ao bem público”. No texto original: “Dès lors que l’homme du contrat social d’un côté se porte à lui-même un amour sans pareil et, de l’autre, est contraint de vivre en société, il faut manipuler le plaisir et la douleur, punir et récompenser. Si l’on punit trop fort un crime on excède le prix à payer pour vivre en société, le prix du contrat social, si on le punit trop faiblement, on laisse trop de marge au narcissisme; la peine doit donc être strictement calculée au regard du bien public”.

os caprichos de um déspota dispensam as mediações dos códigos processuais, das delegacias, dos fóruns e dos presídios.

Sendo burocratizada, a intervenção estatal é calculável, e o direito funciona como medida da violência. O ápice desta característica está presente no direito penal – “aquele que tem o poder de tocar mais direta e brutalmente a pessoa individual” (PACHUKANIS, 1988, p. 118) –, e é por isso que uma considerável fração das liberdades democráticas está associada às atribuições de persecução criminal do Estado. Quer-se com as referidas liberdades, destarte, sujeitar a força repressiva estatal a uma racionalidade jurídica, capitalista, o que começa com o elemento da proporcionalidade (equivalência) das penas contido em princípios clássicos da ramificação penal: não há crime e nem castigo se não houver lei que os defina, a sanção não deve ultrapassar a pessoa do condenado e, principalmente, a punição deve ser individualizada (o infrator se responsabiliza por cada ato seu e de acordo com a contagem das circunstâncias atenuantes e agravantes).

Não se quer negar que o critério de proporcionalidade nas penas, em algum grau, antecede o capitalismo; mas é somente na sociedade burguesa que a pena se desgarra do caráter de reles retaliação (ou de ato de terror) e se firma como um autêntico equivalente mensurável em tempo e individualizado. Aliás, o próprio cárcere é contemporâneo do nascimento do capitalismo, dado que, precedentemente, as pessoas eram encarceradas apenas para aguardar o suplício. Nunca, até a época moderna, a prisão do condenado confundiu-se com a própria condenação. Para que os castigos sociais fossem historicamente convertidos em restrição de liberdade num intervalo de tempo, “foi necessário”, conforme Pachukanis (1988, p. 130), “que todas as formas concretas da riqueza social tivessem sido reduzidas à mais abstrata e mais simples das formas, ao trabalho humano medido pelo tempo”, o que demonstra que certos fatos externamente desconexos não poderiam eclodir senão na mesma conjuntura: “O capitalismo industrial, a Declaração dos Direitos do Homem, a economia política de Ricardo e o sistema de detenção temporária constituem fenômenos pertencentes a uma única e mesma época histórica”.

Desenha-se, então, a conclusão de que as liberdades democráticas, em sua formação jurídica, realizam o capitalismo, estão de acordo com as suas determinações mais profundas. Se num dado momento o “homem” é tido como “digno” o suficiente para não receber penas corporais, surgindo como alternativa a purgação do delito em tempo de

liberdade, o que condiciona este movimento não é a consciência ética da humanidade, e sim as novas relações de produção que irromperam na cena dos séculos XVIII e XIX. Não é o “valor do homem”, sua concepção de dignidade, que cria os direitos humanos; é o valor capitalista que cria o “homem” como sublimação e como sujeito de direito, inclusive perante o Estado.

É óbvio que, mesmo no Estado de Direito, não raro o poder público agride os cidadãos sem se ater aos mecanismos jurídicos – fazendo-o, comumente, contra os estratos mais empobrecidos do proletariado. Contudo, é sintomático que ele atue assim à sombra da institucionalidade, já que a política oficial, numa democracia capitalista, nunca poderia admitir a desigualdade formal e a violência desmedida. A razão de Estado trabalha silenciosa e clandestinamente, driblando o direito público quando ele atrapalha um objetivo político determinado (como aterrorizar impiedosamente as populações da periferia ou dissuadir e desmoralizar manifestantes) – do que se infere que a forma jurídica, a rigor, não é sequer capaz de assegurar integralmente o uso procedimental e calculado da força bruta estatal.

3. Direitos humanos de segunda dimensão

Esta fábula nasceu no final do século XIX. “Um dia”, tendo o econômico tornado-se violento demais, o “humano” que se encontra no coração de cada homem se revoltou diante de tanta injustiça. A moral se deu conta da existência de uma comunidade humana, constituída em rede intersubjetiva. A ética voltou a ser onde os homens poderiam se comunicar “olhos nos olhos”. A “questão social” engendrou o homem moderno. A psicologia fornece as categorias de base – envelhecendo, ela se torna mesmo psicologia das profundezas –, o marginalismo, a dimensão econômica, a sociologia, a dimensão do grupo. A filosofia pôs a questão da questão, ou a questão do ser do ente, e o direito coroou o todo se metamorfoseando em direito social. Pôde-se começar a falar em “conquistas” dos fracos sobre os fortes, e os direitos humanos conheceriam uma renovação insuspeita¹¹⁹ (EDELMAN, 1978, p. 119-120).

¹¹⁹ No idioma francês: “Cette fable est née à la fin du XIX^e siècle. Um ‘jour’, l’économique étant devenu trop violent, l’humain’, qui se trouve dans le cœur de chaque homme, se révolte devant tant d’injustice. La morale se rendit compte de l’existence d’une communauté humaine, constituée en réseau inter-subjectif. L’éthique redevint le lieu où les hommes pouvait communiquer ‘yeux dans les yeux’. La ‘question sociale’ engendra l’homme moderne. La psychologie fournit les catégories de base – en vieillissant elle devint meme psychologie des profondeurs –, le marginalisme, la dimension économique, la sociologie, la dimension du groupe. La philosophie posa la question de la question, ou la question de l’être de l’étant, et le droit couronna

Edelman é deliciosamente mordaz ao satirizar a “renovação insuspeita” dos direitos humanos. Porque é precisamente isto o que a doutrina jurídica apregoa: renovação. O liberalismo, informam-nos os juristas, pecou pelos seus “excessos”, desabrigando economicamente as massas. As últimas décadas do século XIX foram impactadas pela “questão social”, oficialmente retratada como um crescente sentimento de inconformismo humano em face da miséria. E como os primeiros direitos humanos não traziam nenhum remédio para as privações populares, decidiu-se repaginá-los, ou ainda, revigorá-los.

Os direitos humanos de segunda dimensão seriam um adendo à obra da dignidade humana, já que ninguém garante seu sustento pela mera cidadania política. Os próprios conceitos de dignidade e cidadania seriam enriquecidos, alargados para comportar o elemento sócio-econômico: saúde, educação, habitação, trabalho, previdência e assistência. E ao cuidar daqueles que tombaram ou que fatalmente tombarão no campo de batalha do mercado, os juristas mais à esquerda animam-se com o que seria a chance de superação do individualismo liberal, já que “o titular desses direitos, com efeito, não é o ser humano abstrato, com o qual o capitalismo sempre conviveu maravilhosamente”, e sim “o conjunto dos grupos sociais esmagados pela miséria, a doença, a fome e a marginalização” (COMPARATO, 2010, p. 66). E o autor vai além, concluindo que os direitos humanos de proteção social “são, portanto, fundamentalmente anticapitalistas, e, por isso mesmo, só puderem prosperar a partir do momento histórico em que os donos do capital foram obrigados a se compor com os trabalhadores” (p. 67).

Nesta saga, o qualificativo do “social” seria a redenção dos direitos humanos e até mesmo da justiça – doravante, aprimorada como “justiça social”, e se caracterizando não mais como a divindade julgadora de olhos vendados, imparcial, mas como uma entidade interessada em restaurar um equilíbrio que teria se perdido, e que discrimina positivamente os desfavorecidos para elevá-los. O próprio Estado, arrogando-se o perfil de um promotor dos direitos sociais historicamente clamados pela classe trabalhadora, teria aderido ao “social”, condenando o liberalismo ao passado:

le tout en se métamorphosant em droit social. On put commencer à parler dès ‘conquêtes’ des faibles sur le forts, et le droit de l’homme connurent un regain insoupçonné”.

Os direitos humanos nascem, como é notório, com destacada marca individualista, como liberdades individuais que configuram a primeira fase ou geração dos direitos humanos. Dita matriz ideológica individualista sofrerá um amplo processo de erosão e impugnação nas lutas sociais do século XIX. Estes movimentos reivindicativos evidenciarão a necessidade de completar o catálogo dos direitos humanos e liberdades da primeira geração com uma segunda geração de direitos: os direitos econômicos, sociais e culturais. Estes direitos alcançam sua paulatina consagração jurídica e política na substituição do Estado liberal de Direito pelo Estado social de Direito¹²⁰ (PÉREZ LUÑO, 1991, p. 205).

E se o Estado se tornou social, o mesmo sucederia com as constituições. O constitucionalismo social, que tem na constituição de Weimar a sua referência mais conhecida, seria a inequívoca comprovação de que os direitos de segunda dimensão transformariam toda a sociedade, chegando a flertar com o socialismo. Como não se encantar com a célebre redação da Carta Weimeriana, pela qual a propriedade converte-se em fonte de obrigações do proprietário para com a coletividade? Como não reconhecer a “evolução” dos direitos humanos e do próprio constitucionalismo, em sua incorporação das súplicas trabalhistas quanto à regulação legal do contrato de trabalho e quanto à prestação de serviços públicos pelo Estado?

Os juristas aderiram radiantes à ideia de uma aliança entre as liberdades democráticas e as prestações positivas estatais no domínio socioeconômico. Fábio Comparato (2010, p. 205) exprime com perfeição a ideologia progressista dos direitos humanos ao alvitar que “a democracia social representou efetivamente, até o final do século XX, a melhor defesa da dignidade humana”, tendo o condão de “complementar os direitos civis e políticos – que o sistema comunista negava – com os direitos econômicos e sociais, ignorados pelo liberal-capitalismo”. Em êxtase, Paulo Bonavides (2008, p. 33) proclama que, no Estado social, “as diligências do poder e do cidadão convergem, por inteiro, para trasladar ao campo da concretização de direitos, princípios e valores que fazem o Homem se acercar da possibilidade de ser efetivamente livre, igualitário e fraterno”.

Esta é a “estória” dos direitos sociais narrada pelos juristas. Abandonemos o seu colorido fulgurante e tornemos à “história” cinzenta e soturna. A pretexto de combater o

¹²⁰ Em castelhano: “Los derechos humanos nacen, como es notorio, con marcada impronta individualista, como libertades individuales que configuran la primera fase o generación de los derechos humanos. Dicha matriz ideológica individualista sufrirá un amplio proceso de erosión e impugnación en las luchas sociales del siglo XIX. Estos movimientos reivindicativos evidenciarán la necesidad de completar el catálogo de los derechos y libertades de la primera generación con una segunda generación de derechos: los derechos económicos, sociales, culturales. Estos derechos alcanzan su paulatina consagración jurídica e política en la sustitución del Estado liberal de Derecho por el Estado social de Derecho”.

pauperismo, os governos incorporaram algumas medidas de reforma para aplacar as insurreições operárias do século XIX (sendo a maior delas a Comuna de Paris) e para conter a degradação física da força de trabalho disponível. O Estado ingressou na economia como alavanca auxiliar do capital variável total, concorrendo para a reprodução dos assalariados. Há causas políticas e econômicas que merecem algum desenvolvimento ao longo da exposição, sendo que elas se repetiram no século XX, e com muito mais energia. Em função das ondas revolucionárias e das demandas de reconstrução do pós-guerra, os direitos de segunda geração expandiram-se desigualmente (muito mais no centro do capitalismo do que na periferia), atingiram o seu auge, até o momento em que principiaram a decair. Mas o crucial, para nós, é perceber os desdobramentos atinentes à forma jurídica, e este será nosso maior intuito no presente item.

A primeira pergunta que cabe neste assunto é a seguinte: o que é “social” dos direitos sociais? Pode-se dizer que é uma inflexão (e de modo algum um abandono) do liberalismo clássico, uma sutil relativização. Robert Castel o definiu como uma tentativa compromissória de lidar com a explosiva insatisfação do proletariado, dada a insuficiência da filantropia das igrejas e associações de socorro e o receio de que o radicalismo dos socialistas ganhasse adesão de massas. Era necessário “negociar compromissos entre posições diferentes, superar o moralismo dos filantropos e evitar o socialismo dos ‘distributivistas’” (CASTEL, 1998, p. 345). A social democracia do século XX só faria, no seu turno, reciclar este princípio conciliatório, incluindo na receita a rejeição à URSS, conforme se tira dos posicionamentos dos juristas tradicionais.

Mas foquemos na origem histórica. Mediante a ascensão de uma classe operária que se consolidava como sujeito social desde as revoluções de 1848, o discurso liberal dos séculos XVIII e XIX já não era viável como antes, demandando reparos e atualizações. Em 1871, quando da Comuna de Paris, estava claro para as classes confortáveis da França e da Europa que o operariado era um adversário perigoso, habilitado a um instinto de poder. Sob tais circunstâncias, os ajustes eram inapeláveis: a questão social renovou o “homem”, revelou sua dimensão econômica para além de uma estrita cidadania política. E dela adveio, como forma de abarcar os contrastes assombrosos do capitalismo, a figura jurídica da “hipossuficiência”.

Esta hipossuficiência introduzida pelo direito, não nos enganemos, é uma maneira mais complexa e sofisticada de se negar a luta de classes. Se o atomismo dos cidadãos abstratos não poderia convencer as massas quanto à “justeza” da ordem estabelecida, sendo incapaz de reverter as inquietações oriundas das intoleráveis condições de vida e de trabalho de um proletariado em maturação, crescentemente organizado, era evidente que apenas ignorar as desigualdades materiais em favor da igualdade formal não daria conta da manutenção do *status quo*. O homem abstrato da forma jurídica e dos direitos humanos, assim, ensaia uma pequena concretização, separando-se o indivíduo autossuficiente do indivíduo hipossuficiente, o cidadão economicamente autônomo do cidadão que clama por um esquepe da coletividade. Tem-se aí uma inofensiva cisão jurídica, que de modo algum coloca uma contradição insolúvel, um conflito mortal entre interesses irremediavelmente antagônicos. O “social” dos direitos humanos apaga as classes sociais, tanto quanto as liberdades democráticas, embora o faça com mais refinamento, insinuando-se como um ramo jurídico “pró-operário”.

Tomemos a relação de emprego no direito do trabalho. O empregado não é menos nem mais sujeito de direito que o empregador, mas àquele são concedidas algumas posições compensatórias ditadas pelos regramentos estatais, e dentro da lógica de hipossuficiência. Ou seja: a forma jurídica “pasteuriza” a divisão de classes pelo contrato e pela subjetividade de direito, diluindo membros de classes antagônicas em contratantes com poder de barganha desigual, cabendo agasalhar o mais fraco com alguma “proteção”. Invocando Aristóteles, os juristas podem comemorar o desigual tratamento dos desiguais na medida de suas desigualdades. A mais lídima justiça, dir-se-ia. Mas esta dessemelhança trabalhada pela juridicidade é tão superficial que se mostra inapta para colocar o problema das classes sociais. Aliás, sua razão de ser, enquanto forma, não é outra senão dissimular a existência das classes, e é aí que reside o seu igualitarismo formal imanente.

A subjetividade jurídica até admite distintos graus de responsabilidade jurídica para o sujeito (há as nuances entre o capaz e o incapaz, o maior e o menor, o suficiente e o hipossuficiente etc.), mas é somente neste nível que ela trabalha com as desigualdades. O indivíduo não deixa de ser a referência abstrata do homem de mercado; o que muda, apenas, é a inclusão de uma “dosagem” das suas potencialidades. Esta abstração quantitativa é a mesma sugerida pelo mercado, o qual coloca, na aparência, que a

desigualdade social é uma diferença de renda, de quantidade de riqueza portada, e não de classe – o capital nos convida a fechar os olhos para a produção e a olharmos apenas para a circulação, pois ela é o aparente que omite o essencial das relações de produção. Afasta-se a distinção qualitativa numa dada estrutura econômica de extorsão do excedente em nome de uma falsa diferenciação “quantitativista”. Nos padrões jurídicos, pode-se aceitar que os indivíduos sejam mais ou menos ricos, mais ou menos instruídos, mais ou menos maduros para certas ações da vida civil (variações quantitativas), mas nunca que sejam burgueses ou proletários - só existe o "homem", o "cidadão", ainda que ele tenha caído em desgraça e se tornado hipossuficiente.

É de se notar como os direitos sociais despolitizam as relações sociais, substituindo a dicotomia “exploradores-explorados” pela dicotomia “afortunados-desafortunados”. O trabalhador recebe o enquadramento jurídico de modo a ser classificado como indivíduo vulnerável, carente de amparo. Ser “empregado” ou “segurado”, juridicamente, é análogo a ser consumidor, idoso, criança, portador de doença grave, deficiente físico ou mental – variações mais delicadas da mesma forma social (sujeito de direito). A condição de proletário se perde em meio a uma infinidade de categorias que, unidas em torno do conceito de hipossuficiência, jazem numa vala comum onde a pessoa humana, em sua dignidade, pede mais cuidados. Ironicamente, aquela insatisfatória filantropia das igrejas, que se queria superar pela intervenção do Estado, acaba retornando de modo sorrateiro como ideologia impulsionada pelo direito, mas não mais do que isto. Trata-se de uma reminiscência que de modo algum toma o lugar da razão contratual oficial, que é a lógica jurídica por excelência.

Identificamos esta razão jurídica na seguridade social, contundentemente na previdência e mitigadamente na assistência. Na primeira, destaca-se a forma contratual: o benefício previdenciário é uma contraprestação em face das cotizações dos segurados. Há uma relação de troca diferida, uma transação mercantil camuflada pelo longo intervalo entre a entrega do dinheiro e o recebimento da mercadoria (a pensão):

A previdência social nada mais é do que uma relação de troca diferida: recebe o benefício aquele que, atingido pela contingência, tiver feito previamente suas contribuições para a manutenção do regime. É claro que, evidentemente, a equivalência não será definida individualmente, mas na perspectiva de equilíbrio entre todos os participantes do sistema de previdência social. Eis aí mais uma característica prevista no artigo 201 da Constituição Federal: a necessidade de

adoção de critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Em outras palavras, a previdência social é tão socialista quanto um contrato de seguro, ou seja, nada (BATISTA, 2013, p. 247).

Já na assistência, predomina o discurso socorrista; apregoa-se a salvação dos desvalidos, e o Estado surge resplandecente como “Estado providência”, agasalhando os pobres gratuitamente, isto é, sem cobrar uma contrapartida pecuniária. No entanto, o equivalente contratual não está de todo ausente: o mais comum é a imposição de contraprestações de cunho disciplinar (*workfare* e *learnfare*), condicionando a assistência a obrigações as mais variadas (familiares, “educativas”, profissionais etc.).

Um tanto hipócrita esta caridade interessada, há de se convir. E há mais: mesmo na previdência, em que há cotização do segurado, milita contra ele uma constante suspeita de fraude e de má-fé. A organização previdenciária desconfia do seu integrante por tomá-lo como um indivíduo utilitarista, como alguém que está no sistema para retirar dele o máximo e para contribuir o mínimo – tal como os agentes mercantis no mercado e os sujeitos de direito em geral. Cada participante é concebido como ser ensimesmado, e a composição de um fundo coletivo de contribuição social, ao invés de instituir elos de solidariedade, apenas reafirma, pela forma jurídica, o individualismo liberal. Ainda reina na previdência o “cada um por si” e o “todos contra todos” do capitalismo. Não se deve esquecer que “o cumprimento dos requisitos da prestação previdenciária é uma caminhada solitária, na medida em que o segurado, independentemente do que lhe ocorra, não poderá contar com as cotizações de outrem, por mais superavitário que seja o sistema”, de tal forma que ele é responsável por si mesmo, como mônada isolada, conquistando e fruindo seu direito a pensão “na solidão de sua ilha, com nítida similaridade em face do cidadão-proprietário que desfruta de seus pertences” (BIONDI, 2012, p. 103). É enganoso, pois, esperar que os direitos sociais realizem a sonhada superação dos traços liberais dos direitos humanos.

Esta oposição entre o fundo contributivo previdenciário e seu contribuinte, somada ao isolamento dele perante seus pares, obliterando-se qualquer partícula de classe, decreta os contornos jurídicos daquilo que conhecemos como direito previdenciário. Certamente, a maior parte deste antagonismo fica a cargo do Estado, que resiste o quanto pode à participação de cada segurado no fundo social. Tal avareza é inerente ao “Estado social”, descrito por Robert Castel (1998, p. 346) como “sobretudo parcimonioso, calculador e

facilmente desconfiado quanto ao uso que é feito de seus subsídios”, sendo ainda “mais o que busca ajustes mínimos do que o distribuidor desinteressado de uma massa de óbulos”. Sob o neoliberalismo, o diagnóstico agrava-se ainda mais, haja vista a ânsia do capital financeiro pelo serviço de rolagem da dívida pública, e que é prioritário no orçamento estatal.

Ao promover os direitos sociais, o Estado zela pela reprodução da força de trabalho, dividindo com o capital o fardo econômico de manter vivos os criadores do valor. Sendo exatamente um fardo, ele é tratado como tal, isto é, como uma tarefa a ser cumprida pelo aparato estatal “a contragosto” e nos limites da mais estrita necessidade. Não é de espantar que o FMI e o Banco Mundial adulem ardorosamente os governos que temporariamente estabilizam as tendências de pauperismo da ordem capitalista da maneira menos lesiva ao orçamento. A sovinice de Estado é uma divina virtude, e por ela se chega a um resultado peculiar: da intercessão pública na esfera privada que restringe as prerrogativas do sujeito de direito, espera-se comedimento; e da intervenção para resgatar o sujeito do direito do empobrecimento extremo, espera-se mais comedimento ainda, já que o orçamento público deve estar à disposição do capital, e não das amplas massas de trabalhadores. Nunca, portanto, os direitos sociais aspiraram à universalidade¹²¹, e eles frequentemente são jogados uns contra os outros: o direito à educação é colocado como barreira orçamentária ao direito à moradia, à previdência, à assistência etc., cada um deles encontra nos outros uma restrição financeira. Cabe aos legisladores fazer o cotejo político entre eles, desabrigoando mais uma área social para desabrigar menos a outra. As políticas de governo no capitalismo resumem-se à mediocridade desses jogos de miséria, não lhes sendo dado ir além: os representantes políticos considerados sérios, “responsáveis”, diligentes com o equilíbrio fiscal e tementes ao Deus-mercado (que os ameaça com as labaredas do “Risco-País”), não ousariam cotejar, por exemplo, a saúde com o serviço da dívida nacional. Aliás, sequer cogitariam uma sandice como esta, relegando-a aos radicais contestadores do credo capitalista.

¹²¹ O *welfare state* da Europa ocidental, enaltecido como a mais universal experiência de direitos sociais, nunca atingiu a totalidade da classe trabalhadora, deixando à margem o proletariado imigrante e não contemplando da mesma forma as mulheres e os jovens. No mais, ele é produto de um contexto político e econômico absolutamente excepcional: uma situação revolucionária na Europa do pós-guerra, a ameaça de uma URSS com alto prestígio e um crescimento econômico descomunal, possível apenas pela célere reconstrução das economias imperialistas que, ao término da Segunda Guerra Mundial, estavam em frangalhos.

De qualquer forma, o Estado haverá de, em algum grau, fornecer um suporte para a reprodução da força de trabalho, e isto é assim desde que se assentou o modo de produção “especificamente capitalista”. A amplificação da grande indústria e a subsunção real do trabalho ao capital leva de tal maneira a um consumo desmedido da força de trabalho socialmente disponível que a abstenção econômica do poder estatal é intolerável. Os ciclos econômicos da moderna indústria capitalista, entregues à sua inércia, devoram a vida útil da capacidade laboral muito apressadamente, sem dar tempo à necessária reposição. O amadurecimento da produção capitalista converteu as jornadas de trabalho em expedientes mais desgastantes, mais estafantes, sobretudo nas fábricas, onde o operário não é mais do que uma peça descartável numa imensa engrenagem. Cabe ao Estado, então, equacionar a “justa” medida da exploração, de modo que ela não degrade de uma vez toda a mão de obra que abunda no mercado – e de modo que os trabalhadores não se achem empurrados a uma situação de tudo ou nada, o que poderia precipitar atitudes de insubmissão e até de insurreição. O direito do trabalho que se interpõe entre capital e trabalho é também um direito social, desempenhando a mesma função desde sua época embrionária (em fins do século XIX) até a sua maturidade no século XX.

O Estado faz aquilo que cada capital, obcecado por sua lucratividade individualizada, está impedido de fazer: enxergar mais além e velar tanto pela totalidade do capital quanto pelo futuro da sociedade burguesa¹²². Encarnando as leis imanentes da produção capitalista, a forma política estatal estipula, servindo-se da régua do direito, a medida do consumo da força de trabalho (direito do trabalho) e a medida da destinação do fundo público ao abastecimento daqueles que estão temporária ou definitivamente afastados do mercado de trabalho (seguridade social), seja como exército industrial de reserva ou como trabalhadores que já tiveram exauridas as suas forças.

Também cabe ao Estado prover, até certo ponto, educação e moradia à classe proletária, poupando a burguesia de arcar inteiramente com estas despesas (além das

¹²² “O capital, que tem tão ‘boas razões’ para negar os sofrimentos da geração de trabalhadores que o circundam, não se deixa influenciar, em sua ação prática, pela perspectiva de degenerescência futura da humanidade e do irresistível despovoamento final. Tudo isso não o impressiona mais do que a possibilidade de a Terra chocar-se com o Sol. Todo mundo que especula em bolsa sabe que haverá um dia de desastre, mas todo mundo espera que a tempestade recaia sobre a cabeça do próximo, depois de ter colhido sua chuva de ouro e de ter colocado seu patrimônio em segurança. *Après moi le déluge!* é a divisa de todo o capitalista e de toda nação capitalista. O capital não tem, por isso, a menor consideração com a saúde e com a vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o compele a respeitá-las” (C. I, I, p. 311-312).

despesas com a seguridade social). Funcionando como um assalariamento indireto, os direitos sociais fazem da força de trabalho uma mercadoria menos custosa, já que se desobriga cada empregador de providenciar a habitação e a capacitação técnica rudimentar dos seus empregados. Tem-se que uma fração do capital variável total é dividida com o poder público, o qual coleta recursos de todas as classes pelo fisco e reparte o custeio. Em contrapartida, os salários são aliviados, dando margem a níveis maiores de consumo. O compromisso welfarista dos anos 1945-1973 (a “Era de Ouro” do capitalismo) foi, precipuamente, um acordo em prol do consumo de massa e da empregabilidade em abundância – uma mola fordista de apaziguamento social e de revitalização do imperialismo europeu na época.

Assim como os direitos civis e políticos estão condicionados ao regime político, os direitos sociais dependem, em larga medida, do regime econômico de acumulação, o qual determinará uma participação acentuada ou discreta, da parte do Estado, na gerência da força de trabalho da coletividade. O padrão capitalista nos países centrais durante os “Anos Dourados” demonstrou-se um tanto mais dócil aos direitos sociais; em instante sucedâneo, esses direitos foram consideravelmente prejudicados, embora não destruídos. Isto ocorreu porque o padrão econômico emergente, derivado da agudíssima crise que soterrou o keynesianismo, realizou um movimento de desvalorização da força de trabalho, tendo por escopo elevar a taxa de lucro que despencava. E desvalorizar esta mercadoria significa, dentre outras ações, rebaixar tudo aquilo que está contido no custo para produzi-la e conservá-la. Daí o corte ou a precarização dos direitos do *welfare*.

Sobre os direitos de segunda dimensão, já dissertamos satisfatoriamente – o suficiente para desnudar sua índole burguesa e para destrinchar a forma jurídica dos direitos humanos no seu trajeto histórico. Na primeira dimensão, estão fincados os direitos e liberdades do cidadão como indivíduo privado que usufrui privadamente os seus direitos democráticos. Já na segunda, este cidadão expõe a sua face econômica, confessa suas fragilidades como exíguo detentor de riqueza para reclamar uma intercessão jurídica do Estado – e jurídica porque mediada pela forma jurídica. É um segundo momento da subjetividade nos direitos humanos. Galguemos agora ao terceiro, que é o nosso aguardado ponto de destinação.

4. Direitos humanos de terceira dimensão

A personalidade jurídica inovou-se em essência universal. O homem dos direitos humanos é esta pessoa fictícia igual a todas as outras, instituída como soberano de si mesma e participando na imortalidade do espírito humano. Esta politização da personalidade jurídica penetrou o universo do direito: tudo se passa “como se”, sobre o palco do mundo, todos os homens recitassem, numa única voz, o mesmo texto, “como se” eles falassem a língua comum da fraternidade, “como se” eles fossem todos constituídos da mesma “essência”¹²³ (EDELMAN, 2007, p. 198).

Num primeiro instante, os direitos humanos contemplaram o indivíduo abstrato, o homem como átomo no interior da sociedade civil; o segundo movimento, alega a doutrina jurídica, completa o anterior: o homem torna-se um ser mais concreto, detentor de necessidades a serem supridas; mas haveria, ainda, uma terceira etapa na afirmação histórica dos direitos humanos. A tutela jurídica da dignidade humana extravasaria o cidadão individualmente considerado e atingiria seu ápice ao abranger coletividades, inclusive a humanidade como um todo. Partiu-se dos direitos do homem para se chegar aos direitos do gênero humano.

A dogmática dos direitos humanos nos oferece, inconscientemente, uma trajetória curiosa: um movimento que vai do abstrato (o homem-indivíduo) ao pseudoconcreto (o homem com carências), e deste pseudoconcreto ao ultra-abstrato (a espécie humana). A abstração nacional do homem nos direitos de primeira dimensão (o indivíduo perante o Estado em que se insere) é renovada como abstração planetária: os indivíduos comungam de uma essência, participam do gênero humano e estão irmanados pela espécie, e de tal sorte que este ser coletivo se destaca de cada ser individualizado, formando uma entidade autônoma e juridicamente protegida. A solidariedade sem fronteira entre os homens, em sua expressão jurídica, sugere, na sua forma, a humanidade como sujeito de direito.

Como dissemos na introdução, a doutrina está muito longe de chegar a um consenso sobre os direitos humanos de solidariedade. Há discordâncias sobre o rol desses direitos e

¹²³ Na língua francesa : “La personnalité juridique s’est novée en essence universelle. L’Homme des droits de l’homme est cette personne fictive égale à toutes les autres, instituée en souverain de soi-même et participant à l’immortalité de l’esprit humain. Cette politisation de la personnalité juridique a pénétré l’univers du droit: tout se passe ‘comme si’, sur la scène du monde, tous les hommes récitaient, d’une seule voix, le même texte, ‘comme si’ ils parlaient la langue commune de la fraternité, ‘comme si’ ils étaient tous constitués de la même ‘essence’.

mesmo sobre a sua natureza jurídica. Trilharemos, inevitavelmente, por um caminho repleto de incertezas e polêmicas. A prudência aconselha, assim, que sejamos precisos na elaboração. Isto exige que saibamos fazer indagações estratégicas, e algumas delas já foram lançadas em nosso arrazoado introdutório. Colocar as questões da maneira correta já é um meio de deixar menos turvo o horizonte que temos à frente.

Um primeiro questionamento a se fazer é: em que consiste a solidariedade (ou fraternidade) dos direitos de solidariedade? E desta pergunta se segue outra, inevitável em nossa abordagem pachukaniana: a solidariedade dos direitos humanos de solidariedade realmente nega ou supera o individualismo jurídico? Responderemos a estas questões antes de apresentar as que se colocam posteriormente.

O conceito de solidariedade foi adequadamente explanado por Comparato (2006, p. 577) em sua filosofia ética:

O substantivo *solidum*, em latim, significa a totalidade de uma soma; *solidus* tem o sentido de inteiro ou completo. A solidariedade não diz respeito, portanto, a uma unidade isolada, nem a uma proporção entre duas ou mais unidades, mas à relação de todas as partes de um todo, entre si e cada uma perante o conjunto de todas elas. São de cunho solidário não só o conjunto das relações interindividuais dos cidadãos na sociedade política, e dos povos na cena internacional, mas também a relação do Estado com qualquer cidadão ou grupo de cidadãos, ou da Organização das Nações Unidas com qualquer de seus membros.

Vê-se logo que se trata de um conceito altamente flexível, um cimento universal que junte a tudo e a todos. Tal flexibilidade autoriza enfoques diferenciados, oscilando-se o alcance desta categoria. Fábio Comparato (2006, p. 579) constata que a solidariedade atua em níveis nacional, internacional e intergeracional. Esta é a visão mais completa, e ela é partilhada por outros estudiosos do direito¹²⁴. Alguns autores, contudo, parecem ocupar-se de apenas um dos níveis, mas é evidente que, para os direitos humanos de terceira dimensão, a solidariedade internacional e a intergeracional são as mais relevantes, já que se quer contemplar a humanidade. A doutrina mais entusiasta frisa com veemência a amplitude da fraternidade que credita à terceira dimensão dos direitos humanos:

¹²⁴ “O debate sobre os novos direitos humanos coletivos, denominados direitos de solidariedade, como em incremento à terceira geração/dimensão dos direitos, volta-se para temas diferentes, focados menos na proteção de determinadas categorias de sujeitos economicamente vulneráveis e mais na proteção de coletividades excluídas, bem assim, na solidariedade interna, internacional e intergeracional” (FEITOSA, 2013, p. 181). Logo se nota, entretanto, que a abordagem da doutrinadora cuida das “minorias”, e não da humanidade como espécie.

Com efeito, um novo pólo jurídico de alforria do homem se acrescenta historicamente aos da liberdade e da igualdade. Dotados de altíssimo teor de humanismo e universalidade, os direitos da terceira geração tendem a cristalizar-se no fim do século XX enquanto direitos que não se destinam especificamente a proteção dos interesses de um indivíduo, de um grupo ou de determinado Estado. Tem primeiro por destinatário o gênero humano mesmo, num momento expressivo de sua afirmação como valor supremo em termos de existencialidade concreta (BONAVIDES, 2004, p. 569).

Para abarcar o gênero humano, salta aos olhos que uma solidariedade estritamente nacional, adstrita a cidadãos numa mesma nação, mostra-se insuficiente, demandando uma nova modalidade classificatória de direitos¹²⁵. O caráter internacional da solidariedade dos novos direitos está pressuposto na sua pretensão de complementaridade, na sua aspiração de cobrir as lacunas que as dimensões anteriores tenham fracassado em proteger. Em seu humanismo avançado, radicalizado, as garantias de terceira dimensão contornariam as fronteiras dos Estados nacionais, atingindo o homem em sua quintessência.

O direito, então, atingiu um estágio mais avançado, talvez o último, na abstração do homem. O indivíduo humano nas duas primeiras dimensões dos direitos humanos estava depurado de traços de classe, mas ainda não era um ente puro. Precisava, ainda, desgarrar-se de seus laços nacionais. A forma da cidadania negava juridicamente as classes sociais, fazendo-o pela afirmação da nação, pelo comprometimento com o Estado que representava a sua comunidade. Como movimento posterior de abstração, a forma jurídica tem empreendido uma diluição fictícia dos Estados e dos indivíduos num oceano gelatinoso denominado “humanidade”. Observemos como isto se dá na teoria jurídica.

O uruguaio Héctor Espiell, reivindicando a obra de René-Jean Dupuy, um celebrado jurista humanista nascido na Tunísia, aduz uma diferenciação entre uma sociedade internacional, dividida apenas em Estados, e uma comunidade internacional, conceituada

¹²⁵ Aliás, é relativamente comum o equívoco de se tomar os direitos de segunda dimensão como direitos de solidariedade. A causa é fundamentalmente terminológica: o termo “solidariedade” foi utilizado por teóricos do final do século XIX e do início do século XX para tratar dos direitos sociais emergentes. “No plano jurídico, os franceses foram os primeiros a fazer incursões solidaristas como se percebe de autores como Léon Duguit ou Maurice Hauriou, cada um ao seu modo. Na Rússia, há um intenso discurso solidarista jurídico de natureza comunitária em autores como Georges Gurvitch. Constate-se, variando em cada caso, que a presença do estado no discurso solidarista do início do século XX é bastante intensa” (CORREIA, 2013). O surgimento da seguridade social, mais destacadamente, colocou em pauta uma cidadania solidária, já que haveria um fundo de toda a coletividade a serviço de seus membros. Haveria aí uma organização social solidária, a conformação de laços para além do “cada um por si” liberal. Todavia, já tivemos a oportunidade de desmentir esta tese no item anterior.

como “uma comunidade complexa e múltipla, constituída por entidades estatais e não estatais, por pessoas jurídicas internacionais de diferente natureza, governamentais e não governamentais”, e, além disso, “pelos indivíduos da espécie humana, é dizer, por essas pessoas que constituem esse novo sujeito de direito internacional contemporâneo¹²⁶” (ESPIELL, 1999, p. 27). Michel Miaille (2005, p. 137) captou esta tendência doutrinária, identificando que “quando se fala de ‘a sociedade internacional’, tudo se passa como se todos os interesses fossem convergentes. O próprio termo comunidade é utilizado por autores numerosos e acreditados”. A inclusão de várias instituições no corpo jurídico internacional e o apelo doutrinário e jurisprudencial em favor do indivíduo como sujeito jurídico na seara internacional conspiraram para esta noção de pretensões convergentes, mostrando-se decisivos na composição da solidariedade dos direitos humanos de terceira dimensão.

Antes da década de 1940, havia um número muito reduzido de organizações atuantes no cenário mundial. Apesar da Liga das Nações e da OIT, figuras excepcionais no seu contexto, a ordem internacional até então era uma ordem de potestades estatais, e jamais ocorreria a alguém dizer o contrário. Foi dos anos 1940 em diante que o cenário internacional, antes monopolizado pelos Estados, viu-se apinhado de entes diversos, ora desvinculados das autoridades estatais, ora como associações entre Estados: organizações internacionais ligadas à ONU, organizações regionais, blocos econômicos, ONGs etc. Continuamos sustentando que a emergência dessas entidades não descaracteriza a índole “estatista” do sistema internacional. No entanto, elas infundiram nos juristas e nos ativistas de direitos humanos a ilusão de que o mundo havia se tornado “pós-vestfaliano” (e pós-moderno), que o Estado seria apenas mais um entre muitos sujeitos operantes na comunidade planetária, de sorte que as relações internacionais deveriam ser pensadas para além do poder estatal. E se o Estado aparece apenas como mais um agente, as rivalidades interestatais são igualmente eclipsadas, dando margem ao equívoco de se achar que a cooperação propagandeada pelos novos entes poderia subverter a ordem global, substituindo a competição ensandecida pela promoção conjunta dos direitos humanos e pela

¹²⁶ Reproduzindo o trecho todo no original francês: “Il s’agit d’une communauté complexe et multiple, constituée par des entités étatiques et non étatiques, par des personnes juridiques internationales de différente nature, gouvernementales et non gouvernementales, et, en outre, par les individus de l’espèce humaine, c’est à-dire par ces personnes qui constituent ce nouveau sujet du droit international contemporain”.

solidariedade geral. É imbuída deste espírito que Flávia Piovesan (2009, p. 32) declara que os direitos humanos seriam “paradigma e referencial ético a orientar a ordem internacional contemporânea”, e que o direito internacional teria abandonado sua fase clássica, de direito da paz e guerra, “para passar à era nova ou moderna da sua evolução, como Direito Internacional da Cooperação e da Solidariedade” (2009, p. 33).

Os novos “atores”, referenciados na Organização das Nações Unidas, deram esta nova roupagem à cena internacional. Mazzuoli (2011, p. 597) entende, junto com a esmagadora maioria da doutrina, que “a crescente necessidade de cooperação internacional, nos mais diversos campos de aplicação do Direito, fez levar à criação e desenvolvimento de instituições internacionais”. É como se o mundo houvesse adentrado numa era cooperativista, de auxílio mútuo, enfim, de laços solidários, e há de se reconhecer que as novas instituições sugerem isso. De fato, ao visualizarmos os organismos especializados da ONU, deparamo-nos com organismos internacionais ditos de cooperação econômica (FMI, Banco Mundial, OMC), social (OIT, Unesco, OMS), em comunicações (UIT, UPU) e de finalidades diversificadas. E haveria que se incluir, ainda, as incontáveis ONGs de direitos humanos que compõem a rede global das relações internacionais solidárias. Chegou-se a uma situação em que “o número de organizações internacionais existentes já ultrapassa o número de Estados componentes da sociedade internacional”, e isso sem se computar “as organizações não governamentais que também interagem com as organizações na busca de seus respectivos propósitos e interesses” (MAZZUOLI, 2011, p. 598). Impressionados com tais novidades, os teóricos do direito logo imaginaram que sistema internacional “estatista” estaria ultrapassado, que o direito superaria, em nome da colaboração fraterna entre nações traumatizadas, os antagonismos entre os Estados que semearam duas guerras globais.

Seria assaz improdutivo comentar as organizações internacionais e averiguar se cada uma delas efetivamente concorre para uma cooperação internacional. Contentamo-nos em defini-las como aparelhos de Estado em nível mundial, como corpos organizativos auxiliares na reprodução global do capitalismo (ou da sociabilidade em termos capitalistas) e, em particular, do imperialismo, agindo subsidiariamente em relação às funções dos Estados nacionais. Isto é mais claro nos aparatos de regulação econômica como o FMI e o Banco Mundial e menos evidente, para análises não marxistas, nos aparatos que se ocupam de direitos de segunda geração. Instituições “inofensivas” como a Unesco e a OMS existem

para traçar estratégias mundiais de formação e manutenção da força de trabalho, esta mercadoria que, como dissemos antes, internacionalizou-se juntamente com o capital produtivo.

Tais cuidados supranacionais exercidos pelas instituições em comento reforçam o conceito jurídico de uma humanidade para além das cidadanias nacionais. E assim como os interesses dos capitalismos reproduzidos no interior de cada Estado são identificados com as aspirações do conjunto dos cidadãos (a nação), os interesses do modo de produção burguês internacionalizado ao extremo são identificados com as aspirações de todos os habitantes do planeta, do gênero humano como um todo – uma “supranação” que se confunde com a espécie, e que, em sua abstração última, abole todos os particularismos. As organizações internacionais, ao falarem em nome de toda a humanidade, colocam-se como mediação necessária desse processo.

Infere-se do exposto que a solidariedade invocada no direito internacional, e que é a mesma dos direitos humanos de terceira dimensão, assemelha-se à categoria do “bem comum”, desempenhando internacionalmente a mesma função, ainda que carecendo de um centro público mundial capaz de encarná-la com a mesma destreza. Na falta de um ente estatal que zele pela “supranação humana”, o direito apega-se à “multilateralidade” das relações interestatais, à multiplicidade de atores e aos objetivos reputados comuns. Mesmo os Estados soberanos, inicialmente compreendidos como agentes egoístas, seriam conduzidos por uma fantástica onda solidária, renunciando às mesquinhas e compondo um esforço comunitário por um planeta melhor. Forma-se uma rede etérea de solidariedade que, tanto na teoria jurídica quanto na oficialidade das organizações internacionais, alça a causa da “humanidade” acima dos Estados. Perfaz-se uma inversão ideológica que disfarça a proeminência da forma política estatal e que, coerentemente com o que sucede dentro de cada nação, encobre a contradição capital-trabalho – internacionalmente estabelecida como a aliança conflituosa envolvendo as burguesias metropolitanas e as burguesias periféricas contra o proletariado internacional.

Considerando-se que a solidariedade declara a homogeneidade dos homens em última instância e a confluência de seus interesses e necessidades, ignorando as classes e a luta entre os Estados – em poucas palavras, colocando o real de cabeça para baixo –, cabe

denunciar os juristas humanistas, a despeito de suas melhores intenções, como ideólogos do capitalismo mundializado. Miaile (2005, p. 137) dá o tom da crítica a ser feita:

Ao darem assim uma 'imagem mais amável, mais sorridente da sociedade internacional, quer dizer, ao porem o acento sobre a homogeneidade dessa sociedade, os autores fazem mais do que simplificar a realidade: eles falseiam-na. Com efeito, deixa de se compreender então como os conflitos podem surgir num mundo aparentemente tão estável: certos autores, consagrando um capítulo ao imperialismo, chegam a conseguir evitar, do princípio ao fim, uma análise económica desse fenómeno! Esta visão, quer idealista, quer jurídica, do mundo actual deixa, pois, pensar ao estudante que não há outra organização internacional do que a que se funda em Estados que, para além de todas as disputas, teriam, apesar de tudo, interesses comuns. Evita-se precisar o que poderiam ser esses interesses comuns ou os pontos dessa solidariedade: o humanismo ambiente pode servir de explicação.

Este humanismo jurídico também está presente na propositura de uma solidariedade entre as gerações humanas, corroborando a conclusão de que a humanidade seria um sujeito de direito destacado dos indivíduos. “A humanidade, disse Dupuy, é o gênero humano de ontem e de amanhã’, ela é ‘a família humana’, para retomar a expressão empregada no Preâmbulo da Declaração universal dos direitos humanos¹²⁷” (ESPIELL, 1999, p. 27). Favoravelmente a esta imagem, a Unesco adotou, em 1997, a Declaração sobre as responsabilidades das gerações presentes em relação às gerações futuras – um documento que reconhece que “a própria existência da humanidade e o meio ambiente estão ameaçados”, e que afirma “a necessidade de estabelecer novos vínculos equitativos e globais de parceria e solidariedade intrageracional e promover a solidariedade entre as gerações com vistas à perpetuação da humanidade”. A referida declaração, aliás, abarca temas caros aos direitos humanos de terceira dimensão, como a paz, a conservação do meio ambiente e o patrimônio comum da humanidade.

A faceta intergeracional da solidariedade sublinha o eixo escolhido pelos juristas para enquadrar os novos direitos dentro de um grupo seletivo, apesar da ressalva de que o direito previdenciário, integrante da segunda geração dos direitos humanos, já trouxe em si o componente intergeracional, antecipando-se à terceira dimensão. A diferença está no grau de solidariedade: mais do que uma conexão entre contribuintes do passado e beneficiários

¹²⁷ No idioma vernáculo: “‘L’humanité, a dit Dupuy, est le genre humain d’hier et de demain’, elle est ‘la famille humaine’, pour reprendre l’expression employée dans le Préambule de la Déclaration universelle des droits de l’homme”.

do porvir, os autênticos direitos de solidariedade assumem uma relação jurídica entre descendência e ascendência para toda a humanidade, como uma família (em termos jurídicos de sucessão). Eles gravitariam em torno do anseio de continuidade da espécie, de perpetuação a despeito das adversidades. Héctor Espiell pontua um direito elementar da humanidade à sobrevivência, do qual emanariam outros direitos:

Se a humanidade tem um direito à sobrevivência, esse direito implica e fundamenta seu direito à não destruição do meio ecológico em que ela vive, à garantia de sua sobrevivência pelo desenvolvimento econômico e social e à sua não aniquilação por meio da guerra. É dizer que o direito ao meio ambiente, ao desenvolvimento e à paz derivam diretamente do direito da humanidade à sua sobrevivência. Este direito está também na base da solidariedade intergeracional e das obrigações das gerações atuais para com as gerações futuras¹²⁸ (ESPIELL, 1999, p. 29).

E com isto se obtém o fecho do humanismo jurídico, e que reside na subjetivação da “família humana”, tida simultaneamente como condição para os direitos humanos e como portadora de direitos que justificam ontologicamente a dignidade de cada indivíduo. Espiell (1999, p. 30) chega a postular que “[...] sem a existência do quadro que é dado pela humanidade – sem a realidade do gênero humano, da família humana – o homem não poderia ser”, sendo que, neste viés, “o direito e os direitos não existem senão para o homem e no homem, desde o instante em que este ser social vive na humanidade”, de modo que “os direitos do homem e os direitos da humanidade se explicam e se sustentam mutuamente¹²⁹”.

Começamos a clarificar, então, o significado social desta solidariedade que instrui a terceira dimensão dos direitos humanos. Cabe agora compará-la com o “egoísmo jurídico” clássico e tirar novas conclusões. Para Comparato, haveria cabalmente a superação do individualismo dos direitos humanos de primeira dimensão. “Enquanto a liberdade e a igualdade põem as pessoas umas diante das outras, a solidariedade as reúne, todas, no seio de uma mesma comunidade”, de maneira que, no plano da solidariedade, “todos são

¹²⁸ No original: “Si l’humanité a un droit à sa survie, ce droit implique et fonde son droit à la non-destruction du milieu écologique dans lequel elle vit, à la garantie de sa survie par le développement économique et social et à son nonanéantissement par le moyen de la guerre. C’est-à-dire que le droit à l’environnement, le droit au développement et le droit à la paix dérivent directement du droit de l’humanité à sa survie. Ce droit est aussi à la base de la solidarité intergénérationnelle et des obligations des générations actuelles envers les générations futures”.

¹²⁹ Em francês: “[...] sans l’existence du cadre qui est donné par l’humanité – sans la réalité du genre humain, de la famille humaine – l’homme ne pourrait être”. [...] “Le droit et les droits n’existent que pour l’homme et en l’homme, dès l’instant où cet être social vit dans l’humanité. [...] En sorte que les droits de l’homme et les droits de l’humanité s’expliquent et s’étayent mutuellement”.

convocados a defender o que lhes é comum” (COMPARATO, 2006, p. 577). Convergindo com o jurista brasileiro, Antonio Pérez Luño chega a falar num “espírito de sinergia” que seria o antípoda da concepção liberal-individualista dos direitos humanos¹³⁰.

Não há, aqui, nenhuma surpresa. A fraternidade universal de todos os homens, plasmada em ente coletivo dotado de direitos, não poderia senão propiciar um desenlace desta natureza. É como se a jornada dos direitos humanos em direção à máxima dignidade humana já estivesse teleologicamente fadada a abrigar o homem na totalidade da sua vivência formal – e tudo isto, na mentalidade dos juristas, indiferentemente às relações sociais estabelecidas.

Ora, recorrer à humanidade como um todo não implica uma renúncia ao formalismo individualista do direito; antes o arremata, dado que a mencionada categoria, significativamente, “não inclui a organização social concreta da humanidade e nem os seus conflitos inerentes, não inclui os fatores materiais que determinam as relações entre os homens e nem a forma assumida por essas relações”, é dizer, “não inclui a dimensão estrutural sobre a qual se assenta a vida social dos homens” (KASHIURA JUNIOR, 2009, p. 139-140). Nos dizeres deste autor marxista (2009, p. 140), “trata-se apenas do conjunto de todos os indivíduos – indivíduos isolados que, ainda que ‘especificados’, são somados apenas ‘por fora’”. E apesar das tentativas de sofisticação doutrinária que reclamam não a soma aritmética dos indivíduos, e sim a gravura do gênero humano, ou então a “substância” humanidade que está incutida em cada pessoa, em cada integrante da raça humana, tem-se que todo o edifício jurídico está focado no homem individualizado. O próprio Espiell (1999, p. 29) que, sempre se inspirando em Dupuy, aplaude a ideia “revolucionária” da linhagem dos homens como possuidora de direitos, faz questão de individualizar sua construção teórica, aventando que “os seres humanos são igualmente titulares dos direitos da humanidade”, motivo pelo qual “esses direitos, simultaneamente coletivos e individuais,

¹³⁰ “Apenas mediante um espírito solidário de sinergia, é dizer, de cooperação e sacrifício voluntário e altruísta dos interesses egoístas, será possível satisfazer plenamente as necessidades e aspirações globais comuns relativas à paz, à qualidade de vida ou à liberdade informática” (PÉREZ LUÑO, 1991, p. 211). Em espanhol: “Sólo mediante un espíritu solidario de *sinergia*, es decir, de cooperación y sacrificio voluntario y altruísta de los intereses egoístas será posible satisfacer plenamente las necesidades y aspiraciones globales comunes relativas a la paz, a la calidad de vida, o a la libertad informática”. Este jurista da Espanha inclui a “liberdade informática” como um direito humano de solidariedade e exclui outros que são usualmente reputados como tal, o que só corrobora o imbróglio doutrinário sobre a terceira dimensão ou geração dos direitos humanos.

são direitos da humanidade e direitos do homem¹³¹” (ESPIELL, 1999, p. 30). E é pela permanência do individualismo, dentre outras causas, que podemos enxergar o jaez capitalista dos direitos de solidariedade:

Ora, se o individualismo continua na base da segunda e da terceira gerações, isso significa que esses direitos – cuja forma tem sua origem histórica no domínio da circulação mercantil, mas que parecem ‘migrar’ para outros domínios – não se afastaram da dinâmica operativa do capitalismo. Se o indivíduo isolado da sociedade civil, ou, no máximo, a humanidade como conjunto de tais indivíduos (uma abstração tão absurda quanto a do próprio indivíduo), continua sendo o ponto de apoio dos direitos humanos, então as novas gerações continuam sendo compostas por direitos essencialmente capitalistas (KASHIURA JUNIOR, 2009, p. 140).

O fato de os direitos humanos de solidariedade atingirem novos domínios e de trazerem à tela um novo sujeito, a humanidade como ente coletivo, não os torna, portanto, menos capitalistas. O individualismo do direito está pressuposto na própria concepção de homem que anima os direitos humanos e que, não por acaso, acaba se refletindo numa convivência entre a titularidade individual e a titularidade coletiva. E mesmo que não houvesse nenhuma manifestação individualizada dos direitos humanos de terceira dimensão, ainda se teria um ser humano abstrato, e que é correlato à estrutura social do capitalismo – não podendo, aliás, guardar relação com nenhuma outra.

Estamos asseverando, com todas as letras, que os direitos humanos de terceira dimensão estão impregnados de capitalismo. E dizemos mais: a solidariedade que os define reverbera a civilização burguesa com idêntica afinação. Os traços de individualização contidos em tais direitos, muito mais do que resíduos ancestrais de uma forma jurídica nascida junto com o liberalismo, abrem todo um leque de características que denunciam o seu incorrigível atrelamento ao capitalismo contemporâneo.

Podemos apenas conjecturar os protestos da doutrina dominante contra semelhante “acusação” de nossa parte. Pois a solidariedade, dir-se-ia, contraria radicalmente o reino do egoísmo, do “cada um por si”, do “*homo homini lupus*”. O solidarismo dos direitos humanos renovados, repaginados, amadurecidos, refutaria decididamente a avareza dos Harpags e a mesquinha dos Shylocks que, um dia, assombraram o mundo jurídico. Em

¹³¹ Em vernáculo: “Les êtres humains sont également titulaires des droits de l’humanité. C’est pourquoi ces droits, simultanément collectifs et individuels, sont des droits de l’humanité et des droits de l’homme.”

franca oposição, a linha teórica pela qual nos enveredamos há de decepcionar as mais cândidas esperanças doutrinárias, informando que as mazelas jurídicas do liberalismo têm lugar cativo (e de honra) em todos os departamentos do direito.

“Liberdade, igualdade e fraternidade”. Foi este o brado de guerra da revolução burguesa na França e que foi imortalizado pela história mundial. A fraternidade irrompe inseparável das outras categorias liberais que o capitalismo produziu, obrando como cimento de inspiração republicana e nacionalista que junte os cidadãos atomizados da sociedade civil burguesa, mas sem que eles sejam descaracterizados em sua atomicidade. Esta solidariedade, assim, já surge em embrião com as revoluções burguesas, junto com a liberdade e a igualdade, mas aparece inicialmente de modo limitado, restringindo-se à afinidade nacional entre cidadãos representada pelo poder público. Em instante ulterior, ganharia contornos mais definidos com os direitos de segunda dimensão, assim como uma maior substancialidade nos fundos nacionais de seguridade social, forjando uma conceituação robustecida de cidadania. Finalmente, a solidariedade no sentido assumido nos direitos humanos de terceira dimensão, que ultrapassa a unidade da república burguesa e decreta a unidade da raça humana, despontou como fechamento do processo. Apresentou-se “com atraso”, se comparada com suas “irmãs” liberdade e igualdade, porque dependeria de processos sociais de abstração real que ainda não estavam postos nem na época juvenil do capitalismo e nem na fase primeira do imperialismo.

Com isto desejamos frisar que a contraposição entre capitalismo e solidariedade é inteiramente falsa, e que, tanto quanto a liberdade e a igualdade, a solidariedade (ou fraternidade), na sua acepção histórica, é uma forma capitalista. Se houvesse de fato uma incompatibilidade insuperável entre a lógica do capital e o solidarismo, então o direito teria repellido os seus mais leves traços, qual organismo que expulsa de si o corpo estranho e hostil. Recordemos que, já no direito civil (para não retomarmos o caso da previdência social), encontramos a alcunhada obrigação solidária em determinados contratos e a responsabilidade jurídica solidária em ocasiões especiais. Mas estamos falando de algo que vai muito além de uma tolerância, de uma admissibilidade; o que se verifica é um nexo de necessidade entre a sociedade burguesa desenvolvida e a forma jurídica em suas inflexões “fraternas”. Da mesma maneira que a liberdade, no capitalismo, é a disponibilidade para o mercado, e que a igualdade é a equivalência mercantil entre todos os indivíduos, a

fraternidade está também lastreada nas relações capitalistas de produção. Tal se dá na suma abstração do “homem” e nas suas consequências imediatas e mediatas.

O homem “ultra-abstrato” dos direitos humanos de solidariedade esteia-se sobre a mundialização capitalista que descrevemos no primeiro capítulo. Quando a produção capitalista conquista o mundo inteiro, quando a subsunção real do trabalho ao capital salta sobre todas as fronteiras, enfim, quando o capital se sagra como senhor absoluto da Terra, sucede que o modelo nacional de sociedade civil experimenta uma relativa internacionalização. Instaura-se uma sociedade civil internacional que, na sublimação jurídica, coincide com a humanidade toda, com todos os habitantes humanos do planeta.

Entrelaçados como irmãos em sua humanidade jurídica, os homens estão conectados internacionalmente e também sob o critério intergeracional. Verifica-se uma interpelação jurídica e ideológica dos trabalhadores do mundo como indivíduos abstratos e membros de uma sociedade civil unificada no espaço e no tempo, e que se abstrai como ente autônomo, do qual cada indivíduo participa. Chega-se, juridicamente, ao seguinte resultado: o homem etéreo tem direitos e deveres para com a coletividade abstrata, e esta, em retorno, dirige-se a ele com deveres e direitos correlatos:

Todo direito implica um dever que lhe é correlativo. No caso dos direitos do homem, todos os direitos da pessoa humana, e cada um dentre eles, fazem pesar sobre a comunidade e sobre cada membro da comunidade o dever de respeitá-los. Mas, do mesmo modo, todo ser humano tem deveres específicos para com seus semelhantes, considerados individualmente, e para com a comunidade no seu conjunto¹³² (ESPIELL, 1999, p. 21).

Depreende-se da passagem que a solidariedade que orienta os direitos da espécie humana deflui de uma reciprocidade que em tudo se comunica com a dinâmica jurídica da igualdade. Solidariedade e reciprocidade estão imbricadas, e o direito cacifa-se nesta imbricação como sinalagma, como forma equivalente entre obrigações: “dou para que dê, faço para que faças”. A interligação entre o todo (humanidade) e as partes (cada um dos homens) é uma interligação jurídica de direitos e obrigações.

¹³² Originalmente: “Tout droit implique un devoir qui lui est corrélatif. Dans le cas des droits de l’homme, tous les droits de la personne humaine, et chacun d’entre eux, font peser sur la communauté et sur chaque membre de la communauté le devoir de les respecter. Mais, de même, tout être humain a des devoirs spécifiques envers ses semblables, considérés individuellement, et envers la communauté dans son ensemble”.

Nessa solidariedade dos direitos humanos mais recentes, o humanismo jurídico alcança um grau superior de sofisticação. Na gigantesca comunidade humana que desconsidera as classes e os Estados, as culpabilidades políticas são diluídas e, de um jeito oblíquo, devolvidas aos indivíduos. Consequentemente, a livre iniciativa dos liberais reaparece no culto às ações individuais em favor da humanidade ou de causas de apelo humanista. Irresistivelmente galanteadora, a ideologia dos novos tempos fala ao coração dos cidadãos num discurso mais ou menos assim: “a sociedade é uma soma de indivíduos, e os indivíduos, como parte dela, concorrem para o seu destino, cada um fazendo a sua parte. Portanto, meu caro, não espere soluções do Estado ou de quem quer que seja; tome iniciativas e faça você mesmo as mudanças que quer ver no mundo. Desenvolva ações solidárias”.

Todos os indivíduos, como membros da humanidade, estão unidos na mesma malha. Partilham de uma condição comum, enfrentam desafios comuns e dividem o mesmo orbe. Adicione-se uma pitada de dignidade humana e logo se consegue uma saborosa receita humanista de direitos humanos – é bem assim que os juristas procedem em última instância. Todos nós, exemplares numerosos do *homo sapiens* em meio a uma confusa miríade de Estados e organizações, vivemos numa mesma embarcação que, em caso de descuido, irá afundar e afogar indistintamente os seus tripulantes. O humanismo jurídico convoca, então, todos os indivíduos a assumirem seu quinhão de responsabilidade em face do todo, a agirem com senso de solidariedade. E assim se realiza a magia: os infortúnios planetários seriam devidos à inércia ou à ignorância de cada habitante da “aldeia global”. Cada ameaça à vida civilizada é atribuível às pessoas que descumprem sua quota de cidadania pró-ativa, isto é, das pessoas que “não fazem a sua parte”. Cada terráqueo é tão responsável quanto o sistema de Estados e as instituições internacionais por aquilo que acontece em sua residência global.

Exageramos? Nem um pouco. Foram os juristas (e não o nosso irônico juízo reprovador) que exultaram de felicidade, como já visto na introdução, com direitos que “refletem certa concepção de vida em comunidade”, e cuja implementação clamaria os “esforços combinados de todos: indivíduos, Estados e outros organismos, bem como instituições públicas e privadas” (VASAK, 1977, p. 29). Já em Karel Vasak estava implícito que todos os cidadãos respondem pelas catástrofes do capitalismo, que o sucesso

dos direitos de solidariedade depende tanto deles quanto da institucionalidade estatal e civil. Pensemos, pois, nas guerras, na escassez de recursos, na degradação ambiental, na miséria em suas múltiplas facetas etc.: nenhuma destas adversidades, para a doutrina jurídica, guarda qualquer liame com as leis históricas inerentes ao modo capitalista de produção. Os padecimentos desta ordem corresponderiam a insucessos coletivos da humanidade, a um fracasso de “todos nós” enquanto humanos, e também como indivíduos: o fazer e o deixar de fazer individuais sobrepõem-se, na epiderme, à sociabilidade estruturante. Se há conflitos militares, é por força da violência cotidiana praticada pelas pessoas em seus bairros e casas (e não por conta do imperialismo e das contradições entre os Estados); se escasseiam certos recursos naturais, é porque as pessoas são imprudentes no seu uso (e não por causa da insaciabilidade da acumulação capitalista); e assim por diante...

E se nosso(a) leitor(a) relutar em crer que os direitos da humanidade são confiados a ações individuais, como se estivéssemos apenas troçando das ilusões jurídicas, só nos resta convidá-lo(a) a conferir o “Manifesto 2000” da Unesco pela “cultura da paz” (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 1999). Neste documento revelador, lê-se que a transformação da “cultura da guerra e da violência” numa “cultura de paz e não-violência” demanda “a participação de cada um de nós”, sem exceção, e “deve oferecer à juventude e às futuras gerações os valores que podem inspirá-las a moldar um mundo baseado na justiça, solidariedade, liberdade, dignidade, harmonia e prosperidade para todos”; registra-se, ainda, que a cultura da paz “pode dar suporte ao desenvolvimento sustentável, à proteção ambiental e ao bem-estar de cada pessoa”.

E é nesta toada que o candidato a signatário do manifesto (qualquer pessoa) assume a consciência “de sua parcela de responsabilidade pelo futuro da humanidade, em particular das crianças de hoje e de amanhã”, o que o leva a um juramento: atuar – na vida cotidiana, na família, no trabalho, na comunidade e no país – em concordância com seis mandamentos: respeitar a dignidade e a vida, praticar a não-violência, compartilhar tempo e recursos com generosidade, defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, promover o consumo responsável e contribuir para o desenvolvimento de sua comunidade¹³³.

¹³³ Replicamos aqui o texto integral em inglês: “The year 2000 must be a new beginning for us all. Together we can transform the culture of war and violence into a culture of peace and non-violence. This demands the participation of everyone. It gives young people and future generations values that can inspire them to shape a

Todo este arcabouço de solidariedade está disponível num manifesto articulado pelo Unesco, ou seja, oficial e de alcance mundial. Todavia, nem sempre a realidade se faz tão caricata; há ocasiões em que este apelo individualista esconde-se em iniciativas ditas coletivas, e que confluem no famoso “terceiro setor”.

A transcendência “solidária” das classes e do Estado sentenciou a insuficiência das organizações estatais na tutela dos interesses coletivos de todos os homens e mulheres e arrematou os indivíduos para cerrar fileiras com elas. O homem ensimesmado teria agora que velar pelo mundo em que vive, não bastaria apenas perseguir seu interesse particular. A solidariedade demandava que o indivíduo egoísta ensaiasse romper com seu insulamento por um instante, ao menos para ratificar a unidade da espécie humana. E como o indivíduo não pode converter-se em Estado, em protetor da ordem pública, ele desliza para fora da ordem privada (o domínio dos interesses particulares) e se instala num “umbral”, que é o terceiro setor: um espaço intermediário, nem público e nem privado, onde as pessoas cobrem a sua face egocêntrica e se associam para defender uma causa maior.

Surgem, então, entidades não governamentais que, apesar de concebidas como privadas, estariam orientadas para objetivos públicos ou coletivos, como se fossem uma síntese do Primeiro Setor (o Estado) e do Segundo Setor (o mercado). ONGs, fundações, associações e organizações sociais supririam as incompletudes dos serviços públicos e a ineficiência dos governos. Evidentemente, o culto a este terceiro setor se tornaria muito mais forte com a ascensão do neoliberalismo e do falacioso mantra do “Estado mínimo”. Incumbiria à sociedade civil assumir a dianteira dos assuntos públicos, sendo que os órgãos governamentais seriam apenas “atores” em patamar semelhante às instituições privadas –

world of dignity and harmony, a world of justice, solidarity, liberty and prosperity. The culture of peace makes possible sustainable development, protection of the environment and the personal fulfilment of each human being. Recognizing my share of responsibility for the future of humanity, especially for today's children and those of future generations, I pledge - in my daily life, in my family, my work, my community, my country and my region - to: 1. respect the life and dignity of every person without discrimination or prejudice; 2. practise active non-violence, rejecting violence in all its forms: physical, sexual, psychological, economical and social, in particular towards the most deprived and vulnerable such as children and adolescents; 3. share my time and material resources in a spirit of generosity to put an end to exclusion, injustice and political and economic oppression; 4. defend freedom of expression and cultural diversity, giving preference always to dialogue and listening rather than fanaticism, defamation and the rejection of others; 5. promote consumer behaviour that is responsible and development practices that respect all forms of life and preserve the balance of nature on the planet; 6. contribute to the development of my community, with the full participation of women and respect for democratic principles, in order to create together new forms of solidarity.

instituições que, justamente por se assentarem no domínio dos particulares, são altamente permeáveis à influência do capital, mais até que as repartições estatais. Daí porque “a solidariedade existente na lógica do terceiro setor, retomando o que já foi dito, está muito suscetível a se render às forças do mercado (é por ela facilmente sequestrada)” (CORREIA, 2013).

Essas organizações desvinculadas do Estado, assim como as intergovernamentais, são a institucionalização da solidariedade que está incutida nos direitos humanos de terceira dimensão. Mesmo nas entidades devotadas aos direitos civis, políticos e sociais, funciona a todo vapor a livre iniciativa dos indivíduos para articular ações solidárias, além da assunção de responsabilidades individuais dentro de uma militância “apolítica” num coletivo “neutro”, movido não por alinhamentos à esquerda ou à direita (esta dicotomia negada à exaustão), mas apenas por um compromisso cidadão com a comunidade planetária. Tal como as empresas¹³⁴, as organizações paralelas ao Estado declaram a sua imparcialidade em face da política e de interesses conflitantes, já que só o que lhes importa é a “humanidade”, o bem geral etc., o que demonstra e reforça o humanismo do direito em seu grau último.

Considerando-se a tendência dos juristas para omitir seus posicionamentos políticos, pode-se imaginar o quão charmosa soa esta solidariedade que se ocupa somente do “homem”, e que deixa a política para os parlamentares e os candidatos. Não obstante, uma parte importante da doutrina questiona a terceira dimensão dos direitos humanos, o que nos obriga a adicionar um novo par de perguntas “estratégicas” para a nossa investigação: Os direitos de solidariedade são direitos autênticos, dotados de valor jurídico verdadeiro? E desta dúvida deflui uma interrogação ainda mais expressiva e inquietante: por que as preocupações concernentes ao futuro da espécie humana exprimem-se juridicamente?

Para autores como Comparato, a discussão jurídica sobre a solidariedade simplesmente não se põe. O caráter jurídico da solidariedade e dos direitos que a tomam para si é um axioma:

¹³⁴ O direito proclama a neutralidade política da empresa – entendida como um estabelecimento consagrado apenas ao labor – sob os fundamentos de que (i) os locais de trabalho pertencem ao patrão e (ii) os empregados, enquanto contratados do capital, pertencem também ao patrão (EDELMAN, 1978, p. 78), e com isso se interdita a politização dos conflitos econômicos, conjuntamente com o caráter “profissional” do trabalho que explicamos previamente.

A solidariedade atua em três dimensões complementares: nacional, internacional e intergeracional. A cada uma delas corresponde um conjunto específico de direitos humanos, os quais são, hoje, objeto de normas específicas do direito internacional. A interdependência biológica ou a fraternidade religiosa de todos os seres humanos transmudam-se, assim, em autêntica solidariedade jurídica, que cria direitos e gera obrigações (COMPARATO, 2006, p. 579).

A “interdependência biológica” e a “fraternidade religiosa” (como se a religião, até agora, não tivesse feito senão dividir os homens em seitas ao invés de uni-los!) ungem a solidariedade – e de um jeito muito natural – com uma qualificação jurídica. A transmutação é instantânea e sem dores, assemelhando-se em alguma medida a Espiell (1999, p. 21), que, conforme consta no trecho citado precedentemente, não se interroga sobre a juridicidade dos novos direitos, entendendo-os como efeitos automáticos das obrigações das pessoas para com a humanidade presente e as gerações futuras. Esta “despreocupação” com a base jurídico-dogmática da terceira dimensão é também visível na doutrina nacional, especialmente nos autores progressistas (SARLET, 2003; RAMOS, 2005; BONAVIDES, 2004).

Contrariamente ao pensamento jurídico pátrio, a doutrina estrangeira será, majoritariamente, muito mais cautelosa no reconhecimento dos direitos de solidariedade. Christian Tomuschat (2003, p. 50) alega que “todos os direitos humanos de terceira geração estão cercados de profundas incertezas com relação aos seus titulares, aos portadores de deveres e ao seu conteúdo¹³⁵”. Guy Haarscher (1993, p. 41), mais contundente, pontua que os direitos humanos, para serem mais do que uma fraseologia, devem ter um titular, um objeto, uma oponibilidade determinada e uma sanção organizada, e que os direitos de terceira dimensão não respondem positivamente a nenhum desses quatro critérios.

Tomuschat queixa-se da “arbitrariedade” com que a doutrina outorga a titularidade de direitos, adiantando-se aos tratados internacionais; pondera, ainda, que a comunidade internacional (é dizer, a humanidade) ainda não pode ser considerada como detentora de direitos e deveres jurídicos, e que as agendas para o planeta e os povos, apresentadas em bandeiras como a paz, o desenvolvimento e o meio ambiente, não ultrapassariam o status de compromisso político:

¹³⁵ Na língua britânica: “All human rights of the third generation are surrounded by deep-going uncertainties regarding their holders, the duty-bearers, and their substance”.

Seria mais correto definir os direitos humanos de terceira geração não como direitos verdadeiros, mas como objetivos consensuais que a comunidade internacional jurou perseguir. Mesmo assim, eles não perdem sua significância jurídica. Eles continuam sendo importantes indicadores que marcam os caminhos em que a comunidade internacional deveria embarcar ao conceber e realizar políticas para o bem-estar da humanidade como um todo¹³⁶ (TOMUSCHAT, 2003, p. 52).

Haarscher chega a apontar uma banalização dos direitos humanos, mas uma “banalização por inversão”¹³⁷. Alargar precariamente o campo dos direitos humanos seria enfraquecê-lo ao invés de reforçá-lo, seria semear dúvida e confusão onde a clareza deve ser absoluta. E a precariedade, para a doutrina mais conservadora neste aspecto, é a perigosa aventura do sujeito de direito para além do porto seguro do indivíduo. Se o sujeito jurídico extravasa a esfera individual estrita, como teme a retaguarda dos juristas, então em algum momento ele há de se chocar com ela – e isto, para eles, seria um crime inominável.

A ameaça de sobreposição de direitos da coletividade em prejuízo de direitos individuais é um fantasma que, segundo o raciocínio jurídico, tende ao totalitarismo. Celso Lafer, cioso pelo individualismo do direito, não nega os direitos de fraternidade, mas deixa registrado que “a afirmação do primado da coletividade nacional em relação ao indivíduo na sua singularidade pode levar à tese de que o indivíduo não tem direitos, mas apenas deveres em relação ao todo” (LAFER, 1988, p. 133). Meyer-Bisch (2004, p. 15) vai mais longe, asseverando que “o individualismo constitui a força de resistência e de insurreição dos direitos humanos contra todas as desordens estabelecidas”¹³⁸, quer dizer, ele está no âmago da dignidade humana, é a trincheira da liberdade burguesa. Entende-se melhor, então, a origem da desconfiança de muitos juristas quanto aos direitos humanos de solidariedade. O apego exagerado e intransigente ao indivíduo tal como formatado pelo liberalismo, ao homem-mônada que, em seu modo de ver, é a medida de todas as coisas,

¹³⁶ Em inglês: “It would be more correct to define third generation rights not as true rights, but rather as agreed objectives which the international community has pledged to pursue. Even so, they do not lose their juridical significance. They remain important signposts which mark the paths the international community should embark upon in conceiving and carrying out policies for the welfare of humankind as a whole”.

¹³⁷ “[...] o fato de se lhes conceder imediatamente o estatuto de direitos humanos no sentido forte arrisca produzir o efeito habitual de *banalização por inversão*; [...] habituar-se-á, pouco a pouco, a que os direitos humanos em geral não sejam nada mais do que uma vaga reivindicação moralizante” (HAARSCHER, 1993, p. 43). No idioma vernáculo: “[...] le fait de leur accorder immédiatement le statut de droits de l’homme au sens fort risque de produire l’effet habituel de *banalisation par inversion* ; [...] on s’habituerait petit à petit à ce que les droits de l’homme en général ne soient rien de plus qu’une vague revendication moralisante”.

¹³⁸ Na língua do autor: “[...] l’individualisme constitue la force de résistance et d’insurrection des droits de l’homme contre tous les desordres établis”.

leva a uma leitura restritiva dos direitos humanos que, quando não aparece abertamente, se disfarça como rigor técnico (preocupação com critérios objetivos).

Consideramos inconsistente esse temor de parte da doutrina quanto ao esmagamento do indivíduo, e os protestos ante as inovações nos direitos humanos não representam nada de novo. Também houve grande resistência dogmática ao direito do trabalho, inicialmente, supondo-se que ele minaria a liberdade contratual no mercado de trabalho que é tão cara ao capitalismo. E, no entanto, esta era uma falácia, já que o contrato de trabalho não faz mais do que realizar essa liberdade jurídica em proveito do capital. De resto, o liberalismo suspeita sempre de qualquer receita com colorido “distributivista”, mesmo que ela se mostre integralmente capturada pela troca de equivalentes, como é o caso dos direitos sociais em geral. Habitado a estar em guerra com a noção de coletividade, o individualismo liberal mais arraigado hostiliza tudo aquilo que se desvia, por pouco que seja, do roteiro tradicional do indivíduo, enxergando focos de totalitarismo por toda parte. Mas esta é, para que não haja enganos, apenas uma parcela dos juristas, um setor mais radical em seu conservadorismo, e que constantemente dá vazão aos medos ancestrais da burguesia.

Diante da relutância existente, alguns doutrinadores optaram por dar um passo atrás. Ao invés de proclamar energicamente a existência dos novos direitos, julgou-se que “seria mais otimista e talvez mais realista considerar os direitos de terceira geração num estágio inicial do seu desenvolvimento”, ou seja, que eles “ainda estão em processo de formação, e podem ser melhor definidos e protegidos no futuro¹³⁹” (ALGAN, 2004, p. 155). Uma saída mais diplomática e menos comprometedora, na medida em que posterga o posicionamento para o futuro em nome de uma cautelosa observação do andar da carruagem no direito internacional. Similarmente, outros juristas socorreram-se no conceito de “*soft law*”, sugerindo que as rogativas das organizações internacionais, ao introduzirem novas pautas no direito internacional, lançariam sementes para uma posterior germinação como “*hard law*”, como tratados entre Estados no momento em que houvesse maturidade comunitária para tanto. Sven Peterke (2013, p. 77) grifa que os direitos humanos de solidariedade mais debatidos foram proclamados por órgãos das Nações Unidas, conforme se extrai da

¹³⁹ Em vernáculo: “[...] it would seem more optimistic and perhaps more realistic to consider rights of the third generation in an early stage of their development. In other words, they are still in the process of formation, and they might be better defined and protected in the future”.

Declaração Final da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente de 1972, da Declaração sobre a Preparação de Sociedades para a Vida em Paz de 1978, da Declaração sobre o Direito dos Povos à Paz de 1984 e da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento de 1986 – sendo as três últimas aprovadas em Assembleias Gerais da ONU.

Sobre a celeuma dogmática em torno da juridicidade ou não dos direitos de solidariedade, devemos comentar que a fundamentação dos autores progressistas confia demais na munificência da dignidade humana, poupando-se, sob este pretexto, de enfrentar as objeções dos doutrinadores mais “céticos”. Quanto a estes, a seu turno, tem-se que suas refutações de ordem técnica (titularidade dos direitos e deveres, conteúdo e sanção organizada) estão lastreadas numa abordagem normativista dos direitos humanos, é dizer, no positivismo jurídico ordinário. Sua dificuldade não é tanto a de abstrair a humanidade como detentora de direitos, mas sim a de identificar na comunidade internacional um instrumental normativo de “*hard law*” que dê suporte à sua aceitação como autêntico direito.

Numa interpretação dialética (e pachukaniana) do fenômeno jurídico, o problema coloca-se por outro ângulo. Interessa-nos menos saber se existem determinadas regras que sejam reconhecidas como jurídicas pelos Estados e mais se os direitos humanos de solidariedade reúnem em si os traços inconfundíveis da forma jurídica. Ora, da mesma maneira que o direito internacional explica-se não pela maior ou menor força cogente de sua normatividade, mas sim pelos caracteres de equivalência que o atravessam de ponta a ponta e pelas qualificações deduzidas da subjetividade jurídica geral, a nova geração dos direitos humanos deve ser analisada menos pela imperatividade de suas normas e mais pelas características sociais que elas traduzem, e também por tudo aquilo que envolve a solidariedade da terceira dimensão.

Ademais, tal como no direito internacional, a terceira dimensão dos direitos humanos pode ser avaliada como uma expressão imperfeita da forma jurídica, e que padece, homologamente, de dificuldades para estabelecer uma terceira força garantidora e equidistante na relação entre os sujeitos. Afinal, a salvaguarda dos direitos da humanidade exigiria uma potestade supraestatal que submetesse os Estados nacionais ao “bem comum” da comunidade internacional. Mas vimos que o próprio direito internacional carece dessa figura, e nem por isso está destituído de juridicidade, eis que permeado de categorias

juridicamente “igualitárias”. O mesmo vale para os direitos humanos da geração ora comentada. Neles, a forma jurídica – no que concerne o fecho do terceiro garante – amadurece menos do que nos direitos sociais e nos direitos civis e políticos, e assim é pelo maior distanciamento em face da esfera privada. Paralela e contraditoriamente, a abstração do sujeito de direito é extremada, configurando-se, ainda, uma solidariedade que em tudo se relaciona com a esquemática jurídica, e que complementa a liberdade e a igualdade burguesas.

Já estudamos, então, a solidariedade como forma capitalista e o conceito jurídico de humanidade como etapa mais adiantada da universalização da subjetividade própria do direito. Logo mais, explicitaremos como a forma jurídica está presente em cada um dos direitos de solidariedade, sem exceção. Não o fazemos agora porque há pendências ainda com a parte geral da geração dos direitos humanos que nos ocupa. Não podemos avançar antes de compreender, em meio a esta controvérsia, por que as preocupações envolvendo o patrimônio comum da humanidade, o meio ambiente, o desenvolvimento e a paz – enfim, os assuntos que dizem respeito ao gênero humano em sua continuidade – acabaram surgindo como direitos especificamente, e não como simples itens de uma agenda política global. E esta é, claramente, não somente uma dúvida cuja resposta reside apenas no marxismo, mas cuja formulação mesma está adstrita a um viés marxista, o único que ultrapassa o dogma da onipresença do direito na história.

Se as necessidades relacionadas ao homem como espécie apareceram como direitos da humanidade, ou melhor, foram assim formuladas pelos juristas, isto se deve não apenas porque apenas o capitalismo, numa de suas fases, poderia abstrair o gênero humano enquanto entidade autônoma; foi também porque as demandas do “homem”, seja qual for o seu nível de abstração, estão condenadas a se revestirem da forma jurídica. E isto é assim não pelo prestígio dos juristas ou por sua obstinação em captar a realidade por sua óptica profissional; é assim porque a concepção de mundo forjada pelo capitalismo, a forma histórica da ideologia dominante, é uma concepção jurídica.

Friedrich Engels e Karl Kautsky (antes de se converter em renegado e reformista Kautsky) compararam a concepção de mundo medieval, em que a ordem religiosa sobrepunha-se à ordem secular, com a concepção de mundo moderna. Nesta última, houve uma inversão do modelo prevalecente antes da emergência do capitalismo, e que postou o

direito como estandarte triunfal das revoluções burguesas e da civilização que se inaugurava:

Tratava-se da secularização da visão teológica. O dogma e o direito divino eram substituídos pelo direito humano, e a Igreja pelo Estado. As relações econômicas e sociais, anteriormente representadas como criações do dogma e da Igreja, porque esta as sancionava, agora se representam fundadas no direito e criadas pelo Estado. Visto que o desenvolvimento pleno do intercâmbio de mercadorias em escala social – isto é, por meio da concessão de incentivos e créditos – engendra complicadas relações contratuais recíprocas e exige regras universalmente válidas, que só poderiam ser estabelecidas pela comunidade – normas jurídicas estabelecidas pelo Estado –, imaginou-se que tais normas não proviessem dos fatos econômicos, mas dos decretos formais do Estado. Além disso, uma vez que a concorrência, forma fundamental das relações entre livres produtores de mercadorias, é a grande niveladora, a igualdade jurídica tornou-se o principal brado de guerra da burguesia. Contribuiu para consolidar a concepção jurídica de mundo o fato de que a luta da nova classe em ascensão contra os senhores feudais e a monarquia absoluta, aliada destes, era uma luta política, a exemplo de toda luta de classes, luta pela posse do Estado, que deveria ser conduzida por meio de *reivindicações jurídicas* (ENGELS, KAUTSKY, 2012, p. 18-19).

Como se nota, a forma jurídica está a tal ponto arraigada no capitalismo que até mesmo as formas de consciência e os programas políticos dobram-se em reverência ao direito. E esta influência é tão poderosa que “as primeiras formações partidárias proletárias, assim como seus representantes teóricos, mantiveram-se estritamente no jurídico ‘terreno do direito’” (ENGELS; KAUTSKY, 2012, p. 19). E em razão da hegemonia das organizações reformistas nas camadas do proletariado, o diagnóstico é ainda aplicável aos dias correntes. Mas não é nosso objetivo aqui analisar o reformismo. Compete-nos, no lugar, acentuar a inscrição da juridicidade no imo da elaboração política. Esta colocação exige um cuidado: não estamos renunciando de nosso entendimento sobre a relação entre a forma jurídica e a luta de classes. Continuamos compreendendo que o direito tenta domar o conflito entre as classes ao desviá-lo, por meio de suas ferramentas próprias, para áreas de “explosão controlada” (como o direito de greve) ou nem isso (eleições); e ainda estamos persuadidos de que, apesar da disciplina formal, as coisas podem não correr com a serenidade almejada pelo capital: a “fera” pode ser indomável em dadas ocasiões, de tal modo que o embate enfurecido extravase os contornos jurídicos. O que ansiamos é lançar em relevo a circunstância de que, ao menos normalmente, a luta de classes é uma contenda

por direitos, e que as organizações que nela se engajam articulam suas exigências em termos jurídicos.

Para a burguesia, propor um programa para o conjunto da sociedade segundo as molduras do direito é uma conduta que lhe cai muito bem. Para o proletariado, bem ao contrário, é uma dificuldade a ser superada, e que passa despercebida. As classes jamais se perguntaram (nem mesmo os capitalistas, tão sujeitos à ideologia quanto os trabalhadores em muitos aspectos) porque pleiteiam “direitos” à fruição, e não simplesmente o acesso a determinadas utilidades. No caso das classes subalternas, em que o rol de reivindicações é obviamente muito maior, é uma constante a aspiração pelo direito à moradia, à educação, ao transporte, dentre outros itens; contudo, não é bem a pretensão jurídica que se deseja, e sim o gozo real que ela representa e que acaba estrangido no cadinho da concretude judicial.

E como se situam os juristas em meio a tudo isso? Eles oficializarão o impulso imanente do capitalismo em transformar as demandas sociais em direitos, o que significa não atendê-las, e sim submetê-las aos regramentos da forma jurídica, pelos quais as questões medulares da sociedade são filtradas na trindade da liberdade-igualdade-propriedade (acompanhada de Bentham!). Pois bem. O procedimento padrão do direito é a abstração, e a doutrina integra este movimento, mesmo que de forma não unânime e com desníveis; ela corrobora o apresamento das pautas políticas declaradas de interesse da humanidade pela forma jurídica, propondo que assuntos de semelhante grandeza não poderiam senão integrar a alçada dos direitos humanos. Na perspectiva da dogmática jurídica, “um direito humano surge diante da emergência de novas necessidades, novas expectativas ou quando há sinais de que o valor substancial que se deseja preservar ou defender está sendo, de alguma forma, ameaçado” (FRANCO, 2013, p. 148). Esta é a forma doutrinária de se dizer que tudo aquilo que é humano deve sê-lo pelo direito: a necessidade do homem é imediatamente traduzida como direito humano. E os juristas que executam esta função com mais destreza são aqueles que mais abonam a abstração da dignidade humana, ou seja, aqueles que se entregam ao idealismo com mais ardor. Encaixa-se aqui, como uma luva, a reflexão de Kashiura Junior (2009, p. 149):

A única possibilidade de efetivação plena e universal dos direitos humanos que a ordem social admite é aquela que se dá em abstrato. Na verdade, mais do que

admitir, essa efetivação é o que a ordem social capitalista exige. Disso os jusnaturalistas tinham ciência desde o princípio, por isso sempre focaram sua teoria acerca dos direitos humanos nesse ponto. Em abstrato, todos os homens são iguais, são livres e têm, seguros consigo mesmos, todos os demais direitos humanos: desde o direito ao devido processo legal até o direito à paz. Em abstrato, nenhum direito é jamais negado ou violado, nenhuma dignidade é jamais aviltada. É assim, precisamente assim, que o homem age no mundo dominado pelo capital: como homem abstrato, portador de direitos abstratos, como forma humana vazia, casca sem vida que se iguala a todas as outras cascas sem vida idênticas na sociedade civil. Não apenas no plano do pensamento, mas no da realidade: o homem da sociedade civil se reduz a uma abstração real.

Agora que finalizamos o raciocínio, o céu está límpido, completamente desanuviado. É possível descobrir por que os direitos humanos mais abstratos impeliram autores como Comparato a ressuscitarem o jusnaturalismo; por que os direitos humanos são tidos como suplementares uns aos outros, até o instante em que é mister confrontá-los entre si; e por que a sua declamação doutrinária sustentada na dignidade humana, e não em fundamentos técnico-jurídicos mais detalhados, é o melhor dos mundos para a solidariedade da terceira dimensão ou geração, e também para as demais gerações de direitos na universalidade do conjunto¹⁴⁰.

Obtivemos resultados instigantes até onde trilhamos. Porém, impende-nos projetar ainda uma última “indagação estratégica”, e que já estava presente na introdução: por que os direitos humanos de solidariedade, qualquer que seja a sua natureza, desabrocharam no curso da segunda metade do século XX e não antes?

A esta altura, não é nenhum segredo que a resposta está atrelada ao capitalismo – o que está bem distante de nos bastar, dado que o modo de produção capitalista é anterior ao período aludido. Mas não nos adiantemos. Nossa tese é uma contradita à produção intelectual idealista sobre os direitos humanos, e é por isso que devemos, primeiramente, passar a palavra aos contraditados.

Para a doutrina jurídica, o reforço à dignidade da pessoa humana, e que desembocaria na interpretação da humanidade como sujeito de direito, seria uma resposta aos horrores da Segunda Guerra Mundial e, em particular, às atrocidades cometidas pelo nazismo. O totalitarismo “significou a ruptura do paradigma dos direitos humanos, por

¹⁴⁰ “O dogma da universalidade dos direitos humanos é a expressão da universalidade necessária ao modo de produção capitalista do homem como abstração real. Por isso as teorias jurídicas posteriores ao jusnaturalismo enfraqueceram os direitos humanos: ao tentarem romper com a abstração, ao buscarem fundamentos menos ideais, mais próximos da realidade, comprometeram sua universalidade” (KASHIURA JUNIOR, 2009, p. 149-150).

meio da negação do valor da pessoa humana como valor-fonte do Direito”, de modo que “se a Segunda Guerra significou a ruptura com os direitos humanos, o Pós-Guerra deveria significar a sua reconstrução” (PIOVESAN, 2012, p. 39).

“A hora mais escura é aquela que vem antes da aurora”, pondera o provérbio anglo-saxão. Uma vez dissipadas as trevas totalitaristas, haveria a luz, e esta luz seria a retomada da dignidade e dos direitos do homem. A humanidade jurídica do homem retornaria mais forte do que nunca, desencadeando um movimento de humanização do direito internacional e de alargamento da subjetividade jurídica internacional.

Até certo ponto, a doutrina está correta. Regimes como o nazismo, de fato, suprimem a forma jurídica, exercendo a coerção em estado bruto, isto é, despojada de quaisquer “refinamentos” de direito público – sem falar na exclusão de certos indivíduos da esfera do direito privado a partir de uma drástica estratificação racial. Também não discordamos que a guerra, em sua carnificina desenfreada, não se detém em considerações sobre a dignidade dos indivíduos e do gênero humano. Por último, é impossível desdizer a ampliação de sujeitos no direito internacional e ignorar que o conceito de “humanidade” adquiriu peso jurídico. Contudo, no pouco que a dogmática acerta, a superficialidade impera, como ficará compreensível logo adiante.

Nosso embate orbita em torno das causas e, por extensão, do sentido real deste movimento. Já demonstramos, desde a parte introdutória da pesquisa, que os juristas aceitam amplamente que a humanidade ganhou contornos jurídicos em virtude de uma tomada de consciência num instante crítico, e que se consolidaria pela cognição de novas necessidades da espécie, assim como de uma solidariedade internacional. Trazemos a lume mais uma citação doutrinária para ilustrar novamente a visão dos juristas sobre o que culminou nos direitos de fraternidade:

Uma das razões foi a crescente consciência da interdependência política, ecológica, econômica e social, que surgiu, em particular, durante a Segunda Guerra Mundial, marcada pelo Holocausto e perseguição de outras minorias, com efeitos devastadores no globo inteiro, culminando no primeiro uso da bomba atômica e um mundo cheio de refugiados. As guerras e catástrofes que seguiram essa experiência traumática, assim como o “progresso” tecnológico, acompanhado, muitas vezes, pela brutal devastação do meio ambiente, fortaleceram essa percepção e o reconhecimento da necessidade de cooperar inter e transnacionalmente para prevenir e reprimir tais ameaças globais (PETERKE, 2013, p. 76).

Eis aí um resumo do que a dogmática progressista apresenta sobre a aparição dos direitos humanos de solidariedade, ou ainda, sobre a sua invenção. E dizemos “invenção” porque os juristas pressupõem uma decisão da humanidade em favor dos novos direitos, uma guinada deliberada, ainda que tacitamente ou expressa com timidez na doutrina e na jurisprudência.

Pachukanis ensina que “a teoria do direito trabalha com abstrações que não são menos ‘artificiais’” que aquelas engendradas na economia política, e que correspondem a abstrações reais, o que o leva a concluir o que segue:

Se se acredita que os conceitos jurídicos, que exprimem o sentido da forma jurídica, representam o produto de uma qualquer intervenção arbitrária, incorre-se no erro dos racionalistas do século dezoito e que foi denunciado por Marx. Aquelas pessoas, não podendo ainda explicar, como diz Marx, a origem e o desenvolvimento das formas enigmáticas assumidas pelas relações humanas, tentaram despojá-las do seu caráter incompreensível, dizendo, precisamente, que eram invenções humanas, que não haviam caído do céu (PACHUKANIS, 1988, p. 25-26).

A súbita “descoberta” mediante uma comoção como a que se teve com a Segunda Guerra Mundial corresponde exatamente às “intervenções arbitrárias” criticadas por Pachukanis. O fetiche dos doutrinadores está em imaginarem que os homens, ao tomarem consciência da finitude de sua espécie, decidiram de algum modo que a humanidade deveria ser tutelada juridicamente, recebendo a dádiva de ser sujeito de direito. A teoria marxista, inspirada nas formas sociais, descarta a volição de um ente etéreo, fantasmagórico, e apregoa o oposto: determinadas relações sociais, operantes somente no contexto do pós-guerra, coagularam-se na noção de solidariedade. Tais relações, inevitavelmente inseridas na totalidade do capitalismo, apontam para um nexos histórico e estrutural entre o modo capitalista de produção e a solidariedade nos direitos humanos.

Mas ao mesmo tempo, o marxismo inspeciona atentamente as categorias doutrinárias, recolhendo as informações que elas deixam entrever. Por óbvio, a doutrina jurídica não delira simplesmente; ela se respalda em elementos objetivos da realidade, assimilando-os distorcidamente, mas ainda dentro de alguma conformidade com as movimentações da forma jurídica e do cenário histórico. E o que sobressai na argumentação jurídica é a aparência de que os direitos humanos e a humanidade, em sua acepção jurídica, foram puramente convencionados, e que, caprichosamente, esta convenção ocorreu no

século XX, não antes; que a fadiga em face das desventuras humanas tornou-se insuportável apenas no pós-1945.

A defesa jurídica da família humana, para os autores, nasce no Tribunal de Nuremberg, quando entra em cena a figura do crime contra a humanidade, representado pela tipificação do genocídio – e a escolha deste episódio, esperamos demonstrar, não foi nada casual. O genocídio, na sua descrição normativa, transcende quesitos étnicos, religiosos e culturais; é “um crime que ocorre, lógica e praticamente, acima das nações e dos Estados”, ou seja, “um crime contra a humanidade que assinala, pelo seu ineditismo, a especificidade da ruptura totalitária (LAFER, 1988, p. 23). Trata-se da negação da condição humana a um determinado conjunto de indivíduos, e que provocou a criação da categoria jurídica da humanidade: a princípio, como bem jurídico a se proteger, e depois como sujeito de direito.

Cabe citar que o Tribunal de Nuremberg foi montado pelo Acordo de Londres, em 1945, um pacto entre EUA, Grã Bretanha, França e URSS; um pacto celebrado pelo imperialismo dito “democrático”, inimigo do imperialismo fascista derrotado, e pela URSS, falsamente enxergada como socialista; um acordo, portanto, “acima de cisões políticas”, destinado a punir as crueldades do nazismo em nome do interesse geral da humanidade, e a despeito das legislações vigentes na Alemanha e das imunidades dos chefes de Estado. Os Aliados lograram condenar o lado perdedor com a autoridade moral de uma comunidade humana estarrecida e indignada com o que havia presenciado.

Neste ponto em particular, devemos interpor um aparte. A vitória do imperialismo estadunidense contra o imperialismo fascista do eixo foi imprescindível para a afirmação dos direitos humanos de fraternidade, mas não porque, como atinam ingenuamente os juristas, o sumo bem debelou o inominável mal. Foi porque o capitalismo capitaneado pelos EUA, o mais avançado na lógica do capital (o mais “moderno”, filosoficamente falando), trazia em si condições muito mais favoráveis para o florescimento da forma jurídica internacional do que o capitalismo liderado pela Alemanha nazista, eivado de diversas impurezas pré-capitalistas, como o emprego massivo de mão de obra escrava e o anti-igualitarismo ariano nas instituições do falecido Terceiro Reich.

Não nos cabe divagar sobre a funesta hipótese de um mundo dominado pelo imperialismo nazista. A literatura de Philip Dick já se encarregou desta distopia em *O*

homem do castelo alto, e com uma qualidade estética admirável, diga-se de passagem. Mas estamos no campo da ciência, não da arte. E numa formulação científica, o que podemos diagnosticar hipoteticamente é o que as formas sociais nos autorizam. E estas formas nos apontam que o moderno modelo estadunidense, amparado numa dominação mundial empresarial, é infinitamente mais condizente com uma comunidade jurídica internacional (repleta de sujeitos de direito) do que o modelo alemão, que recorria exaustivamente a formas políticas e coercitivas de captura do excedente econômico. Num contexto de liderança nazista, as ferramentas de dominação capitalista seriam muito mais rudes, e jamais a igualdade jurídica entre os homens seria estampada como triunfo da civilização. O expresso escalonamento entre raças pertence à pré-história do direito e do liberalismo.

Retornemos agora ao genocídio como categoria jurídica. Este conceito, de fato, comporta em si a humanidade do homem abstrato. O que é curioso é que o conteúdo violento de extermínio que instrui a categoria não é nada recente. O aniquilamento de comunidades étnicas e religiosas já está descrito no Antigo Testamento, em que constam até mesmo instruções para o cometimento de tal prática. E ninguém na época apelou para o gênero humano, nenhum protesto contra uma “ruptura totalitária” foi documentado.

Onde está, então, o “ineditismo” do genocídio, do crime contra a humanidade? Está na forma, e não no conteúdo. A diretiva de extermínio de comunidades inteiras é antiquíssima em substância; o que é inédito é o enquadramento jurídico deste evento como uma agressão que extrapola as vítimas e o agrupamento cultural a que pertencem. A novidade do genocídio está na abstração que se faz da humanidade para fins de direito:

[...] antes do processo de Nuremberg, os horrores totalitários, os genocídios, os massacres sistemáticos não tinham existência jurídica própria: quando muito, eram qualificados como “crimes de guerra”. Nuremberg inventou os “crimes contra a humanidade” e, por via de consequência, o conceito jurídico de humanidade e, por via de consequência ainda, o conceito jurídico de dignidade, entendido no sentido de uma ofensa contra a humanidade do homem. Assim, brutalmente, bem depois de Kant, a humanidade tornou-se jurídica, a tal ponto que nosso Código Penal consagra, doravante, todo um título aos “crimes contra a humanidade” que visa o genocídio e outros crimes [...] (EDELMAN, 2007, p. 139-140)¹⁴¹.

¹⁴¹ Na pena do autor: “[...] avant le procès de Nuremberg, les horreurs totalitaires, les génocides, les massacres systématiques n’avaient pas d’existence juridique propre: au mieux, ils étaient qualifiés de ‘crimes de guerre’. Nuremberg inventa les ‘crimes contre l’humanité’ et, par voie de conséquence, le concept juridique d’humanité et, par voie de conséquence encore, le concept juridique de dignité, entendu comme une atteinte portée à l’humanité d’un homme. Ainsi, brutalement, bien après Kant, l’humanité devint juridique, à telle

O genocídio não é o único crime contra a humanidade, mas foi o introdutor desta concepção. Outras práticas criminosas foram “promovidas” a crimes contra a humanidade, como a tortura, o tráfico de pessoas e a escravidão. E foi desta maneira que, na prática jurídica, a abstração do atributo humano ganhava forma, ensaiava-se como um bem jurídico. O próximo passo seria a sua designação como sujeito de direito, e que estaria indicada na propositura dos direitos de solidariedade.

Em Nuremberg, os juristas foram a vanguarda do direito, esboçando um movimento histórico tendencial. Referimo-nos ao alargamento do tecido jurídico e de sua subjetividade, o que é correlato ao alargamento dos domínios da mercadoria no capitalismo. O julgamento dos nazistas foi real, tanto quanto a originalidade das teses que os condenaram, não importando que tais elaborações tenham sido usadas como justificação da nova ordem mundial que se descortinava com a vitória dos Aliados. Contudo, toda ação de vanguarda tem limitações, e caso não haja um movimento maior que a desenvolva, sua sina será a desapareição nas areias do tempo. Para que a humanidade compusesse em definitivo o inventário dos conceitos jurídicos, enfim, para que a abstração jurídica do homem fosse mais do que a obra de um tribunal militar (e dos doutrinadores que se debruçaram sobre ele), era preciso que o próprio capitalismo desse um passo nessa direção. Era preciso que ele próprio produzisse abstrações que, dentro de sua dinâmica interna, repercutissem fundo no direito internacional e nos direitos humanos.

O que o capitalismo posterior a 1945 pode nos dizer sobre a abstração suprema do sujeito de direito e sobre a solidariedade em sua formulação jurídica de direitos humanos? Uma parte do questionamento já está solucionada: o capital, ao se mundializar como modo de produção, desconhece limitações territoriais e derruba os obstáculos que se lhe opõem, unificando o planeta numa cadeia produtiva universal. O desmoronamento da ordem colonial e sua substituição por uma ordem empresarial respaldada no sistema de Estados, e que dá vida ao imperialismo de tipo capitalista na sua máxima feição, universaliza a forma valor. A captura da mais-valia ocorre em magnitude internacional e a partir de centros produtivos encadeados, ou, o que dá no mesmo, por meio de mercados integrados de força

enseigne que notre Code Pénal consacre, désormais, tout un titre aux ‘crimes contre l’humanité’ qui vise le génocide et d’autres crimes [...]”.

de trabalho no interior de um processo produtivo global. Nas palavras de Chesnais (2010, p. 98-99), “a exploração forçada do proletariado em escala planetária é por sua vez a face escondida e a condição da valorização e reprodução desse capital que tende para um grau de abstração sempre mais elevado”. Deste modo, o capitalismo mundializado das multinacionais fez vicejar ao extremo a forma jurídica, elevando ao absurdo as suas inclinações de abstração, a ponto de delinear uma comunidade internacional, uma “aldeia” de todos os humanos.

Foi apenas depois da Segunda Guerra que o capital produtivo degustou tal internacionalização, condenando ao passado o arcaico modelo das colônias e fazendo medrar o igualitarismo formal entre Estados e organizações internacionais. Isto resolve parcialmente o problema. Uma explicação mais completa precisa se apoderar de outros processos do capitalismo contemporâneo que materializam outras formas abstratas do capital, e que coincidem historicamente com a eclosão dos direitos humanos de solidariedade.

A terceira dimensão dos direitos humanos foi anunciada nos anos 1970, quando o capitalismo vivia novas modificações de peso. À dominação empresarial das multinacionais, foram acrescentados outros elementos, como a financeirização da economia internacional e a catalisação da indústria de serviços, que se encontra no núcleo da intitulada produção imaterial. Todos eles cooperaram para a contínua abstração real do capitalismo e de sua forma jurídica.

Na finança, tem-se a glorificação do dinheiro como capital. O dinheiro, forma necessária de manifestação da medida do valor, quer dizer, do tempo de trabalho (C., I, I, p. 121), converte-se em capital, em meio de valorizar o valor e extorquir trabalho alheio. Em seu instante incipiente na circulação capitalista, ele já é produto de uma abstração, e que é externada como autonomização categorial. Marx (2011, p. 94) deslinda que “o valor de troca desprendido das próprias mercadorias e ele próprio existente junto delas como mercadoria é *dinheiro*”, de tal modo que “todas as propriedades da mercadoria como valor de troca aparecem no *dinheiro* como um objeto diferente dela, como uma forma de existência social desprendida de sua forma de existência natural”. Com a finança, quando o dinheiro se torna capital efetivo, há uma nova autonomização, pois ele se descola da sua função de medir os valores para cacifar-se como instrumento de valorização. “É dinheiro

produzindo lucro, isto é, capacitando o capitalista a extrair dos trabalhadores determinada quantidade de trabalho não-pago – produto excedente e mais-valia – e dela apropriar-se” (C. III, V, p. 453). Todas essas abstrações sociais são extremamente reais, comprovando-se na capacidade de fornecer lucro aos capitalistas.

Estamos aplicando, em nosso raciocínio, as leis históricas do capital portador de juros ao capital financeiro contemporâneo. Oramos assim por interpretarmos, com Chesnais (2010, p. 100), que “a finança assim compreendida é a forma do ‘capital portador de juro’ tomada na fase atual do capitalismo, estudada por Marx em um estágio inicial de sua centralização”.

Sobre o capital portador de juros, Marx deixa registrado que, nele, “a relação capitalista atinge a forma mais reificada, mais fetichista”, porquanto na genérica fórmula $D - D'$ sintetiza-se o “dinheiro que gera mais dinheiro, valor que se valoriza a si mesmo sem o processo intermediário que liga os extremos” (C. III, V, p. 519). O ápice do fetichismo está na abstração da produção, na “miraculosa” aptidão de engordar o capital no jogo da circulação de títulos financeiros, desobrigando o capitalista individual de se envolver necessariamente com atividades produtivas. O dinheiro multiplica-se de uma maneira que parece espontânea, como se ele fosse capaz, por si mesmo, de fabricar mais dinheiro nos atalhos financeiros. É óbvio, no entanto, que tudo isto não passa de uma ilusão de óptica que encanta o investidor individualizado, já que a riqueza, seja qual for a sua forma, provém da produção.

O capital financeiro contemporâneo, neste diapasão, é um forte indicador de que o capitalismo deveio mais abstrato. A forma $D - D'$ “impele a seu paroxismo, um fetichismo profundo que não é somente inerente ao dinheiro que se valoriza em massa, mas ao capitalismo enquanto tal, como modo de produção e como sistema de dominação social” (CHESNAIS, 2010, p. 119). Logo, a financeirização radical das economias na década de 1970 impulsionou a sublimação das formas capitalistas, o que se deu mais pronunciadamente na seara dos direitos humanos. As figuras mais tresloucadas do capital fictício como os derivativos, a alavancagem dos ciclos econômicos baseada no endividamento e o divórcio entre o dólar e seu lastro real no ouro conformaram relações capitalistas cada vez mais abstraídas da objetividade material, cada vez mais especulativas, culminando em variações da forma jurídica que assimilaram esta mesma característica – e

elas são abundantes no direito internacional exatamente em virtude da internacionalização do capital.

Outrossim, a indústria dos serviços contribuiu para uma compleição mais especulativa do capitalismo. Os serviços caracterizam-se pela impossibilidade de dissociação entre a atividade laboral e o seu resultado. O produto confunde-se com a realização do trabalho, o labor não se objetiva numa coisa separada de quem a criou, como se constata nos transportes, nas telecomunicações, na logística e nos demais componentes do setor terciário. Ao prescindir da objetivação em coisa, os serviços confirmam a “metafísica” do valor, quer dizer, a sua objetividade abstrata e inerente¹⁴², não importa o meio em que esteja atuando. O valor, então, prova-se definitivamente abstrato nos serviços: é indiferente o caráter “material” ou “imaterial” da produção, uma distinção que está vinculada ao valor-de-uso e não ao valor. Anselm Jappe (2006, p. 54-55) adverte que “o trabalho criador de valor, ou, dizendo melhor, o trabalho concebido como criador de valor, não produz conteúdo algum. Não cria nem produtos, nem serviços, mas apenas uma forma pura”. Nesta ordem de considerações, o que foi digno de nota na década de 1970, na verdade, foi a capitalização de todo um setor da economia que, até então, era essencialmente residual no capitalismo.

Quando o capitalismo se apoderou do ramo de serviços, dilatou-se imensamente a zona da indústria capitalista. E aqui, quando falamos “indústria”, não estamos usando o termo como sinônimo de sistema fabril. Na aguçada interpretação de Vinícius de Oliveira Santos (2013, p. 120), “a fábrica é uma parte da indústria, ou uma parte de um ramo industrial. O sistema fabril está contido no sistema industrial, e não o contrário”. Isto é assim porque o conceito marxiano de indústria não está forçosamente conectado com as unidades físicas de feitura de certos bens; o conceito está relacionado, antes, com o ciclo do capital industrial, ou ainda, com a fabricação da mais-valia, que é o verdadeiro móvel do modo de produção capitalista:

¹⁴² O valor é um fenômeno indubitavelmente material, mas a sua materialidade é aquela das formas sociais – algo diferente, então, da materialidade física das coisas. “A realidade do valor das mercadorias difere de *Dame Quickly*, por não sabermos por onde apanhá-la. Em contraste direto com a palpável materialidade da mercadoria, nenhum átomo de matéria se encerra no seu valor. Vire-se e revire-se, à vontade, uma mercadoria: a coisa-valor se mantém imperceptível aos sentidos”. Daí decorre que “as mercadorias, recordemos, só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano; seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra” (C. I, I, p. 69).

O termo *indústria*, em Marx, diz respeito a *qualquer ramo explorado segundo o modo capitalista*. Se a produção capitalista se apodera dos meios de transporte, estes passam a ser considerados peças subordinadas à indústria de transporte. *A indústria tem existência para além da fábrica* e existe no contexto de um modo de produção específico que se valoriza independentemente da natureza útil do resultado da produção (SANTOS, 2013, p. 122).

Vale lembrar que a capacidade de fabricação de valor fora da esfera fabril já havia sido apreciada por Marx (1978, p. 76), conquanto em sua época os serviços representassem magnitudes insignificantes no metabolismo capitalista. O literato, a cantora e o mestre-escola, dizia o fundador do materialismo histórico, seriam fornecedores de mais-valia caso fossem empregados lucrativamente por empresários. Entretanto, o que era marginal no capitalismo vitoriano testemunhado por Marx adquiriu vastidão ciclópica a partir dos anos 1970. Com o advento da pós-grande indústria e das formas flexíveis de acumulação capitalista, “não apenas amplia-se notavelmente a produção de serviços sob o mando da reprodução de capital, mas também a própria fabricação de coisas e transformada gradativamente em algo próximo da prestação de serviços” (PRADO, 2005, p. 92). E foi deste modo que os serviços abandonaram a esfera do consumo improdutivo e se mudaram para os vastos domínios da valorização do capital, transformando em ato aquilo que, antes, era apenas potência. A produção imaterial percorre agora o ciclo do capital industrial e se integra ao capital social total, fazendo com que o modo capitalista de produzir absorva para o seu interior a quase totalidade¹⁴³ da produção material.

Uma vez alargada a área das fontes de valor e mais-valor, a forma mercadoria avançou mais no seu impulso de se assenhorear do mundo. E se tudo se tornou mais mercantilizado, tudo também se torna mais jurídico, até mesmo a humanidade. O direito, diante das convocações de uma forma mercadoria esticada até o limite, responde no mesmo tom, abstraindo suas categorias até o absurdo. E nesta abstração, ele granjeia novos espaços, novas “dimensões”. É exatamente o que ocorre com os direitos humanos:

O que ocorre, na realidade, não é uma transformação cabal que faz os direitos humanos ‘mudarem de lado’, tampouco uma completa libertação com relação à sua gênese histórica, mas uma alteração de conteúdo, ou melhor, uma extensão da

¹⁴³ Falamos em “quase totalidade” por conta das poucas operações econômicas que o capital não subsumiu por completo, e que explicam a sobrevivência de classes intermediárias como a pequena-burguesia – intermediárias por estarem localizadas à margem da oposição fundamental do modo de produção burguês.

sua forma para conteúdos anteriormente estranhos a ela. É o mesmo que se passa com a forma da mercadoria, que num certo contexto passa a englobar coisas que anteriormente não englobava, como a terra, ou com a forma do direito, cuja gênese é a relação privada entre proprietários de mercadorias, mas que passa a englobar relações entre indivíduo e Estado (KASHIURA JUNIOR, 2009, p. 141).

Com a extensão da forma jurídica sobre novos conteúdos, alinhavou-se uma nova dimensão dos direitos humanos, o que sucedeu de acordo com as inovações experimentadas pelo capitalismo que descrevemos até agora. Eis aí a gênese dos direitos de solidariedade – algo sensivelmente contrastante com as teorias que realçam o impacto ético das tragédias do século XX sobre a consciência da humanidade.

Vencida esta fase do trabalho, o que temos a fazer é verificar, na concretude de cada um dos direitos de terceira dimensão, como as características da forma jurídica sublimada ao máximo se unem às determinações da forma geral (adaptando-as, dando-lhes continuidade) e, em sua estruturação, amarram-se ao capitalismo internacional. Detectaremos o persistente comparecimento da subjetividade própria do direito e das linhas-mestras da relação jurídica na proteção, enquanto direitos humanos, do patrimônio comum da humanidade, do meio ambiente, do desenvolvimento e da paz.

4.1. Direito ao patrimônio comum da humanidade

A humanidade, ao se subjetivar no e para o direito, foi agraciada com um patrimônio. O sujeito jurídico é um ente possuidor, e ele é definido, também, pela aptidão de amealhar propriedade – não uma propriedade qualquer, mas aquela que é dada pelo mercado capitalista, e que é originária das trocas incessantes entre agentes privados.

Um observador otimista opinaria que, a partir de um patrimônio pertencente ao gênero humano, o individualismo primevo dos direitos humanos cederia lugar à solidariedade da espécie, e que o “todos contra todos” de um mundo de proprietários privados encontraria um contrapeso eficiente, senão uma superação resoluta, no domínio juridicamente comunitário. Replicaremos aqui o seguinte: na realidade, o que acontece é o oposto. A propriedade jurídica comum sobre bens em nome da espécie humana não nega a apropriação privada capitalista, antes a otimiza. Do mesmo modo que a igualdade pelo direito chancela a desigualdade de classe e que a liberdade pelo direito avaliza a dominação

de classe, a solidariedade jurídica favorece o enriquecimento individual dos capitais, contrariamente ao que sugere sua casca humanista.

Assim ocorre porque os direitos humanos de terceira dimensão trazem a marca da nova fase do imperialismo, em que a supremacia imperialista se desenrola não mais mediante o colonialismo formalizado e a divisão territorial do planeta em possessões coloniais, e sim mediante os fluxos de capital pelo mundo que desfavorecem a periferia e concentram riqueza e poder no centro do sistema capitalista mundial. E para que o capital flua com tanta liberdade e altivez pelo orbe, a propriedade comum da humanidade sobre determinados recursos economicamente utilizáveis revela-se mais congruente do que o loteamento territorial e privado.

Antes de nos explicarmos melhor, ouçamos o cântico humanista da doutrina. O patrimônio comum da humanidade, segundo outro dos seguidores de René-Jean Dupuy (BASSO, 1999, p. 112), é “[...] uma manifestação essencial de intermediação entre a comunidade internacional e a humanidade¹⁴⁴”, e isto num instante em que “a humanidade sai, talvez, de sua passividade, ela se abre para a satisfação de necessidades coletivas, ela se reúne numa tomada de consciência de um destino comum¹⁴⁵” (BASSO, 1999, p. 109). Héctor Espiell (1980, p. 28-29) é ainda mais categórico:

Há que se começar por reiterar que o ser humano é o destinatário último, a razão de ser, o objetivo e o fim de toda ordem jurídica. A Comunidade Internacional e os Estados existem pelo e para o Homem. Por isso, os benefícios que os Estados hão de receber da exploração e utilização do “patrimônio comum da Humanidade”, só se justificam enquanto, através da ação e das políticas estatais, hão de revestir aos seres humanos, aos homens que constituem a população desses Estados¹⁴⁶.

Este patrimônio comum, então, seria uma zona internacional que não é nem *res nullius* e nem *res communis* dos Estados, mas um acervo de bens pertencentes à humanidade e afetado por seus interesses (ESPIELL, 1980, p. 20). Um acervo que foi legado pela

¹⁴⁴ Na língua francesa: “[...] une manifestation essentielle du relais entre la communauté internationale et l’humanité”.

¹⁴⁵ No original: “L’humanité sort peut-être de sa passivité, elle s’ouvre vers l’accomplissement des besoins collectifs, elle se rassemble dans une prise de conscience d’une identité de destin”.

¹⁴⁶ Em vernáculo: “Hay que comenzar por reiterar que el ser humano es el destinatario último, la razón de ser, el objetivo y el fin de todo orden jurídico. La Comunidad Internacional y los Estados existen por y para el Hombre. Por eso los beneficios que han de recibir los Estados de la explotación y utilización del ‘patrimonio común de la Humanidad’, sólo se justifican en cuanto, a través de la acción y de las políticas estatales, han de revestir a los seres humanos, a los hombres que constituyen la población de esos Estados”.

humanidade do passado e que se pretende conservar para as gerações futuras, e cujo uso implica a solidariedade universal dos terráqueos. Tal patrimônio é composto, de acordo com a dogmática jurídica, por elementos como: os fundos marinhos fora do alcance das jurisdições nacionais; certas construções históricas e determinadas formações naturais tidas como de alto valor cultural, estético, científico; a biodiversidade e o genoma humano; os espaços ultraterrestres, como a Lua.

São características do patrimônio comum da humanidade, para John Noyes (2012, p. 450-451): a proibição do exercício de soberania pelos Estados sobre os bens compartilhados; a atribuição do direito de propriedade à coletividade humana; a reserva das áreas para fins pacíficos; a proteção ambiental; a partilha equitativa dos benefícios (que, por princípio, deveria ser mais favorável aos países em desenvolvimento, embora este seja o item mais controverso); e a governança por meio de um regime de administração comum.

Não nos cabe exaurir o estudo do patrimônio comum da humanidade, que é apenas parte dos direitos humanos de solidariedade. Optaremos, então, por uma incursão cirúrgica que consiga extrair deles aquilo que tiver uma serventia maior dentro de nosso horizonte de preocupações, e que possa desnudar suas características cardeais. Dois documentos normativos internacionais contribuem para este fim: a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972 (também conhecida como Recomendação de Paris) e a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Tomaremos tais textos normativos e a doutrina que os circunda como referência de debate, contrapondo-lhes nossas elaborações marxistas.

A primeira das convenções citadas é da Unesco, esta organização que logo remete à castidade e à bonomia. Ninguém haveria de imaginar qualquer tipo de maldade numa instituição tão “antropófila” e tão apinhada de boas almas, muito menos quando o assunto é o patrimônio cultural e natural da humanidade. Quem suspeitaria de uma convenção que, como lembra Comparato (2010, p. 395), foi o primeiro documento normativo internacional a celebrar a existência de um “direito da humanidade”?

Nos “considerandos” da Convenção sobre o Patrimônio Mundial, declara-se a preocupação da comunidade internacional com a preservação de determinadas riquezas naturais e culturais, entendendo-se que a evolução das sociedades ameaça esses bens, e que perdê-los ou degradá-los equivaleria a empobrecer os povos do mundo inteiro. Alerta-se,

ainda, que a proteção do patrimônio compartilhado pela humanidade em escala nacional é frequentemente incompleta, dado que exige recursos econômicos, científicos e técnicos que, não raro, faltam nos países depositários, e é por isso que toda a coletividade internacional deve tomar parte nos cuidados cabíveis.

É indubitável que a vida moderna trouxe ameaças ao patrimônio comungado pela humanidade, embora fosse o caso de acrescentar – coisa que a Unesco jamais faria – que os processos que degradam as construções históricas e as formações naturais estão umbilicalmente conectados com o modo capitalista de produção e com o imperialismo, mesmo que com certas mediações¹⁴⁷. Da mesma forma, a escassez de recursos e as disparidades econômicas entre as nações, e que resulta em dificuldades objetivas para medidas de conservação arqueológica e ambiental, é evidente – também sendo atribuível à organização mundial do capitalismo. Perguntemo-nos: por que, então, o direito incorpora a angústia em face da finitude do cabedal angariado pela espécie humana?

Como em tudo, o direito acompanha as movimentações do capitalismo, e sucedeu que o sistema capitalista, no último quadrante do século XX, espalhou-se para domínios antes intocados, lançando seus tentáculos sobre novas áreas como método de incremento na acumulação de capital. A queda da lucratividade na indústria tradicional que impulsionou a finança e os serviços gerou efeitos dilatadores nas dimensões da capitalização social, de tal sorte que até mesmo os mistérios de conservação de edificações históricas e naturais foram atraídos para a órbita capitalista. Ora, onde há capital, há mercadoria, valor e, infalivelmente, direito, mesmo que em dosagens variadas.

Vejamos como ocorre a proteção jurídica do patrimônio comungado pela raça humana. A disciplina jurídica contida na Recomendação de Paris estatui que o patrimônio ora debatido compreende os monumentos, construções e locais de valor universal sob os critérios histórico, científico, estético, etnológico ou antropológico (artigo 1), tal como os monumentos, formações e lugares de valor universal na óptica científica e estética (artigo 2). Os Estados signatários comprometem-se a reconhecer este patrimônio universal e a

¹⁴⁷ Recentemente, o Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS, na sigla em inglês), um grupo armado fascista e com recorte fundamentalista, causou consternação ao destruir sítios arqueológicos no Oriente Médio, num autêntico atentado à cultura. Tal ato de obscurantismo induz espectadores desatentos a acreditarem que tudo se resume a uma questão de intolerância e de animosidade, ignorando-se que o Estado Islâmico, rosto inconfundível da barbárie, decorre das desastrosas intervenções imperialistas na região ao longo de décadas, e que criaram um caldo de miséria, fanatismo e decadência civilizacional em níveis assustadores.

cooperar, no seio da comunidade internacional, para a sua identificação, proteção, conservação e revalorização (artigo 6, itens 1 e 2). Engajados neste propósito, os Estados devem reconhecer a autoridade de um comitê intergovernamental da Unesco encarregado de gerir os bens partilhados: o Comitê do Patrimônio Mundial.

Para os juristas, esta configuração dá corpo a um regime jurídico no qual “os Estados em que tais bens se encontram são considerados como meros administradores fiduciários” (COMPARATO, 2010, p. 395). Um regime altamente humanista e solidário, e que é “[...] consagrado à conservação e não ao desperdício (donde o interesse de um serviço público gestor), e que dá, pois, ao patrimônio comum um significado democrático porque contribui, assim, para fazer participar a universalidade dos povos na sua conservação¹⁴⁸” (BASSO, 1999, p. 111).

Em meio a esta comovente profusão de democracia interpovos, a este jorro copioso de solidarismo, parece difícil cogitar que o capital pudesse entranhar-se e subtrair algo para si. Persistamos, não obstante, na convenção, fixando-nos com desvelo no seu artigo 13, item 7:

O Comitê cooperará com organizações internacionais e nacionais, governamentais e não governamentais, que tenham objetivos similares aos desta Convenção. Para a implementação dos seus programas e projetos, o Comitê pode recorrer a tais organizações, especialmente ao Centro Internacional de Estudo da Preservação e Restauração da Propriedade Cultural (Centro de Roma), ao Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) e à União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN), assim como a organismos públicos ou privados e a indivíduos¹⁴⁹ (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 1972).

Aqui está nítida a solidariedade dos direitos humanos de terceira dimensão, sobretudo na divisão de responsabilidades com indivíduos e com entidades privadas – e aí

¹⁴⁸ Reproduzindo o trecho original: “[...]le patrimoine commun de l’humanité est voué à la conservation et non au gaspillage (d’où l’intérêt d’un service public gestionnaire) et cela donne donc au patrimoine commun une signification démocratique parce qu’il contribue ainsi à faire participer l’universalité des peuples à sa conservation”.

¹⁴⁹ Em inglês: “The Committee shall co-operate with international and national governmental and non-governmental organizations having objectives similar to those of this Convention. For the implementation of its programmes and projects, the Committee may call on such organizations, particularly the International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (the Rome Centre), the International Council of Monuments and Sites (ICOMOS) and the International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN), as well as on public and private bodies and individuals”.

está a brecha para o capital. Deverá ficar clara, agora, a ligação do direito ao patrimônio comum da humanidade com o capitalismo contemporâneo, assim como o que se esconde detrás da imaginada tomada de consciência súbita no tocante ao acervo histórico e natural da civilização. A chave está, justamente, na inclusão da já conhecida “sociedade civil”, ou ainda, do “terceiro setor”, dentro do qual se campeiam as ONGs.

As organizações não governamentais se proliferaram sobremaneira nas últimas décadas do século XX, quando o neoliberalismo se estabilizava pelo mundo como receituário econômico dominante. Nisto não há nenhuma casualidade. A orientação neoliberal atou as funções econômicas dos Estados ao serviço das dívidas nacionais enquanto prioridade. E ao ser colocado como fiador da financeirização capitalista em curso, o Estado teve que direcionar seu aparato e seus fundos para esta finalidade, vivenciando um “enxugamento” que desabrigou áreas menos importantes para o capital financeiro. Os serviços públicos e gratuitos foram sucateados e, não raro, desmantelados.

Os fundos estatais endividaram-se monstruosamente para que a acumulação capitalista continuasse operando sem interrupção no mercado da finança, além de terem herdado os ônus orçamentários da orientação keynesiana anterior. E de tanto se endividarem, os Estados foram tidos como falidos e como incapazes de gerenciar suas atribuições. Gestou-se, assim, o dogma de que o aparato estatal seria sinônimo de ineficiência, um fardo carregado penosamente pelos cidadãos. Com esta estratégia, a classe capitalista locupletou-se com as privatizações e com a abertura de mercados. E como se não bastasse, ela aprimorou a dominação e a influência do capital sobre o conjunto das sociedades por meio de entidades cândidas e insuspeitas como as ONGs, que encabeçariam uma ofensiva sobre a administração pública.

Não causa nenhuma espécie, então, que o cognominado Terceiro Setor tenha se desenvolvido inicialmente nos Estados Unidos e no Reino Unido, países que deram os primeiros passos na construção e na implantação do programa neoliberal (depois de terem testado suas receitas no Chile de Pinochet). Em nada espanta, pois, o pioneirismo anglo-saxônico na desconstrução das instituições keynesianas e welfaristas e na substituição delas por uma série de organizações não estatais que começariam a intervir em temas da alçada estatal, como trabalho, cultura, saúde, meio ambiente, educação, direitos de minorias, desenvolvimento, paz etc.

Retomando uma argumentação que iniciamos previamente, as organizações em comento condensam em si toda a solidariedade dos direitos humanos de terceira dimensão, mesmo no caso daquelas que estão voltadas aos direitos de outras gerações. Nelas, a lógica do terceiro setor aparece com toda a sua força; Estado e mercado fundem-se numa categoria amorfa e mais complexa de sociedade civil. Em concreto, isto significa dividir encargos com o poder público conforme um discurso pró-ativo de cidadania e levar adiante tanto o discurso neoliberal como os interesses do empresariado. Essas organizações podem ser pensadas, portanto, como uma extensão do Estado e do capital, como o ponto de confluência entre a política da burguesia e a economia capitalista.

Estaríamos incorrendo em sectarismo e descomedimento com nosso juízo tão severo? Não, estamos apenas atentando-nos ao fato de que o Estado neoliberal, saqueado pelo capital financeiro, compartilha suas responsabilidades com a sociedade organizada em sociedade civil, convocando seus membros a participarem da persecução do bem comum. Firma-se uma parceria entre o Estado e as organizações dessa espécie, as quais se colocam como auxiliares nas políticas públicas. O aparelho estatal amiúde as financia com esse intuito, terceirizando os seus serviços – o que diminui suas despesas. Todavia, não é somente no fundo estatal que as ONGs angariam seus recursos financeiros; elas são também financiadas por organizações internacionais maiores e por empresas, e existe ainda uma minoria autofinanciada, dependente apenas de trabalho voluntário, das doações dos membros e da venda de itens para arrecadação de verbas. Mas nos importam mais, aqui, as entidades financiadas por empresas.

Fixado o liame de financiamento pelos capitais particulares, nele se enxerga as ONGs como ponte do público para o privado e do privado para o público: as empresas que custeiam as entidades dedicadas a assuntos coletivos são agraciadas com o selo da “responsabilidade social”, anunciando uma suposta filantropia empresarial. O capital, quem diria, também arroga para si a construção de um mundo melhor, também está convencido (ou ao menos finge estar convencido) do civismo ético que se propaga aos quatro cantos, pois dele tira duplo proveito.

No nexos entre o empresariado e o terceiro setor, o capital confia algumas funções de seu interesse, ligadas às condições da produção e da apropriação capitalistas, a entidades à parte. Estas entidades estão desprovidas de finalidades lucrativas, mas cumprem afazeres

importantes no capitalismo (exemplo: formação e capacitação profissional) a um custo reduzidíssimo, já que, comumente, contam com trabalho voluntário ou precarizado. As pessoas doam-se às causas, ou são contratadas por preços abaixo da média do mercado, já que estão “militando” pela coletividade e recebendo um humilde apoio financeiro em troca. De um jeito ou de outro, são arregimentadas para fornecer trabalho excedente ou gratuito, fazendo-o em nome da humanidade, da cidadania ativa, do planeta etc¹⁵⁰. Todo este trabalho no terceiro setor que abastece as condições do capitalismo, desta forma, é apropriado pelo capital total a partir do módico custeio de entidades que, inclusive, rende às empresas toda uma aura filantrópica – e aí está, talvez, a maior vantagem para a classe dos capitalistas. As empresas capitalizam individualmente seus préstimos e doações à coletividade (por intermédio das ONGs) como marketing e na forma de deduções tributárias, enquanto que, socialmente, rebaixam-se as despesas do capital social total e se difunde o humanismo dos novos tempos, ressoando-se a canção da solidariedade humana em detrimento da cisão real das classes. O empresariado é tido até como benfeitor, como integrante de uma legião de boa vontade.

Providencial, portanto, a intermediação das ONGs, que são o destacamento mais avançado do capitalismo para, com exímia sutileza, penetrar em áreas de interesse do grande empresariado e geri-las em conformidade com a política do capital, disseminando sua ideologia com muito desembaraço. Elas desbravam e pavimentam o caminho para a ação dos capitais, com eles entabulando relações promíscuas, inclusive no quesito de quadros dirigentes e intelectuais que não são imediatamente associados, na superfície, a interesses estatais ou econômicos. Virgínia Fontes (2010, p. 174) oferece-nos uma elucidativa visualização deste panorama de atuação:

Agir enquanto entidades privadas não diretamente lucrativas, sem carregar o fardo das decisões governamentais de seus próprios países, permitia a difusão cosmopolita de certos interesses, de certas formas de agir e certas maneiras de pensar muito mais ampla e extensa do que se estivessem atadas aos acordos políticos internacionais ou às legislações nacionais que incidiam sobre atividades diretamente econômicas, vigentes para a instalação de empresas. Assim,

¹⁵⁰ “Forja-se uma cultura cívica (ainda que cínica), democrática (que incita à participação e à representação) para educar o consenso e disciplinar massas de trabalhadores, em boa parte desprovidos de direitos associados ao trabalho, através de categorias como ‘empoderamento’, ‘responsabilidade social’, ‘empresa cidadã’, ‘sustentabilidade’” (FONTES, 2010, p. 296).

fundações e entidades diversas, precariamente nomeadas de “não governamentais” (ONGs), envolviam *think tanks*, agências internacionais sob patrocínio mas não sob direção direta dos governos dos países capital-imperialistas, como as Fundações estadunidenses, por exemplo, ou associações internacionais recobrando o interesse específico de setores do grande patronato internacional, tal como a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP).

Pelo que expusemos, há que se fitar a participação de entidades não governamentais na administração do patrimônio comum da humanidade com outros olhos. A inocência encantadora de outrora cai por terra. O direito estendeu-se sobre as riquezas naturais e culturais universalmente valoradas, brindando a humanidade com um acervo intergeracional. Ele o fez, todavia, de modo a trazer consigo um convidado de honra – o capital. E este convidado estava ávido por novas chances de valorização, ainda que por alamedas oblíquas. Protege-se o patrimônio compartilhado pela humanidade, mas com a condição de que isto se dê mediante a liberação de territórios virgens em prol da exploração econômica capitalista.

Já na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, o capital vai incidir com menos mediações. O humanismo doutrinário relutará em admiti-lo, o que não é nenhuma novidade. Fábio Comparato (2010, p. 420), aliás, afirma que a mencionada convenção realiza o oposto, quer dizer, que “ela criou, pela primeira vez na história, uma organização mundial de exploração econômica de recursos naturais, em benefício de toda a humanidade”, de tal sorte que os recursos minerais localizados na área marinha fora do alcance das jurisdições nacionais teriam sido “subtraídos ao sistema de exploração capitalista e à possibilidade de apropriação por algum Estado em particular”.

Teria, então, uma norma jurídica como a convenção sobre direito do mar logrado a proeza de excluir a incidência do capitalismo sobre os fundos oceânicos que foram estimados como tesouro coletivo da humanidade, como sustenta Comparato? De modo algum. Observemos a evolução do tratamento jurídico nesta seara e sua relação com a ordem do capital.

A raça humana, muito civilizadamente – conta-nos a doutrina –, estipulou uma fruição compartilhada dos fundos oceânicos além do alcance da soberania estatal. É o triunfo da igualdade jurídica. Jacques Basso (1999, p. 110-111) assevera que “o patrimônio comum repousa sobre o conceito de igualdade, muito próximo ou derivado da não apropriação, mas que implica a ausência de qualquer discriminação no acesso”, bem como

do “uso deste patrimônio comum que seria fundado sobre o primeiro ocupante”, havendo aí uma “regra que evidentemente se distancia daquelas das conquistas coloniais e da ocupação dos territórios ‘sem dono’¹⁵¹”.

É uma partilha “consensual” e que aproveita à humanidade inteira, uma utilização solidária que não exclui ninguém e que não guarda qualquer ligação com o colonialismo, sob o qual os Estados saíam à cata de territórios e os clamavam para si tão logo que desfraldassem seus estandartes nacionais sobre eles, tomando-os como butim de guerra. O gênero humano, uma vez bafejado pela brisa da dignidade humana, não se comportaria assim no tocante à imensidão dos oceanos, renovando sua consciência e dando uma chance à fraternidade universal. Tal pressuposição pela doutrina é incorrigivelmente idílica, atendo-se à estampa de um imperialismo “territorialista” que foi superado por um novo imperialismo.

Alvitramos que o fim do colonialismo clássico do final do século XIX e do início do século XX não aboliu a partilha imperialista e capitalista do mundo, apenas a remodelou, substituindo a demarcação territorial e colonial, antigo instrumento de dominação, pela ação direta do capital, seja como exploração industrial transnacional, seja como extorsão financeira. Nesta ordem de considerações, um regime de patrimônio comum da humanidade mostra-se em completo acordo com este primado da empresa capitalista, e a história assim o confirma.

Em 1970, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução 2749 (XXV), intitulada “Declaração de princípios que regulam os fundos marinhos e oceânicos e seu subsolo fora dos limites da jurisdição nacional”. Foi nesta regulamentação que se declarou tais áreas como patrimônio comum da humanidade. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, doze anos depois, ratificou esta diretiva e fundou uma autoridade internacional que, por meio de uma “Empresa”, seu órgão econômico, ocupa-se do transporte, do processamento e da comercialização dos minerais recolhidos na “Área” (artigo 170).

Esta Área é a zona oceânica internacional compartilhada pela humanidade, e que é juridicamente concebida como um patrimônio de sua pertença (artigo 136). Como

¹⁵¹ Integralmente no idioma francês: “Le patrimoine commun repose sur le concept d’égalité, très voisin ou dérivé de la non appropriation, mais qui implique l’absence de toute discrimination dans l’accès, l’usage de ce patrimoine commun qui serait fondé sur le premier occupant. Règle qui s’éloigne évidemment de celle des conquêtes coloniales et de l’occupation des territoires ‘sans maître’”.

consequência, “nenhum Estado reivindicará ou exercerá soberania ou direitos de soberania sobre qualquer parte da Área ou seus recursos”, e “nenhum Estado ou pessoa física ou jurídica se apropriará de qualquer parte que lhe seja concernente¹⁵²” (artigo 137, item 1). Muito bem. Passemos agora ao disposto em sequência no item 2:

Todos os direitos sobre os recursos da Área estão investidos na humanidade em geral, em cujo nome atuará a Autoridade. Esses recursos não são sujeitos à alienação. Os minerais recolhidos na Área, contudo, só podem ser alienados em conformidade com a presente Parte e com as normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade¹⁵³ (UNITED NATIONS, 1982, p. 70).

Um momento, senhores doutrinadores! Primeiro, decreta-se a comunhão dos recursos da Área em favor da humanidade, eis que, em seguida, descreve-se o método de sua alienação! É verdade que os valores arrecadados pela Empresa nas operações econômicas ficam com ela. Mas este órgão da autoridade internacional que zela pelo espaço partilhado está dissociado do capitalismo e do mercado mundial? Acaso ele extrai as riquezas minerais dos fundos oceânicos de uma forma pura, desprovida da relação de capital? Lucubrã-lo é tão absurdo quanto crer que uma companhia estatal consome a força de trabalho e aliena o excedente gerado por ela no mercado sem se deixar “contaminar pelo capitalismo”, isto é, sem participar dele. Ora, se o capital pode ser público ou estatal, coletando mais-valia e distribuindo-a no mercado, nada impede que ele seja “público internacional” ou, quem sabe, de “propriedade do gênero humano”. A titularidade jurídica é quase irrelevante: o que conta é que a Empresa transporta, processa e comercializa os minerais de acordo com o modo capitalista de produção e com destinação para o mercado mundial, curvando-se a todos os seus regramentos.

A confirmação do que estamos afirmando veio nos “Anexos III e IV” à convenção que foram aprovados por um “acordo relativo à aplicação da Parte XI”, de 28 de julho de 1996, e que cuida exatamente das condições básicas de exploração e prospecção. Os vetores de mercado, antes comedidos e discretos, foram escancarados; o convite aos

¹⁵² Na origem: “No State shall claim or exercise sovereignty or sovereign rights over any part of the Area or its resources, nor shall any State or natural or juridical person appropriate any part thereof”.

¹⁵³ Na língua britânica: “All rights in the resources of the Area are vested in mankind as a whole, on whose behalf the Authority shall act. These resources are not subject to alienation. The minerals recovered from the Area, however, may only be alienated in accordance with this Part and the rules, regulations and procedures of the Authority”.

capitais privados para o banquete, que antes constava apenas nas entrelinhas, rutila desde então em letras garrafais. E foi desta maneira que o “livre mercado” tornou-se o critério e medida de todas as coisas, da transferência de tecnologia (artigo 5 do Anexo III) aos valores das transações envolvendo a Empresa (artigo 9.a do Anexo III):

Todos os custos, despesas, receitas e rendimentos e todas as determinações de preços e valores mencionados no presente artigo serão o resultado do livre mercado ou de transações independentes. Se não for o caso, serão determinados pela autoridade, depois de consultar o contratante, como se tivessem resultado de do livre mercado ou de transações independentes, levando em conta transações pertinentes a outros mercados¹⁵⁴ (UNITED NATIONS, 1982, p. 70).

Desvela-se aqui toda a ingenuidade contida na suposição de que uma área internacional, ainda que “de propriedade do gênero humano”, elidiria a ganância capitalista. O Anexo IV vai na mesma direção, e citaremos exemplificativamente dois dispositivos. No artigo 1, item 3, lê-se que a Empresa orienta-se por “saudáveis princípios comerciais”, em consonância com o espírito da convenção. E no artigo 11, item 2.b, assenta-se que os Estados devem apoiar os pedidos de empréstimo da Empresa nos mercados de capital e nas instituições financeiras internacionais.

E mesmo antes dos anexos de 1996, deve-se relatar que o capital já circundava a Empresa da autoridade internacional, não só como comprador de mercadorias, mas igualmente como parceiro nos empreendimentos produtivos. O artigo 269 da convenção, indicativamente, já citava as *joint ventures* (empreendimentos associativos entre empresas nos quais os lucros são divididos) como medidas para a consecução dos objetivos eleitos, corroborando nosso entendimento sobre a índole capitalista da solidariedade e da cooperação nos direitos humanos.

Pelo exposto, damos por demonstrado que a propriedade da espécie humana sobre um acervo cultural e natural em nada inibe a apropriação capitalista; reversamente, ela a legitima pelo direito (e pela graça da humanidade!), funcionando por meio de um cooperativismo e de um solidarismo que brindam os capitais com dadivosas oportunidades. Ultraja-se a captura de recursos por Estados, repudia-se o uso da soberania estatal sobre os

¹⁵⁴ No idioma inglês: “All costs, expenditures, proceeds and revenues and all determinations of price and value referred to in this article shall be the result of free market or arm's length transactions. In the absence thereof, they shall be determined by the Authority, after consulting the contractor, as though they were the result of free market or arm's length transactions, taking into account relevant transactions in other markets”.

bens comuns, de um lado, como se apenas a forma estatal pudesse causar iniquidades; de outro, recebe-se o capital, direta ou indiretamente, com todas as honras, comemorando-se uma solidariedade universal em que os ganhos não são nada universais...

4.2. Direito ao meio ambiente

A degradação ambiental, com efeito, é um dos maiores males da idade contemporânea. Ela é, indubitavelmente, uma mazela multifacetada, apresentando-se como aquecimento planetário, destruição da camada de ozônio, escassez de água potável, desmatamento, desertificação, extinção de espécies animais e vegetais, vazamento de petróleo nos oceanos, chuva ácida, contaminação nuclear e outras ocorrências semelhantes (FOSTER, 1999, p. 11; VENTURA, 2013, p. 90).

O contexto posterior à Segunda Guerra Mundial conheceu todo um debate em torno da questão ecológica, ao que a doutrina jurídica não tardou em apontar uma auspiciosa “tomada de consciência dos efeitos nefastos decorrentes da degradação ambiental desmedida na qualidade de vida dos seres humanos, com riscos à dimensão da espécie, independentemente de credo religioso, raça ou nacionalidade” (VENTURA, 2013, p. 90). Foi assim que, de acordo com Cançado Trindade (2003, p. 161), houve o “reconhecimento geral de que a proteção aos seres humanos e ao meio ambiente reflete valores comuns superiores e constitui interesse comum da humanidade”.

Ainda segundo Cançado Trindade, há uma infinidade intrínseca entre a internacionalização geral dos direitos humanos e a conservação internacional do meio ambiente:

A evolução paralela da proteção dos direitos humanos e da proteção do meio ambiente revela algumas afinidades que não devem passar despercebidas. Ambas presenciam, e precipitam, a erosão gradual da chamada “jurisdição doméstica” dos Estados. O tratamento concedido pelo Estado a seus próprios cidadãos torna-se objeto do interesse internacional. A conservação do meio ambiente e o controle da poluição igualmente se convertem em objeto desse interesse. Assim, ocorre um processo de internacionalização tanto da proteção dos direitos humanos quanto da proteção do meio ambiente: a primeira teve início em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos; a segunda foi inaugurada em 1972, com a Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano (CANÇADO TRINDADE, 2003, p. 162).

É inegável que a pauta ecológica ganhou espaço nas discussões internacionais. Todavia, ela é discutida de um modo completamente enviesado pela ideologia jurídica burguesa. Quer na dogmática, quer no mundo das convenções entre os Estados ou mesmo na militância das ONGs¹⁵⁵, prevalece a cândida efígie do homem abstrato, agora como espécie humana, e que obscurece a racionalidade capitalista por detrás do aviltamento das condições ambientais.

Desde o segundo pós-guerra, o capitalismo só fez intensificar-se. Concretamente, isto quer dizer que as formas capitalistas atingiram a sua maturidade. Os processos capitalistas que mercaram a história econômica recente, como o reforço da concentração monopolista e imperialista nas figuras das empresas multinacionais, a constituição internacionalizada da mais-valia, o alargamento do ciclo do capital industrial para novos departamentos e a financeirização das economias fizeram do capital um ente mais identificável com o seu conceito, perfazendo suas pulsões internas. Obcecado pela acumulação infinita, o capitalismo só pode existir em sua desmedida, isto é, na compulsão de levantar toda e qualquer barreira em busca da valorização ao extremo:

Mas o capital, como representante da forma universal da riqueza – do dinheiro –, é o impulso ilimitado e desmedido de transpor seus próprios limites. Cada limite é e tem de ser obstáculo para ele. Caso contrário, deixaria de ser capital – o dinheiro que se produz a si mesmo. Tão logo deixasse de sentir um determinado limite como obstáculo, mas se sentisse à vontade nele como limite, o próprio capital teria degenerado de valor de troca a valor de uso, da forma universal da riqueza a uma existência substancial determinada dela (MARX, 2011, p. 264).

Ora, o que são as forças naturais do planeta para o capitalismo? Apenas mais um limite a ser despedaçado. Da mesma maneira que o capital, uma vez liberado de quaisquer constrangimentos, “ocasiona o esgotamento prematuro e a morte da própria força de trabalho” (C. I, I, p. 307), ele também ocasiona o esgotamento prematuro dos meios de produção dados pela natureza. Marx o confirma com o exemplo da capitalização da agricultura, a qual se encontra, hoje, em estágio agudamente avançado. Já no século XIX, contudo, percebia-se que “todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo”, e que “a produção capitalista,

¹⁵⁵ Nossas ponderações sobre entidades não governamentais, e que foram feitas no item antecedente, aplicam-se também ao direito ao meio ambiente, não sendo necessário retomá-las. Seja como for, lidaremos novamente com a ideia de uma proteção solidária dos direitos da humanidade.

portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (C. I, I, p. 571).

Se o capital já atacava a fertilidade natural dos solos naquela época, ele o faz de forma muito mais pronunciada nos dias atuais, fomentando processos acelerados de erosão e desertificação. Não porque aplica o desenvolvimento científico à produção – o que é um “mérito” histórico do capitalismo, em que pese o cuidado necessário para não se incorrer em ideologias “produtivistas” atadas ao conceito moderno e fetichizado de “progresso” –, e sim porque o utiliza para alimentar seu apetite insaciável, submetendo as forças naturais a um esforço além de suas capacidades. Porque o capital, em sua reprodução ampliada, não pode aguardar o curso dos ciclos naturais, e nem lhe é dado importar-se com eles; só o que conta é o seu próprio ciclo de acumulação. Na visão aguçada de Michael Löwy (2005, p. 50), “a racionalidade limitada do mercado capitalista, com o seu cálculo imediatista de perdas e lucros, é intrinsecamente contraditória com uma racionalidade ecológica, que leve em conta a longa temporalidade dos ciclos naturais”.

Com o uso intensivo da ciência na produção – a ciência convertida em força produtiva dirigente¹⁵⁶ –, o capitalismo avançado revolucionou a indústria, ampliando exponencialmente sua capacidade de sugar trabalho excedente e de consumir, neste afã, a força de trabalho e os meios de produção. No que diz respeito a estes últimos, evidencia-se que o capital se tornou um fardo muito mais pesado sobre os ombros da natureza. E para complementar, a Segunda Grande Guerra incentivou novos estudos científicos que, ao seu término, beneficiaram a indústria, em particular a petroquímica. Para despejar pelo planeta a diversificada massa de produtos derivados do petróleo, e para extrair esta matéria-prima conforme as proporções demandadas pelo capitalismo mundial, o capital sacrificou o meio ambiente. E “[...] como a economia mundial continuava a crescer”, completa John Bellamy Foster (1999, p. 108), “a escala dos processos econômicos humanos começou a rivalizar com os ciclos ecológicos do planeta, abrindo como nunca antes a possibilidade de um desastre ecológico de alcance planetário¹⁵⁷”.

¹⁵⁶ Os desdobramentos diversos da ciência como força produtiva do capital na época do surgimento da pós-grande indústria são estudados competentemente por Eleutério Prado (2005).

¹⁵⁷ Originalmente: “[...] as the world economy continued to grow, the scale of human economic processes began to rival the ecological cycles of the planet, opening up as never before the possibility of planet-wide ecological disaster”.

Mas para a concepção jurídica e para o senso comum que ela representa com tanto talento, quem consome imoderadamente os recursos da natureza não é o capital, e sim o “homem”. É o ser humano, em sua generalidade, que utiliza imprudentemente os recursos naturais; é o indivíduo que, em seu desleixo, equivale às empresas capitalistas no desperdício e na prodigalidade em desfavor do meio ambiente. Eis o que nos conta o humanismo em sua inocência fatal, e que expulsa da análise qualquer consideração histórica ligada ao modo de produção atual.

Os textos normativos internacionais, bem ao gosto desta concepção perfeitamente jurídica, colocam o “homem” no centro do problema. Ilustremos com a Declaração da Convenção das Nações Unidas sobre o meio ambiente, de 1972 (Declaração de Estocolmo). Vejamos o que consta na sua primeira proclamação:

O Homem é tanto criatura e moldador de seu meio, que lhe dá sustento físico e o provê com a oportunidade de crescimento intelectual, moral, social e espiritual. Na longa e tortuosa evolução da raça humana neste planeta, atingiu-se um estágio em que, pela rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar seu ambiente em meios incontáveis e em escala sem precedentes. Ambos os aspectos do meio ambiente humano, o natural e o feito pelo homem, são essenciais ao seu bem-estar e ao desfrute de direitos humanos básicos – mesmo o próprio direito à vida¹⁵⁸ (UNITED NATIONS, 1972, p. 3).

É uma narrativa muito interessante, cheia de charme. O Homem (com letra maiúscula) é autor e obra do ambiente, tendo evoluído tanto na ciência e na tecnologia que despertou forças capazes de impactar de modo contundente o seu meio natural. Sua capacidade de transformar o mundo é tamanha que, “[...] se usada sabiamente, pode trazer a todos os povos os benefícios do desenvolvimento e a oportunidade de aprimorar a qualidade de vida”; mas também, por outro lado, se “aplicado equivocada ou desatentamente, o mesmo poder fazer um dano incalculável aos seres humanos e ao meio ambiente humano¹⁵⁹” (Proclamação n.º 3).

¹⁵⁸ Em inglês: “Man is both creature and moulder of his environment, which gives him physical sustenance and affords him the opportunity for intellectual, moral, social and spiritual growth. In the long and tortuous evolution of the human race on this planet a stage has been reached when, through the rapid acceleration of science and technology, man has acquired the power to transform his environment in countless ways and on an unprecedented scale. Both aspects of man's environment, the natural and the man-made, are essential to his well-being and to the enjoyment of basic human rights – even the right to life itself”.

¹⁵⁹ Citando o trecho vernáculo na íntegra: “In our time, man's capability to transform his surroundings, if used wisely, can bring to all peoples the benefits of development and the opportunity to enhance the quality of life.

Moral da estória: não é o capital que devasta o meio ambiente, de modo algum, mas o “Homem”, este ente que, para o desconsolo geral, nem sempre age com a sabedoria desejável, falhando até mesmo por desatenção! A humanidade, em sua forma solidária genérica, falha coletivamente, ela erra enquanto soma de indivíduos, Estados, empresas, enfim, tudo, diluindo-se as causalidades relativas à degradação ambiental. E sendo este o diagnóstico, o tratamento recomendado não poderia ser diferente daquele que está estampado na Proclamação n.º 7:

Alcançar esta meta ambiental demandará a aceitação de responsabilidade por cidadãos e comunidades e por empresas e instituições em todos os níveis, todos compartilhando equitativamente em esforços comuns. Indivíduos de todo tipo, bem como organizações em muitos campos, por seus valores e pela soma de suas ações, moldarão o meio ambiente mundial do futuro. Governos locais e nacionais suportarão o maior fardo para políticas ambientais de larga escala e ação dentro de suas jurisdições. A cooperação internacional também é necessária para o fim de levantar recursos para apoiar os países em desenvolvimento em levar adiante suas responsabilidades neste campo. Uma classe crescente de problemas ambientais, porque eles são regionais ou globais em extensão ou porque eles afetam o domínio internacional comum, requererão cooperação extensiva entre as nações e ação de organizações internacionais no interesse comum. A Conferência convoca governos e povos a exercer esforços comuns para a preservação e melhoramento do meio ambiente humano, para o benefício de todos os povos e para a sua posteridade¹⁶⁰ (UNITED NATIONS, 1972, p. 3-4).

Com estupenda nitidez, a proclamação acima explicita a solidariedade dos direitos humanos de terceira dimensão, mostrando os contornos do resguardo jurídico do meio ambiente. Esta orientação foi reiterada em diversas ocasiões. A doutrina narra que dois anos após a adoção da Declaração de Estocolmo, “a Carta das Nações Unidas sobre Direitos Econômicos e Deveres dos Estados já deixava claro ser da responsabilidade destes a proteção e preservação do meio ambiente para as gerações presentes e futuras”, e que,

Wrongly or heedlessly applied, the same power can do incalculable harm to human beings and the human environment”.

¹⁶⁰ Em letra vernacular: “To achieve this environmental goal will demand the acceptance of responsibility by citizens and communities and by enterprises and institutions at every level, all sharing equitably in common efforts. Individuals in all walks of life as well as organizations in many fields, by their values and the sum of their actions, will shape the world environment of the future. Local and national governments will bear the greatest burden for large-scale environmental policy and action within their jurisdictions. International co-operation is also needed in order to raise resources to support the developing countries in carrying out their responsibilities in this field. A growing class of environmental problems, because they are regional or global in extent or because they affect the common international realm, will require extensive co-operation among nations and action by international organizations in the common interest. The Conference calls upon Governments and peoples to exert common efforts for the preservation and improvement of the human environment, for the benefit of all the people and for their posterity”.

“em 1980, a ONU proclamaria a responsabilidade histórica dos Estados pela preservação da natureza em nome das gerações presentes e futuras” (CANÇADO TRINDADE, 2003, p. 166). No alvorecer dos anos 1990, houve a Convenção sobre a Diversidade Biológica, cujo documento resultante foi a Declaração do Rio de Janeiro de 1992, que “regula o direito da humanidade à preservação da biosfera, ou seja, da harmonia ambiental do planeta” de acordo com o princípio da solidariedade na geração atual, tanto quanto entre esta e as gerações futuras (COMPARATO, 2010, p. 438). Todos estes textos normativos reconhecem a humanidade como titular de direitos sobre a natureza e deveres correlacionados. Todos eles propagam a parceria global entre Estados, instituições as mais diferentes e indivíduos pelo bem do meio ambiente.

Cançado Trindade (2003, p. 168), tal como a maioria dos juristas, festeja a responsabilidade dos Estados e da comunidade internacional como um todo inscrita nas disposições das Nações Unidas sobre o meio ambiente. Ele enxerga neste movimento o declínio da reciprocidade do direito internacional clássico e a ascensão de uma ordem imperativa e humanizada, onde as obrigações *erga omnes* derrogariam o individualismo dos Estados soberanos. Formar-se-ia, pelo *ius cogens*, uma ordem pública internacional que colocaria os anseios da humanidade no centro das relações jurídicas, diminuindo a margem de arbítrio dos entes estatais. Mal sabe o doutrinador que esta reciprocidade que ele imagina ultrapassada – na qual um Estado só se compromete juridicamente se assim dispuser em acordos soberanos, e não segundo disposições supra-estatais – não só segue firme como é apenas uma dentre as muitas formas de manifestação da racionalidade jurídico-burguesa.

As disposições de ordem pública, como exposto em nossas considerações sobre o direito internacional, não negam a autonomia privada dos particulares, antes a complementam, disciplinando assuntos ainda não contemplados pelo direito dos tratados e que emanam diretamente das relações jurídicas internacionais. Além disso, as normas das entidades intergovernamentais como a ONU são reputadas como *soft law* (*ius dispositivum*), como recomendações ou enunciados de intenções, no sentido de “termos de ajustamento de condutas” para os Estados (VENTURA, 2013, p. 119) – algo muito distante, por certo, de uma força cogente irresistível e “anti-estatal”.

Seja qual for a sua força vinculativa, contudo, o direito à conservação do meio ambiente exprime-se num conjunto solidário de sujeitos jurídicos que conformam a humanidade, um sujeito especial. E ele não apenas trabalha esta subjetividade conforme os fatores que já examinamos, e que são característicos dos direitos de terceira dimensão, como também carrega consigo a insígnia da equivalência jurídica, e é exatamente por ela que a proteção ambiental passa pelo crivo da juridicidade, estabelecendo uma improvável união entre a ecologia e o capitalismo.

A relação jurídica de equivalência já está dada no direito ambiental comum, em que a preservação ambiental ocorre mediante multas e indenizações contra quem degradar o meio ambiente. Fixa-se um *quantum* monetário pretensamente equiparável aos danos ecológicos, obrigando-se o infrator ao pagamento em pecúnia. É mais do que óbvio que as empresas comparam o preço das punições com a expectativa de ganhos e decidem por incorrer ou não na agressão ambiental. Para evitar esse inconveniente, seria preciso expropriar as empresas que destroem o meio ambiente, evitando-se o cálculo de custo-benefício por parte delas. Mas como a propriedade privada é um direito fundamental tanto quanto o direito da humanidade ao resguardo da natureza, não se admitiria, juridicamente, semelhante desenlace. O que resta é o fetiche do dinheiro na forma de ambientalismo jurídico: pagar pelo dano ecológico, monetizá-lo com um valor equivalente, como se esta fosse uma solução espetacular.

Enganar-se-á, entretanto, quem acreditar que o laço entre direito, capitalismo e meio ambiente detém-se aí. Há uma íntima vinculação entre o direito ao meio ambiente e o capital – e não apenas com o capital em qualquer uma de suas formas, mas com as suas manifestações mais trespoucas. A forma jurídica, em seu rompante ecológico, sorverá não apenas das águas da circulação mercantil, como também do manancial de valorização fictícia do capital na época da finança reinante. Formou-se um “capitalismo verde”, um “ecocapitalismo”, que fez da temática ecológica uma fonte inesperada de lucros. Nós o comprovaremos a partir do mercado de carbono que foi instituído no bojo do Protocolo de Kyoto.

O Protocolo de Kyoto é um acordo atrelado à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, assinada em 1992. No protocolo, datado de 1997 (e vigorando apenas em 2005), foram estipulados três mecanismos centrais para lidar com a

emissão dos poluentes causadores do efeito estufa: o comércio internacional de emissões, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (*Clean Development Mechanism – CDM*) e a implementação conjunta. Nas três modalidades, inequivocamente, assiste-se o triunfo do capitalismo neoliberal financeirizado.

A implementação conjunta e o CDM permitem que um país cumpra a sua quota de diminuição de poluentes investindo em projetos sediados em outros países envolvidos com o Protocolo de Kyoto. O acordo celebrado no Japão, deste modo, induz a exportação “ecológica” de capitais em nome da “flexibilidade” e da “eficiência”, imitando a mobilidade internacional do capital, que percorre o planeta em busca das oportunidades mais lucrativas. E, como circunstância aditiva, “a lógica da eficiência dita que numa economia alegadamente aberta e globalizada, faz sentido reduzir emissões onde for mais barato”. Afinal, “se for mais barato reduzir uma tonelada de carbono na Índia do que no RU, um investidor situado no RU deveria ter o direito de pagar por reduções de emissões na Índia¹⁶¹” (NEWELL; PATERSON, 2011, p. 33).

Reside aí, além da racionalidade de eficiência capitalista, a categoria da responsabilidade solidária: a humanidade inteira responde pela necessidade de diminuir as emissões de dióxido de carbono, da mesma maneira que os devedores solidários são igualmente responsáveis perante o crédito que deles se exige. Ao credor da obrigação solidária, tanto faz qual dos devedores paga a dívida, desde que haja o adimplemento total; a forma jurídica age analogamente no Protocolo de Kyoto, propondo a indiferença do país emissor de dióxido de carbono perante o objetivo perseguido, que é conter o efeito estufa. A generalidade do “homem” como agente poluidor é boa para os negócios, para as trocas, e o direito chancela uma pretensa defesa ambiental que é caudatária dos critérios de mercado e que confia a política ecológica aos investidores privados.

Pelo chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, ainda, os projetos ecológicos nos países em desenvolvimento ensejam certificados de redução de emissões, que consistem em créditos alienáveis no mercado e equivalentes à tonelagem de dióxido de carbono poupada. E uma vez lançados na arena mercantil, esses certificados comportam-se

¹⁶¹ No idioma dos autores: “The logic of efficiency dictates that in an allegedly open and globalised economy it makes sense to reduce emissions wherever it is cheapest to do so. If it is cheaper to reduce a tonne of carbon in India than in the UK, a UK-based investor should be entitled to pay for emissions reductions in India”.

como mercadorias ordinárias, como valores trocáveis, ainda que com um conteúdo esdrúxulo¹⁶².

Similarmente ao mercado de emissões de carbono evitadas, há também o mercado de emissões potenciais, consideradas como “excedentes” em face das metas nacionais. Forja-se daí um comércio internacional de dióxido de carbono, um dos mais notórios instrumentos “ecocapitalistas” de abrigo jurídico para o meio ambiente. A mercantilização aparece com todas as letras na divulgação pela ONU, renunciando a qualquer tipo de pudor ou discrição:

O comércio de emissões, como disposto no Artigo 17 do Protocolo de Kyoto, permite a países que tenham unidades de emissão para poupar – emissões a eles permitidas, mas não “usadas” – vender esta capacidade em excesso a países que passaram de suas metas.

Nesse sentido, uma nova mercadoria foi criada na forma de reduções ou remoções de carbono. Dado que o dióxido de carbono é o principal gás do efeito estufa, as pessoas falam simplesmente em comércio de carbono. O carbono é agora registrado e comercializado como qualquer outra mercadoria. Isto é conhecido como o “mercado de carbono”¹⁶³, (UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE, 2015).

A franqueza capitalista das Nações Unidas neste quesito até poderia ser desconcertante se nos esquecêssemos de que, no contexto da hegemonia neoliberal, o mercado é uma divindade a tal ponto cultuada que, no imaginário comum, soa de todo natural que seja desse jeito. Em todo caso, o capitalismo se mostra aqui com tanta transparência que quase nos dispensa do trabalho de decifrá-lo!

Costuma-se denunciar a fragilidade do Protocolo de Kyoto por conta da recusa dos Estados Unidos, o principal poluidor, em assiná-lo. Mas se deve recordar que a União Europeia aderiu em peso ao acordo, criando, inclusive, uma associação de investidores em mercados de carbono que conta com empresas, financistas, ONGs, advogados e

¹⁶² “What is interesting with carbon is that its worth, expressed in tonnes, rests precisely on the fact it cannot be productively consumed - it is avoided emissions that are paid for and traded on markets” (NEWELL; PATERSON, 2011, p. 29). Convertendo para o português: “O que é interessante no carbono é que o seu valor, expresso em toneladas, repousa precisamente sobre o fato de que ele não pode ser consumido produtivamente – são emissões evitadas que são pagas e comercializadas nos mercados”.

¹⁶³ Conforme a versão oficial: “Emissions trading, as set out in Article 17 of the Kyoto Protocol, allows countries that have emission units to spare - emissions permitted them but not “used” - to sell this excess capacity to countries that are over their targets.

Thus, a new commodity was created in the form of emission reductions or removals. Since carbon dioxide is the principal greenhouse gas, people speak simply of trading in carbon. Carbon is now tracked and traded like any other commodity. This is known as the ‘carbon market’”.

desenvolvedores de projetos que, juntos, compõem um lobby poderoso pela mercantilização do carbono – uma “Santa Aliança” entre ambientalistas e capitalistas. O Banco Mundial, em auxílio a esta iniciativa, disponibilizou “fundos de investimento climático”. Não há o que duvidar quanto à presença do capital neste arranjo intergovernamental. E se os EUA ainda relutam, ciosos de seu desempenho econômico, tal se deve aos setores de sua indústria nacional que primam por outra estratégia de acumulação. Apesar disto, mecanismos como o CDM foram defendidos pelos capitalistas estadunidenses como um requisito para uma possível adesão a um acordo. Caso isto ocorra, é certo que não será para salvar o globo. A harmonia entre o metabolismo da natureza e o metabolismo da economia é a última das preocupações do capital e do imperialismo.

A eclosão de um novo filão de mercado em torno do carbono está inserida na procura do capital por novas praças de capitalização, e nisto ela se assemelha em muito com a exploração econômica do patrimônio comum da humanidade, ressalvada a diferença de que, no Protocolo de Kyoto, o capitalismo não se insinua discretamente; ao revés, ele se anuncia com toda a pompa e júbilo. Seu cartão de entrada foi a finança: ao fim e ao cabo, toda a economia de carbono impulsionada pelos dispositivos convencionados em 1997 foi viabilizada com variações de capital fictício atreladas aos certificados de emissões e com títulos financeiros diversos relacionados ao clima, inclusive derivativos, sendo que ao redor desta teia capitalista também se desenvolveu um mercado de serviços de auditoria. Foi esta financeirização “ecológica” que, inclusive, nas palavras de Newell e Paterson (2011, p. 33-34), “permitiu centros financeiros, em particular a *city* de Londres, consolidar posteriormente seu poder ao servirem como ponto central na circulação de capital associada com o CDM¹⁶⁴”.

As respostas às mudanças climáticas implicaram, pois, processos endêmicos ao capitalismo e intensificados sob o neoliberalismo. Nas transferências de direitos relativos à emissão de carbono no mercado, como no Protocolo de Kyoto, é inevitável traçar um paralelo com o capital fictício produzido nos mercados financeiros. Os créditos de carbono inspiram-se, sem rodeios, no sistema de crédito capitalista, que organiza o endividamento entre particulares por meio de instrumentos financeiros, como nas debêntures, nas quais o

¹⁶⁴Na íntegra, e em inglês: “It is this financialisation that has allowed financial centres, in particular the city of London, to further consolidate their power by serving as a central hub in the circulation of capital associated with the CDM”.

adquirente do título almeja um rendimento futuro análogo ao juro. O detentor dos títulos de carbono, outrossim, espera capitalizar-se por meio dele (como um convite ao investimento externo) ou ao menos monetizá-lo, convertê-lo em renda.

Em complemento, a malha creditícia do carbono reitera o capital fictício mundial ao adicionar ativos financeiros que integram a riqueza nominal capitalista – entendida como uma projeção de desempenho do capitalismo, como o universo da especulação e do formalismo dos títulos –, discrepando da riqueza real, radicada na extorsão de excedente da força de trabalho e na objetividade da produção capitalista¹⁶⁵. A qualidade fictícia do crédito do carbono decorre da sua natureza de título financeiro, de ser um ativo que representa o direito a uma renda, e que, como tal, incorpora apenas nominalmente o patrimônio de uma pessoa ou de uma empresa (diferentemente dos ativos reais, como imóveis, automóveis e quaisquer outros bens de existência não especulativa). Um país que dispõe de créditos de carbono no mercado possui um ativo que conta nominalmente no seu saldo financeiro em face da economia internacional.

E como o fluxo do capital internacional vai, normalmente, dos países imperialistas aos países coloniais e semicoloniais, o que se tem é uma parcela de capitais migrando para a periferia do capitalismo, onde os créditos de carbono são mais abundantes por conta da fraca industrialização. Esta é uma maneira não só de alocar capital sobreacumulado no centro do sistema, como também de incrementar a capacidade financeira da periferia, dando novo fôlego ao poder de endividamento de economias débeis e, com isso, reforçando a reprodução capitalista mundial.

Quanto ao direito, mostra-se como a proteção jurídica do meio ambiente está condicionada ao sinalagma da forma jurídica, e que, no protocolo de Kyoto, gera uma situação absurda: aparecem “direitos de poluir” para os compradores do mercado de carbono como uma contrapartida aos créditos obtidos pelos países que poluem menos! A conservação ambiental pelo direito é uma conservação ambiental pelo capitalismo, e que ocasiona desenlaces desmoralizantes como o mencionado. Os tetos de poluição estipulados

¹⁶⁵ Por esta razão, o patrimônio capitalista de conjunto não coincide com a fartura de bens autenticamente produzidos na economia: “Assim, uma coisa é a riqueza patrimonial da sociedade, outra é a riqueza real. E há, de fato, certo descolamento entre as duas magnitudes: a magnitude da riqueza patrimonial e a riqueza real. Aquela, a riqueza patrimonial, é como uma nuvem que paira por cima da real, e só em parte é simples reflexo desta última. Sua outra parte, a riqueza nominal, não possui substância, não possui correspondência com a materialidade” (CARCANHOLO, 2013, p. 142-143).

no compromisso de Kyoto configuram não a medida do cuidado com a natureza, mas a medida da circulação de títulos financeiros entre nações desigualmente poluentes. E é assim que o direito da humanidade à preservação ecológica desdobra-se em capitalismo climático, em sorvedouro de capitais por meio de uma inusitada ramificação do mercado financeiro.

4.3. Direito ao desenvolvimento e ao progresso social

O desenvolvimento foi também reconhecido como um direito da humanidade, uma prerrogativa universal de qualquer povo. Até mesmo um jurista cético quanto aos direitos humanos de terceira dimensão como Philip Alston (2001, p. 290) postula que, dentre os candidatos a novos direitos, “[...] apenas o direito ao desenvolvimento foi bem sucedido em estabelecer um lugar proeminente para si dentro do amplo perímetro do discurso dos direitos humanos internacionais¹⁶⁶”.

Discordamos de Alston, já que os direitos de terceira geração, como temos estudado até aqui, realizam-se numa subjetividade jurídica dispersa internacionalmente e regulada em convenções e dispositivos de organizações internacionais – fora o acolhimento doutrinário majoritário. Mas é digno de nota que um crítico dos novos direitos tenha feito esta “concessão” ao direito ao desenvolvimento. Isto se deve ao conteúdo preciso do “desenvolvimento” que é anunciado como uma aspiração da humanidade, assim como à forma que o reveste.

Tanto na dogmática quanto na normatividade, há uma inclinação para se ultrapassar o aspecto econômico do desenvolvimento, incluindo-se nele preocupações universais. Fábio Comparato (2010, p. 411-412) enxerga o desenvolvimento como uma unidade entre três campos: econômico (crescimento econômico endógeno e sustentável), social (efetivação dos direitos sociais) e político (democracia e participação). Fernanda Franco (2013, p. 153) situa o direito ao desenvolvimento, neste diapasão, como “um *direito síntese*, que é aquele direito que integra o conjunto dos direitos humanos, tendo como objetivo último a promoção e a aplicação desses outros direitos”. No direito ao desenvolvimento, reúnem-se direitos da primeira e da segunda dimensão dos direitos

¹⁶⁶ Em vernáculo: “[...] only the right to development has succeeded in establishing a prominent place for itself within the broad compass of international human rights discourse”.

humanos, cabendo-lhes “orientar” a economia capitalista, como reza a crença, para finalidades humanitárias ou tidas por mais justas.

Aliás, a economia de conjunto surge como um todo solidário que convoca os indivíduos à participação, como se o capitalismo fosse um manancial de riquezas a serem distribuídas e redistribuídas segundo diretivas de dignidade humana – o que explica o complemento do “progresso social”. A Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento das Nações Unidas, contida na Resolução 41/128 da Assembleia Geral da ONU (datada de 04 de dezembro de 1986), dá o tom próprio dos direitos de solidariedade já na disposição inicial (artigo 1.1):

O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual cada pessoa humana e todos os povos são autorizados a participar, contribuir e desfrutar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais podem ser completamente realizados¹⁶⁷ (UNITED NATIONS, 1986).

O desenvolvimento apregoado pela ONU está inteiramente embebido na subjetividade dos direitos de terceira dimensão, pela qual todos os seres humanos são responsáveis, individual e coletivamente (artigo 2.2), pelo progresso social. Há uma multiplicidade de credores e devedores no direito ao desenvolvimento. Aliam-se, na declaração comentada, o irrenunciável individualismo jurídico (cada pessoa) e o coletivismo etéreo (totalidade dos povos).

Os principais devedores dessa obrigação em face da humanidade são os entes estatais. No artigo 3.3, a solidariedade fulgura num chamado de cooperação endereçado ao sistema de Estados:

Os Estados têm o dever de cooperar entre si para assegurar o desenvolvimento e eliminar os obstáculos ao desenvolvimento. Os Estados deveriam realizar seus direitos e cumprir seus deveres de maneira a promover uma nova ordem econômica internacional baseada na igualdade soberana, interdependência, interesse mútuo e cooperação entre todos os Estados, bem como a encorajar a observância e realização dos direitos humanos (UNITED NATIONS, 1986)¹⁶⁸.

¹⁶⁷ Na língua oficial do país-sede: “The right to development is an inalienable human right by virtue of which every human person and all peoples are entitled to participate in, contribute to, and enjoy economic, social, cultural and political development, in which all human rights and fundamental freedoms can be fully realized”.

¹⁶⁸ No idioma britânico: “States have the duty to co-operate with each other in ensuring development and eliminating obstacles to development. States should realize their rights and fulfill their duties in such a

Com a tessitura de variados blocos econômicos e de objetivos globais para as nações, os juristas logo deram por estabelecida a colaboração entre os Estados, ou caíram no engano de acreditar em tal quimera. Flávia Piovesan aponta que a agenda global dos direitos humanos foi expandida, incorporando os direitos sociais e o direito ao desenvolvimento, o que permitiria diminuir o desnível entre Estados ricos e pobres – a demanda de “uma globalização mais ética e solidária” –, além de “ecoar a ‘voz própria do Sul’, capaz de revelar as preocupações, demandas e prioridades desta região” (PIOVESAN, 2009, p. 115-116).

A cooperação que se espera dos blocos econômicos, na verdade, é uma disputa de hegemonia entre Estados, é o exercício da direção política e econômica em nível regional por parte das frações capitalistas mais poderosas sobre as demais. Na União Europeia, onde a “integração” entre Estados é profunda, o capitalismo alemão, seguido dos competidores franceses e britânicos, dita regras às economias menores por meio de instituições “comunitárias”, contando ainda com o apoio do FMI e do Banco Mundial. No Nafta, os EUA chancelam sua preponderância sobre a economia canadense e sua mais completa primazia sobre o negócios praticados no México. Estas relações entre nações desiguais não foram feitas para que os fortes apoiem os fracos, mas para que os esmaguem, drenando para si uma parte expressiva do produto sobejo extorquido nos países periféricos. Nada que impeça a doutrina de continuar ignorando a natureza da relação entre o centro-imperialista e a periferia-colônia; nada que a faça despertar do sonho em que a fraternidade reconciliadora entre o “Norte” e o “Sul”, entre os Estados “endinheirados” e os Estados “menos abastados”, estão unidos por um mundo melhor, inspirado em compromissos humanitários como os que estão insculpidos nas “Metas do Milênio” e no “Consenso de Monterrey”¹⁶⁹.

manner as to promote a new international economic order based on sovereign equality, interdependence, mutual interest and co-operation among all States, as well as to encourage the observance and realization of human rights”.

¹⁶⁹ As “Metas do Milênio” consistem numa lista de oito objetivos referendados pelos Estados-membros da ONU em setembro de 2000, e que tratam de temas como fome, extrema pobreza, educação, “empoderamento” das mulheres, saúde e ecologia. O “Consenso de Monterrey” foi adotado em março de 2002 na Conferência Internacional sobre financiamento para o desenvolvimento, sendo que ele reforçou as receitas neoliberais dos anos 1990 para a mobilidade do capital, em particular na preconização do investimento estrangeiro direto.

É o típico avesso pelo direito: a competição entre Estados capitalistas, ou mesmo a dominação de uns pelos outros, são disfarçadas por uma imagem oposta, que é a da cooperação – a exemplo da igualdade jurídica, que se cala sobre a desigualdade de classe. Da mesma maneira, a fruição conjunta da riqueza total diverge da apropriação privada capitalista, e mais ainda com as formas financeiras e rentistas de acumulação. E o método do direito para camuflar esta contradição, analogamente aos casos anteriores, depende do humanismo. Não por acaso, o artigo 2.1 da Declaração sobre o Desenvolvimento assevera que “a pessoa humana é o sujeito central do desenvolvimento e deveria ser participante ativa e beneficiária do direito ao desenvolvimento”¹⁷⁰ (UNITED NATIONS, 1986). Um verdadeiro tributo à dignidade do homem etéreo desenhado desde a primeira geração dos direitos humanos, e que saúda a forma jurídica genérica no seu imo.

Esta qualificação do direito ao desenvolvimento como um direito humano é mais uma designação de forma do que de conteúdo, e isto traz algumas indeterminações que são doutrinariamente inquietantes. “A vagueza parece ser uma característica atual de tudo o que se refere ao direito ao desenvolvimento, doutrina, normas e políticas, incapazes de o definir com precisão” (FIGUEIREDO, 2008, p. 29). Mas esta vagueza não é arbitrária, pois corresponde ao caráter abstrato da humanidade “juridicizada”. Trata-se do desenvolvimento do “homem”, esta casca que recobre as articulações internas do capitalismo; trata-se de buscar o potencial desperdiçado do gênero humano e de remediar as disparidades nacionais e internacionais a partir de sua percepção. Maria Luiza Feitosa (2013, p. 228) advoga que o direito humano ao desenvolvimento “surge do reconhecimento da existência de graves desigualdades sociais, com vistas à promoção de direitos, mas principalmente à proteção dos sujeitos e suas coletividades, objetivando a recuperação de suas capacidades”.

O termo “capacidade” é de suma relevância para a concepção jurídica e humanista do desenvolvimento que perpassa a doutrina e os documentos normativos. Ivanilda Figueiredo (2008, p. 30), numa incursão conceitual, propõe que o direito ao desenvolvimento seria “o direito de todo indivíduo de dispor de condições materiais e formais para orquestrar sua vida de acordo com suas aptidões e preferências e de um ambiente que lhe permita buscar com seus próprios meios o incremento dessas condições”.

¹⁷⁰ Como consta no texto: “The human person is the central subject of development and should be the active participant and beneficiary of the right to development”.

É a capacidade do homem, quer como coletividade, quer como pessoa individualizada, que está em evidência no desenvolvimento contemplado pelo direito. Na instância subjacente, jaz o capitalismo, num arranjo que nos permite pensar o direito em questão como um casamento entre a economia de mercado e o humanismo.

Expliquemo-nos. Ao deslocar o enfoque do capitalismo para a humanidade, ou do capital para o homem, o direito formula o desenvolvimento como um expediente de cooperação entre os indivíduos na feitura de utilidades, e não como um processo de acumulação capitalista. A economia capitalista, conforme já tomamos conhecimento, move-se incessantemente pela valorização infinita, de acordo com a máxima capitalização da mais-valia, e é assim que o modo capitalista de produção se desenvolve; ora, o direito tomará este processo econômico como um desenvolvimento abstrato, genérico, como se a reprodução econômica fosse neutra, e como se o crescimento das atividades econômicas, umas vez balizado pelos direitos humanos, redundasse em proveito geral – uma imagem oposta à espoliação de classe que se opera no mundo real.

Quando a forma jurídica tomou conta do objeto “desenvolvimento”, ela até teve o esforço de acrescentar indicadores sociais e políticos na sua definição. O direito ao desenvolvimento recusa o perfil estritamente econômico, conquanto o faça para se tornar mais abstrato, para se aproximar do homem tomado de conjunto, e que é, sob o capitalismo, necessariamente abstrato. A humanidade do direito ao desenvolvimento coleta mais determinações, mas contraditoriamente se faz menos concreta neste movimento; ela se volatiliza ainda mais, amparando-se numa vagueza que esconde a dominância do capital na economia, que dissolve as relações antagônicas de classe em insuspeitas relações entre indivíduos interessados na prosperidade coletiva.

Este humanismo, lembremos, não é uma invenção aleatória dos juristas, e sim uma característica das formas do capital que está inscrita na objetividade social. Não é coincidência o fato de ouvirmos o mesmo cântico humanista nos economistas progressistas que propagam a crença no desenvolvimento. Tais teóricos repetem as investidas da dogmática jurídica: Joseph Stiglitz (2006, p. 26), ilustrativamente, comunga do solidarismo da terceira dimensão dos direitos humanos, demarcando que “o desenvolvimento é um processo que envolve cada aspecto da sociedade, engajando os esforços de todos:

mercados, governos, ONGs, cooperativas, instituições sem fins lucrativos¹⁷¹”. E ainda segundo o autor estadunidense, o desenvolvimento transforma as vidas das pessoas, não apenas as economias (STIGLITZ, 2006, p. 50).

Na economia e no direito, pois, é possível imaginar o desenvolvimento como algo além do simples crescimento econômico. Amartya Sen foi um dos introdutores desta concepção que logrou conquistar seu espaço no meio jurídico. O renomado economista indiano trouxe uma percepção que iria embalar grandes fileiras do pensamento progressista:

O desenvolvimento pode ser visto, argumentamos aqui, como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Focar em liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, tais como aquelas que identificam desenvolvimento com crescimento do produto nacional bruto, ou com a elevação das rendas pessoais, ou com a industrialização, ou com o avanço tecnológico, ou com a modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais podem, é claro, ser muito importante como *meios* para expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outras determinantes, tais como compromissos econômicos e sociais [...], bem como direitos civis e políticos [...]” (SEN, 2000, p. 3).

Esta aspiração de medrança nas condições de vida dos indivíduos comunica-se com outro componente importante do direito ao desenvolvimento, que é o ânimo de aproximação entre o nível material das nações. Stiglitz (2006, p. 4) enxerga a globalização como uma fonte de esperança para a elevação da qualidade de vida no planeta, e que abriria um enorme canal de oportunidades para os desfavorecidos – e tudo isso por meio do mercado mundial. A universalização do capitalismo, segundo o economista, teria o condão de dar aos países pobres o acesso a mercados externos, permitir investimentos estrangeiros que diminuam os custos da produção e criar oportunidades para que as pessoas possam ir para o exterior, educar-se, ganhar renda e ajudar suas famílias no país de origem.

¹⁷¹ Originalmente: “Development is a process that involves every aspect of society, engaging the efforts of everyone: markets, governments, NGOs, cooperatives, not-for-profit institutions”.

¹⁷² Na versão vernacular: “Development can be seen, it is argued here, as a process of expanding the real freedoms that people enjoy. Focusing on human freedoms contrasts with narrower views of development, such as identifying development with the growth of gross national product, or with the rise in personal incomes, or with industrialization, or with technological advance, or with social modernization. Growth of GNP or of individual incomes can, of course, be very important as *means* to expanding the freedoms enjoyed by the members of the society. But freedoms depend also on other determinants, such as social and economic arrangements [...] as well as political and civil rights [...]”.

Tudo isso ocorre de fato, e Stiglitz surpreende-se que o resultado seja desolador, decepçiona-se com o potencial que julga desperdiçado. A “culpa”, porém, não é do capitalismo, e sim dos gerentes do FMI e do Banco Mundial que abdicaram de dar os devidos limites ao mercado, que seguiram a cartilha do Consenso de Washington com demasiado fervor. O problema, nesta concepção, é o neoliberalismo, e não o capitalismo em si – como se o neoliberalismo fosse uma espécie de “mau uso” ou de “abuso” do modo de produção capitalista. Acredita-se, nesta linha, que os fluxos de capital pelo mundo na época da mundialização são uma chance de ouro para os países em desenvolvimento, e que o capital, se usado adequadamente (como se fosse uma ferramenta neutra e multifuncional), alavancaria as condições de vida da periferia.

Há, neste aspecto, uma semelhança notável com a leitura reformista do Estado, que o toma como um aparato imparcial que serviria às finalidades dos seus ocupantes. Similarmente, o pensamento desenvolvimentista pressupõe o capital como um ente manipulável, controlável pelo Estado, e cujo comportamento pudesse ser dirigido pelos governos. É claro que o poder público estipula barreiras aos capitais individuais; no entanto, não é de se esperar que o Estado obrigue os capitais a perseguirem qualquer objetivo diferente da máxima lucratividade. No máximo, eles tornam determinados nichos econômicos mais atrativos conforme objetivos políticos, o que é bem diferente de induzir as empresas e a finança a melhorar a vida das populações. Alheios a ponderações como esta, os reformistas continuam depositando fé na miragem de um capitalismo sensível às carências materiais das coletividades, um capitalismo às avessas, que se deixaria levar pela lógica do valor-de-uso, contrariando a lógica do valor e da mais-valia. Um erro crasso: Marx já nos advertia que “nunca se deve considerar o valor-de-uso objetivo imediato do capitalista. Tampouco o lucro isolado, mas o interminável processo de obter lucros” (C. I, I, p. 183-184).

Todas essas ponderações conduzem-nos, então, ao entendimento de que o humanismo jurídico, em parceria com a economia política “alternativa”, acabou contribuindo para a renovação do reformismo mundial. Aquele reformismo “clássico” da II Internacional, inspirado na social-democracia alemã, seria repaginado com a ilusão desenvolvimentista dos “cepalinos” (assaz apropriada ao contexto posterior à Segunda Grande Guerra) e novamente sofisticado com o “neodesenvolvimentismo” de anos mais

recentes. Com a entrada em cena de novos Estados após a paulatina descolonização formal da África e da Ásia, a ordem internacional, mais do que nunca, evocaria o repertório da igualdade soberana entre os entes estatais, a despeito de sua real localização econômica e geopolítica. A novidade, no entanto, não seria a isonomia da forma, e sim o discurso da igualdade de oportunidades para as nações: o desenvolvimento, nesta óptica, é uma estrada rumo aos padrões dos países desenvolvidos, uma trilha redentora acessível a todos, desde que haja boa vontade e auxílio mútuo.

O desenvolvimentismo dos economistas progressistas, nessas condições, é uma atualização do reformismo, e ainda mais conservadora, eis que avessa a considerações minimamente classistas: ambicionam-se apenas os pactos nacionais de desenvolvimento. Tem-se com isto um reformismo que é simultaneamente nacional (pretensa distribuição dos frutos do progresso econômico) e internacional (distribuição mais equitativa da riqueza entre os povos). As disparidades entre os países aparecem como desigualdade de riquezas, e não como uma relação estrutural de exploração, de transferência de valor da periferia ao centro – o que deriva de uma dominação de classe internacional. E mais: o sonho desenvolvimentista acalentado pelo direito em tudo reproduz o raciocínio do “empreendedorismo”, imaginando que a comunidade internacional, malgrado sua configuração capitalista e imperialista (lembremo-nos da partilha do mundo), comportaria um lugar ao sol para todas as nações.

Nas aparências, o planeta passa a se dividir numa zona desenvolvida e numa zona subdesenvolvida ou, para usarmos o eufemismo corrente, “em desenvolvimento”. Na zona desenvolvida, encontram-se as nações “ricas” que já percorreram a senda do progresso, e que se situam assim por seu esforço nacional; na zona subdesenvolvida, estão as nações “pobres”, que decerto atingirão o cume do progresso, desde que sejam disciplinadas, fiéis ao roteiro econômico que lhes é ditado. E assim como a mitologia capitalista sugere os indivíduos industriais e sábios que colheriam hoje os frutos de sua iniciativa e prudência, como se esta fosse a origem do capital¹⁷³, a relação entre centro e periferia é igualmente projetada como o choque entre países industriais, onde os indivíduos trabalhariam mais, e

¹⁷³ “Pretende-se explicar a origem da acumulação por meio de uma história ocorrida em passado distante. Havia outrora, em tempos muito remotos, duas espécies de gente: uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo econômica, e uma população constituída de vadios, trapalhões que gastavam mais do que tinham. (...) Aconteceu que a elite foi acumulando riquezas, e a população vadia finalmente ficou sem ter outra coisa para vender além da própria pele” (C. I, II, p. 827).

os países “preguiçosos”, imprudentes, dissipadores etc. Ou então, de modo menos caricatural, diz-se que as nações podem superar o subdesenvolvimento se dismantelarem certas estruturas internas que as amarram ao atraso, ao passado colonial. Calixto Salomão Filho (2009, p. 162), jurista de inspiração desenvolvimentista, acredita que “são as estruturas econômicas internas que possibilitam ou não, nos momentos necessários, o rompimento de situações de dependência”. Seria suficiente, assim, que as nações se dispusessem a cortar os laços de dependência e fomentar um capitalismo nacionalizado, aut centrado, à margem da cadeia imperialista mundial. Nada mais absurdo: o modo capitalista de produção é internacional por definição, e a movimentação de capitais pelo orbe, um corolário inevitável dos seus atributos, envolve todas as economias de mercado, além de assediar duramente as economias de transição (hoje inexistentes).

Qualquer que seja a explicação dada para o subdesenvolvimento (ociosidade segundo os neoliberais clássicos, apego a mecanismos econômicos domésticos atrasados, segundo os neodesenvolvimentistas), fato é que os economistas e juristas da ordem (pró-capitalismo) confluem na aposta no mercado, com a diferença de que uns querem liberalizá-lo ao máximo, enquanto outros querem corrigir as suas “distorções” – como se fossem, feridas num corpo que é são e merece ser salvo. Dizendo de outro modo, mesmo os críticos da linha dos “Chicago boys” não vão além do mesmo horizonte, já que a única saída que têm a oferecer é a regulação do capitalismo. Ou isso, ou o mais frustrante e confuso altermundismo¹⁷⁴ dos ativistas pós-modernos, excessivamente confiantes em seus reclamos fragmentados. Ora, quem não se opõe decididamente ao capital acaba se somando, em última instância (ainda que involuntariamente), aos neoliberais, pois compartilham com eles da promessa de uma ordem capitalista que satisfaça todas as carências – apesar dos meios diversos –, reforçando a ideia de um desenvolvimento econômico que favorece a população humana em sua generalidade, e não determinadas

¹⁷⁴ Referimo-nos aos focos de contestação ao neoliberalismo e à globalização que têm emergido desde os anos 1990, e que carecem tanto de consistência político-programática quanto de radicalidade teórica. Anselm Jappe (2006, p. 7) fez um justo retrato deles: “Seria portanto muito pouco séria a pretensão de ver o estado actual do mundo como algo que desfrutasse universalmente das boas graças dos que são constrangidos a ser seus contemporâneos. Mas seria também difícil afirmar que esse descontentamento sabe sempre o que efectivamente quer. Não é a ‘revolução’ ou a ideia de uma sociedade radicalmente diferente que anima os que protestam. E também não se trata de reivindicações de uma classe social bem definida. Tirando a vaga oposição universal ao ‘neoliberalismo’, cada movimento permanece limitado ao seu sector específico e propõe remédios fragmentários sem se dar ao trabalho de procurar compreender as razões profundas dos fenómenos que combate”.

classes. Uma avaliação rigorosa, mas justa, pois não há cabimento para um polo intermediário na guerra cotidiana entre o capital e o trabalho.

Contra a noção ideologizada de um desenvolvimento “imparcial”, todavia, não precisamos criar nenhuma argumentação nova. Marx nunca se deparou com alguma corrente de viés desenvolvimentista, mas sua elaboração é a tal ponto consistente e radical que se mostra apta para desfazer os enganos do período contemporâneo. Suas reflexões nos guiam à conclusão de que o desenvolvimento, nos marcos do capitalismo, está atrelado às relações capitalistas de produção e ao capital, de sorte que, no contexto da oposição capital-trabalho, apenas uma das partes é beneficiada:

Portanto, todos os progressos da civilização ou, em outras palavras, todo aumento das *forças produtivas sociais*, se se quiser, *forças produtivas do próprio trabalho* – tal como resultam da ciência, das invenções, da divisão e combinação do trabalho, do aperfeiçoamento dos meios de comunicação, da criação do mercado mundial, da maquinaria etc. –, não enriquecem o trabalhador, mas o *capital*; em consequência, só ampliam o poder que domina o trabalho; só multiplicam a força produtiva do capital. Como o capital é a antítese do trabalhador, tais progressos aumentam unicamente o *poder objetivo* sobre o trabalho (MARX, 2011, p. 241).

Não se poder servir a dois senhores. Os progressos e aperfeiçoamentos no campo da economia não podem ser uma dádiva para a sociedade em geral. O antagonismo capital-trabalho é indeclinável, e a produção, no capitalismo, é sempre capitalista. E se recorremos a esta tautologia, foi para frisar que, nas circunstâncias propiciadas pelo capitalismo, a produção material está destinada à valorização do valor, o que é o mesmo que dizer que ela está fadada na espoliação do trabalho, no apresamento do mais-valor em detrimento do proletariado. E isto é o contrário do que sugestiona a cândida imagem do desenvolvimento, em que todos os indivíduos parecem sair ganhando, em que a nação ou o conjunto das nações ostenta o troféu do sucesso.

Alguém poderia nos opor que o crescimento econômico capitalista é do interesse do proletariado, pois ele implica a criação de novos postos de emprego, ou que o desenvolvimento, ao extravasar a esfera econômica, faria jus à universalidade que lhe é imputada. Quanto a este último argumento, remetemos à nossa crítica aos direitos humanos das duas primeiras dimensões. Já com relação à geração de empregos, deve-se dizer que, primeiramente, nada garante que a expansão das atividades capitalistas fomenta uma empregabilidade proporcional aos ganhos divisados. Desde a subsunção real do trabalho ao

capital, a tendência vai na direção oposta. Em adendo, a contratação de força de trabalho não é um favor que o capitalismo faz à classe trabalhadora, por mais que pareça ser desse jeito na óptica empresarial; ela é, antes, uma irrevogável exigência, confundindo-se com a própria exploração. O que é o direito ao desenvolvimento, assim, senão o direito do capital de se reproduzir contínua e ampliadamente, consumindo força de trabalho e meios de produção em condições auspiciosas e sob os efusivos aplausos da doutrina jurídica?

O direito ao desenvolvimento, inquestionavelmente, é o direito ao desenvolvimento capitalista: as potências do indivíduo a serem desenvolvidas neste panorama jurídico – e que são, aliás, as potências do homem abstrato e insulado –, dependem das formas políticas do capital (a democracia liberal) e da reprodução capitalista da força de trabalho pela prestação de serviços públicos de cunho social. Política e socialmente, as figuras intrínsecas ao capital são pressupostas no desenvolvimento considerado, e na dimensão econômica não é diferente: o desenvolvimento econômico cogitado pelo direito não é outro senão aquele que se desenrola pelas figuras do modo de produção burguês. Amartya Sen, enquanto um dos mais festejados economistas progressistas, o demonstra quando naturaliza as categorias da sociabilidade existente. O progresso colimado é aquele de uma sociedade humana genérica e eterna, acreditando-se que “ser *genericamente contra* os mercados seria quase tão estranho quanto ser genericamente contra as conversações entre pessoas”, ou que a “liberdade de trocar palavras, ou bens, ou presentes não necessita de justificação defensiva em termos de seus efeitos favoráveis, embora distantes; elas são parte do modo como os seres humanos em sociedade vivem e interagem uns com os outros”¹⁷⁵ (SEN, 2000, p. 6).

Essa eternização do mercado, feita com tanta altivez e confiança, é a mais autêntica apologia do capitalismo, resultando numa mentalidade imediatamente burguesa que, é bom dizer, não destoa em nada do neoliberalismo: “Políticas que restringem oportunidades de mercado podem ter o efeito de restringir a expansão das liberdades substantivas que seriam garantidas pelo sistema de mercado, principalmente pela prosperidade econômica geral”¹⁷⁶ (SEN, 2000, p. 26). A advertência é severa: “façam algumas bondades em benefício dos

¹⁷⁵ Em inglês: “To be *generically against* markets would be almost as odd as being generically against conversations between people. [...] The freedom to exchange words, or goods, or gifts does not need defensive justification in terms of their favorable but distant effects; they are part of the way human beings in society live and interact with each other”.

¹⁷⁶ Novamente no original: “Policies that restrict market opportunities can have the effect of restraining the expansion of substantive freedoms that would have been generated through the market system, mainly through overall economic prosperity”.

deserdados do capital, mas não perturbem o Deus-mercado, fonte de onde emanam as liberdades substantivas! Tenham a virtude da paciência e confiem na prosperidade econômica geral, cedo ou tarde ela acolherá a todos(as)”! Até mesmo nos economistas mais “bondosos” persiste a impressão equivocada de que o crescimento econômico seria, de alguma sorte, solidário, representando automaticamente um benefício universal.

Percebe-se, agora, que não exageramos em nossa censura ao desenvolvimentismo e à sua face hodierna, dita neodesenvolvimentista – uma conjecturada alternativa ao neoliberalismo. Todas as medidas contemporâneas associadas ao desenvolvimento não apenas dirigem-se ao mercado capitalista (já era assim no Estado social europeu e no nacionalismo burguês da América Latina e do Norte da África), como também o tomam como mediação inevitável. Os serviços de incumbência estatal de hoje, em maior ou menor medida, são atravessados pelo capital privado (como no financiamento público de entidades privadas da educação e da saúde) ou se postam como estímulos à circulação mercantil (é o caso da assistência social, que é o “futuro sombrio” de uma seguridade que desdenha a previdência). Para o capitalismo, é melhor fomentar uma exígua participação no circuito de mercadorias do que custear um sistema de *welfare*. Esta é a política do Banco Mundial e do neoliberalismo¹⁷⁷, e que não difere da política eufemisticamente alcunhada de neodesenvolvimentista. Amartya Sen e Milton Friedman podem guardar suas diferenças, mas é ingênuo visualizá-los como oponentes inconciliáveis. A burguesia, a propósito, precisa dos dois tipos.

Algumas últimas palavras para evitar confusões. Ao fustigar o direito ao desenvolvimento, não desprezamos a utilidade histórica das transformações econômicas levadas a cabo pela sociedade capitalista, em especial no tocante às forças produtivas. Não ignoramos que a própria destruição do capitalismo e a edificação de uma sociedade socialista requerem um estágio industrial minimamente capaz de prover a população (além de outras medranças culturais). O socialismo científico de Marx recosta-se na grande

¹⁷⁷ “Não é um mero acaso o facto de o salário social ter sido proposto há bastantes anos precisamente por Milton Friedman, um dos fundadores do neoliberalismo. Segundo Friedman, a atribuição de uma ajuda de sobrevivência a cada um dos necessitados permitiria economizar todas as outras ajudas públicas, designadamente o subsídio de desemprego. Já no século XVIII havia teóricos do liberalismo, como Quesnay, que entendiam que cuidar dos pobres era um dos raros deveres a que o Estado se devia limitar. E se o salário social houver de ser verdadeiramente introduzido, então sê-lo-á apenas nesta forma. Numa situação de precarização generalizada, em que o emprego temporário, o tempo parcial, os estágios de formação, etc., alternam com o desemprego e o trabalho ilegal, esse tipo de ajuda mínima nada tem de emancipador, antes facilitaria a posterior extensão destas práticas” (JAPPE, 2006, p. 257).

indústria moderna, e foi ela mesma que, consubstanciando a relação de capital na sua raiz, estimulou a proletarização do corpo social, engrossando as fileiras do “coveiro da burguesia”. De fato, a dialética da história tem as suas ironias. Não obstante, o tipo de progresso ofertado pelo capitalismo não serve às massas exploradas. Debalde o humanismo dos juristas e de alguns economistas aclama o desenvolvimento centrado na “pessoa”, no indivíduo; é necessário postular que o indivíduo obreiro concreto, real, que só existe na sua classe, está sujeito constantemente não só ao “roubo” dos frutos de seu labor, mas ainda à captura do seu tempo de vida, e que é controlado pela disciplina da burguesia. Logo, sem a liberação do tempo socialmente disponível (em termos de produto social) para a cultura e a ciência, o desenvolvimento das faculdades humanas é uma falácia – e esta liberação jamais será feita enquanto existir o imperativo desenfreado de absorção da mais-valia e de valorização *ad infinitum*. Permitamo-nos divisar por um momento, com Roman Rosdolsky, a obra que a sociabilidade do capital está estruturalmente impedida de erigir, e cujo erguimento está nas mãos do proletariado:

Graças ao desenvolvimento da técnica moderna, estão finalmente dadas – pela primeira vez – as condições para suprimir total e definitivamente o “roubo do tempo de trabalho alheio”; agora – pela primeira vez – podem ser impulsionadas tão poderosamente as forças produtivas da sociedade que, de fato, e em um futuro não muito longínquo, a medida da riqueza social não será mais o tempo de trabalho, mas o tempo disponível. Até o presente, todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho humano revelaram-se ao mesmo tempo, na prática capitalista, métodos de degradar, subordinar e despersonalizar cada vez mais o trabalhador. Hoje, o desenvolvimento técnico chegou a um ponto no qual os trabalhadores poderão finalmente libertar-se da “serpente dos seus tormentos”, da tortura sem fim do trabalho cansativo, monótono e fragmentado, para se converterem de meros apêndices a verdadeiros dirigentes do processo de produção. Nunca estiveram tão maduras as condições para uma transformação socialista da sociedade, nunca o socialismo foi tão imprescindível e economicamente viável (ROSDOLSKY, 2001, p. 356).

Damos por encerrado – desta vez com um toque alvissareiro – o presente capítulo. Nossa esperança está, por óbvio, no proletariado, e não no capitalismo ou no direito que o conforma. E confiamos, por certo, não num automatismo determinista da história ou da economia – aquele catastrofismo mecanicista da II Internacional, tão reconfortante quanto improcedente –, mas na luta dos trabalhadores. Afinal, nos dizeres de Valério Arcary (2006, p. 47), “a história já demonstrou que a acumulação de capital não tem limites fixos, mas a dominação burguesa tem”, e este limite da dominação burguesa é a “sua capacidade

de manter o controle da sociedade, ou seja, a estabilidade social e política de seu Estado”, do que se segue, finalmente, que “a determinação fundamental do futuro do capitalismo é a luta de classes, isto é, os acordos e rupturas que as classes fazem entre si para a luta em defesa de seus interesses”. Ou ainda: “O capitalismo nunca vai cair por si próprio. Terá de ser empurrado. A acumulação do capital nunca vai cessar. Terá de ser interrompida. A classe capitalista nunca vai entregar voluntariamente seu poder. Terá de ser despossuída” (HARVEY, 2011, p. 209).

Superada esta etapa da tese, é hora de avançarmos para o capítulo final, em que estudaremos o direito à paz a partir do enfoque que elegemos.

V. UM CASO EXEMPLAR: O DIREITO À PAZ

O direito à paz é um direito de todos os povos que, nestas circunstâncias, figura como um direito da humanidade de conjunto. Ele traz em si, como conteúdo, aquela que é talvez a mais humanista das aspirações: a paz. Quem poderia contestar a universalidade do interesse num mundo pacífico? Que tipo de celerado recusaria o horizonte utópico de uma convivência pacífica entre as pessoas e os povos?

E isto não é tudo: uma vez que a paz é considerada um direito de toda a humanidade, como negar a este progresso um caráter de amadurecimento da consciência humana, um avanço rumo ao esclarecimento civilizatório? Não haveria aí uma condenação jurídica e moral às ambições imperialistas e ao militarismo dos Estados nacionais?

Nossa investigação não seria digna do marxismo caso se deixasse impressionar com tanta facilidade. Antes de conceber qualquer tipo de incompatibilidade entre o capitalismo e o direito à paz, apreciaremos cuidadosamente esse direito em três momentos: i) o prelúdio e a afirmação do direito à paz na cena jurídica internacional; ii) a relação de conteúdo entre capitalismo, paz e guerra; iii) a cobertura desse conteúdo pela forma jurídica.

1. Prelúdio e afirmação do direito à paz

O sinal do nosso tempo é o entusiasmo geral pelas perspectivas do imperialismo, a sua defesa furiosa, o seu embelezamento por todos os meios [...].

Os cientistas e os publicistas burgueses defendem geralmente o imperialismo de uma forma um tanto encoberta, ocultando a dominação absoluta do imperialismo e as suas raízes profundas, procurando colocar em primeiro plano as particularidades e os pormenores secundários, esforçando-se por desviar a atenção do essencial por meio de projetos de reformas completamente desprovidos de seriedade, tais como o controle policial dos *trusts* ou dos bancos etc. (LENIN, 2010a, p. 109).

O que não falta, no direito, é o embelezamento do capitalismo e da sua dimensão imperialista. Na seara dos direitos humanos, esse expediente é elevado exponencialmente. Os estadistas assinam tratados cujas redações declaram o mais irrepreensível amor à espécie humana e a mais fascinante comunhão entre povos. Os juristas escrevem páginas cativantes e formosas a respeito, e quando não anunciam que o mundo nunca foi tão

agradável quanto hoje, reconhecem que há algumas dificuldades ao longo do trajeto, mas nada que os direitos humanos, no curso de sua afirmação histórica, não possam ultrapassar. No que tange a paz, não é diferente: estadistas e juristas (esses últimos principalmente) propõem a paz pelo direito, isto é, o triunfo da razão jurídica sobre as tensões militaristas e o primado das preocupações com a espécie humana na comunidade internacional.

A paz apareceu como um direito humano nos anos 1980, mas é necessário que comecemos a tratar desse direito partindo da Carta das Nações Unidas, uma espécie de prelúdio normativo em 1945. Trata-se de uma referência incontornável nesse debate e, de fato, há uma motivação objetiva. A doutrina jurídica nos descreverá habilmente toda a aura que envolve o documento fundador da ONU, assinado na cidade estadunidense de São Francisco. Neste instante da análise, estaremos mais dedicados à exposição do direito que ora nos ocupa e menos à sua crítica marxista, que virá logo depois.

Fábio Comparato traz os números tenebrosos da Segunda Guerra Mundial e ressaltava dois ingredientes de qualidade no conflito. A subjugação étnica e o genocídio dirigidos pelo Terceiro Reich durante a guerra e aquele que seria o “ato final da tragédia”: o ataque nuclear contra o Japão nas cidades de Hiroshima e Nagasaki “soou como um prenúncio de apocalipse: o homem acabara de adquirir o poder de destruir toda a vida na face da Terra”; e foi desse modo, oprimidas pelo terror, que “as consciências se abriram, enfim, para o fato de que a sobrevivência da humanidade exigia a colaboração de todos os povos”; foi assim que galgou espaço a “reorganização das relações internacionais com base no respeito incondicional à dignidade humana” (COMPARATO, 2010, p. 226).

Ao ingressar na vida jurídica dos Estados, a Carta da ONU teria renovado o direito internacional. Celso Lafer afiança que o diploma normativo aprovado em São Francisco é direito novo, fruto da Segunda Grande Guerra, representando nova tentativa de “*constitucionalizar* as relações internacionais, ou seja, de conferir estabilidade ao sistema internacional, delimitando juridicamente o exercício do poder”, o que lhe atribui o objetivo de “civilizar o anárquico estado de natureza da guerra de todos contra todos” (LAFER, 1995, p. 169). Este autor, aliás, nos brinda com uma elaboração doutrinária que delinea com exatidão o idealismo que anima a produção intelectual dogmática:

A carta da ONU exprime este anseio de paz. Almeja, como diz o seu preâmbulo, ‘preservar as gerações futuras do flagelo da guerra’. Por isso propõe delimitar

através das técnicas da convivência social engendradas pela teoria jurídica, o exercício do poder dos Estados-soberanos desencadeador da violência da guerra. Na elaboração de um direito novo, a Carta levou em conta o que foi a destrutividade técnica dos instrumentos bélicos da Segunda Guerra Mundial, inclusive a bomba atômica, e a experiência do totalitarismo, que patrocinou os campos de concentração e o holocausto. Em síntese, um dos antecedentes do direito novo, foi a escala sem precedentes do mal ativo e passivo. Daí ter contemplado a perspectiva das vítimas do mal com uma preocupação com os direitos humanos (LAFER, 1995, p. 169-170).

A humanidade amargurada, exaurida pelo “mal”, cansou de sofrer e reciclou seu direito, ou melhor, forjou um novo material jurídico, mais apropriado ao estado de consciência do homem redivivo, renascido após dores excruciantes. Eis o que os juristas convencionais têm a nos dizer. A última guerra mundial foi a chance para o homem dizer “basta!”. Face aos horrores do totalitarismo e da bomba atômica, a ONU despontou em 1945 com o objetivo de “colocar a guerra definitivamente fora da lei” (COMPARATO, 2010, p. 226), reprovando a autotutela e fixando a judicialização das controvérsias jurídicas entre os Estados pela Corte Internacional de Justiça. Eduardo Bittar e Guilherme de Almeida (2012, p. 646-647), nesse mesmo diapasão, entendem que “a *Carta de São Francisco* concretiza a criação da norma proibitiva de guerra”, colocando a luta armada entre Estados como “instrumento não jurídico, fora, portanto, do rol dos instrumentos legais para decisão de conflitos”. Para os doutrinadores, eis aí “um claro sinal de que está sendo inaugurada uma nova fase na história do Direito”, e que “tem como ideia-guia a paz e o reconhecimento da dignidade inerente a todo ser humano e como princípio organizacional e diretivo, a não violência¹⁷⁸” (BITTAR; ALMEIDA, 2012, p. 647).

Fitemos a Carta das Nações Unidas. No seu artigo 1.1, ela enuncia as suas intenções, abrindo com o seguinte objetivo:

Manter a paz e a segurança mundial, e para esse fim: tomar medidas coletivas efetivas para a prevenção e a remoção das ameaças à paz, e para a supressão de atos de agressão ou outras quebras da paz, e promover por meios pacíficos, e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, o ajustamento ou resolução de disputas internacionais ou situações que podem levar à quebra da paz¹⁷⁹ (UNITED NATIONS, 1945, p. 3).

¹⁷⁸ Comparato (2010, p. 230), ao contrário de outros juristas, ao menos denuncia a estrutura oligárquica do Conselho de Segurança da ONU como um impeditivo para a plena judicialização dos conflitos interestatais. Mas o Conselho de Segurança, que será analisado em nosso estudo, não é o único obstáculo à consecução da paz. Esta é apenas a ponta do iceberg.

¹⁷⁹ No idioma inglês: “To maintain international peace and security, and to that end: to take effective collective measures for the prevention and removal of threats to the peace, and for the suppression of acts of

Este pacifismo da ONU ganha uma aceção mais contundente no artigo 1.4 da Carta, que foi o que motivou Comparato a vislumbrar a proibição das guerras pelo direito internacional. Nele está disposto que “todos os membros abster-se-ão, nas suas relações internacionais, da ameaça ou do uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado¹⁸⁰” (UNITED NATIONS, 1945, p. 3). A este dispositivo agregam-se outros, como o artigo 33.1, que lista os meios pacíficos para as controvérsias entre as potestades estatais (conciliação, mediação, arbitragem, judicialização etc.), e o artigo 36.3, que exalta a competência da Corte de Haia para decidir lides entre Estados.

E para além de uma Corte Internacional de Justiça, a Carta das Nações Unidas previu, ainda, a criação de um Conselho de Segurança, um órgão composto por cinco integrantes permanentes (inicialmente a URSS – hoje Rússia, a China, a França, o Reino Unido e os EUA) e por outros seis que são indicados pelas Assembleias Gerais da ONU. Tal composição está sacramentada no artigo 23.1, e ela é indissociável do que está disposto no artigo 27.3: é nele que está cristalizado o mecanismo de veto por parte dos Estados permanentemente estabelecidos no Conselho de Segurança. Nenhuma decisão desse órgão terá legitimidade jurídica se Rússia, China, França, Reino Unido ou Estados Unidos apresentarem uma oposição formal à medida proposta, o que coloca esses países, mesmo nos critérios jurídicos, numa posição de privilégio.

Nos termos do regramento da Carta de São Francisco (artigo 39), “o Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, quebra da paz ou ato de agressão”, cabendo-lhe ainda fazer recomendações ou decidir “quais medidas serão tomadas, de acordo com os Artigos 41 e 42, para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais¹⁸¹” (UNITED NATIONS, 1945, p. 9). E foi convencionado, ainda, que esse Conselho agiria sob a assistência de um comitê militar nas ocasiões que exigissem a

aggression or other breaches of the peace, and to bring about by peaceful means, and in conformity with the principles of justice and international law, adjustment or settlement of international disputes or situations which might lead to a breach of the peace”.

¹⁸⁰ Integralmente na língua britânica: “All Members shall refrain in their international relations from the threat or use of force against the territorial integrity or political independence of any state, or in any other manner inconsistent with the Purposes of the United Nations”.

¹⁸¹ No texto da Carta: “The Security Council shall determine the existence of any threat to the peace, breach of the peace, or act of aggression and shall make recommendations, or decide what measures shall be taken in accordance with Articles 41 and 42, to maintain or restore international peace and security”.

aplicação da força armada (artigo 46), e que teria efetivos militares e armamentos à sua disposição, além da autoridade regulatória com relação a políticas de armamento e desarmamento (artigo 47.1).

Sem pretendermos esgotar a discussão, já podemos apresentar alguns apontamentos de crítica imanente à doutrina. Afinal, a Carta das Nações Unidas prometeu a paz e o abandono da força, mas ela mesma pretendeu concentrar a ação coercitiva num Conselho de Segurança em que alguns integrantes estão numa posição, digamos, demasiadamente confortável: agraciados com a capacidade de veto, estão virtualmente imunes a qualquer tipo de sanção oriunda do órgão em que estão encastelados *ad eternum*. Nem é preciso fazer uso do materialismo histórico-dialético nesse caso: um jurista menos distraído como Jochen Rauber (2009, p. 71) se dá conta de que “[...] na prática, o privilégio de veto resulta no absurdo cenário que excepciona os cinco membros permanentes de serem submetidos às medidas do Conselho de Segurança”, o que descortina uma desigualdade mesmo entre os membros do principal órgão executivo da ONU, pois “mesmo entre aqueles Estados que têm o privilégio de serem representados no Conselho de Segurança, ‘alguns são mais iguais do que outros’¹⁸²”. Poderemos adicionar ainda, com Danilo Zolo (1997, p. 37), que esse poder discricionário de veto “[...] dá aos membros permanentes a habilidade de protegerem não apenas a si mesmos, mas também a seus aliados particulares¹⁸³”.

A supremacia de alguns integrantes do Conselho de Segurança em detrimento dos demais e em detrimento de toda a comunidade de Estados associados nas Nações Unidas escapa à maioria dos doutrinadores. No máximo, é lembrada como uma infeliz distorção a ser remediada, e que de modo algum desabonaria a ONU como instituição. Mas a demarcação de uma casta de Estados superiores é extremamente sintomática e reveladora das raízes históricas da Carta das Nações Unidas, raízes estas que, para o desconsolo dos juristas humanistas, em nada se comunicam com o imaginário esclarecimento sobre a condição humana ou com uma “fadiga”, uma exaustão em face do sofrimento humano geral.

¹⁸² Em vernáculo e na íntegra: “[...] in practice, the veto-privilege results in the absurd setting, that excepts the five permanent members from being subject to Security Council measures, it becomes perfectly clear that even among those states having the privilege to be represented in the Security Council ‘some are more equal than others’”.

¹⁸³ O trecho completo na origem: “[...] the Security Council’s discretionary Power in taking decisions and freedom from accountability is further underlined by the right of veto which gives the permanent members the ability to protect not only themselves but also their particular allies”.

Antes de ser uma tentativa de constitucionalização ou juridificação das relações internacionais (abordaremos essa questão mais à frente), a Carta da ONU é um compromisso acertado entre os vencedores da Segunda Guerra Mundial. Nahuel Moreno, um líder trotskista argentino, destacou o compromisso construído entre Estados Unidos e União Soviética desde os últimos momentos do conflito¹⁸⁴, “uma frente única contrarrevolucionária entre o imperialismo e a burocracia do Kremlin, com base na coexistência pacífica concretizada em Ialta, Potsdam e no novo ordenamento mundial” (MORENO, 1992, p. 27). A ONU não é filha da conscientização humana, mas do mesmo arranjo internacional que dividiu o orbe em áreas de influência apartadas pela “cortina de ferro”. O núcleo duro do Conselho de Segurança foi a tentativa de congelamento da correlação de forças internacional e interimperialista instaurada em 1945, a consolidação formal e rígida das potências dirigentes do planeta. Eis o substrato político guardado pela forma de uma associação de Estados iguais juridicamente em sua soberania.

Não desprezamos o argumento doutrinário da meta de juridificação das relações internacionais, e nos debruçaremos sobre ele ainda neste capítulo. Mas era necessário, desde logo, identificar as determinações políticas que a abordagem dogmática mantém na penumbra. O que juristas como Celso Lafer entendem como uma era democrática e inspirada nos direitos humanos desde a Carta de São Francisco, nós entendemos como uma época caracterizada pelo triunfo de duas potestades contrarrevolucionárias, e que se encerrou com a hegemonia de uma delas. O garboso documento não é melhor que o famoso Tratado de não proliferação nuclear de 1968, cujo cerne é também uma afirmação de poder disfarçada de pacifismo: pela convenção citada, apenas petrificou-se o bloco dos países que gozavam de um arsenal atômico e o bloco dos países desprovidos de tais recursos. Para o idealismo jurídico, a estrada para a paz não é outra coisa senão a consagração formal da força dos mais fortes e da fraqueza dos mais fracos.

A Carta das Nações Unidas, na esteira do que vimos, foi e ainda é o grande referencial pacifista da dogmática jurídica. Nela, porém, a paz ainda é um bem jurídico, e não um direito propriamente. Foi apenas na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos

¹⁸⁴ O papel contrarrevolucionário da União Soviética já havia sido exposto na revolução espanhola dos anos 1930, no pacto com a Alemanha nazista em 1938 e com a dissolução da III Internacional em 1943 – um gentil regalo de Stálin para Roosevelt e Churchill. Sobre a degeneração stalinista na URSS e na III Internacional, há que se conferir SAGRA, 2010.

Povos que a paz ganhou os contornos de um direito subjetivo, isto é, que assiste a um sujeito determinado. Fábio Comparato (2010, p. 407) recorda que “a grande novidade desse documento normativo [...] consistiu em afirmar que os povos são também titulares de direitos humanos, tanto no plano interno como na esfera internacional”.

Datada de 1981, a Carta Africana estipula, em seu artigo 23.1, que “todos os povos terão o direito à paz e a segurança nacionais e internacionais”, e que os princípios de “solidariedade e relações amistosas implicitamente afirmados na Carta das Nações Unidas e reafirmados pela Carta da Organização da Unidade Africana governarão as relações entre os Estados¹⁸⁵” (ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY, 1981, p. 7). No mesmo diploma, encontra-se ainda o direito ao desenvolvimento e ao meio ambiente equilibrado.

Três anos depois, a ONU aprovou a Declaração sobre o Direito dos Povos à Paz, proclamando solenemente que os povos do planeta são detentores de um “sagrado direito à paz” (artigo 1), e que é uma obrigação de cada Estado preservá-lo e promovê-lo (artigo 2). Uma vez que a paz converteu-se em direito de todos os povos, ela é, por definição, um direito da humanidade. No artigo 3, enfatiza-se que essa proteção jurídica exige que “[...] as políticas dos Estados sejam direcionadas para a eliminação da ameaça de guerra, particularmente guerra nuclear”, para a “renúncia do uso da força nas relações internacionais” e para o “estabelecimento de disputas internacionais por meios pacíficos sobre a base da Carta das Nações Unidas¹⁸⁶” (UNITED NATIONS, 1984). E no artigo 4, Estados e organizações internacionais são convocados a adotarem medidas adequadas, nacional e internacionalmente, à manutenção da paz.

Nessa declaração das Nações Unidas sobre o direito à paz, constata-se uma fase intermediária: ela dá continuidade à Carta da ONU, pregando a abolição do uso unilateral de atitudes coercitivas na ordem internacional, mas vai além, envolvendo não apenas os Estados, como também as organizações internacionais. É o princípio da solidariedade dos direitos humanos de terceira dimensão que se insinua na normatividade posta, espelhando a

¹⁸⁵ No texto da Carta: “All peoples shall have the right to national and international peace and security. The principles of solidarity and friendly relations implicitly affirmed by the Charter of the United Nations and reaffirmed by that of the Organization of African Unity shall govern relations between States”.

¹⁸⁶ Tal como consta no documento: “3. Emphasizes that ensuring the exercise of the right of peoples to peace demands that the policies of States be directed towards the elimination of the threat of war, particularly nuclear war, the renunciation of the use of force in international relations and the settlement of international disputes by peaceful means on the basis of the Charter of the United Nations”.

ampliação da subjetividade jurídica. Faltava apenas o concurso dos indivíduos como tal, e isto seria providenciado na década seguinte.

Em outubro de 1999, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura da Paz. Nos considerandos, a resolução cita a constituição da Unesco, onde está escrito que “[...] as guerras começam nas mentes dos homens, e é na mente dos homens que as defesas da paz devem ser construídas”¹⁸⁷, (UNITED NATIONS, 1999); diz-se ainda, na declaração das Nações Unidas, que a paz demanda um processo “positivo”, “participativo” e “dinâmico”, caracterizado pelo estímulo ao “diálogo”, e que o papel da Unesco na promoção de uma cultura da paz dever ser enaltecido.

Em se tratando da cultura da paz, a ONU entende um distinto conjunto de “valores, atitudes, tradições e modos de comportamento e modos de vida” (artigo 1) baseados na defesa da vida, na não violência, na não intervenção, nos direitos humanos e liberdades, no desenvolvimento, na igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e, inclusive, na “adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e compreensão em todos os níveis da sociedade e entre as nações”¹⁸⁸.

O documento reuniu uma coletânea de palavras graciosas associadas aos direitos humanos, adicionando, no segundo dispositivo, que a cultura da paz advém da mudança de comportamentos, atitudes e valores em direção à paz entre indivíduos, grupos e nações, e que a educação em todos os níveis é uma das mais importantes ferramentas para esse fim (artigo 4) – uma educação em direitos humanos. Os governos são chamados a cumprirem seu papel, assim como a sociedade civil (artigo 6), cujo engajamento é tido como indispensável.

Exortando a mídia e a própria ONU à participação da cultura da paz (artigos 7 e 9), a declaração faz uma menção especial aos indivíduos e às ONGs no artigo 8:

Um papel-chave na promoção de uma cultura da paz pertence aos pais, professores, políticos, jornalistas, corpos religiosos e grupos, intelectuais, aqueles

¹⁸⁷ Na versão inglesa: “[...] wars begin in the minds of men, it is in the minds of men that the defences of peace must be constructed”.

¹⁸⁸ Em inglês: “Adherence to the principles of freedom, justice, democracy, tolerance, solidarity, cooperation, pluralism, cultural diversity, dialogue and understanding at all levels of society and among nations”.

engajados em atividades científicas, filosóficas, criativas e artísticas, trabalhadores da saúde e humanitários, assistentes sociais, gerentes em vários níveis, bem como organizações não governamentais¹⁸⁹ (UNITED NATIONS, 1999).

Que importa que tenhamos uma comunidade de organizações estatais armadas e contrapostas? Que importam as rivalidades econômicas e políticas entre os Estados nacionais se os indivíduos podem dar as mãos uns aos outros e dançar uma alegre ciranda pós-moderna? A solidariedade dos direitos humanos de terceira dimensão, ao invocar a coletividade para fins de responsabilização, incorre, paradoxalmente, numa individualização extrema e desvairada, confiando aos indivíduos a resolução de confrontos postos no e pelo sistema de Estados – e é assim porque, nas palavras da Unesco, oficialmente corroboradas pelas Nações Unidas –, as guerras são deflagradas nas mentes humanas antes dos combates de fato! Pacifiquemos, pois, o íntimo de cada pessoa, e então desabrochará a flor da paz! Ainda na atualidade, o mote da organização é “Construindo a paz nas mentes dos homens e das mulheres”, ou ainda, “Aprendendo a viver juntos”. Nunca o idealismo foi tão próximo do conceito que o representa! A fetichização alcança o cume da montanha, e só nos é dado imaginar se algum jurista teria a habilidade miraculosa de, caso interpelado, demonstrar como o “cultivo” de cidadãos serenos e pacatos poderia influir na política externa agressiva dos EUA, nas hostilidades entre as Coreias, nas disputas entre Índia e Paquistão pela Caxemira e assim por diante.

Para os juristas progressistas e para as organizações internacionais, as guerras da nossa época não são fruto das contradições do capitalismo, e sim da intolerância, da falta de alteridade, de cuidado e afeto com o próximo. As guerras retratariam a ausência de uma cultura de direitos e a carência de cosmopolitismo. A leitura doutrinária foca-se na diversidade de culturas e no desafio do convívio entre os diferentes como a trilha para a paz:

Pluralidade cultural, multiculturalismo, em relação com o direito internacional evoca muito naturalmente um sentimento de preocupação sobre a paz: a sociedade multicultural implica a assunção de diversidades essenciais à condição humana, e isto supõe a busca de soluções comuns num contexto de compromisso

¹⁸⁹ Na declaração: “A key role in the promotion of a culture of peace belongs to parents, teachers, politicians, journalists, religious bodies and groups, intellectuals, those engaged in scientific, philosophical and creative and artistic activities, health and humanitarian workers, social workers, managers at various levels as well as to non-governmental organizations”.

e de respeito ao outro – Estado, homem – assim como um direito internacional suficientemente unido para poder responder às necessidades sociais internacionais. Pluralidade de concepções desembocando num corpo de normas comum, cada vez mais integrado, ao serviço da paz e de melhores condições de vida e de desenvolvimento da pessoa humana numa sociedade universal¹⁹⁰ (ALVAREZ DE EULATE; GAMARRA CHOPO, 1999, p. 59).

E eis que entra em cena o multiculturalismo, como se aguardasse o fim da Guerra Fria para marcar presença. Há uma fixação multiculturalista nos direitos humanos, e ela só pode ser entendida diante da nova configuração mundial. Primeiro, foi necessário que novos Estados emergissem como sujeitos de direito com o início da descolonização, para que as Nações Unidas exprimissem uma universalidade que o colonialismo clássico jamais poderia comportar; depois, o fim da polarização entre bloco ocidental e bloco oriental criou condições ideológicas para o discurso da pluralidade de culturas: encerrados os atritos entre as superpotências com a extinção da União Soviética, as guerras teriam que ser explicadas dentro de um mundo “multipolar”. O “choque” existente na comunidade internacional já não era entre projetos distintos, mas entre “civilizações”, na famosa elaboração de Huntington. O maior desafio da humanidade deixaria de ser a sobrevivência em face da ameaça nuclear e se tornaria a coexistência entre culturas distintas. Foi este o eixo da propaganda política imperialista dos anos 1990, e ainda é assim nos dias atuais. A doutrina jurídica faz parte desse movimento ao propor um direito internacional mais multicultural.

Na época colonial anterior às Nações Unidas, as diferenças culturais não ocupavam o horizonte de indagações dos juristas; elas eram do interesse apenas dos antropólogos. Mas uma vez que os povos coloniais organizaram-se sob a forma estatal, houve a necessidade de tê-los em conta nas elaborações doutrinárias. E foi assim que a pluralidade de culturas foi festejada, de repente, como um dos ingredientes da essência do homem (as “diversidades essenciais à condição humana”); foi desse modo que o humanismo jurídico adquiriu uma conotação mais “culturalista” do que em seu nascedouro kantiano, encontrando, ainda, a explicação perfeita para as guerras: a falta de tolerância entre culturas discrepantes.

¹⁹⁰ Em francês: “Pluralité culturelle, multiculturalisme, en rapport avec le droit international, évoque tout naturellement un sentiment de préoccupation sur la paix: la société multiculturelle implique l’assomption des diversités essentielles à la condition humaine et celle-ci suppose la recherche de solutions communes dans un contexte de compromis et de respect de l’autre – Etat, homme – ainsi qu’un droit international suffisamment uni pour pouvoir répondre aux besoins sociaux internationaux. Pluralité de conceptions débouchant dans un corps de normes commun, de plus en plus intégré, au service de la paix et des meilleures conditions de vie et d’épanouissement de la personne humaine dans une société universelle”.

Em razão do genocídio nazista, a própria Segunda Guerra Mundial ensinou as interpretações culturalistas acerca dos conflitos bélicos. As guerras decorreriam da incompreensão do imperativo ético da tolerância e da unidade da espécie humana. Hitler teria movido a máquina destruidora do Terceiro Reich não para assumir a direção do concerto de Estados imperialistas, não para estabelecer uma nova partilha do mundo, mas apenas para destruir as raças consideradas inferiores. A consagração mundial de 1939-1945 é lembrada apenas pelas atrocidades racistas, ignorando-se a disputa imperialista em curso. No Oriente Médio, insiste-se não só em se falar num “confronto árabe-israelense” (genocídio, na realidade), como também em se atribuir as suas causas ao ódio recíproco entre populações, ou ainda, ao “choque” entre judaísmo e islamismo. Esta simplificação grosseira ignora que o sionismo entranhado no Estado de Israel não guarda nenhum liame com a tradição religiosa judaica, constituindo antes um projeto político, e que os preconceitos populares não guiam ações de Estado – embora sirvam, não raro, como uma conveniente cortina de fumaça.

O fim das guerras, assim, dependeria de uma nova compreensão sobre a humanidade: haveria que se salientar a unidade solidária da espécie num entendimento cosmopolita. Bittar e Almeida (2012, p. 685) advogam que o desenvolvimento do olhar e da percepção cosmopolita “deve favorecer um processo de universalização de valores que possibilitam o convívio, a qualidade da interação entre os povos e os meios de sociabilidade de alto nível”, e que são “necessários à paz, ao desenvolvimento humano e à liberdade como qualidades da vida política comum”. Como fazê-lo? Com uma educação e metodologia em direitos humanos que prepare as pessoas “para o convívio com a diversidade, na base do diálogo e do respeito, voltado para a alteridade, como forma de prática de solidariedade social, na base da tolerância” (BITTAR; ALMEIDA, 2012, p. 736). Na doutrina estrangeira, o receituário é idêntico:

Como Yolanda Gamarra escreveu, a primeira prioridade para nós é o ser humano, como o centro e o objetivo último dos projetos de desenvolvimento e de cooperação. Daí a importância de um consenso para a educação para a paz e de criar uma cultura de cooperação, uma democracia cada vez mais representativa e um respeito muito grande pelos direitos humanos, esses direitos humanos que, nas palavras do Instituto de direito internacional, são ‘a expressão direta da dignidade da pessoa humana’. Como diz a Constituição da Unesco em seu preâmbulo, a mais vasta difusão da cultura e da educação da humanidade para a

justiça, a liberdade e a paz são indispensáveis à dignidade do homem¹⁹¹
(ALVAREZ DE EULATE; GAMARRA CHOPO, 1999, p. 58).

O humanismo jurídico, como verificamos, tornou-se profundamente educacional: cultive-se a paz nos indivíduos, semeie-se a educação em direitos humanos, e a colheita será farta. Que cada um faça o que lhe cabe: ninguém deve esperar que os estadistas e diplomatas resolvam conflitos que se iniciam nas mentes dos homens e das mulheres. A doutrina obedece à risca a cartilha da ONU e da Unesco, preconizando que cada homem e cada mulher deve pacificar-se, e não sem a ajuda das ONGs, das Nações Unidas, dos cidadãos engajados em suas profissões etc. Um verdadeiro mutirão para o esclarecimento universal, e cujo mote é o individualismo metodológico, vício descrito por Marcus Correia (2015) como “a solução individualizante na compreensão dos fatos postos em observação, em especial a título de se realizar ciência”, e que figura como “robinsonada”. É dever da crítica imanente, enquanto método dialético, desconfiar de toda saída individual, denunciar sua estreiteza teórica e situá-la dentro de uma totalidade, concebendo-se a sociedade, em todos os seus aspectos, como um complexo de relações, e não uma soma de indivíduos – o que, numa teoria sobre direitos humanos, faz toda a diferença. O pensamento dominante sobre os direitos humanos, nele incluído as correntes menos conservadoras, não evita o método atomizante, nem mesmo no campo da solidariedade da terceira geração.

Que nos desculpem os doutrinadores comprometidos com causas nobres e honestamente dotados dos melhores intuitos: contra a ordem internacional existente (capitalista, imperialista, interestatal), a difusão de uma cultura da paz e a educação em direitos humanos são remédios risíveis. Sejamos francos: não é lúcido combater um tumor com homeopatia, tampouco confundir um câncer com um resfriado. Não nos opomos, de forma alguma, a uma educação que incentive a tolerância cultural, nem duvidamos que haja incontáveis formas de desrespeito ao próximo no cotidiano das relações intersubjetivas; o que não podemos acatar, porém, é a imposição do dever de pacifismo aos indivíduos como uma solução genial e civilizada, como se os conflitos fossem imputáveis às pessoas

¹⁹¹ Em francês: “Comme Yolanda Gamarra l’a écrit, la première priorité est pour nous l’être humain, comme centre et but ultime des projets de développement et de coopération. D’où l’importance d’un consensus pour l’éducation pour la paix et de créer une culture de coopération, une démocratie de plus en plus représentative et un plus grand respect des droits de l’homme, ces droits de l’homme que, dans les mots de l’Institut de droit International, sont ‘l’expression directe de la dignité de la personne humaine’. Comme le dit la Constitution de l’UNESCO dans son préambule, la plus vaste diffusion de la culture et de l’éducation de l’humanité pour la justice, la liberté et la paix sont indispensables à la dignité de l’homme”.

individualizadas, e não à configuração social internacional e às relações sociais que a organizam. O fracasso vem desde o diagnóstico, uma vez que os juristas desconhecem os fatores materiais que levam à beligerância.

A “solidariedade individualizante” dos direitos de terceira dimensão redundou na premissa da cultura da paz. Entretanto, essa não é a única proposta jurídica para o desiderato pacifista. Em paralelo à cultura da paz e à educação em direitos humanos, formulou-se a aposta num Estado de Direito internacional, cujo esboço seria fornecido pela Carta das Nações Unidas – a qual, recordemos, teria lançado as guerras na ilegalidade. Esta é, para nós, uma incitação ao exame do nexos entre guerra e forma jurídica: seria o direito uma fonte autêntica de pacifismo e um antídoto contra o imperialismo? Antes de confrontarmos esse questionamento, é mister fazer aquilo que a dogmática não fez até agora: revolver a materialidade a fim de localizar os fundamentos objetivos da beligerância.

2. Capitalismo, paz e guerra

O capitalismo, sustenta-se às vezes, é estabilizado pelo orçamento de defesa, embora de modo a roubar a sociedade de programas mais humanos e que valham a pena socialmente. Esta linha de pensamento, infelizmente, tem o mesmo caráter subconsumista. Digo “infelizmente” não tanto porque essa interpretação esteja errada, mas porque a presente teoria sugere uma interpretação bem mais sinistra e assustadora dos gastos militares: as armas não devem ser apenas compradas e pagas dos excedentes de capital e trabalho, mas devem também ser colocadas em uso. Pois este é o único meio que o capitalismo tem à sua disposição para atingir os níveis de desvalorização requeridos agora¹⁹² (HARVEY, 2006, p. 445).

Os doutrinadores apregoam a pacificação do planeta por obra do direito – quer diretamente, tornando ilícito o uso unilateral da força, quer indiretamente, servindo de roteiro para a educação dos indivíduos. Os insucessos dessa aspiração são atribuídos à suposta incompletude do processo que estabeleceria o governo das relações jurídicas sobre

¹⁹² Originalmente: “Capitalism, it is sometimes held, is stabilized through the defence budget, albeit in ways that rob society of more humane and socially worthwhile programmes. This line of thinking is cast, unfortunately, in the underconsumptionist mould. I say 'unfortunately' not so much because that interpretation is wrong, but because the present theory suggests a rather more sinister and terrifying interpretation of military expenditures: not only must weapons be bought and paid for out of surpluses of capital and labour, but they must also be put to use. For this is the only means that capitalism has at its disposal to achieve the levels of devaluation now required”.

as formas de violência que conspiram contra a paz e às dificuldades inerentes ao convívio pacífico entre os diferentes. Ainda assim, devemos cobrar a doutrina por suas promessas não cumpridas, pois ela assegurou uma conscientização da humanidade diante dos riscos que a assombravam. A “tomada de consciência” depois das agruras de 1939-1945 não se manifestou na Coreia dos anos 1950, nem no Vietnã dos anos 1960 e 1970, tampouco nos vizinhos Irã e Iraque dos anos 1980, e menos ainda em Ruanda e na antiga Iugoslávia dos anos 1990. Também não se manifestou nos Estados Unidos, que estiveram engajados nas principais guerras da história recente, tanto como potência invasora quanto como polo patrocinador de conflitos. O mesmo pode ser dito do Reino Unido e da França numa escala menor, assim como sobre a antiga URSS e sua herdeira atual, a Rússia.

O que houve? A mesma humanidade que condenara solenemente a ação armada em 1945, na Carta de São Francisco, teria tido um lapso de memória? A Guerra Fria foi rotineiramente usada como pretexto para a quebra da paz, como se o cândido compromisso originário que moldou as Nações Unidas tivesse sido conspurcado pela bipolaridade EUA-URSS, pela divisão do mundo em dois blocos oponentes. Celso Lafer (1995, p. 179) suspirou aliviado com o fim do conflito Leste-Oeste, uma renovação que teria o efeito de “liberar as Nações Unidas da hipoteca da confrontação ideológica”. Pois bem. Não é novidade que a Guerra Fria se encerrou, o que não impediu que as guerras continuassem a existir. As tragédias ocorridas na região centro-africana, nos Bálcãs e no Oriente Médio, algumas delas ainda em curso, pertencem a um mundo que se costuma chamar de “multipolar”, elas estão inscritas nos tempos da “nova ordem mundial”. E o que há em comum entre a nova ordem mundial e a antiga? “Apenas” isto: um sistema de Estados, uma rede de organizações internacionais caudatária do aludido sistema e o capitalismo, em sua fase madura de imperialismo, como modo de produção dominante – aliás, nem mesmo a liderança imperialista foi modificada.

Quem estiver autenticamente interessado no fim das guerras¹⁹³ e conseguir encarar a realidade com um olhar sóbrio terá, necessariamente, que se interrogar: acaso a paz é

¹⁹³ O fim das guerras que defendemos aqui em nada comunga com o pacifismo oportunista de uma camada reformista da esquerda que, em nome da paz universal, condena igualmente as agressões imperialistas das potências e as ações insurrecionais das classes dominadas contra os regimes que as oprimem. As revoluções, em certo aspecto, são guerras, embora de uma natureza social completamente distinta. Comparar as revoluções com as iniciativas militaristas do capitalismo, que empurram os trabalhadores de diferentes

possível na sociedade internacional existente, isto é, dentro do capitalismo e da ordem interestatal que lhe é correlata? Queremos responder a esta pergunta antes de examinar o direito à paz pelo crivo da forma jurídica.

Sejamos justos com o capitalismo. Existem fatores na ordem burguesa que a distanciam da imagem de um caldeirão militarista incontrolável e apocalíptico, sobretudo sob a configuração imperialista contemporânea – ao menos não como no feudalismo, com suas intermináveis lutas por terra. Há que se ter em conta que a sociedade capitalista está assentada na extorsão econômica (e não político-coercitiva) do sobreproduto social, sendo este um apanágio do imperialismo burguês avançado e amadurecido. A regra que se deduz daí, portanto, é a preferência dos instrumentos econômicos de dominação (como a exportação de capitais e o crédito) sobre a força nua e crua das armas. Em acréscimo, as guerras inexoravelmente implicam interrupções em boa parte das operações econômicas, causando abalos na preciosa quietude que o mercado exige para funcionar. Não seria absurdo, teoricamente, supor que algum nível de paz seria desejável para a circulação de mercadorias e mesmo para a movimentação do próprio capital. Por último, a indústria armamentista, objetivamente interessada nas guerras, não é obrigatoriamente a força motriz do capitalismo, e não há nenhuma articulação lógica das leis internas do valor e do capital que possa inserir em definitivo os capitalistas produtores de armas no bloco de poder das grandes potências.

Tudo isto é verdadeiro, é conceitualmente correto, mas o fato é que nenhuma dessas características impediu as agressões militares entre os Estados no curso da história recente. Existem tendências no capitalismo que estimulam a paz, e a proclamação desta como um direito humano não é meramente um engodo para acalmar e iludir as populações. Contudo, essas tendências são insistentemente sobrepujadas por circunstâncias políticas que, inclusive, não negam as formas derivadas da lei do valor, e é justamente aí que se esconde a contradição aguda no âmago do direito à paz. Mas não nos adiantemos. Compete-nos, agora, entender porque as características da sociedade capitalista que listamos não foram suficientes para encerrar as guerras – e porque, em nosso entendimento, isto jamais se dará no interior do modo de produção burguês.

conflitos para carnificinas fratricidas, é desconsiderar, farisaicamente, a diferença entre a ferocidade capitalista e a contraviolência revolucionária.

No que tange a forma puramente econômica do capitalismo em coletar o produto sobressalente, dela não se deve inferir que o recurso à força bruta esteja *a priori* interditado. Não é nada chocante que o capital, obedecendo ao imperativo cego e desmedido de autovalorização, infrinja as regras do jogo para se promover. O capitalismo impõe a valorização do valor e a maximização dos lucros como uma obsessão para os capitais, organizando, como meios, os nichos econômicos de exploração em que as empresas investem os valores que possuem. Se determinados empresários contam com a felicidade de serem assistidos por Estados fortes, suficientemente armados para “saltar” sobre o funcionamento normal do mercado e angariar novas posses pela conquista e pela pilhagem, este é um problema dos competidores e das populações atacadas, não do sistema em si. A capacidade militar dos Estados é uma vantagem competitiva para as empresas sediadas em seu território tanto quanto as riquezas naturais do país, o grau médio de escolaridade da força de trabalho, o nível de produtividade da indústria etc. Além disso, a competição internacional carece dos regramentos oferecidos no interior dos aparatos estatais nacionais e de uma autoridade capaz de se impor imediatamente aos concorrentes em luta: tudo passa pela intermediação estatal. O enfrentamento intercapitalista no ambiente internacional, nesta ordem de considerações, é potencialmente mais agressivo. Disto se depreende que a captura do sobreproduto na arena mundial é menos fiel à dinâmica exclusivamente econômica e mais aberta à coação política do que nos mercados capitalistas nacionalmente organizados.

Faz-se mister considerar ainda que a exação extra-econômica não é de todo estranha ao capitalismo. Em verdade, ela ocupa um papel complementar, podendo-se caracterizá-la como um método auxiliar à acumulação capitalista ordinária, orientada pela absorção e multiplicação da mais-valia. David Harvey teve o mérito de detectar a permanência dos expedientes coercitivos de acumulação primitiva durante o capitalismo já estabelecido, ou seja, mesmo depois da transição:

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permaneceram poderosamente presentes dentro da geografia histórica do capitalismo até agora. O deslocamento de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra aceleraram-se em países tais como o México e a Índia nas últimas três décadas, muitos recursos de propriedade formalmente comum, como a água, têm sido privatizados (frequente sob a insistência do Banco Mundial) e comprados dentro da lógica capitalista de acumulação, formas

alternativas (indígenas e mesmo, no caso dos Estados Unidos, pequeno-burguesas) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. A agricultura familiar tem sido conquistada pelo agronegócio. E a escravidão não desapareceu (particularmente no tráfico sexual)¹⁹⁴ (HARVEY, 2003, p. 145-146).

Apesar de ter atingido a maturidade, o capitalismo não abriu mão de certos meios violentos para apartar boa parte dos pequenos proprietários dos bens de produção e para concentrar riqueza (dinheiro e meios de produção) em benefício da burguesia. Por consequência, os constrangimentos extra-econômicos são mais do que ingredientes de uma acumulação originária, consubstanciando antes uma modalidade definitiva de expropriação, e que foi denominada por Harvey como acumulação por despossessão ou espoliação. Em nosso modo de ver, o marxista inglês comete alguns exageros, estendendo abusivamente o conceito de acumulação por despossessão. Soa-nos excessivo incluir no rol desse tipo de espoliação certas práticas que são próprias da esfera econômica, como as privatizações e a derrocada de pequenos proprietários no âmbito da competição. O que deve distinguir essa modalidade “excêntrica” é o apelo à violência, quer dizer, a negação dos instrumentos econômicos de compulsão. A reprodução contínua e ampliada do proletariado (inserindo-se aí a proletarização dos pequenos produtores arruinados) e do capital, assim como as ferramentas de desvalorização de ativos e de mercantilização da vida (as quais fomentam as privatizações), só são “despossessões”, na analogia com a acumulação originária de Marx, quando encetadas via métodos violentos (militares) empregados pela burguesia e pelo Estado. Quando não o são, impera o funcionamento regular do mercado capitalista e dos seus ciclos econômicos. De qualquer maneira, Harvey aporta muito ao indicar que o modo capitalista de produção não prescinde da brutalidade para acumular capital.

No inventário das medidas de acumulação por despossessão, as agressões militares ocupam uma posição proeminente. As guerras funcionam como uma válvula de escape para a pleora de capitais que abarrota o sistema como um todo. Não são o único meio de escoar

¹⁹⁴ Na pena do autor: “All the features of primitive accumulation that Marx mentions have remained powerfully present within capitalism's historical geography up until now. Displacement of peasant populations and the formation of a landless proletariat has accelerated in countries such as Mexico and India in the last three decades, many formerly common property resources, such as water, have been privatized (often at World Bank insistence) and brought within the capitalist logic of accumulation, alternative (indigenous and even, in the case of the United States, petty commodity) forms of production and consumption have been suppressed. Nationalized industries have been privatized. Family farming has been taken over by agribusiness. And slavery has not disappeared (particularly in the sex trade)”.

ou liquidar capitais sobreacumulados¹⁹⁵, mas historicamente estão entre os mais eficazes. Vemos hoje, com clareza meridiana, que a nação mais agressiva é aquela que acumula mais capital (os Estados Unidos da América), sendo que já era assim nos tempos de hegemonia britânica. No mais, a maior taxa de crescimento mundial foi exatamente após a Segunda Guerra Mundial, com média de 5%, muito acima da média histórica do capitalismo¹⁹⁶. Foi preciso que se desencadeasse uma devastação de proporções ímpares para que a economia mundial conhecesse sua máxima prosperidade. O militarismo estimula a produção capitalista e abre espaço para novos investimentos, inclusive para reconstruir as forças produtivas aniquiladas nos conflitos, e com isso canaliza o capital estacionário por meio de uma mórbida destruição criativa.

As guerras transtornam os mercados, interrompendo o fluxo de diversas mercadorias e capitais. Não haveria aí, então, uma circunstância opositora à destruição criativa capitalista? Existe sim uma contradição, mas o capitalismo está repleto delas; esta é apenas mais uma, e que não refreia o ímpeto guerreiro que corrói o sistema internacional. As crises econômicas são quase tão destrutivas e perturbadoras quanto as conflagrações militares, e nem por isso o capitalismo sobrevivente livrou-se delas. Aliás, ele está impossibilitado de fazê-lo: os Estados podem conter os danos, regular a sua extensão, o que é bastante distinto de eliminar os fatores que levam às crises (nós os apresentamos no primeiro capítulo), e que estão no coração da sociabilidade burguesa. “Como elemento fundamental da reprodução da dinâmica capitalista, o Estado é menos um meio de salvação social do que, propriamente, um dos elos da própria crise” (MASCARO, 2013, p. 127).

Ao invés de derrubar o capitalismo, as crises o regeneram, surtindo o efeito de um remédio amargo. Da onda de falências, ascendem capitais mais concentrados; dos padecimentos expiados pelo proletariado, eleva-se a quota de sobretrabalho socialmente fornecida, reerguendo-se a acumulação. Nas guerras, essa mesma lei econômica é posta em execução. A eliminação física dos meios de produção concentra a capacidade produtiva nos

¹⁹⁵ Há outros, como as obras faraônicas e as próprias crises. Na China, a segunda nação “recordista” no excesso de capitalização, pululam obras colossais de infraestrutura industrial e urbana, e que respondem às taxas de crescimento altíssimas da economia do país nas últimas décadas.

¹⁹⁶ “Ao longo da história do capitalismo, a taxa composta de crescimento real foi de cerca de 2,25%/ ao ano (negativa em 1930 e muito maior – cerca de 5% - no período de 1945 a 1973). O consenso atual entre os economistas e na imprensa financeira é que uma economia ‘saúdável’ do capitalismo, em que a maioria dos capitalistas obtém um lucro razoável, expande-se em 3% ao ano. Quando se cresce menos do que isso, a economia é considerada lenta. Quando se obtém abaixo de 1%, a linguagem de recessão e a crise estouram (muitos capitalistas não têm lucro)” (HARVEY, 2011, p. 30).

capitais sobreviventes, além de estimular aqueles que não encontravam uma aplicação lucrativa. Bens públicos e de consumo destruídos, como estradas, prédios e casas, servem igualmente para animar uma parte da indústria e dos serviços a ela associados. As guerras repetidas no capitalismo são uma espécie de “*New Deal* violento”, um espectro demolidor que tolda infatigavelmente a comunidade internacional.

Outro polo semeador de guerras são as disputas interimperialistas pela dominação mundial, ou entre impérios capitalistas e potências bélicas. Guerras mundiais acontecem quando frações nacionais do bloco imperialista aliam-se para derrotar militarmente as frações oponentes: é o que estava dado no enfrentamento entre a Tríplice Entente e a Tríplice Aliança na Primeira Guerra Mundial, e entre os Aliados (com uma localização particular da URSS) e o Eixo no conflito posterior. Quando os impérios não se engajam diretamente no confronto, ou quando apenas um deles está engajado no teatro de operações, os conflitos militares são de caráter regional. Com frequência, ao menos um dos contendores receberá o aval e o suporte de alguma nação imperialista ou de alguma potência cacifada regionalmente por seu arsenal.

Lênin (2010, p. 118-119) postulou que a paz no capitalismo da época imperialista depende da correlação de forças entre as potências imperialistas, sendo que nenhuma guerra de escala global haveria de irromper sem que a direção da cadeia imperialista mundial estivesse ameaçada. Os avanços industriais em ritmo acelerado da Alemanha no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial colocavam em cheque a hegemonia inglesa e punham na ordem dia uma repartilha do mundo, ou seja, uma rediscussão dos acordos colonialistas firmados na Conferência de Berlim. A Inglaterra, por certo, não cederia seu posto de direção sem uma encarniçada resistência, assim como a classe burguesa jamais esteve e jamais estará disposta a desistir pacificamente de sua posição social.

Nos contextos históricos em que a hegemonia mundial está em disputa aberta, o militarismo aparece a todo vapor, mas é fundamental perceber que ele já está dado em potência na dinâmica imperialista. A guerra integra o metabolismo da sociedade capitalista internacional, e o imperialismo só faz reforçar essa realidade:

Por isso, as alianças interimperialistas ou ultra-imperialistas no mundo real capitalista, e não na vulgar fantasia filistéia dos padres ingleses ou do marxista alemão Kautsky – seja qual for a sua forma: uma coligação interimperialista contra outra coligação interimperialista, ou uma aliança geral de todas as

potências imperialistas –, só podem ser, inevitavelmente, tréguas entre guerras. As alianças pacíficas preparam as guerras e por sua vez surgem das guerras, conciliando-se mutuamente, gerando uma sucessão de formas de luta pacífica e não-pacífica sobre *uma mesma* base de vínculos imperialistas e de relações recíprocas entre a economia e a política mundiais (LÊNIN, 2010, p. 119).

Na Segunda Grande Guerra, também houve uma contenda pela dominação mundial, e que trouxe, ao final, uma hegemonia imperialista duradoura, até hoje inconteste. E foi por esta circunstância, e nenhuma outra, que ainda não eclodiu uma Terceira Guerra Mundial. Tão logo a supremacia estadunidense seja confrontada por um candidato apto para assumi-la, um novo confronto global terá lugar na história. E esta assustadora hipótese teria o condão não de fazer desmoronar o capitalismo, mas de revigorá-lo com as imensas oportunidades de investimento e reconstrução. Aliás, a crise crônica do capital desde o final dos anos 1970 origina-se da ausência de um megaconflito capaz empregar a massa de capitais sobreacumulados. Apesar do rentismo da financeirização, do alcance gigantesco da globalização e dos requintes na exploração da força de trabalho pela acumulação flexível – tudo isto incrementou a mais-valia sugada da classe trabalhadora –, o capitalismo não recuperou o fôlego de outrora; apesar das guerras regionais na periferia e das crises econômicas nos anos 1980, 1990 e 2000, não houve liquidação de ativos nem desvalorização de capitais suficiente. Persiste a decadência da civilização burguesa, que definha lentamente em direção à barbárie até que a burguesia devolva-lhe o ânimo ao custo de uma conflagração internacional catastrófica – ou até que o proletariado edifique uma nova era para a civilização.

Por último, a autonomia do capitalismo diante de conteúdos econômicos peculiares, isto é, de utilidades concretas específicas (como a indústria de armamentos), não evita o belicismo da comunidade de Estados. A indústria armamentista, enquanto ramo da economia, pressiona os governos para que eles se armem, mas esse setor existe em função da demanda permanente por armas, e por isso não é um nicho casual de mercado. Ora, esta demanda é permanente no capitalismo por conta do caráter antagônico do sistema de Estados, do seu formato mesmo: um conjunto de entes que concentram o monopólio da violência em cada um dos mercados nacionais, e que estão posicionados uns contra os outros no sistema internacional; uma soma de figuras atomizadas, tal como no mercado, onde impera a competição e o cada um por si. As nações capitalistas estão em constante

atrato e concorrência, e as rivalidades entre elas oscilam em grau de intensidade, não somente na disputa por mercados, como também na medição de forças em torno do ônus das desvalorizações de capital:

Em tempos de desvalorização selvagem, rivalidades interregionais tipicamente degeneram em lutas sobre quem há de suportar o fardo da desvalorização. A exportação de desemprego, de inflação, de capacidade produtiva ociosa tornam-se os riscos que estão em jogo. Guerras comerciais, *dumping*, guerras de taxas de juros, restrições ao fluxo de capital e ao câmbio, políticas de imigração, conquista colonial, a subjugação e dominação de economias afluentes, a reorganização forçada da divisão de trabalho dentro de impérios econômicos e, finalmente, a destruição física e a desvalorização forçada do capital de um rival pela guerra são alguns dos métodos disponíveis. Cada um requer a manipulação agressiva de algum aspecto do poder econômico, financeiro ou estatal¹⁹⁷ (HARVEY, 2006, p. 438).

Harvey lista alguns dos conflitos que estão colocados nas relações entre os Estados enquanto agentes do seu capitalismo nacional, evidenciando que as hostilidades econômicas que as nações entretecem não são mais do que a antessala do confronto político por excelência, e que é o enfrentamento armado. As guerras comerciais e cambiais traduzem, ainda que numa gradação diferente, o mesmo antagonismo presente nos confrontos militares. Significa dizer que, por exemplo, que os EUA estão, de certa forma, em guerra contra todos os demais países por conta de sua dominação econômica sobre o mundo, mesmo que não cheguem às vias de fato em todos os momentos. As políticas de câmbio dos Estados Unidos, exemplificativamente, são hostilidades discretas praticadas contra as demais nações na medida em que se dedicam a transferir a outros países certas dificuldades localizadas em sua economia nacional. Também são de alta relevância as diretivas do FMI e do Banco Mundial para desvalorizar ativos na periferia e dar ensejo a uma aquisição lucrativa por parte dos capitais dos países imperialistas ou de alguns países semicoloniais bem posicionados. E entre os de baixo, existem ainda as disputas regionais pelo capital estrangeiro, por território, por mercados de *commodities* etc.

¹⁹⁷ Originalmente: “At times of savage devaluation, interregional rivalries typically degenerate into struggles over who is to bear the burden of devaluation. The export of unemployment, of inflation, of idle productive capacity become the stakes in the game. Trade wars, dumping, interest rate wars, restrictions on capital flow and foreign exchange, immigration policies, colonial conquest, the subjugation and domination of tributary economies, the forced reorganization of the division of labour within economic empires, and, finally, the physical destruction and forced devaluation of a rival's capital through war are some of the methods at hand. Each entails the aggressive manipulation of some aspect of economic, financial or state power”.

A política dos Estados, nesta configuração, consiste no desenrolar das contendas entre eles, ainda que isto não fique claro por conta de certas alianças que, no fundo, não passam de acordos conjunturais e utilitários. A máxima política no cenário internacional é o máximo conflito, é o enfrentamento bélico. O antagonismo no âmago do sistema de Estados não é conjuntural, muito menos uma opção dos estadistas. Ele é a expressão política da competição capitalista internacional, e foi por isso que a forma jurídica se apropriou dele, mesmo que imperfeitamente. Pensar a paz e a guerra no capitalismo internacional, destarte, passa pelo nexos entre a política dos Estados e a forma jurídica mundializada.

3. Forma jurídica, paz e guerra

De todas as percepções que a abordagem da forma mercadoria oferece, nenhuma é mais importante que a resposta sem remorso àqueles que invocam o Estado de Direito. A tentativa de substituir guerra e desigualdade pelo direito não é meramente utópica – ela é precisamente contraproducente. Um mundo estruturado em torno do direito internacional não pode ser senão um mundo de violência imperialista.

O mundo caótico e sangrento ao nosso redor *é o Estado de Direito*¹⁹⁸ (MIÉVILLE, 2005, p. 319).

Não basta entender as pulsões de guerra no capitalismo, e que são ignoradas pela doutrina, para criticá-la a fundo; é preciso entender o elo entre paz e direito, o que explicitará melhor qual é a paz almejada pelos juristas. É preciso compreender o tipo de pacifismo que está contido na forma jurídica e os seus limites: há que se perceber que o pacifismo jurídico da dogmática e da normatividade internacional em nada afronta a estrutura beligerante do capitalismo; na verdade, tem-se o oposto, na medida em que o direito à paz, ao fim e ao cabo – e por estranho que pareça –, é parte do belicismo imperialista.

O direito à paz possui duas faces: uma que está mais de acordo com a solidariedade dos direitos humanos e com as rogativas jurídicas à comunidade internacional (Estados,

¹⁹⁸ Na pena do autor: “Of all the insights that the commodity-form approach offers, none is more important than the unapologetic response to those who call for the rule of law. The attempt to replace war and inequality with law is not merely utopian – it is precisely self-defeating. A world structured around international law cannot but be one of imperialist violence. The chaotic and bloody world around us *is the rule of law*”.

organizações, indivíduos etc.), e outra que diz respeito à organização dos Estados nas Nações Unidas e na nova fase do direito internacional. Trataremos agora dessa segunda face, tendo em vista que a primeira já foi discutida o suficiente segundo nosso intento geral.

A Carta das Nações Unidas trouxe o projeto da paz pelo direito, atribuindo à ONU o papel de instituição pacifista por excelência. Caberia às Nações Unidas intermediar os conflitos entre os Estados e estabelecer uma normatividade que, apesar de não vinculante, pudesse coordenar as ações dos diversos entes estatais e promover uma cooperação internacional.

Já sabemos que a normatividade não define o direito, mas é mister considerar que a ONU foi instituída num mundo caracterizado por uma vasta pluralidade de Estados que, na arena internacional, colocam-se como sujeitos egoístas, cada um cuidando da reprodução das relações capitalistas no seu território tal como elas se dão concretamente. A forma jurídica internacional amadureceu com a multiplicação dos Estados, e as Nações Unidas foram um corolário desse processo enquanto congregação de entes iguais.

Em que consiste a paz pelo direito almejada pelas Nações Unidas? Seria a completa renúncia da guerra e da força nas relações internacionais? O que podemos dizer, de chofre, é que o uso da força é inerente ao sistema de Estados, nem que seja a força econômica, cujo potencial de compelir nações mais frágeis nunca deve ser desprezado. Não é dado ao direito suprimir os efeitos da desigualdade econômica, mas antes legitimá-los, como se dá na relação capital-trabalho. Quanto ao recurso das guerras, podemos aquiescer por um instante – e apenas por um instante! –, que há uma contradição imediata entre o confronto físico direto entre os entes estatais e a proposta de um Estado de Direito internacional, um governo das leis em dimensão mundial.

Para esclarecer o que seria a paz pelo direito, ninguém melhor que Hans Kelsen (1944, p. 3):

A paz é um estado caracterizado pela ausência da força. Dentro de uma sociedade organizada, contudo, a absoluta ausência da força – a ideia de anarquismo – não é possível. O emprego da força no relacionamento entre indivíduos é evitado ao se reservá-lo para a comunidade. Para garantir paz, a ordem social não exclui todos os tipos de atos coercitivos; ela autoriza certos indivíduos a praticar tais atos sob certas condições. O emprego da força, em geral proibido como um delito, é excepcionalmente permitido como uma reação contra o delito, isto é, uma sanção. O indivíduo que, autorizado pela ordem social, pratica atos coercitivos contra outros indivíduos age como um órgão da ordem social ou – o que dá no mesmo –

como um agente da comunidade constituído por aquela ordem. Apenas o indivíduo pelo qual a comunidade age, apenas o órgão da comunidade, é competente para praticar atos coercitivos como uma sanção direcionada contra o violador da ordem, o delinquente. Portanto, a ordem social faz do uso da força um monopólio pela comunidade e, ao fazê-lo, pacifica as relações mútuas de seus membros¹⁹⁹.

Observe-se que, para os juristas, a força enquanto coerção econômica não existe. Quando falam em uso da força, os teóricos do direito pressupõem a coação física, isto é, militar. Observe-se ainda que, pelo prisma do direito, o estado de paz depende não da ausência de coerção em si, mas da competência para exercê-la. Nunca uma ordem jurídica internacional poderia, pois, abolir as guerras; o que lhe cabe apenas é atribuir a quem compete por em prática o constrangimento pelas armas, e isto persiste mesmo com a Carta das Nações Unidas. Kelsen declarou, em outra obra (2010, p. 46), que “se paz é concebida como estado de ausência total da força, então o Direito viabiliza apenas uma paz relativa, não absoluta”. Onde os juristas progressistas enxergam a proibição das guerras, o que existe é algo bem diferente, e que chamaríamos de uma concentração rudimentar e absolutamente desigual do uso da força a partir da ONU. Rudimentar porque a Corte Internacional de Justiça e a Assembleia Geral das Nações Unidas, que exercem, respectivamente, as funções jurisdicionais e legislativas da instituição, estão de antemão limitadas pelas próprias disposições do direito internacional, que lhes opõem a soberania dos Estados. Desigual porque o Conselho de Segurança, que seria o equivalente ao Poder Executivo (embora congregue para si determinadas funções legislativas), não sofre as restrições jurídicas que são impostas à Corte Internacional de Justiça e à Assembleia da ONU. As deliberações do Conselho de Segurança, em termos de status jurídico, estão carregadas de um caráter mais vinculante, pois o direito internacional não as subordina à aceitação dos Estados, nem as concebe como recomendações.

¹⁹⁹ No original: “Peace is a state characterized by the absence of force. Within an organized society, however, absolute absence of force – the idea of anarchism – is not possible. The employment of force in the relationship between individuals is prevented by being reserved for the community. To guarantee peace the social order does not exclude all kinds of coercive acts; it authorizes certain individuals to perform such acts under certain conditions. The employment of force, in general forbidden as a delict, is exceptionally permitted as a reaction against the delict, that is, a sanction. The individual who, authorized by the social order, performs coercive acts against other individuals acts as an organ of the social order or – what amounts to the same – as an agent of the community constituted by that order. Only the individual through whom the community acts, only the organ of the community, is competent to perform a coercive act as a sanction directed against the violator of the order, the delinquent. Thus the social order makes the use of force a monopoly of the community and by so doing pacifies the mutual relations of its members”.

Pois bem. Kelsen entende que a ordem internacional não é mais nem menos jurídica pela ausência de um Estado mundial ou de uma instância análoga que concentre nela as medidas de força. Segundo o jurista austríaco, o monopólio da força não é inexistente na ordem internacional, mas apenas descentralizado, tal como nas comunidades primitivas – como jurista convencional que é, Kelsen enxerga o direito em qualquer sociedade. Nas comunidades arcaicas, afirma o teórico, “o vingador não viola o direito; ele aplica a lei e pode ser considerado, portanto, órgão da comunidade jurídica constituída pela ordem jurídica” (KELSEN, 2010, p. 42), ainda que não seja um órgão especializado e consagrado pela divisão do trabalho. E mesmo juridicamente, a norma que interdita as medidas compulsórias exige meios impositivos que, como tal, sejam tidos como lícitos:

A distinção entre guerra e contra-ataque é indispensável para possibilitar a qualificação de uma guerra como ilícita ou como lícita, como delito ou como sanção. A guerra promovida por um Estado contra outro pode ser ilícita, enquanto que a guerra com a qual o outro Estado reage contra o primeiro pode ser lícita, e vice-versa. Se há normas de Direito Internacional proibindo guerra, impondo aos Estados a obrigação jurídica de não recorrer à guerra, precisa haver a previsão de aplicação de sanção para o caso de um Estado recorrer à guerra. Se não houver sanção coletiva a ser efetuada por uma organização internacional, a única sanção efetiva é guerra, ou seja, um contra-ataque como reação contra uma guerra ilícita (KELSEN, 2010, p. 59).

De um jeito ou outro, o recurso da guerra está presente no direito, ainda que enquanto contra-ataque ou represália a uma agressão tida por ilícita. O direito internacional pós-1945, posterior à Carta das Nações Unidas, pretendeu apenas centralizar o exercício da força no Conselho de Segurança e no seu comitê militar, como se fosse uma polícia mundial. Contudo, o acordo contrarrevolucionário entre EUA e URSS não era sólido o suficiente para garantir um aparato armado unificado, o que levou a Carta a quedar letra morta nesse aspecto. Ao invés de um comitê militar unificado das nações, prevaleceu a costura de alianças militares com os Estados aliados conforme a área de influência das duas potências dominantes. “Por mais de quarenta anos”, recorda o italiano Danilo Zolo (1997, p. 10), “as duas superpotências e suas respectivas alianças militares, OTAN e Pacto de Varsóvia, desbancaram as Nações Unidas da arena internacional e anularam os amplos

poderes políticos e militares formalmente possuídos pelo Conselho de Segurança²⁰⁰. E com o desmantelamento da URSS, a OTAN foi tacitamente incorporada como braço armado da ONU (ZOLO, 1997, p. 39).

Politicamente, é quase indiferente que as ações compulsórias sejam efetivadas por um comitê da ONU ou pela OTAN, pois o que predomina, em ambos os casos, é o caráter “multilateral” da intervenção militar. Pouco importa, no plano jurídico, que determinada coligação de países seja dirigida ou hegemonizada por uma potestade imperialista. O que importa é que o emprego da força seja avalizado por uma frente de Estados que afaste ou diminua o perfil unilateral de uma ação armada. Cumpre lembrar que as reprovações por parte da comunidade internacional ao ataque estadunidense ao Iraque em 2003 orbitaram essencialmente em torno do unilateralismo da doutrina Bush, e não da empreitada guerreira em si. Estranho pacifismo pelo direito: quanto maior o número de Estados que aprovam e eventualmente contribuem para uma incursão militar, tanto mais multilateral e legítima se torna a constrição pelas armas!

O direito internacional da atualidade não refuta o apelo à guerra, apesar de anunciar textualmente a reprovação ao emprego da força nas relações entre os Estados. O que ele faz é distinguir as guerras lícitas e legítimas, presumidas como defensivas e em favor da segurança internacional, das guerras agressivas e afrontosas à ordem jurídica. Quando Kelsen afirmou que um indivíduo pode agir como órgão da comunidade, o raciocínio jurídico leva a crer que, quanto mais órgãos envolvidos num consórcio militar, maior é a sua universalidade, mais ela se aproxima da comunidade internacional que representa – para não dizermos da humanidade mesma. Eis o que propicia o direito, como restou empiricamente demonstrado na primeira Guerra do Golfo.

Diferentemente da última invasão do Iraque em 2003, em que os Estados Unidos atuaram sozinhos, a primeira Guerra do Golfo foi promovida por uma descomunal coalizão de Estados encabeçada pelos EUA e endossada pela ONU, e que, entre 1990 e 1991, mobilizou uma devastadora campanha militar contra o Iraque em resposta à ocupação do Kuwait pelo exército iraquiano. Sacramentado pela Resolução 678 do Conselho de Segurança, o ataque contra o Iraque adquiriu as feições de uma defesa coletiva da

²⁰⁰ Em vernáculo: “For over forty years now the two superpowers and their respective military alliances, NATO and the Warsaw Pact, have edged the United Nations out of the international arena and nullified the wide military and political powers formally possessed by the Security Council”.

sociedade internacional contra uma nação delinquente. Para Danilo Zolo (1997, p. 113), o episódio foi um aviso severo de que uma guerra como aquela, conduzida sob a chancela de um supremo organismo internacional, “[...] inevitavelmente tende a assumir as características não apenas de uma guerra lícita e legítima, mas também de uma “guerra justa”, de uma cruzada em nome da ordem mundial²⁰¹”.

Zolo pontuou ainda, impressionado com o nível de destruição e com a assimetria do conflito, que uma operação de segurança coletiva internacional ou de policiamento como aquela só poderia ganhar as dimensões de uma grande guerra, trazendo consigo todos os seus efeitos deletérios:

Qualquer “operação de polícia” conduzida por um órgão supranacional que possui o monopólio mundial da força – digamos, um órgão tal como o Conselho de Segurança das Nações Unidas, por mais democratizado que este órgão possa ser, ou considerado como a expressão da opinião pública mundial ou mesmo eleito por um eleitorado planetário – está destinada a assumir todas as conotações de guerra. A Guerra do Golfo mostrou a impossibilidade teórica e prática de se distinguir entre uma operação de policiamento internacional e uma guerra plena no seu verdadeiro sentido. Quando um conflito armado de vastas proporções se deflegra, a lógica da “destruição do inimigo” e de poupar as vidas dos próprios combatentes inevitavelmente prevalece, ainda mais se o portador do poder militar for tão forte a ponto de não ser suscetível de nenhuma forma de controle do ponto de vista do *jus in bello*²⁰² (ZOLO, 1997, p. 1993).

A inquietação de Zolo é justa, mas a interpretação dos fatos é falha. O massacre militar do Iraque pela coligação endossada pela ONU não foi um “exagero” derivado da escala das forças armadas envolvidas na operação, como se fosse um policiamento contraprodutivo ou fracassado. Nas guerras, impera a lógica da destruição do inimigo, não o negamos, mas este objetivo não pode ser dissociado da política dos Estados envolvidos, a começar pelos Estados Unidos. Um tanto ingênuo, o autor não se deu conta de que o

²⁰¹ Reproduzindo o original na íntegra: “Finally – and here too the Gulf War should have given a severe warning – a war conducted in the name of or on behalf of a supreme international organism inevitably tends to assume the characteristics not only of a lawful and legitimate war but also of a ‘just war’, of a crusade in the name of world order”.

²⁰² Na fonte: “Any ‘policing operation’ carried out by a supranational organ that possesses the world monopoly of force – let us say, an organ such as the Security Council of the United Nations, however democratized this organ may be, or held up as the expression of world public opinion or even elected by a planetary electorate – is destined to take on all the connotations of war. The Gulf War showed the theoretical and practical impossibility of distinguishing between an operation of international policing and a full-blown war in true sense. When an armed conflict of vast proportions flares up, the logic of the ‘destruction of the enemy’ and of saving the lives of one’s own combatants inevitably prevails, all the more so if the holder of military power is so strong as not to be susceptible to any form of control from the point of view of *jus in bello*”.

propósito da campanha contra o Iraque era precisamente, e desde o início, destruir o país com o aval da comunidade internacional e com os seus recursos bélicos.

Justificaremos nossa posição desde já. Nas guerras, o cálculo militar envolve sempre a aniquilação da capacidade de combate do adversário. Colocando-se de lado as razões políticas das guerras e se tomando em conta apenas o lado militar, a ação bélica visa a dominar o inimigo e incapacitá-lo. Uma de suas regras é a de que “as forças combatentes devem ser *destruídas*: isto é, elas devem ser *colocadas em tal condição que não possam mais continuar na luta*”²⁰³, (CLAUSEWITZ, 2007, p. 32). Uma segunda, relacionada a esta, é a ocupação do território para evitar que novos efetivos hostis se formem no interior da nação atacada. E uma terceira, adiciona Clausewitz no mesmo trecho, é o que entende como a “quebra da vontade do inimigo”, ou seja, forçá-lo a pedir um armistício ou compelir a população a se submeter. Contudo, o pensador prussiano salientou incansavelmente a necessidade de se ir além da simples medição de forças bélicas e de olharmos para o plano político, e assim procederemos.

O objetivo militar “puro” de derrotar o exército iraquiano e de liberar o território do Kuwait foi facilmente atingido na primeira Guerra do Golfo, não só pelo efetivo mobilizado e pelo poder destrutivo dos armamentos avançados, como também pela sequência de severos bombardeios que antecedeu a invasão por terra. No seu conjunto, mas principalmente pelos bombardeios, a operação bélica esmigalhou a infraestrutura de defesa do Iraque, e mesmo civil. Aí está a questão: por que a coalizão não se ateve à meta militar de anular as forças combatentes iraquianas? A resposta está na política: o plano político do imperialismo para o Golfo Pérsico é a constituição de uma rede de Estados-satélites na região com governos cooperativos e dóceis. Ora, isto requer, dentre outras coisas, que os Estados da região sejam fracos econômica e militarmente; em poucas palavras, incapazes de abalar o concerto interestatal do Oriente Médio. Depois de armar pesadamente o Iraque para que este destruísse o Irã nos anos 1980, os EUA criaram uma força regional que, ao nutrir ambições capitalistas e territoriais próprias, deveio inconveniente, perturbando a estabilidade do cenário regional. A redução do Iraque a um Estado frágil e resignado como os demais era uma tarefa política que o imperialismo estadunidense pôs a si próprio, e ele a

²⁰³ Na língua inglesa: “The fighting forces must be *destroyed*: that is, they must be *put in such a condition that they can no longer carry on the fight*”.

concluiu da melhor forma, conquistando o apoio e o envolvimento de muitos países no ataque, inclusive árabes. A ONU, a seu turno, consumou juridicamente o arranjo político. Some-se a isto o impulso demolidor de destruição criativa do capitalismo, é dizer, a ânsia dos capitais para reconstruir uma infraestrutura nacional arruinada, e logo se compreende porque a Guerra do Golfo não cometeu nenhum “excesso”: ela foi exatamente o que a burguesia imperialista demandava que ela fosse.

E, no entanto, os juristas não têm do que se queixarem. A Primeira Guerra do Golfo foi respaldada pelas Nações Unidas, cuja resolução foi executada não por um único Estado, mas por uma coalizão de países. Nomes benquistos nas academias de direito, como Habermas e Bobbio, aplaudiram a guerra. O multilateralismo clamado pela comunidade internacional e enaltecido pelo direito, portanto, é o alinhamento dos Estados às diretivas políticas dos integrantes do Conselho de Segurança, particularmente os EUA, cuja proeminência dispensa maiores comentários. É mesmo curioso: no “melhor” dos cenários, é dizer, quando a ONU é acatada em suas deliberações, ela não faz senão implementar e ratificar as iniciativas imperialistas, e com o condão de ungi-las com um ar de defesa de valores abraçados internacionalmente. No empreendimento militar para invadir o Iraque com o aval das Nações Unidas, o que se viu não foi uma contenção ao imperialismo e ao militarismo, mas antes a sua máxima consagração sob o título de segurança coletiva, defesa da paz e da soberania etc.

Pode causar certa estupefação que a ONU concorra mais para a beligerância do que para a paz, e que a instituição que proclama o direito como norte das relações entre os Estados incorra em tal resultado. Mas devemos rejeitar a oposição entre direito e militarismo, ou entre tutela jurídica e conflito armado. A paz pelo direito, representada na ideia de um Estado de Direito internacional, é uma quimera que há de ser combatida em nossa tese.

O sonho dos juristas é a edificação de um Estado de Direito internacional, um regime para a sociedade de Estados em que as relações jurídicas (tratados, organizações internacionais, diplomacia etc.) substituem o recurso ao poder das armas – como se ele não estivesse implícito ou pressuposto no seio das relações diplomáticas, mesmo quando os armamentos não são colocados em uso. Tal como na seara nacional, em que o Estado de Direito trata igualmente os cidadãos, a despeito das suas diferenças concretas, a solução

para as guerras e a defesa dos Estados mais vulneráveis estaria na igualdade jurídica. É um senso comum doutrinário afirmar que, “neste contexto, a igualdade soberana funciona como uma arma dos Estados mais fracos que buscam proteção contra ambições imperiais e a ganância das potências maiores”, e que “quaisquer que sejam as diferenças em termos de cultura, geografia, poder econômico e militar, o direito demanda que os Estados sejam tratados como iguais²⁰⁴” (NIJMAN; WERNER, 2013, p. 13). E em havendo esta igualdade formal, um Estado não poderia dominar o outro.

Nas produções doutrinárias de direito internacional e de direitos humanos, é consensual a “necessidade de se transformar o velho Estado de Direito em um *Estado de Direito Internacional*”, de um modelo “fundado na igualdade soberana das nações, independência de todos os povos e na solução pacífica de controvérsias internacionais, visando sempre à manutenção da paz” (MAZZUOLI, 2011, p. 1079). Acreditando na judicialização dos conflitos internacionais e nas cortes de direitos humanos, a dogmática celebra “a passagem do ‘direito da força’ para a ‘força do direito’”, e que seria um avanço no “desafio em prosseguir na construção de um ‘Estado de Direito Internacional’, como reação a imediata busca do ‘Estado Polícia’ no campo internacional” (PIOVESAN, 2009, p. XXII).

Entretanto, o fato é que nenhuma corte internacional evitou a eclosão de confrontos armados, mesmo com o direito efetivamente enraizado nas relações internacionais. Os nexos entre os Estados estão inseridos na forma jurídica, principalmente nas convenções e organizações interestatais, e nem por isso o mundo tornou-se menos violento. O Estado de Direito internacional já existe, apesar de algumas desigualdades institucionais formais (como no Conselho de Segurança da ONU), o que não impede que guerras irrompam com frequência. Restará aos juristas buscar justificativas para o “insucesso” do direito internacional. Todas elas aludem a um processo inacabado, o que é uma posição assaz cômoda, na medida em que transfere o ônus do acerto ao futuro. De qualquer modo, é comum que a doutrina indique problemas de outras ordens, em geral responsabilizando os estadistas ou determinados regimes políticos internos.

²⁰⁴ No idioma britânico: “In this context, sovereign equality works as a weapon of weaker states that seek protection against imperial ambitions and the greed of greater powers. Whatever the differences in terms of culture, geography, military and economic power, the law demands that states be treated as equals”.

Tomemos Kelsen como exemplar. O teórico positivista, defensor da paz pelo direito, acusa a qualidade técnica das normas de direito internacional como o motivo pelo qual a ordem jurídica internacional não teria logrado evitar as conflagrações militares. Escrevendo durante a Segunda Guerra Mundial, o famoso jurista apontou falhas no Pacto Briand-Kellogg, convenção de 1928 pela qual os Estados renunciariam à guerra como instrumento político. A quebra da paz, pois, seria uma questão de má técnica jurídica:

Agora nós já temos um instrumento jurídico internacional que exclui a guerra das relações internacionais, o assim chamado Pacto Briand-Kellogg, ratificado por quase todas as nações do mundo. Neste momento, esse tratado geral para a renúncia da guerra parece ser mais um argumento de peso contra a abordagem jurídica para o problema da paz. O fracasso do Pacto Briand-Kellogg, contudo, é devido a sua própria insuficiência técnica. Por um lado, o Pacto foi longe demais ao proibir qualquer tipo de guerra, mesmo a guerra como uma violação contra o direito, sem substituir esta sanção de direito internacional por nenhum outro tipo de sanção, uma sanção internacionalmente organizada; desta maneira, ele favoreceu os Estados inclinados a violar os direitos de outros Estados. Por outro lado, o Pacto foi muito aquém ao obrigar os Estados a buscar soluções pacíficas para suas disputas sem obrigá-los a submeter todos os seus conflitos, sem qualquer exceção, à jurisdição compulsória de uma corte internacional²⁰⁵ (KELSEN, 1944, p. 18).

Kelsen quer nos fazer crer que a carnificina da Segunda Grande Guerra só não foi evitada porque a sociedade internacional dispunha de um diploma jurídico tecnicamente inábil. Os estadistas teriam sido incompetentes na composição do Pacto Briand-Kellogg em 1928, e alguém poderia agregar que, caso estivessem assessorados por juristas de alto calibre, teriam tecido uma norma tão perfeita em seus dispositivos que, na ausência de falhas, teria detido a agressividade dos Estados. Uma formulação absurda vinda de Kelsen, mas como a dogmática jurídica é o mundo dos absurdos, do irrealismo idealista, nada deve nos surpreender. Apesar de tudo, o texto é útil ao dar testemunho de que, em termos jurídicos, a exclusão da guerra é uma impossibilidade teórica, e que a desejada obrigação de

²⁰⁵ Originalmente: “Now we have already an international legal instrument excluding war from international relations, the so-called Briand-Kellogg Pact, ratified by almost all the nations of the world. At this moment that general treaty for the renunciation of war seems to be a rather weighty argument against a legal approach to the problem of peace. The failure of the Briand-Kellogg Pact, however, is due to its own technical insufficiency. On the one hand, the Pact attempted too much by prohibiting any kind of war, even war as a reaction against a violation of law, without replacing this sanction of international law by another kind of sanction, an internationally organized sanction; thus it favored States inclined to violate the rights of other States. On the other hand, the Pact undertook too little by obliging the States to seek pacific settlement of their disputes without obliging them to submit all their conflicts without any exception to the compulsory jurisdiction of an international court”.

jurisdição compulsória para as disputas interestatais em nada resolve o problema, pois a Carta das Nações Unidas assim o fez e não se saiu melhor.

Há ainda outra vertente de pretextos. Celso Lafer, tomando um rumo levemente distinto, procura justificar o malogro da paz pelo direito responsabilizando os regimes ditatoriais. Prestando homenagens aos nobres princípios éticos contidos na Carta das Nações Unidas, o jurista brasileiro vê um ótimo potencial no documento, confiando que ele “terá maiores chances de realizar-se à medida em que, no plano interno dos países, se consolidem regimes democráticos” (LAFER, 1995, p. 184). O que falta para a paz, então, é uma dose de liberalismo político para as nações – como se somente as ditaduras militares e os fascismos fossem formas políticas orientadas para a guerra. Muito bem. O que dizer, então, das aventuras militares dos EUA, um país “democrático” (na acepção liberal), mundo afora? E o que dizer sobre a embaraçosa ocorrência de que os Estados Unidos da América, a grande democracia do “mundo livre” ocidental, patrocinaram quarteladas e exércitos paramilitares em diversas nações da América Latina e também em outros continentes? Nenhum país guerreou tanto no século XX e no recente século XXI quanto a república democrática estadunidense. O argumento de Lafer serve apenas para insinuar uma adesão à doutrina de combate ao “Eixo do Mal”, isto é, a uma das bases da política externa imperialista de Washington.

Não é suficiente, no entanto, que ataquemos somente a tradição jurídica. O projeto de paz pelo direito está inscrito no âmago da ideologia jurídica, e se trata de uma ideia poderosa porque está conectada com a forma jurídica e sua expressão ideológica. Encontraremos o pacifismo jurídico, assim, não somente nas obras dos juristas, e nem se pode atribuir-lhes a autoria do projeto; ele já está presente em grandes filósofos do pensamento burguês, principalmente naquele que foi talvez o melhor formulador da concepção liberal e burguesa de mundo. Para que nos aprofundemos neste debate, devemos nos remeter à origem da ideia de uma paz pelo direito. Devemos visitar Kant uma vez mais.

Em outra oportunidade, encetamos uma investigação específica sobre o conceito de paz perpétua em Kant conforme seu contexto histórico (BIONDI, 2014). Não seria conveniente retomar aquele grau de detalhamento, e por isso nos ateremos ao essencial para apresentar o raciocínio do filósofo clássico.

Temos, em Kant (2011a, p. 4), uma premissa de cunho filosófico que balizará o projeto de paz perpétua:

Os homens, enquanto indivíduos, e mesmo povos inteiros mal se dão conta de que, enquanto perseguem propósitos particulares, cada qual buscando seu próprio proveito e frequentemente uns contra os outros, seguem inadvertidamente, como a um fio condutor, o propósito da natureza, que lhes é desconhecido, e trabalham para a sua realização, e, mesmo que conhecessem tal propósito, pouco lhes importaria.

Haveria uma razão natural no universo que, tal como a “astúcia da razão” de Hegel, utilizaria ações dispersas, egoístas e mesmo contraditórias dos indivíduos para perseguir um mesmo objetivo. A causa comum emergiria da busca pessoal e individual pelo interesse particular, e em conformidade com uma regra inscrita na natureza. A comparação com o mercado é imediata: os liberais comemoram a concorrência como máxima virtude, como o motor das melhorias da civilização e como causa primeira do progresso. Pela competição, pelo esmero individualista de cada um, chegar-se-ia a um ótimo social. Numa aproximação com a economia clássica de Adam Smith (1996, p. 438), o agente de mercado, em sua iniciativa insular, “é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções”, integrando uma racionalidade social ordenadora, e que seria tanto mais eficaz quanto mais entregue aos próprios desígnios. A razão natural, em Kant, opera como a mão invisível da economia clássica, e desta categoria mercantil já se vislumbra, em esboço, como a construção teórica kantiana sorri para a forma jurídica.

Kant traz o conceito de “insociável sociabilidade”, que seria o antagonismo no seio da sociedade que institui uma ordem regulada, e pelo qual a natureza guia os homens a uma finalidade superior. O ente humano concebido pelo filósofo em comento vive entre a necessidade do convívio e o isolamento egoísta, a perseguição insociável do interesse individual. “O homem tem uma inclinação para *associar-se* porque se sente mais como homem num tal estado, pelo desenvolvimento de suas disposições naturais”, ao passo que “ele também tem uma forte tendência a *separar-se* (isolar-se), porque encontra em si ao mesmo tempo uma qualidade insociável que o leva a querer conduzir tudo simplesmente em seu proveito, esperando oposição de todos os lados”, de um lado, e estando “inclinado a, de sua parte, fazer oposição aos outros” (KANT, 2011a, p. 8).

É pela oposição entre os indivíduos que a humanidade progride, cria ambições, busca projeção e anseia dominação. A cobiça é o remédio kantiano contra a letargia e a preguiça, e é graças à competição entre as pessoas que o gênero humano rompe com a rudeza e avança para a cultura, fazendo germinar seus talentos e conquistando a progressiva iluminação ou ilustração (*Aufklärung*), o que faculta, finalmente, o discernimento moral. “Sem aquelas qualidades da insociabilidade [...], das quais surge a oposição que cada um deve necessariamente encontrar às suas pretensões egoístas”, propugna o pensador, “todos os talentos permaneceriam eternamente escondidos, em germe, numa vida pastoril arcádica, em perfeita concórdia, contentamento e amor recíproco”. Com o que arremata: “o homem quer a concórdia, mas a natureza sabe mais o que é melhor para a espécie: ela quer a discórdia” (KANT, 2011a, p. 9).

Contra o “sono eterno” da concórdia e das comodidades, que transformariam os homens em ovelhas apascentadas, em seres aquém das capacidades racionais oferecidas pela natureza, em criaturas abaixo da cultura e da maioridade moral, Kant apoia efusivamente a concorrência, exaltando o antagonismo inerente à competição. Nisto, no entanto, o filósofo da antiga Prússia não inovou, inspirando-se antes, certamente, na famosa fábula das abelhas de 1714, escrita por Bernard Mandeville – uma espécie de “parábola” do “evangelho” burguês.

Após todas essas reverências ao código moral da classe capitalista emergente, Kant chega ao direito. A quinta proposição contida em “Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita” reza que “*o maior problema para a espécie humana, a cuja solução a natureza a obriga, é alcançar uma sociedade civil que administre universalmente o direito*” (KANT, 2011a, p. 10). Uma ordem jurídica seria a única capaz de conciliar as liberdades dos indivíduos, permitindo a coexistência entre eles por meio de uma constituição civil perfeitamente justa. Caberia a esta constituição civil assegurar os resultados ótimos da insociável sociabilidade, resguardando as liberdades individuais e estimulando a competição industriosa.

No entendimento kantiano, de todos os problemas enfrentados pelo gênero humano, a constituição civil perfeita é o mais difícil, e seria o último a ser solucionado. A sétima proposição explica esta dificuldade ao colocar que “*o problema do estabelecimento de uma*

constituição civil perfeita depende do problema da relação externa legal entre Estados, e não pode ser resolvido sem que este último o seja” (KANT, 2011a, p. 12).

Assim como cada sociedade caminharia para um regime interno de direito, as relações internacionais também se destinariam a este fim. Empregando raciocínio análogo aos governos e nações, Kant (2011a, p. 13) confia que a insociável sociabilidade, ao se repetir internacionalmente, edificaria uma ordem de direito analogamente aos processos que se davam nos Estados nacionais:

A mesma insociabilidade que obrigou os homens a esta tarefa é novamente a causa de que cada república, em suas relações externas – ou seja, como um Estado em relação a outros Estados –, esteja numa liberdade irrestrita, e conseqüentemente deva esperar do outro os mesmos males que oprimiam os indivíduos e os obrigavam a entrar num estado civil conforme leis. A natureza se serviu novamente da incompatibilidade entre os homens, mesmo entre as grandes sociedades e corpos políticos desta espécie de criatura, como um meio para encontrar, no seu inevitável antagonismo, um estado de tranquilidade e segurança; ou seja, por meio de guerras, por meio de seus excessivos e incessantes preparativos, por meio da miséria, advinda deles, que todo Estado finalmente deve padecer no seu interior, mesmo em tempo de paz, a natureza impele a tentativas inicialmente imperfeitas, mas finalmente, após tanta devastação e transtornos, e mesmo depois do esgotamento total de suas forças internas, conduz os Estados àquilo que a razão poderia ter-lhes dito sem tão tristes experiências, a saber: sair do Estado sem leis dos selvagens para entrar numa federação de nações em que todo Estado, mesmo o menor deles, pudesse esperar sua segurança e direito não da própria força ou do próprio juízo legal, mas somente desta grande confederação de nações (*Foedus Amphictyonum*) de um poder unificado e da decisão segundo leis de uma vontade unificada.

Eis aí “toda a lei e os profetas” do direito. Corifeu da ideologia jurídica burguesa, Kant projetou uma “paz perpétua” e jurídica que “invariavelmente bebe nas fontes do pensamento dominante de sua época, de matiz nitidamente liberal”, um conceito que, “por mais que traga em si uma série de elementos próprios da filosofia kantiana, [...] constantemente dialoga com o liberalismo clássico, tanto político quanto econômico” (BIONDI, 2014, p. 198). Verificamos em Kant todos os elementos da dogmática jurídica que envolvem a problemática da paz: o esgotamento do gênero humano diante das guerras, a igualdade formal entre os Estados como fator de segurança, o direito como ordenador necessário do convívio pacífico entre as nações e uma imaginária incompatibilidade entre direito e força. “Em termos kantianos, a paz necessariamente implica um estado de juridicidade, uma relação jurídica entre partes possivelmente conflitantes, em resumo: o Estado de Direito”, e é por isso que “seu conceito de paz não apenas proíbe o uso da força,

mas inclui o dever de estabelecer uma ordem jurídica que mantenha as condições da paz futura²⁰⁶” (RAUBER, 2009, p. 60). A consolidação de uma ordem jurídica internacional já seria, na visão kantiana, o triunfo desse tipo de pacifismo, e não admira que os doutrinadores tenham acolhido a proposta de bom grado²⁰⁷.

Ainda em Kant, há outros componentes que escancaram a feição jurídico-burguesa da paz projetada. No opúsculo “À paz perpétua”, o segundo artigo preliminar alvitra que “nenhum Estado independente (pequeno ou grande, isso tanto faz aqui) pode ser adquirido por um outro Estado por herança, troca, compra ou doação” (KANT, 2011b, p. 15). Tem-se na passagem coletada uma aclamação da subjetividade jurídica internacional, ou seja, uma afirmação pela negativa do Estado como sujeito de direito em âmbito internacional, e que recusa a feudalidade do Antigo Regime, em que a nobreza real se fundia, inclusive patrimonialmente, com o aparelho governamental. Refutar que o Estado seja objeto de transações é defini-lo como um sujeito, é render homenagens à forma jurídica e também à impessoalidade da forma política capitalista. É neste sentido que o segundo artigo definitivo para a paz perpétua dispõe que “o direito internacional deve fundar-se em um *federalismo* de Estados livres” (KANT, 2011b, p. 31). A liberdade dos entes estatais não é senão a sua soberania para entabular relações jurídicas uns com os outros, para entretecerem uma interação pelo direito, cabendo aqui a observação de que Kant, neste texto, clama por uma coação legal exterior que refreie a majestade de cada poder estatal – uma pretensão abandonada por juristas como Kelsen, ou ao menos contemplada com uma série de reservas, imaginando-se as Nações Unidas como, quem sabe, um embrião desta federação universal.

A formulação de Kant reúne em si todas as linhas ideológicas do pacifismo jurídico, e elas serão reproduzidas pelos doutrinadores do direito muito serenamente. No caso do filósofo em questão, ao menos é devida a ressalva do contexto histórico, ou seja, a época do capitalismo emergente e em luta contra a resistência feudal decadente. Naquelas circunstâncias, o liberalismo, então progressista, até poderia invocar o papel civilizador do

²⁰⁶ Em inglês: “In Kantian terms peace necessarily implies a state of lawfulness, a legal relation between possibly conflicting parties, in short: the rule of law. In sum, his concept of peace not only prohibits the use of force but encompasses the duty to establish a legal order maintaining the conditions of future peace”.

²⁰⁷ “Kant, divergindo dos realistas (Hobbes e Maquiavel) e dos racionalistas (Grotius), propõe um modelo de ordem internacional onde a guerra perde sua utilidade como forma jurídica (necessária ou contingente) de resolução dos conflitos e a paz surge como principal objetivo, a ser conquistado por meio do direito” (BITTAR; ALMEIDA, 2012, p. 644).

mercado e decretá-lo como a última palavra da sociabilidade sem parecer um disparate. Excogitamos que já era errado pensar assim naquele contexto, considerando-se que o mercado mundial nunca foi pacifista²⁰⁸. O que os juristas fazem, entretanto – aferrar-se a esta interpretação kantiana em plena época de capitalismo amadurecido, imperialista, mergulhado em disputas monopolistas –, é apenas a repetição insensata e deslocada do repertório liberal clássico, e a despeito de toda a putrefação capitalista que esteve presente nas guerras mundiais e nos períodos consecutivos que se arrastam até a atualidade.

Incapaz de imaginar que o direito, antes de representar uma barreira ao belicismo, é parte integrante de uma sociabilidade geradora de guerras, a dogmática jurídica recusa uma realidade que lhe é frustrante: o mundo em que vivemos já é um mundo dominado pela forma jurídica, e na exata medida da internacionalização extrema do capitalismo. Não há que se falar, então, em “ausência” ou “insuficiência” do direito na esfera internacional, ou numa incompletude do Estado de Direito internacional. As relações entre os Estados já assumem um caráter jurídico, tanto quanto as reivindicações que instruem o rol de direitos humanos. O capitalismo internacional requer a pluralidade de poderes estatais competidores e a correlata ligação jurídica entre eles, e esta mesma fonte origina a subjetividade de direito como forma, de um lado, e a luta política interestatal. A grande falha dos juristas está em não perceber que a constelação de entes armados e ensimesmados a que chamamos sistema de Estados é, em si, condição essencial e simultânea para a beligerância e para o direito internacional – não sendo concebível, assim, jogar um contra o outro. Um e outro caminham juntos, ainda que em linhas paralelas, porque dimanam da mesma estrutura econômica.

A evidência dos fatos desde o pós-guerra demonstra que a estruturação jurídica da sociedade internacional é inapta para deter a luta armada entre os Estados, mesmo nas ações unilaterais (isto é, para além das ações militares aprovados pela ONU). Agora podemos entender porque isto acontece. Não é simplesmente porque a política que engendra as guerras é uma determinação “mais forte” que as disposições jurídicas normativas que vedam as intervenções armadas unilaterais, como se o direito fosse apenas

²⁰⁸ Kant chegou a sustentar que o “espírito comercial” que se apoderava das nações “não pode subsistir juntamente com a guerra”, e que a “potência do dinheiro” forçaria os Estados “a promover a nobre paz e, seja onde for que no mundo a guerra ameace de eclodir, a afastá-la por mediações” (KANT, 2011b, p. 53-54). Vimos neste mesmo capítulo que o capitalismo induz justamente ao contrário do que esperava o filósofo.

uma forma passiva, pusilânime. A potência do direito está dada já na conformação da sociedade internacional ao sacramentar juridicamente o sistema de Estados de onde provêm as guerras. As relações jurídicas internacionais e o regime de direito que elas perfazem constituem a sociabilidade interestatal capitalista, reproduzindo-o e o alimentando cotidianamente – o que não quer dizer que toda a política das potestades estatais e das classes dominantes deva forçosamente transcorrer pelos institutos jurídicos, e esta constatação também está fora do alcance da visão dogmática.

Deparamo-nos, aqui, com o desafio de equacionar a correlação entre direito e política no domínio internacional, e esta será nossa derradeira investida contra a utopia do pacifismo jurídico. Iniciemos recuperando um dado medular: a luta entre os Estados, longe de ser episódica ou acidental, é uma necessidade objetiva da sociedade capitalista internacional, tanto quanto a concorrência entre os capitais é inextirpável do sistema. E mais do que um mero instrumento diplomático das classes dominantes nacionais, o Estado é um agente da reprodução capitalista no seu território. Na interação entre os entes estatais, e que é orquestrada, em última instância, pelo mercado mundial e pela partilha imperialista do planeta, cada uma das potestades políticas concorre, nesta dinâmica, para a reprodução global do capitalismo em nível planetário. Mas concorrem não colaborando entre si, apesar das alianças transitórias e eventuais, e sim fazendo o contrário, isto é, maximizando os interesses da sua acumulação nacional de capital. Nos países coloniais e semicoloniais, esta acumulação está orientada para o exterior, ela é submissa aos mecanismos de captação de valor nos países imperialistas, onde estão concentradas as sedes das multinacionais e as maiores instituições financeiras. A forma política estatal da periferia, adaptada a esta estrutura capitalista mundial e à divisão internacional do trabalho, promove disputas estatais interperiféricas e reitera, face à direção imperialista, o assentimento das classes capitalistas coloniais e semicoloniais.

Nos conflitos entre os Estados, sejam eles interperiféricos ou interimperialistas, ou eventualmente entre nações do centro e da periferia, a categoria nação mostra a sua funcionalidade, unificando capital e trabalho em torno da pátria. Alysson Mascaro (2013, p. 96) ensina que “a concorrência entre Estados dá unidade estrutural e ideológica ao acoplamento entre a exploração da força de trabalho e o interesse do capital nacional”, formando um sistema interestatal em que “cada ente constitui um amálgama de interesses e

junções de exploração que se põe em competição com outros entes”. A unidade da nação facilita a dominação capitalista interna ao situar os adversários no exterior e habilitar os governos a convocarem sacrifícios em nome de uma produção nacional competitiva perante o mercado externo:

É justamente na constituição de uma unidade concorrencial interna, em comparação com o externo, que se dá um dos elementos mais importantes das específicas redes de reprodução do capital. Os Estados se apresentam como unidades competitivas entre si, clamando por reiterados sacrifícios das classes trabalhadoras internas a fim de dar condições de competitividade do capital nacional em relação ao capital mundial. Nesse sentido, é improvável a existência de um Estado mundial global, sob o risco de o capital e a política perderem as vantagens e ganhos da competição entre Estados plurais. As condições da concorrência capitalista necessitam de unidades políticas distintas em benefício das lutas pela valorização do valor (MASCARO, 2013, p. 97).

Multiplicidade e conflitividade compõem, imperiosamente, a forma política estatal. Os entes estatais estão em permanente estado de confronto, e esta competição entre eles assume diversas feições, conforme já comentamos, sendo os enfrentamentos militares não mais do que o desenvolvimento último de uma dinâmica que é constante e inevitável. E se as rivalidades interestatais estão animadas por um caráter fortemente político, as guerras seguem nesta direção.

Como qualquer fenômeno político, a guerra não pode autorização ao direito para se realizar. A guerra é “[...] apenas um ramo da atividade política”, e “não é autônoma em nenhum sentido²⁰⁹” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 252). Os juristas sequer suspeitam disso. Quando Kelsen censurou o Pacto Briand-Kellog pela alegada deficiência técnico-normativa, sequer desconfiou que a ação militar é parte imprescindível da política dos Estados. Interditar a guerra como instrumento de política nacional, como foi registrado na convenção mencionada, é de uma inocência aterradora. Proibir a guerra como ferramenta política num sistema de Estados – e aqui remetemos às determinações imanentes à forma política estatal que já foram objeto de análise – seria como proibir que os partidos das classes dominantes se engalfinhassem em disputas por cadeiras parlamentares. O confronto é uma lei da política geral, e que se aplica nitidamente ao sistema interestatal.

²⁰⁹ Na tradução inglesa: “[...] war is only a branch of political activity; that it is in no sense autonomous.

O direito não consegue evitar a conflagração militar, e menos ainda discipliná-la de modo eficiente. Nada que abale, contudo, a altivez dogmática, a crença imperturbável de que realidade penitente não pode senão dobrar-se ante a ordem jurídica. “O Direito internacional”, sentencia Kelsen (2010, p. 102), “não determina apenas sob quais condições o recurso à guerra é proibido como delito ou permitido como sanção, mas regulamenta também a condução de guerra independentemente de sua legalidade ou ilegalidade”. É o que está registrado nas convenções internacionais, e que repisam os elementos da Cláusula Martens (CANÇADO TRINDADE, 2006, p. 95). O otimismo humanista dos juristas é incorrigível: acreditam piamente que o direito internacional é prodigioso o suficiente para reger as guerras que ele teria deixado de conter, oferecendo, ao menos, um lenitivo para as populações civis pela incidência socorrista do direito humanitário. Porque este direito, na opinião doutrinária, teria uma fonte material “ligada à percepção e à consciência do que sofrem os seres humanos nas guerras”, culminando na produção de normas que almejam “restringir os meios usados em guerras para evitar, na medida do possível, o padecimento humano” (LAFER, 2008, p. 301).

A pretensão quimérica do direito de traçar contornos jurídicos para o comportamento dos beligerantes é a maior prova de que os juristas, mais do que disseminadores da ideologia jurídica, são também prisioneiros dela; é claro que este anseio se justifica materialmente: não pelo drama humano, como se supõe ridiculamente, mas em função da aspiração capitalista de preservar ao máximo a propriedade privada e o funcionamento dos mercados durante o conflito e mesmo sob uma ocupação militar (daí a autorização para confiscar pertences do Estado e a proibição de confiscar bens de propriedade privada nas convenções de direito internacional; daí o apelo para que seja mantida a ordem jurídica da região ocupada, e assim por diante). Seja como for, pela própria natureza da guerra enquanto exacerbação da razão de Estado e do cálculo político, esperar comedimento por parte dos chefes militares, ou ainda, que eles se curvem em deferência às regras jurídicas, não deixa de ser uma ingenuidade assombrosa. Os juristas e os capitalistas individuais querem que o confronto entre Estados poupe a esfera civil e privada ao máximo, desconhecendo que o que ocorre nos campos de batalha é apenas uma pequena parte da guerra: submeter o oponente pela força das armas não é somente derrotá-lo em combate, mas arruinar as condições materiais que o mantém combatendo – o que

torna inevitável que os estrategistas engajados no duelo mirem a infraestrutura econômica do adversário e o estado de ânimo da população civil, como já lemos em Clausewitz. A subjetividade jurídica dos contendores, portanto, é a última das preocupações no curso da luta armada. Nunca haverá, portanto, uma guerra que seja obediente a princípios de direito humanitário. Aqui, estamos apenas rememorando e destrinchando um pouco do que discutimos em trechos anteriores.

No tocante às guerras interimperialistas, de dimensões mundiais, a expectativa no direito é ainda mais infundada. Em guerras desta natureza, os Estados lutam por nada menos do que a dominação mundial, pela construção de uma nova ordem, de uma nova direção para o sistema de Estados. Dada a importância do que está em causa, o confronto só pode ser desmedido; a vitória deve vir a qualquer custo, e a política estatal, evidentemente, envidará diligências desesperadas para que esses custos sejam suportados ao máximo pelos inimigos. Pois “se a guerra é parte da política, a política determinará o seu caráter. À medida que a política torna-se mais ambiciosa e vigorosa, o mesmo se dá com a guerra, e isto pode atingir o ponto em que a guerra alcança a sua forma absoluta²¹⁰” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 253).

Como esperar que a forma jurídica consiga poupar a esfera civil quando o enfrentamento militar é absoluto, quando o máximo confronto político eclode, mobilizando o conjunto das forças da nação e levando os contendores a um tudo ou nada? O direito não tem lugar quando a política atinge as culminâncias do confronto armado, muito menos numa luta interimperialista. Como nas revoluções, em que as forças estatais lutam até a morte contra as fileiras insurrecionais (excetuando-se as cisões e deserções nas forças armadas), o aparato estatal dos países imperialistas dedica todas as suas energias e recursos para ganhar as batalhas. É a guerra absoluta, total, de que Clausewitz teve uma amostra ao testemunhar as guerras napoleônicas, nas quais se combatia pela direção política de uma Europa pré-imperialista²¹¹. A forma jurídica, em parte, é uma das baixas da guerra, ainda

²¹⁰ Na versão inglesa: “If war is part of policy, policy will determine its character. As policy becomes more ambitious and vigorous, so will war, and this may reach the point where war attains its absolute form”.

²¹¹ Nas guerras napoleônicas, os governos empregaram todas as energias nacionais para derrotar o oponente, sendo que, numa visão clausewitziana, seria como se a guerra tivesse se realizado conforme seu conceito, isto é, em sua absoluta perfeição (CLAUSEWITZ, 2007, p. 239). As guerras mundiais imperialistas de 1914-1918 e 1939-1945 corresponderam a esta conceituação de forma ainda mais plena. Interpretando o pensador da caserna, Rodrigo Passos (2012, p. 156) sustenta que, “sendo procedente a consideração da forma absoluta em dado momento em conformidade com o esforço demandado pelo adversário e pelo objetivo político em vista,

que ela esteja no nascedouro das inimizades estatais. Até que retorne a normalidade das instituições, até que a política internacional corra novamente pelas convenções e pelas organizações internacionais, o direito público dos Estados é solenemente ignorado pela razão de Estado.

Uma última consideração. Como estamos falando de Estados, quer dizer, de poderes políticos apartados das estruturas econômicas de apropriação de sobretrabalho, de instâncias políticas desligadas de pretensões dinásticas (como no absolutismo da ordem vestfaliana), neles podemos encontrar a impessoalidade dos assuntos públicos e a abstração do próprio poder. O poder político estatal deve estar desconectado de qualquer comprometimento formal que não seja o da nação, da mesma maneira que o sujeito de direito individual está despido das suas características econômicas e culturais. As pretensões das classes capitalistas na política internacional, corporificadas nos Estados, desaparecem, o que fabrica a ilusão de que, para o triunfo da paz, basta que os governantes abstenham-se das guerras, desconhecendo as razões econômicas objetivas que as impulsionam, e que indicamos no item anterior deste capítulo. A forma política estatal, ao engendrar a categoria do “poder puro”, abstrato e impessoal, corrobora para a miragem que confia a sorte da paz e da guerra ao subjetivismo dos estadistas. Uma vez que o capital está situado na esfera econômica e civil, não política, ele é eximido de qualquer imputabilidade na condução dos negócios públicos. “Os Estados capitalistas avançados recorrem, de fato, a meios militares a fim de levar a cabo a política, quando isto é julgado necessário”, pontua Justin Rosenberg (2001, p. 141), “mas porque o uso da força militar não é mais o meio de apropriação do excedente em si, ele toma, também, um caráter ‘puro’, ‘técnico’, alinhado com a forma abstrata e soberana do Estado como um todo²¹²”. A política internacional aparece como desconectada do capitalismo, cuja sociabilidade é naturalizada também em nível mundial.

Atraídos pelo ícone aparente do poder puro, analistas políticos e juristas acreditam que a paz pode ser obtida pelos estadistas e pelas organizações internacionais à revelia da

tal extremo pode ser contemplado na avaliação da guerra que se pretende conduzir. Quanto maior o esforço demandado pelo oponente, quanto mais grandiosa e inspiradora for a política motivadora de sua manifestação, mais a violência da guerra se aproximará do extremo”.

²¹² Em vernáculo: “Advanced capitalist states do resort to military means in order to prosecute policy, where this is judged necessary. But because the use of military force is no longer itself the means of surplus appropriation, it, too, takes on a ‘pure’, ‘technical’ character, in line with the abstracted, sovereign form of the state as a whole”.

organização econômica. Ignoram, porém, que a esfera privada do capital determina em última instância a esfera política do Estado, e que o sistema de Estados, movido pela conflitividade capitalista, está fadado a reproduzir esta lógica de conflito com os seus meios coercitivos: os instrumentos de política econômica e, a depender do caso, os armamentos e os exércitos.

A violência das guerras, assim, circula nas veias do concerto de Estados, esta constelação política que, amparada no capitalismo internacional, forja a forma jurídica internacionalizada e suas sublimações mais abstratas. O anseio pela paz só pode aparecer como um direito porque o capitalismo e os Estados existem; concomitantemente, todo o militarismo do mundo emana do capital e da forma política estatal, incumbindo ao direito servir de fecho ao arranjo. Eis a grande contradição encerrada no direito à paz. A forma jurídica, em sua absoluta cumplicidade com a reprodução sistêmica, só pode opor-se às guerras nominalmente – reprovando-as em disposições normativas, mas abastecendo continuamente a configuração interetatal que as provoca. Os juristas que cantam hinos de louvor ao direito internacional, na verdade, ou se dão por contentes com o pacifismo de guerras lícitas de Kelsen, ou então atuam, inconscientemente, contra a sua própria utopia pacifista. “Fazem isto sem o saber” (C. I, I, p. 96), pois para a sua desgraça, o direito não traz escrito na frente o que ele é de fato.

VI. À GUIA DE CONCLUSÃO

Foi um percurso demorado, mas eis que o concluímos. Enderecemo-nos às nossas últimas reflexões, fazendo um conciso balanço do que vimos e propondo uma definição para o caráter social dos direitos humanos de solidariedade em seu nexos com o modo capitalista de produção.

O capitalismo, ao se internacionalizar, internacionalizou com ele a forma jurídica. Empregamos dois capítulos inteiros para demonstrá-lo de modo exaustivo e, esperamos, convincente. A mundialização do valor, dos mercados e do capital – em síntese, a mundialização dos ciclos do capital – fez com que a forma jurídica se alargasse, não só em termos de incidência territorial, mas também em termos de novos sujeitos de direito (novos Estados, novas organizações internacionais) e de relações jurídicas mais abundantes, mais presentes na comunidade internacional. E para além disso, a subjetivação do direito conheceu uma modalidade mais abstrata, conferindo a condição de sujeito a certas coletividades e até mesmo à espécie humana.

Sustentamos que os direitos humanos de solidariedade são a feição da forma jurídica dos direitos humanos na época do capitalismo mundializado e crescentemente financeirizado, conservando os traços das outras gerações ou dimensões e do núcleo da categoria liberal da dignidade humana. Em sua financeirização e mundialização, o capitalismo experimentou modalidades ainda mais desvairadas de abstração, e opinamos que o direito assimilou esse movimento em categorias de sua subjetividade. O homem abstrato do liberalismo clássico e da primeira dimensão dos direitos humanos foi volatilizado ao máximo na figura da humanidade como sujeito de direito. Foi com este lastro material capitalista, e não em virtude de uma evolução da consciência humana, que os direitos de terceira dimensão tiveram seu lugar na história das categorias jurídicas. Foi para se adaptar ao novo alcance e às novas formas da sociedade burguesa que os direitos em comento surgiram, e não para completar um movimento autônomo da dignidade do homem. Esta dignidade, aliás, é uma formulação necessária da organização jurídico-burguesa plena, assim como as demais figuras do direito, incluindo-se aí a própria solidariedade da nova geração de direitos.

A solidariedade dos direitos humanos traz nela todas as características da forma jurídica geral, ou, o que dá no mesmo, ela comporta nela todas as determinações do modo de produção capitalista. Ao invés de superar o individualismo burguês do direito, ela o reformula, situando-o distintamente: a espécie humana é convertida em sujeito jurídico, mas cada um de seus membros, cada indivíduo, é chamado a responder pelos conteúdos dos direitos de terceira dimensão: o patrimônio comum da humanidade, o meio ambiente, o desenvolvimento e a paz. O indivíduo sai da cena principal desses direitos apenas para retornar como individualismo metodológico, como atomismo incorrigível na concepção e aplicação de uma solidariedade que se revela individualizante, burguesa, a exemplo da liberdade e da igualdade jurídicas.

E isto não é tudo. Esta solidariedade dos direitos humanos, que se coloca como o ápice de sua universalidade, encobre um capitalismo onde a apropriação do excedente é o extremo oposto do universal. Produto do período capitalista do pós-guerra, esses direitos chancelam uma apropriação rigorosamente particular, e que está de acordo com a concentração monopolista agravada com a financeirização – vide os dividendos dos acionistas e o rentismo dos investidores. A partilha imperialista do globo nos dias de hoje é oligopolizada por um conjunto de capitalistas ainda mais restrito do que antes. A fraternidade jurídica universal, ao invés de compartilhar haveres, instrumentaliza a sucção de renda, pelo capital, de todos os poros da existência material, e nós o demonstramos com as redes de negócios estabelecidas a partir da gestão ambiental e do patrimônio comum da humanidade. Surgido e derivado da mercadoria, o direito devolve-lhe o favor ao viabilizar novos mercados. Quanto ao direito ao desenvolvimento, nele está presente a noção de que a economia capitalista é um todo solidário, no qual o enriquecimento geral aproveitaria a cada um dos seus integrantes. A falácia é a mesma, já que o sentido do capitalismo é justamente o contrário, ou seja, acumular capital nas mãos de uma minoria à custa do esfolamento da maioria.

No direito à paz, em que nos delongamos mais, a solidariedade dos direitos humanos dilui o concerto interestatal numa comunidade repleta de organizações e entidades as mais diversas, e até mesmo de indivíduos. Nesta totalidade informe, nesta massa, cada individualidade deve cotizar para a construção da paz, entendida como um estado mental, como uma “cultura” (na acepção pobre da ideologia burguesa) a ser praticada pelas pessoas

no seu dia-a-dia. Este é um dos dois aspectos deste pacifismo jurídico. O outro, menos estapafúrdio, invoca a organização internacional dos Estados, mas com o pequeno defeito de exigir desses entes o impossível: que não se comportem como Estados e que não reproduzam a lógica competitiva e militarista, como se o direito tivesse o condão de disciplinar a política internacional a ponto de extirpar dela toda a agressividade que lhe é inerente. Ora, o direito é inapto para esse desiderato, e o é na medida em que está constituído, enquanto forma jurídica internacional, nos fundamentos do sistema interestatal. Chega-se a uma contradição real: não há forma jurídica internacional, tampouco direito à paz, sem o sistema de Estados e sem a sociedade burguesa internacionalizada; paralelamente, enquanto a cena internacional estiver dominada por Estados e orientada pelo capitalismo, haverá beligerância em algum grau. Ainda que não seja deflagrada uma terceira guerra interimperialista, a destrutividade do capital seguirá semeando pelejas armadas pelo globo, como ocorre na conjuntura atual.

Nenhuma das circunstâncias materiais do capitalismo que trouxemos à baila parece perturbar os juristas, não obstante o fato de que uma parte nada desprezível da doutrina relute em reconhecer a juridicidade dos direitos humanos de terceira dimensão. Esta relutância, todavia, não se justifica, dado que tais direitos trazem neles a marca da forma jurídica. Sua abstração, ao contrário do que temem os juristas mais conservadores, não compromete o seu caráter jurídico: é bem neste perfil abstrato que o direito, enquanto forma social determinada, enquanto humanismo liberal em ação, finca a sua bandeira e demarca a sua incidência. Aliás, tivemos a oportunidade de assinalar que os direitos humanos, por sua natureza abstrata, são realizáveis de modo consequente apenas na sua abstração.

Tivemos, ao longo do trabalho, uma postura bastante ácida perante a dogmática jurídica, mesmo em face das posições progressistas. Era necessário que fosse assim: primeiramente, porque a crença supersticiosa no direito é um entrave teórico e ideológico a ser combatido impiedosamente, liberando-se a classe trabalhadora do assédio dos socialismos jurídicos e das soluções reformistas por dentro da legalidade²¹³; secundamente,

²¹³ Um passo peremptório nessa direção para a ruptura com os encantos do direito é uma leitura autenticamente radical do fenômeno jurídico, atentando-se ao legado de Marx e Pachukanis. Apenas assim é concebível “a dissolução dos títulos ‘científicos’ do direito, o descompromisso com a legalidade, a interdição aos ‘socialismos jurídicos’, e a redução de todas as manifestações do ‘jurídico’ a uma fórmula ‘essencial’ que,

porque os juristas não fazem senão repetir seus erros idealistas, insistindo, num fastidioso trabalho de Sísifo, em resolver as mazelas do capitalismo mundial e do seu direito com mais do mesmo, isto é, mais direito e mais capitalismo, ainda que isto nem sempre esteja anunciado abertamente.

Na monocórdica prédica dos juristas sobre as expectativas da humanidade, a forma jurídica é o caminho, a verdade e a vida, e nenhum futuro alvissareiro é cogitável fora do cumprimento máximo dos direitos humanos. Em seus roteiros para a humanização do orbe, os teóricos do direito sugerem uma série de reparos para as convenções internacionais e de reformas para as instituições jurídicas. Em Comparato (2010, p. 557-562), a título demonstrativo, acha-se uma coleção de propostas para a democratização da ONU, dentre elas a eliminação da faculdade de veto e dos cargos permanentes do Conselho de Segurança, assim como a abolição da cláusula de reconhecimento facultativo, por parte dos Estados, da jurisdição da Corte Internacional de Justiça.

A ONU não pode ser “democratizada”. Ela é o centro institucional do capitalismo mundial desde o pós-1945, expressando juridicamente uma correlação imperialista de forças que foi reiterada pela queda da URSS. Qualquer modificação nesta correlação de forças implicaria o fim das Nações Unidas, tal como sucedeu com a malfadada Liga das Nações, e sua substituição por uma nova organização imperialista. E ainda que ela fosse melhorada conforme as sugestões de Comparato, ainda que ela fosse reformada institucionalmente, abolindo-se os privilégios das potências que compõem o núcleo permanente do Conselho de Segurança, este ajuste jurídico em nada reduziria o controle econômico dos países periféricos pelos países centrais. A extorsão de mais-valia em favor das metrópoles capitalistas restaria intocada, e possivelmente justificada com mais ênfase, já que esta relação de subordinação se daria num ambiente internacional juridicamente mais igualitário – porque é bem esta igualdade abstrata, vazia, que o direito tem a oferecer.

Com relação à possibilidade de jurisdição indeclinável por parte da Corte Internacional de Justiça, há que se dizer que ela aprofundaria ainda mais o fetichismo dos direitos humanos, e avaliamos que já existe fetiche em dosagem mais que suficiente nesse ramo. Não que sugeri-lo seja reacionário – ao contrário, é uma ideia progressista –, mas

ao mesmo tempo, seja conhecimento e recusa: o direito como mero, simples, banal, momento subjetivo da troca de equivalentes” (NAVES, 2014, p. 104).

devemos considerar que uma judicialização eficiente das relações internacionais não faria mais do que internacionalizar os resultados que a luta de classes judicializada produz nas jurisdições nacionais. Tomemos um caso paradigmático: a decisão da Corte Internacional de Justiça contra os Estados Unidos em 1986, em razão de sua intervenção imperialista na Nicarágua (patrocínio dos “contras”, operações de sabotagem, assassinatos etc.). O tribunal entendeu que os EUA violaram direitos humanos na Nicarágua e condenaram o país agressor a pagar uma indenização ao agredido. Contrariados, os estadunidenses recusaram-se a indenizar a nação latino-americana e retiraram sua aquiescência com a jurisdição do tribunal. O que pensam os juristas? Que infortúnios como este não ocorreriam se houvesse uma reforma no estatuto da corte, se as Nações Unidas aprovassem uma subordinação irrecusável aos julgamentos da corte etc.

Pois bem. Imaginemos, então, que a ONU atendesse aos pedidos dos juristas progressistas. Suponhamos, ainda, que os Estados Unidos fossem dirigidos por almas melhores, por estadistas mais preocupados com a dignidade humana, ou ao menos mais abertos ao exercício da autocritica. Sob circunstâncias tão adoráveis, os EUA indenizariam a Nicarágua, obedecendo humildemente a autoridade da Corte Internacional de Justiça. Cessariam, assim, as aventuras imperialistas dos Estados Unidos e de seus colegas? Não cessariam, apenas seriam avaliadas conforme um cálculo de custo-benefício para se estimar o risco de condenação e o lucro presumível. Este é o procedimento de qualquer empresa perante questões trabalhistas, tributárias e ambientais. Ao pagar a indenização, ao entregar o sagrado dinheiro, fornecendo uma monetização equivalente (o mesmo ocorre nas multas), o caso se encerra. O direito já se fez cumprir, e nenhuma pendência jurídica remanesce. A judicialização apenas obrigaria o imperialismo a fazer mais cálculos, e ninguém se atreveria a impor um montante condenatório astronômico, pois isto afetaria a economia do país e puniria cidadãos inocentes. Seria necessário cotejar o direito à reparação das nações agredidas com os direitos sociais dos indivíduos das nações agressoras! Exagero nosso? Ora, é o que ocorre em toda punição pecuniária às empresas. Consulte-se a jurisprudência: ela pondera que é preciso evitar quantias demasiado elevadas para não falir as companhias infratoras, pois isto prejudicaria a coletividade! Quando se resume o problema do direito internacional ao problema da soberania dos Estados e da eficácia da norma internacional, ignora-se que, concretamente, os desfechos das lides reproduziriam os malogros

embaraçosos das medidas judiciais no interior de cada Estado. No mais, os juristas não vão além das imprecisões contra o teimoso “ser” que não se digna a se decantar e a se alçar ao reino do “dever-ser”. As normas estabelecidas são ótimas, o que falta é boa vontade para aplicá-las!

Em nossa tese, insurgimo-nos contra esse pensamento. Suas intenções são nobres, o que, no entanto, não o redime. É mister desmontá-lo, lançar por terra cada um dos enganos a que ele conduz. Foi a este propósito que nos dedicamos em nossas duras polêmicas, o que não significa que nossa empreitada sirva apenas para demolir ideias. A crítica radical do direito presta-se não somente à simples destruição das ilusões jurídicas, embora isto seja imprescindível; ela está imbuída de um viés propositivo. A proposta implícita é a devolução dos problemas das coletividades para o campo da política, e de uma política que esteja emancipada dos entraves jurídicos colocados na institucionalidade e na ideologia reinante.

O que fazer? A célebre pergunta parece inevitável, embora não estejamos diante de um enigma. O marxismo já nos ensinou com os autores clássicos que a política capacitada para afrontar e superar o capitalismo, a forma jurídica e a forma estatal é a revolução socialista internacional. A questão que se coloca é como edificar semelhante empreendimento. Não nos é dado estudar aqui a teoria das revoluções sociais. Entretanto, nos é lícito indicar que uma revolução socialista depende do proletariado como sujeito social e de um sujeito político, um partido, devotado a uma estratégia de tomada do poder, destruição da aparelhagem estatal e jurídica do capitalismo, organização de uma ditadura revolucionária do proletariado e subversão socialista das relações burguesas de produção. Um partido internacionalmente organizado, é dizer, uma sólida Internacional revolucionária, e que se apresente como uma direção legítima para o movimento de massas – um “Estado-maior” da revolução.

O direito, quanto a isto, nada tem a ajudar, antes muito pelo contrário. Eis porque nosso posicionamento, seguramente, não é nada convidativo para os juristas. E sabemos, ainda, que a classe obreira não está nem um pouco a par desta discussão, o que aponta para as imensas dificuldades a serem superadas. Não obstante, seguimos entendendo que, sem a derrubada do capitalismo, não há futuro promissor para as classes dominadas. Nosso ceticismo diante da forma jurídica é duro e implacável, e é provável que soe irremediavelmente pessimista e soturno; que seja: não é com esperanças infundadas que se

consegue vencer obstáculos. Filiamo-nos a uma tradição marxista que conscientemente recusa os caminhos reputados como mais fáceis, mais “realistas”, e que encara de frente a aspereza dos fatos²¹⁴.

Por último, queremos evitar eventuais incompreensões decorrentes de nossa postura diante dos direitos humanos (e em particular daqueles associados à fraternidade). Não nos opomos, em absoluto, ao desejo de um planeta acolhedor. Ao contrário, é bem esta a nossa pretensão. Existe, contudo, uma circunstância que faz toda a diferença: na contramão da tradição jurídica humanista, temos a compreensão marxista de que a causa da humanidade, dela retirada toda a carga ideológica burguesa, exige o desmantelamento do capitalismo e de suas formas, sem nenhuma exceção. Com o direito, não pode ser diferente. “A sociedade comunista”, elucida Márcio Naves (2014, p. 100), “não pode ser a realização de uma equivalência entre sujeitos tornada afinal possível pela supressão da propriedade privada, mas a *extinção das formas da equivalência e do sujeito*”. E com o fim da subjetividade jurídica, tem-se o fim do direito (e de suas derivações humanistas):

O aniquilamento de certas categorias (precisamente de certas categorias e não de tais ou quais prescrições) do direito burguês, em nenhum caso significa a sua substituição pelas novas categorias do direito proletário. Da mesma forma como o aniquilamento das categorias do valor, do capital, do lucro etc., no período de transição para o socialismo evoluído, não significa o aparecimento de novas categorias proletárias do valor, do capital etc.

O aniquilamento das categorias do direito burguês significará nestas condições o aniquilamento do direito em geral, ou seja, o desaparecimento do momento jurídico das relações humanas (PACHUKANIS, 1988, p. 26-27).

Não há como se chegar a conclusão diversa na abordagem pachukaniana que abraçamos. Nem mesmo as formas mais encantadoras, mais inofensivas no seu semblante delicado, como os direitos humanos de solidariedade, devem ser eximidas da crítica radical – seja na teoria, seja na ação revolucionária. Qualquer que fosse a partilha de itens culturais e naturais numa sociedade socialista, qualquer que fosse o meio de intercâmbio entre os povos, em nenhum caso seria correto se falar num direito proletário ou num regime jurídico socialista. Isto seria tão inapropriado quanto pensar em “capitais proletários”, ou em

²¹⁴ “Olhar a realidade de frente; não procurar a linha de menor resistência; chamar as coisas pelo seu nome; dizer a verdade às massas, por mais amarga que seja; não temer obstáculos; ser rigoroso nas pequenas coisas como nas grandes; ousar quando chegar a hora: tais são as regras da IV Internacional” (TROTSKY, 2008, p. 75).

“dinheiro comunista”. Uma nova sociabilidade gestaria novas formas organizativas e normativas para a economia e para a estrutura comunitária, abolindo as instituições antigas no curso da transição. É um choque para os juristas, o que é compreensível: todo estranhamento contido na ideia da finitude do direito, e de uma luta revolucionária para dar cabo dele, decorre da leitura ideológica de que a vida comunitária não é possível (e nem desejável) na ausência de institutos legais, e que qualquer interesse humano necessita de uma veste provida pelo direito. As relações sociais, para eles, ou são jurídicas, ou não existem; e se existissem, degenerariam para o caos. Também não seriam capazes de cogitar um mundo desprovido de mercadorias, de empresas capitalistas, de assalariamento etc. Não importa: ninguém que viveu no feudalismo poderia conceber uma organização social sem a corveia, os feudos, os estamentos e a autoridade política da Igreja. Esta “falta de visão”, porém, não impediu o perecimento daquela ordem social.

Os problemas coletivos da humanidade claramente envolvem os caminhos e descaminhos do capitalismo; é em virtude da anatomia do capital que eles se colocam materialmente e são formulados como questões jurídicas de direitos humanos. A coexistência entre povos e o compartilhamento de recursos finitos coloca desafios diferenciados para a espécie humana, mas tomar como natural que eles sejam expressos juridicamente é o mesmo que naturalizar o mercado em função da multiplicidade do valor-de-uso dos bens necessários aos povos; é como incorrer no fetiche de que a utilidade das coisas não faria sentido fora do mercado, como se a produção material só pudesse ocorrer sob a forma mercantil-capitalista.

Somente a radicalidade socialista destruirá o capitalismo, o direito e os Estados, presenteando as gerações futuras não com o direito à paz, mas com a paz para além do direito internacional das potências armadas; não com o direito ao patrimônio comum da humanidade, ao meio ambiente e ao desenvolvimento, mas com a fruição socialista da natureza e da produção global, uma fruição desembaraçada de todas as formas capitalistas que estrangulam o proletariado internacional e que empurram o planeta para um abismo.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAPANIAN, S. A crítica marxista do direito: um olhar sobre as posições de Evgeni Pachukanis. In: NAVES, M. (org.). **O discreto charme do direito burguês: ensaios sobre Pachukanis**. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

ALGAN, B. Rethinking “third generation” human rights. **Ankara Law Review**, Ankara, v. 1, n. 1, p. 121-155, summer/2004.

ALSTON, P. Peoples’ rights: their rise and fall. In: _____. (ed.). **Peoples’ rights**. New York: Oxford University Press, 2001.

ALTHUSSER, L. **Posições I**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

_____. **Sur la reproduction**. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

ALVAREZ DE EULATE, M.; GAMARRA CHOPO, Y. Droit international, multiculturalisme et construction de la paix. In: MAYOR, F. **René-Jean Dupuy: une oeuvre au service de l’humanité**. Paris: Unesco, 1999.

ANDERSON, P. **Linhagens do Estado absolutista**. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ARCARY, V. **O encontro da revolução com a história: socialismo como projeto na tradição marxista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann; Xamã, 2006.

BALIBAR, É. **Cinq études du materialism historique**. Paris: François Maspero, 1974.

_____. Sur les concepts fondamentaux du matérialisme historique. In: ALTHUSSER, L. et al (ed.). **Lire le Capital: vol. II**. Paris: François Maspero, 1969.

BASSO, J. Le patrimoine de l’humanité. In: MAYOR, F. **René-Jean Dupuy: une oeuvre au service de l’humanité**. Paris: Unesco, 1999.

BATISTA, F. **Crítica da tecnologia dos direitos sociais**: uma contribuição materialista histórico-dialética. São Paulo: Outras Expressões; Dobra, 2013.

BIONDI, P. **Os direitos humanos e sociais e o capitalismo**: elementos para uma crítica. Tese (mestrado). São Paulo: USP, 2012.

_____. Paz perpétua e liberalismo: Kant e seu momento histórico. In: MENEZES, W. (org.). **Direito internacional clássico e seu fundamento**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014.

BITTAR, E.; ALMEIDA, G. **Curso de filosofia do direito**, 10.^a ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. **Liberalismo e democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BONAVIDES, P. **Curso de direito constitucional**. 15.^a ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

_____. **Do Estado liberal ao Estado social**. 8.^a ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

BORON, A. A questão do imperialismo. Tradução de Simone Rezende da Silva. In: _____.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. (org.). **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. Buenos Aires: Clacso, 2007.

_____. **Imperio & Imperialismo**: una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri. Buenos Aires: Clacso, 2004.

BUKHARIN, N. **Imperialism and world economy**. London: Martin Lawrence Limited, 1929.

CANÇADO TRINDADE, A. **A humanização do direito internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

_____. Os direitos humanos e o meio ambiente. In: SYMONIDES, J. **Direitos humanos: novas dimensões e desafios**. Brasília: Unesco, 2003.

_____. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**: v. I. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1997.

CARCANHOLO, R. **Capital**: aparência e essência: v. II. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: BRUNHOFF, S. et. al. (orgs.). **A finança capitalista**. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, 2010.

_____. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. Tradução de Rosa Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHIMNI, B. Marxism and international law: a contemporary analysis. **Economic and Political Weekly**, Mumbai (Sameeksha Trust), v. 34, n. 6, p. 337-349, 1999.

CINTRA, A.; GRINOVER, A.; DINAMARCO, C. **Teoria geral do processo**. 22.^a ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

CLAUSEWITZ, C. **On war**. Translated by Michael Howard and Peter Paret. Oxford: Oxford University Press, 2007.

COMPARATO, F. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Ética: direito, moral e religião no mundo moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CORREIA, M. **Dilma e a vaca profanada**. São Paulo, 28 jan. 2015. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2015/01/28/dilma-e-a-vaca-profanada/>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

_____. **Igualdade, liberdade e solidariedade: apontamentos para uma crítica marxista**. São Paulo, 20 out. 2013. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/marcus-orione/igualdade-liberdade-e-solidariedade-apontamentos-para-uma-critica-marxista>>. Acesso em: 05 mai. 2015.

_____. O conflito de princípios e as falácias da liberdade. **Revista TRF 3.ª Região**, São Paulo, n. 107, p. 48-55, mai-jun./2011.

COTRIM, V. **Trabalho produtivo em Karl Marx: velhas e novas questões**. São Paulo: Alameda, 2012.

DIMOULIS, D. **Manual de introdução ao estudo do direito**. 4.ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

DINIZ, M. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 20.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DRAPER, H. **Karl Marx's theory of revolution**: v. I. Delhi: Aakar Books, 2011.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **Capital resurgent: roots of the neoliberal revolution**. Translated by Derek Jeffers. Massachusetts: Harvard University Press, 2004.

EDELMAN, B. **La légalisation de la classe ouvrière**, t. I: l'entreprise. Paris: Christian Bourgois, 1978.

_____. **Le droit saisi par la photographie**: éléments pour une théorie marxiste du droit. Paris: Flammarion, 2001.

_____. **Quand les juristes inventent le réel**: la fabulation juridique. Paris: Hermann Éditeurs, 2007.

ENGELS, F.; KAUTSKY, K. **O socialismo jurídico**. Tradução de Livia Cotrim e Márcio Bilharinho Naves. São Paulo: Boitempo, 2012.

ESPIELL, H. Droits de l'homme et droits de l'humanité. In: MAYOR, F. **René-Jean Dupuy: une oeuvre au service de l'humanité**. Paris: Unesco, 1999.

_____. El derecho de todos los seres humanos a beneficiarse del patrimonio común de la humanidad. In: COLOQUIO SOBRE LOS NUEVOS DERECHOS HUMANOS: LOS "DERECHOS DE SOLIDARIDAD", 1980, México. Paris: Unesco, 1980.

FERREIRA FILHO, M. **Direitos humanos fundamentais**. 10.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FEITOSA, M. Direito econômico do desenvolvimento e direito humano ao desenvolvimento: limites e confrontações. In: FEITOSA, M. et. al. (orgs.). **Direitos humanos de solidariedade**: avanços e impasses. Curitiba: Appris, 2013.

FIGUEIREDO, I. O direito ao desenvolvimento humano: uma sugestão sobre a definição desse conceito. In: BITTAR, E. (org.). **Direitos humanos no século XXI**: cenários de tensão. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: ANDHEP; Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

FIORI, J. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Editora UFRJ, 2010.

FOSTER, J. **The vulnerable planet: a short economic history of the environment**. New York: Monthly Review Press, 1999.

FRANCO, F. O direito ao desenvolvimento como resultado do encontro entre direitos humanos e desenvolvimento. In: FEITOSA, M. et. al. (orgs.). **Direitos humanos de solidariedade: avanços e impasses**. Curitiba: Appris, 2013.

GALEANO, E. **Os filhos dos dias**. Tradução de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GERSTENBERGER, H. **Impersonal power: history and theory of the bourgeois state**. Translated by David Fernbach. Leiden: Brill, 2007.

GOMES, O. **Transformações gerais do direito das obrigações**. 2.^a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

GRESPLAN, J. **O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política**. 2.^a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HAARSCHER, G. **Philosophie des droits de l'homme**. 4.^a ed. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 1993.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschansky. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **The limits to capital**. London: Verso, 2006.

_____. **The new imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HEGEL, G. **Ciência da Lógica: (excertos)**. Seleção e tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Barcarolla, 2011.

_____. **Princípios de filosofia do direito**. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HILFERDING, R. **Finance capital**: a study of the latest phase of capitalist development. Translated by Morris Watnick and Sam Gordon. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

HIRSCH, J. **Teoria materialista do Estado**: processos de transformação do sistema capitalista de Estado. Tradução de Luciano Cavini Martorano. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

JAPPE, A. **As aventuras da mercadoria**: para uma nova crítica do valor. Tradução de José Miranda Justo. Lisboa: Antígona, 2006.

JEFFERS, E. A posição da Europa na valorização mundial dos capitais de aplicação financeira. In: CHESNAIS, F. **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. Tradução de Rosa Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

KANT, I. **A metafísica dos costumes**. Tradução de Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, 2003.

_____. **À paz perpétua**. Tradução de Marco Zingano. Porto Alegre: L&PM, 2011b.

_____. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2005.

_____. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**, 3.^a ed. Tradução de Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011a.

KASHIURA JÚNIOR, C. **Crítica da Igualdade Jurídica**: contribuição ao pensamento jurídico marxista. São Paulo: Quartier Latin, 2009a.

_____. Dialética e forma jurídica – considerações acerca do método de Pachukanis. In: NAVES, M. (org.). **O discreto charme do direito burguês**: ensaios sobre Pachukanis. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009b.

KELSEN, H. **Peace through law**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1944.

_____. **Princípios do direito internacional.** Tradução de Gilmar Antônio Bedin e Ulrich Dressel. Ijuí: Editora Inuijui, 2010.

_____. **Teoria geral do direito e do Estado.** 3.^a ed. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KURZ, R. **Os últimos combates.** 5.^a ed. Tradução de José Marcos Macedo. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

LAFER, C. A ONU e os direitos humanos. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo (Universidade de São Paulo), v. 9, n. 25, p. 169-185, 1995.

_____. **A reconstrução dos direitos humanos:** um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). In: MAGNOLI, D. (org.). **História da paz: os tratados que desenharam o planeta.** São Paulo: Contexto, 2008.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética.** 5.^a ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LENIN, V. **Como iludir o povo com os slogans de liberdade e igualdade.** 3.^a ed. Tradução de Roberto Goldkorn. São Paulo: Global, 1980.

_____. **O imperialismo:** fase superior do capitalismo. 4.^a ed. Tradução de Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2010a.

_____. **Que fazer?** Problemas candentes de nosso movimento. Tradução de Marcelo Braz. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

LOCKE, J. **Segundo tratado do governo civil:** ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. 3.^a ed. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOSURDO, D. **Democracia ou bonapartismo**: triunfo e decadência do sufrágio universal. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LÖWY, M. **Ecologia e socialismo**. Tradução de Marina Soler Jorge e Renata Cordeiro. São Paulo: Cortez, 2005.

MANDEL, E. **Late capitalism**. Translated by Joris De Bres. London: NLB, 1976.

MARINI, R. O ciclo do capital na economia dependente. Tradução de Mathias Seibel Luce. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012a.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. 3.^a ed. Tradução de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Insular, 2012b.

MARIUTTI, E. **Balanço do debate**: a transição do feudalismo ao capitalismo. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARTINS, J. **Império do terror**: Estados Unidos, ciclos econômicos e guerras no início do século XXI. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.^a ed.. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão popular, 2008.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélío Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Misère de la philosophie**: réponse a la philosophie de la misere de M. Proudhon. Paris: V. Giard & E. Brière, 1896.

_____. **O capital**: crítica da economia política: 1. I, v. I, 26.^a ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O capital:** crítica da economia política: l. I, v. II, 23.^a ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. **O capital:** crítica da economia política: l. II, v. III, 12.^a ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O capital:** crítica da economia política: l. III, v. IV. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O capital:** crítica da economia política: l. III, v. V. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O capital:** livro I, capítulo VI (inédito). Tradução de Eduardo Sucupira Filho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____. **Para a questão judaica.** Tradução de José Barata-Moura. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007a.

_____. **Manifesto Comunista.** Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2007b.

MASCARO, A. **Estado e forma política.** São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Filosofia do direito.** 2.^a ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. Pachukanis e Stutchka: o direito, entre o poder e o capital. In: NAVES, M. (org.). **O discreto charme do direito burguês:** ensaios sobre Pachukanis. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

MAYER-BISCH, P. Le sujet des droits de l'homme est individuel, mais l'objet est commun: analyse à partir des droits culturels. In: BERNIS, T. (org.). **Le droit saisi par le collectif**. Bruxelles: Bruylant, 2014.

MAZZUOLI, V. **Curso de direito internacional público**. 5.^a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MBAYA, É. Gênese, evolução e universalidade dos direitos humanos frente à diversidade de culturas. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo (Universidade de São Paulo), v. 11, n. 30, p. 17-41, 1997.

MIAILLE, M. **Introdução crítica ao Direito**. 3.^a ed.. Tradução de Ana Prata. Lisboa: Estampa, 2005.

MIÉVILLE, C. **Between equal rights**: a marxist theory of international law. Leiden: Brill Academic Publishers, 2005.

MORENO, N. **Teses para atualização do programa de transição**. Tradução de Arnaldo Schreiner e Silvana Foá. São Paulo: CS Editora, 1992.

NAVES, M. **A questão do direito em Marx**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra, 2014.

_____. Direito, circulação mercantil e luta social. In: ALVES, Alaôr Caffé *et al.* **Direito, sociedade e economia**: leituras marxistas. Barueri: Manole, 2005.

_____. **Marx**: ciência e revolução. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

NEWELL, P.; PATERSON, M. Climate capitalism. In: ALTVATER, E.; BRUNNENGRÄBER, A. (eds.). **After Cancún**: climate governance or climate conflicts. Heidelberg: VS Research, 2011.

NIJMAN, J.; WERNER, W. Legal equality and the international rule of law. In: NIJMAN, J.; WERNER, W. **Netherlands yearbook of international law 2012**: legal equality and the

international rule of law: essays in honour of P. H. Kooijmans. Hague: Asser Press; Cambridge University Press; Springer, 2013.

NOYES, J. The common heritage of mankind: past, present, and future. **Denver Journal of International Law & Policy**, Denver, n. 40, 447–471, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração sobre as responsabilidades das gerações presentes em relação às gerações futuras**. Tradução de Milena Leal Pacheco. Brasília: Unesco, 1997.

ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY. **African Charter on Human and Peoples' Rights**. Nairobi, 27 jun. 1981. Disponível em <<http://au.int/en/content/african-charter-human-and-peoples-rights>>. Acesso em 16 mai. 2015.

OSÓRIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; _____.; LUCE, M. (org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

PACHUKANIS, E. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Tradução de Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Acadêmica, 1988.

_____. International Law. In: BEIRNE, P; SHARLET, R. (Eds.). **Pashukanis**: selected writings on marxism and Law. Translated by Peter B. Maggs. London: Academic Press Inc., 1980.

PASSOS, R. Uma leitura sobre Lenin, Clausewitz, a revolução e a guerra. **Revista Outubro**, São Paulo (Instituto de Estudos Socialistas), n. 20, p. 149-169, 2012.

PÉREZ LUÑO, A. Las generaciones de derechos humanos. **Revista del Centro de Estudios Constitucionales**, Madrid (Centro de Estudios Políticos y Constitucionales), n. 10, p. 203-217, 1991.

PETERKE, S. Os direitos humanos coletivos e a proteção dos interesses fundamentais da humanidade. In: FEITOSA, M. et. al. (orgs.). **Direitos humanos de solidariedade: avanços e impasses**. Curitiba: Appris, 2013.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e Justiça internacional**: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. 3.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. **Temas de direitos humanos**, 3.^a edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

POISSON, J. **La dignité humaine**. Bordeaux: Les Etudes Hospitalières Editions, 2004.

POULANTZAS, N. Internationalization of Capitalist Relations and the Nation-State. In: MARTIN, J. (ed). **The Poulantzas reader: marxism, law and the state**. Translated by Elizabeth Hindess. London: Verso, 2008.

_____. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4.^a ed. Tradução de Rita Lima. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PRADO, E. **Desmedida do valor**: crítica da pós-grande indústria. São Paulo: Xamã, 2005.

RAMOS, A. **Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

RAUBER, J. The United Nations: a kantian dream come true? Philosophical perspectives on the constitutional legitimacy of the world organisation. **Hanse Law Review**, Bremen (Hanse Law School), v. 5, n. 1, p. 49-76, 2009.

REZEK, J. **Direito internacional público**: curso elementar. 13.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

RODNEY, W. A economia colonial. In: BOAHEN, A. **História geral da África**: v. VII, 2.^a ed. Brasília: Unesco, 2010.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.

ROSENBERG, J. **The empire of civil society**: a critique of the realist theory of international relations. London: Verso, 2001.

ROUSSEAU, J. **Do contrato social**: princípios de direito político. 19.^a ed. Tradução de Antônio P. Machado. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

RUBIN, I. **A teoria marxista do valor**. Tradução de José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo: Polis, 1987.

SAAD FILHO, A. **O valor de Marx**: economia política para o capitalismo contemporâneo. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SAGRA, A. **A Internacional**: um permanente combate contra o oportunismo e o sectarismo, 2.^a ed.. Tradução de Paula Maffei. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010.

SALOMÃO FILHO, C. Monopólio colonial e subdesenvolvimento. In: BENEVIDES, M.; BERCOVICI, G.; MELO, C. **Direitos Humanos, democracia e república**: Homenagem a Fábio Konder Comparato. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

SAMPEDRO, F. A teoria da ideologia de Althusser. Tradução de Márcio Bilharinho Naves. In: NAVES, M. (org.). **Presença de Althusser**. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

SANTOS, V. **Trabalho imaterial e teoria do valor em Marx**: semelhanças ocultas e nexos necessários. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SARLET, I. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 3.^a ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SEITENFUS, R.; VENTURA, D. **Direito internacional público**. 4.^a ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SEN, A. **Development as freedom**. New York: Alfred A. Knopf, 2000.

SILVA, L. **O estilo literário de Marx**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas: vol. I. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SMITH, T. **Globalisation**: a systematic marxian account. Leiden: Brill, 2006.

STIGLITZ, J. **Making globalization work**. New York: W. W. Norton & Company, 2006.

STUCKA, P. **Direito e luta de classes**: teoria geral do direito. Tradução de Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Acadêmica, 1988.

TESCHKE, B. **The myth of 1648**: class, geopolitics, and the making of modern international relations. London: Verso, 2003.

THWAITES REY, M.; J. CASTILLO. Poder estatal y capital global: los límites de la lucha política. In: BORON, A.; GAMBINA, J.; MINSBURG, N. **Tiempos violentos**: neoliberalismo, globalización y desigualdad em América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2005.

TOMUSCHAT, C. **Human rights**: between idealism and realism. New York: Oxford University Press, 2003.

TROTSKY, L. **A revolução traída**. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo: Global, 1980.

_____. **A teoria da revolução permanente**. Tradução de Diego Siqueira e Hermínio Sacchetta. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

_____. **O programa de transição para a revolução socialista**. Tradução de Elisabeth Marie e Luiz Gustavo Soares. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

_____. **Stalin, o grande organizador de derrotas**: a III Internacional depois de Lenin. Tradução de Paula Maffei. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010.

UNITED NATIONS. **Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice**. San Francisco, 26 jun. 1945. Disponível em <<https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf>>. Acesso em 14 mai. 2015.

_____. **Declaration and Programme of Action on a Culture of Peace**. New York, 6 out. 1999. Disponível em <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/53/243>. Acesso em 16 mai. 2015.

_____. **Declaration on the Right to Development**. New York, 4 dez. 1986. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r128.htm>>. Acesso em 17 abr. 2015.

_____. **Declaration on the Right of Peoples to Peace**. New York, 12 nov. 1984. Disponível em: <http://www.un.org/documents/instruments/docs_en.asp?type=declarat>. Acesso em 15 mai. 2015.

_____. **Report of the United Nations Conference on the Human Environment**. Stockholm: United Nations, 1972.

_____. **United Nations Convention on the Law of the Sea**. Montego Bay, 10 dez. 1982. Disponível em: <http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf>. Acesso em 01 abr. 2015.

_____. **Vienna Convention on the Law of Treaties**. Vienna, 23 mai. 1969. Disponível em: <[https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%201155/volume-1155-I-18232-En glish.pdf](https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%201155/volume-1155-I-18232-En%20glish.pdf)>. Acesso em 03 out. 2014.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage**. Paris, 16 nov. 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-en.pdf>>. Acesso em 31 mar. 2015.

_____. **Manifesto 2000 for a culture of peace and non-violence**. Paris, 04 mar. 1999. Disponível em: <http://www3.unesco.org/manifesto2000/uk/uk_manifeste.htm>. Acesso em 05 mar. 2015.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. Kyoto Protocol. **International emissions trading**. Disponível em: <http://unfccc.int/kyoto_protocol/mechanisms/emissions_trading/items/2731.php> . Acesso em 09 abr. 2015.

UZOIGWE, G. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, A. **História geral da África**: v. VII. 2.^a ed. Brasília: Unesco, 2010.

VASAK, K. A 30-year struggle: the sustained efforts to give force of law to the Universal Declaration of Human Rights. **The Unesco Courier**, Paris, p. 29-32, nov. 1977.

VENTURA, V. Direito humano ao meio ambiente sadio: afirmação histórica e crítica jurídica. In: FEITOSA, M. et. al. (orgs.). **Direitos humanos de solidariedade**: avanços e impasses. Curitiba: Appris, 2013.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

WOLKMER, A. Novos pressupostos para a temática dos direitos humanos. In: RÚBIO, D *et al* (org.). **Direitos humanos e globalização**: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica. 2.^a ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

WOOD, E. **Empire of capital**. London: Verso, 2005.

ZOLO, D. **Cosmopolis**: prospects for world government. Cambridge: Polity Press, 1997.